

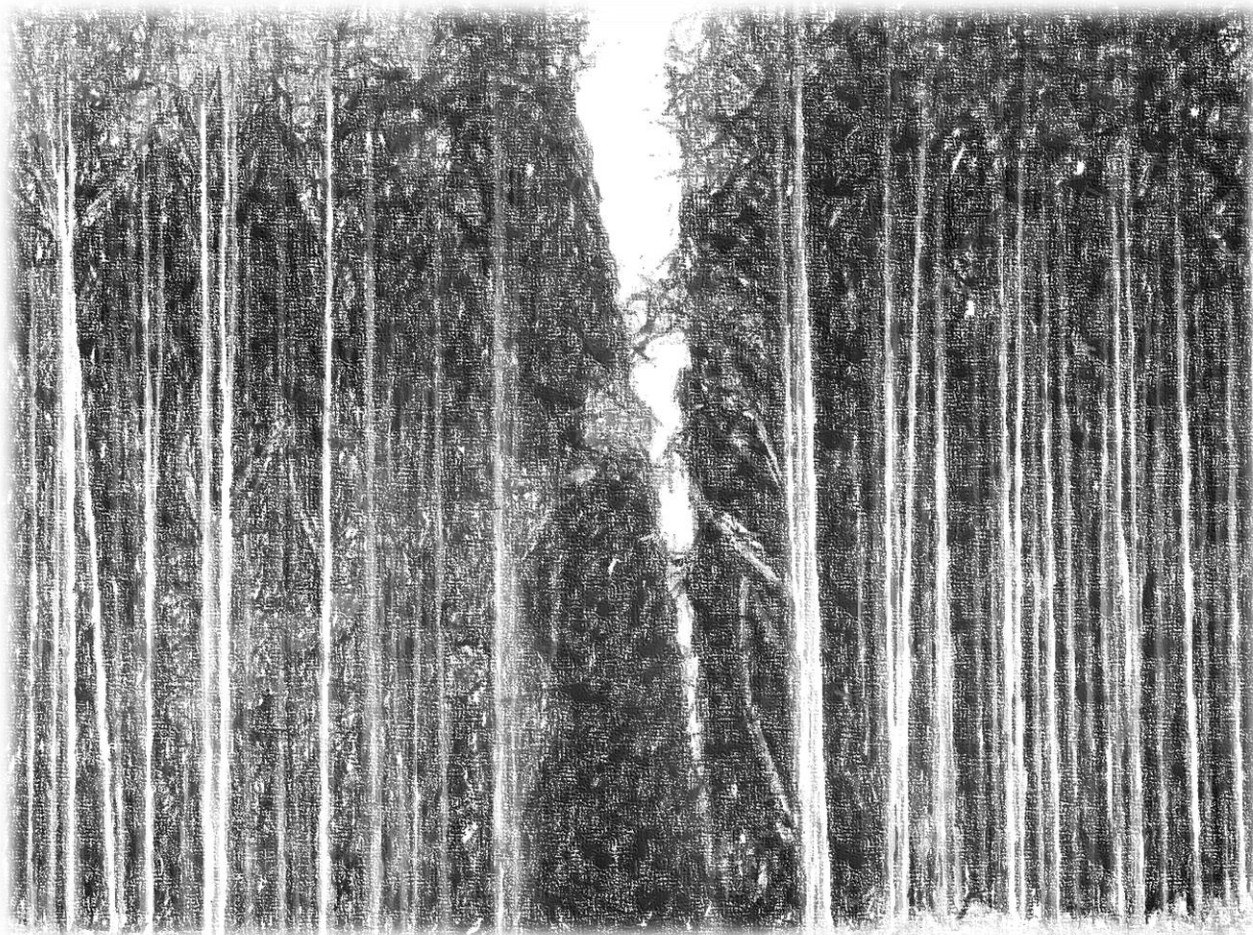


**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**  
**CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**  
Programa de Pós-Graduação em Geografia



**GUILHERME MARINI PERPETUA**

**PILHAGEM TERRITORIAL, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DEGRADAÇÃO  
DO SUJEITO QUE TRABALHA: A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL  
ARBÓREO-CELULÓSICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**



**GULHERME MARINI PERPETUA**

**PILHAGEM TERRITORIAL, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DEGRADAÇÃO  
DO SUJEITO QUE TRABALHA: A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL  
ARBÓREO-CELULÓSICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de concentração “produção do espaço geográfico” - da FCT/UNESP, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Geografia.

**Orientador:** Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior.

**Agência de fomento**

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)  
Processo FAPESP nº 2013/04638-0

**Grupos de Pesquisa**

Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT - UNESP)  
Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS - UNESP)

**Presidente Prudente  
2016**

## FICHA CATALOGRÁFICA


P537p Perpetua, Guilherme Marini.  
Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha : a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo / Guilherme Marini Perpetua. - Presidente Prudente : [s.n.], 2016  
370 f. : il.

Orientador: Antonio Thomaz Junior  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Inclui bibliografia


1. Monocultivo de árvores. 2. Produção de celulose. 3. Pilhagem territorial. 4. Precarização do trabalho. 5. Riscos e agravos à saúde dos trabalhadores. I. Thomaz Junior, Antonio. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE GUILHERME MARINI PERPÉTUA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA. ..**


Aos 16 dias do mês de novembro do ano de 2016, às 14:00 horas, no(a) Anfiteatro 2, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. ANTONIO THOMAZ JUNIOR - Orientador(a) do(a) Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP/ Campus de Presidente Prudente, Prof. Dr. RAUL BORGES GUIMARAES do(a) Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Prof. Dr. RICARDO PIRES DE PAULA do(a) Departamento de Geografia / FCT/UNESP, Prof. Dr. MARCELO RODRIGUES MENDONÇA do(a) Instituto de Estudos Sócio-Ambientais / UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Profª Drª EDVÂNIA ÂNGELA DE SOUZA LOURENÇO do(a) Departamento de Serviço Social / Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da TESE DE DOUTORADO de GUILHERME MARINI PERPÉTUA, intitulada **PILHAGEM TERRITORIAL E DEGRADAÇÃO DO SUJEITO QUE TRABALHA: A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL ARBÓREO-CELULÓSICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**. Após a exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: Aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.



Prof. Dr. ANTONIO THOMAZ JUNIOR



Prof. Dr. RAUL BORGES GUIMARAES



Prof. Dr. RICARDO PIRES DE PAULA



Prof. Dr. MARCELO RODRIGUES MENDONÇA



Profª Drª EDVÂNIA ÂNGELA DE SOUZA LOURENÇO

*À Andréa, cujo amor e abnegação pessoal tornaram possível o nascimento de uma tese enquanto  
construíamos nossa família.  
Ao Murilo e à Sophia, faíscas de alegria e esperança na escuridão da existência.*

“Ai dos que juntam casa a casa, dos que acrescentam campo a campo até que não haja mais espaço disponível, até serem eles os únicos moradores da terra”.

(Isaias: 5, 8)

## AGRADECIMENTOS

Por mais que pretenda a ciência tradicional-positivista, pesquisa e vida não são coisas separadas e ninguém é capaz de fazer trabalho científico algum sozinho. Portanto, ao final de uma longa jornada como essa, nada mais justo e necessário que agradecer às inúmeras pessoas que, de uma forma ou de outra, participaram e contribuíram para que esta tese se tornasse realidade. Eis uma tarefa difícil, porém, inescapável.

Primeiramente, agradeço ao Criador, pelo inestimável dom da vida e por ter me conduzido até aqui.

Faltam palavras para expressar a gratidão que sinto por minha esposa e companheira Andréa, por todo o carinho, compreensão e apoio ao longo destes quase quatro anos de trabalho. Sua abnegação, paciência e motivação foram fundamentais para tornar possível não apenas o projeto de concluir o doutorado, como fazê-lo ao mesmo tempo em que construíamos algo muito mais precioso: a nossa família.

Aos meus amados pais, Fernando e Maria José, agradeço por todo o amparo e carinho de uma vida e pelo exemplo de integridade, respeito e dedicação ao próximo.

Por tudo o que fez por mim ao longo de tantos anos de trabalho compartilhado, agradeço imensamente ao meu grande amigo e orientador Thomaz, a quem muito admiro. De sua simplicidade e generosidade habitual, dos aprendizados e valiosos ensinamentos profissionais e, sobretudo, da insistência incansável na necessidade de construirmos coletivamente, colocando as pessoas e a qualidade de nossas relações acima do produtivismo e da vaidade, jamais me esquecerei.

Pelos anos de aprendizado, debates, apoio técnico, momentos de descontração e por tantas outras coisas quero agradecer aos meus amigos e amigas de Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) Soninha, Zé Alves e Karina, Juscelino, Diógenes (o nosso Chefe!), Sidnei, Thiago e Larissa, Robinzon, Diego, Gerson, Fredi, Daia, Maria Aparecida, Giovana, Jane e Franciele. Entre tantos valorosos companheiros e companheiras, não posso deixar de destacar meus queridos amigos Fernando, Tássio, João Vitor e Maria Joseli pelas riquíssimas discussões de textos, contribuições, sugestões, críticas e, ainda mais pela amizade sincera e desinteressada com a qual felizmente sempre pude contar.

Aos meus professores Eliseu Spósito, Nécio Turra Neto, Bernardo Mançano Fernandes, Ricardo Pires de Paula, Antônio Nivaldo e Rosangela Hespanhol agradeço por todo o aprendizado oportunizado pelas disciplinas cursadas durante o doutorado.

Agradeço ainda aos professores Raul Borges Guimarães (UNESP) e Marcelo Rodrigues Mendonça (UFG), por terem aceitado o convite e participado do exame de qualificação, dando riquíssimas contribuições para a continuidade da pesquisa e o aperfeiçoamento da tese.

O trabalho de campo no Extremo Sul da Bahia, rincão onde jamais tinha posto os pés até então, não teria sido realizado sem o apoio generoso e sempre a postos da valente companheira Ivonete Gonçalves de Souza, do CEPEDS de Eunápolis (BA), a quem agradeço de coração. A mesma gratidão devo a Josimar Barros, do Sindicato dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais de Imperatriz (MA), cuja ajuda foi essencial para a realização do trabalho de campo no Maranhão.

Agradeço ao meu amigo Saulo Costa pelas andanças e aventuras que compartilhamos nas tórridas terras da região Tocantina do Maranhão, e por sua estima desde então. Obrigado Léo Cunha!

rs. No mesmo sentido vão os meus agradecimentos a Cristovão Henrique, de Três Lagoas, pela camaradagem e solicitude em todas as ocasiões nas quais precisei.

Devo muito, também, à Patrícia Asari, por toda a ajuda gratuita com as traduções sempre precisas em línguas estrangeiras, das quais necessitei em diversos momentos da pesquisa e da elaboração da tese.

Também agradeço a todos os funcionários da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, de maneira especial à Aparecida Tamae Otsuka e Cinthia Thiemi Onishi.

Meu sentimento de gratidão se estende ainda aos procuradores do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho, Dr. Jadilson Cirqueira de Souza, Dra. Adriana Candeira, Dr. Paulo Roberto Aseredo e Dr. Gustavo Magalhães de Paula Gonçalves Domingues, que tão gentilmente me receberam no Maranhão e em Mato Grosso do Sul.

Com muita emoção, não posso deixar de manifestar minha mais profunda gratidão e respeito aos homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras que, mesmo vivenciando as situações mais precárias e dramas pessoais atroz não hesitaram uma única vez em ceder seu tempo e compartilhar suas estórias com um completo desconhecido. São eles os verdadeiros sujeitos deste trabalho, portadores de um conhecimento que não está nos livros ou nas salas de aula da universidade.

Finalmente, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo indispensável apoio financeiro (Processo FAPESP nº 2013/04638-0) para a realização da pesquisa e consecução da tese.



## RESUMO

PERPETUA, G. M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha:** a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo. 2016. 370f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP).

O presente trabalho teve como objetivo compreender o processo de territorialização recente da produção de celulose associada ao monocultivo arbóreo (eucalipto) no Brasil, com ênfase em suas implicações para a segurança e a saúde dos trabalhadores(as). Com este intuito, foram analisados os mais novos megaempreendimentos do segmento no país, localizados em diferentes espaços regionais (Extremo Sul da Bahia, Oeste do Maranhão e Nordeste de Mato Grosso do Sul), os quais compuseram o recorte empírico da pesquisa. Em termos metodológicos, a pesquisa buscou combinar o uso de procedimentos quantitativos (levantamento e análise de dados secundários) àqueles de natureza qualitativa (análise documental, diário de campo, entrevistas semiestruturadas), de modo a considerar os aspectos estruturais sem deixar de focar o papel exercido pelos sujeitos sociais concretos. Os resultados alcançados permitem defender a tese de que, em função de suas características estruturais inerentes e nos moldes atuais, a produção de celulose só pode se dar na exata medida em que for capaz de se apropriar e exercer controle vertical e autoritário sobre territórios contíguos e de grande extensão, de modo a fruir de maneira monopolista dos recursos existentes. Para tanto, o capital tem lançado mão de uma estratégia deliberada e sistemática composta por um conjunto de táticas que, observadas à luz do materialismo dialético, revelam a combinação entre distintas formas de acumulação (primitiva, por espoliação e ampliada), dando corpo ao que chamamos de pilhagem territorial. Além da escassa geração de empregos mal remunerados e instáveis, para os trabalhadores o resultado não poderiam ser outro senão um trabalho visceralmente precário e degradante, contraditoriamente e até certa medida adequado às exigências de mercado (certificações internacionais) conformadoras das políticas internas de saúde e segurança do trabalho das grandes corporações do segmento. Tudo isso, no período analisado, foi ampla e generosamente assegurado de diversas formas (concessão de financiamentos, incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura, flexibilização da legislação ambiental etc.) pelo modelo novo-desenvolvimentista fundado num verdadeiro pacto conciliatório de classes e adotado pelos governos do Partido dos Trabalhadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** monocultivo de árvores; produção de celulose; pilhagem territorial; precarização do trabalho; riscos e agravos à saúde dos trabalhadores.

## ABSTRACT

PERPETUA, G. M. **Territorial plundering, precarization of work and degradation of the subject who works:** the territorialization of the tree-cellulosic capital in contemporary Brazil. 2016. 370f. Thesis (PhD in Geography). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP).

This study aimed to understand the recent territorialization process of pulp production associated to tree monoculture (eucalyptus) in Brazil, with emphasis on the implications for the safety and health of workers. To this end, the newest mega-enterprises of the segment in the country were analyzed, located in different regional areas (southernmost Bahia, West Maranhao and Northeast of Mato Grosso do Sul), which formed the empirical object of the research. In terms of methodology, the research sought to combine the use of quantitative procedures (survey and analysis of secondary data) to those of a qualitative nature (document analysis, field diary, semi-structured interviews), in order to consider the structural aspects while focusing on the role of concrete social subjects. The results obtained allow to make the case that, due to their inherent structural characteristics and current patterns, pulp production can only take place on the exact extent that it is able to appropriate and exert vertical and authoritarian control over contiguous territory and large extension, in order to enjoy the existing resources in a monopolist mode. Thus, the capital has made use of a deliberate and systematic strategy consisting of a set of tactics that, seen in the light of dialectical materialism, reveal the combination of different forms of accumulation (primitive by dispossession and expanded), forming what we called territorial plunder. In addition to the low generation of low-paid and unstable jobs to workers the result could not be other than a viscerally precarious and degrading, contradictory and even to a certain extent appropriate to market demands (international certifications) conforming internal health and safety policies of work of the large corporations of the segment. All this, in the analyzed period, was widely and generously provided in various forms (funding grant, tax incentives, infrastructure investments, easing of environmental legislation etc.) by the new development model based on a true conciliatory pact of classes and adopted by governments of the Workers' Party.

**KEYWORDS:** monoculture of trees; pulp production; territorial plunder; degradation of labor; risks and health problems of workers.

## RESUMEN

PERPETUA, G. M. **Despojo territorial, precarización del trabajo y la degradación del sujeto que trabaja:** la territorialización del capital celulósico-arbóreo en el Brasil contemporáneo. 2016. 370f. Tesis (Doctorado en Geografía). Universidad Estatal Paulista, Presidente Prudente (SP).

Este estudio tuvo como objetivo comprender el reciente proceso de territorialización de la producción de pulpa asociado con monocultivos de árboles (eucaliptos) en Brasil, con énfasis en sus implicaciones para la seguridad y salud de los trabajadores. Con este fin, se analizaron las mega-empresas más recientes del segmento en el país, que se encuentra en diferentes áreas regionales (extremo sur de Bahía, oeste de Maranhão y noreste de Mato Grosso do Sul), que formaron el objeto empírico de la investigación. En cuanto a la metodología, la investigación trató de combinar el uso de procedimientos cuantitativos (encuestas y análisis de datos secundarios) a los de carácter cualitativo (análisis de documentos, diario de campo, entrevistas semiestructuradas), a fin de considerar los aspectos estructurales mientras se centra en el papel ejercido por los sujetos sociales concretos. Los resultados obtenidos permiten defender la tesis de que, debido a sus características estructurales inherentes y los patrones actuales, la producción de pasta sólo puede ocurrir a la medida exacta que es capaz de apropiarse y ejercer el control vertical y autoritario sobre territorios contiguos y de gran extensión, con el fin de disfrutar de manera monopolista de los recursos existentes. De este modo, el capital ha usado una estrategia deliberada y sistemática compuesta de un conjunto de tácticas que, visto a la luz del materialismo dialéctico, revelan la combinación de diferentes formas de acumulación (primitivas por desposesión y ampliada), dando cuerpo a lo llamamos despojo territorial. Además de la baja generación de puestos de trabajo con salarios bajos e inestables a los trabajadores, el resultado no podría ser otro que un trabajo visceralmente precario y degradante, contradictoriamente y hasta cierto punto adecuado a los requisitos del mercado (certificaciones internacionales) conformadoras de las políticas de salud y seguridad del trabajo de las grandes corporaciones del segmento. Todo esto, en el período analizado, fue ampliamente y generosamente verificado de diversas formas (subvenciones, incentivos fiscales, inversiones en infraestructuras, flexibilización de la legislación ambiental, etc.) por el nuevo modelo de desarrollo basado en un verdadero pacto de conciliación de clases y adoptado por los gobiernos del Partido de los Trabajadores.

**PALABRAS CLAVE:** monocultivo de árboles; producción de pulpa; despojo territorial; precarización del trabajo; riesgos y problemas de salud de los trabajadores.

## LISTA DE SIGLAS

ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas  
ACP – Ação Civil Pública  
ADT – Tonelada Seca ao Ar  
AEAT – Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho  
AGM – Árvore Geneticamente Modificada  
APP – Área de Preservação Permanente  
BHKP - Celulose de fibra curta branqueada  
BM – Banco Mundial  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BRACELPA - Associação Brasileira de Celulose e Papel  
BSC – Bahia Sul Celulose  
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho  
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações  
CC-VISAT - Centro Colaborador-Vigilância dos Acidentes de Trabalho  
CCX - Chicago Climate Exchange  
CDVDH/CB - Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos “Carmen Bascaran”  
CELMAR – Celulose do Maranhão  
CENIBRA – Celulose Nipo-Brasileira  
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CEPEDES – Centro de Estudos e Pesquisas Para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia  
CEPRAM - Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia  
CEREST - Centros de Referência em Saúde do Trabalhador  
CESAT - Centro de Referência em Atenção à Saúde do Trabalhador da Bahia  
CIMI – Conselho Indigenista Missionário  
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes  
CNA – Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil  
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
CNG – Conselho Nacional de Geografia  
CNTBio - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança  
CONAFLOR - Comissão Coordenadora do Plano Nacional de Florestas  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CRA - Centro de Recursos Ambientais da Bahia  
CRPE - Celulose Rio-Pardense e Energia  
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DDS – Diálogo Diário de Segurança  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
DIVAST - Diretoria de vigilância e atenção à Saúde do Trabalhador  
DORT – Distúrbios Osteo-Musculares Relacionados ao Trabalho  
EFC - Estrada de Ferro Carajás  
EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EPI – Equipamento de Proteção Individual  
EPC – Equipamento de Proteção Coletiva  
ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz  
EUA – Estados Unidos da América  
FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations  
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura  
FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FGC – Ferro Gusa Carajás  
FIEMA – Federação das Indústrias do Estado do Maranhão  
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
FISET - Fundo de Investimento Setorial  
FISET-R - Fundo de Investimentos Setoriais - Reflorestamento  
FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FRD – Florestas Rio Doce  
FSC – Conselho de Manejo Florestal  
IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores  
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
ICP – Inquérito Civil Público  
IED – Investimento Estrangeiro Direto  
IMASUL – Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change  
ISO – Organização Internacional para Padronização  
ISS – Imposto Sobre Serviço  
MDICE - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
MIQCB – Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu  
MLT – Movimento de Luta Pela Terra  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MPS – Ministério da Previdência Social  
MPT – Ministério Público do Trabalho  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
NOB - Ferrovia Noroeste do Brasil  
NTEP – Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PDRT – Programa de Desenvolvimento Rural Territorial  
PEF – Plano Estadual de Florestas  
PIA – Plantio Industrial de Árvores  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIMA – Programa de Implantação Madeira e Eucalipto  
PIS – Programa de Integração Social  
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PAIR - Perda de Audição Induzida pelo Ruído  
PCTs – Povos e Comunidades Tradicionais  
PEF/MS – Plano Estadual de Florestas de Mato Grosso do Sul  
PGC – Programa Grande Carajás  
PLADESCO - Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste  
PLR – Participação nos Lucros e Resultados  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNF – Plano Nacional de Florestas

PNPC – Plano Nacional de Papel e Celulose  
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
PPA – Plano Plurianual de Investimento  
PP-GG – Programa de Pós-Graduação em Geografia  
PT – Partido dos Trabalhadores  
REITs - Real Estate Investment Trusts  
REFLORE/MS - Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas  
RENAST - Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador  
RSC - Responsabilidade Social Corporativa  
RSE – Responsabilidade Social Empresarial  
SBS - Sociedade Brasileira de Silvicultura  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SECEX - Secretaria de Comércio Exterior  
SECOM - Secretaria de Comunicação do Estado do Maranhão  
SEMA – Secretaria de Meio Ambiente  
SEMAC - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, de Planejamento e de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul  
SEPROTUR - Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo  
SINAN – Sistema Nacional de Agravo de Notificação  
SINDICELPA - Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias de Celulose e Papel do Estado da Bahia  
SINTOX – Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas  
SITTREL – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Celulose de Três Lagoas  
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz  
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia  
SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste  
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
SUDESUL – Superintendência de Desenvolvimento do Sul  
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus  
SUS – Sistema Único de Saúde  
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta  
TIMOs - Timberland Investment Management Organizations  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
UE – União Europeia  
UGO – Unidade Geográfica de Operação  
VCP – Votorantim Celulose e Papel  
VISAT - Vigilância em Saúde do Trabalhador  
WRM - Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais  
ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

## LISTA DE FIGURAS

1 -	Esquema Categorical A: Pilhagem Territorial.....	26
2 -	Esquema Categorical B: Precarização e Degradação do Trabalho.....	27
3 -	Evolução da Produção de Celulose no Brasil Desde 1970 (em milhões de toneladas).....	42
4 -	Evolução da Produção Brasileira de Celulose Por Tipo (1992-2010).....	44
5 -	Exportação Brasileira de Celulose Por Destino (2013).....	45
6 -	Projeção de Crescimento Relativo da Área Com Plantio de Árvores Pela Indústria de Celulose e Papel no Brasil (2002-2010).....	46
7 -	Localização da Fábrica da Veracel Celulose no Contexto do Extremo Sul da Bahia.....	53
8 -	Expansão da Área Plantada (em ha) Com Eucalipto na Bahia (2005-2014).....	54
9 -	Localização das Fábricas da Fibria Celulose e Eldorado Brasil no Contexto da Microrregião de Três Lagoas (MS).....	59
10 -	Expansão da Área Plantada (em ha) Com Eucalipto em Mato Grosso do Sul (2005-2014).....	61
11 -	Localização da Fábrica da Suzano Papel e Celulose no Contexto da Microrregião de Imperatriz (MA).....	66
12 -	Expansão da Área Plantada (em ha) Com Eucalipto no Maranhão (2005-2014).....	68
13 -	Mata de Cocais na Região da Estrada do Arroz, Imperatriz (MA).....	73
14 -	Produtividade das “Florestas de Rápido Crescimento” em Países Seleccionados (em m <sup>3</sup> /ha/ano).....	81
15 -	Produção de Celulose Por Hemisfério em 1994 e 2007.....	90
16 -	Localização das Fábricas de Celulose de Mercado no Brasil, por Situação (em 2015).....	96
17 -	Área Ocupada com os Principais Cultivos Alimentares na Microrregião de Porto Seguro (BA) (em ha, entre 2000 e 2010).....	105
18 -	Área Ocupada com os Principais Cultivos Alimentares na Microrregião de Imperatriz (MA) (em ha, entre 2000 e 2010).....	105
19 -	Área Ocupada com os Principais Cultivos Alimentares na Microrregião de Três Lagoas (MS) (em ha, entre 2000 e 2010).....	106
20 -	Povoado Cercado Pelo Plantio de Eucalipto às Margens da BR-010 (MA).....	109
21 -	Panfleto do Programa “Artesanato Legal”, da Veracel.....	147
22 -	Programas da Fibria no Assentamento 20 de Março, Três Lagoas (MS).....	150
23 -	Placa Proibitiva em Fazenda da Eldorado Brasil.....	159
24 -	Patrulhamento Particular da Veracel Celulose em Áreas de Plantio Próximas ao Acampamento 2 de Julho, Eunápolis (BA).....	160
25 -	Consumo Per Capita de Papel (em quilos) em Países Seleccionados (2010).....	173
26 -	Ocupação do Povo Pataxó no Parque Nacional do Descobrimento (BA).....	182
27 -	Ocupação Aldeia Nova Esperança, Prado (BA).....	183
28 -	Ocupação Baixa Verde, Eunápolis (BA).....	184
29 -	Ocupação 2 de Julho, Eunápolis (BA).....	185
30 -	Barraco Construído com Madeira de Eucalipto na Ocupação 2 de Julho, Eunápolis (BA).....	186
31 -	Nova Ocupação de Área Com Eucalipto da Veracel Próxima ao Assentamento 25 Anos, Eunápolis (BA).....	187
32 -	Família Acampada na Estrada do Arroz, Imperatriz (MA).....	188
33 -	Assentamento Califórnia (MA).....	190

34 -	Plantio de Mandioca em Área Anteriormente Destinada ao Cultivo de Eucalipto na Ocupação 2 de Julho, Eunápolis (BA).....	191
35 -	Plantio de Hortaliças em Área Anteriormente Destinada ao Cultivo de Eucalipto no Acampamento Gildásio Salles Ribeiro, Eunápolis (BA).....	192
36 -	Percentual das Exportações Brasileiras Por Fator Agregado (2000 e 2010).....	220
37 -	Desembolsos do BNDES por setor entre 2006 e 2009 (em bilhões de R\$).....	225
38 -	Algumas Etapas do Processo Produtivo da Celulose.....	237
39 -	Pilha de Toras de Eucalipto à Margem das Áreas de Plantio da Veracel, em Eunápolis (BA).....	239
40 -	Sala de Controle da Fábrica da Eldorado Brasil, Três Lagoas (MS).....	240
41 -	Evolução da Mão de Obra na Microrregião de Porto Seguro (BA) Segundo Sexo, em Atividades Seleccionadas (2007-2014).....	266
42 -	Evolução da Mão de Obra na Microrregião de Três Lagoas (MS) Segundo Sexo, em Atividades Seleccionadas (2007-2014).....	267
43 -	Evolução da Mão de Obra na Microrregião de Imperatriz (MA) Segundo Sexo, em Atividades Seleccionadas (2007-2014).....	267
44 -	Percentual de Empregados por Faixa de Salário no Setor de Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura em Microrregiões Seleccionadas (2013).....	268
45 -	Percentual de Empregados por Faixa de Salário na Indústria de Transformação em Microrregiões Seleccionadas (2013).....	269
46 -	Percentual de Empregados por Faixa de Salário na Microrregião de Porto Seguro (BA), em Atividades Seleccionadas (2013).....	270
47 -	Percentual de Empregados por Faixa de Salário na Microrregião de Três Lagoas (MS), em Atividades Seleccionadas (2013).....	270
48 -	Percentual de Empregados por Faixa de Salário na Microrregião de Imperatriz (MA), em Atividades Seleccionadas (2013).....	271
49 -	Rotatividade da Mão de Obra nas Atividades Relacionadas à Produção de Celulose no Brasil (2007-2014).....	272
50 -	Rotatividade da Mão de Obra nas Atividades Relacionadas à Produção de Celulose na Microrregião de Porto Seguro (BA) (2007-2014).....	273
51 -	Rotatividade da Mão de Obra nas Atividades Relacionadas à Produção de Celulose na Microrregião de Três Lagoas (MS) (2007-2014).....	274
52 -	Rotatividade da Mão de Obra nas Atividades Relacionadas à Produção de Celulose na Microrregião de Imperatriz (MA) (2007-2014).....	275
53 -	Acidentes e Adoecimento do Trabalho no Brasil (2007-2013).....	307
54 -	Acidentes e Adoecimento do Trabalho no Brasil, em Atividades Econômicas (CNAE) Seleccionadas (2007-2013).....	309
55 -	Acidentes e Adoecimento do Trabalho na Bahia, em Atividades Econômicas (CNAE) Seleccionadas (2007-2013).....	310
56 -	Acidentes e Adoecimento do Trabalho em Mato Grosso do Sul, em Atividades Econômicas (CNAE) Seleccionadas (2007-2013).....	311
57 -	Acidentes e Adoecimento do Trabalho no Maranhão, em Atividades Econômicas (CNAE) Seleccionadas (2007-2013).....	312

#### LISTA DE TABELAS

1 -	Principais Países Produtores de Celulose em 2013.....	43
2 -	Evolução da Área Ocupada com Plantio de Eucalipto no Brasil, Por UF (2006-2013).....	47
3 -	Principais Cultivos Agrícolas em Área Plantada no Brasil (2005 e 2010).....	48



4 -	Comparação Entre Rotação e Rendimento (espécies para celulose de fibra curta) em Países Selecionados.....	81
5 -	Evolução das Transações Externas Correntes na Década de 2000 (em bilhões de dólares).....	220
6 -	Doações Diretas de Empresas de Celulose para Campanhas Eleitorais em 2006 e 2008 (em R\$).....	222
7 -	Doações Diretas de Empresas de Celulose para Campanhas Eleitorais em 2010, 2012 e 2014 (em R\$).....	223
8 -	Financiamento do BNDES Para o Setor de Celulose e Papel (1957-1991).....	225
9 -	Operações Diretas do BNDES com Empresas do Setor de Celulose e Papel (2010 a 2013).....	226
10 -	Trabalhadores Admitidos em Atividades Relacionadas à Produção de Celulose em Relação ao Total de Admitidos na Microrregião de Porto Seguro (2007-2014).....	261
11 -	Trabalhadores Admitidos em Atividades Relacionadas à Produção de Celulose em Relação ao Total de Admitidos na Microrregião de Três Lagoas (2007-2014).....	262
12 -	Trabalhadores Admitidos em Atividades Relacionadas à Produção de Celulose em Relação ao Total de Admitidos na Microrregião de Imperatriz (2007-2014).....	263
13 -	Desligamentos por Motivo em Atividades e Microrregiões Selecionadas (2007-2014).....	277
14 -	Tipo de Vínculo de Trabalho nas Empresas Produtoras de Celulose (2013).....	279
15 -	Impacto do Trabalho na Saúde do Trabalhador no Brasil (1990-2012).....	306
16 -	Setores Industriais com Maiores Taxas de Acidentes de Trabalho (2004).....	308
17 -	Acidentes, Adoecimento e Óbito em Decorrência do Trabalho nos Municípios da Microrregião de Porto Seguro (2008-2009 e 2011-2012).....	310
18 -	Acidentes, Adoecimento e Óbito em Decorrência do Trabalho nos Municípios da Microrregião de Três Lagoas (2008-2009 e 2011-2012).....	311
19 -	Acidentes, Adoecimento e Óbito em Decorrência do Trabalho nos Municípios da Microrregião de Imperatriz (2008-2009 e 2011-2012).....	312
20 -	Agravos Registrados pelo SINAN na Região do CEREST de Teixeira de Freitas, por Tipo e Sexo (2007-2014).....	313
21 -	Agravos Registrados pelo SINAN na Região do CEREST de Imperatriz, por Tipo e Sexo (2007-2014).....	314
22 -	Agravos Registrados pelo SINAN na Microrregião de Três Lagoas, por Tipo e Sexo (2007-2014).....	315
23 -	Agravos Notificados na Região do CEREST de Teixeira de Freitas, por Ocupação (2007-2014).....	316
24 -	Agravos Notificados na Região do CEREST de Imperatriz (2007-2014), por Ocupação.....	316
25 -	Agravos Notificados nos Municípios da Microrregião de Três Lagoas (2007-2014), por Ocupação.....	317

## SUMÁRIO

Apresentação.....	20
Introdução.....	29

### PARTE I – A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL ARBÓREO-CELULÓSICO

<b>Capítulo 1 - Do local ao global... E novamente ao local: os megaempreendimentos na esteira da mobilidade do capital arbóreo-celulósico no mundo e no Brasil.....</b>	<b>41</b>
1.1. Breve panorama da produção de árvores e celulose no Brasil atual.....	41
1.2. Os megaempreendimentos e os contextos regionais de suas inserções....	51
1.2.1. Veracel no Extremo Sul da Bahia.....	51
1.2.2. Fibria, Eldorado Brasil e CRPE em Três Lagoas.....	57
1.2.3. Suzano no Oeste Maranhense.....	65
1.2.4. Braxcel no Tocantins, Suzano no Piauí e Stora Enso/VCP no Rio Grande do Sul: contrassensos do naufrágio.....	74
1.3. O discurso legitimador do capital arbóreo-celulósico: necessidade, vocação natural, capitalismo verde e sustentabilidade.....	77
1.4. A mobilidade do capital arbóreo-celulósico: fragmentação e periferização espacial do circuito produtivo papeleiro.....	88
1.5. Alguns desdobramentos nos campos e nas cidades.....	102
<b>Capítulo 2 - O território sob o espectro da pilhagem.....</b>	<b>115</b>
2.1. A herança da economia clássica e os fantasmas do presente.....	116
2.2. Pilhagem territorial: fundamentos de uma formulação.....	123
2.3. A pilhagem territorial promovida pelo capital arbóreo-celulósico nas áreas de expansão recente.....	130
2.4. O elo que nos liga à crise estrutural do capital.....	168
2.5. (Re)existência e enfrentamento: a construção do contra-espço.....	175

### PARTE II – NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E NOVO DESENVOLVIMENTISMO COMO FACES DO MESMO HIBRIDISMO

<b>Capítulo 3 - O Nacional-desenvolvimentismo e suas implicações para o monocultivo arbóreo e a produção de celulose.....</b>	<b>197</b>
3.1. A intrincada relação entre Estado e capital.....	198
3.2. Nacional-desenvolvimentismo: conjuntura e contextura.....	200
3.3. Indução do “reflorestamento” e da produção de celulose e papel: algumas medidas principais.....	203
3.4. Crise do modelo e suas rugosidades.....	207
<b>Capítulo 4 - O Novo desenvolvimentismo e o papel da celulose.....</b>	<b>211</b>
4.1. O que há de novo no Novo desenvolvimentismo?.....	211
4.2. Explicitando a contradição: a estratégia primário-exportadora e a expansão das <i>commodities</i> agrominerais.....	219
4.3. Ações recíprocas.....	221

### PARTE III – PRECARIZAÇÃO, DEGRADAÇÃO E RESISTÊNCIA NOS NOVOS TERRITÓRIOS DA CELULOSE

<b>Capítulo 5 -</b>	<b>O (sub)mundo do trabalho nos novos territórios da celulose.....</b>	<b>236</b>
5.1.	O processo produtivo da celulose e os sujeitos que nele trabalham.....	236
5.2.	Os territórios da relação capital-trabalho.....	241
5.3.	Diferença, coexistência e superexploração do trabalho: o tempo posto no “chão duro” do espaço.....	255
<b>Capítulo 6 -</b>	<b>Territórios da hegemonia do capital, territórios da precarização e degradação dos sujeitos que trabalham.....</b>	<b>259</b>
6.1.	Trabalho vivo escasso, masculino, mal remunerado e volátil.....	260
6.2.	Trabalho precário.....	277
6.3.	Trabalho degradante.....	297
	<b>Considerações finais.....</b>	<b>340</b>
	<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>348</b>
	<b>Material jornalístico consultado.....</b>	<b>366</b>

## APRESENTAÇÃO

O caminho que levou ao reconhecimento, por parte dos geógrafos, de que o conhecimento por eles produzido não era um saber neutro e desinteressado foi longo e custoso. Durante muito tempo, sabemos desde a publicação do clássico de Yves Lacoste (1988), a Geografia foi concebida e apresentada dessa maneira, mesmo que, na prática, tenha sempre servido para fazer a guerra. Nosso ponto de partida para apresentar ao leitor a presente tese, portanto, não poderia ser outro senão a explicitação do cruzamento entre ela e nossa própria trajetória pessoal, deixando claro, desde já, que seu autor é um sujeito histórico datado e situado no espaço e na estrutura social e, por conseguinte, limitado e também dotado de subjetividade e intencionalidade.

Por ser um trabalho de maior envergadura, o texto incorporou os esforços feitos desde o curso de graduação em Geografia (2006-2010) cursado na Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), quando estudamos os movimentos pendulares de trabalhadores para o comércio. Daí surgiu o interesse pelo amplo temário do trabalho e pela compreensão de sua mobilidade espacial por meio da lente geográfica. E, é forçoso dizer, como todo trabalho científico esse é também um produto coletivo, fruto do somatório dos esforços de muitos colegas e das experiências vivenciadas nos grupos de pesquisa dos quais somos membros. Indissociável de nosso posicionamento político, a perspectiva teórico-metodológica adotada foi sendo paulatinamente gestada no interior do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), do qual participamos desde o ano de 2008 e, posteriormente, do Coletivo CETAS de Pesquisadores (Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde), ambos sob a coordenação do professor Antonio Thomaz Junior. Os muitos debates, reuniões de estudo, eventos e outras atividades contribuíram sobremaneira para dar-nos os subsídios e condições necessárias para o posicionamento crítico frente à realidade e o manejo do instrumental teórico-metodológico adotado.

O primeiro flerte com o tema dos monocultivos arbóreos e da produção de celulose ocorreu em 2010. Ainda nos vem à memória o espanto causado quando, por ocasião de um trabalho de campo organizado pelo Professor Dr. Antonio Thomaz Junior ao Município de Três Lagoas, no estado de Mato Grosso do Sul (distante cerca de 200 km de Presidente Prudente-SP), vimos, pela primeira vez, uma fábrica de celulose e o deserto verde formado pelos eucaliptais quase sempre contíguos e a perder de vista a ela anexados. A mesma perplexidade causaram-nos os milhares de homens, em sua maioria migrantes nordestinos, os quais passaram a abarrotar hotéis, casas e ruas da cidade quase do dia para a noite. Apesar da relativa proximidade, no Pontal do Paranapanema pouco sabíamos a respeito da intensa transformação por que passava o Leste Sul-mato-grossense, em poucos anos transformado no

maior polo celulósico do mundo. Naquele momento, também não podíamos imaginar a relação entre aqueles megaempreendimentos e os eventos recentes noutras paragens, Brasil e mundo a fora.

Assim, unindo o aprendizado teórico do trabalho de conclusão do curso de graduação à curiosidade despertada pela visita a Três Lagoas, construímos o objeto da pesquisa de mestrado: a mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na formação do que à época ficou conhecido como complexo celulose-papel de Três Lagoas. Não obstante, os resultados da pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD (2011-2012) extrapolaram em muito seu objetivo inicial, colocando-nos frente a constatações que não pudemos aprofundar e questionamentos para os quais não pudemos encontrar respostas. Eis a motivação para um projeto de doutorado.

Tais constatações permitiram-nos formular algumas hipóteses principais, a seguir sintética e esquematicamente apresentadas:

(a) O considerável incremento da produção e da exportação de celulose no Brasil está diretamente ligado a um movimento, desdobrado na escala mundial, de transferência espacial das etapas iniciais do processo produtivo do papel (monocultivo arbóreo e produção de celulose), dos países tradicionalmente produtores do Hemisfério Norte para países com pouca ou nenhuma “tradição” nesse tipo de atividade no Hemisfério Sul, como, por exemplo, o Brasil.

(b) A mesma lógica por trás da mobilidade espacial do capital celulósico no plano mundial - qual seja, de redução dos custos produtivos e de ampliação da rentabilidade dos investimentos por meio da seletividade espacial – internamente também preside a localização dos novos megaempreendimentos no país, produtos de grandes inversões realizadas por empresas nacionais e estrangeiras, particularmente desde a década passada. Com isso, regiões como o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste passaram a figurar como os *loci* prioritários dos grandes projetos, com todos os rebatimentos socioambientais decorrentes.

(c) A estratégia implícita na ação da *intelligentsia* do capital pode ser definida, acima de tudo, como uma estratégia eminentemente territorial, na medida em que seus projetos apoiam-se e têm por objetivo o rígido controle de extensas frações de espaço com seus diversos recursos, não apenas os chamados “recursos naturais” como recursos socialmente produzidos, e só logram êxito se esse controle, por mais devastador que possa se mostrar, puder ser estabelecido e mantido.

(d) A realidade encontrada contradiz integralmente o que, deliberada e insistentemente, as grandes corporações do segmento, em conluio com outros agentes sociais (representantes do poder público, ONGs, mídia especializada, instituições de pesquisa e pesquisadores, principalmente) têm propagandeado, amparados no pressuposto de que a produção de celulose e o monocultivo arbóreo (ao qual denominam “plantio de florestas”) a ela associado são atividades economicamente “verdes”

e promotoras do desenvolvimento sustentável, ou seja, economicamente eficiente, ambientalmente prudente e socialmente justo. Na verdade, encontramos evidências concretas da exploração desenfreada e predatória dos recursos territoriais e, especialmente, dos seres humanos que atuam direta ou indiretamente nas atividades laborativas desse processo produtivo, redundando ainda no ataque direto às condições de existência de outros sujeitos e comunidades cujo modo de vida é diametralmente antagônico ao modelo adotado pelas corporações.

(e) É certo que o delineamento deste modelo tem a ver com condições e processos da economia global como um todo, mas ele também deixa entrever, muito claramente, sua vinculação com a política econômica e, diga-se, com o modelo de desenvolvimentos adotado pelos últimos governos brasileiros.

Quanto ao recorte temático, decidimos apostar na construção de um corpo teórico-conceitual capaz de dar conta das constatações e hipóteses explicitadas e dos desafios postos, aos quais, provisoriamente, demos o nome de “pilhagem territorial”, tomando como referência inicial o conceito de pilhagem ambiental proposto por Elmar Altvater (1995). Essa formulação, obviamente, naquele momento inicial representava apenas um sistema hipotético que *ipso facto* carecia de delineamentos teóricos e empíricos consistentes. Por outro lado, centramos nossa atenção no fenômeno da degradação do trabalho, entendendo-o como um dos resultados da precarização contemporânea evidenciado pelos riscos e agravos à saúde dos trabalhadores. Aliás, um dos resultados diretos da pesquisa foi exatamente a percepção de ser esse não um processo à parte, mas um dos desdobramentos da própria pilhagem territorial levada adiante pelo grande capital.

O desejo de conhecer a própria dinâmica territorial do capital arbóreo-celulósico no Brasil e não um ou outro caso particular de sua efetivação tornou forçoso tensionar tanto a perspectiva regional, tão cara e tradicional nos estudos geográficos, quanto a tendência atualmente em voga à adoção de recortes microescalares. Com isso, objetivamos tão somente adequar a questão do recorte empírico ao objeto e aos objetivos da pesquisa. As áreas inicialmente definidas para o estudo foram aquelas em que, naquele momento (2012/2013), já havia novas unidades fabris de produção de celulose em funcionamento (Microrregiões de Três Lagoas-MS e Porto Seguro-BA), em fase de construção/montagem (Microrregião de Imperatriz-MA) e outras regiões objetos de anúncios de inversões futuras (Microrregiões de Gurupi-TO e do Médio Parnaíba Piauiense-PI).

A despeito do recorte inicialmente definido, durante o desenrolar da primeira etapa da pesquisa os projetos previstos pela Suzano, no Piauí, e pela Braxcel, no Tocantins foram indefinidamente adiados (o assunto será tratado no capítulo 1, item 1.2.4), mudança inesperada que forçou à redefinição do recorte, retirando essas duas áreas.

Amparados por diversos autores, em sua maioria cientistas sociais não geógrafos (THIOLLENT, 1980; GEERTZ, 1989; MARRE, 1991; HALL, 1992; THOMPSON, 1992;

COLOGNESE; MÉLO, 1998; CLIFFORD, 2000, entre outros), concebemos o método filosófico de análise e os procedimentos práticos para o levantamento de dados e a produção de informações (metodologia) como dimensões igualmente importantes porque imbricadas e indissociáveis, ambas carecendo, pois, de refinamento e reflexão crítica por parte do pesquisador. Tal postura, alerta Nécio Turra Neto (2012), em certa medida é muito recente no campo da Geografia em que, historicamente, predominou uma maior valorização do método de análise e certo “espontaneísmo” em relação à metodologia<sup>1</sup>.

Nesse espírito, o próprio desenvolvimento da pesquisa conduziu à adoção de uma diversidade de procedimentos práticos, combinando pesquisa *quantitativa* (levantamento e análise de dados numéricos) e *qualitativa* (produção e análise de material discursivo/textual), sempre referenciados na literatura disponível sobre esses assuntos<sup>2</sup>. A bem da verdade, esse tipo de abordagem metodológica quanti-qualitativa, somado à centralidade do trabalho de campo nas pesquisas, constitui uma característica comum aos trabalhos produzidos no âmbito do CEGeT, como demonstrado por Fernando Heck (2015).

De um lado, para além da pesquisa bibliográfica, procuramos explorar a fundo os dados existentes sobre os diversos temas envolvidos e tratados na pesquisa, como os de admissões e desligamentos do CAGED (MTE); os dados econômicos disponibilizados pelo IBGE, pelo BNDES e pelas publicações das próprias empresas estudadas e seus órgãos representativos (BRACELPA e IBÁ); os dados sobre agravos à saúde do trabalhador do Ministério da Previdência Social e do Ministério da Saúde (SINAN-SUS); e outros dados, como, por exemplo, sobre doações das empresas para campanhas políticas, divulgados pelo TSE.

De outro, fizemos o levantamento e a análise de documentos públicos (planos governamentais de desenvolvimento, processos judiciais, ações civis públicas, EIA/RIMAs etc.) e privados (relatórios das empresas) e de material jornalístico sobre os assuntos estudados coletado em veículos de amplitude local, regional e nacional, gerais e especializados.

Do ponto de vista da pesquisa qualitativa, contudo, o mais importante foi a realização de trabalhos de campo nas três regiões que compuseram o recorte de pesquisa, os quais possibilitaram, além da observação direta e dos diálogos informais, a realização de mais de quase quatro dezenas de entrevistas semiestruturadas com sujeitos sociais direta ou indiretamente envolvidos na

---

<sup>1</sup> Para não sermos injustos, cabe relativizarmos a afirmação, pois é fato que a preocupação com o refinamento metodológico compareceu amiúde também nos trabalhos de alguns geógrafos. Para ficarmos apenas no âmbito do CEGeT, tomemos como exemplo a tese de María Franco García, defendida em 2004 junto ao PP-GG/UNESP.

<sup>2</sup> Essa preocupação resultou, inclusive, na organização de oficinas sobre o uso de metodologia qualitativa nos estudos do trabalho, ministradas durante a XV e XVI edições da Jornada do Trabalho juntamente com outros colegas do CEGeT/CETAS.

territorialização do capital do segmento estudado, isto é, representantes do Poder Público (Governo, em seus diversos níveis), do capital (diretores e altos funcionários das empresas) e do trabalho, em sentido amplo (trabalhadores do plantio, manejo, corte e transporte do eucalipto, trabalhadores das fábricas de celulose, trabalhadores sem-terra nas ocupações, camponeses, indígenas, quebradeiras de Coco Babaçu, entre outros). Em tais ocasiões, visitamos prefeituras e órgãos de planejamento, procuradorias do Ministério Público do Trabalho (MPT), sindicatos, fábricas e suas áreas de plantio, inúmeras ocupações e assentamentos, vilarejos e povoados nas áreas afetadas, e ainda, entidades surgidas exatamente como contraponto às mazelas promovidas à revelia pelos megaempreendimentos estudados, como o Centro de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Extremo Sul (CEPEDES), de Eunápolis (BA), ou que acabaram por ter nelas um dos seus focos principais de luta, como o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos “Carmen Bascaran” (CDVDH/CB), de Açailândia (MA).

Aceitando de bom grado o valioso conselho do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (2007), fizemos do diário de campo um companheiro inseparável em cada um dos trabalhos de campo realizados. Nele foram registradas as observações, descrições, informações relevantes, impressões iniciais e comentários sobre os lugares visitados e pessoas entrevistadas, assim como tentativas de correlacionar tudo isso com o aporte teórico adotado.

Uma vez em campo, muitas foram as dificuldades encontradas para o êxito das atividades planejadas. Nas localidades mais distantes (Eunápolis e Imperatriz), o principal problema foi a necessidade de organização e preparação das visitas com grande antecedência e muito rigor, de modo a evitar quaisquer imprevistos para conhecer os principais lugares e entrevistar os sujeitos prioritários, no sentido de aprofundar a análise dos aspectos específicos mais relevantes, evitando uma abordagem excessivamente geral e superficial. Isso se justifica ainda pela possível dificuldade de retornarmos a essas áreas outras vezes. Ainda assim, por fatores inesperados, ocorreu de não conseguirmos cumprir exatamente com a mesma programação nas três áreas de pesquisa.

O contato com os sujeitos e a condução das entrevistas não seguiram nenhum roteiro rígido preestabelecido. É fato que antes mesmo da partida tínhamos em mente alguns temas centrais a serem abordados em cada área, bem como sujeitos que poderiam fornecer informações relevantes sobre eles. Isso possibilitou-nos entrar em contato com algumas pessoas, a fim de agendarmos visitas e recebermos, à distância, dicas valiosas para a preparação dos trabalhos de campo, e ainda, construirmos conjuntos de questionamentos que, julgávamos, deveriam comparecer no momento das entrevistas. A leitura prévia de textos específicos, especialmente monografias, dissertações e teses acerca dos temas tratados, muitas vezes tendo como recorte as próprias áreas estudadas, também contribuiu sobremodo para o êxito dessa etapa de preparação para o campo.

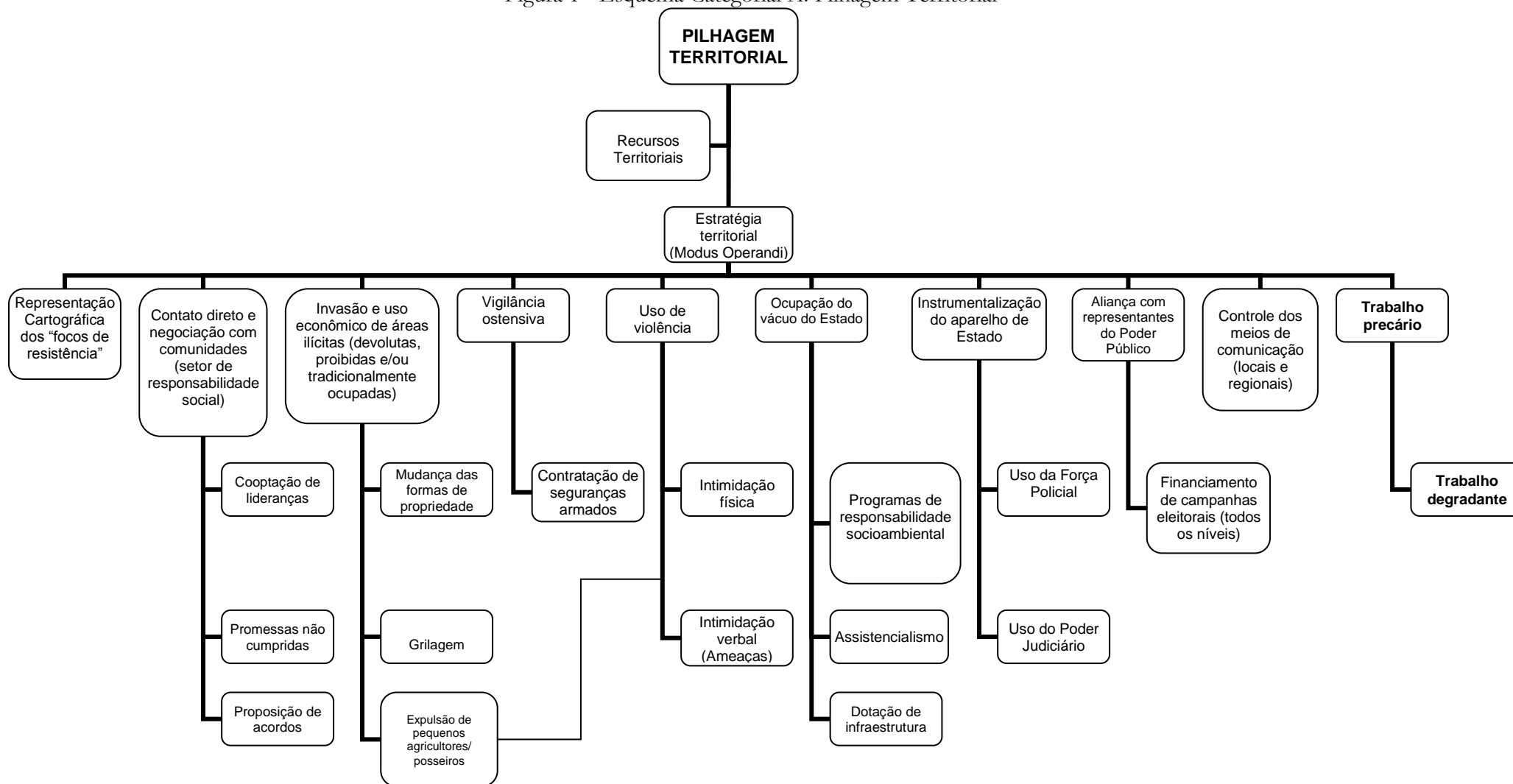


Colocar os pés no recorte espacial, entretanto, é um exercício que exige do pesquisador capacidade de readequação das concepções prévias e expectativas iniciais diante da realidade encontrada. Surgiram, a todo instante, novas questões sobre as quais sequer suspeitávamos e outros sujeitos portadores de pistas e revelações sobre elas. Algumas conversas, cujo valor para esta tese foi inestimável, ocorreram em situações completamente inusitadas, como em pontos de ônibus, bares ou mesmo nos hotéis onde hospedamo-nos - e sequer foram gravadas. Nesse sentido, a metodologia foi uma construção permanente e constantemente refeita, guiada pela práxis da pesquisa, e não um conjunto de preceitos e práticas idealmente concebido e “aplicado” pelo pesquisador.

Cabe apenas salientar que nossas atividades no campo foram intensas e puderam contar com o valioso auxílio de diversos colaboradores, sem os quais estariam fatalmente fadadas ao fracasso. Por isso, mesmo com todos os entraves, acreditamos que os resultados, na medida do possível, superaram nossas expectativas iniciais.

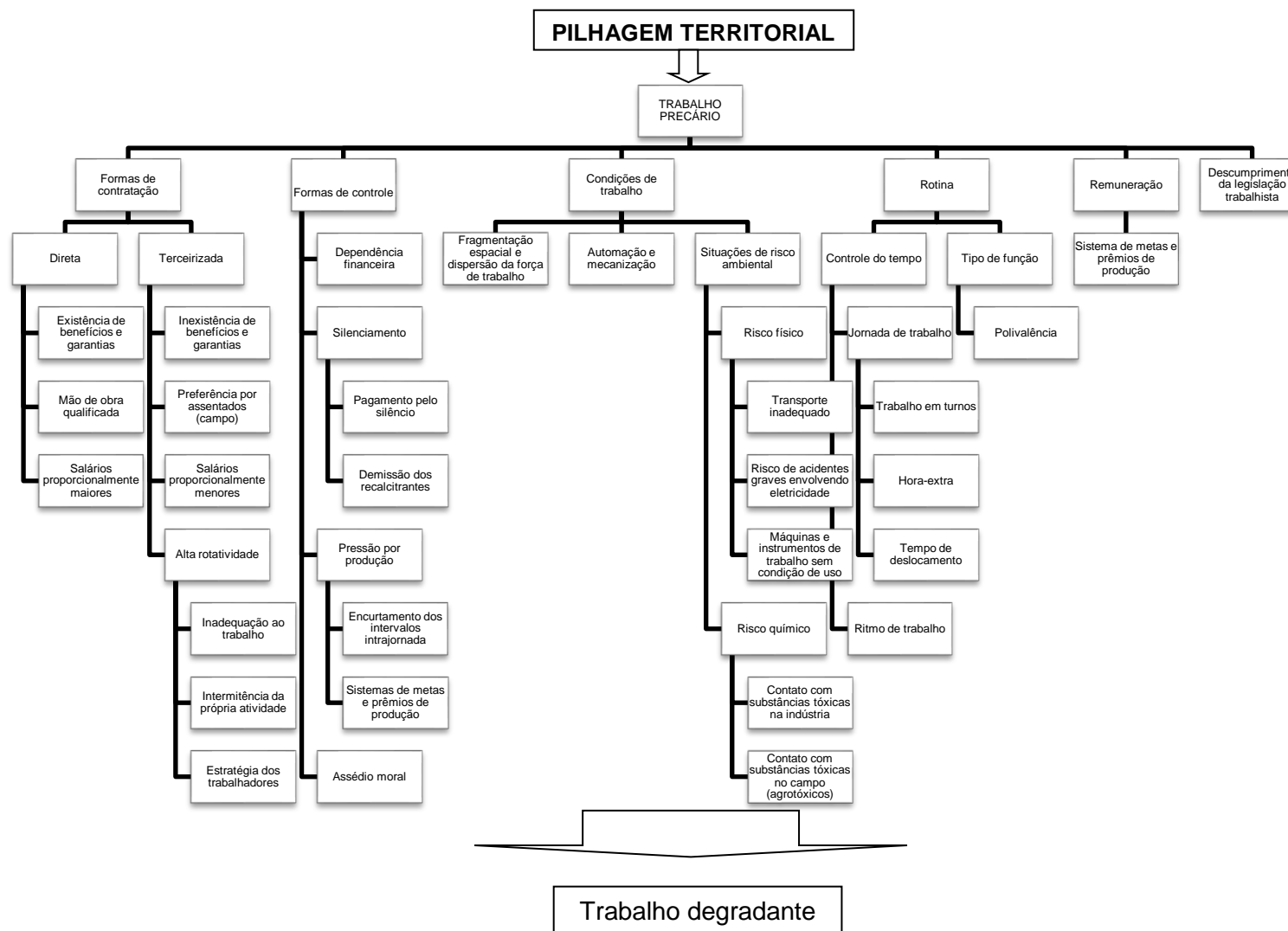
De posse de todo o material produzido através das entrevistas e em seguida transcrito na íntegra, iniciamos o trabalho de análise sistemática adotando a categorização temática proposta por Gibbs (2009), um procedimento indutivo que permite estabelecer e ordenar categorias teóricas a partir do material empírico obtido. O resultado foi a construção de esquemas categoriais (Figuras 1 e 2).

Figura 1 - Esquema Categrial A: Pilhagem Territorial



Fonte: Trabalhos de campo. Elaborado pelo autor.

Figura 2 - Esquema categorial B: Precarização e Degradação do Trabalho



Fonte: Trabalhos de campo. Elaborado pelo autor.

Os esquemas categorias elaborados foram de enorme valia para alcançarmos os objetivos propostos na fase de análise do material, respeitando os princípios do método filosófico adotado, e, como se verá adiante, também para a estruturação do plano de redação da tese.

Ainda quanto à metodologia, alguns esclarecimentos e advertências são necessários. No tocante à pesquisa quantitativa, procuramos padronizar ao máximo o intervalo temporal dos dados para o período 2005-2015, ou seja, desde o início da implantação dos primeiros projetos nas novas áreas até o presente momento, o que, por limitações dos próprios bancos, nem sempre foi possível. Assim, foi necessário adotar aproximações com base nessa periodização ideal. Em relação às informações verbais e depoimentos, advertimos que *todos os nomes próprios foram substituídos por pseudônimos*, de modo a preservar a identidade e a integridade dos entrevistados, tática essa não adotada apenas para o caso dos representantes do Poder Público, cujo cargo pressupõe reconhecimento e publicidade.

Ao todo, a pesquisa teve duração de mais de três anos e meio e pôde contar com o imprescindível apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a qual disponibilizou bolsa de pesquisa e recursos de reserva técnica para a compra de equipamentos, materiais de consumo e custeio das despesas com a realização de trabalhos de campo e a participação em diversos eventos científicos (regionais, nacionais e internacionais), com a apresentação e discussão dos resultados parciais.

Finalmente, devemos mencionar o fato de que, em diversos momentos, nossas ações individuais uniram-se aos esforços coletivos despendidos noutros projetos desenvolvidos no âmbito do CEGeT e do CETAS<sup>3</sup>, algo que, em nossa avaliação, foi extremamente frutífero por ter consubstanciado uma via de mão dupla de aprendizados e socialização de conhecimentos entre os projetos e seus participantes.

As opiniões expressadas, bem como possíveis equívocos e lacunas presentes nesta tese são de nossa inteira responsabilidade.

---

<sup>3</sup> Referimo-nos ao Projeto Temático “Mapeamento e análise do território do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema-São Paulo-Brasil: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental” (Processo FAPESP nº 2012/23959-9); e, especialmente, ao Projeto Universal MCTI/CNPq “Expansão territorial do agrohidronegócio e os impactos para o trabalho e movimentos sociais, no Século XXI” (Processo: 458711/2014-4), ambos coordenados pelo Prof. Dr. Antônio Thomaz Junior. Como membro da equipe de pesquisadores deste Projeto Universal, aproveito para agradecer o CNPq pelo apoio para a realização de trabalho de campo e participação em evento científico após o término da vigência da bolsa da FAPESP.

## INTRODUÇÃO

O poder dos célebres aforismos parece ser análogo ao dos ditos populares: sintetizar os fatos em sentenças breves cuja aplicação e validade são, praticamente, universais. Eis um bom exemplo: os fatos e grandes personagens da história repetem-se sempre duas vezes - escreveu Marx n' *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (2011a), retomando uma afirmação de Hegel a qual acrescentou - a primeira como tragédia e a segunda, como farsa.

Com efeito, o desenvolvimento cíclico e cada vez mais devastador do capitalismo mundializado contemporâneo imprime a mesma lógica da repetição falseada no plano da ação política e do pensamento hegemônicos, acompanhando a instabilidade inerente à acumulação do capital. Nesse espírito, ideias empoeiradas são sempre polidas por nova terminologia e ornamentadas com metodologias sofisticadas a fim de voltarem à voga.

Há pouco menos de três anos, o mercado editorial viu nascer um sucesso no mínimo incomum: uma obra de economia, com quase 700 páginas repletas de tabelas, gráficos e termos técnicos incompreensíveis para grande parte das pessoas, cujas primeiras edições em língua francesa e inglesa bateram recordes de venda liderando, em menos de um ano, a lista de livros mais vendidos pela *Amazon* e o ranking de vendas de ensaios do *The New York Times*. Obviamente, não tardou para que o *best-seller* ganhasse também uma edição em português. Trata-se de *O capital no século XXI*, do economista francês Thomas Piketty (2014), um livro dedicado à compreensão da distribuição da renda e da riqueza no capitalismo.

O que poderia explicar tal fenômeno e, sobretudo, o que ele tem a ver com a presente tese? Para respondermos às questões, daremos um passo de cada vez. Em primeiro lugar, devemos observar que o sucesso editorial e acadêmico de Piketty só pode ser compreendido contra o pano de fundo colocado pela crise e conseqüente recessão global deflagrada em 2008. Em meio a um cenário catastrófico de destruição de capitais, recursos públicos e milhões de empregos, as palavras um tanto heterodoxas do economista francês soam como ecos de esperança para um modelo autodestrutivo de sociedade cujo desenvolvimento atual põe em risco a própria existência da humanidade (MÉSZÁROS, 2003; 2007; LÖWY, 2011).

Sua tese central nos é apresentada nos seguintes termos: “quando a taxa de remuneração do capital ultrapassa a taxa de crescimento da produção e da renda” - o que, segundo o próprio Piketty, constitui uma tendência intrínseca ao modo de produção - “o capitalismo produz automaticamente desigualdades insustentáveis, arbitrarias, que ameaçam de maneira radical os valores da meritocracia sobre os quais se fundam nossas sociedades democráticas” (PIKETTY, 2014, p. 9). Até aqui, não há

nada que os intelectuais críticos, de Marx aos advogados de um capitalismo regulado, como Keynes e seus epígonos, já não tenham dito e demonstrado desde há muito. Novidade, talvez, apenas para os setores mais liberais (e neoliberais) da intelectualidade. A segunda parte - a parte propositiva da sentença - porém, desafia tanto marxistas quanto o *mainstream* do pensamento e da política econômica contemporânea, mas não acrescenta quase nada aos keynesianos: “existem, contudo, meios pelos quais a democracia pode *retomar o controle do capitalismo* e assegurar que o interesse geral da população tenha precedência sobre os interesses privados”<sup>4</sup>.

E, é preciso notar, a fundamentação da primeira parte da tese, aquela que versa sobre a constatação do descontrole e da desigualdade social inerentes ao capitalismo, repousa sobre uma metodologia extremamente indutiva e de rasa fundamentação teórica, porém vigorosa porque baseada na análise de impressionantes séries históricas que cobrem quase três séculos e duas dezenas de países. Quanto às suas proposições, isto é, às propostas efetivas de regulação do capital e de sua dinâmica de desigualdade no século XXI, baseiam-se numa espécie de “Estado social adaptado” para o presente momento e capaz de manejar um instrumento específico: “um imposto mundial e progressivo sobre o capital, acompanhado de grande transparência financeira internacional”<sup>5</sup>.

Desde o nosso ponto de vista, são várias as lacunas explicativas e problemas práticos de uma tal terapêutica, em primeiro lugar, porque a aplicação do instrumento proposto exigiria Estados neutros, alçados acima dos interesses de classe e articulados por uma estrutura de controle global onipotente capaz de fiscalizar o capital social total<sup>6</sup>. O principal problema, no entanto, é que o autor sequer menciona a luta de classes e a contradição estrutural e insolúvel entre capital e trabalho, cujo principal desdobramento é nada menos que a própria questão da desigualdade social por ele examinada.

Curiosamente, as mesmas ilusões reformistas, orientadas pelas ideias de controle do capital e conciliação dos interesses de classes por meio do Estado, constituem o cerne do modelo novo-desenvolvimentista implementado pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) desde meados da década passada, dentro do qual se situam as coordenadas de megaprojetos como os estudados na presente tese. Como nos tempos do “milagre econômico”, grandes obras de infraestrutura (estádios esportivos, portos, ferrovias e rodovias), produção de energia (hidrelétricas, complexos petroquímicos etc.), mineração e produção de insumos básicos (fertilizantes, celulose etc.) tornaram-se a expressão

---

<sup>4</sup> *Ibidem*. Grifos nossos.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 501.

<sup>6</sup> Embora a dinâmica real da acumulação do capital seja molecular (HARVEY, 2013), ou seja, se dê em cada uma das frações do capital distribuídas pelas mãos dos diferentes detentores dos meios de produção posicionados nos variados setores e segmentos econômicos, segundo Mészáros (2007), por meio de Marx é possível e necessário concebê-la também em sua totalidade, enquanto “capital total”. O assunto será retomado mais adiante, no Capítulo 1.

material de um programa de expansão e aprofundamento do capitalismo brasileiro assentado sobre um frágil arranjo político que, em apenas uma década, esfacelou-se por completo. Em todos esses empreendimentos abundam evidências incontestes de precarização do trabalho e violação dos direitos humanos (TIMO, 2013).

Em essência, o modelo está assentado sobre contradições. Às medidas e programas sociais de redistribuição de renda (valorização do salário mínimo, Bolsa Família, expansão do crédito para os setores de menor poder aquisitivo etc.), o Novo desenvolvimentismo brasileiro, enquanto adequação do antigo Nacional-desenvolvimentismo às novas circunstâncias vigentes (BRESSER-PEREIRA, 19/09/2004), combina grandes projetos agroindustriais do passado trágico, sob uma nova e farsesca roupagem, apostando todas as fichas nos setores produtores e exportadores de *commodities* agrominerais (minério de ferro, soja em grão e farelo de soja, carne de frango e bovina, açúcar em bruto e celulose, principalmente) altamente intensivos em recursos territoriais, dispensando-lhes amplo e generoso apoio (BOITO JUNIOR, 2012). De Norte a Sul e de Leste a Oeste, o resultado tem sido um novo ciclo de territorialização predatória do capital e, conseqüentemente, precarização do trabalho, desapossamento e expropriação de camponeses, povos originários e comunidades tradicionais<sup>7</sup>.

Insistentes, os teóricos do “novo” modelo (SICSÚ; DE PAULA; MICHEL, 2007, por exemplo) escudam-no com a possibilidade de promoção do crescimento econômico sustentado e redução concomitante da vulnerabilidade externa do balanço de pagamentos, por meio da geração de elevados superávits da balança comercial.

A perspectiva teórica adotada neste trabalho opõe-se diametralmente a que orienta o Novo desenvolvimentismo brasileiro, bem como àquela que guiou Piketty em sua análise e, sobretudo, em suas bem-intencionadas, porém ingênuas, proposições. Nosso fio condutor é o princípio segundo o qual o capital, enquanto estrutura de controle do intercâmbio sociometabólico dos homens entre si, com sua natureza exterior e consigo mesmos, é – e tem sido com maior intensidade a partir da década de 1970 - incontrolável, irreformável e intrinsecamente destrutivo (MÉSZÁROS, 2003; 2007; 2011) para com as duas fontes de toda a riqueza: os seres humanos que trabalham e sua natureza exterior<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> O termo “comunidade” ou “população tradicional” abarca uma infinidade de situações, sendo definido por Brandão e Borges (2014) como aquela que, a partir de um momento dado e imposto, tornou-se “o lugar dos pobres, dos expropriáveis, dos resistentes, em uma situação de fronteira” (p. 3). Nesses termos, uma comunidade é tradicional não por guardar o folclore e as tradições populares, mas “[...] por representar uma forma ativa e presente de resistência à quebra de um reduto inter-humano de relações ainda centradas mais em pessoas e redes de reciprocidade de/entre sujeitos-atores através de produtos do trabalho, do que em coisas e trocas de mercadorias através de pessoas, tornadas elas próprias seres-objeto” (p. 3-4).

<sup>8</sup> É quase lugar-comum dentro de um certo marxismo a afirmação de que o trabalho é *per se* a fonte de toda a riqueza (material e espiritual) e sociabilidade humanas. Crendo nisso, como o fizeram os elaboradores do Programa do Partido Operário Alemão de 1875 (também conhecido como *Programa de Gotha*), rejeita-se a

E, convém frisar, o estabelecimento desses princípios não se ampara em afirmações abstratas e universalistas, mas ganha vida nos resultados a que chegamos por meio da pesquisa, os quais revelam exatamente a indissociabilidade entre sociedade e natureza quando se põe em foco a incontornabilidade do capital e seu corolário, a destrutividade por ele promovida.

Conquanto a expansão desenfreada e a destrutividade sejam aspectos inerente à própria dinâmica da acumulação desde sua gênese, nesta segunda década do século XXI, afirma François Chesnais (2011), o capital está “serrando” com maior celeridade estes dois “galhos” em cima dos quais ele mesmo está sentado. Marcelo Mendonça (2014) expressa a mesma convicção, tratando-a sob o prisma geográfico. Para o autor

As ações resultantes da fusão do capital industrial e financeiro a partir de meados da década de 1970, que buscam assegurar as condições de reprodução (simples e ampliada) do capital, nos permitem identificar que esse movimento, denominado de reestruturação produtiva, possui dois importantes desdobramentos: a destruição ambiental e a precarização do trabalho, que se hibridizam, enquanto mecanismos globais para estabelecer o controle dos territórios (p. 1).

Assim, toda análise ambiental não deve olvidar a questão da precarização e degradação sistêmica do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2016) consubstanciada na frequente imposição de riscos e na promoção de agravos aos homens e mulheres que têm por única alternativa a venda de sua força de trabalho. Como afirma Laurell (1982 *apud* RIGOTTO, 2003),

O processo saúde-doença é determinado pelo modo como o Homem se apropria da natureza em um dado momento, apropriação esta que se realiza por meio do processo de trabalho, baseado em determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção (p, 391).

Semelhante indissociabilidade manifesta-se quando buscamos compreender as dinâmicas da mobilidade espacial do capital e do trabalho em seu processo de territorialização, um exercício central de nossa pesquisa. Na verdade, a dissociação e dicotomização destas duas faces da mesma moeda é efeito direto do pensamento disjuntivo que caracteriza toda a episteme moderna-ocidental (PORTO-GONÇALVES, 2006c).

Enquanto parte de uma totalidade, a produção arbóreo-celulósica constitui uma boa entrada empírica para a explicitação de tão preocupante realidade alastrada por todo o edifício social. A emergência e consolidação do processo de mundialização do capital, esta nova etapa do desenvolvimento capitalista tornada mais nítida a partir dos anos 1970 (CHESNAIS, 1996),

---

admoestação feita por Marx à margem desse mesmo programa: “O trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A natureza é igualmente a fonte dos valores de uso (e é bem nisso que consiste a riqueza material!) tanto quanto o trabalho que, em si mesmo, é apenas manifestação de uma força natural, a força de trabalho humana” (MARX, [1875] 2013, p. 94).



desencadeou profundas mudanças e rearranjos espaciais não apenas nesse segmento específico, mas na economia como um todo e em escala planetária.

A reboque do vertiginoso crescimento do consumo de papel no mundo nas últimas décadas vem o aumento sem precedentes da produção desta mercadoria e, conseqüentemente, da celulose, vinculado umbilicalmente à expansão de extensas monoculturas de espécies arbóreas de rápido crescimento destinadas a atender à demanda industrial (OVERBEEK; GERBER; KRÖGER, 2012). A distribuição recente de cada uma dessas atividades (cultivo de árvores, produção de celulose e produção de papel) segue os preceitos da divisão internacional do trabalho, conforme os quais os diversos países e regiões do mundo devem ocupar posições especializadas numa vasta e hierárquica cadeia soldada pelo comércio internacional.

O Brasil, assim como diversos países da América Latina, Ásia e África, tem se posicionado na base do circuito produtivo papelheiro, tomando para si a tarefa de produzir árvores e, a partir delas, celulose para exportação. E nisso, não se pode negar, o país tem obtido êxitos extraordinários e dignos de distinção, pois, em algumas décadas, tornou-se o maior produtor e exportador mundial de celulose de eucalipto de fibra curta (BHKP, na sigla em inglês), sendo também o principal destino das maiores inversões do segmento no mundo atualmente.

Para além do dinamismo econômico e do peso representado pela celulose na balança comercial brasileira, são muitos os que enxergam nessa *commodity* uma autêntica vocação nacional e oportunidade ímpar de desenvolvimento ambientalmente sustentável, nos moldes da economia verde, cujos desdobramentos podem inclusive contribuir para reverter passivos ambientais. No mesmo rumo vão as eufóricas expectativas de geração de “empregos verdes”, dignos e seguros, consequência esperada de seu vigoroso fortalecimento recente.

Enquanto os principais estrategistas e apologistas do grande capital e do Estado seguem construindo seus “castelos no ar”, uma série de estudos<sup>9</sup> acena para os rebatimentos espúrios derivados do modelo levado a cabo pelo capital arbóreo-celulósico para as dinâmicas socioambientais, comunidades camponesas e tradicionais, trabalhadores e população em geral nas regiões e municípios atingidos pelos megaempreendimentos. Blindadas por discursos, imagens e práticas que remetem à modernidade e à responsabilidade socioambiental das grandes corporações, encontram-se grandes estruturas monopolistas regidas pela batuta do capital financeiro para as quais o objetivo central não é outra coisa senão o aumento da rentabilidade dos investimentos (obtenção de lucro com o menor custo e no menor tempo) custe o que custar.

---

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, Ruschi (1976), Dalcomuni (1990), Ferreira (2002), Loureiro (2006), Souza e Overbeek (2008), Ferreira (2011), Kudlavicz (2011a e b), Gomes e Overbeek (2011), Maracci (2011), De'nadaí, Soares e Overbeek (2011), Freitas Junior (2011), Oliveira (2012), Almeida (2012), Ribeiro (2012), entre outros.

Tendo em mente tal cenário e partindo de constatações oportunizadas por pesquisa anteriormente realizada (PERPETUA, 2012)<sup>10</sup>, propusemo-nos a compreender quais são as formas assumidas e quais os sinais deixados pelos antagonismos e contradições presentes no monocultivo arbóreo-industrial<sup>11</sup> e na produção de celulose a ele vinculada, considerando dois lados da mesma equação: as formas de controle e exploração da natureza externa presentes na territorialização do capital e dos próprios sujeitos envolvidos no processo produtivo da celulose<sup>12</sup>. Mais precisamente, nosso objetivo foi o de compreender a lógica subjacente à territorialização recente do capital arbóreo-celulósico no Brasil e seus desdobramentos para os trabalhadores, através da análise dos mais novos megaempreendimentos do segmento, localizados em diferentes espaços regionais brasileiros. Neste intuito, como recorte empírico da pesquisa foram escolhidos a porção setentrional do Extremo Sul da Bahia (Microrregião de Porto Seguro), o nordeste de Mato Grosso do Sul (Bolsão sul-mato-grossense, Microrregião de Três Lagoas) e o Oeste Maranhense (Região Tocantina, Microrregião de Imperatriz). Uma vez em campo, as ações efetivas de pesquisa foram centradas nos municípios-sede das empresas cujas plantas fabris já estão em operação: Eunápolis (BA), onde atua a Veracel Celulose; Três Lagoas (MS), onde encontram-se Fibria Celulose e Eldorado Brasil; e Imperatriz (MA), local de implantação do mais novo empreendimento da Suzano Papel e Celulose no país.

Além da considerável distância, sob muitos aspectos, é grande o contraste entre as três regiões estudadas. No tocante ao quadro natural, os megaempreendimentos, compostos por gigantescas fábricas e extensas áreas de monocultivo de eucalipto, foram encravados em meio ao bioma da Mata Atlântica na Bahia, Cerrado em Mato Grosso do Sul e na faixa de transição entre a Caatinga e a Florestas Amazônica constituída pela Mata de Cocais, no estado do Maranhão. O clima tropical úmido do Extremo Sul baiano contrasta com o tropical típico do leste sul-mato-grossense e, ainda mais, com o equatorial da região Tocantina do Maranhão.

O mesmo pode ser dito em relação aos processos de formação socioespacial das regiões em questão. A forte presença indígena e a ocupação muito antiga e fundada na agricultura camponesa

---

<sup>10</sup> Referimo-nos, especificamente, à pesquisa que resultou em nossa dissertação de mestrado, defendida em outubro de 2012 junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD. O mesmo trabalho, feitas as devidas adequações, foi posteriormente publicado na forma de livro (PERPETUA, 2013a).

<sup>11</sup> O emprego deste termo para nos referirmos a atividade em questão é proposital e visa calcinar os germes da linguagem corrente e propalada pelas empresas, seus órgãos representativos e instituições públicas, a qual tem invadido inclusive trabalhos acadêmicos cujos autores utilizam-se de expressões eufêmicas como “plantio de florestas”, “produção florestal”, “florestas artificiais”, “florestas renováveis”, “bosques de eucaliptos” etc. (veja-se, por exemplo, PEDREIRA, 2008; BOTELHO; ALMEIDA; FERREIRA, 2012). Esse assunto será tratado em detalhe no Capítulo 1, item 1.3.

<sup>12</sup> E nisso, devemos dizer, não somos pioneiros. Maria Aparecida Moraes Silva e Rodrigo Constante Martins (2010) perseguiram semelhante objetivo ao estudarem a produção de cana-de-açúcar no estado de São Paulo, concluindo que este tipo de monocultivo destrói “em sentido estrito, recursos naturais e força de trabalho”, revelando “seus próprios limites por meio da *destruição dos trabalhadores e da natureza*” (p. 236. Grifos nossos).

daquela porção do território baiano diferem sobremaneira da ocupação mais recente e presidida pela pecuária extensiva da porção oriental de Mato Grosso do Sul, aproximando-se mais das formas de uso do solo da região Tocantina. A presença dos povos tradicionais (originários ou não) é muito marcante no Extremo Sul e no Oeste Maranhense, o que, ao contrário, não se verifica com a mesma intensidade em Mato Grosso do Sul.

Há, contudo, uma série de pontos de convergência cuja compreensão mostrou-se extremamente importante para chegarmos às explicações apresentadas. A constituição de identidades regionais claramente marcadas pelos signos do isolamento e da marginalidade e a intervenção direta do planejamento estatal no período ditatorial (1964-1985), no sentido de potencializar e referenciar a integração capitalista desses espaços regionais ao centro-dinâmico do país, que resultou na implementação de maciços de eucalipto pré-existentes aos megaprojetos atuais são, desde os resultados obtidos, os mais importantes dentre eles. Não por acaso, encontramos uma ordem de acontecimentos muito semelhante nos três casos estudados. Sua constituição se dá pela sucessão recente de ciclos predatórios simbioticamente combinados: desmatamento, produção de carvão vegetal, pecuária extensiva e, finalmente, monocultivo do eucalipto, sendo esta etapa final despida de sua verdadeira natureza e revestida de uma áurea redentora que, demonstraremos, ela não possui.

Contudo, a despeito de todas as diferenças encontradas salta à vista a semelhança no *modus operandi* das diferentes corporações estudadas. Em parte, isso se deve ao processo histórico de constituição do segmento arbóreo-celulósico no Brasil, caracterizado pela intensa verticalização da produção, centralização do capital e oligopolização do mercado, além é claro, da exportação da quase totalidade do produto final. Em função disso, as poucas e gigantescas corporações não apenas são impelidas a atuar desde um patamar tecnológico elevado, como também a adotar formas de padronização da produção e do relacionamento com a população das localidades onde se inserem.

É marcante também certo compartilhamento do *know-how* entre as corporações, em virtude da grande mobilidade da mão de obra qualificada entre elas. É comum encontrar no quadro de gestores das empresas nascentes (como a Veracel Celulose e a Eldorado Brasil) e nos novos projetos pessoal proveniente de outras empresas especialmente convidado para estruturá-los, de modo que há sempre o aproveitamento das experiências anteriores, inclusive, em diferentes regiões do país. E isso vale principalmente para o relacionamento sempre tenso e conflituoso com os povos originários, comunidades camponesas e tradicionais (propositalmente escondidas sob o termo *stakeholders*) e os trabalhadores mais precarizados.

No afã de tratar o objeto desde a ótica geográfica, encontramos na categoria *território* a “lente” apropriada dentro do repertório categorial e conceitual<sup>13</sup> que tem na Geografia seu campo precípua de discussão e desenvolvimento, sempre em sua indissociável articulação com o espaço geográfico e demais conceitos-chave dessa ciência (CORRÊA, 1995; SUERTEGARAY, 2001). Isso porque a abordagem territorial, quando referenciada no materialismo dialético, permite colocar em primeiro plano a dimensão espacial das relações contraditórias de poder envolvidas no processo de expansão do capital e sua contrapartida necessária, ou seja, a negação e degradação do trabalho em sentido amplo. Daí resulta igualmente a importância da categoria *conflito* enquanto evidência concreta da pilhagem territorial na análise empreendida, pois, onde afirma-se a territorialidade alienante do capital abundam sempre a resistência e as (Re)Existências (PELÁ; MENDONÇA, 2010) e a constituição dos contra-espços (MOREIRA, 2007)<sup>14</sup> do seu polo antagônico, o trabalho, desde o ponto de vista emancipador.

A escolha de enxergar a realidade por meio da lente do território e dos conflitos impõe ao pesquisador a árdua tarefa de considerar as contradições que se expressam espacialmente em sua totalidade, sem distinção prévia oriunda do *approach* teórico-metodológico. Desta forma, o próprio desenvolvimento da pesquisa colocou-nos frente a questões e sujeitos não previstos de início e para os quais nosso limitado cabedal conceitual pouco servia. Referimo-nos aos povos originários e comunidades tradicionais, por tanto tempo invisibilizados ou quando muito relegados ao segundo plano pela teoria crítica também na Geografia<sup>15</sup>.

Até porque a pilhagem, como procuraremos demonstrar, configura-se como movimento de territorialização do capital e conseqüente desmonte (desterreação) de territórios pré-existentes, sejam eles organizados sob a lógica capitalista (fazendas de pecuária, áreas de cultivo de alimentos ou outros cultivos agrícolas), sejam aqueles estruturados por relações de produção e reprodução não capitalistas. Por este ângulo, devemos ressaltar que ela pode assumir diferentes formas e desdobramentos, conforme as particularidades regionais, o tipo de atividade econômica, o contexto histórico etc.

Os resultados de todo o empenho despendido na pesquisa permitiram chegar à seguinte tese, a ser sustentada nos seis capítulos que compõem este estudo: dadas as características inerentes à estruturação do segmento arbóreo-celulósico no Brasil, bem como a inserção do país na divisão

---

<sup>13</sup> As categorias, ensina Moreira (2008), são os conceitos vistos na prática da transformação dos dados do sensível, isto é, são os conceitos em ação.

<sup>14</sup>Os conceitos de (Re)Existência e contra-espço são esmiuçados mais adiante, em espaço próprio (Capítulo 2, item 2.5).

<sup>15</sup> Na Geografia brasileira, a dissertação de Júlio Cezar Ribeiro (2001) constituiu um verdadeiro marco no sentido de assumir a importância e, principalmente, lançar luzes sobre a relação contraditória e conflituosa entre povos indígenas e expansão territorial das relações capitalistas. Esse projeto de pesquisa foi realizado no âmbito do CEGeT, e orientado pelo professor Antonio Thomaz Junior.

internacional do trabalho afinada ao diapasão do capital financeiro, as formas de exploração dos recursos territoriais – incluindo o trabalho vivo - vão necessariamente muito além de qualquer limite, revelando a combinação de distintas dinâmicas de acumulação que podem efetivar-se somente por meio de um controle territorial verticalizado e autoritário, centro das estratégias das corporações. Para os trabalhadores, especificamente, o resultado não pode ser outro senão um trabalho visceralmente precário e promotor de riscos e agravos à saúde<sup>16</sup>.

Por outro lado, contraditoriamente, o mesmo movimento de especialização produtiva e inserção internacional introduz exigências de controle (certificações internacionais, programas de responsabilidade socioambiental e planos de segurança e saúde no trabalho) originalmente estranhas à produção e incompatíveis com a pressão territorial que lhe é inerente. Não obstante, sem a intervenção direta e maciça do Estado nacional brasileiro em diferentes períodos – materializada nos benefícios fiscais (isenções e subsídios), nas doações, na dotação de infraestrutura e, especialmente, na concessão de vultosos financiamentos -, pelo menos em seu atual formato, o capital empregado na produção arbóreo-celulósica sequer existiria.

O resultado prático desta forma específica de territorialização contemporânea não poderia ser outro senão a pilhagem e a destruição dos recursos territoriais indispensáveis à vida e à satisfação das necessidades humanas genuínas, aí contidos os próprios sujeitos que trabalham<sup>17</sup>.

Em sintonia com o método científico adotado, a categorização e análise da transcrição das anotações de campo e entrevistas, bem como a tabulação e análise dos dados quantitativos, constituem a ossatura do texto que segue, orbitando em torno dela a discussão teórica, e não o contrário. Também pudera, posto ser um dos princípios da ontologia materialista e dialética marxiana, em sua contraposição crítica à ontologia idealista metafísica hegeliana<sup>18</sup>, o reconhecimento de que a *objetividade* é a propriedade originária de todo ente, cujo ser “é entendido como totalidade concreta dialeticamente articulada em possibilidades parciais” (complexos de complexos) (VAISMAN; FORTES, 2010, p. 22).

---

<sup>16</sup> Tais temas constituem importante eixo de pesquisa com o qual vários pesquisadores do CEGeT e do CETAS têm se ocupado.

<sup>17</sup> Ao empregarmos essa terminologia, seguimos uma dupla intencionalidade. Primeiramente, expressar o argumento segundo o qual os trabalhadores e trabalhadoras não são simples “dados passivos da estrutura”, mas sujeitos ativos que, mesmo com todos os limites e constrangimentos impostos, de inúmeras formas também a condicionam e resistem a ela. Em segundo lugar, queremos explicitar a *particularidade* como atributo essencial de cada trabalhador(a), portador de gênero, etnia, idade, identidade, personalidade, desejos, limites e possibilidades.

<sup>18</sup> É ninguém menos que Geörg Lukács (1968) quem enfatiza o caráter ontológico da obra marxiana, raramente reconhecido até então. Para o autor, um dos principais méritos de Marx foi justamente esboçar os princípios de uma ontologia histórico-materialista, afastando-se assim de todo elemento lógico-dedutivo e teológico. Isso significa admitir que todo existente é objetivo e faz parte de um complexo concreto, o que, por conseguinte, conduz ao reconhecimento de que deve ser visto como processo histórico, sendo as categorias não enunciadas, mas “formas moventes e movidas da própria matéria” (LUKÁCS, 1968, p. 3).

Como escreveu Herbert Marcuse (2013), Marx teve ocasião de se posicionar inegociável e contundentemente em favor da realidade e contrário a toda e qualquer forma de dogmatismo, mesmo quando isso contrariava o seu próprio desejo pessoal.

Sob tal lume, por um lado, a ontologia materialista foge das generalizações mecanicistas, atemporais e pretensamente ubíquas que priorizam o “universal abstrato”, presentes num certo marxismo (POULANTZAS, 1985), distanciando-se, por outro, de qualquer neopositivismo apegado a generalizações e do pós-modernismo unicamente afeito às diferenças e peculiaridades, sendo antes o *particular* sua categoria-mestra (ALVES, 2014).

Partir da realidade tal como ela se apresenta, contudo, deve ser apenas o começo de qualquer pesquisa, pois, como ensinou Karel Kosik (1976), o objeto da dialética é a “coisa em si”, mas a coisa em si não se manifesta de imediato ao sujeito do conhecimento. Outrossim, segundo Lukács (1979), a realidade objetiva não é composta apenas de coisas, mas também de relações, conexões, reflexos e abstrações. Por tudo isso, é preciso percorrer o longo caminho que vai do abstrato (plano da aparência fenomênica) ao concreto (plano da totalidade). Nas palavras do filósofo húngaro:

O ponto de partida de todo pensamento são as manifestações factuais do ser social. Isso não implica, porém, nenhum empirismo [...]. Ao contrário, todo fato deve ser visto como parte de um complexo dinâmico em interação com outros complexos, como algo que é determinado – interna e externamente – por múltiplas leis (LUKÁCS, 1979, p. 75).

Tão importante quanto o método de investigação e a metodologia (procedimentos de pesquisa), sem dúvida, é a forma de exposição dos resultados obtidos. Esta, aliás, constitui um dos lados da determinação dupla do método, o qual, numa concepção materialista e dialética, deve ser entendido “enquanto processo de apropriação e explicitação crítico-racional da imanência do próprio objeto pelo sujeito” (CHAGAS, 2011, p. 55). Deste modo, reside na própria arquitetura do texto (disposição da estrutura redacional) o princípio ontológico segundo o qual se deve partir sempre do plano imediato do real empírico, a realidade tal como a percebemos, buscando, por esforços sucessivos de aproximação abstrair seus traços constitutivos - as *múltiplas determinações* do objeto, como escreveu Marx (2008) – para chegar ao concreto pensado, regressando a seguir novamente ao plano objetivo, e assim sucessivamente, num diálogo constante entre empiria e teoria (THOMPSON, 1981; MOREIRA, 2004).

E como defende Ruy Moreira (2007), ao apropriar-se do materialismo dialético enquanto caminho para chegar ao conhecimento a Geografia deve proceder a partir do recorte/lugar (o singular) para daí chegar ao espaço (o universal), retornando ao recorte que, entretanto, já não é o recorte singular do começo e sim o real concreto (o particular). Eis a maneira geográfica de conceber e proceder a síntese dialética. Daí o primeiro tópico ser destinado não às bases teóricas da pesquisa,

como é costume em tantos trabalhos acadêmicos, mas à apresentação do objeto, os novos territórios da produção de celulose no Brasil.

O texto foi dividido em três partes, cada qual composta de dois capítulos complementares e dedicada à análise do objeto naquilo que acreditamos que sejam suas três dimensões fundantes: a relação do capital arbóreo-celulósico com o território (primeira parte), a relação deste mesmo capital com o Estado (segunda parte) e, por fim, sua relação com o trabalho (terceira parte). Olvidar, isolar ou privilegiar qualquer uma dessas dimensões, a nosso ver, poderia produzir equívocos, além de uma lacuna fatal ao entendimento. Mesmo porque, explica Mészáros (2011), capital, trabalho e Estado são as três dimensões fundamentais do sistema de metabolismo social vigente, materialmente constituídas e inter-relacionadas. Nossos esforços, nesta tese, destinam-se ao tratamento dessas três dimensões por meio das categorias geográficas adotadas, orientando-se a própria estrutura do texto, no início, pela análise do avanço incontável e predatório do capital sobre os territórios e seus recursos, com todos os ataques àqueles que resistem à sua ordem e, ao final, sobre os sujeitos que trabalham nas mais variadas funções/atividades compositivas da produção de celulose. Entre essas duas dimensões, insere-se uma terceira e intermediária – a qual, embora tenhamos dedicado menor número de páginas, não deixa de ser igualmente importante - sem cuja compreensão, a nosso ver, perde-se de vista uma das principais determinações do objeto em apreço: o hibridismo do capital do segmento estudado com o Estado brasileiro.

**PARTE I**  
**A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL ARBÓREO-  
CELULÓSICO**



## CAPÍTULO 1 - DO LOCAL AO GLOBAL... E NOVAMENTE AO LOCAL: OS MEGAEMPREENHIMENTOS NA ESTEIRA DA MOBILIDADE DO CAPITAL ARBÓREO-CELULÓSICO NO MUNDO E NO BRASIL

“Acreditamos que as árvores plantadas são o futuro das matérias-primas renováveis e recicláveis e que a atividade terá papel fundamental no desenvolvimento sustentável do planeta, por seus benefícios ao meio ambiente, à manutenção da biodiversidade e às comunidades [...].

[Nossos empreendimentos] São iniciativas que geram valor social em regiões brasileiras distantes dos grandes centros urbanos e reduzem a pressão sobre matas nativas e recuperam solos degradados. Além disso, diversificam atividades locais, geram emprego e renda e contribuem no desenvolvimento das comunidades nas quais os plantios e as unidades industriais estão inseridos”.

*(Carlos Aguiar, Presidente do Conselho Deliberativo da IBÁ).*

“Eu pensei que ia melhorar muita coisa aqui, mas não mudou foi nada, ficou no mesmo, não aconteceu nada de melhor não, para mim não”.

*(Márcio, morador do assentamento Vila da Conceição II, no Município de Imperatriz-MA).*

O jogo escalar é a maneira geográfica de conceber a relação entre parte e todo, particularidade e universalidade. É possível conhecer o mundo a partir dos lugares e só se pode entender os lugares compreendendo o mundo e as relações que o produzem.

O objetivo deste capítulo é apresentar os novos megaempreendimentos arbóreo-celulósicos no Brasil, em suas ligações tanto com aspectos específicos dos espaços regionais nos quais se inserem, quanto com os processos mais abrangentes do setor, desenhados na escala mundial. No mesmo intuito, serão expostas e desconstruídas algumas definições, ideias, imagens e argumentos comumente atrelados à sua efetivação, indicando-se, por fim, a teoria da mobilidade do capital como um caminho teórico capaz de trazer importantes elementos para a sua compreensão e alguns dos principais desdobramentos perversos deste processo nas regiões estudadas.

### 1.1. Breve panorama da produção de árvores e celulose no Brasil atual

Em princípio, celulose<sup>19</sup> e papel comporiam um par inerente. Desde o século XIX, quando passou a substituir outros materiais, produz-se celulose principalmente para produzir papel, e

---

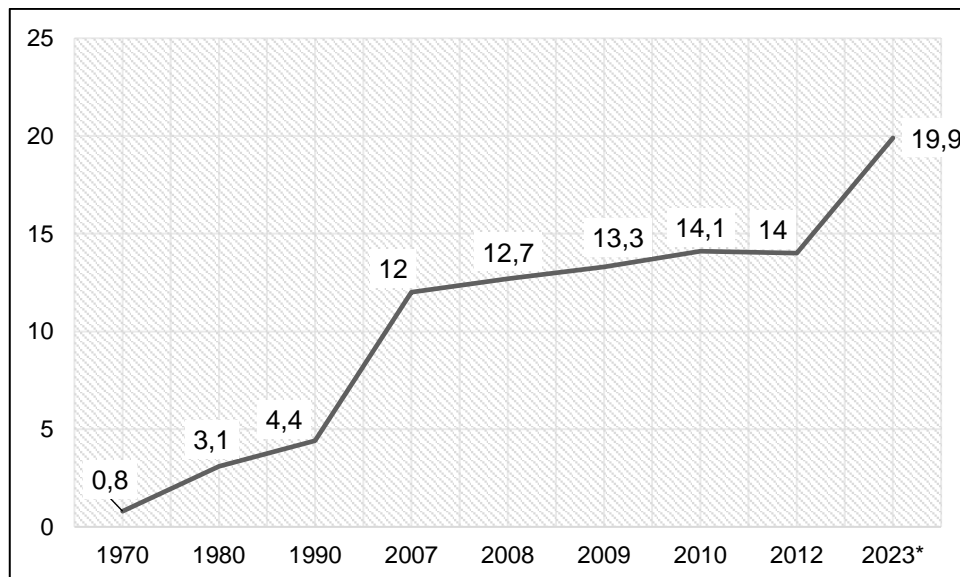
<sup>19</sup> A celulose é um carboidrato de característica fibrosa presente na parede das células vegetais e responsável por dar sustentação à estrutura das plantas, podendo ser classificado, em termos biológicos, como um polímero de cadeia longa do tipo polissacarídeo. Enquanto matéria-prima industrial atende a inúmeras finalidades destacando-se entre elas, além da produção de papel, a indústria de produtos de higiene, de certos tipos de plásticos, vernizes, filmes, seda artificial e diversos produtos químicos.

geralmente não se produz papel sem que antes se tenha extraído e processado a celulose contida em árvores, sejam elas provenientes de vegetação nativa ou plantadas especificamente para tal finalidade. Assim, tanto quanto látex e borracha, minério de ferro e aço, couro *in natura* e sapato ou petróleo bruto e gasolina, a celulose é matéria-prima do papel, representando para este produto final não mais que um momento na cadeia formada por seu processo produtivo.

E como etapas sucessivas, até muito recentemente a fabricação de celulose encontrava-se espacialmente integrada a de papel e, no Brasil, o setor celulósico-papeleiro, além de integrado, mantinha-se majoritariamente concentrado nas regiões Sul e Sudeste (cerca de 90%), destacando-se o estado de São Paulo dentre os demais, por responder sozinho por quase 60% da produção total no final dos anos 1990 (DAURA, 2004).

A última década do século passado e a primeira deste século, contudo, trouxeram à luz transformações estruturais pelas quais passa o setor na atualidade. Enquanto a produção papeleira nacional segue crescendo a índices moderados, orientada predominantemente para o mercado interno (78,9% do total em 2010, segundo dados da BRACELPA), a produção de celulose tem crescido a níveis galopantes. Tomando por base o período compreendido entre 1970 e 2008, por exemplo, o incremento médio anual foi de 7,5% (BIAZUS; HORA; LETTE, 2010a), e estima-se que será ainda mais acentuado nos próximos anos (Figura 3).

Figura 3 - Evolução da Produção de Celulose no Brasil Desde 1970 (em milhões de toneladas)



\*Projeção. Fonte: BRACELPA (2013); FIESP (dados apresentados por André Luiz Campos de Andrade, em palestra no Tocantins Florestal). Elaborado pelo autor.

Como resultado, em 2013, considerados todos os subtipos desse produto<sup>20</sup> o Brasil já era o quarto maior produtor de celulose do mundo, atrás apenas dos EUA, da China e do Canadá (Tabela 1).

Tabela 1 - Principais Países Produtores de celulose em 2013

País	Total (em milhões de ton.)
EUA	50,4
China	18,2
Canadá	17,1
Brasil	15,1
Suécia	11,7
Finlândia	10,2
Japão	8,6
Rússia	7,5
Indonésia	6,7
Chile	5,2
Índia	4,1
Alemanha	2,6
Demais	10,4
<b>Total</b>	<b>167,8</b>

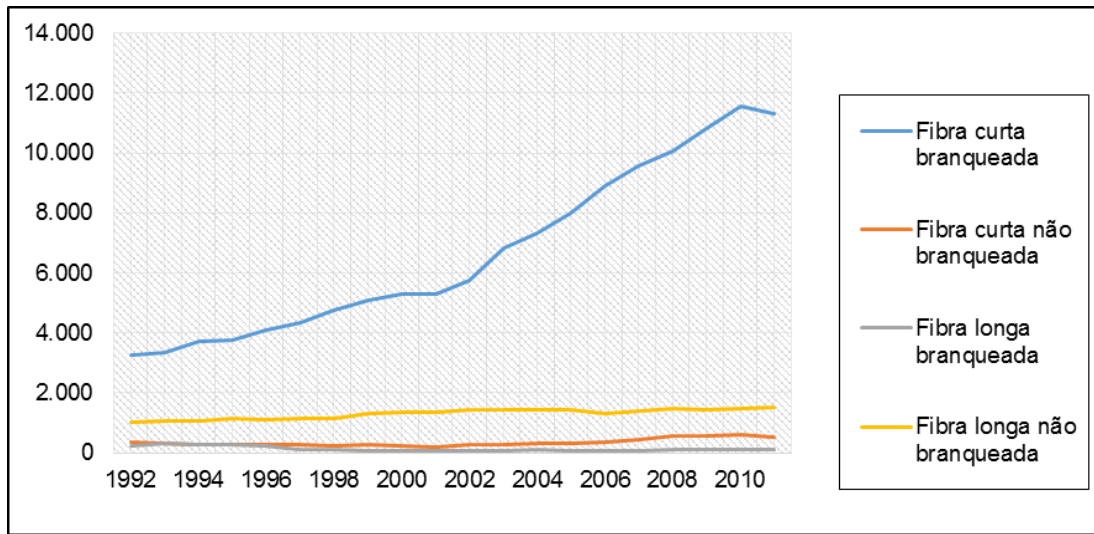
Fonte: IBÁ (2014). Elaborado pelo autor.

A produção brasileira, porém, é fortemente especializada em celulose de fibra curta branqueada à base de espécies arbóreas do gênero *Eucalyptus*<sup>21</sup>, nicho de mercado em que o Brasil atua na condição de principal produtor, exportador e líder absoluto, sendo precisamente este o filão do crescimento da produção nacional (Figura 4).

<sup>20</sup> Quatro são as formas de tipificar a celulose seguindo como critérios: (a) o tipo de fábrica em que foi produzida, chamada “integrada”, quando vinculada a máquinas de papel, e “de mercado” quando processa apenas a celulose; (b) a técnica aplicada ao processo produtivo, que pode ser por desgaste (Pastas de Alto Rendimento – PAR), por processos semiquímicos (pastas termomecânica e quimiatermomecânica) ou químicos (de Sulfato ou Kraft e de Sulfito); (c) o comprimento das fibras (de fibra curta quando entre 0,5 mm e 1,5 mm, e de fibra longa quando entre 3,0 mm e 6,0 mm); (d) e a sua submissão ou não ao processo de branqueamento (branqueada ou não-branqueada). A celulose de fibra curta serve, principalmente, para a produção de papéis de imprimir e escrever, papéis sanitários e alguns tipos de cartão, ao passo que a de fibra longa atende à demanda da produção de embalagens, material de imprensa etc. (BIAZUS; HORA; LEITE, 2010a e b).

<sup>21</sup> O *Eucalyptus* é originário da Austrália e ainda hoje é cobertura natural de extensas áreas na Oceania. Só na Austrália, existem mais de 600 espécies desse gênero adaptadas a condições naturais as mais diversas. As espécies que melhor se adaptaram no Brasil foram a *Eucalyptus Salinas* e *Eucalyptus Grandis*, provenientes das áreas quentes e úmidas da Costa Leste e do Norte australiano, com grande capacidade de realização de fotossíntese e, por conseguinte, de absorção de água (FREITAS JUNIOR, 2011). Em terras brasileiras, o eucalipto chegou ainda no século XIX, tendo sido plantado inicialmente de maneira experimental na Floresta Nacional da Tijuca, na década de 1860. No início do século XX, o cultivo para atender à finalidade econômica (produção de dormentes de trilhos ferroviários) começou a ser realizado pelas mãos do engenheiro Edmundo Navarro de Andrade, a serviço da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF) (CORNETTA, 2013).

Figura 4 – Evolução da Produção Brasileira de Celulose Por Tipo (1992-2010)



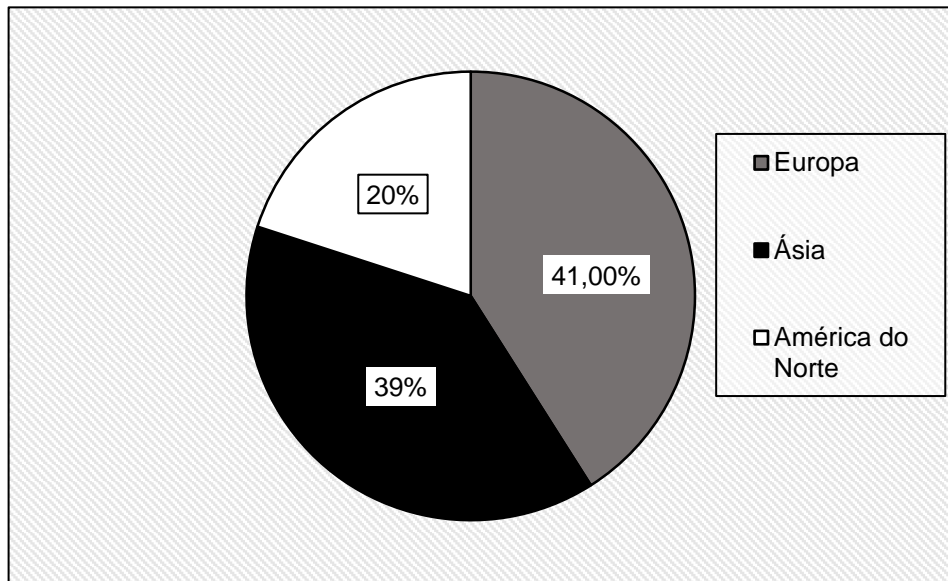
Fonte: BRACELPA, 2012 (Relatório estatístico 2011/2012). Elaborado pelo autor.

Já em 1992 o país produzia 4,87 milhões de toneladas por ano (ton./ano) de celulose, sendo 65,7% (cerca de 3,2 milhões ton./ano) desse total correspondentes à fibra curta branqueada. Em 2011, das 13,4 milhões ton./ano produzidas, 84,3% (11,3 milhões ton./ano) correspondiam à especialidade nacional.

Habitualmente, a principal explicação para o desempenho brasileiro no segmento recai sobre sua incomparável competitividade, dada pelo baixo custo e alto rendimento na produção da matéria-prima (madeira), em comparação com outros países do Hemisfério Sul e *a fortiori* com os tradicionais países produtores de papel do Norte (ver item 1.3).

Como se constata (Figura 5), o destino prioritário da celulose produzida no Brasil é o mercado externo. Em 2011, 74,2% da celulose de fibra curta branqueada foi exportada majoritariamente para a Europa e a Ásia.

Figura 5 - Exportação Brasileira de Celulose por Destino (2013)



Fonte: SECEX *apud* IBÁ (2014). Elaborado pelo autor.

Recentemente, observa-se uma forte expansão do volume de vendas para a China, destino de 26% do total das exportações em 2011, 27% em 2012 e 30% em 2013. Paulatina e paralelamente, reduziram-se as importações europeias desta *commodity*, de 46% do total em 2012, para 42% em 2013 (BRACELPA, 2013). Assiste-se, portanto, à verticalização produtiva dada pela especialização na produção deste produto semimanufaturado, de baixo valor agregado e predominantemente destinado a atender à demanda externa.

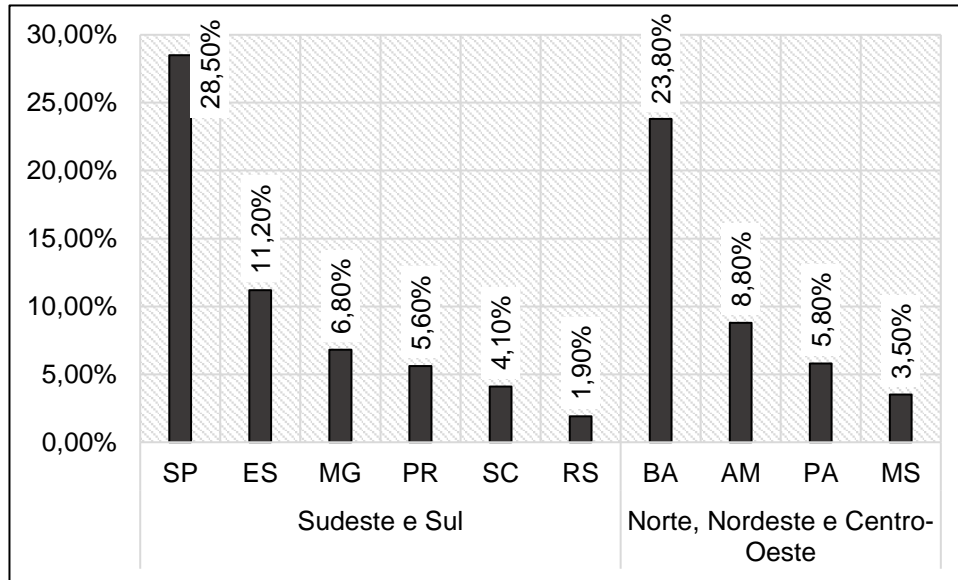
Intimamente atrelada ao crescimento da produção e exportação brasileiras de celulose está a expansão do plantio industrial de árvores (PIA)<sup>22</sup>, isto é, do monocultivo de árvores de rápido crescimento em grande escala, curto período de rotação (intervalo compreendido entre o plantio e o corte) e voltado para finalidade industrial que, no Brasil, como anteriormente exposto, encontrou no eucalipto sua especialidade. Em meados da década de 1960, o país possuía apenas 500 mil hectares (ha) plantados com árvores (SOTO, 1992 *apud* PEDREIRA, 2008). Em 2013, 48 anos depois, já havia 7,6 milhões de ha plantados, em sua grande maioria (5,4 milhões de ha) áreas com plantio de eucalipto (IBÁ, 2014).

A indústria de celulose foi e tem sido o principal agente desse tipo de plantio, seguida pelas siderúrgicas, pela indústria de produtos sólidos de madeira, por governos estaduais e, finalmente, por pequenos produtores rurais (BACHA; BARROS, 2004). Em 2002, a BRACELPA previa crescimento

<sup>22</sup> Esta denominação foi adotada com base no estudo de Overbeek, Kröger e Gerber (2012) e diz respeito não apenas às espécies do gênero *Eucalyptus*, mas também a outros tipos de árvore, como o pinus, a acácia, o dendezeiro, a palma e a seringueira.

relativo da área plantada da ordem de 41% para os oito anos seguintes (2002-2010), concentrado em dez estados, com prevalência do Sudeste e do Sul (58,1%) sobre os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (41,9) (Figura 6).

Figura 6 – Projeção de Crescimento Relativo da Área Com Plantio de Árvores Pela Indústria de Celulose e Papel no Brasil (2002-2010)



Fonte: BRACELPA (2002 *apud* BACHA; BARROS, 2004). Elaborado pelo autor.

De acordo com a previsão da associação, o carro-chefe do plantio de árvores seria o estado de São Paulo, seguido da Bahia e do Espírito Santo. Estados como Mato Grosso do Sul apresentariam crescimento pífio, ao passo que o Tocantins e o Maranhão sequer apareciam nas estatísticas. Todavia, malgrado estar correta quanto ao volume, do ponto de vista geográfico a realidade contrariou integralmente a projeção, pelo menos a partir da segunda metade da década passada e início da atual<sup>23</sup>. O crescimento da área ocupada com plantio de eucalipto, entre 2006 e 2014, foi expandido em 44%, tendo apresentado maior expressão relativa os estados de Tocantins, Mato Grosso do Sul e Maranhão, respectivamente (Tabela 2), embora em termos absolutos incluía-se também a Bahia neste cômputo. Em números absolutos, o Mato Grosso do Sul desponta entre os demais estados, apresentando sozinho uma expansão de 684.380 ha nos oito anos considerados.

<sup>23</sup> Não encontramos dados completos de plantio para todos os estados anteriores a 2006.

Tabela 2 - Evolução da Área Ocupada Com Plantio de Eucalipto no Brasil, por UF (2006-2013)<sup>24</sup>

UF	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. %
MG	1.181.429	1.218.212	1.278.210	1.300.000	1.400.000	1.401.787	1.438.971	1.404.429	1.400.232	19
SP	915.841	911.908	1.001.080	1.029.670	1.044.813	1.031.677	1.041.695	1.010.444	915.841	0
MS	119.319	207.687	265.250	290.890	378.195	475.528	587.310	699.127	803.699	574
BA	540.172	550.127	587.610	628.440	631.464	607.440	605.464	623.971	630.808	17
RS	184.245	222.245	277.320	271.980	273.042	280.198	284.701	316.446	309.125	68
ES	207.800	208.819	210.410	204.570	203.885	197.512	203.349	221.559	228.781	10
MA	93.285	106.802	111.120	137.360	151.403	165.717	173.324	209.249	211.334	127
PR	121.908	123.070	142.430	157.920	161.422	188.153	197.835	200.473	224.089	84
MT	113.770	114.854	132.922	147.378	150.646	175.592	184.628	187.090	187.090	64
PA	115.806	126.286	136.290	139.720	148.656	151.378	159.657	159.657	125.110	93
GO	98.765	102.032	113.177	115.286	116.439	118.636	115.567	121.375	124.297	79
TO	13.901	21.655	31.920	44.310	47.542	65.502	109.000	111.131	115.564	731
SC	70.341	74.008	77.440	100.140	102.399	104.686	106.588	107.345	112.944	61
AM	58.473	58.874	63.310	62.880	49.369	50.099	49.506	57.169	-	-2
PI	-	-	-	-	37.025	26.493	27.730	28.053	31.212	-16
Outros	27.491	31.588	27.580	28.380	4.650	9.314	18.838	15.657	18.157	-34
<b>Total</b>	<b>3.862.546</b>	<b>4.078.168</b>	<b>4.456.069</b>	<b>4.658.924</b>	<b>4.900.949</b>	<b>5.049.714</b>	<b>5.304.164</b>	<b>5.473.176</b>	<b>5.558.653</b>	<b>44</b>

Fonte: IBA (2015). Elaborado pelo autor.

<sup>24</sup> Importa salientar que os dados apresentados pela IBÁ podem conter imprecisões, já que em cada estado separadamente e no Brasil como um todo, a associação não se utiliza de um levantamento único e preciso do plantio de árvores, mas da sobreposição de dados coletados em diferentes órgãos e instituições, por vezes, discrepantes entre si (FANZERES, 2005). Tal informação é, em parte, incongruente com o argumento de Bacha e Barros (2004), quando alertam para a “grande escassez de dados a respeito do setor florestal no Brasil à exceção do setor de papel e celulose” (p. 192). Ainda conforme os autores “não há informações sistemáticas a respeito de reflorestamentos feitos pelos principais agentes reflorestadores”.

Em função disso, já em 2010 o plantio de eucalipto passou a ocupar o posto de quarto maior cultivo em área ocupada no Brasil, atrás apenas da soja, do milho e da cana-de-açúcar (Tabela 3). Se considerarmos também as outras espécies minoritárias, para efeito de comparação, a área cultivada com árvores no Brasil é quase equivalente ao território de um país como a Croácia, com cerca de 5,6 milhões de ha.

Tabela 3 - Principais Cultivos Agrícolas em Área Plantada no Brasil (2005 e 2010)

Colocação	Cultivo	2005	2010
1º	Soja (em grão)	22.948.874	23.327.296
2º	Milho (em grão)	11.549.425	12.703.373
3º	Cana-de-açúcar	5.805.518	9.076.706
4º	Eucalipto	1.252.387	4.900.949
5º	Feijão (em grão)	3.748.656	3.423.646
6º	Arroz (em casca)	3.915.855	2.722.459
7º	Café (em grão)	2.333.303	2.161.826

Fonte: IBGE (Séries históricas); BRACELPA, 2005; ABRAF, 2013.  
Elaborado pelo autor.

Como não poderia deixar de ser, o crescimento exponencial do monocultivo de eucalipto e da produção de celulose no período recente tem se dado sob condições tecnológicas, organizacionais, sociais e geográficas bastante específicas, cuja compreensão constitui o cerne desta pesquisa. Até mesmo porque a grande maioria dos dados apresentados anteriormente está diretamente relacionada aos megaempreendimentos de corporações monopolistas, suportes organizativos e pessoas jurídicas do capital arbóreo-celulósico no Brasil.

Em síntese, alguns dos aspectos mais importantes desse segmento produtivo hoje são a grande concentração e centralização do capital e a verticalização do processo produtivo. Na prática, isso significa que o capital constante (capital fixo mais capital circulante) ocupa alta proporção na composição orgânica, realizando-se a produção sob o comando estrito de um número muito reduzido de grandes corporações, as quais assumem para si todas as etapas da produção e, até mesmo, da circulação. Como observa Léa Malina (2013),

A produção de celulose, desde a ditadura militar (momento por excelência da modernização da agricultura) vem sendo feita, especialmente, por empresas verticalizadas que realizam desde a compra da terra, o plantio, a transformação industrial das toras de madeira e a comercialização do produto final (MALINA, 2013, p. 35).

O processo de centralização do capital, por seu turno, recebeu grande impulso nos anos 1990, em razão da abertura comercial (RIBEIRO JUNIOR, 2014) e do processo de integração competitiva



e reestruturação produtiva das indústrias (PEDREIRA, 2008), acompanhando a tendência mundial de oligopolização do setor<sup>25</sup>. Em 2008, 84,7% da capacidade produtiva instalada nacional estava nas mãos de sete empresas: Fibria, Suzano Papel e Celulose, Klabin, Cenibra, International Paper, Veracel Celulose e Jari Celulose (BLAZUS; HORA; LEITE, 2010a). Conforme a explicação de Márcia Pedreira (2008), esse fato se explica mormente pela busca por obtenção de economias técnicas de escala e pelo controle de “insumos estratégicos” por parte das maiores empresas concorrentes.

Outra característica importante diz respeito à relação das empresas com a terra. A exemplo do que costumeiramente ocorria com o capital agroindustrial canavieiro, e ao contrário do que se passa com outras expressões do agronegócio (como a soja, o milho, o fumo, o tomate, a carne etc.), o capital celulósico territorializa-se, via de regra, por meio da compra e do plantio/cultivo direto das terras (MALINA, 2013), relegando as modalidades de arrendamento e “fomento florestal” à condição de formas complementares para o abastecimento de madeira (ver item 2.2). Acreditamos que, somadas, essas particularidades justificam o uso da designação *capital arbóreo-celulósico*, tendo em vista a inseparabilidade entre diferentes atividades desenvolvidas pelo mesmo capital.

A intensa centralização e verticalização da produção, responsável por colocar o controle do processo como um todo nas mãos de poucas corporações, contudo, não exclui a estratégia de terceirização de diversas etapas que, como veremos adiante (Capítulo 6), reina à larga nas atividades de campo (plantio/manejo, corte, transporte da madeira e escoamento do produto final).

E se, como anteriormente explicitado, até o final dos anos 1990 a maior parte da celulose brasileira era produzida no Centro-Sul do país, a virada do milênio marca um intenso movimento de desconcentração e interiorização da produção em direção às regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. O contexto mais amplo dessa reorganização espacial, defendeu Márcia Pedreira (2008) em sua tese, seria o novo padrão de localização industrial delineado a partir da introdução do modelo neoliberal e da integração competitiva, o qual destina ao Centro-Sul os setores mais modernos da indústria e às “regiões periféricas”, bens intermediários e agroindustriais cuja localização é determinada por fatores como condições naturais, mão de obra barata e proximidade das fontes de matéria-prima.

Convém destacar a centralidade ocupada pelas condições de acesso e controle da água (superficial e subterrânea), ao lado da existência de terras férteis e planas, localização e condições de logística adequadas para o que Thomaz Junior (2010) denomina *agrobidronegócio*. Em suas palavras,

---

<sup>25</sup> Compõem o grupo das empresas responsáveis pela maior parte da produção mundial, as brasileiras Fibria, Suzano, Eldorado, Klabin e Cenibra; as sul-americanas Arauco (chileno-argentina) e CMPC (chilena); as europeias Stora Enso (sueco-finlandesa), Metsö-Botnia (finlandesa), Södra (suéco-norueguesa), Ilim (russa), Ence (espanhola) e Portucel (portuguesa); as norte-americanas International Paper (estadunidense), Canfor (canadense), Weyerhaeuser e Domtar (estadunidense-canadense); as asiáticas APP - Asia Pulp & Paper (Sino-indonésia), APRIL - Asia Pacific Resources International Holdings Limited (indonésia) e Nippon Paper (Japonesa).

[...] o sucesso do empreendimento [do agronegócio] como um todo requer a garantia de acesso à água, seja superficial [...], por meio de intervenções, via de regra, represamento de cursos d'água, seja subterrânea [...], índices pluviométricos satisfatórios e com regularidade adequada às demandas do ciclo vegetativo da planta (cana-de-açúcar, soja etc.) (p. 94).

A seguir (Capítulo 2), veremos como a assertiva do autor é extremamente válida e cabível para o segmento produtivo analisado.

Muito embora seja cedo para traçar um padrão específico para o processo de reorganização espacial da indústria de celulose no Brasil, pode-se notar que ela elegeu - pelo menos até o presente e com base nas inversões efetivadas e anúncios de investimentos futuros – três grandes áreas prioritárias para “acolher” seus megaempreendimentos. A primeira é o Extremo Sul da Bahia, região litorânea e contígua ao Norte do Espírito Santo, a mais antiga área de produção de celulose para exportação em larga escala no Brasil, em cujas terras os primeiros empreendimentos remontam ao início da Ditadura Militar (década de 1960). A segunda é a porção Leste de Mato Grosso do Sul, principal polo da “febre da celulose” no mundo, atualmente. A terceira, por fim, consideravelmente distante da Bahia meridional e das planuras sul-mato-grossenses, é a porção Centro-Norte do território brasileiro, constituída pelos estados do Tocantins, Maranhão e Piauí, área de significativa extensão territorial vista por muitos como a última fronteira agrícola brasileira e, faz-se mister notar, um dos principais focos de conflitos por terra e água do país na atualidade<sup>26</sup>.

Assim, Bahia, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí e Tocantins, estados que pouca ou nenhuma tradição possuíam em relação ao cultivo de eucalipto para a produção de celulose de fibra curta, tornaram-se, em poucos anos, alvos preferenciais das corporações da celulose, aí também enquadrados os grupos brasileiros. Onde se instalam, as fábricas necessitam de áreas contíguas de centenas de milhares de hectares de eucalipto plantado, além de outras condições geomorfológicas e edafoclimáticas (terras planas, tipo de solo favorável, disponibilidade hídrica, insolação adequada etc.), sociais, políticas e logísticas vantajosas.

Num curto intervalo, pôde-se observar intenso processo de especialização produtiva que imputou a essas regiões lugar específico na divisão internacional do trabalho, isto é, a produção de produtos primários, com baixo valor agregado, pouco intensiva em mão de obra, porém voraz consumidora e degradante de outros recursos presentes no território, tais como terra, água e infraestruturas diversas. Formam-se assim novas e complexas coerências espaciais verticalizadas, “modernas” e “competitivas”, pois integradas diretamente à economia global (PEDREIRA, 2008), porém seletivas e excludentes, uma vez que mantêm pouca interação com o seu entorno.

---

<sup>26</sup> Há alguns projetos em andamento fora desses três grandes eixos, mas apenas um deles é de implantação de nova fábrica pela Klabin, no Município de Ortigueira (PR) (Ver item 1.4.).

E ao contrário daquilo que consta nos anúncios midiáticos e documentos corporativos disponibilizados para consulta, em grande parte esse processo tem se dado sobre terras cuja propriedade é objeto de disputas jurídicas ou comprovadamente griladas, sendo sacramentado na expropriação de territórios tradicionalmente ocupados (ALMEIDA, 2004).

## **1.2. Os megaempreendimentos e os contextos regionais de suas inserções**

Os empreendimentos que compõem o objeto deste estudo, bem como a relação entre eles e as regiões nas quais foram implantados, serão detalhados a seguir e nos permitirão, igualmente, refletir sobre os projetos anunciados, porém “abortados” no transcurso da investigação.

### **1.2.1. Veracel no Extremo Sul da Bahia**

Em meados da década passada, o estudioso, padre, missionário estrangeiro e militante José Koopmans escrevia em seu livro *Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul* (2005):

Descobri que não é por acaso que temos tanto eucalipto. [...] ficou bem claro para mim que o que aconteceu aqui tem tudo a ver com a política econômica internacional. *Não somos mais uma ‘ilha’, a nossa região foi integrada ao ‘acontecimento mundial’* (p. 7. Grifos nossos).

A descoberta em questão foi feita por alguém que, assim como tantos outros habitantes da região, acompanhou estupefato o célere processo de implantação da monocultura de eucalipto e a chegada das grandes corporações da celulose à Bahia, sem entender seus verdadeiros motivos.

A primeira fábrica de celulose da região foi instalada no Município de Mucuri, fruto da parceria entre a Suzano e Vale do Rio Doce, firmada em 1985, cujo resultado foi o projeto “Bahia Sul Celulose” (BSC), concluído oito anos depois (MALINA, 2013). Em 2000, a Suzano assumiu a totalidade do capital da unidade e, em 2007, iniciou seu processo de expansão por meio da construção de uma segunda planta, a qual, somada à primeira, elevou o computo total da produção de celulose da unidade à marca dos 1,6 milhão de ton./ano.

Contudo, o maior e mais importante projeto teria início apenas na década seguinte, em 2002, quando foi anunciada a construção da fábrica da Veracel Celulose por meio de investimento conjunto

do tipo *joint venture* entre a brasileira Aracruz Celulose (atual Fibria) e a Stora Enso, esta última resultado da fusão entre a sueca Stora e a finlandesa Enso<sup>27</sup>.

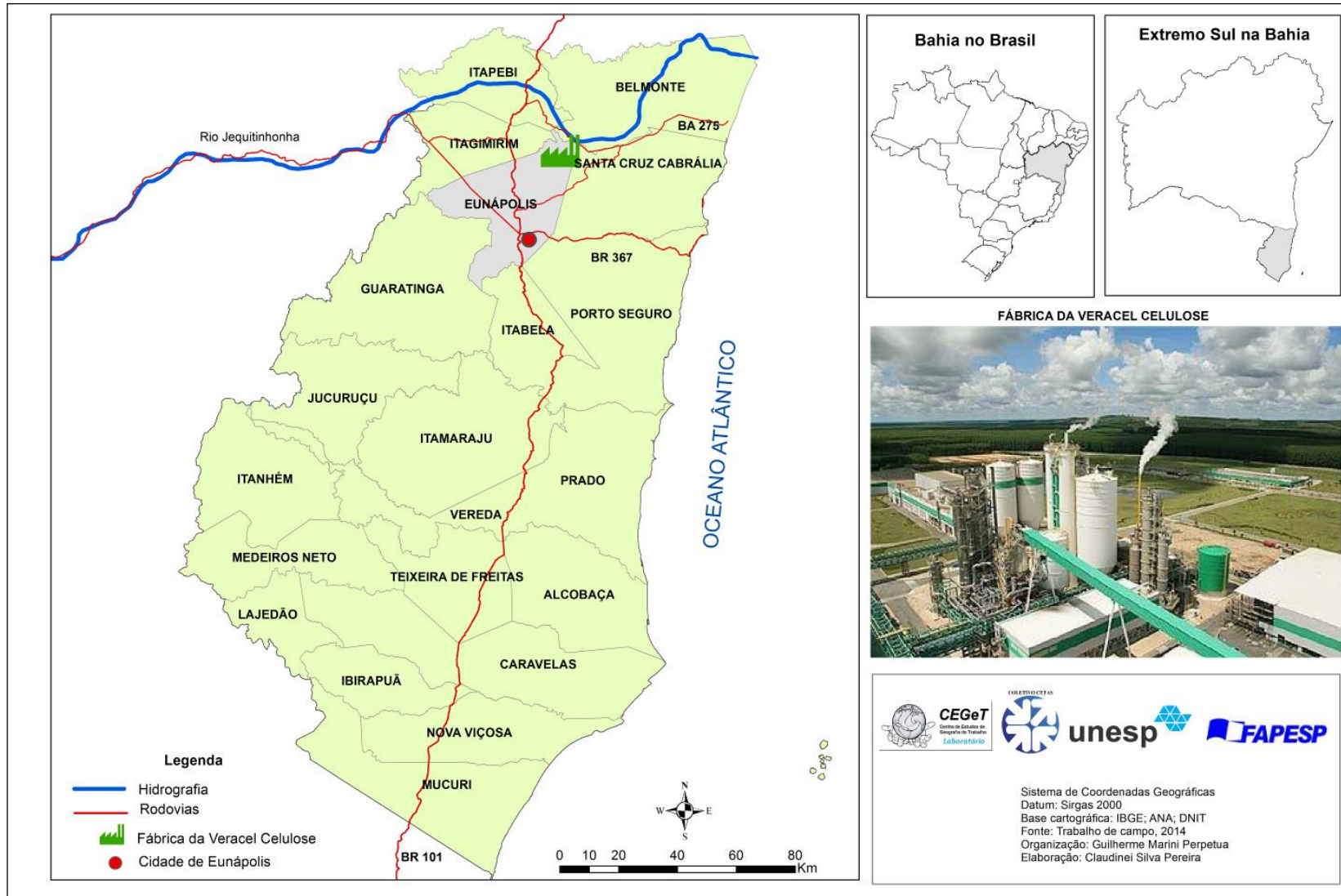
A despeito da nova fachada empresarial, a formação do empreendimento da Veracel se deu sob a forma de um processo nebuloso que remonta a 1991, quando da chegada da Veracruz Florestal, subsidiária do Grupo Odebrecht que, naquele momento, passava por fase de diversificação de investimentos e decidiu comprar parte das áreas então pertencentes à empresa Florestas Rio Doce (FRD) na região. Em pelo menos duas ocasiões (maio e outubro de 1993), as atividades da empresa foram embargadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por força de constatações de desmatamento em áreas de Mata Atlântica (FASE; IBASE; GREENPEACE, 1993).

Desde os anos 1990 a Stora Enso vem expandindo seu processo de transnacionalização por meio de aquisições, fusões e *joint ventures* (MALINA, 2013), guiada por uma estratégia que visa diminuir custos produtivos e reduzir a dependência da corporação quanto ao abastecimento de matéria-prima (SOUZA; OVERBEEK, 2008). Imbuída de tal fito, em 1997 a transnacional adquiriu parte das ações da Veracruz Florestal e, três anos mais tarde, o restante delas fora comprado pela Aracruz Celulose, originando a nova empresa cuja fábrica (Figura 7) foi inaugurada em 2005, a 5 quilômetros do Rio Jequitinhonha e 49 quilômetros do Oceano Atlântico (MALINA, 2013). O investimento para a construção foi calculado em US\$ 1,24 bilhão, dos quais R\$ 1,43 vieram do erário público via BNDES (SOUZA; OVERBEEK, 2008).

---

<sup>27</sup> A Stora Enso era proprietária de 94 fábricas (sendo 22 de celulose e 72 de produtos de papel) e empregava mais de 38 mil trabalhadores no mundo, em 2007. Seus principais acionistas são o Foundation Asset Management (Suécia), fundos de investimento suecos e finlandeses e o Governo da Finlândia, que possui 12,3% das ações (SOUZA; OVERBEEK, 2008; MALINA, 2013).

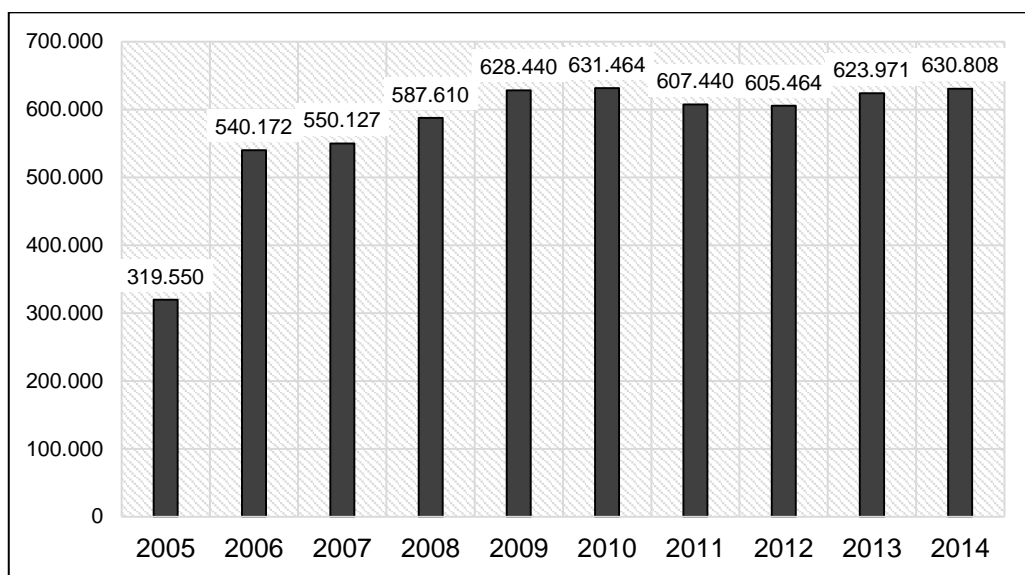
Figura 7 – Localização da Fábrica da Veracel Celulose no Contexto do Extremo Sul da Bahia



Os plantios da Veracel, localizados mais ao norte do Extremo Sul, ocupavam em 2012 área de 211.152 ha (VERACEL, 2013), de um total de 605.500 ha plantados com eucalipto no estado da Bahia (Figura 6), e espalhavam-se pelos municípios de Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Belmonte, Canavieiras, Mascote, Itapebi, Itagimirim, Itabela e Guaratinga (MALINA, 2013).

A transformação do uso do solo desencadeada pelo novo empreendimento foi de tal envergadura que, no ano seguinte ao da inauguração da fábrica, o crescimento da área plantada com eucalipto no estado da Bahia (Figura 8) já se mostrava superior a 40%. Em 2014, nove anos mais tarde, o total havia praticamente dobrado em relação a essa área inicial.

Figura 8 – Expansão da Área Plantada (em ha) com Eucalipto na Bahia (2005-2014)



Fonte: ABRAF (2013); IBÁ (2014). Elaborado pelo autor.

Não obstante o forte impulso atual, a história do monocultivo do eucalipto na região teve início muito antes, nos idos dos anos 1970, e compreendê-la requer considerar minimamente o contexto histórico e geográfico de sua formação socioespacial.

O Extremo Sul é uma das quinze regiões econômicas definidas pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), composta por 21 municípios<sup>28</sup> que, somados, totalizam uma área de 30.420 km<sup>2</sup> originalmente recoberta por Mata Atlântica, entre o Rio Jequitinhonha e a divisa com o Espírito Santo (SOUZA; OVERBEEK, 2008; MALINA, 2013). Simbolicamente, a região também representa o berço da nacionalidade, conhecida por ter sido palco do encontro entre os indígenas pré-

<sup>28</sup> O Extremo Sul abarca os 19 municípios da Microrregião de Porto Seguro, segundo a regionalização do IBGE, mais os municípios de Itapebi e Belmonte. Aqui e ao longo do texto, utilizaremos esta denominação regional, ao invés da microrregião, por entendermos que ela possui maior capacidade de transparecer o processo concreto de formação do espaço regional, e não apenas um agrupamento formal. No entanto, quando necessário e por motivos de padronização e viabilização da coleta de dados, adotamos o recorte do IBGE.

cabralinos e o homem branco europeu, no século XVI, às margens do Rio Caí, em território Pataxó<sup>29</sup>. É ainda lugar de enorme diversidade biológica, étnica e cultural (KOOPMANS, 2005).

Mesmo que tenha sido a primeira paragem da esquadra lusitana de Pedro Álvares Cabral em terras brasileiras, povoada e explorada pelo colonizador branco há mais de cinco séculos, sua história, até a segunda metade do século passado, foi marcada pelo isolamento geográfico e pela marginalidade e, conseqüentemente, pelo baixo dinamismo econômico dentro do contexto baiano e brasileiro (ALMEIDA, 2009; MALINA, 2013). Os rebatimentos disso são perceptíveis, inclusive, do ponto de vista demográfico, aspecto cuja expansão se tornará mais expressiva somente no século XX (PEDREIRA, 2008). Malina (2013) apresenta dois conjuntos de fatores para explicar tais características do Extremo Sul: o primeiro, de ordem ambiental, contempla o conjunto de condições naturais, como o litoral recortado, a densidade da floresta, a inexistência de rios caudalosos e a grande umidade; o segundo é de ordem política, uma vez que a região foi usada como “tampão” pela coroa portuguesa, a fim de evitar o contrabando do ouro das Minas Gerais durante o século XVIII.

Desde o século XVI, o processo de ocupação tem se dado de maneira cíclica, com avanços e retrocessos, mediante o uso da violência contra os povos indígenas originários, sendo os conflitos entre índios e não índios algo muito frequente na região (KOOPMANS, 2005; MALINA, 2013).

Do ponto de vista da ocupação econômica, nos três primeiros séculos (XVI a XVIII), período em que o povoamento restringia-se à faixa litorânea a às margens dos rios principais, predominava a agricultura camponesa voltada para o autoconsumo e, nos poucos núcleos urbanos, a exploração de madeira e pedras preciosas. Mais tarde, ganharam espaço o plantio de cacau, o cultivo de café, a fruticultura e a pecuária, atividades que, conquanto praticadas de maneira rudimentar e pouco expressiva, foram responsáveis por desencadear um fluxo migratório de camponeses mineiros no início do século XX. Com isso, formava-se ali uma “sociedade de pequenos produtores, de posseiros ou camponeses e pescadores” (KOOPMANS, 2005, p. 29), a qual encontraria pouca dificuldade em se reproduzir, por algumas décadas.

Como aponta Pedreira (2008),

A existência de terras desocupadas e a ausência de coerção de força de trabalho [escravidão], associada ao papel marginal da região na economia estadual e nacional, permitiram a *formação de uma sociedade baseada na pequena agricultura familiar, mantendo-se como fronteira de ocupação aberta*, ao tempo em que retardou a emergência e consolidação de uma elite local dominante (p. 78. Grifos nossos).

A incorporação à economia capitalista e, conseqüentemente, o início da destruição das antigas formas de ocupação e reprodução social não tardariam. Seus marcos mais efetivos seriam fincados

---

<sup>29</sup> Cacique Jê. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 24/03/2014.

somente após 1960, com a efervescência do ciclo cacaueteiro e, na década seguinte (a partir de 1973), a construção do trecho Vitória-Salvador da Rodovia Governador Mario Covas, a BR 101 (MALINA, 2013). A senda aberta pela rodovia trouxe consigo centenas de madeireiras e serrarias, as quais, consubstanciando uma “simbiose exploratória” com os pecuaristas, inauguraram uma vaga de desapossamento e expropriação dos camponeses e povos originários da região (PEDREIRA, 2008; MALINA, 2013). É importante frisar que, por iniciativa de imigrantes japoneses ali estabelecidos e organizados em cooperativas, a fruticultura do mamão e do melão ladeava tais atividades (KOOPMANS, 2005; PEDREIRA, 2008).

Datam igualmente desse mesmo período os primeiros plantios de eucalipto em larga escala na região, acompanhando a tendência nacional ao crescimento da atividade gerada pela longa série de medidas de incentivo (redução de tributação, oferecimento de benefícios e isenção fiscal) ao que à época denominava-se “reflorestamento”, sistematicamente outorgadas pelos governos militares (ver item 3.2) e com grande ressonância nos governos estaduais na Bahia, ao longo do final dos anos 1970 e início da década seguinte. Em 1976, por exemplo, o Governo Estadual submeteu ao IBDF o documento *Zoneamento dos Distritos Florestais do Estado da Bahia*, apresentando proposta de criação de dois polos, um no Extremo Sul e outro no Litoral Norte do estado (MALINA, 2013).

De certa forma, advoga Pedreira (2008), as condições para o novo ciclo expansivo foram criadas pelo ciclo madeireiro-pecuário que o antecedeu, na medida em que esse favoreceu a concentração fundiária, e também pela construção da BR-101, obra responsável por significativa dinamização do mercado de terras. Foi sobre este terreno que marcharam as três maiores (autodenominadas) “companhias de reflorestamento” a fixar sede no Extremo Sul: a FLONIBRA Empreendimentos Florestais S/A (associação entre a CVRD e o capital japonês), a Florestas Rio Doce (FRD) e a Aracruz Florestal, cujas áreas de cultivo<sup>30</sup> seriam transferidas para e expandidas pelos empreendimentos mais recentes.

Junto dos novos plantios de eucalipto expandiu-se um circuito informal e ilegal de produção de carvão vegetal feito de resíduos do eucalipto e voltado para o abastecimento de siderúrgicas no Espírito Santo e em Minas Gerais, uma atividade que, de acordo com Bernardo Marques (2010), foi significativamente fortalecida mais recentemente, em razão da compra de numerosas propriedades para o monocultivo arbóreo, do declínio das lavouras cacaueteiras e da fruticultura, grandes causadores da migração campo-cidade na região.

Deste período mais remoto ressoam ecos de gravíssimas irregularidades cometidas pelas empresas citadas, entre as quais figuram a contratação de pistoleiros para expulsar e tomar as terras de

---

<sup>30</sup> Em 1974, a FRD já possuía 119 mil ha e a Aracruz mais de 150 mil ha na região (MALINA, 2013).



posseiros primários, a grilagem de milhares de hectares de terra por meio de intermediários (“laranjas”) e a derrubada de gigantescas áreas de Mata Atlântica nativa para o plantio de eucalipto (GUERRA, 22/01/2014)<sup>31</sup>.

Felizmente, mesmo depois de já consolidado o modelo agroexportador ainda precisa conviver com diversos grupos camponeses, comunidades tradicionais e povos originários na região. Existem hoje 30 assentamentos rurais já homologados, totalizando 2.128 famílias assentadas, além de 9 comunidades quilombolas certificadas ou em processo de certificação pela Fundação Palmares na região. Segundo um agente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), cerca de 35 aldeias indígenas dos grupos étnicos Pataxó Hã-Hã-Hãe e Tupinambá estão presentes no Extremo Sul, totalizando uma população que beira os 15 mil habitantes na região como um todo<sup>32</sup>. Só o Parque Nacional do Descobrimento abriga atualmente mais de 200 famílias do Povo Pataxó, sem contar o Território Barra Velha, habitado por mais outras centenas<sup>33</sup>.

Para as pequenas comunidades camponesas e quilombolas, a principal ameaça consiste na perda das terras decorrente da pressão exercida pelas grandes empresas da celulose (ABREU, 2010). Muitas famílias deixaram o campo após a expansão da monocultura do eucalipto nas últimas décadas, e muitas outras têm resistido duramente às adversidades no enfrentamento com o capital (ver item 2.5).

Ainda assim, para esses sujeitos sempre invisibilizados porque “desenquadrados” no atual modelo, os problemas parecem estar apenas começando. Em 2007, a Veracel solicitou licença para expandir sua produção através da implantação de uma segunda linha (Veracel II) que dobraria sua capacidade produtiva, que hoje gira em torno de 1,2 milhão de ton./ano, e ampliaria a área total com plantio para 280.586 ha. A autorização, inicialmente negada pela SEMA, foi concedida cinco anos mais tarde, mesmo com a comprovação das muitas irregularidades cometidas pela empresa. Um ano depois, uma nota foi divulgada comunicando o adiamento do projeto até 2017. Ainda assim, em 2012 a Veracel era a empresa estrangeira que mais possuía terras no Brasil (LERRER; WILKINSON, 2012).

### **1.2.2. Fibria, Eldorado Brasil e CRPE em Três Lagoas**

---

<sup>31</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 24/03/2014.

<sup>32</sup> Francisco (representante do CIMI). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 20/03/2014. Os dados do censo de 2010 do IBGE, obtidos por autodeclaração, indicam a existência de 14.931 indígenas na Microrregião de Porto Seguro.

<sup>33</sup> Cacique Jê. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 24/03/2014.

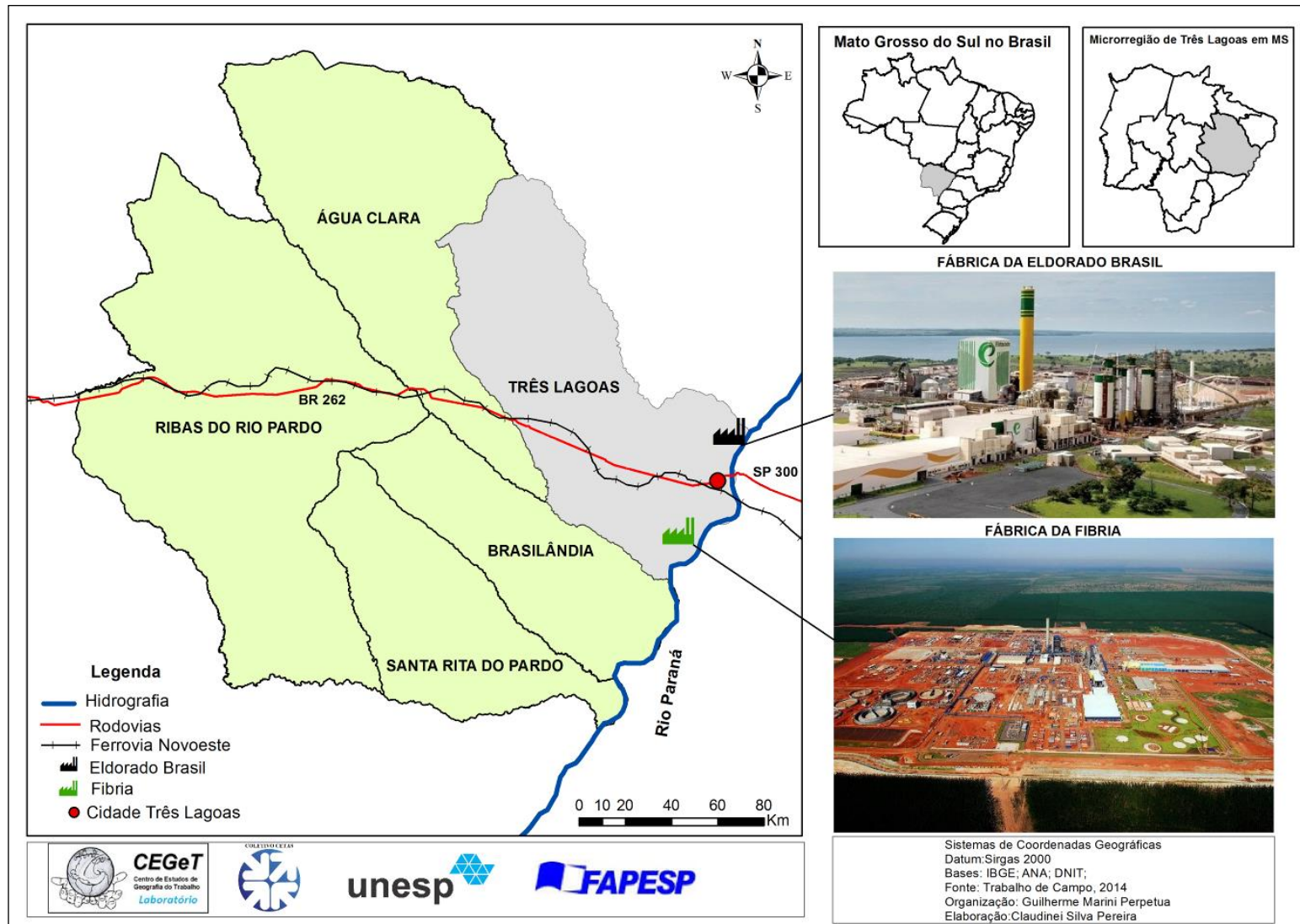
Em menos de uma década, a porção Nordeste do estado de Mato Grosso do Sul tornou-se o único lugar no mundo a ter duas das maiores fábricas de celulose existentes na atualidade encravadas lado a lado em seu território. Quase aos sobressaltos, a antiga região do Bolsão sul-mato-grossense, conhecida pela pecuária extensiva praticada nas áreas de cerrado, passou do suposto abandono político e estagnação econômica à pujança e dinamismo sem precedentes, justificando a adoção, pelos agentes do planejamento estatal, do novo topônimo “Costa Leste”, segundo eles muito mais apropriado para o momento atual (PAINEL FLORESTAL, 20/05/2012).

Em 2006 a Votorantim Celulose e Papel (VCP) lançou a pedra fundamental do então chamado “Projeto Horizonte” (Figura 9), que se estendeu por três anos, consumindo R\$ 3,88 bilhões majoritariamente financiados com o dinheiro público do BNDES. No ano de sua inauguração (2009), a VCP foi fundida à Aracruz Celulose<sup>34</sup>, resultando em empresa doravante batizada como Fibria Celulose S/A. Com “cara nova”, os já há muito conhecidos agentes anunciaram a construção de uma segunda linha de produção em Três Lagoas, elevando sua capacidade produtiva instalada no município para quase 3 milhões de ton./ano.

---

<sup>34</sup> A fusão entre as duas empresas se deu mediante a compra da participação de 28% do Banco Safra na Aracruz, pela VCP (GOMES, 2011).

Figura 9 - Localização das Fábricas da Fibría Celulose e Eldorado Brasil no Contexto da Microrregião de Três Lagoas (MS)



No ano seguinte ao do *start up* da planta da Fibria, a imprensa regional e nacional comunicava com estardalhaço a construção de uma nova fábrica de celulose em Três Lagoas, dessa vez sob o controle de uma empresa novata no ramo, a Eldorado Brasil, resultado da fusão entre Eldorado e Florestal Brasil, ocorrida em 2011, atualmente sob o controle da J&F Holding, pertencente ao grupo JBS.

O empreendimento (Figura 9), ainda mais audacioso, foi orçado em cerca de R\$ 5,1 bilhões, R\$ 2,7 dos quais igualmente financiados com aportes públicos provenientes do BNDES (BNDES, 06/06/2011), tendo sido inaugurado em dezembro de 2012.

Seguindo as pegadas da concorrente imediata (Fibria), os planos da Eldorado Brasil em Três Lagoas também não pararam por aí. Segundo declarações do seu Diretor-Presidente, a empresa pretende elevar sua capacidade produtiva a 5 milhões de ton./ano até 2020, triplicando a produção atual (PERFIL NEWS, 05/04/2012), e a construção de sua segunda linha, cuja entrada em operação está prevista para 2017, já está em andamento.

Não bastassem as duas fábricas já existentes e seus respectivos projetos de expansão, um terceiro megaempreendimento está fase de implantação. Trata-se do projeto da Celulose Rio-Pardense e Energia (CRPE Holding S.A), presidida por Mário Celso Lopes, antigo acionista da Eldorado Brasil indiciado em 2009 por trabalho escravo em uma de suas fazendas, no estado de Mato Grosso<sup>35</sup>. Mais uma fábrica é anunciada, desta feita com capacidade de 2,2 milhões de ton./ano e tendo Ribas do Rio Pardo, município limítrofe a Três Lagoas, como local de implantação. O IMASUL, como de praxe, adiantou-se em aprovar o licenciamento para a construção da fábrica (CORREIO DO ESTADO, 22/01/2015), embora curiosamente até o presente momento ela não tenha sido iniciada<sup>36</sup>.

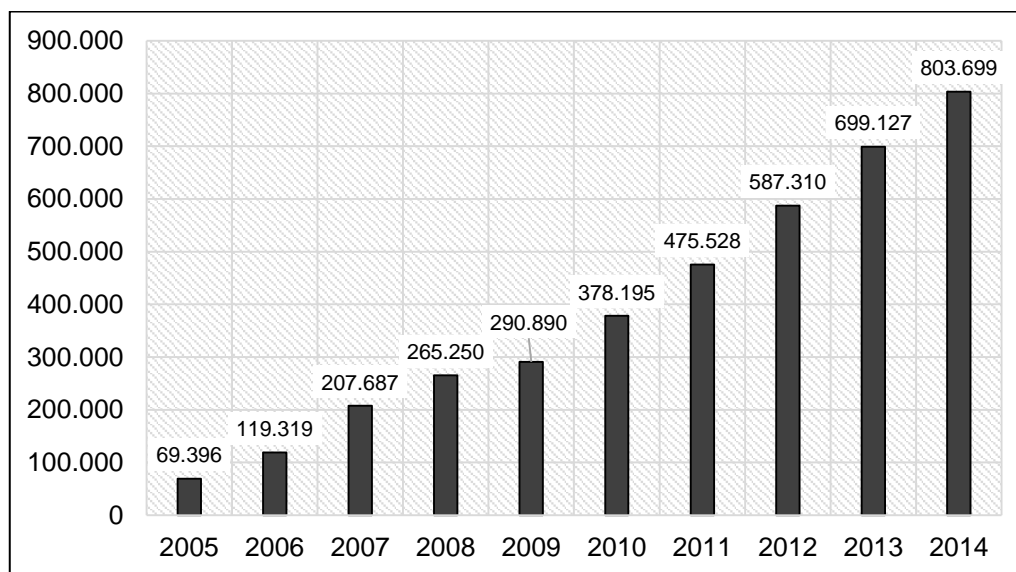
A chegada aparentemente repentina dos novos megaempreendimentos trouxe consigo o rápido alastramento dos eucaliptais (Figura 8) por sobre as grandes fazendas de pecuária, talvez como jamais se viu em nenhum outro lugar.

---

<sup>35</sup> Segundo notícia veiculada pelo Repórter Brasil (PYL, 26/07/2009), uma operação do Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo, do Governo Federal, libertou 23 seringueiros que eram mantidos em condições análogas à escravidão na Fazenda Santa Isabel, de propriedade de Mario Celso Lopes, no Município de Pontal do Araguaia (MT).

<sup>36</sup> Marcelo (diretor da MCL Empreendimentos). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 22/04/2016.

Figura 10 – Expansão da Área Planada (em ha) Com Eucalipto em Mato Grosso do Sul (2005-2014)



Fonte: ABRAF (2013); IBÁ (2014). Elaborado pelo autor.

Em nove anos, a área total cultivada com eucalipto no estado foi simplesmente multiplicada por mais de onze vezes e meia. Em 2013, a Fibria sozinha possuía 317.026 ha na Microrregião de Três Lagoas, sendo 207.658 ha plantados com eucalipto (OLIVEIRA, 2014). A Eldorado não ficou muito atrás, fechando 2014 com 200 mil hectares plantados, o dobro do que havia adquirido em 2010<sup>37</sup>.

Mais uma vez, semelhante ao caso do Extremo Sul da Bahia, a história deve ser convocada a revelar os elementos necessários à compreensão dos porquês desse fenômeno onde ele ocorre.

Colonizadores portugueses e espanhóis já haviam pisado as terras do atual território de Mato Grosso do Sul ainda nos idos do século XVI, quando de sua incorporação pelos últimos à Província do Rio da Prata, que tinha por capital a cidade de Buenos Aires (BARBOSA, 2010). Mais tarde, as bandeiras de preação dos paulistas e as monções em busca do ouro cuiabano representaram capítulos importantes da história de formação socioespacial da porção meridional da capitania de Mato Grosso, malgrado seu povoamento mais efetivo ter sido muito mais tardio. Quanto à porção Nordeste do estado, no passado popularmente conhecida como “Campos dos Garcias”, em referência ao sobrenome de antigos colonizadores (família Garcia Leal) e, mais recentemente Bolsão Sul-mato-grossense<sup>38</sup>, permaneceu durante séculos a fio sob controle de diversos grupos indígenas, destacando-se os índios Caiapós.

<sup>37</sup> Rodrigo (supervisor florestal da Eldorado Brasil). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 15/12/2014.

<sup>38</sup> Embora popular, há grande discussão em torno da origem desta alcunha. Por exemplo, alguns defendem a tese de que o nome teria surgido nos anos 1950 em função do abandono e isolamento político, tendo em vista a capital do estado de Mato Grosso ser a distante cidade de Cuiabá; outros, advogam que ele se relaciona ao

Segundo Tayrone Asevedo (2013), já na passagem do século XVIII para o XIX a região teria sido cortada por incursões comerciais e exploratórias vindas de Minas Gerais, as quais abriram “estradas boiadeiras” fundamentais para a ocupação futura. A chegada do sertanista Joaquim Francisco Lopes, estabelecido às margens do Rio Sucuriu em 1829, porém, marca o início de um processo mais acentuado de ocupação efetiva da região por não índios (LEVORATO, 1998 *apud* FRANCISCO, 2013). Antes dele, entretanto, inicialmente visando abastecer de mantimentos as monções, algumas famílias já haviam estabelecido fazendas de criação de gado na região, as quais, demograficamente fortalecidas por fluxos migratórios internos como o dos mineiros, no final do século XIX e início do século XX, formaram a base para a criação dos municípios do Bolsão, segundo o historiador Eronildo Barbosa (2010). André Luiz Francisco (2013), em sua dissertação, reconhece nesse momento o primeiro ciclo econômico do município, caracterizado pela associação entre pecuária de corte e agricultura camponesa.

Contudo, o grande marco de sua conformação territorial atual foi fincado pela chegada dos trilhos da antiga Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), a partir do início do século XX, e mais adiante pela construção da Usina Hidrelétrica “Engenheiro Souza Dias”, conhecida como “Usina do Jupuí”, nas caudalosas águas do Rio Paraná, entre os anos 1960 e 1970 (CAMPACHE; SILVA, 2010). A chegada dos trilhos da NOB trouxe consigo a possibilidade de ligação com o mercado paulista e sua estação serviu de marco inicial para a estrutura urbana da cidade de Três Lagoas, a partir de 1909 (FRANCISCO, 2013). Mais de meio século depois, sob os auspícios do planejamento burocrático-militar, a construção da Usina do Jupuí representou o início de um novo ciclo de crescimento econômico e demográfico (1964-1974), haja vista ter gerado intensos fluxos migratório de trabalhadores de outras regiões<sup>39</sup>.

Fatores geomorfológicos e edafoclimáticos desta porção de cerrado, entre outros, impediram o afluxo de capitais e de pessoas característico de outras regiões do estado (como as de Dourados e São Gabriel do Oeste), onde o monocultivo da soja pôde difundir-se, a partir de 1960. Não houve, pois, propriamente uma modernização agrícola capitalista, formando-se na região um arranjo produtivo pouco dinâmico, centrado basicamente na pecuária extensiva de corte e leite e, em menor proporção, também na produção de carvão vegetal e de cerâmica, arranjo esse que foi mantido até a primeira metade da década de 1990 (JURADO, 2008; KUDLAVICZ, 2011a; ASEVEDO, 2013). Aos poucos, a rede urbana regional foi polarizada pela cidade de Três Lagoas, cuja centralidade é exercida por toda a Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul. (MILANI; SILVA, 2010).

---

controle oligárquico exercido por Filinto Muller e Filadelpho Garcia, grandes proprietários de terra na região; para outros ainda, ele apenas faz referência à forma geométrica que lembra um bolso de calça (BARBOSA, 2010).

<sup>39</sup> *Ibidem*.

De maneira muito semelhante ao caso do Extremo Sul da Bahia, o plantio de eucalipto em larga escala em Mato Grosso do Sul e, especificamente, em sua porção nordeste, também não é algo recente. Ele se desenvolveu paralelamente às demais atividades, adstrito ao planejamento dos militares na década de 1970, de forma mais incisiva com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (ver Capítulo 3) e as ações da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), responsável pela formulação do Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (PLADESCO), que elegeu a região como área prioritária para a formação de maciços florestais através da concessão de generosos incentivos ao reflorestamento (KUDLAVICZ, 2011a). Ademais, segundo Souza e Silva (*apud* SILVA, 2002), o próprio Plano Nacional de Papel e Celulose - PNPC declarou o território hoje correspondente ao Mato Grosso do Sul, então Mato Grosso, como área prioritária para efeito de “reflorestamento”. É importante mencionar ainda que, em virtude da existência de frigoríficos e secadores de soja, esta porção do estado foi contemplada com infraestrutura de transportes para o escoamento da produção agroindustrial pelo POLOCENTRO (ASEVEDO, 2013), tendo esta mesma infraestrutura servido também para atrair investimentos arbóreos naquele contexto e posteriormente.

Diógenes Marques, diretor de indústria e comércio de Três Lagoas, confirmou o fato de que os eucaliptais estão presentes no Município de Três Lagoas desde a década de 1970, período em que ultrapassaram os 100 mil hectares em área plantada, configurando um dos maiores maciços de eucalipto do Brasil à época<sup>40</sup>. Como demonstra Edima Aranha Silva, em sua tese de doutorado (2002), a efetiva criação do Distrito Florestal de Mato Grosso do Sul se deu em 1974, com a delimitação de uma área de 569.900 ha abrangendo os municípios de Água Clara, Brasilândia, Camapuã, Campo Grande, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas pelo IBDF. A partir de então, a concessão de estímulos fiscais à capitalização foi a pedra de toque dos investimentos em plantio de eucalipto feitos por inúmeras empresas e proprietários de terra na região, com destaque para o Grupo Financeiro América do Sul, o Grupo Gerdau e a Brinquedos Estrela. Por outro lado, comenta a autora, semelhante ao ocorrido no Extremo Sul da Bahia, um dos desdobramentos diretos dessa reconversão do uso do território e da formação do Distrito Florestal foi a constituição paralela de um polo de produção de carvão vegetal destinado, sobretudo, ao abastecimento da indústria siderúrgica mineira<sup>41</sup>.

Devido à crise econômica e de Estado, a partir de meados dos anos 1980 as empresas interromperam suas atividades e abandonaram os hortos de eucalipto, bem como sua manutenção, marcando com isso o início do declínio do Distrito Florestal de Mato Grosso do Sul<sup>42</sup>. Ainda assim,

---

<sup>40</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

<sup>41</sup> Segundo a autora (SILVA, 2002), os custos com carvão vegetal constituem cerca de 60% dos custos de produção do ferro gusa.

<sup>42</sup> *Ibidem*.

em 1988, a empresa Chamflora, antiga subsidiária da companhia americana Champion Papel e Celulose, instalou-se no município, comprando terras plantadas com eucalipto a fim de implantar unidade industrial de celulose e papel na região. Entretanto, mudanças econômicas conjunturais e entraves impostos pela legislação brasileira à compra de terras por estrangeiros culminaram no adiamento do projeto. Mais tarde, a Champion foi adquirida pela International Paper que, em 2006, realizou a troca desses ativos com a VCP, firmando a parceria para a construção de uma fábrica de celulose desta última integrada a uma fábrica de papel da primeira.

Devemos notar ainda que a chegada das corporações da celulose a Três Lagoas faz parte do processo mais abrangente de industrialização diversificada do município, iniciado em meados dos anos 1990 como decorrência direta da política de atração dos investimentos industriais praticada pelos governos estadual e municipal, por meio de incentivos fiscais (leia-se “guerra fiscal”) (PEREIRA; GOMES, 2004; JURADO, 2008; CAMPACHE; SILVA, 2010). Desse processo participaram, principalmente, indústrias dos ramos alimentício, têxtil, calçadista, siderúrgico, metal-mecânico, de fertilizantes e de celulose e papel, sendo estas últimas o carro-chefe, quer pela quantidade dos investimentos, quer pelos seus impactos no PIB e volume de exportações do estado e do município (PERPETUA, 2013)<sup>43</sup>.

Todavia, tamanho progresso não se faz sem “quebrar alguns ovos”, conforme afirmação de Marco Garcia de Souza, antigo secretário da indústria e comércio do Município de Três Lagoas<sup>44</sup>. Na cidade, o crescimento vertiginoso da população flutuante, especialmente dos trabalhadores temporários, a saturação da infraestrutura urbana e dos serviços básicos, a caotização do trânsito, o aumento da criminalidade, a elevação sem precedentes do custo de vida e a ocorrência de greves e manifestações frequentes envolvendo milhares de trabalhadores; no campo, o secamento de fontes, córregos, lagos e açudes, o aumento dos ataques de pássaros e animais silvestres às lavouras dos pequenos produtores rurais, o cercamento e o isolamento de comunidades rurais pelos eucaliptais são alguns, dentre tantos dos “ovos quebrados” para a “omelete” do capital (KUDLAVICZ, 2011a, 2011b; RIBEIRO, 2012; PERPETUA, 2013; FONSECA, 2014a).

Sem embargo, como para o capital em geral, parece não haver limites para a expansão de sua fração arbóreo-celulósica. Outras empresas, grupos corporativos e fundos de investimento nacionais e estrangeiros também têm demonstrado interesse em investir na produção de celulose da região. É o caso da Portugal Celulose (Portucel), empresa que pretendia inverter R\$ 3,5 bilhões na compra de terras e construção de uma unidade fabril não fosse a Lei nº 5.709/71, que proíbe a compra ou

---

<sup>43</sup> Entre 2005 e 2009, os investimentos no setor secundário do Município de Três Lagoas ultrapassaram os R\$ 11 bilhões; seu PIB total cresceu 62,1 %, e o PIB do setor industrial 152,6%; as exportações saltaram de cerca de US\$ 15 para US\$ 347 milhões.

<sup>44</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 17/10/2011.



arrendamento de terras acima de 5 mil hectares ou superior a 25% do território de um município por estrangeiros (PAINEL FLORESTAL, 22/04/2013b). Recentemente, o governador do estado, André Puccineli, revelou ter sido procurado por investidores brasileiros e chineses interessados em instalar mais uma fábrica de celulose em Mato Grosso do Sul, dessa vez no Município de Ribas do Rio Pardo (PAINEL FLORESTAL, 08/10/2013). Afora as empresas citadas, a chilena Arauco, uma das maiores produtoras de celulose do mundo, possui 70 mil ha plantados com eucalipto em Mato Grosso do Sul, área que certamente poderá encetar um projeto futuro<sup>45</sup>.

A Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas (REFLORE/MS) prevê que até 2020 a área ocupada pelo eucalipto em Mato Grosso do Sul irá atingir 1 milhão de ha (CIFLORESTAS, 30/05/2012), uma extensão maior que a do território de Porto Rico (887.500 ha) e praticamente equivalente ao do Líbano (1.045.200ha). Contudo, devemos notar, as planuras do Nordeste sul-mato-grossenses não são – e jamais foram - um imenso espaço vazio, como querem fazer crer os representantes do capital e do Estado. Há, por exemplo, 1.046 famílias assentadas nos 10 assentamentos da região. Se tudo isso de fato se confirmar, questionamos: qual será o lugar das outras atividades econômicas, como a produção de alimentos, das outras formas de intercâmbio sociedade-natureza e dos homens e mulheres que trabalham?

### **1.2.3. Suzano no Oeste Maranhense**

O Meio Norte parece ser a última fronteira aberta pelo expansionismo do capital arbóreo-celulósico. Em meio à deslumbrante Mata de Cocais que recobre esta parte do estado, a Suzano Papel e Celulose<sup>46</sup> inaugurou, no final de 2013, sua primeira fábrica *greenfield*<sup>47</sup> fora do estado de São Paulo (desconsiderando-se o projeto em sociedade com a CVRD na Bahia). Até sua conclusão e o início da operação da unidade de Imperatriz (Figura 11), estima-se que foram consumidos mais de R\$ 5 bilhões, quase a metade (R\$ 2,3 bilhões) deles na forma de aportes concedidos pelo BNDES.

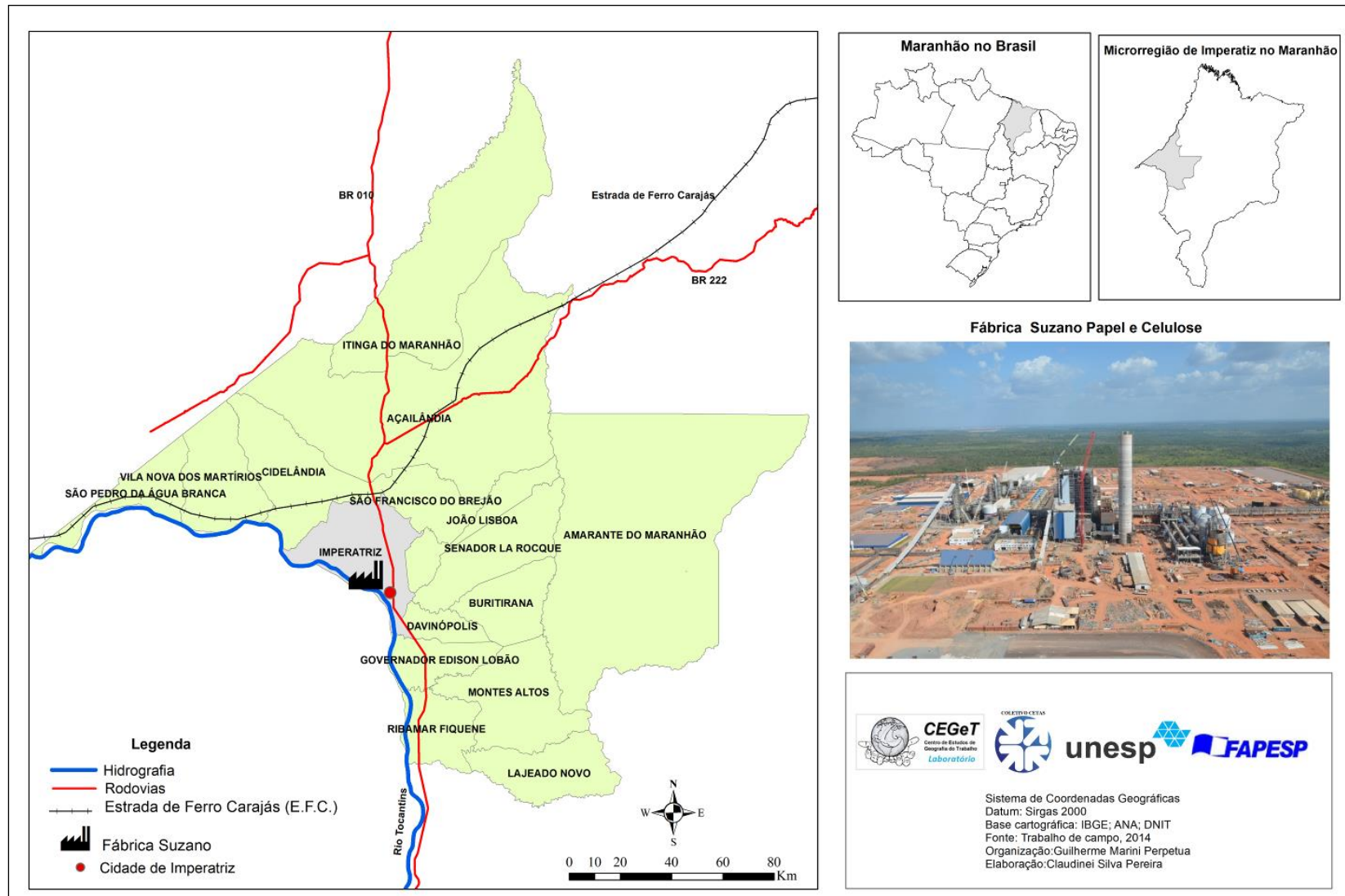
---

<sup>45</sup> *Ibidem.*

<sup>46</sup> A Suzano não é apenas produtora de celulose de mercado. De sua produção total em 2012 (3,187 milhões de ton.), 58,8% (1,876 milhão de ton.) era celulose, sendo o restante papéis de todos os tipos. A empresa possui unidades industriais em Suzano, Embu e Limeira, no estado de São Paulo, Mucuri, na Bahia (BSC), e Imperatriz, no Maranhão.

<sup>47</sup> Na linguagem empresarial, projetos *greenfield* são aqueles começados do zero, sem nenhuma estrutura industrial prévia que lhes sirva de apoio.

Figura 11 – Localização da Fábrica da Suzano Papel e Celulose na Microrregião de Imperatriz (MA)



A nova fábrica foi projetada para lançar 1,5 milhão de ton./ano no mercado. Com o *start up*, a Suzano saltou do sétimo para o terceiro lugar no ranking mundial dos produtores de celulose, atrás apenas da Fibria e da April (Indonésia) (O ESTADO DE SÃO PAULO, 03/08/2013). Verdadeiro estandarte do Governo Estadual, mesmo antes de entrar em operação o empreendimento já era apontado como o carro-chefe do “novo polo industrial de Imperatriz”. (MARANHÃO, 2011 *apud* RIBEIRO JUNIOR, 2014).

O *Projeto Grandis*, como foi nomeado, faz parte de um planejamento de expansão maior e mais audacioso da companhia paulista intitulado *Projeto 2024*. Lançado em 2008, seu objetivo era o de coroar o centenário de fundação da empresa, como nos explicou Solange, uma das diretoras da Suzano<sup>48</sup>.

A Suzano já tinha um plano de expansão; no fim da década de noventa [1990] e início dos anos dois mil [2000] ela já estava estudando localidades. Já existia a fábrica da Bahia [Mucuri] e de Suzano [São Paulo] e, com o horizonte de comemoração do centenário da empresa, foi criado o Projeto 2024. Esse projeto do Maranhão estava dentro desse projeto de expansão, que é o 2024. Aqui no Maranhão já existia uma área de experimentos, que era em Urbano Santos, onde a Suzano realizava alguns testes.

A princípio, comenta a diretora, o projeto previa a construção de três fábricas de celulose de mercado, sendo duas no Maranhão - uma delas no Leste do estado (região de Urbano Santos) e outra no Sudoeste (região de Porto Franco) - e uma terceira no Piauí, com local à época indefinido. Posteriormente, porém, os dois últimos projetos foram adiados indefinidamente (ver item 1.2.4) e, em 2009, foi instalado o escritório de Porto Franco, local cogitado, mas em seguida descartado “depois de algumas análises e algumas atividades”, quando “resolveram trazer [a fábrica] para Imperatriz”<sup>49</sup>.

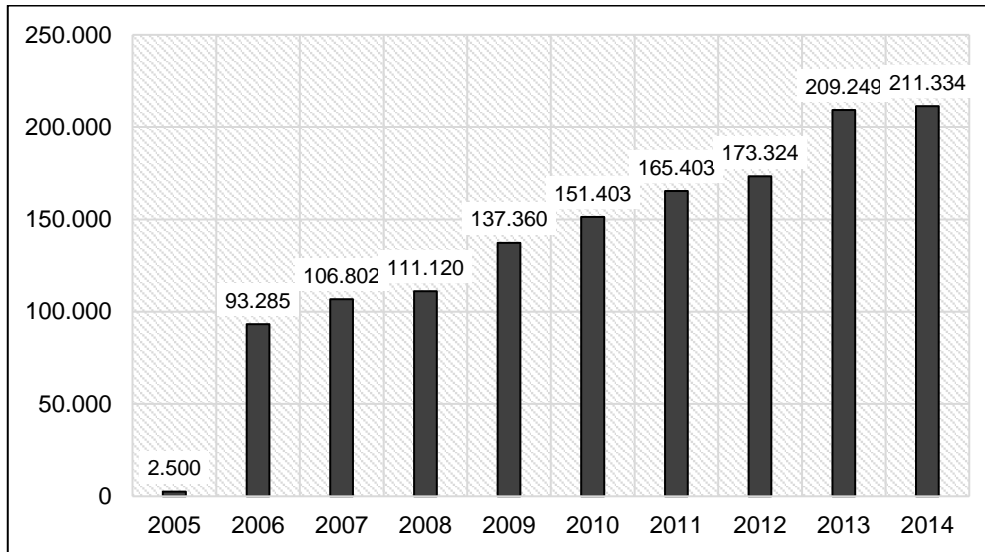
No Maranhão, o monocultivo de eucalipto atende basicamente a duas grandes e distintas demandas. A primeira, mais antiga, é a das carvoarias que abastecem os fornos das siderúrgicas no Pará, no próprio estado e em outros estados do Nordeste; a segunda, muito recente, é a da produção de celulose da Suzano (COSTA, 2012). Inacreditavelmente, entre 2005 e 2014 a área total plantada com eucalipto no estado passou de insignificantes 2.500 ha para mais de 200 mil ha (Figura 12).

---

<sup>48</sup> Informações verbais, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 17/09/2014.

<sup>49</sup> Idem.

Figura 12 – Expansão da Área Plantada (em ha) Com Eucalipto no Maranhão (2005-2014)



Fonte: ABRAF (2013); IBÁ (2014).

Como esperado, um crescimento de tal monta não poderia ocorrer apenas no “vazio” de terras desocupadas. Ao contrário, gerou e tem gerado desterreamentos, expropriações e conflitos (ver Capítulo 2, item 2.3).

A maioria das terras adquiridas pela Suzano pertenciam à CELMAR Indústria de Papel e Celulose e à Ferro Gusa Carajás, antigas subsidiárias da CVRD (MIQCB, 2012/2013). Novamente, a relação com o passado aparece como elemento decisivo para os eventos do presente, fazendo da breve reconstrução histórica e caracterização regional recursos imprescindíveis.

O Maranhão ocupa uma extensa área com grande complexidade fisiográfica, devido à diversidade de biomas e faixas de transição existentes em seu território. No que tange ao aspecto biogeográfico, há predominância dos cerrados ao Sul, Centro e Leste do estado, e da Mata de Cocais em transição para a Floresta Amazônica a Noroeste e Sudoeste.

Embora o litoral maranhense tenha recebido colonizadores europeus, principalmente franceses e portugueses, ainda no final do século XVI, aos quadrantes central e meridional do estado só iriam chegar as primeiras levas populacionais não indígenas no final do século XVIII, quase duzentos anos depois da fundação de São Luís (FRANKLIN, 2005). Quer por obstáculos naturais, como a existência de rios de difícil transposição ou as altas taxas pluviométricas e de umidade do período chuvoso, quer pela tenaz resistência indígena promovida, por exemplo, pelos temidos índios Timbiras (Canelas, Gaviões e Krikatis), o povoamento efetivo da porção ocidental só pôde tornar-se

realidade a partir da segunda metade do século XIX<sup>50</sup>. Deste modo, afirma Adalberto Franklin (2005) em sua *Breve história de Imperatriz*, “o Sudoeste maranhense foi, portanto, o *último recanto* nordestino de resistência à colonização sertaneja” (p. 18. Grifos nossos). Quanto à história do seu povoamento, também Orlando Valverde (1957) comenta que “o Meio Norte teve um povoamento mais tardio que muitas outras partes do Brasil: no tempo das Capitânicas nem sequer foi visitado por seus donatários” (p. 13). Mais tarde, segue o autor, “foi pelas fazendas de criação [de gado bovino] que se povoou todo o Piauí e o Sul do Maranhão até a barranca direita do Tocantins. Só o Norte do Maranhão conheceu, desde o início do seu povoamento, um surto significativo de progresso [...]”<sup>51</sup>.

Principal paragem da Região Tocantina, a cidade de Imperatriz foi fundada em 1852, por meio de missão de reconhecimento e exploração comandada pelo Governo da Província do Pará, e recebeu inicialmente o nome de Povoado de Santa Tereza. Quatro décadas mais tarde, o povoado “firma-se como território divisor entre Maranhão, Pará e Goiás, polo de criação de gado e porto fluvial estratégico para os navegantes do [Rio] Tocantins”<sup>52</sup>. Diferentemente das áreas de ocupação mais antigas do estado, como a região litorânea e parte oriental, nas regiões de povoamento mais recente, concentradas na porção Oeste, predominavam “pequenas explorações agrícolas, tocadas, principalmente, por meeiros de outras regiões, que migravam em busca de novos horizontes de trabalho e de oportunidades para ascender na escala social” (VALVERDE, 1957, p. 23).

Ocupando as abundantes terras devolutas da região, camponeses sem-terra, majoritariamente migrantes nordestinos, mineiros e capixabas, dedicavam-se ao extrativismo e às roças de milho, fava, feijão, mandioca e principalmente arroz, produtos destinados quase exclusivamente ao consumo local (FRANKLIN, 2005; ASSELIN, 2009).

No raiar do século XX, o ciclo amazônico da borracha promoveu alguma efervescência econômica e demográfica, mas, ainda assim, à guisa do Extremo Sul e do Leste sul-mato-grossense, o isolamento em relação ao restante do estado e à economia nacional, bem como o sentimento de esquecimento por parte do Poder Público firmavam-se como traços marcantes da região, fato que, inclusive, conferiu-lhe o esdrúxulo apelido de “Sibéria maranhense”<sup>53</sup>.

A ocupação mais intensa de Imperatriz e seu entorno regional, bem como sua integração econômica, deu-se a partir da década de 1950, momento da construção do trecho da Rodovia Belém-Brasília (BR-010), concluído em 1951, o qual abriu caminho para a chegada de milhares de migrantes nordestinos e de outras regiões do país, fazendeiros pecuaristas de Minas Gerais, Bahia e Goiás e, mais

---

<sup>50</sup> *Ibidem*.

<sup>51</sup> *Ibidem*. Explicando o isolamento, Asselin (2009) ressalta o fato da região ter o Rio Tocantins como única via de acesso até então.

<sup>52</sup> *Ibid*, p. 63.

<sup>53</sup> *Ibidem*.

tarde (década de 1970), das madeireiras espalhadas às centenas pela região (FRANKLIN, 2005; ASSELIN, 2009; MIQCB, 2012/2013). E, conforme Asselin (2009), no rastro das serrarias vieram os pecuaristas forasteiros, num consórcio entre desmatamento para exploração madeireira e plantio dos pastos, fato muito semelhante ao que se passou no Extremo Sul.

Este é também um momento de recrudescimento das dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores, obrigados a disputar terras com grandes fazendeiros criadores de gado e muitas vezes expulsos das terras por força de títulos de propriedade falsos apresentados por grileiros (FRANKLIN, 2005).

Na verdade, veremos adiante, inicia-se aí um capítulo sangrento e obscuro da história do estado do Maranhão intimamente associado à Ditadura Militar e ao então Governo Estadual chefiado por José Sarney e sua oligarquia. No intervalo de pouco mais de uma década, milhões de hectares de terras públicas (devolutas) passaram às mãos de proprietários e empresas privadas, sendo seus ocupantes sumariamente expulsos ou exterminados (ASSELIN, 2009).

Já nos anos 1980, Imperatriz figurava como segundo município mais populoso do Maranhão e o principal polo de abastecimento de todo o Sul do estado, Sul do Pará e Norte de Tocantins, posição reforçada pela descoberta das minas de Serra Pelada, no Pará. Essa foi também uma década decisiva para a introdução do monocultivo de eucalipto em larga escala, contemplado pelo grande leque de investimentos do Programa Grande Carajás (PGC)<sup>54</sup>. Muitas das chamadas empresas de “reflorestamento” e outras que ali intervieram, como a CVRD, desenvolveram seus planos de plantio em paralelo à mineração, estimulados pelos incentivos concedidos pelos militares. Além deles, o próprio PGC previa projetos cujo objetivo era o “florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira” (BRASIL, 1980 *apud* SANT’ANA JUNIOR, 2013, p. 1-2).

Esses e outros resquícios do grande programa hoje exercem poder de atração para novos empreendimentos, cujo impacto é demasiado preocupante. Segundo Horácio Sant’Ana Junior (2013),

Como desdobramento contemporâneo do PGC, constata-se a instalação de um grande conjunto de *empreendimentos agropecuários e industriais, madeireiros*, de transporte, de exploração marítima que tem provocado profundos impactos socioambientais e culturais [no Maranhão]” (p. 2. Grifos nossos).

---

<sup>54</sup> O PGC foi um programa de exploração mineral lançado pela CVRD, em 1982, sobre a mais rica província mineralógica do planeta, uma área de mais de 900 mil km<sup>2</sup> que engloba parte do sudeste do PA, norte do TO e sudoeste do MA. Sua regulamentação efetiva se deu por meio do Decreto de Lei nº 1.813 e do Decreto do Poder Executivo nº 85.387, ambos outorgados em 24 de novembro de 1980, que criaram um Conselho Interministerial para supervisionar o programa. Seu objetivo principal era garantir condições infraestruturais e viabilidade econômica para a exploração e transporte do minério de ferra do sudeste do Pará (SANT’ANA JUNIOR, 2013).

Um desses desdobramentos para a região de Imperatriz foi precisamente a implantação do Projeto CELMAR (Celulose do Maranhão S/A), em 1992, o qual previa investimentos anuais de US\$ 1 bilhão em “reflorestamento com eucalipto” e a instalação de uma fábrica de celulose (RIBEIRO JUNIOR, 2014). Passando das mãos da CELMAR às da CVRD, sob a razão social da Ferro Gusa Carajás (FGC), as áreas de plantio foram recentemente negociadas com a Suzano, que pôde contar também com a madeira proveniente do programa de fomento Vale Florestar, implantado pela Vale no Sudeste do Pará para abastecer sua fábrica (SUZANO, 2013). Setenta quilômetros ao Norte de Imperatriz, no Município de Açailândia, o plantio de eucalipto em larga escala começou com a Florestas Rio Doce (FRD), cujos ativos foram vendidos para a VALEC (empresa que administra a Ferrovia Norte Sul) e, depois, igualmente repassados para a Suzano<sup>55</sup>.

Mas ao monocultivo de eucalipto para celulose cabe ainda hoje disputar território com a produção para o carvão vegetal e isso, por vezes, tem resultado em redefinições por parte das empresas. Por exemplo, como explicou-nos o representante da CPT na região, a Suzano previa expandir seu plantio para o centro do estado, mas deparou-se com um fator limitante: a existência de vasta área de plantio de eucalipto da empresa G5, fornecedora de carvão das diversas guseiras e siderúrgicas ali instaladas. De acordo com um levantamento feito pelo entrevistado, só esta empresa teria mais de 150 mil ha próprios no Município de Grajaú, afora as terras arrendadas<sup>56</sup>.

Lamentavelmente, o trabalho em carvoarias é há muito famoso pelo desrespeito em relação aos direitos dos trabalhadores e aos direitos humanos mais elementares. Uma pesquisa coordenada por Cláudio Guerra (1995), tendo como recorte a bacia do Rio Piracicaba, em Minas Gerais, deslindou as condições de trabalho e vida em níveis subumanos, sobretudo entre os carvoeiros volantes:

Durante a jornada de trabalho não há intervalo para descanso, não se usa nenhum equipamento de proteção individual (EPI), não existe nenhum tipo de orientação ou programa de prevenção de acidentes. Como o resultado é levado na base da ‘empreitada’, não há repouso aos sábados e nem pagamento de horas extras. O trabalho exaustivo se prolonga até o período da noite, consumindo-se, portanto, uma grande quantidade de energia, a qual não é repostada por uma dieta alimentar precária e insuficiente (p. 73).

No Oeste Maranhense, a realidade dos carvoeiros não tem sido diferente. Não por acaso, o Município de Açailândia foi o nascedouro do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos “Carmen Bascaran” (CDVDH/CB), cujo objetivo inicial e urgente era o de estabelecer intermediação entre os sujeitos e situações ocultadas de desrespeito aos direitos humanos essenciais e os órgãos públicos competentes. Como consta do relato de José, um de seus coordenadores, fundado em 1996

---

<sup>55</sup> Dr. Galvão (ex-secretário de meio ambiente de Açailândia). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 15/09/2014.

<sup>56</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 11/09/2014.

“o ponto forte do Centro de Defesa era essa *questão do trabalho escravo*, principalmente nas carvoarias, que era a questão gritante aqui”<sup>57</sup>.

Mesmo passadas praticamente duas décadas, a situação nas carvoarias não parece ter mudado substancialmente. É o que afirma a Dra. Adriana Candeira, Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT) de Imperatriz. Em entrevista<sup>58</sup>, a procuradora explicou-nos que o principal foco do MPT no município e região são as carvoarias terceirizadas pelas siderúrgicas, nas quais existem situações comprovadas de trabalho precário e degradante e, inclusive, de trabalho escravo. O órgão também investiga irregularidades no cultivo de eucalipto para a produção de celulose, as quais, entretanto, ainda carecem de provas substanciais, afirmou a procuradora.

Varrida pelos eucaliptais antigos e recentes, a região Tocantina tem sua paisagem transformada pelo verde homogêneo e geometrizado - ou seria “pasteurizado”? - próprio da prática do monocultivo. Um dos argumentos mais comuns para justificar a intensidade da expansão da monocultura e a magnitude dos desdobramentos enfrentados, como nas demais regiões estudadas, é que o eucalipto vem para recuperar áreas improdutivas e degradadas pela pecuária. Ora, diversos depoimentos contradizem essa tese, como, por exemplo, o do presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz (STTR), agricultor há mais de quarenta anos no município: “aqui foi região de produção de arroz, um absurdo! Caminhão, era um atrás do outro, atolado. Aqui nós temos uma estrada que é chamada de Estrada do Arroz, exatamente porque a produção lá era um absurdo”<sup>59</sup>. Ainda hoje, a maior parte da população rural do município concentra-se nas comunidades da Estrada do Arroz (MIQCB, 2012/2013); porém desafortunadamente, essa é exatamente a área onde a Suzano decidiu implantar sua fábrica em Imperatriz.

A ocupação de parte das terras por populações originárias e tradicionais é um componente do acirramento das contradições sociais, após a implantação do *Projeto Grandis* pela Suzano, pois na região estão presentes os grupos indígenas Krikati, Gavião, Timbira e Guajajara, este último com cerca de 27 mil habitantes, a quinta maior população indígena do Brasil (RIBEIRO JUNIOR, 2014). Ainda assim, a população indígena autodeclarada oficial da Microrregião de Imperatriz, segundo dados do IBGE, totaliza apenas 6.891 pessoas em 2010. Aí também encontram-se grupos de quebradeiras de Coco Babaçu, que há séculos coletam o fruto das palmeiras existentes nas Matas de Cocais do Meio

---

<sup>57</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 15/09/2014.

<sup>58</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 10/09/2014.

<sup>59</sup> João (STTR-Imperatriz). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 10/09/2014. Convém destacar, de acordo com Valverde (1957), que esse “surto” da produção de arroz no Maranhão guardou relações com a Segunda Guerra Mundial e o aumento da demanda dos mercados do Nordeste, São Paulo e Rio de Janeiro, a partir da década de 1950.



Norte (Figura 13), utilizando-o de inúmeras formas<sup>60</sup>. Segundo Josoaldo Rego e Maristela de Paula Andrade (2006), trata-se de um grupo de mulheres camponesas marcado, sobretudo, pelo significado do uso do território e por formas particulares de organização.

Figura 13 – Mata de Cocais na Região da Estrada do Arroz, Imperatriz (MA)



Autor: Guilherme Marini Perpetua. Data: 12/09/2014.

Afora indígenas e populações tradicionais, outro grupo seriamente ameaçado pela expansão recente e ilimitada dos eucaliptais é aquele constituído por famílias camponesas assentadas. De acordo

---

<sup>60</sup> A principal espécie de palmeira existente na região é o Babaçu (*Orbignya speciosa*), da qual, como relatou Orlando Valverde (1957), podem ser extraídos óleos, torta para alimentação do gado, glicerina, produtos comestíveis, pixe, carvão ativado, combustíveis, plásticos, capachos e escovas grosseiras, além do uso para a construção de habitações, secularmente feito pela população local. O mesmo geógrafo, em visita oficial do Conselho Nacional de Geografia (CNG) ao Maranhão nos anos 1950, descreve o trabalho artesanal das quebradeiras de coco: “A extração de amêndoas de babaçu é feita segundo um sistema muito rudimentar de coleta comercial. Quando o caboclo precisa de dinheiro, penetra no babaçual, ou manda a mulher, para trazer coquilhos. Estes são amontoados em frente à casa de moradia, onde as mulheres e crianças fazem a quebra do coco. Para isso usam um machado que elas mantem de gume virado para cima prendendo-o com as pernas; enquanto com uma das mãos manejam o coquilho sobre a lâmina, ao mesmo tempo, com a outra, vão dando pancadas com um pedaço de pau. Reunida a produção de um dia, vão os caboclos vende-la na venda mais próxima” (VALVERDE, 1957, p. 387).

com dados do INCRA, existem 56 assentamentos na Microrregião de Imperatriz, totalizando 5.554 famílias assentadas.

Muito além dos conflitos gerados pelo embate entre lógicas absolutamente antagônicas de reprodução social, um estudo feito pelo Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, da ONG Repórter Brasil (REPORTER BRASIL, 2011), denuncia que a atuação da Suzano na região contribuiu para intensificar os já aberrantes litígios por terra. Ainda assim, o Governo do Maranhão demonstrou grande empenho em garantir todas as vantagens necessárias para “valorizar o empresariado que está chegando, para que se sinta seguro”, como exclamou o secretário de estado da indústria e comércio (FALEIROS, 03/2010). A primeira iniciativa nesse sentido foi nada menos que a isenção total da tributação estadual em favor da Suzano.

#### **1.2.4. Braxcel no Tocantins, Suzano no Piauí e Stora Enso/VCP no Rio Grande do Sul: contrassensos do naufrágio**

Antes de finalizarmos este tópico, após a apresentação dos casos dos novos projetos já implantados na Bahia, em Mato Grosso do Sul e no Maranhão, ainda que brevemente é necessário explanarmos acerca dos projetos anunciados, mas que, por motivos diversos, tiveram sua execução prorrogada ou mesmo cancelada noutros lugares.

Concomitante à construção da fábrica da Veracel em Eunápolis, três empresas do setor de celulose e papel (Aracruz, VCP e Stora Enso) disputavam terras na Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul, anunciando futuros investimentos na produção de celulose, os quais abarcariam toda a região. As especulações foram de tal envergadura que a imprensa estadual chegou a cogitar a instalação de um “polo florestal mundial” na América Latina, abrangendo parte dos territórios do Rio Grande do Sul e de províncias vizinhas na Argentina e no Uruguai, sob os auspícios do grande capital (ZERO HORA, 27/09/2005 *apud* MORELLI, 2011). À época, comentou um articulista (RACISMO AMBIENTAL, 12/11/2013), “o Estado foi *loteado* pelos três megaprojetos. A Metade Sul ficou com a VCP, depois Fibria. A Stora Enso fixou-se na Fronteira Oeste, enquanto a Aracruz pretendia crescer desde Guaíba. Juntas, somariam três fábricas e 300 mil hectares de florestas” (s/p. Grifos nossos).

Por serem velhas e malquistas conhecidas dos gaúchos<sup>61</sup>, a monocultura do eucalipto e a produção de celulose e papel não encontraram no estado as mesmas “amenidades sociais” com as quais se depararam nas demais áreas de expansão recente. Muito pelo contrário, ali, diversos

---

<sup>61</sup> Uma das fábricas de celulose mais antigas do Brasil, pertencente ao grupo norueguês Borregaard, foi instalada em Porto Alegre no ano de 1972, tornando-se o principal símbolo da luta ambiental do estado e um dos mais importantes do país naquele contexto (DREYER, 2011).

movimentos sociais e demais entidades da sociedade civil organizada apressaram-se em debater o assunto, promovendo, inclusive, ações de resistência, sendo, pois, a mais conhecida delas protagonizada por cerca de 2.000 mulheres agricultoras ligadas à Via Campesina, que ocuparam e destruiriam as mudas de um viveiro da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro (RS), no mês de março de 2006.

Logo após a crise de 2008, como que escudadas por uma justificativa aceitável para o mercado – a única e verdadeira fonte de preocupação das empresas –, a VCP e a Aracruz recuaram, tornando público o cancelamento de quaisquer investimentos e vendendo esta última seus ativos em Guaíba para a companhia chilena CMPC.

Como anteriormente enunciado, em paralelo ao início do projeto do Maranhão, em 2008, e como parte do mesmo ciclo de crescimento a Suzano anunciou também a consecução de um segundo projeto *greenfield* no Oeste do vizinho Piauí. A planta fabril teria as mesmas características da unidade de Imperatriz e a previsão inicial era de que as duas fossem concluídas simultaneamente, em 2014 (O ESTADO DE SÃO PAULO, 21/12/2010). A obtenção da licença ambiental para o projeto piauiense, cuja unidade de processamento industrial seria provavelmente construída no Município de Palmeirais, veio em janeiro de 2012 (PPI/RISI AMÉRICA LATINA, 17/01/2012).

Contudo, assim como ocorre com os dados de volume de investimento e geração de empregos incessantemente alardeados quando do anúncio dos projetos, as regras do jogo bilionário de que participam apenas as grandes corporações são bastante flexíveis, permitindo sempre aos participantes a retirada de suas cartas no momento em que assim o desejarem. Como no pôquer, o *blefe* é prática usual.

Assim, o projeto da fábrica de celulose da Suzano no Piauí, mesmo depois de anunciado e confirmado junto ao público e ao mercado, foi adiado indefinidamente de maneira misteriosa, “ficou em *stand-by*”, para usar o jargão empresarial empregado pela diretora de responsabilidade social da empresa<sup>62</sup>. E isso teria ocorrido “por questões internas, mudanças de diretoria, de presidência”, de modo que, posteriormente “se pudesse avaliar o que fazer com o projeto [...] se continua, se se cancela, se você deixa de *stand-by* por um bom tempo, como isso vai ser feito”<sup>63</sup>. O adiamento deixou atrás de si um rastro de cerca de 30 mil hectares de eucalipto plantados de súbito no Piauí logo após o anúncio do investimento industrial, em 2010 (ABRAF, 2013).

Os casos (nada casuais) do Rio Grande do Sul e do Piauí não são únicos. Algo muito semelhante fez a Braxcel Celulose, empresa ingressante no ramo e pertencente ao grupo paulista

---

<sup>62</sup> Solange. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 17/09/2014.

<sup>63</sup> Idem.

GMR<sup>64</sup> que, em janeiro de 2014, decidiu postergar a construção de sua fábrica de celulose no Município de Peixe (localizado na Microrregião de Gurupi, Sul do Tocantins, a 300 quilômetros de Palmas), até pelo menos 2021. Dois anos antes, o anúncio do portentoso projeto, cuja primeira planta teria as mesmas características das fábricas da Eldorado Brasil, em Mato Grosso do Sul, e da Suzano, no Maranhão, não economizou em superlativos, prevendo sua finalização em 2023, quando a produção deveria atingir as 3 milhões de toneladas anuais. A primeira etapa, entretanto, deveria ficar pronta em 2018. Se fosse realmente executado, o projeto figuraria como o maior empreendimento privado já feito no estado de Tocantins, fato que levou o Governo Estadual a acelerar ao máximo os trâmites burocráticos para a concessão da licença ambiental obrigatória, entregue pelas mãos do governador Siqueira Campos, no início de junho de 2012, após impressionantes dois meses de espera (PAINEL FLORESTAL, 04/06/2012).

Por trás dessas iniciativas supostamente independentes e, à primeira vista, desencontradas, tomadas pelos estrategistas territoriais do grande capital, não existe preocupação real com o mercado concorrencial, mas sim um arranjo cavalheiresco intercapitalista voltado para a preservação da “rentabilidade” de todos os *players* já existentes. Rosemeire Almeida (2012) já havia observado este insólito aspecto ao notar que as grandes produtoras de celulose possuem “[...] parcerias acionárias que indicam *ação territorial cruzada* que minimiza o cenário de disputas intercapitalistas” (p. 3).

De fato, por fazerem parte de um mercado oligopolizado, controlado por um pequeno grupo de megacorporações, pelo menos quanto ao cenário interno pode-se afirmar que os produtores consolidaram o entendimento de que devem todos balizar suas ações pela relação entre a oferta e a demanda mundial da celulose, de tal sorte que a inauguração de uma nova fábrica não cause a elevação da oferta e, conseqüentemente, a queda do preço médio. Como revela uma matéria do jornal Valor Econômico (30/01/2014), as atitudes dessas empresas fazem parte de uma política de disciplinarização da oferta abertamente defendida por outros grandes produtores, como a Fibria. Nós, porém, trabalhamos ainda com a hipótese de que a resistência social também deve ser considerada como componente decisivo das escolhas locacionais das empresas (ver item 2.2).

Malgrado as muitas singularidades presentes nos processos de formação socioespacial das regiões estudadas, ao examinarmos atentamente os diferentes casos dos projetos e da implantação efetiva de megaempreendimentos arbóreo-celulósicos no Brasil, diversas similitudes, cuja explicitação é basilar para a tese defendida, tornam-se patentes. Pelo menos no tocante às três áreas de estudo escolhidas (Nordeste de Mato Grosso do Sul, Oeste do Maranhão e Sul da Bahia), constatamos, (1) a pecuária extensiva como atividade econômica anteriormente predominante; (2) o amalgama histórico

---

<sup>64</sup> O foco de investimentos do grupo, até 2012, foram os setores imobiliário e de produção de energia renovável.

de estagnação econômica, isolamento político e desigualdade social enquanto fatores propulsores e justificadores das novas inversões; (3) a preexistência de maciços arbóreos formados no período da Ditadura Militar (1964-1985) deixados por décadas sem uma destinação produtiva e (4) o apoio irrestrito do Estado, em seus diversos níveis organizativos (união, estados e municípios), com destaque para o papel do BNDES no financiamento de parte substancial dos empreendimentos; (5) a constituição, nas três regiões, de circuitos paralelos de produção de carvão vegetal nos quais vicejaram diversas formas de superexploração dos trabalhadores, incluindo-se entre elas a servidão e a escravidão.

Para o caso específico do Extremo Sul da Bahia (Microrregião de Porto Seguro) e do Oeste maranhense (Microrregião de Imperatriz), ficou nítida, ainda, a *forte presença de formas sociais não capitalistas* – camponeses, indígenas, quebradeiras de coco, quilombolas e comunidades extrativistas de diversos tipos - rivalizando recursos indispensáveis com as grandes corporações e, ato contínuo, indícios marcantes da existência de terras devolutas até então ocupadas por esses grupos, sendo objeto de apropriação ilegal por parte delas.

Finalmente, tomando tais elementos por substrato, é possível visualizar uma estratégia racional, sistemática, cuidadosamente elaborada pelas empresas com o objetivo precípua de ocupar e dominar o território indispensável para a reprodução ampliada de seu capital, consoante aos atuais moldes técnicos e de gestão do setor. Trata-se, estamos defendendo, de uma *estratégia territorial* composta por um conjunto de táticas mais ou menos definidas e generalizáveis a todas as empresas, devido às semelhanças entre elas no que se refere ao porte e à estrutura organizacional. Este será o objeto do Capítulo 2, o qual, para efeito de encadeamento lógico, deve ser precedido de mais algumas indicações prévias.

### **1.3. O discurso legitimador do capital arbóreo-celulósico: necessidade, vocação natural, capitalismo verde e sustentabilidade**

A expansão mundial e brasileira da indústria de celulose e dos plantios industriais de árvores (PIAs) a ela atrelados tem sido objeto de distintas e conflitantes significações. Há, pelo menos, dois modos muito diferentes de interpretá-la. Um deles - pode-se dizer, o modo hegemônico - é aquele defendido e veiculado por empresas, governos e outras instituições que, valendo-se de uma série de argumentos, colocam-se totalmente favoráveis à maneira como tem se concretizado essa expansão, não vislumbrando quaisquer outras possibilidades ou alternativas no horizonte. Os argumentos em geral utilizados por representantes de empresas e do Poder Público, bombardeados pela imprensa

especializada e pelas milionárias campanhas publicitárias das empresas, seguem, basicamente, quatro linhas principais.

(1) A primeira relaciona o crescimento da produção ao crescimento da demanda mundial por madeira e seus derivados, ditado pela explosão populacional das últimas e subseqüentes décadas. Desde meados do século passado, esta tem sido a premissa norteadora da atuação da FAO<sup>65</sup>, organismo (dito) supranacional que possui um departamento específico voltado para o que chama de “silvicultura”, cujo objetivo estratégico é a “gestão sustentável de florestas”, trabalhando para

[...] *conciliar* as considerações sociais e ambientais com as exigências econômicas do comércio dos produtos florestais. A FAO serve de *fórum neutro* para um diálogo de política, ao mesmo tempo que constitui uma fonte de informação confiável sobre as árvores e a floresta e oferece assistência técnica e apoio técnico para assistir os países a implementar *programas nacionais florestais eficazes*” (FAO, s/d, s/p. Grifos nossos).

Previendo uma expansão do consumo de papel e papelão no mundo da ordem de 340 milhões de toneladas (de 400 milhões de ton. para 740 milhões/ton.) até 2030, acompanhada de expansão da área de plantio industrial de árvores entre 15% e 35% (entre 40 e 90 milhões de ha)<sup>66</sup>, a FAO (2010) admoesta os países, muito especialmente os chamados “países em desenvolvimento”, a atenderem à tal demanda, colocando-se à disposição para auxiliar no que for necessário a expansão das “florestas artificiais”, como forma de garantir o abastecimento e, simultaneamente, reduzir a pressão sobre as “florestas naturais”.

Preocupada com a geração de excedente de madeira para uso industrial, a partir dos anos 1960, o braço agrícola e alimentar da ONU passou a subsidiar programas de expansão de plantios arbóreos em países “[...] onde havia condições ecológicas favoráveis para o rápido crescimento de florestas, disponibilidade de terras, abundância de mão de obra barata e políticas econômicas de governo que privilegiavam o setor” (FERREIRA, 2011, p. 43). No mesmo sentido, promoveu conferências, encontros, palestras e seminários sobre os benefícios do plantio de eucalipto mundo a fora, como, por exemplo, a *Conferência Mundial do Eucalipto*, sediada por São Paulo, no ano de 1961 (GUERRA, 1995).

O problema, absolutamente desconsiderado pela FAO, é que as transformações em questão não ocorreram espontaneamente, como obra da “mão invisível” do mercado autorregulador e, tampouco, por necessidade demográfica. Elas foram gestadas no seio da mundialização pelas grandes corporações do setor de celulose e papel e setores adstritos (como o de bens de capital), com o

---

<sup>65</sup> De maneira geral, esta mesma linha neomalthusiana de argumentação tem servido à FAO, desde meados do século passado, para promover e expandir a (chamada) “revolução verde” - conjunto de transformações decorrentes da utilização de máquinas, insumos e técnicas produtivas que permitiram aumentar a produtividade da agricultura (NUNES, 2007) - para o mundo pobre.

<sup>66</sup> Afinado ao mesmo mantra, no Brasil, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) prevê que a área de PIAs deve passar de 7 milhões/ha para algo entre 12 e 15 milhões/ha, em 2020.

indispensável auxílio de governos e organismos supranacionais, dentre os quais se destaca a própria FAO.

Segundo o técnico florestal e ativista da Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) Ricardo Carrere (2007)

A ideia de plantar eucalipto como fonte de matéria-prima para indústria de celulose em particular se origina já na década de 50 quando a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) começou a realizar e a reunir pesquisas sobre o eucalipto e a promover o seu uso como plantações em países como os nossos, na América Latina, mas também na Ásia e África para abastecer, sobretudo, a indústria de celulose no futuro. Por que a FAO fez isto? Porque na realidade *ela responde a interesses dos setores econômicos mais importantes dos países dentro das Nações Unidas*. Estes países tinham e têm uma grande indústria de celulose para abastecer o expressivo consumo interno de papel, e esta indústria se baseou durante muitos anos nas extensas florestas nos Estados Unidos, Canadá e Europa. Mas por conta da oposição em nível nacional à destruição dessas florestas, a indústria de celulose, apoiada pela FAO, adotou sua nova base de recursos: criar plantações para abastecer suas fábricas de matéria-prima (s/p. Grifos nossos).

A semente lançada pela FAO brotou melhor e mais rápido onde encontrou, como solo propício para seu cultivo, o apoio de governos e elites nacionais dispostos a plantá-la, como ocorreu no Brasil daquele período. As primeiras grandes inversões, como as da extinta Aracruz Celulose no Norte do Espírito Santo, vieram de fora para dentro e foram viabilizadas a partir de um conjunto de articulações desde o âmbito global até o local (GOMES, 2011). Mais recentemente, segundo Overbeek, Kröger e Gerber (2012), sob a batuta neoliberal, organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) continuam prescrevendo abertamente aos países pobres a concessão de incentivos e subsídios para atividades primárias voltadas para exportação, incluindo-se aí o plantio industrial de árvores.

Ademais, o esteio da argumentação em tela não vai nada além da velha perspectiva malthusiana (ou de sua versão repaginada, o neomalthusianismo), paradigma adotado não apenas pela FAO, como também por instituições congêneres ao longo do século XX, em defesa dos interesses das potências hegemônicas (EUA e UE, principalmente)<sup>67</sup>. A tese que endossa essa corrente é que o crescimento populacional pressiona, inevitavelmente, os recursos naturais, fadados à escassez, havendo assim uma causalidade linear entre a população, cujo crescimento seria naturalmente mais acentuado posto ocorrer em progressão geométrica, e os recursos, muito mais limitados haja vista crescerem em progressão aritmética, exigindo, portanto, intervenção governamental e supranacional direta e eficaz (HOGAN, 2007).

---

<sup>67</sup> O mesmo paradigma embasou as recomendações expressas do FMI e do BM aos governos do terceiro mundo para a elaboração de programas governamentais de controle de natalidade nos países pobres (HOGAN, 2007).

Porém, como afirmam estudiosos filiados à Demografia Ambiental como Daniel Hogan (2007), a chave para compreender os impactos ou mudanças ambientais não está no crescimento da população em si, mas na associação desse crescimento com a desigualdade estrutural que marca a ordem social vigente<sup>68</sup>. Especificamente quanto à via neomalthusiana de análise da questão agrícola no futuro próximo da humanidade, Marcel Mazoyer (ele mesmo, ex-diretor da FAO) e Laurence Roudart (2008) advogam que

[...] a ideia, comumente admitida, segundo a qual o melhor meio de responder às necessidades futuras da humanidade seria estender ao planeta o gênero de agricultura motorizada, grande consumidor de nutrientes minerais, desenvolvida nos países industrializados há meio século, é também uma concepção enganosa (p. 42).

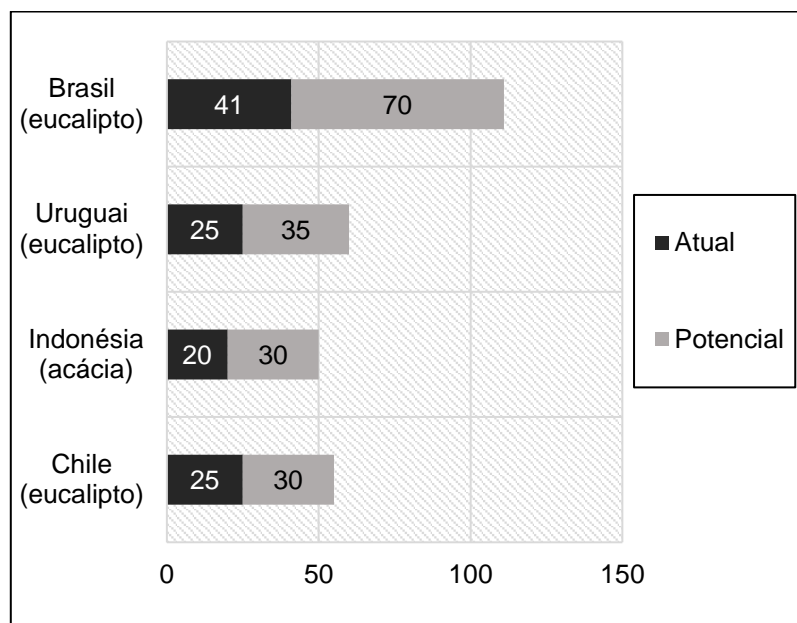
(2) A segunda arvora-se na ideia de uma pretensa “vocação natural” dos países do Sul, do Brasil e, mais precisamente, das regiões aportadas pelo grande capital para o monocultivo de árvores e a produ o de celulose. Em síntese, segundo os advogados desta premissa, países como o Brasil teriam, em fun o de fatores edafoclimáticos e naturais, condi es infinitamente superiores de produzir insumos básicos como a celulose, por serem diversas vezes mais competitivos que seus “parceiros” do Hemisfério Norte. O apelo para creditar tal ideia vem em geral ilustrado por dados de produtividade da madeira brasileira frente a de outros países competidores (Figura 14 e Tabela 4).

---

<sup>68</sup> Assim se exprime Hogan (2007) sobre este ponto: “há, então, essa perspectiva que reconhece o problema ambiental, mas atribui um papel secundário ao fator demográfico, procurando situar a questão em termos de institui es sócio-econômicas, padrões de acesso   terra e desigualdades sociais” (HOGAN, 2007).



Figura 14 - Produtividade das “Florestas de Rápido Crescimento” em Países Selecionados (em m<sup>3</sup>/ha/ano)



Fonte: Pöyry *apud* BRACELPA (2013). Elaborado pelo autor.

Tabela 4 - Comparação Entre Rotação e Rendimento (espécies para celulose de fibra curta) em Países Selecionados

País	Espécie	Tempo de rotação (anos)	Rendimento (m <sup>3</sup> /ha/ano)
Brasil	Eucalipto	7	41
África do Sul	Eucalipto	8 a 10	20
Chile	Eucalipto	10 a 12	25
Portugal	Eucalipto	12 a 15	12
Espanha	Eucalipto	12 a 15	10
Nova Zelândia	Pinus radiata	25	22
EUA	Pinus Elliottii/Taeda	25	10
Suécia	Pinus de Oregon	35 a 40	6
Finlândia	Bétula	35 a 40	4
Canadá	Bétula	45	7

Fonte: Pöyry *apud* BRACELPA, 2013. Elaborado pelo autor.

Segundo os dados apresentados, nos dois critérios adotados (produtividade/rendimento e tempo de rotação)<sup>69</sup> o Brasil desponta como o país mais competitivo, pois em nenhum outro lugar do mundo pode-se produzir tanta matéria-prima em tão pouco tempo.

Acrescentam-se ainda a esses dados aqueles concernentes à área de plantio necessária para a produção de 1 milhão de ton./ano de celulose - até há pouco, a recomendação técnica de escala mínima para qualquer nova fábrica que pretendesse ser competitiva no mundo (BIAZUS; HORA e LEITE, 2010b) – calculada em 720 mil hectares na Escandinávia, 300 mil hectares na Península Ibérica e 100 mil hectares no Brasil (PÖYRY *apud* BRACELPA, 2013).

Como se vê com base nos dados, o Brasil é líder absoluto nos quesitos produtividade, tempo de rotação do eucalipto e área necessária para o plantio, o que, sob a estreita ótica da racionalidade capitalista, comprovaria a “vocação natural” e justificaria a especialização nesse cultivo e, por extensão, na produção de celulose.

Outrossim, num país como o nosso, relegado por séculos   periferia do capitalismo mundial, marcado por lancinante desigualdade e pelo predomínio do latifúndio improdutivo e amplamente fundado na grilagem no campo, argumentos elevadores da autoestima nacional como os de “vocação florestal” costumam soar muito bem aos ouvidos desatentos.

Sobre o assunto, Alfredo Wagner Berno de Almeida (2010) comenta: “no caso brasileiro, faz parte das agroestratégias a disseminação de uma *visão triunfalista* dos agronegócios articulada com uma *imagem hiperboliz ada* do Brasil e de seu potencial agrícola” (p. 110. Grifos nossos). O “triunfo brasileiro” no cenário mundial, já sabemos, não   triunfo de todos os brasileiros, e no “País Grande” não há espaço para milhões de seres humanos sem-terra e sem moradia.

Por fim, como trataremos mais adiante (ver Capítulo 2, item 2.2), a mesma formulação encontra-se enraizada em outras duas doutrinas tão antigas quanto o malthusianismo e que, desde o século XVIII, têm atendido perfeitamente aos interesses das potências imperialistas: o determinismo ambiental de cunho ratzeliano<sup>70</sup> (PORTO-GONÇALVES, 1984) e as teorias das vantagens comparativas germinadas no seio da economia política clássica inglesa.

(3) A terceira, no outro polo do argumento da vocação natural, acopla-se não na exaltação, mas ao contrário, na depreciação das regiões receptoras dos empreendimentos. Na ânsia de convencer a opinião pública de seus benefícios, as empresas e autoridade apelam para o baixo dinamismo, a

---

<sup>69</sup> O primeiro diz respeito ao volume de madeira (biomassa) produzido por hectare, o qual, feitas as possíveis adequações tecnológicas, poderá aumentar ainda mais; o segundo representa o tempo médio compreendido entre o plantio e o corte da árvore.

<sup>70</sup> A corrente ou escola determinista do pensamento geográfico surgiu na Alemanha do século XIX, e consistiu na atribuição de prevalência (determinação) dos fatores naturais sobre as condições históricas e sociais no desenvolvimento dos povos e da humanidade.

decadência econômica e a degradação ambiental legada por outras atividades (como a pecuária), assim como à desigualdade social.

Para o presidente do conselho Deliberativo da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), por exemplo, as iniciativas das associadas “geram valor social em regiões brasileiras distantes dos grandes centros urbanos” (IBÁ, 2014). O mesmo percebe-se no discurso do então governador da Bahia, Paulo Souto, quando da inauguração da fábrica da Veracel, ao dizer que “temos que levar em conta o que tinha essa área antes. E o que tinha? Grandes extensões de terra destinadas à pecuária, uma atividade que também exige áreas enormes e emprega pouco ou nada” (A TARDE, 28/09/2005).

Caminhando na mesma direção, Antônio Sérgio Alípio, então presidente da Veracel e da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF), concebeu a empresa como participante da “parceria” com o Poder Público e a Sociedade Civil no desafio de promover o desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente justo numa região tão “deprimida” como a de Eunápolis. Nas palavras do executivo: “temos uma empresa de primeira linha, geramos impacto positivo na região e criamos ali parâmetros ambientais inovadores”, e mais adiante, “não é possível avançar significativamente sem que haja um plano articulado com todos os agentes sociais. A iniciativa privada pode contribuir, mas não tem condições de assumir sozinha esta missão” (O PAPEL, 03/2010).

Na prática, o que vemos não é nem de longe algo parecido com estas lúgubres figuras regionais. Em todas as regiões em questão deparamo-nos com outras atividades econômicas, como a produção de alimentos, duramente afetadas e até desmanteladas em função da expansão do monocultivo do eucalipto (ver item 1.5). Além do mais, a ideia de “espaço vazio” e “desocupado” contrasta enormemente com a realidade das comunidades camponesas, indígenas e das *terras tradicionalmente ocupadas*<sup>71</sup>, bem como dos inúmeros trabalhadores rurais (boias-frias, peões etc.) e suas famílias ali presentes.

(4) Finalmente, como quarta e última linha de argumentação do pensamento hegemônico – e, talvez, a mais eficaz dentre elas - deve-se indicar a associação entre o plantio de árvores em larga escala e a sustentabilidade ambiental. Como apresentado na forma de epígrafe a este capítulo, representadas

---

<sup>71</sup> O conceito de “terras tradicionalmente ocupadas” foi incorporado à Constituição Federal de 1988, reforçado pela Lei nº 9.985/2000 e pelo Decreto nº 6.040/2007, este último destinado ao estabelecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Em suma, segundo Almeida (2004), diz respeito a “uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza”, para as quais a territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força (p. 9). Para fins jurídicos, são consideradas tradicionais as áreas voltadas para o extrativismo, a pequena agricultura e o pastoreio. Via de regra, o controle combina uso comum dos recursos e apropriação privada dos bens. São exemplos de terras tradicionalmente ocupadas as terras indígenas, de seringueiros, de quebradeiras de coco babaçu, de quilombolas, de ribeirinhos, de castanheiros, de pescadores, de comunidades de fundo de pasto, entre outras.

por seus órgãos de classe, as empresas produtoras de celulose definem suas atividades como fundamentais para o desenvolvimento sustentável do planeta, uma vez que auxiliam na proteção do meio ambiente, na manutenção da biodiversidade e das comunidades.

Acreditamos que as florestas plantadas são o futuro das matérias primas renováveis e recicláveis e que a atividade terá papel fundamental no desenvolvimento sustentável do planeta, por seus benefícios ao meio ambiente, à manutenção da biodiversidade e às comunidades (IBÁ, 2014, s/p.).

Tais benefícios, afirmam, são decorrentes basicamente de duas fontes combinadas: (a) consideradas como “florestas plantadas”, as extensas áreas de monocultivo são entendidas como uma maneira de repor artificialmente os ecossistemas florestais já subtraídos e reduzir a pressão sobre os remanescentes, recuperando assim os inestimáveis serviços ambientais por eles prestados; (b) dada a grave crise ecológica pela qual atravessa a humanidade, as novas florestas poderiam também servir de fontes energéticas renováveis (produção de biomassa) e “sumidouros de carbono” (SUZANO, 2013; VERACEL, 2013; FIBRIA, 2013; IBÁ, 2014).

Pelo mesmo diapasão afina-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2008), para quem o “reflorestamento”, seja na reposição de florestas nativas, seja no plantio massivo de espécies exóticas, pode ser enquadrado pelo onírico conceito de *economia verde*<sup>72</sup>, haja vista seus inegáveis benefícios ambientais.

Quanto ao segundo ponto destacado, os representantes do grande capital insistem que suas atividades são compatíveis com o conceito de “economia de baixo carbono”, proponente de um modelo baseado no baixo consumo de energia e redução e gestão de Gases do Efeito Estufa (GEE) (CORNETTA, 2013). Algumas delas, como a Suzano, por exemplo, negociam compensações de GEE no mercado internacional de carbono, a partir da bolsa especializada Chicago Climate Exchange (CCX), atuando, normalmente, em duas frentes: a produção de energia renovável e a incorporação de projetos de sequestro de carbono às suas atividades regulares<sup>73</sup>.

Em uníssono com as empresas, diversos estudos ressaltam a importância das “florestas plantadas” como sumidouros de carbono da atmosfera. O próprio IPCC (2007 *apud* CORNETTA, 2013) recomenda a melhoria das espécies de árvores para aumentar a produção de biomassa e o sequestro de carbono atmosférico. Algo semelhante faz o Governo brasileiro, em seu Plano Nacional

---

<sup>72</sup> Em seu relatório, intitulado “Rumo a uma economia verde – caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza” (2011), o PNUMA a define nos seguintes termos: “uma economia que resulta em *melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social*, ao mesmo tempo em que *reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica*” (PNUMA, 2011, p. 1. Grifos no original).

<sup>73</sup> *Ibidem*.

de Mudanças Climáticas (BRASIL, 2008 *apud* CORNETTA, 2013), no qual “ressalta o uso energético das biomassas a partir de experimentos desenvolvidos com o eucalipto”<sup>74</sup>.

Em termos ecológicos, o ingresso dos projetos do setor neste “fabuloso” mercado é bastante questionável. Sobre o assunto, consideramos suficiente o alerta feito por Winnie Oberbeek (2011):

É importante salientar que plantar eucaliptos ou árvores nativas e/ou preservar áreas de floresta nativa não resulta em nenhuma contribuição de longo prazo para esfriar o planeta. Árvores em crescimento garantem apenas uma absorção temporária de carbono (CO<sub>2</sub>) da atmosfera. Quando, no caso dos eucaliptos, as árvores são cortadas depois de 6-7 anos, transformadas em celulose e, mais tarde, em papéis, sobretudo descartáveis que virarão lixo, o carbono “armazenado” é novamente liberado. [...] Isto resulta em um aumento líquido da quantidade de carbono em circulação entre atmosfera, biosfera e o solo, aprofundando, ainda mais, a crise climática (p. 188).

E mais, amparados por Andrei Cornetta (2013) podemos questionar: seria mesmo possível “salvar o planeta” das mazelas ambientais geradas pelo desenvolvimento capitalista inerentemente desigual e destrutivo, por meio de mecanismos de mercado e, portanto, dentro da mesma lógica capitalista?

Tudo isso mostra que é preciso ter cautela, pois como nem tudo o que reluz é ouro, nem tudo o que é verde necessariamente é sustentável. Conforme Lukács (1979), o desvendamento dialético dos fenômenos sociais implica o uso analítico de duas categorias/planos da realidade inseparáveis e contraditórios: o plano do *imediato empírico*, manifestado pela aparência ou forma fenomênica, e o do *real concreto*, o qual comporta sua essência. A forma dos fenômenos está contida no plano do imediato, do mesmo modo que seu sentido dentro da totalidade do sistema de contradições socialmente posto habita o mundo do concreto. E o filósofo húngaro faz ainda a seguinte advertência, extremamente cabível para o assunto de que tratamos: “[...] em todo processo (relativamente) acabado, o resultado faz desaparecer, a nível do imediato, o processo de sua própria gênese”<sup>75</sup>.

Pensando a realidade a partir das categorias geográficas, Moreira (2007; 2008) afirma ser a paisagem o ponto de partida, por apresentar sempre um plano visível e outro invisível, sendo esse último o plano metafísico da estrutura de relações manifestadas nos padrões formais do visível. Isto é, por trás de todo arranjo de espaço estão relações sociais que, nas condições históricas do presente, são relações de classe, de maneira que “qualquer objeto espacial [...] só pode ser apreendido quando visto no interior da totalidade social de que faz parte. Desligado dessa contextualidade, perde completamente sua expressão e seu valor analítico (2008, p. 63).

---

<sup>74</sup> O Brasil apresentou metas voluntárias de redução das emissões de carbono entre 36,1% e 38,9% na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2009 (COP-15), realizada em Copenhague (CORNETTA, 2013).

<sup>75</sup> *Ibid.* p. 26.

Os mesmos princípios devem conduzir o raciocínio crítico acerca dos novos megaempreendimentos da celulose. O contato visual com qualquer um deles impressiona pela grandiosidade das diversas unidades que compõem o complexo industrial e pela vastidão e homogeneidade das áreas de plantio de eucalipto irradiadas por centenas de milhares de hectares em seu entorno. Não menos impacto causa a alta tecnologia aplicada às diversas etapas do processo produtivo; do plantio ao corte e da produção da pasta celulósica ao escoamento, quase tudo transmite uma aura de modernidade e desenvolvimento. Às impressões espontâneas emanadas dos elementos materiais da paisagem, como vimos, as empresas esforçam-se por vincular um discurso povoado por expressões como “sustentabilidade”, “responsabilidade social” e “parceria no desenvolvimento regional”; números inflacionados de aumento do PIB, das exportações, da arrecadação de impostos e da geração de postos de trabalho; e imagens das áreas de preservação permanente, dos projetos socioambientais desenvolvidos e de trabalhadores e moradores sorridentes com ares de satisfação plena<sup>76</sup>.

O concreto, enquanto síntese de múltiplas determinações (MARX, 2008), por seu turno, revela que o tamanho dos empreendimentos, assim como a modernidade da tecnologia empregada na produção, é dado pela competição implacável elevada ao mercado mundial, a qual impõe crescente escala de produção e aumento da produtividade. A despeito do vocabulário ambientalista deliberadamente adotado, são inúmeros os problemas ambientais decorrentes do uso intensivo e agressivo do solo e da água potencializado por uma extensa gama de agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos<sup>77</sup>) no monocultivo arbóreo e outros compostos contaminantes no processo industrial, sem contar todos os riscos ambientais iminentes ocasionados pela magnitude dos potenciais impactos<sup>78</sup>. As ações sociais e ambientais das empresas, a exemplo da manutenção de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal, por seu turno, são, na maioria esmagadora dos casos, exigências legais específicas, como contrapartidas compensatórias acordadas com o Poder Público no momento do licenciamento dos empreendimentos.

---

<sup>76</sup> Sobre isso, ver os próprios “Relatórios de Sustentabilidade” e “Planos de Manejo Sustentável”, como são denominados pelas empresas seus demonstrativos anuais: Suzano (2013), Fibria (2013), Veracel (2013) e Eldorado (2013).

<sup>77</sup> O uso do termo agrotóxico não é despropositado nesta tese, tendo em vista o esforço hercúleo de setores do agronegócio brasileiro em promover uma alteração semântica por meio de sua substituição pelo eufemismo “defensivos agrícolas”. Busca-se, assim, apagar os efeitos nocivos de tais produtos para a vida humana e para os ecossistemas em que são aplicados com um simples jogo terminológico.

<sup>78</sup> É fato que as fábricas de celulose e papel, famosas por serem altamente poluentes e severamente criticadas por ambientalistas nos países ricos, estão cada vez mais equipadas com dispositivos de redução de impactos ambientais. Alguns processos industriais danosos, como o de branqueamento, também foram alterados, em virtude do recrudescimento da legislação ambiental. Em todo caso, são inúmeros os relatos de contaminação do meio ambiente e de populações residentes próximo às modernas fábricas. Veja-se, por exemplo, WRM (2004; 2012) e La Torre (2011; 2013).

Empresas como as investigadas neste estudo gastam milhões de reais todos os anos com marketing verde – ou *Greenwashing* (MEIRELLES; CALAZANS, 2011) - no intuito de se enquadrarem aos padrões socioambientais impostos pelo mercado, utilizando-se de discurso para mascarar o caráter de obrigatoriedade e apresentando-se como ambientalmente responsáveis e defensoras do desenvolvimento econômico necessário. Novamente, Antônio Sérgio Alípio, um dos porta-vozes oficiais do setor, é quem melhor sintetiza a autoimagem que elas buscam incutir no imaginário social:

Temos plena consciência da responsabilidade em produzir atendendo os preceitos ambientais, sociais e econômicos, buscando o equilíbrio necessário para atender o presente sem comprometer as gerações futuras, pois *só são verdadeiramente competitivos aqueles que são sustentáveis* (ABRAF, 2013, p. 6. Grifos nossos).

Por fim, cabe desconstruir a ideia de que ao cultivarem árvores as empresas estão “plantando florestas” e, portanto, contribuindo com a preservação ambiental, um elemento-chave de seu discurso ambientalista. A associação entre monocultivos arbóreos com finalidade industrial e ecossistemas complexos como os florestais<sup>79</sup> encontra respaldo no conceito fisicalista (e morfológico) de floresta adotado pela FAO<sup>80</sup>, órgão em cujo conselho permanente assentam-se executivos das maiores e mais interessadas corporações do segmento arbóreo-celulósico (OVERBEEK; KRÖGER; GERBER, 2012).

Ora, ainda que o aspecto paisagístico dessas áreas possa causar alguma confusão, elas não podem ser consideradas florestas na acepção biológica e ecológica deste termo, uma vez que florestas pressupõem biodiversidade, riqueza de estratificação vertical, interação com seus demais componentes e adaptações aos diferentes meios onde se desenvolvem, além de serem ambientes insubstituíveis em algumas de suas funções, como o balanço hídrico e a oferta de meios de subsistência para as populações que as habitam (VILELA, 2011; OVERBEEK, 2011; LA TORRE, 2013).

Com efeito, o que de fato existe são extensas áreas constituídas por uma única espécie vegetal e cultivadas segundo os preceitos mais modernos da agricultura de precisão (manipulação genética, intensa aplicação de substratos químicos, mecanização etc.) para atender à crescente demanda industrial por matéria-prima. Do ponto de vista ecológico, conforme Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006a), o monocultivo do eucalipto em larga escala, como qualquer monocultivo, deve ser entendido

---

<sup>79</sup> A mesma associação com sustentabilidade e a falta de diferenciação entre florestas “naturais” e plantios industriais de árvores sustenta discursos como o do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, quando do lançamento do Plano Nacional de Florestas (2004-2007), para quem “o Brasil [...] possui a segunda maior área florestal do planeta [e] abdicar dessa riqueza seria renunciar à capacidade nacional de formular um projeto de desenvolvimento sustentável. Pior ainda: significaria compactuar com a lógica de exploração predatória, que ocupa o vazio deixado pela omissão pública”. Disponível em: <<http://www.castro.to/fazendas/pnf.htm#lula>> (Acesso em 03/03/2015).

<sup>80</sup> A FAO define floresta como “terra com cobertura de copa (ou densidade equivalente) de mais de 10% e área de mais de 0,5 hectares (ha). As árvores devem ser capazes de chegar a uma altura mínima de 5 metros (m) na maturidade *in situ*” (FAO *apud* OVERBEEK; KRÖGER e GERBER, 2012, p. 14).

não como uma atividade sustentável capaz de “restaurar” ecossistemas, mas, em si, *uma verdadeira ameaça natural*, pois “saltam à vista as limitações ecológicas desses agrossistemas, na medida em que, sendo *extremamente simplificados*, são, por isso mesmo, dependentes de insumos externos para manter seu equilíbrio dinâmico” (p. 246. Grifos nossos).

O mesmo fez notar o Dr. Jadilson Cirqueira, promotor do meio ambiente de Imperatriz, ao posicionar-se contrário a toda e qualquer monocultura, pois, como afirmou veementemente, “todo grande projeto de monocultura, seja da soja, seja da cana-de-açúcar, seja do arroz, seja do eucalipto *é perverso para o meio ambiente*”<sup>81</sup>.

A onda recente de experimentos com árvores geneticamente modificadas (AGMs)<sup>82</sup> no mundo todo, cujos efeitos nocivos, de acordo com Carrere e Lovera (2006), “[...] são de certa maneira mais sérios que os apresentados pelos [outros tipos de] cultivos GM [geneticamente modificados]” (p. 9)<sup>83</sup>, só faz agravar ainda mais os riscos ambientais envolvidos na monocultura arbórea (LANG, 2006). Dando um péssimo exemplo, o Brasil, por meio da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio), foi o primeiro país no mundo a liberar o cultivo comercial de eucaliptos transgênicos, a pedido da FuturaGene, empresa de biotecnologia de propriedade da Suzano, passando por cima não só da própria legislação brasileira como também da Convenção da Biodiversidade da qual é signatário.

E se o modelo agrário/agrícola em que se insere o monocultivo arbóreo não é sustentável do ponto de vista ambiental, tampouco o é quando considerado sob o aspecto social, tendo em vista empregar pouca mão de obra, reproduzir-se em estrutura fundiária concentrada e não conformar um mercado local/regional, afora tantos outros desdobramentos diretos dele derivados. (Ver item 1.5).

Acreditamos que o entendimento geográfico multiescalar do problema possa ser valioso para atingirmos os objetivos propostos na presente pesquisa, compreendendo a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil como processo inserido em movimentos muito mais abrangentes, desdobrados à escala global.

#### **1.4. A mobilidade do capital arbóreo-celulósico: fragmentação e periferização espacial do circuito produtivo papelero**

A ideia de uma mundialização recente do capital apresenta grande relevância para se chegar à compreensão adequada dos temas aqui desenvolvidos. Diametralmente oposta à noção de

---

<sup>81</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 10/09/2014.

<sup>82</sup> A biotecnologia de transgênicos teve início em 1973, quando pesquisadores da Stanford University conseguiram isolar fragmentos de DNA de um anfíbio e inseri-los numa molécula vegetal, rompendo com as barreiras naturais (PORTO GONÇALVES, 2006a).

<sup>83</sup> Uma exposição mais detalhada sobre as AGMs e seus perigos pode ser encontrada em Lang (2006).



“globalização” criada pelos ideólogos do neoliberalismo, portanto isenta de qualquer quimera burguesa (como as de aldeia global, homogeneização econômica, social e cultural do mundo e fim da história), ela busca significar a nova configuração do capitalismo mundial e de seus mecanismos de valorização nas últimas décadas (CHESNAIS, 1996).

Na acepção de Chesnais (1996), a mundialização difere da internacionalização do capital vigente até a década de 1960, sendo, pois, o resultado da ocorrência e da combinação de dois movimentos complementares: o mais longo e ininterrupto período de acumulação da história (os trinta anos gloriosos, de 1949 a 1978) e a ascensão das políticas de cunho neoliberal. Assim compreendida, possui três dimensões fundamentais, todas fortemente ampliadas nas últimas décadas e cada qual relativa a uma forma de circulação do capital: (1) a dos intercâmbios comerciais entre países; (2) a dos investimentos produtivos no exterior e (3) a dos fluxos de capital monetário<sup>84</sup>. Nenhuma delas pode ser negligenciada quando se discute *commodities* agrícolas, sobretudo, quando a celulose está em questão.

Desde meados do século passado pôs-se em marcha um forte processo de constituição de vastas áreas de monocultivo de árvores em diversos países do Hemisfério Sul. Estima-se que, nas últimas décadas, o aumento dos PIAs no Sul global foi multiplicado por quatro. Apenas entre 1990 e 2010, por exemplo, a área com plantio de árvores nos países do Hemisfério Sul cresceu cerca de 50%, passando de 95 milhões de ha para 153 milhões de ha. Por seu turno, a área ocupada especificamente com eucalipto, nos mesmos países e para o mesmo período, saltou de algo entre 6 e 10 milhões de ha para algo entre 16 e 19 milhões de ha (CARRERE; LOHMANN, 1996; FAO, 2010). Em 2004, 80% das plantações de árvores de rápido crescimento para celulose estavam localizadas na América do Sul e na Ásia (BACHETTA, 2008) e, em 2010, 50% de toda a área plantada com eucalipto no mundo concentrava-se na Índia, no Brasil e na China (GFC, 2010 *apud* MALINA, 2013).

E para onde vão as árvores deve ir também a indústria de celulose, pois, somados, os custos com madeira (41%) e transporte (16%) representam em média 57% do custo médio total da produção de celulose de fibra curta no mundo (BIAZUS; HORA; LEITE, 2010a). Dados de um estudo encomendado pela Stora Enso, em 2006, demonstraram que o custo final de produção de celulose de fibra curta branqueada no Brasil era de US\$ 70/ton., US\$ 42 a menos que o da Indonésia e US\$ 50 a menos que o da China, seus principais concorrentes (DCI, 23/05/2003)<sup>85</sup>.

*Ipsa facto* observa-se, no segmento celulósico, um padrão de localização distinto daquele presente no setor papelero. Enquanto este tem sido balizado pela proximidade com os mercados

---

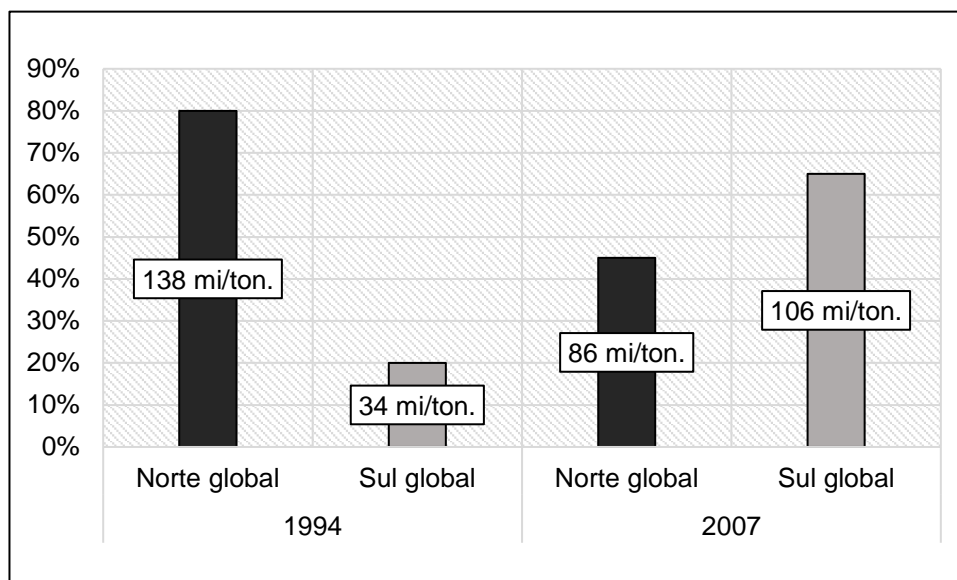
<sup>84</sup> *Ibidem*.

<sup>85</sup> Informações mais atuais dão conta de que o custo total da produção de celulose no Brasil é em média de US\$ 157/ton., podendo variar por empresa e região; US\$ 320 na América do Norte e US\$ 400 na Escandinávia (BARCELOS, 2010 *apud* MALINA, 2013).

(*market oriented*), aquele orienta-se cada vez mais pela proximidade das fontes de matéria-prima (*source oriented*) (BIAZUZ; HORA; LEITE, 2010b). Considerando o mesmo padrão, um estudo do BNDES-FINAME/BNDESPAR, de 1997, apontava a tendência à gradual realocização da indústria mundial de pasta celulósica em direção aos países da América Latina e Ásia, aproximando-se das fontes de matéria-prima, ao passo que o papel concentra-se cada vez mais próximo dos mercados, nos países do Norte (BNDES-FINAME; BNDESPAR, 1997).

Por isso, ao crescimento da área plantada com monocultivos arbóreos tem correspondido o incremento igualmente considerável da produção de celulose nos países do Sul (Figura 15), *pari passu* à redução em países tradicionalmente produtores do Norte, como a Finlândia, a Suécia e a Noruega, por meio do fechamento de fábricas ainda lucrativas, porém, hoje consideradas “de alto custo” por estrategistas do setor (PAKKASVIRTA, 2008; 2010)<sup>86</sup>.

Figura 15 – Produção de Celulose Por Hemisfério em 1994 e 2007



Fonte: FAO; Owerbeek, Kröger e Gerber (2012). Elaborado pelo autor.

A maior parte desse crescimento está aportado em países como o Brasil, o Uruguai e o Chile, na América do Sul; a África do Sul, o Quênia, a Nigéria e, muito recentemente, também Moçambique,

<sup>86</sup> Em 2008, o anúncio do fechamento de duas fábricas da Stora Enso na Finlândia, nas cidades de Kemijärvi e Summa, geraram protesto de cerca de 300 trabalhadores (EUROWORK, 03/03/2008). Quatro anos mais tarde, em outubro de 2012, mesmo após obter lucro muito acima do esperado para o período (25 milhões a mais que os 150 milhões de euros previstos por analistas), a empresa anunciou o fechamento de uma fábrica de papel na Suécia e de outra, de papelão, na Finlândia (CELULOSE ON LINE, 23/10/2012). Meses depois, a mesma transnacional anunciou o fechamento de mais duas fábricas de papel na Suécia em função da redução da demanda europeia (CELULOSE ON LINE, 05/02/2013). Em julho de 2013, foi a vez da sueca Södra anunciar que também fecharia uma de suas plantas, com capacidade produtiva de 400 toneladas de celulose/ano, na Noruega (PAINEL FLORESTAL, 19/07/2013).

no continente africano; a Indonésia, a Índia, a Tailândia e o Vietnã, na Ásia (WRM, 2004; MORELLI, 2011)<sup>87</sup>. Só na América Latina, em 2012, estava prevista a implantação de mais 11 novas grandes fábricas de celulose até 2017. Somadas, elas acrescentariam cerca de 17 milhões de ton./ano à capacidade instalada da região (PAINEL FLORESTAL, 02/04/2012). Guiando-se pela mesma racionalidade empresarial da redução de custos, o destino prioritário dessa produção é, cada vez mais, a China, atualmente a maior produtora de papel do mundo e responsável por quase um quarto (99,3 milhões de toneladas) de toda a produção mundial (398,8 milhões de toneladas) (BRACELPA, 2013).

Victor Bachetta (2008) refere-se ao mesmo processo nos seguintes termos:

Desde los años 90 grandes plantaciones de árboles y fábricas de celulosa comenzaron a instalarse en América del Sur, cumpliendo una estrategia definida por los grandes grupos industriales de Suecia, Finlandia, España y Estados Unidos, acompañada por sus similares de Brasil y Chile (p. 45)<sup>88</sup>.

Corroborando com as assertivas apresentadas, Carrere (2007) explica este novo padrão de localização dos PIAs e da indústria celulósica. Para o autor,

Indústrias desse tipo precisam de uma grande quantidade de matéria prima, que têm de ser baratas e homogêneas, que sejam basicamente de uma mesma espécie de árvore. Como podem conseguir isto? Eles viram isso, sobretudo, no eucalipto e em parte no pinus. Mas plantados onde? Em países onde a terra e a mão-de-obra fossem baratas e os controles ambientais menores. E isso é verificado em toda a faixa tropical e subtropical do hemisfério sul, ou seja, é basicamente toda a América Latina, do México até ao sul do Chile. A África tem problemas políticos, principalmente de instabilidade, por isso escolheram o país mais estável de todos no continente: a África do Sul no período do apartheid. Há grandes plantações também [na] Suazilândia, que é praticamente um apêndice da África do Sul. Na Ásia elegeram a Indonésia, com o governo ditatorial de Suharto, e alguns países como Tailândia e mais recentemente o Vietnã, a China, Camboja, Índia (s/p.).

Coadunam-se, portanto, fatores presentes nos países do Hemisférios Norte, como a escassez de florestas nativas, as pressões ambientalistas voltadas para sua preservação e os custos mais elevados com mão de obra (SONNENFELD, 2000; KRÖGER, 2013) aos “atrativos locais” do Sul, como as condições edafoclimáticas favoráveis presentes e refletidas na produtividade média da madeira (água superficial e subterrânea abundante, solos férteis, insolação e pluviometria adequada), a flexibilidade da legislação ambiental e trabalhista e, não menos importante, o comprometimento dos governos, nos

---

<sup>87</sup> Existem estudos verticalizados sobre os casos específicos de alguns desses países e regiões. Por exemplo, Sonnenfeld (2000) trata das inversões da indústria de celulose estrangeira no Sudeste asiático e Lang (2002) faz o mesmo para a região do Mekong, com destaque para a Tailândia. Bachetta (2008) e Pakkasvirta (2010) estudaram a fundo o caso uruguaio.

<sup>88</sup> O mesmo autor cita um fato emblemático dessa mudança de estratégia: em abril de 2007, a Academia Sueca de Agricultura e Silvicultura organizou um seminário denominado *Tilting Forest Industries From North to South* (movendo as indústrias florestais do Norte para o Sul) (BACHETTA, 2008).

níveis nacional e subnacional, em assegurar os lucros exorbitantes das empresas do segmento (DAURA, 2004; SANTOS, 2009; PAKKASVIRTA, 2010; MORELLI, 2011; BACHETTA, 2008).

O caso da Finlândia é, talvez, o que melhor ilustra esse processo do ponto de vista dos países do Norte. Este país nórdico é, de longe, o mais densamente florestado da Europa, com três quartos de suas terras secas ocupados por florestas de coníferas (MINISTRY OF AGRICULTURE AND FORESTRY [20--]). A indústria florestal do país, sozinha, responde por cerca de um quinto da produção industrial e das exportações, bem como por 15% de toda a mão de obra industrial, absorvendo cerca de 48 mil trabalhadores internamente e mais 46 mil contratados por empresas finlandesas em outros países (THE FINNISH FOREST INDUSTRY IN FIGURES, 01/10/2013). Não por acaso, a ideia do “país do ouro verde” constitui um forte componente da identidade nacional (PAKKASVIRTA, 2010).

De acordo com Blomström e Kokko (2001), não obstante seu dinamismo econômico e elevados indicadores sociais atuais, os países nórdicos permaneceram isolados e empobrecidos dentro do contexto europeu, até meados do século XIX. Matérias-primas domésticas como a madeira e o minério de ferro formaram a base da industrialização da Finlândia e da Suécia, os quais, paulatinamente, passaram de simples fornecedores de recursos naturais da Europa Ocidental, naquele período, a complexas economias industriais. Mudanças tecnológicas e transformações sociais foram igualmente decisivas nesta trajetória.

No primeiro caso, deve-se destacar o fato de que a revolução da indústria florestal finlandesa teve lugar com o advento da máquina a vapor e da produção de papel à base de celulose de madeira, a partir da década de 1870. Paralelamente às transformações nas forças produtivas, conforme Kröger (2013), ações do Estado mormente motivadas por lutas sociais ajudaram a definir os rumos do desenvolvimento nacional. Nesse sentido, destaca-se a política agrária das primeiras décadas do século XX e suas medidas restritivas ao controle corporativo da terra, produto direto do embate travado entre associações de pequenos e médios produtores florestais e grandes proprietários de terra<sup>89</sup>.

Por conseguinte, a silvicultura finlandesa encontra-se hoje assentada sobre uma forte base familiar, ou seja, o extremo oposto do que se passa no Brasil, país onde as grandes corporações controlam a maior parte das terras e da produção. Segundo dados do Ministério de Agricultura e Silvicultura da Finlândia (MMM), 60% das terras florestadas estão nas mãos de proprietários privados (famílias), 26% pertencem ao Estado e apenas 9% estão sob controle empresarial/corporativo, cabendo mencionar que a maior parte das propriedades florestadas não ultrapassa a faixa de 20 ha (KRÖGER, 2013). No país, vigora ainda uma legislação ambiental extremamente rígida e abrangente,

---

<sup>89</sup> *Ibidem.*

produto da ação de movimentos ambientalistas em torno da indústria florestal nos anos 1980 e 1990 (BLOMSTRÖM; KOKKO, 2001), cujo escopo não se restringe ao manejo das florestas familiares e estatais, aplicando-se de igual modo às áreas de uso empresarial (MINISTRY OF AGRICULTURE AND FORESTRY [20--]).

Ainda assim, o poder das grandes multinacionais finlandesas do setor não deve ser subestimado. Entre elas, com a mundialização, ganharam notoriedade não apenas as que produzem celulose, papel e outros produtos de madeira, como é o caso da Stora Enso e da UPK-Kymmene, mas também empresas de consultoria em engenharia e montagem de plantas industriais, como a Pöyry, e aquelas especializadas em fornecimento de maquinário industrial específico, como a Metso e a Andritz, esta última, uma empresa de origem austríaca cuja maior fábrica está localizada na Finlândia.

De diversos modos, todas essas corporações também atuam no Brasil, seja por meio de inversões diretas e investimentos conjuntos (compra de terras e implantação de unidades agroindustriais), a exemplo da Stora Enso, respectivamente nos estados de Rio Grande do Sul e Bahia; seja através de serviços de consultoria prestados pela Pöyry em todos os projetos de implantação de fábricas de celulose já executados ou em implantação, ou ainda, pela importação de todo o maquinário pesado produzido pelas duas empresas supracitadas, para os novos empreendimentos brasileiros do segmento.

Em suma, a mobilidade espacial empreendida pelo grande capital finlandês, em direção a países como o Brasil, tem a ver não apenas com a possibilidade de redução de custos produtivos com matéria-prima e mão de obra, mas, igualmente, com a oportunidade de driblar pressões sociais e restrições legais impostas às empresas em seu país de origem, mormente no tocante à preservação ambiental e à exploração da força de trabalho, tendo a seu favor generoso apoio governamental materializado, por exemplo, nos vultosos financiamentos concedidos pelo BNDES às empresas do setor<sup>90</sup>. Por conseguinte, segundo Markus Kröger (2013), nas últimas décadas consolidou-se um verdadeiro modelo territorial de acumulação Norte-Sul, cujo corolário não tem sido outro senão a “celulosização” (*pulping*) das paisagens do Sul.

Em uma palavra, portanto, podemos afirmar que existe e se materializa celeremente uma tendência à periferização da produção arbóreo-celulósica em nível mundial, ao passo que a produção papeleira concentra-se cada vez mais nos países do Norte e, sobretudo, na China (MALINA, 2013). E, ratificando nossa tese central, Overbreek, Kröger e Gerber (2012) afirmam que esse fenômeno só

---

<sup>90</sup> Entre 2006 e 2013, os desembolsos do BNDES para empresas do setor de celulose e papel atingiram a astronômica marca dos R\$ 23,4 bilhões. (Ver Capítulo 4).

se sustenta sob a vigência de um modelo alicerçado na “*pillagem permanente dos recursos naturais no Sul global como um todo*”<sup>91</sup>.

No bojo da nova divisão internacional do trabalho engendrada sob os auspícios da mundialização do capital, o Brasil é convocado a cumprir as etapas iniciais, com menor agregação de valor e maiores ônus socioambientais, especializando-se regressivamente na produção de *commodities* para exportação. Também no interior do território nacional os estrategistas territoriais do capital celulósico, orientados pelo “mantra da rentabilidade”, têm sido rigorosamente seletivos em termos espaciais, replicando o mesmo modelo de transferência e periferização do monocultivo de eucalipto e da produção de celulose<sup>92</sup> em sua busca por conjugar o maior número possível de recursos no portfólio de cada grande projeto.

O mais icônico dos primeiros grandes empreendimentos celulósicos no Brasil data da década de 1960, tendo sido encabeçado pela Aracruz Celulose, no Norte do Espírito Santo, segundo a anuência e total apoio do regime militar-ditatorial vigente. A expropriação fundiária por meio de práticas ilegais e o uso da violência contra camponeses, povos originários e comunidades tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, caboclos, pescadores), assim como o completo desrespeito para com as dinâmicas ambientais são aspectos mais que comprovados por pesquisadores atuantes naquela região (VILLAS, 2011; DEALDINA, 2011; FERREIRA, 2011; MARACCI, 2011; RIBEIRO FILHO, 2011). Simultaneamente ou após esta inversão precursora, outras grandes fábricas foram distribuídas principalmente pelo Sudeste (como a CENIBRA, em Belo Oriente-MG) e Sul (a exemplo da Borregaard, em Guaíba-RS) do Brasil, com exceção da Jarí Celulose, instalada na Amazônia.

Até o final dos anos 1990, segundo dados apresentados por Sandra Daura (2004), a produção de celulose encontrava-se extremamente concentrada do ponto de vista geográfico, respondendo o Sudeste por 57% e o Sul por pouco mais 30% de toda a produção nacional do segmento. O restante correspondia à produção das regiões Norte e Nordeste. Havia ainda uma concentração intra-regional centralizada nos estados onde localizavam-se as maiores fábricas, como São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Santa Catarina, os quais, somados, representavam mais de 60% do computo nacional.

A mudança no padrão locacional foi de tal envergadura que, hoje, a maioria das plantas de celulose instaladas, em instalação ou previstas localizam-se (ou pretendem localizar-se) em estados do

---

<sup>91</sup> *Ibid.* p. 9. Grifos nossos.

<sup>92</sup> Em sua excelente dissertação de mestrado, Léa Malina (2013) chegou a mesma conclusão: “[...] A periferização da produção de celulose deu-se não só mundialmente, mas também em nível nacional, com a busca das empresas do setor por áreas no Brasil onde houvesse, principalmente, disponibilidade de terras a baixo custo” (p. 182). Cabe ainda ressaltar, como faz a autora, que o espraiamento das plantações de árvores no Brasil em estados fora do eixo Sul-Sudeste teve início durante o período dos incentivos e isenções fiscais, como parte da própria “política de reflorestamento”, que em 1974 passou a consignar a concessão total dos benefícios apenas aos investimentos localizados no Norte e Nordeste do país.

Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte do país. Resultantes destas inversões, de acordo com projeção da FIESP<sup>93</sup>, até 2023 a área de plantio de árvores para produção de celulose deverá crescer 167% nos estados da região Norte e 96% no Centro-Oeste, contrastando com os 25% previstos para o Sul e nada para o Sudeste.

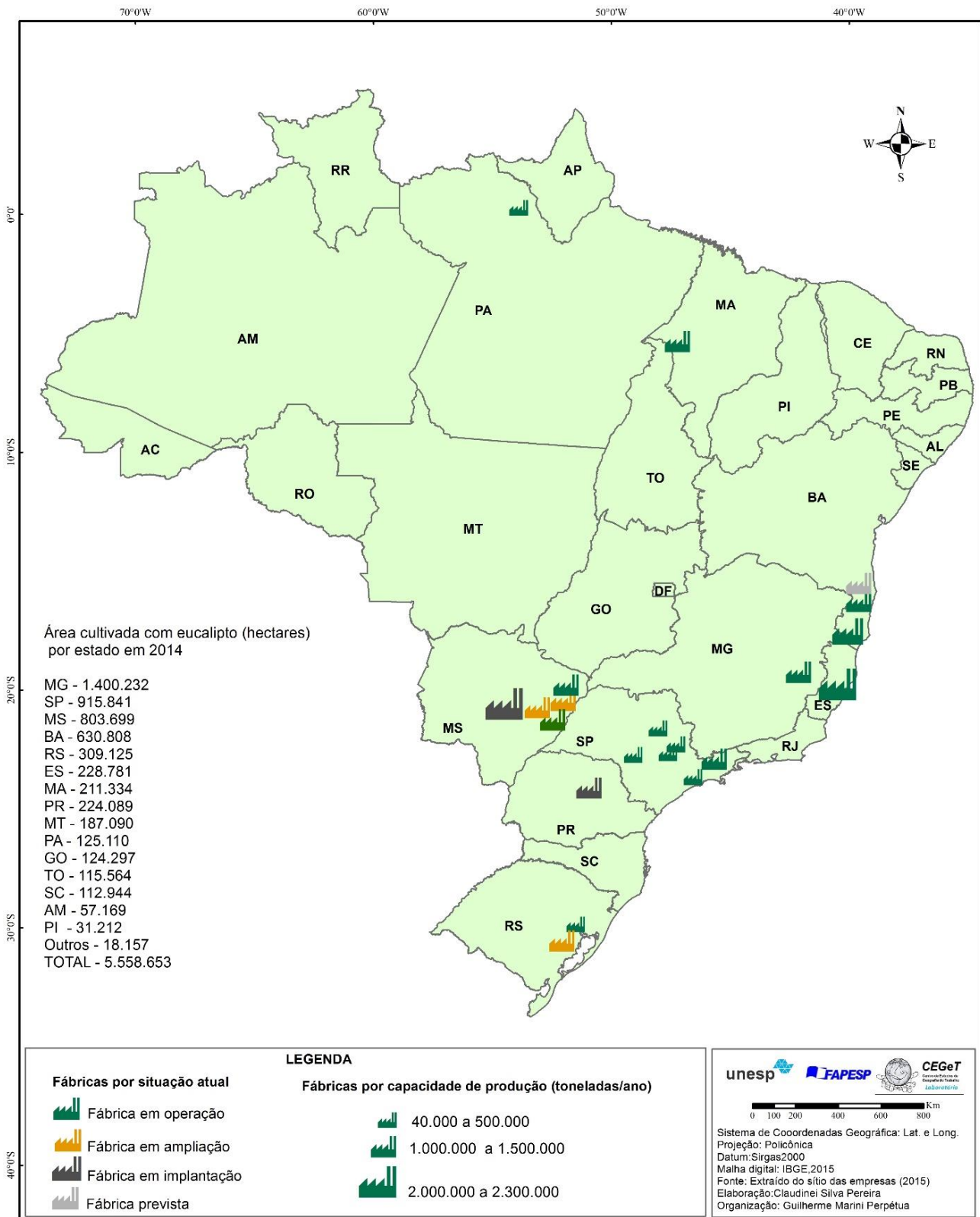
À exceção da nova fábrica da Klabin<sup>94</sup>, recentemente inaugurada no Município de Ortigueira (PR), todos os novos projetos, empreendimentos e obras de ampliação do segmento celulósico estão localizados fora do eixo Sul-Sudeste (Figura 16), *locos* das fábricas mais antigas.

---

<sup>93</sup> Apresentada por Antônio Luís Campos de Andrade no 2º Congresso Florestal do Tocantins, em 20 de novembro de 2013.

<sup>94</sup> A nova fábrica da Klabin possui duas particularidades interessantes: produzirá também celulose de fibra longa (400 mil ton./ano), além da de fibra curta (700 mil ton./ano) e abastecerá predominantemente o mercado nacional com celulose do tipo fluff, destinada à fabricação de fraldas e absorventes.

Figura 16 – Localização das Fábricas de Celulose de Mercado no Brasil, por Situação (em 2015)





A totalidade da produção de celulose de mercado nacional está concentrada em nove estados: Rio Grande do Sul, com uma fábrica antiga da Celulose Riograndense (atual CMPC) em operação desde 1972 e atualmente em fase de ampliação, no Município de Guaíba; Paraná, com a nova fábrica da Klabin; São Paulo, com uma fábrica da Fibria em Jacareí (em operação desde a década de 1950), duas da International Paper, nos municípios de Mogi Guaçu (operando desde 1960) e Luís Antônio (implantada em 1996), e uma da Lwarcel Celulose (implantada nos anos 1980), em Lençóis Paulista; Espírito Santo, com o antigo parque da Aracruz em Barra do Riacho, cuja pedra fundamental foi lançada em 1978, passando posteriormente por duas ampliações (1991 e 2003); Minas Gerais, com a antiga fábrica da Cenibra (operando desde 1978), no Município de Belo Oriente; Pará, com a fábrica da Jari Celulose, uma das mais antigas do país (inaugurada em 1968), além dos três estados diretamente analisados nesta tese (Bahia, Maranhão e Mato Grosso do Sul), cujos casos já foram pormenorizados (ver item 1.2).

Diante deste cenário, nossa aposta é que, do ponto de vista teórico, o *approach* da mobilidade espacial do capital<sup>95</sup> possa lançar luzes mais vivas sobre tais fatos, ajudando-nos a entender sua lógica subjacente e dando sustentação para o capítulo subsequente.

O movimento do capital no espaço chamou a atenção dos estudiosos desde o nascimento da economia como disciplina, e pode-se dizer que ele constituiu um tema seminal da economia espacial já no século XIX. Interpretado sob diversas perspectivas teórico-metodológicas, a maneira distintiva de conceber três elementos coloca-se na origem das diferentes matrizes interpretativas: a) a perspectiva temporal embutida na análise do(s) sistema(s) econômico(s), que se caracteriza pela relação equilíbrio/desequilíbrio ao longo do processo produtivo; b) o grau de liberdade e autonomia atribuído aos indivíduos inseridos nesse(s) sistema(s); e c) a concepção do espaço geográfico no qual se desdobram suas ações.

Sintética e esquematicamente, a partir de uma matriz clássica e neoclássica (marginalista) - dentro da qual se encontram desde Adam Smith, David Ricardo e Marie Walras, até os principais teóricos da economia espacial neoclássica, como Von Thünen, Christaller, Weber e Lösch, assim como seus herdeiros contemporâneos - o problema da mobilidade é concebido a partir do pressuposto axiomático da tendência ao equilíbrio geral do sistema econômico, sustentados por uma perspectiva temporal linear, pelo comportamento absolutamente racional dos indivíduos, tomados como agentes livres e autônomos em busca da maximização dos seus ganhos (GAUDEMAR, 1977; GOMES, 2009),

---

<sup>95</sup> Noutro lugar (PERPETUA, 2013b) dedicamos um artigo à análise específica deste assunto, em sua relação com a mobilidade espacial da força de trabalho. As linhas que seguem são uma síntese das reflexões aí desenvolvidas.

e por um espaço geográfico homogêneo, mero receptor das ações dos agentes econômicos, ou seja, uma abstração puramente teórica.

Herdeira e retificadora desta primeira, a matriz keynesiana, fundada no pensamento de seu epônimo (John Maynard Keynes) e posteriormente representada por outros teóricos, como Hirschman, Myrdal, Perroux, Innis, Domar e Kaldor (MATTOS, 1998 *apud* BRANDÃO, 2007), incorpora a premissa do desequilíbrio do(s) sistema(s) econômico(s) e da desigualdade espacial e, conseqüentemente, adota uma perspectiva temporal cíclica, enxergando no Estado-nação a única entidade capaz de elevar-se acima dos conflitos de interesse e, em nome da coletividade, devolver a harmonia roubada pelas crises periódicas.

A maneira marxista de entender o problema é radicalmente diferente, tanto da perspectiva clássica/neoclássica, quanto da keynesiana. Lastreados pelo materialismo dialético e partindo dos escritos de Marx, muitos autores, como Gaudemar (1977), Lefebvre (1976), Smith (1988), Santos (1985), Harvey (2005; 2013) e Brandão (2007) conceberam um sistema (social, econômico, político e cultural) no interior do qual o nível de liberdade dos indivíduos (sejam eles capitalistas ou trabalhadores) é extremamente limitado por condicionantes estruturais; o tempo não é linear nem cíclico, mas espiralado, com avanços e recuos, bem como a convivência entre passado e presente num mesmo espaço, sendo esse um produto das relações sociais que, à sua imagem e semelhança, é marcado por desigualdades, polarizações e hierarquias.

Ora, enquanto relação social entre pessoas mediada por coisas (MARX, 2013), o capital é, fundamentalmente, valor cujo objetivo é a autovalorização, a reprodução sempre e crescentemente ampliada (MARX, 2011; 2013; MÉSZÁROS, 2011; HARVEY, 2011), em condições nas quais pouco importa a forma de alocação/inversão, o tipo ou o local do investimento dos capitais individuais, desde que atinjam o objetivo supremo da geração de mais-valor<sup>96</sup> (CHESNAIS, 1996).

A metáfora criada por Harvey (2011) cumpre bem o papel de explicar nosso entendimento acerca da mobilidade espacial do capital. Para o autor,

o capital é o *sangue que flui* através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando-se, às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado (HARVEY, 2011. Grifos nossos).

---

<sup>96</sup> Adota-se aqui o mesmo termo empregado na tradução da publicação brasileira de *O capital* mais fidedigna realizada até o momento, feita a partir do original em alemão. Segundo os editores desta obra, mesmo sendo uma expressão historicamente consolidada no país, não há nenhum motivo para se traduzir o termo originalmente empregado por Marx (*mehrer* em alemão, e *surplus value* em inglês) como “Mais-valia”.

A mobilidade é exatamente o fluxo desse “sangue” entre setores, ramos produtivos, tipos de atividade e – o que aqui nos interessa mais de perto – países e regiões, bombeado por um “coração” chamado acumulação.

O problema pode ser abordado em duas escalas. Sendo a acumulação do capital um processo molecular (HARVEY, 2013), na medida em que cada fragmento do capital social total acumula-se num determinado ritmo, em um dado ramo de atividade e constituindo-se juridicamente como uma determinada empresa, é possível analisar a mobilidade na microescala das estratégias empresariais. Incitadas pela concorrência e aproveitando-se da dotação espacial desigual de possibilidades e recursos, as empresas procuram deslocar seus investimentos por meio de práticas espaciais fortemente pautadas na seletividade (CORRÊA, 1995), de maneira a reduzir seus custos e/ou aumentar seus lucros. Ao fazê-lo, produzem uma “geografia peculiar da interação humana” definida pela desigualdade espacial, pelo movimento e pela instabilidade na distribuição das atividades.

Impelidos pela concorrência, capitalistas individuais buscam obter vantagens competitivas no interior dessa estrutura espacial, tendendo portanto a ser atraídos ou impelidos a mudar para os locais em que os custos sejam menores ou as taxas de lucro maiores (HARVEY, 2013, p. 83).

Dentre os fatores da mobilidade, o confronto com o trabalho ocupa lugar de destaque. Para Immanuel Wallerstein (09/05/2013), “desde que existe uma economia-mundo capitalista, um mecanismo essencial do seu funcionamento bem-sucedido é o da ‘deslocalização’ das empresas” (s/p). E ele decorre, grosso modo, conforme o autor, da elevação dos salários devido à resistência dos trabalhadores e à queda da lucratividade do capital nas regiões industrializadas, repetindo-se incansavelmente.

Visto na escala mais ampla o conjunto das ações tomadas na microescala mostra-se como uma tendência geral orientada para a superação momentânea do caráter cíclico porque contraditório da acumulação capitalista. Em primeiro lugar, a mobilidade espacial atende assim à tendência inerente de “anulação do espaço pelo tempo”, uma dimensão necessária do capital para a valorização em massa (venda da enxurrada crescente de produtos), impossível no local da produção (MARX, 2011). Retomando os traços gerais dessa tendência, Harvey (2013) procura defini-la como “um incessante impulso de redução, se não de eliminação de barreiras espaciais, associado a impulsos igualmente incessantes de aceleração da taxa de giro do capital” (p. 86), impulsos esses que só podem concretizar-se mediante a instalação de certas estruturas físicas no espaço (o capital fixo).

A imposição de qualquer limite à acumulação num certo lugar, especialmente a ocorrência de crises cíclicas de superprodução e a luta de classes, pode conduzir a deslocamentos massivos de capital no tempo (investimentos de longo prazo em setores de formação de capital fixo, por exemplo) e no espaço (fragmentação, deslocalização e dispersão de processos produtivos), ou o mais frequente, às

duas coisas ao mesmo tempo. Ocorre assim aquilo que Harvey (2005; 2013) intitulou “ajuste” ou “ordenação espaço-temporal”, a raiz do imperialismo, tanto na relação entre países e regiões no mundo como no espaço intranacional, fenômeno que neste último caso frequentemente recebe o nome de “colonialismo interno”. Nos termos do autor:

As práticas imperialistas, do ponto de vista da lógica capitalista, referem-se tipicamente à exploração das *condições geográficas desiguais* sob as quais ocorre a acumulação do capital, aproveitando-se igualmente do que chamo de ‘assimetrias’ inevitavelmente advindas das relações espaciais de troca<sup>97</sup>.

Há, portanto, duas tendências recíprocas mutuamente implicadas: o movimento do capital produz desigualdades e assimetrias espaciais e, concomitantemente, as desigualdades e assimetrias espaciais atendem e servem de orientação ao olhar seletivo do capital em movimento. Mesmo inerente ao capital, jamais existiram condições políticas e tecnológicas tão favoráveis para a mobilidade espacial, dadas, no primeiro caso, pelo avanço do neoliberalismo e, no segundo, pelo desenvolvimento e barateamento dos meios de circulação (comunicação e transporte). Com isso, a mobilidade acelerou-se num ritmo frenético ao longo das últimas décadas, constituindo uma característica marcante da era da mundialização, como demonstra Chesnais (1996).

[...] Um dos atributos ideais do capital, que é também mais do que nunca, um dos adjetivos concretos colocados pelos grupos *é a mobilidade*, a recusa em se prender a determinadas modalidades de comprometimento setorial ou geográfico [...] bem como a capacidade de se soltar, de desinvestir tanto quanto de investir (p. 86).

De maneira análoga, Georges Benko (1996) atenta para o movimento processado na forma de “fragmentação do sistema produtivo” em todas as suas fases e de “integração polarizada do controle pelos países centrais”, com acentuação da posição de subalternidade dos países periféricos (p. 45-46). Milton Santos e Maria Laura Silveira (2006), por sua vez, falam sobre o “alargamento dos contextos” gerado pela ampliação dos circuitos espaciais de produção, e a conseqüente especialização do trabalho nos lugares. Sob tais vetores, afirmam, “cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção. É uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já ocupadas” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 105).

Corroborando com tais autores, Massimo Quaini (1979) salienta não ser essa uma novidade de tipo, mas de grau, por ser próprio do capitalismo integrar progressivamente os lugares e as regiões “[...] num *sistema de interdependências funcionais* cada vez mais complexo e geograficamente mais extenso” (p. 118. Grifos nossos). Importa observar que, enquanto mecanismo da acumulação capaz de servir como *válvula de escape* das situações de crise e da conflitualidade inerente à relação capital/trabalho, no Brasil, mostrou-nos Brandão (2010), o fenômeno da mobilidade espacial do capital consubstancia o

---

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 35. Grifos nossos.

próprio capitalismo rentista e especulativo instaurado, baseado primordialmente na expansão da fronteira territorial como forma de manter o pacto de classes intocado.

Não é exatamente isso o que ocorre, nos planos externo e interno, com o setor de celulose e papel? De posse das condições políticas e tecnológicas adequadas ao seu objetivo, cada vez mais intensamente as grandes transnacionais do setor deslocam investimentos, fragmentam e integram de maneira assimétrica seus territórios-zona num vasto território-rede (HAESBAERT, 1995; 2010), driblando restrições e limites (escassez de matéria-prima, conflitos fundiários, limitações legais etc.), tirando vantagem de diferentes estruturas econômicas e políticas, acessando insumos estratégicos, tecnologias e facilidades na comercialização da produção<sup>98</sup>. Com isso se recompõem, a cada momento, diferentes situações da luta de classes que se reorganizam, movem-se e produzem espaço e território.

Mas não é só isso o que atrai o grande capital para novas regiões, em seu processo de territorialização. A possibilidade de auferir renda da terra em quantidade tal como em poucos lugares do mundo constitui igualmente um dos fatores centrais de sua mobilidade espacial. A bem da verdade, grande parte do lucro extraordinário e da incrível rentabilidade dos capitais comprometidos com a produção arbóreo-celulósica advêm, precisamente, do monopólio da terra e de seus recursos por meio da territorialização. Sendo assim, vantagens edafoclimáticas e disponibilidade hídrica estão na raiz da favorabilidade econômica.

As discussões sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo e na agropecuária levaram Smith (1985) e Ricardo (1985) a teorizarem de forma precursora sobre o assunto; tanto que os apontamentos do primeiro constituíram o ponto de partida de Marx (1983), no livro III d'O capital. Conforme a análise desse autor, uma vez que os trabalhadores foram expropriados da terra pelo avanço das relações capitalistas no campo, e tendo a terra perdido todos os seus “antigos ornamentos políticos e sociais”, recebendo assim forma puramente econômica, só então se pode falar em renda da terra, a soma de dinheiro paga pelo seu uso - mais-valor que assume a forma de retribuição monetária para os proprietários de terra, considerada a taxa de juro vigente. “O preço da terra”, afirma Marx, “é irracional, exatamente como o preço do trabalho, já que a terra não é produto do trabalho, não tendo, portanto, nenhum valor”<sup>99</sup>.

---

<sup>98</sup> Perseguindo tais objetivos as empresas podem adotar dois tipos de estratégias: a “especialização por produto”, na qual opta-se por produzir do início ao fim produtos diferentes em cada país, ou a “verticalização”, dada pela fragmentação dos circuitos produtivos e a alocação de cada etapa num país diferente (CHESNAIS, 1996).

<sup>99</sup> *Ibid.* p. 129. De acordo com José de Souza Martins (1995), a propriedade da terra é contradição e antítese da forma social capitalista, pois, em primeiro lugar, a terra não é capital e sim “instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção” (p. 160) que, após cumprir o seu papel de “liberar” força de trabalho, acaba por limitar o lucro do capitalista pela imobilização de parte do seu capital. Por isso, a renda da terra é “um aspecto em que a expansão do capitalismo na agricultura se diferencia da expansão do capitalismo na indústria” (MARTINS, 1995, p. 159).

O ponto nevrálgico de nossa exposição é que a renda da terra não diz respeito somente à terra, enquanto solo, mas igualmente aos demais recursos (ou acessórios) nela existentes, pois “[...] por terra também se entende água etc., à medida que tenha um proprietário e se apresente como *acessório do solo* (MARX, 1983, p. 124. Grifos nossos). O autor fala sobre dois tipos de renda da terra: a renda absoluta e a renda diferencial (I e II), sendo o primeiro, um pressuposto para o segundo, isto é, a renda gerada pelo pior solo e dada puramente pela propriedade privada da terra, independentemente das condições de fertilidade e localização.

Ao tratar da renda diferencial, a explanação de Marx vai no sentido de explicar que, em certos casos, o sobrelucro do capitalista (diferença entre custo de produção individual e custo social de produção e, assim, o preço médio de mercado) provem do monopólio de uma força natural que não pode ser paga (por exemplo, uma queda d’água). Ao contrário do que ocorre quando um lucro excepcional se deve a inovações técnicas e organizacionais, as quais tendem a se generalizar com o tempo, esta forma de sobrelucro

só está disponível àqueles que dispõem de certos trechos do globo terrestre *e sens anexos*, Ela só se encontra em certos locais da natureza e, onde não se encontra não é produtível mediante determinados investimentos de capital. [...] Não está presa a produtos que podem ser feitos pelo trabalho, como máquinas, carvão etc. mas a determinadas condições naturais de determinadas partes da terra” (p. 144-145. Grifos nossos).

Junto dos demais fatores, são as condições especiais já mencionadas, dadas pelo solo e seus acessórios, presentes nas novas regiões produtoras que interessam à fração de capital ora perquirida, enquanto recursos capazes de permitir a apropriação de imensas somas de renda da terra diferencial, na forma de mais-valor pago a si mesmo, pois a maior parte das terras exploradas é propriedade das próprias empresas. Daí enxergarmos o mecanismo da mobilidade espacial e seu princípio da seletividade, tal como aqui deslindados, como base da pilhagem territorial. Essa, por sua vez, se dá como territorialização e imposição de uma nova territorialidade que reorganiza e reproduz a base material do território, redefinida pelas novas relações sociais de poder nela consubstanciadas.

### **1.5. Alguns desdobramentos nos campos e nas cidades**

Em função de seus próprios aspectos estruturantes e da estratégia territorial adotada pelas empresas (da qual trataremos no próximo capítulo), empreendimentos como os aqui esquadrinhados estão, direta ou indiretamente, na origem de um sem número de desdobramentos para as pessoas diretamente afetadas nas novas regiões produtoras de celulose. Mesmo correndo o risco de cairmos no maniqueísmo, poderíamos separá-los em dois grupos: os desdobramentos com algum grau de

positividade e os desdobramentos inteiramente negativos. Obviamente, uma parte importante da estratégia territorial das corporações consiste em focar e exaltar apenas o primeiro grupo, negligenciando e invisibilizando o segundo.

Deste primeiro caso fazem parte, por exemplo, o fantástico crescimento de indicadores como o PIB e a receita dos municípios receptores dos projetos, os números de geração de emprego (ver Capítulo 6), do volume de exportações etc. Os argumentos proferidos pelas personificações do capital e seus congêneres no Estado, podemos constatar, vão sempre nessa direção: “no tocante aos pontos positivos você tem a questão da arrecadação de impostos, principalmente do ISS, que é um imposto que fica no município e você usa como quiser, e a criação do emprego e renda, o crescimento do número de micro e pequenas empresas...”<sup>100</sup>; “é interessante que essas fábricas [de celulose] venham, porque elas trazem desenvolvimento para a cidade, trazem algum aumento no nível de renda e de arrecadação de impostos”<sup>101</sup>.

E deve-se mesmo reconhecer o fato de que, afora os acionistas e o mais alto escalão das próprias empresas, há setores e sujeitos que saem ganhando e muito com a implantação dos megaempreendimentos. Mas, de maneira geral, não se pode desconsiderar seu protagonismo na abertura de uma autêntica “caixa de Pandora” para a maior parte da sociedade. E se há vezes poderosas procurando esconder seus efeitos mais perversos, mesmo não sendo um dos objetivos principais da pesquisa, não podemos deixar de ao menos elencá-los, associando-os sempre às evidências concretas as quais tivemos acesso.

Para os moradores e trabalhadores do campo, um primeiro desdobramento a ser destacado é a redução e/ou eliminação de outros cultivos/atividades econômicas pela expansão do monocultivo do eucalipto, naturalmente seguida de consequências como a eliminação de postos de trabalho (ver Capítulo 6). Alguns autores indicam a redução dos cultivos alimentares como um dos principais corolários do modelo de monocultura arbórea voltada para exportação. No Extremo Sul da Bahia, por exemplo, a maior parte (149,8 mil ha) das terras adquiridas pela Veracel até 2003 era destinada à fruticultura (KOOPMANS, 2005). Pedreira (2008) mostra que, em 1990, a produção agrícola (lavouras temporárias e permanentes) representava 79,4% da produção regional total, contra 20,5% do monocultivo arbóreo, percentuais alterados para 38,5% e 61,4%, respectivamente, em 2005. Com isso, conclui a autora, pode-se observar,

Uma intensificação do processo de substituição da tradicional produção de alimentos associada à desvinculação crescente da produção agrícola regional do consumo alimentar. Estabelece-se, assim, a predominância de atividades voltadas

---

<sup>100</sup> Diógenes Marques (Diretor de Indústria e Comércio de Três Lagoas-MS). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

<sup>101</sup> Dr. Paulo Roberto Aseredo (Procurador do MPT de Três Lagoas-MS). Informação verbal, entrevista realizada em 17/12/2014.

para atender à demanda do mercado global, com destaque, para o setor florestal-celulósico (PEDREIRA, 2008, p. 99).

*Pari Passu* a alteração da matriz econômica, com a modificação da forma de uso do solo predominante, nota-se a elevação da concentração fundiária. O índice de Gini do Extremo Sul passou de 0,60 para 0,80, entre 1970 e 1995/1996<sup>102</sup>.

Acompanha essas transformações gêmeas (conversão das formas de uso do solo e concentração fundiária) a eliminação de postos de trabalho no campo, seja nas lavouras, seja na pecuária, haja vista ser este “o traço estrutural do *modus operandi* da exploração florestal na região” caracterizado “pelo cultivo de eucaliptos com alto nível tecnológico e baixa absorção de trabalho por hectare”<sup>103</sup>. E a autora fornece dados relevantes a esse respeito. Enquanto a lavoura ocupava 14,1% da área total e 44,5% da mão de obra regional, o monocultivo arbóreo ocupava 17,2% da área e apenas 3% da mão de obra regional, em 1995 e 1996<sup>104</sup>.

A despeito da necessidade de atualização dos dados disponibilizados pelo IBGE (cuja série histórica finda em 2010), para chegarmos a uma ideia mais aproximada do impacto da expansão do monocultivo do eucalipto sobre a área ocupada com cultivos alimentares nas microrregiões estudadas, não resta dúvida quanto à sua ocorrência e gravidade. Na Microrregião de Porto Seguro (Figura 17), a área ocupada com os principais cultivos alimentares foi reduzida em 36,97% (17.885 ha), entre 2000 e 2010.

---

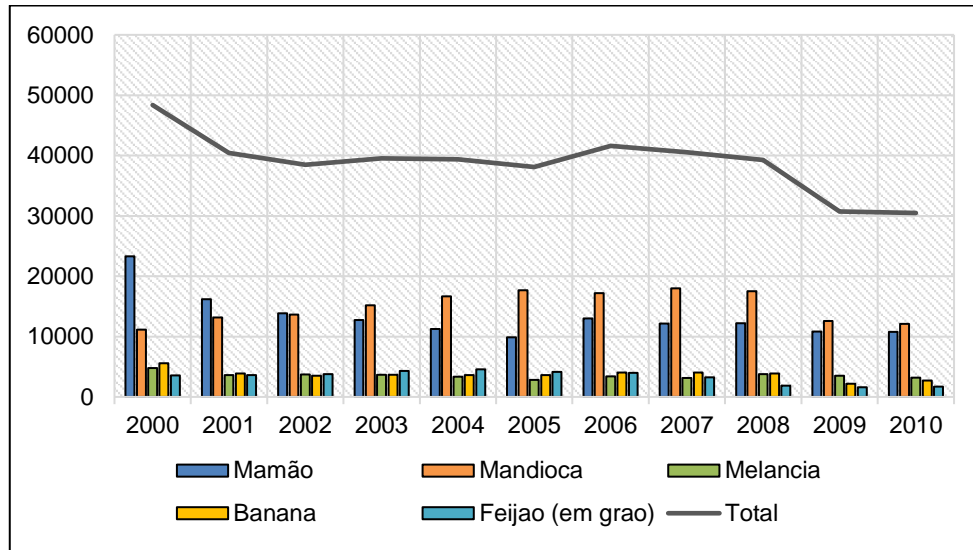
<sup>102</sup> *Ibidem*.

<sup>103</sup> *Ibid.* p. 117.

<sup>104</sup> *Ibidem*.



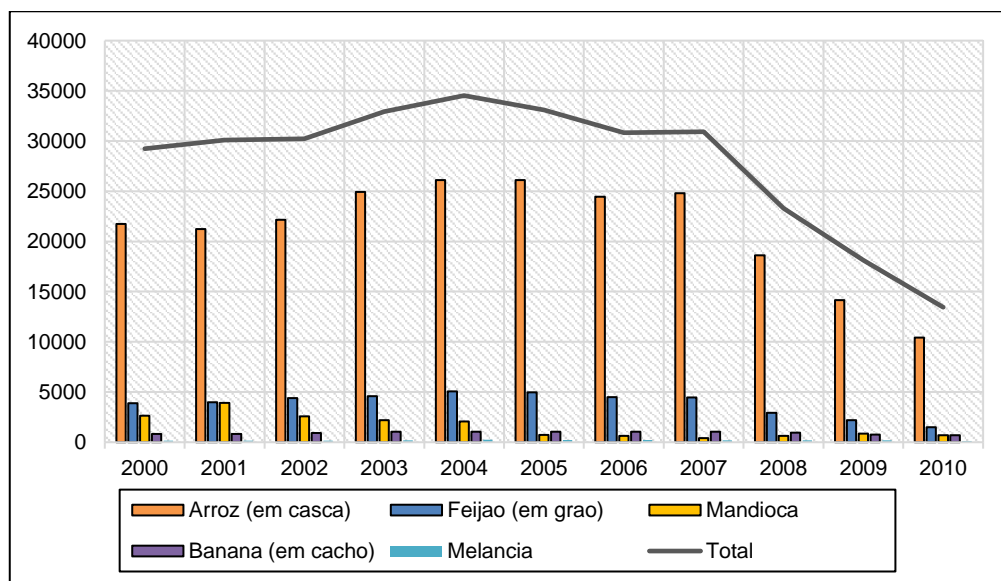
Figura 17 – Área Ocupada com os Principais Cultivos Alimentares na Microrregião de Porto Seguro (BA) (em ha, entre 2000 e 2010)



Fonte: IBGE (Séries históricas – Produção Agrícola Municipal). Elaborado pelo autor.

Considerando a totalidade dos principais cultivos alimentares regionais, houve uma redução de cerca de 20 mil ha, puxada pelo mamão e pela mandioca, em dez anos. Porém, o caso da Microrregião de Imperatriz é ainda mais sintomático da dificuldade de convivência do monocultivo com a habitual diversidade dos cultivos alimentares. Após ligeiro aumento entre 2002 e 2004, pôs-se em curso a redução de mais da metade da área inicial (54,17%, ou 15.797 ha), puxada pelo arroz, produto mais tradicional da região (Figura 18).

Figura 18 – Área Ocupada com os Principais Cultivos Alimentares na Microrregião de Imperatriz (MA) (em ha, entre 2000-2010)

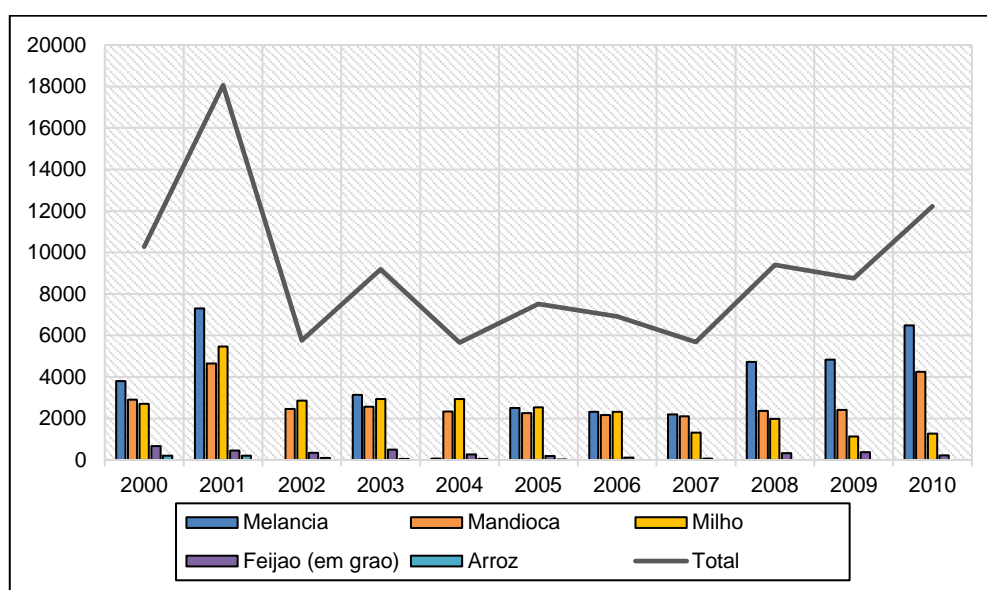


Fonte: IBGE (Séries históricas – Produção Agrícola Municipal). Elaborado pelo autor.

De 2007 a 2010, a produção de alimentos despencou na Microrregião de Imperatriz, sofrendo redução da ordem de mais de 50%. O principal cultivo alimentar afetado foi o arroz, importante elemento da produção camponesa na região.

Das três, a Microrregião de Três Lagoas (Figura 19) foi a que apresentou menor redução, uma vez que a produção de alimentos jamais chegou a ser expressiva em suas terras, majoritariamente voltadas à pecuária. Não obstante, se compararmos o período de pico (2001) com o último ano registrado (2010), constatamos uma redução da ordem de 32,3% (5.835 ha).

Figura 19 – Área Ocupada com os Principais Cultivos Alimentares na Microrregião de Três Lagoas (MS) (em ha, entre 2000-2010)



Fonte: IBGE (Séries históricas – Produção Agrícola Municipal). Elaborado pelo autor.

Mesmo existindo a possibilidade do ponto de vista técnico, a implementação do consórcio eucalipto-pecuária tem sido exceção e não regra nas áreas de expansão recente do monocultivo do eucalipto. Numa região tradicionalmente pecuarista como a de Três Lagoas, a perda do efetivo bovino foi da ordem de 632.054 cabeças, entre 2003 e 2009, período em que apenas uma das três plantas de celulose já havia se instalado<sup>105</sup>. Um dos resultados negativos desse processo, comenta Francisco, em sua dissertação sobre as transformações econômicas experimentadas pelo Município de Três Lagoas (FRANCISCO, 2013), foi a ruptura de toda a cadeia produtiva da carne bovina, com a consequente elevação dos preços do produto na região.

<sup>105</sup> Os dados mais recentes disponibilizados pelo IBGE para esta variável são de 2009, portanto, não cobrem os impactos mais atuais promovidos pela gigantesca expansão da área plantada com eucalipto pela Eldorado Brasil e pela CRPE sobre a pecuária.

Geralmente, quando uma fazenda de criação de gado é comprada ou arrendada pelas empresas, a primeira coisa a ser feita é a conversão do tipo de uso do solo, com o plantio do eucalipto em toda a área da propriedade, até mesmo em lugares que abrigavam antigas benfeitorias (casas, sedes, currais, açudes etc.), segundo relatos de trabalhadores entrevistados<sup>106</sup>. Há, com isso, uma considerável redução da pecuária extensiva que, como se sabe, mesmo empregando pouca mão de obra, ocupa mais trabalhadores que a nova atividade (ver Capítulo 6).

Efeitos como esses são tão perceptíveis e inegáveis que não puderam deixar de comparecer até mesmo em documentos oficiais elaborados com o fito de promover o monocultivo do eucalipto por meio da intervenção estatal. De acordo com o documento intitulado *Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos de Expansão da Silvicultura de Eucalipto e Biocombustíveis no Extremo Sul da Bahia - AAE EXTREMO SUL* (INEMA/SEMA, 2011)

A implantação desse segmento [eucalipto/celulose] na região acelerou a concentração fundiária e a diminuição no número de empregados no campo (permanentes e temporários) e da magnitude do trabalho familiar, que resultou num processo intenso de êxodo rural e uma reorganização socioeconômica (p. 34).

A fala do diretor de indústria e comércio de Três Lagoas confirma a mesma assertiva, embora exagere os dados: “Em Três Lagoas, de dez anos pra cá, nós tínhamos mais de dois milhões de cabeças de gado e hoje nós temos oitocentas mil cabeças. Dá pra você ver, é natural, é gritante que houve uma mudança da matriz [econômica]”<sup>107</sup>.

A corrida frenética das empresas por centenas de milhares de hectares de terra nas regiões onde se instalam eleva os preços às alturas.

Outro problema que tivemos aqui a partir da chegada do eucalipto [foi que] o valor da terra subiu mais de mil por cento. Nos anos noventa [1990] a gente comprava um acre, um alqueire de terra aqui por doze, até vinte mil reais [R\$ 12.000,00 até R\$ 20.000,00]. Agora tem gente aí vendendo por cinquenta, setenta mil [R\$ 50.000,00, R\$ 70.000,00] o hectare!<sup>108</sup>

Na região de Imperatriz, contou Jovelino,

[...] há uns quinze anos, aconteceu a mesma coisa quando a Vale chegou. Um alqueire de terra, que custava seiscentos reais [R\$ 600,00], a VALE começou a comprar por mil e quinhentos reais [R\$ 1.500,00], na época. Depois, chegou a custar oitenta mil [R\$ 80 mil]<sup>109</sup>.

---

<sup>106</sup> Eis um dos relatos: “Moço, tanto curral bonito, tanta casa bonita que tinha lá, açude bonito pra o cabra banhar... As sedes das fazendas, coisa mais linda, eles chegavam e metiam o ‘tratozão’ por cima, acho que nem tiravam as telhas pra aproveitar, acabavam com tudo”. João e Maurício (ex-funcionários da empresa JS, terceirizada da Suzano). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 12/09/2014.

<sup>107</sup> Diógenes Marques. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

<sup>108</sup> Manoel (Baixa Verde). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 23/03/2014.

<sup>109</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/09/2014.

E o efeito imediato dessa elevação repentina dos preços, segundo o entrevistado, foi a expulsão de muitas famílias camponesas da terra.

E o que acontece? Quem cede roça pra trabalhador rural poder trabalhar é quem tem pouca terra; fazendeiro grande não faz isso não. Então os pequenos [proprietários] achavam vantagem em vender [a terra] pra Vale e muitos pais de família ficaram sem ter de onde tirar seu sustento [...]. O cara não aguenta a pressão, a Suzano vem e pergunta: 'Quanto está valendo um alqueire? É cinco mil [R\$ 5.000,00]? Eu pago dez [R\$ 10.000,00]', e o cara já está precisando mesmo...<sup>110</sup>

O presidente do STTR do município endossa a afirmação e diz ainda que, segundo levantamento recente feito pela instituição, o preço da terra teria subido até 400%, a depender da localização do imóvel<sup>111</sup>. O recuo da agricultura camponesa e o conseqüente movimento populacional do campo para a cidade (êxodo rural) são, pois, desdobramentos anunciados a partir desse processo. Entre 1996 e 2000, segundo dados do IBGE compilados pelo CEPEDES (SOUZA; OVERBEEK, 2004), a população absoluta do Município de Eunápolis experimentou crescimento de 20,2%, passando de 75.769 para 91.085 habitantes. O percentual da população urbana, contudo, foi de 88,1% para 94,1%. Somente no período de 1996 e 2000, mais de 7 mil famílias deixaram o campo em direção à cidade de Eunápolis e outros centros urbanos. Enquanto a taxa média nacional de redução da população rural, no período de 1991 a 2002, foi de 28%, no Extremo Sul da Bahia essa taxa foi de 59,4% (BACHETTA, 2008).

Avaliando o caso da região de Três Lagoas, Silva (2002) também assevera que, não obstante todo o discurso de melhoria da qualidade de vida, redução do êxodo rural e geração de empregos, sustentado à época da criação do Distrito Florestal de Mato Grosso do Sul, o que de fato se assistiu foi o aumento da concentração fundiária e da renda da terra e a expropriação de diversos pequenos proprietários.

Para os pequenos agricultores que ficam e resistem na terra, o problema maior será enfrentar os efeitos nefastos do isolamento, vendo, dia após dia, suas propriedades e pequenos povoados cercados e premidos pelos eucaliptais (GOMES; OVERBEEK, 2011; KUDLAVICZ, 2011b; OVERBEEK; KRÖGER; GEBER, 2012) (figura 20).

---

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> Geraldo (STTR-Imperatriz). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 09/09/2014.

Figura 20 – Povoado Cercado Pelo Plantio de Eucalipto às Margens da BR-010 (MA)



Autor: Guilherme Marini Perpetua. Data: 13/09/2014.

Conforme Manoel, morador e líder de uma comunidade camponesa sem-terra em Eunápolis,

O eucalipto, por si só, é muito nocivo às comunidades do entorno. Nós temos comunidades do entorno que não estão nem conseguindo mais sobreviver porque estão numa ‘ilha’ e a área deles é tão pequena que [pelos] impactos que o eucalipto promove, eles acabam tendo que deixar a comunidade<sup>112</sup>.

Malina (2013) se deu conta do mesmo processo em sua pesquisa. “Há diversos relatos”, afirma a autora, “de camponeses que ficaram ‘ilhados’ pelo eucalipto, que chegou a isolar inclusive antigos caminhos de acesso a estradas, o que aumenta a possibilidade de venda destas terras para a empresa” (p. 269).

Sem dúvida, um dos debates mais acalorados em torno dos impactos gerados pela monocultura do eucalipto tem sido o que diz respeito ao seu potencial de secamento de mananciais e de geração de déficit hídrico nos ecossistemas onde se insere. De um lado, órgãos de classe, imprensa

---

<sup>112</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 24/03/2014.

especializada e pesquisadores organicamente vinculados aos interesses das empresas antecipam-se em afirmar veementemente que

O eucalipto *NÃO seca o solo*: comparações feitas entre espécies de eucalipto e outras espécies florestais mostram que os plantios de eucalipto no Brasil consomem a mesma quantidade de água que as florestas nativas. Sua maior eficiência no aproveitamento da água garante maior produtividade quando comparado a outras culturas agrícolas (BERTOLLA [20--]).

E tais agentes, obviamente, valem-se de argumentos como esse no debate público. Curiosamente, porém, pondo em xeque os argumentos técnicos (bastante questionáveis, diga-se de passagem), todas as comunidades e moradores visitados são unânimes em relatar casos de secamento de mananciais no interior ou imediações dos eucaliptais<sup>113</sup>. Cabe um alerta: em temas cuja interferência direta no cotidiano das pessoas é extrema, como esse, as análises laboratoriais, por mais sofisticadas que sejam, não podem prescindir da pesquisa de campo séria e comprometida a escutar o que tem a dizer aqueles que são diretamente afetados por tais atividades.

Ademais, embora alguns estudos realizados no Sudeste e Sul do Brasil indiquem consumo de água semelhante entre o eucalipto e a vegetação nativa (ALMEIDA; SOARES, 2003; CARNEIRO *et al.* 2008a; CARNEIRO *et al.* 2008b), os estudos em outros biomas, como o Cerrado (VILELA, 2011) e a Mata de Cocais, submetidos a regimes hídricos completamente diferentes, ainda são incipientes e não respondem às dúvidas.

Uma parte do problema consiste em que o eucalipto possui um sistema radicular capaz de penetrar a grandes profundidades no solo, espalhando-se também lateralmente, em busca da água das chuvas que foram absorvidas pelas camadas superficiais e mantendo, assim, a transpiração vigorosa necessária ao rápido crescimento (GUERRA, 1995). A outra e principal, relaciona-se não apenas ao consumo excessivo de água por indivíduo (planta), mas ao somatório do consumo das milhões de árvores plantadas numa mesma área. Um hectare de eucalipto plantado para finalidade industrial tem, em média, 1.100 árvores. Se cada uma delas consumir 20 litros de água/dia, média amplamente aceita e até majorada pela literatura sobre o tema, o consumo total por hectare será de 22 mil litros/dia (CARRERE, 2007), e assim, só a área total da Eldorado Brasil em Três Lagoas (200 mil hectares), por exemplo, consumiria nada menos que 4,4 bilhões de litros/dia.

O resultado direto disso é sentido na pele cotidianamente por aqueles que necessitam da água para a sua sobrevivência e reprodução. Quando indagado sobre a ocorrência de redução do volume

---

<sup>113</sup> O mesmo afirmam Souza e Overbeek (2008), ampliando a abrangência para o plano mundial: “As comunidades vizinhas de áreas de plantações de eucalipto, em várias partes do mundo, são unânimes em afirmar que há sim impactos negativos tanto na quantidade, como na qualidade da água disponível, por causa do alto consumo das plantações, bem como pela aplicação de agrotóxicos” (p. 37. Grifos nossos).

de água dos corpos hídricos na área indígena da ocupação Aldeia Nova Esperança, no Município de Prado (BA)<sup>114</sup>, o cacique pataxó Baquirá foi suficientemente enfático:

Todos nós sabemos que o eucalipto suga muita água e nós estamos aí e enfrentamos algumas dificuldades na questão da água. Hoje mesmo nós cavamos um poço – aquele rapaz está até sujo ali, porque estávamos cavando ali embaixo – e cavamos num lugar onde já tinha água e não conseguimos colher água de lá, aí nós desistimos<sup>115</sup>.

Em Imperatriz, os relatos não são diferentes: “plantaram esse eucalipto perto desses riachos [e] se você andar por aí, [você vai notar que] esses riachos todos secam no verão, e não secavam antes”, contou Raimundo, da Ocupação Viva Deus I<sup>116</sup> e, perto dali, Dona Cícera disse o seguinte:

Tem o problema da água meu irmão. Essa água aí é um sério problema pra nós. Ali, esse riacho, no inverno é muita água pra sobrar, até pra morrer gente afogada dentro. Mas quando dá uma época dessa [mês de setembro], da onde nós pega água pra beber é muito dispendioso, e a água está ficando pouca, porque o eucalipto suga muito aquela água, tá ficando pouquinha, pouquinha<sup>117</sup>.

Estudando a mesma região, os autores de um relatório intitulado *Concorrência entre empresas privadas e comunidades tradicionais por território na região tocantina do Maranhão e Bico do Papagaio no estado do Tocantins*, sob condução do MIQCB<sup>118</sup> (2012/2013) e financiamento da Fundação Ford, depararam-se com as mesmas histórias. “Durante o relato dos interlocutores da pesquisa”, afirmam, “foi recorrente a reclamação com relação à diminuição ou seca total de reservatórios de água dentro de assentamentos e comunidades” (p. 29).

E o mesmo quadro dramático se replica em Três Lagoas. Segundo Dona Inês, moradora do Assentamento São Joaquim, localizado no Município de Selvíria,

[Os eucaliptais] provocam impactos sim, e vem da água também, porque é do conhecimento da gente que o eucalipto suga bastante água. Aqui a gente está fazendo o possível pra preservar os ‘corguinhas’, mas tem ‘corgo’ que já está baixando. A empresa diz que não, mas isso aí acontece sim, é um impacto<sup>119</sup>.

O mais importante é notar que as informações não são provenientes de experimentos científicos, mas o resultado da experiência prática de quem sofre as consequências na pele. Não faltam, contudo, comprovações científicas desse tipo de desdobramento. Em 2005,

---

<sup>114</sup> Trataremos de todas as ocupações, vilarejos e assentamentos, aqui apenas citados, no Capítulo 2, item 2.5.

<sup>115</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 24/03/2014.

<sup>116</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 12/09/2014.

<sup>117</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/09/2014.

<sup>118</sup> O Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) constitui uma organização de mulheres camponesas criada em 1990, a partir das discussões propiciadas por um grupo de estudos sobre este grupo tradicional, e aglutinadas em torno da luta pela defesa do meio ambiente, da proposta do agroextrativismo do coco babaçu e do livre acesso aos babaçuais (REGO; ANDRADE, 2006).

<sup>119</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 17/12/2014.

um grupo de 10 cientistas, sintetizando mais de 600 observações globais, publicou um relatório na revista *Science* concluindo que, em geral, as plantações de árvores ‘diminuíram o fluxo de água em 227 milímetros por ano, em termos globais [...], com 13% dos cursos d’água secando completamente durante, pelo menos, um ano’ (JACKSON *et al.*, 2005 *apud* OWERBEEK; KRÖGER; GEBER, 2012, p. 34).

Outro relato recorrente nas três áreas de estudo foi o da contaminação química dos mananciais pelo uso excessivo e indiscriminado de agrotóxicos por parte das empresas<sup>120</sup>. Nos limitaremos apenas a dois dos mais ilustrativos entre eles, referentes aos casos das regiões de Imperatriz e Três Lagoas, proferidos, respectivamente, por Raimundo e Dona Inês.

Os riachos, os ribeirões daquela região, muita gente veio para o hospital doente dos rins por causa de beber água daqueles ribeiros e comer lambaris com arroz branco; muitos vieram doentes e até morreram dos rins por causa dos agrotóxicos que a empresa joga de avião em cima dos eucaliptos, pra matar insetos, e no inverno a água arrasta aqueles agrotóxicos para as águas dos ribeiros e atinge as crianças, atinge as comunidades, atinge os peixes<sup>121</sup>.

Eles [Eldorado e Fibria] fazem a dessecação do capim e, às vezes, quando têm aqueles ataques dos besourinhos, aí eles são obrigados a passar veneno aéreo; esse aí que é perigoso. Às vezes eles passam, porque é uma praga do eucalipto – a gente fala ‘piolho de eucalipto’ – a gente vê os avião direto passando por aqui por cima e bombardeando, bombardeando<sup>122</sup>.

O principal agravante das denúncias é que, segundo a literatura especializada sobre o tema, *não existem níveis seguros para o consumo de agrotóxicos* (RODRIGUES, 2012), substâncias que, de acordo com Lopes *et al.* (2005 *apud* RODRIGUES, 2012), podem causar

[...] diversos tipos de cânceres, neuropatias, alterações endócrinas, desordens sanguíneas, malformações fetais, diabetes, problemas reprodutivos, distúrbio respiratórios, moléstias imunológicas, Mal de Parkinson, alergias, entre outros (p. 16).

Ademais, como admite a OMS (1981 *apud* SILVA *et al.*, 2005), “os conhecimentos atuais são muito incompletos no que se refere aos efeitos para a saúde produzidos por exposição [ao risco dos agrotóxicos] combinada a vários fatores biológicos, químicos, físicos e psicossociais” (p. 6). Tudo isso ganha componentes ainda mais preocupantes quando observamos ser muito comum a ocorrência do que os agrônomos chamam de deriva técnica, isto é, parte da aplicação não atinge o “alvo” e contamina

---

<sup>120</sup> No Brasil, a comercialização e o uso de agrotóxicos são regulados pela Lei nº 7.802/89 e pela Norma Regulamentadora nº 31 (NR 31), cuja prerrogativa é o artigo 157 da CLT. O país é o principal destino de produtos agrotóxicos banidos no mundo todo e, desde 2009, é também o campeão mundial de consumo *per capita*, atingindo a aterradora marca dos 5,2kg/habitante (RODRIGUES, 2012).

<sup>121</sup> Raimundo (Viva Deus I). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 12/09/2014.

<sup>122</sup> Dona Inês (Assentamento São Joaquim). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 17/12/2014.



o ambiente, num volume que pode corresponder, em muitos casos, a 70% do total (RODRIGUES, 2012).

Com efeito, como afirmam Thomaz Junior *et al.* (2012b),

Camuflado pelo sucesso do aquecimento da economia, das favorabilidades comerciais e do crescimento e importância das exportações de *commodities*, mantêm-se invisíveis o desmatamento, a perda de biodiversidade, o uso descomedido dos agrotóxicos e, com isso, as doenças (que atingem os grupos sociais mais vulneráveis), a contaminação das águas (superficiais e aquíferos), do ar, atmosférica e, conseqüentemente, dos trabalhadores e dos consumidores (p. 9).

Nas cidades-sede dos empreendimentos (Eunápolis, Três Lagoas e Imperatriz), outros desdobramentos não menos problemáticos saltam à vista, tais como a explosão populacional e a conseqüente saturação da infraestrutura urbana, do comércio e dos serviços públicos, mais evidente na fase de construção das fábricas, as quais, sendo do mesmo porte, demandaram o afluxo de milhares de trabalhadores, em sua maioria migrantes temporários<sup>123</sup>.

Ponto negativo é a questão do começo das obras, por exemplo, nós sofremos muito [...]. Três Lagoas era uma cidade pacata, interiorana... E você tinha uma cidade com setenta mil habitantes e joga, como no caso da construção da Fibria, quatorze mil homens de uma vez só numa obra. Poxa, você está jogando [de] quinze a dezoito por cento da população de uma vez só! Então o mercado não suportou, os serviços não suportaram. E quem sofreu com isso? Eu, o cidadão três-lagoense<sup>124</sup>.

Entre 2000 e 2010, o crescimento da população residente total em Eunápolis foi de 19,17%, passando de 84.120 para 100.246 habitantes; em Três Lagoas, de 28,75%, saindo de 79.059 para chegar a 101.791 e em Imperatriz, de 7,34%, passando de 230.566 para 247.505, segundo dados do IBGE. Quanto ao último município, pode-se inferir que o crescimento foi inferior ao dos dois primeiros devido ao início mais tardio da implantação da fábrica da Suzano, após o último censo demográfico (2010). É mister observar ainda que esses dados não captam a população flutuante a qual fizemos referência, via de regra recenseada em seus estados e municípios de residência.

Na esteira do vertiginoso crescimento populacional, elevaram-se em proporção semelhante os preços de imóveis e aluguéis, somando-se a isso a mordaz especulação imobiliária, encarecendo sobremaneira os custos de vida da população.

A questão do aluguel foi um desespero por aqui. Na época da construção da fábrica a gente tinha aqui, além da população normal, girando em torno de oito mil pessoas aqui dentro da cidade. E esse pessoal superlotou tudo, tudo o que você pode imaginar, [até] um espaçozinho pra botar um, dois funcionários a empresa alugou. O aluguel subiu, disparou, foi lá pra cima<sup>125</sup>.

---

<sup>123</sup> Tivemos oportunidade de focar diretamente esse assunto em nossa dissertação de mestrado (PERPETUA, 2012, capítulos 1 e 4).

<sup>124</sup> Diógenes Marques (Diretor de indústria e comércio de Três Lagoas). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

<sup>125</sup> Geraldo (STTR – Imperatriz). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 09/09/2014.

Aumentaram também e significativamente os índices de criminalidade, segundo diversos entrevistados, fato já abordado em trabalhos como os de Miesceslau Kudlavicz (2011).

Em todos os desdobramentos diretos e indiretos explicitados, quer ocorram no meio urbano, quer no meio rural, percebemos a imposição externa, por vezes silenciosa e gradativa de uma situação social objetiva que rebate duramente sobre o modo de vida, os significados e, no limite, as condições mínimas de existência de sujeitos sociais que pouco ou nada têm ganhado com os megaempreendimentos da celulose. Tal situação, nos lembra o filósofo esloveno Slavoj Žižek (2012), tantas vezes vivenciada como força incontrolável e natural, deveria ser tratada como uma forma concreta de violência, sempre escondida atrás de discursos, imagens e formas impessoais.

## CAPÍTULO 2 - O TERRITÓRIO SOB O ESPECTRO DA PILHAGEM

“Tínhamos um histórico de conflitos com indígenas, sem-terra e populações quilombolas. [...] Mais que prejuízos financeiros, a postura de enfrentamento adotada nos tempos da Aracruz estava gerando desgastes de imagem para a companhia”.

*(Carlos Alberto Roxo, diretor de sustentabilidade e de relações corporativas da Fibria).*

“Eles [a empresa] têm uma estratégia, têm mapa, têm tudo sinalizado de onde possivelmente terá conflitos com as comunidades locais”

*(Francisco, representante do CIMI no Extremo Sul da Bahia).*

Como os objetos, os conceitos também são forma (palavra-signo) e conteúdo (significado). O significado dos conceitos pode ser alterado, de acordo com a finalidade e a perspectiva teórica adotada por um determinado autor, sem alterar-se na mesma medida o seu signo. Por exemplo, uma das melhores definições de ideologia que já encontramos é a aquela proposta por Žižek (2012), para quem ela seria uma representação simplificada do real sem os seus “ruídos” de fundo, ou seja, sem suas contradições inerentes.

As imagens e o discurso adotado e promovido pelas corporações da celulose e seus agentes, apresentados no capítulo anterior, seguem precisamente esta intencionalidade: não exatamente a de “falsear a realidade” – como supõe o sentido forte de ideologia (KONDER, 2002) –, mas de isentá-lhe dos seus contrassensos e contradições.

Feitas as considerações mais gerais sobre os novos megaempreendimentos, as regiões de sua inserção, o processo de periferização da produção papeleira e alguns de seus desdobramentos, passamos agora à compreensão do *modus operandi* das grandes corporações da celulose. A partir daí, discutiremos o conceito de pilhagem territorial como unidade explicativa abrangente da leitura geográfica dos fenômenos estudados, a qual nos remete ao entendimento da estratégia e das táticas territoriais do capital.

Para tanto, é necessário pensar a relação de hierarquia e desigualdade firmada entre países e regiões por meio do comércio internacional, repassando as teorias clássicas e contemporâneas das vantagens comparativas (e competitivas) e da dependência. Faz-se imperioso também um mergulho nas teorias da acumulação do capital (primitiva, permanente, por espoliação e ampliada) e a sinalização dos elementos que vinculam o fenômeno estudado com a crise estrutural do capital. Finalmente, e como não poderia deixar de ser, procuraremos indicar as diversas formas de luta e resistência nos territórios da hegemonia do capital.

## 2.1. A herança da economia clássica e os fantasmas do presente

Acoplada ao argumento neomalthusiano da necessidade de ampliação da produção de madeira/celulose/papel para suprir a demanda crescentemente ampliada devido à explosão demográfica mundial (ver Capítulo 1, item 1.3) está a ideia de que, por sua própria condição natural e por fatores historicamente consolidados, o Brasil levaria vantagem sobre outros países com a especialização produtiva na produção e exportação de celulose. Assim, como já dito anteriormente, teríamos uma “vocalização natural” atribuidora de “vantagens comparativas” em cujo aproveitamento repousaria a chave do desenvolvimento nacional.

Exatamente nesse sentido, os consultores da Pöyry (2010), uma das maiores transnacionais de consultoria e projetos de engenharia industrial no mundo e a principal contratada pelas empresas do setor para tais serviços, destacam que

O Brasil tem sido um *local privilegiado no mundo* em relação ao setor de agronegócios, devido à sua *vantagem competitiva para cultivar florestas renováveis*. Assim, o Brasil é considerado o futuro grande fornecedor do mercado mundial de celulose de fibra curta, tendo a seu favor *fatores como clima e boa produtividade das florestas*, o que resulta em custo bastante competitivo (s/p *apud* RIBEIRO JUNIOR, 2014, p. 167. Grifos nossos).

O mesmo canto de sereia sai da garganta dos consultores do setor de papel e celulose do BNDES, parceiro incondicional e investidor direto das empresas do setor.

[...] a *vantagem competitiva florestal* é inequívoca, reflexo da localização geográfica e dos investimentos em pesquisa e programas de melhoramento genético.  
[...] a vantagem competitiva no crescimento de florestas é o principal ponto a ser destacado, reflexo da localização do país na zona tropical, abundante em luz do sol e água (BIAZUZ; HORA; LEITE, 2010b).

Normalizados pelo *mainstream* do pensamento econômico de cunho liberal, os pressupostos de uma tal abordagem sequer são cogitados, a saber, de que é pela via da especialização em determinados produtos que os países lograrão bem-estar geral e desenvolvimento (entenda-se o que for por este termo); que essa finalidade só pode ser obtida com a completa liberalização das trocas no mercado mundial; que esse mercado, por sua vez, tende sempre ao equilíbrio e à satisfação das necessidades de todas as partes (nações) envolvidas; e finalmente, que a equivalência dos produtos trocados é diretamente proporcional às vantagens comparativas (ou competitivas, como se tornou usual mais recentemente) desigualmente distribuídas pela superfície do globo.

É sabido que, historicamente, o capitalismo tem se sustentado sobre a crença de que o livre curso do sistema de mercado concorrencial é por si mesmo capaz de harmonizar qualquer desequilíbrio e promover a dinamização econômica ao mesmo tempo em que resulta em maior bem-

estar coletivo. Sendo assim, nada justificaria o intervencionismo estatal no terreno da economia, reino da “mão invisível” do mercado.

No caso em questão, uma vez mais, não existe nenhuma novidade sob o sol, apenas novos remendos costurados sobre o velho tecido da teoria das vantagens comparativas, cuja paternidade deve ser atribuída aos maiores e mais importantes ideólogos do liberalismo econômico inglês: Adam Smith e David Ricardo.

Crítico contumaz do sistema colonial europeu e do exclusivismo comercial praticado pelas antigas metrópoles europeias (pacto colonial) com ele identificadas, em seu inquérito sobre *A riqueza das nações* Smith ([1776] 1983) advogou impetuosamente a tese de que o livre-comércio é o fator mais importante a ser considerado para o desenvolvimento de qualquer nação, ilustrando seu argumento com o exemplo da relação comercial entre a Grã-Bretanha e suas colônias do outro lado do Atlântico, responsável, em última instância, pela prosperidade destas em comparação com outras colônias do continente americano.

[...] embora a política da Grã-Bretanha, em relação ao comércio de suas colônias, tenha sido ditada pelo mesmo espírito mercantil que o de outras nações, no global ela tem sido mais liberal e menos opressiva do que a de qualquer [uma] delas (SMITH, 1983, p. 71).

Do que o autor deduz ser “[...] sobretudo no progresso das colônias norte-americanas que se evidencia a superioridade da política inglesa”<sup>126</sup>. Deste modo, a liberdade seria o único expediente capaz de assegurar “a proporção *natural, saudável e adequada*” na economia de mercado<sup>127</sup> e, para Smith,

nada parece ter mais probabilidade de criar tal igualdade de força [entre as nações] do que o intercâmbio mútuo de conhecimentos e de todos os tipos de aprimoramento que *natural*, ou melhor, *necessariamente*, traz consigo um amplo comércio entre todos os países<sup>128</sup>.

O mais interessante aqui - porquanto isso é algo geralmente simplificado por leitores de segunda-mão - é que o autor reconhece que os investidores capitalistas tendem sempre a privilegiar aplicações com rápido retorno, mais seguras e vantajosas para si mesmos em comparação com aplicações distantes, inseguras e individualmente desvantajosas. Entretanto, diz ele, se o fluxo de capital assim se concentra, gera lucros extraordinários nesse segundo tipo de aplicações, “oprimindo” uma parcela dos cidadãos. O movimento “natural” do capital *ipso facto* tende a equalizar as desigualdades, deslocando-se em parte para as atividades mais distantes e a princípio desvantajosas. “Assim é que”, conclui, “os interesses e os sentimentos privados dos indivíduos naturalmente os induzem a converter seu capital para as aplicações que, em casos ordinários, são as mais vantajosas

---

<sup>126</sup> *Ibid.* p. 71.

<sup>127</sup> *Ibid.*, p. 86.

<sup>128</sup> *Ibid.* p. 101.

para a sociedade”<sup>129</sup>. Numa palavra, guiados pela mão invisível do mercado, ao buscarem os capitalistas seus interesses particulares culminam por atingir os interesses coletivos.

Sua teoria das vantagens comparativas assentou-se sobre todos esses axiomas do liberalismo econômico, segundo os quais cada país deve especializar-se no tipo de produção em que possui certas *vantagens intransferíveis*, de tal sorte que,

Se o comércio colonial abre um novo mercado, é mais para a produção manufaturada da Europa do que para sua produção natural ou bruta. A agricultura é o negócio adequado para todas as novas colônias, um negócio que o baixo preço da terra torna mais rentável que qualquer outro<sup>130</sup>.

Ricardo ([1824] 1985), o maior e mais legítimo dentre os sucessores de Adam Smith, elaborou sua tese sobre o comércio internacional no bojo do acalorado debate sobre a imposição de medidas restritivas à importação de cereais pela Grã-Bretanha, no início do século XIX. Tais medidas eram favoráveis aos proprietários de terra e contrárias aos interesses dos industriais que a ela se opunham, recebendo o apoio do autor. “Os industriais”, comenta Paul Singer (1985), “eram favoráveis à liberdade de comércio porque se beneficiavam da divisão mundial do trabalho, em detrimento, evidentemente, dos proprietários de terra e dos capitalistas agrários” (1985, p. XIX).

A postura adotada por Ricardo ([1824] 1985) é a mesma de seu mestre, tendo em vista a defesa ardorosa do livre-comércio, assentado sobre o argumento de que

É tão importante para o bem da humanidade que nossas satisfações sejam aumentadas pela melhor distribuição do trabalho, *produzindo cada país aquelas mercadorias que, por sua situação, seu clima e por outras vantagens naturais ou artificiais, encontra-se adaptado*, trocando-as por mercadorias de outros países, quanto aumentar nossas satisfações por meio de uma elevação na taxa de lucro. [...] Se portanto, por uma ampliação do comércio exterior, ou devido a melhoramentos na maquinaria, os alimentos e os bens necessários puderem chegar ao mercado externo com preços reduzidos, os lucros aumentarão (p. 103. Grifos nossos).

E mais: sob a pena ricardiana o mesmo princípio de Smith, segundo o qual ao buscar cada indivíduo seu próprio interesse atingiria o interesse da sociedade, é transposto para o plano das relações internacionais, e assim, a “busca de vantagem individual [por um país] está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países”<sup>131</sup>.

Mesmo tendo sido formulado por duas das mais brilhantes mentes da economia política burguesa, o pensamento sintetizado pelos autores (SMITH, [1776] 1983; RICARDO, [1824] 1985) pode ser concebido como a expressão teórica de um capitalismo industrial nascente, em contraposição ao capitalismo comercial até então hegemônico e seu correlato imaterial-doutrinário, o protecionismo

---

<sup>129</sup> *Ibid.* p. 104.

<sup>130</sup> *Ibid.* p. 89.

<sup>131</sup> *Ibid.* p. 104.

(SINGER, 1975). Para a burguesia industrial, urgia, naquele contexto, abrir caminho para as abundantes manufaturas inglesas, assegurando, ao mesmo tempo, matérias-primas para as pujantes fábricas daquele país. Nada mais eficiente, para tanto, que o pressuposto de que todos saem ganhando ao seguirem sua “vocação natural”, como se as trocas não fossem sempre desiguais e – o que   ainda pior - como se quem delas participasse e se beneficiasse fosse toda a sociedade, aí terminologicamente travestida com o nome de “nação”.

Como asseverou Rosa Luxemburgo (1970), teorias liberais como essas, que pressupõem a harmonia entre os interesses das nações, são apenas outra expressão das formulações que defendem a harmonia de interesses entre capital e trabalho.

Com seu comportamento inerentemente cíclico e autodestrutivo, o próprio sistema capitalista encarregou-se de mostrar, passado mais de um século, quão equivocada estava essa concepção, fazendo ressuscitar o velho intervencionismo de inspiração mercantilista, agora sobre o esqueleto keynesiano. O neoliberalismo, porém, aí está para provar o quanto a teoria econômica está atada às mesmas “flutuações” da economia real, fazendo suceder   tragédia a farsa.

Na versão moderna e repaginada da teoria das vantagens comparativas, a crítica recai sobre a natureza dos recursos sobre os quais repousa a competitividade de um país no comércio internacional. A verdadeira fonte de competitividade de uma nação, argumenta Michel Porter (1999), é o “esforço criativo humano” e a “capacidade de inovar e melhorar de sua indústria” (p. 167). Por isso, as vantagens realmente importantes são as “vantagens dinâmicas” – em oposição às vantagens est ticas defendidas pelos clássicos - altamente localizadas porque fruto de valores, da cultura, de estruturas econômicas, das instituições e da história de um país. Em função disso,

O  nico conceito significativo de competitividade no nível nacional é a produtividade. *O principal objetivo de um país consiste em proporcionar um padrão de vida elevado e crescente para os cidadãos.* A capacidade para tanto depende da produtividade com que o trabalho e o capital atuam (PORTER, 1999, p.170. Grifos nossos).

Na sociedade a-histórica e sem classes de Porter, faz sentido falar em “objetivo de um país” e “padrão de vida dos cidadãos”, como se capital e trabalho fossem parceiros lutando em prol da melhoria das condições gerais de vida. No mesmo sentido, é igualmente razoável supor que o capital instalado num dado território terá por ele a mais alta estima e consideração, procurando desenvolv lo tanto quanto a si mesmo. Pouco adiante, porém, a máscara parece desajustar-se á face e o autor admite que

Uma estratégia de fato global talvez até exija que a empresa localize as instalações de produção e de pesquisa e desenvolvimento em outros países, de modo a *usufruir dos benefícios dos salários mais baixos, para ganhar o acesso aos mercados ou para aproveitar a tecnologia estrangeira*<sup>132</sup>.

---

<sup>132</sup> *Ibid.* p. 177. Grifos nossos.

É coerente, portanto, somente dentro desta “lógica” imaginar que se cada empresa mantiver uma estratégia voltada para a competitividade, “aproveitando-se” das fragilidades internas dos países das concorrentes, as nações, em seu conjunto, ganharão. No mesmo trilho vão os argumentos de alguns geógrafos, como Georges Benko e Bernard Pecqueur (2001), para os quais, dada a situação de competição mundial a que foram expostas as regiões e as localidades pelos processos econômicos recentes, é necessário encontrar em cada território os “recursos específicos, intransferíveis e impróprios no mercado” por ele oferecido (p. 31). “As regiões, ou ainda melhor, os territórios, tornam-se assim as fontes de vantagens concorrenciais” a partir de seus “recursos específicos”<sup>133</sup>, aqueles que, diferentemente dos ativos, ainda estão por revelar e explorar e nascem de processos interativos.

Da teoria das vantagens comparativas à teoria das vantagens competitivas (dinâmicas), a mudança no plano discursivo clarifica-se a si mesma e não passa de uma adequação decorrente das transformações impostas pela mundialização do capital (CHESNAIS, 1996). Num mundo em que o capital e, sobretudo, o grande capital fora dotado de mobilidade espacial inédita, há de existir uma justificativa científica para conceder-lhe todas as condições locais mais favoráveis para a sua ancoragem. O território aí tratado é o espaço da “coesão dos atores sociais” em torno de um mesmo objetivo, esvaziado das relações de poder, dos conflitos nascidos dos antagonismos de classes e da oposição entre metabolismos sociais antagônicos e em disputa.

Vê-se hoje, tão ou mais nitidamente que nos tempos de Marx, a invocação dos “fantasmas do passado” para justificar o presente e, novamente, “os mortos se levantarem para aterrorizar os vivos” (MARX, 2011a). Quanta razão possui Guido Galafassi (2012) ao afirmar que o neoliberalismo (e suas adequações contemporâneas) é causador de uma amnésia em respeito às categorias de análise forjadas pela esquerda desde o século XIX para entender os mecanismos e processos de *hegemonia, dominação e exploração* entre os países.

Duas das principais antíteses às teorias liberais do livre comércio e das vantagens comparativas surgiram na segunda metade do século XX, em solo latino-americano, e serão retomadas com o objetivo de fazer a crítica necessária, a um só tempo preparando o terreno para a construção do conceito de pilhagem territorial. A primeira delas foi elaborada por Raúl Prebisch, no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

O problema central ao qual Prebisch (1968) se propôs solucionar foi a dinâmica *sui generis* de desenvolvimento das economias dos países latino-americanos, externamente estranguladas pelo

---

<sup>133</sup> *Ibid.* p. 40.



agulhão do comércio exterior, à época regulado pelo que ele chamou de “deterioração da relação de preços do intercâmbio” dos produtos primários (p. 97). Assim o autor exprime suas formulações:

Enquanto que a procura por produtos manufaturados que importamos tende a elevar-se rapidamente, as exportações primárias aumentam com relativa demora, em grande parte por razões estranhas à vontade dos países latino-americanos. Há, portanto, uma *tendência ao desequilíbrio*, que se torna mais aguda com a intensificação do desenvolvimento econômico (PREBISCH, 1968. Grifos nossos).

Ainda que o economista estruturalista argentino buscasse uma saída por dentro da ordem social posta, ignorando a desigualdade espacial e suas hierarquizações/polarizações como intrínsecas à produção capitalista do espaço (SMITH, 1988; HARVEY, 2005; BRANDÃO, 2007), seus apontamentos são, do ponto de vista prático e, sobretudo, para um país de capitalismo periférico como o Brasil, extremamente pertinentes, pois põem em xeque as teses liberais sobre o assunto. Tomá-los como válidos implica assumir que, quanto mais se aprofunda o intercâmbio comercial desregulado entre países, maior será o fosso da desigualdade existente entre eles, restando maior ônus sempre aos exportadores de produtos primários.

Sobre o mesmo objeto e no mesmo contexto, porém de maneira diferente e mais radical, escreveu Ruy Mauro Marini (2000; 2011) sua teoria da dependência latino-americana. A situação de dependência, explica o autor, não é equivalente à subordinação colonial dos países do subcontinente à exploração das metrópoles europeias, mas ao contrário: ela surge e se consolida exatamente no momento da dissolução do sistema colonial e *pari passu* ao nascimento da grande indústria no velho mundo. Só então a América Latina pôde ser inserida numa dada posição dentro da divisão internacional do trabalho, sendo a dependência

[...] entendida como relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2000, p. 107).

Uma vez que se tenha tornado grande exportadora de produtos primários, diz Marini (2000), a região passou a atender a dois propósitos, ambos essenciais para a sobrevivência e expansão do capitalismo: (1) tornou-se fornecedora de matérias-primas baratas para a pujante indústria, cada vez mais sequiosa destes bens; (2) passou a ser fornecedora de alimentos (ou “bens-salário”), possibilitando o rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho do outro lado do mundo. (Mais adiante, no item 5.3, veremos que essas duas funções só puderam se desenvolver com o recurso à superexploração do trabalho). Não são outras as bases sobre as quais se erigiu a industrialização centrífuga da América Latina e do Brasil, ao longo do século XX e início deste século, posto não criar sua própria demanda, como suposto pela economia clássica, mas nascer para atender à demanda já

existente e estruturar-se em função das necessidades dos países avançados. Na verdade, explica Marini (2011), há a transferência para os países dependentes das etapas inferiores da produção industrial, reservando-se para os países centro-imperialistas as etapas mais avançadas.

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma *nova divisão internacional do trabalho*, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial [...] sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia correspondentes (MARINI, 2011, p. 167. Grifos nossos).

Obviamente, qualquer semelhança com o caso em tela não é mera coincidência. A atual produção brasileira de celulose, como etapa de um circuito mais amplo, atende aos desígnios de países centrais e à dinâmica global da acumulação. Para fazer frente à concorrência internacional, ela necessariamente deve configurar-se sob determinados moldes asseguradores da competitividade requerida, por meio do controle e uso de certos recursos, o que só pode obter com o controle vertical e rígido do território<sup>134</sup> e dos sujeitos que trabalham.

Antes de nos aprofundarmos neste assunto devemos ressaltar que o protagonismo desempenhado por um fenômeno recente tem contribuído em muito para retardar e obnubilar os sintomas mais adversos desta forma de inserção dependente na divisão internacional do trabalho. Referimo-nos ao intenso crescimento da economia chinesa nas últimas décadas e, conseqüentemente, à vertiginosa elevação da demanda por *commodities* agrominerais - dentre as quais a celulose -, cujo resultado tem sido o aumento dos preços desses produtos, contrariando a tendência à deterioração dos termos de intercâmbio (PREBISCH, 1968); em uma palavra, ao chamado “efeito China” (CANO, 2010)<sup>135</sup>.

Tal efeito não apenas contribuiu para viabilizar os megaempreendimentos recentes, porquanto uma grossa fatia (de quase 1/3) de sua produção tem o país asiático como destino (ver item 1.1), como também serviu de anteparo às ondas de recessão da economia mundial em crise, segundo analistas.

Apesar da crise financeira internacional no terceiro trimestre de 2008 e da sua extensão ao ano de 2009 de forma não uniforme para diversos segmentos da economia brasileira, os setores de ‘celulose e papel’ sofreram impactos limitados,

---

<sup>134</sup> Tomando-se as assertivas de Porto-Gonçalves (2006a), é possível afirmar que a constituição e reprodução do modelo dependente em que se insere o monocultivo arbóreo e a produção de celulose brasileiros, só pode se dar por meio do controle do território, pois “o controle do território coloca-se como fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre crescente por recursos naturais” (p. 287).

<sup>135</sup> Quanto a esse efeito, é importante mencionar que o comércio brasileiro com a China saltou de US\$ 53,6 bilhões em 2010, para US\$ 77,1 bilhões em 2011. O superávit comercial do Brasil com o país asiático no mesmo período foi de US\$ 11 bilhões em 2011, US\$ 6 bilhões a mais que o do ano anterior e, não fosse o “efeito China” no preço das *commodities*, o Brasil teria um déficit de US\$ 25 bilhões no saldo de sua balança comercial. Nesse sentido, um articulista elogia a reafirmação do modelo de desenvolvimento primário-exportador: “As exportações de *commodities* foram as grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico do Brasil nas últimas décadas, isso é um fato. Esse papel de relevo deve continuar, mesmo com a diminuição do ritmo chinês de crescimento previsto para este ano. Não há nada errado em exportar *commodities*, principalmente enquanto o mercado continuar aquecido e for vantajoso para o Brasil” (FERREIRA, 22/05/2012).

estando o pior desempenho relacionado à retração de suas vendas domésticas de papel. No segmento de celulose, a valorização do real e a retração da demanda na Europa e nos Estados Unidos, principais destinos do produto brasileiro, não prejudicaram os volumes exportados, que devem crescer dois dígitos em 2009, *suportados pela demanda chinesa* (BIAZUS; HORA; LEITE, 2010b, p. 119-120. Grifos nossos).

Ora, a combinação de abertura parcial à economia de mercado capitalista com planejamento e intervencionismo estatal do tipo socialista pode ter logrado êxitos formidáveis, quando tomados estritamente do ponto de vista econômico, por anos e até décadas a fio, mas até quando conseguirá sustentar-se perante o cenário aterrador de crise estrutural do capital?<sup>136</sup> Mesmo ferrenhos defensores do atual modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o novo desenvolvimentismo (Ver Capítulo 4), como João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renault Michel (2007), admitem o risco implicado no modelo em função da dependência da demanda chinesa:

A diminuição do ritmo de crescimento da economia chinesa pode implicar a redução do preço das *commodities* já que é a grande importadora mundial desse segmento. O Brasil tem obtido bons resultados comerciais com o exterior porque tem conseguido exportar quantidades consideráveis de *commodities* que estão com seus preços em patamares elevados (p. 528).

As novas condições da economia chinesa, vigentes sobretudo a partir de 2014/2015, são uma prova inquestionável do quanto a previsão dos autores foi acertada. E em conjunto com outros fatores, elas têm rebatido duramente sobre as bases de sustentação do modelo novo-desenvolvimentista e da própria coalizão política no poder.

Entre alguns entusiastas locais dos empreendimentos arbóreo-celulósico também encontramos a consciência do nível de insegurança contido na especialização regressiva da economia brasileira. As palavras do Dr. Galvão, ex-secretário de meio ambiente do Município de Açailândia (MA), prescindem de qualquer complemento ou explicação: “você imagina se a China deixar de comprar minério nosso, imagina! O mesmo ocorre com a celulose: imagina se a China deixar de comprar a nossa celulose!”<sup>137</sup>.

## 2.2. Pilhagem territorial: fundamentos de uma formulação

No vocabulário comum, pilhagem significa roubo, saque, apropriação indevida propiciada pelo uso da força de alguém ou de um grupo ou povo sobre outra pessoa, grupo ou povo. Segundo o

---

<sup>136</sup> O conceito de crise estrutural do capital foi lavrado por Mészáros (2007; 2011) e será detalhado mais adiante, no item 2.3.

<sup>137</sup> Informação verbal. Pesquisa de campo, entrevista realizada em 12/09/2014.

dicionário de língua portuguesa *Silveira Bueno* (2007), dentre outras coisas, “diz-se geralmente do furto praticado pelas tropas que ocupam cidades conquistadas em combate” (p. 597). Ao longo da antiguidade clássica e mesmo durante a Idade Média, essa forma escancarada de pilhagem fez-se muito habitual e era considerada até mesmo um direito dos povos mais fortes sobre os mais débeis. Não obstante sua finalidade explicitamente econômica, a forma de imposição desse tipo de pilhagem era essencialmente política, a dominação direta pela guerra geralmente seguida da anexação imperial e, conseqüentemente, territorial.

A emergência do capitalismo, contudo, não alterou apenas as formas de dominação dos homens entre si, instituindo também uma nova forma de dominação territorial, muito mais sutil, dada pelas relações econômicas entre os países e regiões do globo, a qual, sob a rubrica “imperialismo”, foi e tem sido ainda hoje objeto de longa tradição investigativa por parte de autores marxistas<sup>138</sup>. Por tratar-se de um processo objetivo, em última análise originário dos imperativos sistêmicos do capital, tanto quanto a crítica da exploração a crítica da pilhagem não pode sustentar-se puramente em bases morais (o que, naturalmente, não equivale a dizer que os homens e os países não estejam perseguindo seus interesses ao empreendê-la). Cabe, sobre o assunto, a advertência feita por Carlos Antônio Brandão (2010):

A abordagem histórica exige a análise das ações das facções de classes sociais e seus projetos em disputa, suas possíveis ou reais coalizões e, sobretudo, dos processos, mecanismos e instrumentos (novos ou velhos) que as alianças de classe lançam mão em dada conjuntura histórica particular (p. 44).

Portanto, nem estruturas sem sujeitos, nem sujeitos apartados de estruturas.

Não é novidade alguma, diz Francisco Scarlato (1996), que “o desenvolvimento das técnicas e as mudanças na conjuntura econômica internacional intensificam as formas de apropriação dos recursos naturais dentro e fora dos territórios nacionais” (p. 332). E foi precisamente sobre esse processo que se debruçou o ecólogo alemão Elmar Altvater (1995), formulador da noção de “pilhagem ambiental”, ponto de partida para a conceituação teoricamente elucidativa de nossa argumentação. De maneira sintética, sua tese é colocada nos seguintes termos:

Progresso, modernização e industrialização em determinadas regiões do mundo, relacionam-se a um ganho em termo de ordem, a que corresponde, entretanto, o aumento material e energético da desordem, do caos em outras regiões do mundo (ALTVATER, 1995, p. 57).

---

<sup>138</sup> O precursor dessa tradição foi Marx ([1867] 2013a), nos capítulos que destinou à acumulação primitiva e ao comércio internacional. Sucederam-no Rosa Luxemburgo ([1913] 1985), Nicolai Bukharin ([1916] 1988) e Vladimir Lenin ([1917] 1987), seus mais destacados interlocutores. Mais recentemente, David Harvey (2013) dedicou um livro ao tema (*O novo imperialismo*), o qual adotamos como referência para o presente trabalho.

O autor desenvolve seu raciocínio mostrando como as sociedades industrializadas do mundo rico só puderam alcançar e só poderão manter essa condição, ampliando assim o nível de consumo e o bem-estar de sua população, por meio da pilhagem das “ilhas de sintropia” (equilíbrio) de quadros naturais encontrados alhures, no mundo pobre, aumentando a entropia ecológica (desequilíbrio) neste vasto espaço. E a pilhagem não se dá apenas do lado do abastecimento energético e material, como também no do rejeito, de maneira que os territórios pilhados são, simultaneamente, fontes de recursos naturais e grandes depósitos de material inutilizável, tais como os rejeitos e estéreis oriundos das lavras de mineração, que atingem nascentes, áreas de recarga e de cultivo, áreas de proteção ambiental, terras tradicionalmente ocupadas etc. Conseqüentemente, o modo de desenvolvimento econômico como sinônimo de industrialização perpetua o domínio dos que sempre estiveram no topo, não conduzindo, pois, ao nivelamento mas sim ao crescimento das desigualdades (interna e externamente às regiões e países), donde o autor conclui que o modo de vida industrial fossilista jamais poderá ser universalizado<sup>139</sup>.

Um dos méritos de Altvater, a nosso ver, foi ter demonstrado o quanto os efeitos destrutivos e perversos das sociedades industrializadas expressam-se de maneira geograficamente desigual, num sistema baseado na pilhagem das sociedades não (ou semi) industrializadas, refutando assim qualquer ilusão de desenvolvimento industrial homogeneizante. É importante mencionar ainda que, de certa forma, sua tese expressa em termos ecológicos a tendência estrutural do capital à irracionalidade sistêmica – isto é, irracionalidade da acumulação como um todo, fora dos estreitos limites da lógica empresarial e da contabilidade capitalista – e à destrutividade, aspectos amplamente investigados por Mészáros (2007; 2011).

Essa tendência, contudo, atinge não apenas a dimensão ambiental *strictu sensu*, mas a totalidade da vida humana no sentido mais *lato* do termo. Uma das dimensões mais afetadas (a qual enfocaremos na última parte deste trabalho) é o próprio ser humano, fonte de força de trabalho; a outra, compõe-se de recursos territoriais não propriamente “naturais” – até porque, como veremos a seguir, segundo a perspectiva teórico-metodológica adotada, não faz sentido falar em recursos naturais -, isto é, não “retirados” da natureza intocada e sim da natureza adaptada e socialmente produzida pelo homem (SMITH, 1988). Entre tais recursos e seus usufrutuários, colocam-se ainda algumas condições importantes, dadas pela correlação de forças conformadora dos territórios pilhados.

Ora, não existe relação que não envolva poder (FOUCAULT, 2002) e não existe poder sem território/territorialidade/territorialização. Todavia, há fenômenos sociais para os quais a dimensão territorial é central e constitutiva, como sucede, por suas características intrínsecas (ver Capítulo 1),

---

<sup>139</sup> *Ibidem*.

com a produção arbóreo-celulósica<sup>140</sup>. A tese aqui defendida está diretamente relacionada a tal constatação.

Nos moldes como se configura a produção de celulose hoje, diretamente associados à forma de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e aos processos de concentração/centralização do capital e verticalização da produção, ela só pode alcançar seu objetivo (a acumulação, por meio da apropriação de renda da terra e mais-valor) recorrendo ao domínio vertical e intransigente de um território praticamente contíguo de enormes dimensões - pelo menos 100 mil hectares, valor considerado o mínimo necessário para produzir 1 milhão de ton./ano, isto é, escala mínima recomendada. Esta contiguidade territorial, dada pela proximidade entre fábricas e áreas de plantio, por sua vez, tem a ver com a proporção representada pelo transporte, o segundo maior entre os fatores do custo médio de produção da celulose (BIAZUS; HORA; LEITE, 2010a). Destarte, é importante notar que a produção de celulose, diferentemente de outras mercadorias, requer capital circulante (matérias-primas) que não vem de fora, mas em sua maior parte é proveniente de dentro do próprio complexo agroindustrial.

Por tudo isso, as empresas precisam lançar mão deliberada e sistematicamente de uma estratégia territorial (*modus operandi*) composta por uma série de táticas cujo fim precípua e último é o domínio e a exploração ilimitada de certos recursos presentes e constitutivos desse território.

Embora estratégia e tática sejam termos relativos um ao outro e comumente tomados como sinônimos, há que se compreender as diferenças entre eles para não cair no estéril domínio da imprecisão. Ambos são conceitos oriundos da prática militar com longa inserção no pensamento político moderno. A política, aliás, não pode ser feita sem uma estratégia que traduza em termos práticos seus princípios norteadores e sem táticas para alcançá-la. Dessa maneira, esclarece Henrique Canary (2012, s./p.), “a estratégia é o fim a ser alcançado, o objetivo estabelecido. As táticas são os meios, os caminhos para se chegar a esse fim”. Segundo a tradição leninista, no dizer de um Joseph Stalin (19--), se a estratégia se propõe a vencer a guerra, a tática busca vencer esta ou aquela batalha. Vemos, portanto, que as táticas são menos abrangentes (espacial e temporalmente) e estão sempre subordinadas à estratégia.

Tais motivos nos fazem apostar na potencialidade analítica do conceito de território (e não de ambiente) enquanto categoria mais apropriada para a presente pesquisa, sobretudo, por permitir uma leitura integradora da natureza (enquanto ambiente, no sentido amplo do termo) e do trabalho centrada nas relações de poder inerentes e constitutivas do espaço geográfico, *produto* e *condição* constantemente refeita pelas contradições postas no cerne do sistema de metabolismo social vigente.

---

<sup>140</sup> Amparada por Michael Storper (1994), Pedreira (2008) define a atividade em questão como “de forte conteúdo territorial”.

Novamente reafirmando o primado ontológico do objeto-realidade sobre a teoria (POULANTZAS, 1971; LUKÁCS, 1979), julgamos não ser o caso de empreendermos aqui uma longa digressão epistemológica sobre o conceito de território – objetivo já perseguimos por nós, noutras oportunidades (PERPETUA, 2014a e b), bem como por tantos outros pesquisadores na área de Geografia, sob diferentes enfoques teórico-metodológicos<sup>141</sup>. Não obstante, em tempos de emergência e generalização da (assim chamada) “abordagem territorial” nas ciências humanas e sociais e mesmo em outros domínios, como o das políticas públicas, impõe-se a necessidade de precisar de que território estamos tratando, sob o risco de vulgarização, esvaziamento e perda da funcionalidade do conceito face aos objetivos da presente pesquisa.

Enquanto conceito-chave (CORRÊA, 1995) ou conceito científico de base (ALTHUSSER, 2013) da Geografia<sup>142</sup>, o território, no entendimento aqui assumido, deve ser compreendido como uma *mediação analítica* específica do espaço geográfico (EGLER, 1995; SUERTEGARAY, 2001) – ele mesmo uma mediação da realidade - capaz de trazer para o primeiro plano a dimensão do poder e suas múltiplas manifestações concretas (tensões, disputas, conflitos etc.). Assumir esta conceituação requer uma abordagem relacional, porém, advertimos, não no sentido pós-moderno muito em voga hoje, o qual atomiza a sociedade de classes em indivíduos e singularidades, mas por dentro da tradição dialético-materialista de base marxista (PRADO JUNIOR, 1973; HARVEY, 2012)<sup>143</sup> nucleada pela categoria trabalho (LUKÁCS, 1979; MOREIRA, 2004).

No processo de trabalho, por meio de mediações historicamente constituídas em cada sociedade, o homem realiza o seu intercâmbio produtivo com a natureza exterior, mas não o faz sem lançar mão da teleologia, a capacidade de antecipação dos resultados do trabalho em seu intelecto. E como demonstrou Lukács (1968), nesse processo a teleologia permite ao ser humano adaptar-se ativamente, modificando o mundo sensível ao mesmo tempo em que modifica a si mesmo.

Todavia, o ser humano (que é ser social) está invariavelmente inserido em complexos maiores e, por isso, embora intencionais, suas ações e os respectivos resultados só podem ser entendidos dentro do quadro mais amplo da totalidade social (LUKÁCS, 1979), o que implica considerar as relações forjadas entre os indivíduos. Nesse sentido e de modo geral, o território seria uma fração ou “recorte” de domínio do espaço (MOREIRA, 2007) definido e delimitado por relações de poder

---

<sup>141</sup> Sobre as diferentes abordagens e concepções contidas na emergência do conceito de território e da abordagem territorial na Geografia, ver a obra de Marcos Aurélio Saquet (2007).

<sup>142</sup> Cabe ressaltar, como o faz Harvey (2012), que a Geografia não possui nenhum direito de propriedade sobre os “conceitos espaciais” (espaço, região, território, lugar, paisagem etc.).

<sup>143</sup> Segundo Harvey (2012), “[...] é impossível compreender a economia política marxista sem adotar uma perspectiva relacional” (p. 14). Ainda assim, o autor assinala a ausência de debates sobre o assunto na tradição marxista, muito embora o pensamento de Marx seja essencialmente relacional (veja-se, por exemplo, a categoria “valor”).

engendradas pelos sujeitos sociais (dentro ou fora de suas instituições) no funcionamento do metabolismo social ativado pelo trabalho, esteio sobre o qual se edificam todas as outras dimensões da vida social (LUKÁCS, 1979).

No movimento ininterrupto de reprodução das condições materiais e imateriais de existência, o território entra como objeto de produção (campos de cultivo, matérias-primas e fontes de energia) e meio de produção (capital fixo), mas também é *locos* da circulação, da troca, do consumo e, não se deve olvidar, do descarte (PORTO-GONÇALVES, 2006a). Também não é fora dele que se encontram todas as outras dimensões da vida humana, a reprodução (material e simbólica) dos seres humanos, sua atuação política, vida cotidiana, aprendizados formais e informais, ritos, festas e cultos. A cada forma social corresponde uma forma territorial e uma maneira determinada de constituir e manter territórios, isto é, uma dada territorialidade. Diferentes formas de intercâmbio metabólico entre os homens e sua natureza exterior e interior consubstanciam territorialidades diferentes e, por vezes, absolutamente antagônicas entre si. Surge daí uma situação de conflito insolúvel, pois contraditória desde a raiz, dentro dos tacanhos limites da lógica capitalista.

Assim, numa sociedade de classes como a capitalista, o conceito de território deve trazer à tona e tornar teoricamente inteligível a dimensão espacial das disputas e conflitos entre diferentes metabolismos sociais, classes e frações de classe, com seus projetos e visões de mundo contrapostos. E isso requer considerarmos os diferentes significados e formas de uso dos recursos presentes e constitutivos dos territórios.

Com efeito, a construção de uma abordagem focada nos recursos territoriais exige discutirmos a questão da dicotomia historicamente presente no tratamento das categorias natureza e sociedade, território e trabalho, clivadas desde os albores das ciências humanas e sociais, pois herdeiras do racionalismo cartesiano e contaminadas com o positivismo lógico<sup>144</sup>. Caso *sui generis* entre todas as ciências, a Geografia foi a única a negar-se à especialização em conhecimento do homem ou conhecimento da natureza, assumindo para si a tarefa de compreender a interface entre essas duas dimensões indissociáveis da realidade (SUERTEGARAY, 2001)<sup>145</sup>. Como se sabe, a despeito dos intentos o resultado nunca foi a superação completa da dicotomia original.

Mesmo numa abordagem dialético-materialista da questão, os resquícios da ruptura parecem fazer parte das fibras com as quais, involuntariamente, foram tecidas as principais contribuições ao

---

<sup>144</sup> Porto-Gonçalves (2006a) localiza as raízes mais profundas dessas dicotomias na filosofia clássica grega, mais particularmente na divisão entre física (o estudo da *Physis*) e metafísica (o estudo do que transcende a *Physis*), isto é, na divisão binária entre corpo e mente, ideia e matéria promovida por Platão e Aristóteles e reiterada pelo pensamento judaico-cristão e pelo racionalismo cartesiano do século XVII.

<sup>145</sup> Uma importante ressalva deve ser feita quanto a essa afirmação: o método filosófico e a ciência histórica de Marx já haviam rechaçado energicamente tal dualismo, muito antes que qualquer ciência específica o fizesse (LUKÁCS, 1979; QUAINI, 1979).



pensamento crítico. Tanto que, como observam Brett Clark e John Bellamy Foster (2011), o movimento de renovação do pensamento marxista experimentado nas últimas décadas percorre duas rotas distintas (mas mutuamente implicadas), por meio da retomada do argumento de Marx sobre o metabolismo social e ecológico: “a análise do capital como um sistema historicamente específico de reprodução sociometabólica” e “a noção de Marx de uma ‘falha metabólica’ na relação entre a natureza e a sociedade” (p. 118), elemento decisivo para a constituição de uma “ecologia marxista”<sup>146</sup>. Como produto dos novos estudos, cada vez mais fica perceptível que a busca pela compreensão da ordem social vigente, além de considerar a contradição estruturante entre capital e trabalho, não pode olvidar uma segunda e não menos importante contradição, entre capital e natureza (GALAFASSI, 2012).

Mas em que consiste o que estamos chamando de recurso territorial? Essa expressão não foi cunhada no âmbito deste estudo. A tradição da Geografia econômica e da Economia espacial clássicas fez dela equivalente aos (assim chamados) recursos naturais. Atualmente, comparece amiúde em contextos diversos e por vezes com sentidos absolutamente contrastantes. O que para alguns designa o patrimônio material indispensável para a manutenção da vida dos seres humanos, especialmente dos povos originários e comunidades tradicionais atualmente expropriados pelo grande capital mundializado (ALMEIDA, 2004; 2010; GARZON, 2010; ACSELRAD; BEZERRA, 2010), para outros, refere-se aos ativos dinâmicos cujo desenvolvimento é próprio de um território específico, os quais lhe asseguram competitividade (PORTER, 1999), ou ainda, às virtualidades que nascem de processos cognitivos interativos e coletivos fortemente ancoradas num dado território (BENKO; PECQUEUR, 2001).

Debruçando-se sobre o assunto, Raffestin (1993) estabelece a distinção entre “recurso” e “matéria”, muito relevante para nós. “A matéria”, esclarece o autor,

é um dado puro, na exata medida em que resulta de forças naturais que agiram ao longo da história da terra sem nenhuma participação ou intervenção do homem. A matéria não é, de início, a consequência de uma prática, mas é oferecida à prática e, desde então, se torna um vasto campo de possibilidades (p. 223).

A matéria é concebida assim como um conjunto de possibilidade sobre as quais o homem, munido de sua técnica, agirá. O recurso, por seu turno, é o resultado da ação do trabalho num dado contexto histórico e geográfico; é, por assim dizer, “o produto de uma relação”<sup>147</sup>. Nessa perspectiva, não existe recurso natural, mas tão somente matéria natural, pois todo recurso é social por definição. E note-se que o conceito de natureza em Marx, segundo Quaini (1979), não se restringe à “natureza pura”, anterior à intervenção humana, mas identifica-se com a “realidade em seu conjunto” (p. 44).

---

<sup>146</sup> Os próprios autores (CLARK; FOSTER, 2011), assim como O'Connor (1998), Foster (2005) e Löwy (2011) são alguns dos principais expoentes dessa vertente.

<sup>147</sup> *Ibid.* p. 225.

Portanto, para Marx não faria nenhum sentido distinguir entre uma natureza “natural” e outra “social” (ou entre primeira e segunda natureza), até mesmo porque, no dizer de Harvey (2011), “há pouco na superfície do planeta que possa ser imaginado como uma natureza intocada, ausente de qualquer alteração humana” (p. 75).

Neil Smith (1988) dedicou-se ao mesmo tema com fôlego, propondo o conceito de “produção da natureza”, definido como o resultado da intervenção criadora de um ambiente e de uma paisagem que por toda parte revelam os traços da sociabilidade humana e do trabalho. Sendo a espécie humana uma parte (auto)consciente da totalidade da natureza, que guarda com ela uma relação de *codeterminação recíproca*, e porquanto a esfera social seja uma das esferas (junto da inorgânica e da orgânica) que a compõem (LUKÁCS, 1968), só faz sentido falar em natureza interior e natureza exterior ao homem (MÉSZÁROS, 2006).

Recurso territorial, no sentido aqui empregado, é tudo aquilo que existe num dado território cuja posse e uso possuem papel fundamental na reprodução das relações sociometabólicas nele estabelecidas, sejam elas capitalistas ou não capitalistas, propiciando solucionar o problema basilar da existência continuada (ou reprodução) da sociedade nos mesmos moldes. Os recursos territoriais não são dados *a priori*, isto é, não possuem valor e utilidade em si mesmos; tais características lhes são relegadas pelas e nas diferentes relações de intercâmbio entre a(s) sociedade(s) e a natureza, num dado momento e num certo lugar. Uma mesma matéria pode assumir a forma de diferentes recursos, a depender da forma social que dela se apropria, assim como pode ser um recurso valioso para uma e não ter validade alguma para outras.

Algumas delas, contudo, embora assumam significações e utilidades completamente díspares entre distintas formas de intercâmbio sociometabólico, são igualmente imprescindíveis, tornando-se objeto de disputa e causa de conflitos territoriais.

### **2.3. A pilhagem territorial promovida pelo capital arbóreo-celulósico nas áreas de expansão recente**

Para cumprir seu objetivo, o capital arbóreo-celulósico adota uma série de táticas voltadas para a apropriação e o uso privado de alguns recursos territoriais indispensáveis à sua lógica de reprodução ampliada. Por ser o padrão locacional da indústria de celulose ditado não pela proximidade do mercado, mas pela proximidade das fontes de matéria-prima (BNDES, 1997; BIAZUS; HORA; LEITE, 2010b), a existência e disponibilidade desses recursos faz deles condicionantes locais e fatores locacionais dos empreendimentos, quase sempre presentes nos discursos dos sujeitos sociais envolvidos com a elaboração e execução dos projetos.

Entre eles, há os que dependem muito pouco da intervenção humana, como, por exemplo, as condições geomorfológicas e edafoclimáticas (tipo e composição química dos solos, tipo de clima predominante, disponibilidade hídrica, níveis de radiação solar etc.) importantíssimas para o cultivo das espécies de eucalipto, em geral clonadas, dentro dos atuais padrões de homogeneidade e maturação requeridos pela indústria de celulose. Acerca da importância estratégica deste recurso, o diretor de indústria e comércio Diógenes Marques comenta que

a tomada de decisão dela [da Fibria] para vir pra cá pra Três Lagoas foi a questão do tempo de corte do eucalipto. Enquanto em outras regiões demoravam quinze, dezessete anos, aqui eles podem ser cortados com sete anos, com apenas sete anos você já corta<sup>148</sup>.

Porém, as condições geomorfológicas e edafoclimáticas só podem cumprir seu papel se a terra, entendida como solo e base para o plantio arbóreo, não apenas existir, mas puder ser apropriada nas proporções demandadas pelas empresas.

Qual é a base da matéria-prima da celulose? Madeira! E para ter madeira você precisa de abundância de terras disponíveis, terras não produtivas ou só focadas na pecuária, como as que nós tínhamos aqui em Mato Grosso do Sul<sup>149</sup>.

Rodrigo, supervisor da área de silvicultura (termo utilizado pela empresa) da Eldorado Brasil, corrobora tal informação.

Um fator importante pra expansão aqui no Mato Grosso do Sul é a disponibilidade de terras, diferente do que acontece no Espírito Santo, na Bahia, no Rio Grande do Sul e em outros lugares já saturados, onde você não pode mais plantar. Aqui tem terra e ainda incentivo do Governo [estadual] pra silvicultura<sup>150</sup>.

Sob o olhar unidimensional e utilitarista das grandes empresas, porém, não basta haver terra adequada e disponível; ela precisa igualmente ser mais barata que em outras regiões de agricultura já consolidada, de modo a ampliar a apropriação da renda da terra diferencial. Não por acaso, o fator preponderante para a deslocalização de unidades fabris produtoras de celulose, segundo analistas do setor, é a elevação do preço da terra no Centro-Sul e a possibilidade de adquirir terras a preços mais baixos noutras regiões (FOLHA DE SÃO PAULO, 20/11/2011).

No mesmo sentido, a inexistência de outros monocultivos nas regiões receptoras dos megaempreendimentos parece ser condição essencial, tanto para a disponibilidade, quanto para o baixo preço da terra. Como parte do seu audacioso plano expansionista (Projeto 2024), a Suzano Papel e Celulose encomendou EIA/RIMA à consultoria STCP Engenharia de Projetos Ltda., a fim de obter autorização para iniciar a execução de um dos seus projetos, no leste Maranhense. As conclusões do

---

<sup>148</sup> Informação verbal. Pesquisa de campo, entrevista realizada em 16/12/2014.

<sup>149</sup> Idem.

<sup>150</sup> Informação verbal. Pesquisa de campo, entrevista realizada em 16/12/2014.

estudo apontam a região de Timon (MA) como a mais apropriada para tal finalidade, quando comparada com Quirinópolis (GO), e são bastante elucidativas.

Com base nos estudos desenvolvidos, o estado de Goiás constitui uma alternativa para a instalação do Projeto Florestal. Porém, comparativamente à de Região de Timon, apresenta como limitantes o fato de que a microrregião de Quirinópolis, desde 2005 vem apresentando desenvolvimento acelerado, principalmente pela implantação do sistema sucroalcooleiro. *A disponibilidade de terras viu-se reduzida com a implantação de canaviais. Além disso, o valor da terra se tornou elevado - U\$ 1.750,00 por hectare - e, por conseguinte, o valor total da implantação do Projeto Florestal se elevaria a inviáveis U\$ 885,1 milhões (STCP, 2010 apud RIBEIRO JUNIOR, 2014, p. 176. Grifos nossos).*

Ao lado da terra, outro recurso revela ter peso equivalente nas estratégias do grande capital: a água. Aliás, para o monocultivo do eucalipto e a produção industrial de celulose, a terra, enquanto área e base de cultivo, por si só é inútil se não houver grandes mananciais em seu subsolo ou margeando-a. Pois, enquanto recurso *sine qua non*, a água em grande quantidade assume três finalidades diferentes e complementares para o processo produtivo.

Primeiramente, a água é necessária para o desenvolvimento das árvores de rápido crescimento plantadas aos milhões nos arredores de cada fábrica (MARACCI, 2011). Em segundo lugar, ela é imprescindível para o processamento industrial com vistas à extração e ao branqueamento da celulose a partir dos cavacos de madeira. Bachetta (2008) estima que, para a fabricação de 1 tonelada de celulose, são necessárias 31 toneladas de água. Seguindo o mesmo raciocínio, para 1,5 milhão de ton./ano, a capacidade produtiva da maioria das novas fábricas, são necessárias 46,5 milhões de ton./ano de água doce. Segundo os dados fornecidos por outro pesquisador (FOEKEL, 2007 apud MARACCI, 2011), atualmente, a relação é de 25 a 40m<sup>3</sup> de água para cada tonelada seca ao ar (ADT, na sigla em inglês). Alguns autores, como o próprio Bachetta (2008), afirmam ser a produção de celulose o ramo industrial que mais consome água no mundo, embora esse não seja um consenso na literatura consultada. Ainda assim, alerta Maracci (2011), devemos ficar atentos para o fato de que “a produção da celulose branqueada [...] demanda em seu processo de produção a utilização de recursos hídricos em quantidades particularmente insustentáveis” (p. 81). “O porquê disso”, conforme Foekel (2007 apud MARACCI, 2011), “é fácil de entender: quanto mais água se usa no processo, mais fácil fica a eliminação de contaminantes indesejáveis que causam cor na celulose e incrustações no processo” (p. 85).

Em terceiro e último lugar, constituída por processo contínuo, no interior do qual a água é o principal meio para o transporte da matéria vegetal processada, a indústria de celulose gera quantidades exorbitantes de efluentes industriais que, embora tratados, precisam ser devolvidos aos cursos d'água. Nesse sentido, do ponto de vista ambiental, comenta o Dr. Galvão (além de representante do Poder Público de Açailândia, ex-funcionário da CENIBRA):

a celulose é altamente impactante, tanto que ela precisa de um rio, tem que ter um grande manancial de água pra suportar [a quantidade de efluentes], em qualquer lugar, lá no Paraná ou no Rio Grande do Sul tem que ter; em Belo Oriente tem que ter, a Aracruz tem que ter - lá no Espírito Santo tem um rio, que é o Rio Doce, que está altamente poluído, muito poluído mesmo<sup>151</sup>.

Eis um fato importante, destacado pelo entrevistado: todas as fábricas presentes nas nossas áreas de estudo, como qualquer outra em qualquer outra região do Brasil, estão encravadas às margens de grandes rios: Veracel, no Rio Jequitinhonha, Fibria e Eldorado Brasil, no Rio Paraná e Suzano no Rio Tocantins (ver figuras 7, 9 e 11).

Esses são os motivos que, em nossa opinião, fazem do monocultivo arbóreo consorciado à agroindústria de celulose uma manifestação particular do agrohidronegócio brasileiro, colocado no centro de disputas territoriais não só pelo acesso à terra, como pela água, em suas mais variadas formas (THOMAZ JUNIOR, 2010).

Além das condições geomorfológicas e edafoclimáticas, da disponibilidade e baixo preço da terra e dos recursos hídricos abundantes, há recursos territoriais que são resultado da intervenção humana direta, do mesmo modo elementares para a viabilização dos megaempreendimentos da celulose. Um deles, como já visto no primeiro capítulo, é a preexistência de maciços monoculturais de eucalipto, em geral formados há décadas em função das condições extremamente favoráveis para esse tipo de atividade oportunizadas pelas medidas governamentais (ver Capítulo 3). Para o promotor Jadilson Cirqueira, do Ministério Público de Imperatriz, “um dos grandes atrativos [para a Suzano] foi justamente este: adquirir toda essa área, muita área plantada com eucalipto e com grande área em outros locais”<sup>152</sup>. Seguindo a mesma explicação, Dr. Galvão afirma que “[Estes maciços] ficaram muito tempo sem destinação, ficou uns dez anos sem saber o que fazer. Não era usado pra nada, nem pra carvão, pra nada. Hoje já tem um destino, que é a produção de celulose”, mesmo porque, assevera o entrevistado, “a Suzano é uma empresa como outra qualquer, que visa o lucro; ela não está aqui para fazer gracinha pra ninguém, está aqui para explorar essa ‘floresta’ enorme que está aí”.

As informações e os comentários dos entrevistados foram validados pela própria representante da empresa.

Nós tínhamos as condições naturais para o plantio e ainda tinha as áreas já plantadas que a Vale tinha colocado no mercado para comercialização [...]. Se tinha área disponível e poderia se trabalhar, também no Piauí, também no Tocantins, então havia essa disponibilidade de se conseguir as áreas suficientes para abastecer a fábrica<sup>153</sup>.

---

<sup>151</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 15/09/2014.

<sup>152</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 10/09/2014.

<sup>153</sup> Solange (Diretora de responsabilidade social da Suzano). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 17/09/2014.

Tal como no Maranhão, o mesmo constatamos nos depoimentos dos entrevistados na Bahia e em Mato Grosso do Sul.

Outro aspecto comum às regiões estudadas e tratado como recurso territorial pelas empresas é a existência de infraestrutura de transportes multimodal, capaz de propiciar o escoamento rápido e barato da celulose produzida até os principais portos, de onde é exportada. Cabe novamente salientar que os custos com transporte ocupam o segundo lugar no computo dos custos totais da indústria de celulose, atrás apenas da madeira (BIAZUS; HORA; LEITE, 2010a).

Na Bahia, a Veracel tem à sua disposição a Rodovia Federal BR-101, por onde pode levar seu produto até o terminal portuário especializado Portucel, localizado no Município de Aracruz (Norte do Espírito Santo), além de ter sua fábrica localizada a poucos quilômetros do Oceano Atlântico, onde há barcas disponíveis para a mesma finalidade. Em Mato Grosso do Sul, Fibria e Eldorado Brasil podem escolher entre utilizar a Ferrovia Novoeste, que corta o estado e segue até Bauru (SP), de onde é possível acessar os trilhos que levam até o Porto de Santos (SP); a Rodovia SP-300 ou a Hidrovia Tietê-Paraná. A facilidade de escoamento dada pela diversidade dos modais, na opinião do diretor de indústria e comércio,

é um dos pontos [pelos quais] a indústria de celulose escolheu Três Lagoas: pelo ‘mix modal’, e isso se alia à localização geográfica. Nós vemos que isso é um ponto estratégico, você ter facilidade de escoamento do seu produto, seja ele qual for. [Tem rodovia de] pista dupla daqui até Santo [SP] ou daqui até o Rio [de Janeiro-RJ], pelo modal rodoviário, pelo modal aeroviário, hidroviário e ferroviário também<sup>154</sup>.

Em Imperatriz, estão à disposição da Suzano as rodovias BR-010, BR-228, MA-122, MA-125, MA-138, MA-280 e MA-338, e as ferrovias Norte-Sul e Estrada de Ferro Carajás (EFC). Segundo a representante da empresa, um dos fatores da escolha locacional da região pela Suzano, em detrimento de outras igualmente estudadas, “é que aqui nós tínhamos todas as condições de transporte (terrestre, rodoviário, ferrovias) [...] [Então] a questão dos transportes pesou muito, até por conta do Porto de Itaqui, já que há esta intenção de se exportar”<sup>155</sup>.

Tão ou mais importante que todos os recursos territoriais destacados na escolha das regiões para implementação dos empreendimentos tem sido a disposição prévia e intervenção direta do Estado, nos níveis estadual e municipal, na retirada de quaisquer obstáculos, no oferecimento de incentivos fiscais, subsídios e doações, reduzindo despesas regulares e garantindo os fantásticos lucros das empresas, bem como na dotação de infraestrutura necessária e na indução planejada de suas atividades. Devido à sua especificidade e relevância, este assunto será tratado em capítulo específico (Capítulo 4) deste trabalho.

---

<sup>154</sup> Diógenes Marques. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

<sup>155</sup> Solange. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 17/09/2014.

De uma forma ou de outra, a importância das condições geomorfológicas e edafoclimáticas, do baixo preço da terra, da disponibilidade dos recursos hídricos, dos maciços madeireiros e da infraestrutura de transportes, aqui analisados enquanto recursos territoriais, é explicitada também nos documentos oficiais e nos relatórios das empresas, obviamente sob ponto de vista oposto. Porém, muito pouco se fala a respeito do papel representado pela existência de mão de obra barata, profissionalmente treinada (ou treinável) e pouco organizada.

Por mais que se esforce para fazer crer no contrário, para o capital, a pessoa do trabalhador só tem valor enquanto portadora e vendedora de força de trabalho e, nesse sentido, é um recurso territorial como qualquer outro – muito embora seja, como sabemos, *a fonte de toda riqueza*, juntamente com sua natureza exterior (MARX, 2013a e b). E mais: é um dos recursos cuja existência no local, em quantidade e nas condições requeridas pela produção, é peça fundamental da engrenagem da acumulação (HARVEY, 2011). Devido à sua centralidade nesta investigação, voltaremos e aprofundaremos este ponto na Parte III (Capítulo 6).

A simples existência dos recursos territoriais mencionados *per se* não é capaz de assegurar sua “escolha” para nenhuma das inversões em apreço. Na realidade, ela deve vir acompanhada de um leque de condições específicas determinantes nas escolhas locacionais das empresas. A estrutura fundiária concentrada, materializada pela predominância de grandes propriedades ao invés de pequenas, por exemplo, aparece como uma condição importante para a viabilização dos projetos de monocultivo, uma vez que estes necessitam de áreas o mais contíguas possível, de modo a facilitar a execução das etapas de plantios, manejo, corte e transporte das toras, barateando ao máximo os custos com transporte<sup>156</sup>.

Endossando essa informação, um representante da CPT de Araguaína (TO) vai mais além, afirmando que as empresas de eucalipto/celulose estão realizando um “jogo” entre si, o qual consiste

[...] em escolher uma determinada região com situação geográfica e fundiária semelhante, o bioma cerrado que possibilita o plantio de eucalipto sem altos custos e locais onde a concentração fundiária é predominante, onde há muitos agricultores com situação fundiária de posse e baixo nível de organização entre si (MIQCB, 2012/2013, p. 22).

Como se vê, outra condição de grande relevância constatada e também identificada no estudo conduzido por Asevedo (2013), para o caso da expansão dos agronegócios nas microrregiões de Três Lagoas (MS) e Tangará da Serra (MT), é a ausência de enfrentamentos sociais significativos aos projetos. Isso porque, na luta pela conquista e controle efetivo do território, a fragmentação da resistência em pequenos focos, ou até mesmo em parcelas individuais (camponeses, povos originários

---

<sup>156</sup> Informação verbal, pesquisas de campo em Eunápolis, Imperatriz e Três Lagoas.

e tradicionais, trabalhadores e moradores da cidade não organizados, por exemplo) coloca-se como um trunfo para o êxito das empresas. E a recíproca é verdadeira. Onde há movimentos populares, sindicatos, associações e outras organizações civis combativas questionando os projetos, realizando manifestações e outras ações de enfrentamento, essas se tornam empecilho para o capital, podendo inclusive influenciar nas escolhas locacionais dos novos projetos.

Retomando novamente, a título de exemplo, o estudo de viabilidade feito pela STCP Engenharia, nota-se a explicitação dessa condição, porém sob o eufemismo “risco social”. Nas palavras dos autores do documento, “[em Goiás] ainda foram levantados problemas de conflitos sociais, principalmente com o MST no Sudoeste do Estado (Jataí- São Simão), com assentamento ao longo da BR 364” (STCP, 2010 *apud* RIBEIRO JUNIOR, 2014, p. 176). Em 2009, prestando serviço ao Governo de Mato Grosso do Sul na elaboração do *Plano Estadual de Florestas – PEF/MS* (STCP, 2009), a mesma consultoria indicou a “presença do MST” como um dos “pontos fracos” para a livre expansão do monocultivo do eucalipto nas planuras sul-mato-grossenses.

Conforme Asevedo (2013),

No caso da Microrregião de Três Lagoas, mencionamos [como fator de atração] a ausência de lutas sociais representativas, os movimentos sociais, sindicatos rurais, partidos políticos etc. não atuam de forma incisiva acirrando, dessa forma, os conflitos, o que impactaria os negócios, como aconteceu no Estado do Espírito Santo (p. 105).

Também para o Padre José, pároco no povoado de Alto Brasil (MA) e representante da CPT, “o principal problema é que nós não temos movimentos sociais organizados, não temos uma base popular organizada para levantar os questionamentos; nós não temos sindicatos fortes nesses municípios que estão todos invadidos pelo eucalipto”<sup>157</sup>.

Se por um lado, o alto nível de organização da sociedade civil local é encarado como ponto fraco, risco social ou fator restritivo pelas empresas, por outro, a grande expectativa da população local em torno dos benefícios os quais, supostamente, os empreendimentos trarão - insuflada, obviamente, pelas características de desigualdade social e marginalização econômica regional historicamente consolidadas nas três áreas de estudo - joga papel de suma relevância como condição facilitadora e extremamente favorável às estratégias empresariais, como veremos mais adiante (Capítulo 6).

Por fim, cabe destacar o peso considerável de elementos jurídico-formais, como a legislação ambiental brasileira e as certificações internacionais, sobretudo os selos de sustentabilidade socioambiental e de segurança no trabalho (ISO 14001, NBR-Cerflor, FSC, OHSAS 18001,

---

<sup>157</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 11/09/2014.



principalmente), na conformação e adequação das estratégias territoriais das empresas, com rebatimentos evidentes também na elaboração de seus enunciados discursivos. Sobre o primeiro ponto, importa notar que não são poucas as ocasiões em que, ao cumprirem determinações legais ordinárias e expressas (como a adequação dos projetos às características sócio históricas, antropológico-culturais e ambientais das regiões afetadas ou o pagamento de compensação ambiental<sup>158</sup>) as empresas agem e dão publicidade às suas ações como se tudo se passasse no plano das suas boas e voluntárias intenções.

E mais, segundo o Dr. Jadilson Cirqueira, procuram manter relacionamento amistoso com os órgãos públicos competentes, de modo a antecipar quaisquer problemas futuros. “Eles mantêm a estrutura deles de jornalismo, de assistência; tudo o que chega aqui [no MP] de denúncias, as eventuais denúncias, imediatamente eles são acionados e se prontificam. Não tenho do que reclamar sobre esse aspecto não”<sup>159</sup>. Tudo isso ajuda a fortalecer o consenso em torno da responsabilidade e sustentabilidade promovida por suas atividades junto à população local, encobrindo verdades impudicas sobre o seu *modus operandi* e objetivos principais.

Quanto à prática da certificação, seus próprios defensores reconhecem que sua necessidade advém do simples fato de que a produção de *commodities* agrícolas tem sido “frequentemente relacionada à degradação dos recursos naturais (água, solo, biodiversidade), à deterioração das relações trabalhistas e ao desrespeito aos direitos humanos [...]” (PINTO; PRADA, 2008, p. 21). Quando procuramos uma definição conceitual, no entanto, deparamo-nos com uma contradição entre termos: se de um lado ela é entendida como um instrumento capaz de promover mudanças qualitativas em direção à sustentabilidade geneticamente associado à preocupação com as gerações futuras e a preservação do planeta, de outro, é possível defini-la como um esforço voluntário de diferenciação de produtos por parte do setor empresarial preocupado com a concorrência e a desigualdade inerentes ao comércio internacional<sup>160</sup>.

Overbeek, Kröger e Gerber (2012) não deixam sombra de dúvida quanto à verdadeira intenção por trás da estratégia da certificação, vaticinando que, ao invés de prezar verdadeiramente pela

---

<sup>158</sup> A compensação ambiental está prevista no artigo 36 da Lei nº 9.985/2000 e, segundo o ICMBio, deve ser vista como “um instrumento da política pública que, intervindo junto aos agentes econômicos, proporciona a incorporação dos custos sociais e ambientais da degradação gerada por determinados empreendimentos, em seus custos globais”. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/compensacao-ambiental.html>> (Acesso em 09/03/3015).

<sup>159</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 10/09/2014.

<sup>160</sup> *Ibidem*. Grosso modo, as certificações podem focar o desempenho ou os procedimentos adotados num determinado processo produtivo/produto. As certificações de natureza socioambiental enquadram-se no primeiro grupo, podendo ser subdivididas em certificação de produção (avaliam a produção em si) ou certificação de cadeia de custódia (avaliam todo o processo, desde a produção da matéria-prima até o produto final).

sustentabilidade, “a certificação foi transformada em um mecanismo que permite que as empresas façam ‘maquiagem verde’ sobre práticas insustentáveis” (p. 88). E todo esse esforço publicitário e formalista tem sido largamente recompensado, pois como disse Hanna Arendt (1998), “o pensamento político baseia-se, em essência, na capacidade de formação de opinião” (p. 30).

Muito mais do que mero objeto publicitário, entretanto, o cumprimento da legislação e a estratégia de certificação estão em fina sintonia com as exigências impostas pelos mercados consumidores do Norte (Ásia, Europa e América do Norte). No dizer do promotor Jadilson Cirqueira, “eles [a Suzano] estão todos licenciados, [porque] trabalham com exportação, não podem ficar sem licença”, e noutro trecho, “[A Suzano] é uma empresa de renome, trabalha com exportação, então não é possível que vão fazer qualquer atividade sem documentar, porque o europeu não quer ‘matéria padre’, ele quer coisa licenciada e certificada”<sup>161</sup>. No mesmo sentido, Asevedo (2013) assevera que, analisando a verdadeira atuação das corporações do segmento estudado na região de Três Lagoas, as certificações socioambientais aparecem como “estratégias empresariais que visam dissimular os reais acontecimentos e assegurar a produção e acumulação de capital” (p. 190).

Um último condicionante a ser citado, a princípio potencializador da estratégia territorial das empresas, é a extensão das áreas de monocultivo, as quais abrangem sempre vários municípios e até mesmo estados diferentes, influenciando assim os processos de licenciamento e a posterior fiscalização, devido à sobreposição de competências e às diferenças inerentes aos governos municipais e estaduais.

Tendo em mente os recursos territoriais visados e os condicionantes necessários ao seu usufruto, dentro dos moldes do setor - os quais, reiteramos, são indispensáveis à forma de reprodução metabólica do capital arbóreo-celulósico - cabe às corporações recorrer a uma estratégia, isto é, uma engenhosa combinação de ações pensada na perspectiva macro e de longo prazo cuja finalidade é o domínio continuado do território. Para que logrem êxito nesta missão, devem implementar cotidiana, deliberada e sistematicamente um conjunto tácito de táticas que consubstanciam um *modus operandi* característico, o qual se revelou objeto fundamental no momento da investigação empírica.

Outrossim, é mister constar, a pesquisa bibliográfica, documental e especialmente a pesquisa de campo, permitem-nos afirmar que as estratégias adotadas pelas diferentes empresas variam muito pouco entre si e, quando isso ocorre, é mais por necessidade de adequação às particularidades regionais que propriamente por aspectos como a estrutura e a cultura organizacional. Destarte, selecionamos as evidências mais representativas para a análise nos três casos, porém sem impor-nos o desnecessário

---

<sup>161</sup> Idem.

rigor da comparação exaustiva entre eles, até porque algumas empresas estão sob o controle do mesmo grupo empresarial (Fibria e Veracel).

Encarnada na estrutura organizacional das empresas, o conjunto de táticas que compõem a estratégia territorial ganha substância, é aplicado e avaliado por divisões específicas denominadas “departamentos de meio ambiente” e “responsabilidade social”, cujo foco, respectivamente, segundo a representante da Suzano, é “o aspecto de proteção, de licenciamento, destes cuidados todos com a questão ambiental” e “o relacionamento com a população que reside no entorno dessas propriedades [compradas ou arrendadas pela empresa]”<sup>162</sup>. No tocante à responsabilidade social, a entrevistada revela que algumas ações específicas são transformadas em programas maiores e projetos mais verticalizados de intervenção junto às comunidades.

Para entendermos a existência e o papel destes organismos internos nas corporações cuja atuação é objeto deste estudo, será necessário recorrermos muito brevemente à literatura disponível sobre o tema em outras áreas do conhecimento.

“Responsabilidade Social Empresarial” (RSE), “Responsabilidade Social Corporativa” (RSC), ou ainda, “Cidadania Empresarial”, são termos semelhantes muito em voga e amplamente discutidos hoje no mundo dos negócios e em sua manifestação acadêmica, os campos da administração de empresas, gestão empresarial e correlatos.

A princípio, a RSE é apresentada como um conjunto de práticas fundadas sobre a ideia de que a empresa deve ter um papel muito maior a cumprir que tão somente maximizar seus lucros e a riqueza de seus acionistas, devendo responder também pelo bem-estar dos funcionários, consumidores e da própria comunidade na qual se insere (RIBEIRO, 1993). Ou, dito de outro modo, de que a empresa está inserida num contexto mais amplo e, por isso, precisa arcar com uma série de responsabilidades com as quais se encontra investida (preservação do meio ambiente, qualidade intrínseca dos seus produtos e consequências de sua utilização, efeitos diretos de suas atividades sobre o bem-estar da comunidade, entre outros) (GONÇALVES, 1984). Tratar-se-ia, assim, de uma tomada de consciência e de um compromisso ético legítimo voluntariamente assumido pela vanguarda dos negócios, frente aos desafios do mundo atual.

Essa nova postura e o pensamento que lhe dão sustentação têm seus primeiros rudimentos nas ações de filantropia com motivação religiosa praticadas nos EUA, durante o final do século XIX e início do século XX, no bojo do crescimento e da disseminação das mazelas socioambientais promovidas pelo processo de industrialização e, conseqüentemente, de urbanização crescentes naquele país (DUPAS, 2005 *apud* XAVIER; MARANHÃO, 2010). Diferentemente do que acontece

---

<sup>162</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 17/09/2014.

hoje, todavia, naquele período a filantropia era praticada por empresários e suas fundações particulares, e não por empresas, orientando-se por princípios e valores paternalistas (FARIA; SAUERBROWNN, 2008; XAVIER; MARANHÃO, 2010).

Mais recentemente, particularmente a partir dos anos 1980, em meio ao contexto neoliberal de ataques ao *Welfare State*, às privatizações e à desregulação dos mercados, ao crescimento do tamanho e do poder das transnacionais e às crescentes manifestações de indignação oriundas da sociedade civil (FARIA; SAUERBROWNN, 2008), assistimos ao fortalecimento e a modificação do papel da RSE. A análise desse componente histórico é fundamental para a crítica da responsabilidade social ou socioambiental, pois evidencia suas verdadeiras razões enquanto fenômeno social e elemento estratégico na atuação das grandes empresas.

Nesse sentido, em primeiro lugar, devemos recordar que, por sua própria natureza autoexpansiva e incontrolável, o capital é guiado por um único princípio legítimo: a geração de lucro. Eis um ponto pacífico não apenas entre os críticos da sociedade capitalista: até mesmo entre os seus maiores defensores há quem, num rompante de rara sinceridade, reconheça tal fato e esteja disposto a revelar o caráter falacioso e ideológico da RSE, asseverando categoricamente que “a essência da empresa livre é se dirigir rumo ao lucro por qualquer caminho que seja consistente com sua própria sobrevivência em um sistema econômico” (LEVITT, 1958 *apud* BITTENCOURT; CARRIERI, 2005, p. 12).

Isso posto, não sejamos ingênuos, em hipótese alguma qualquer empresa irá promover ações que comprometam seus resultados em função de valores éticos. E mais: como são organizações regidas pelo princípio da rentabilidade, as empresas somente irão adotar ações de responsabilidade social ou socioambiental se (e somente se) isso trouxer maior rentabilidade.

Num ambiente em que o capital se mundializa, a concorrência elava-se a um patamar superior e o Estado vê sua capacidade de intervenção reduzida na mesma medida em que as grandes corporações ampliam extraordinariamente seu poder, as empresas aprenderam que custos marginais com RSE podem gerar vantagens competitivas e lucros expressivos a médio e longo prazo<sup>163</sup> (GUEDES, [20--]; XAVIER; MARANHÃO, 2010). Em função disso, para alguns autores, houve um movimento de aproximação do tema com a área de estratégia empresarial, em cuja principal abordagem “a ênfase está, quase sempre, no aproveitamento de oportunidades e na minimização de

---

<sup>163</sup> Analisando a evolução do valor das ações de empresas em dois segmentos específicos da bolsa de valores Dow Jones, o Dow Jones General Index, que congrega empresas que não investem em ações de responsabilidade social e sustentabilidade, e o Dow Jones Sustainability Index, aglutinador das empresas “socialmente responsáveis” e “ambientalmente sustentáveis”, um estudo (ARANTES, 2006) demonstrou que, entre 1993 e 2005, enquanto as ações das primeiras foram valorizadas em 167%, a das últimas valorizaram-se 225%. O mesmo fenômeno foi observado no Brasil, entre empresas da bolsa de São Paulo e empresas participantes do Fundo Ethical, criado pelo ABN Amro Bank.

riscos, por meio da identificação e resposta a questões de cunho ético e social que podem causar impacto à empresa” (FARIA; SAUERBROWNN, 2008, p. 20). De forma análoga, Carlos Eduardo Nogueira [20--] conclui que, na prática, a RSE levada a cabo tem caráter estratégico para as empresas por ser capaz de possibilitar retorno pecuniário ou de imagem. Quanto ao retorno de imagem, Guedes [20--] afirma que, para as empresas, associar sua marca a uma causa social ou ambiental constitui uma forma eficiente de redução dos custos com a publicidade tradicional.

Esses aspectos já puderam ser constatados num estudo sobre o caso específico de programas de RSE desenvolvidos por uma empresa de celulose, em Minas Gerais. De acordo com os autores (BITTENCOURT; CARRIERI, 2005), o objetivo dos programas e ações é sempre o de veicular uma imagem socialmente responsável, tendo pouca efetividade na transformação positiva das comunidades atingidas.

Por fim, outro retorno muito visado trazido por investimentos em “sustentabilidade” e RSE, conforme Arantes (2006), é a ampliação do acesso a mercados internacionais por meio da obtenção de certificações que avaliam a existência e a efetividade desse tipo de ação.

Muito além dos interesses ocultados pelo discurso oficial sobre sustentabilidade e responsabilidade social, tão presente nas empresas e empreendimentos de celulose estudados, é imperioso ressaltar que as empresas são geradoras de grande parte dos problemas sociais aos quais se propõem mitigar (XAVIER; MARANHÃO, 2010). As ações de RSE, no entanto, são sempre apresentadas como uma “via alternativa à inabilidade do Estado em resolver questões de ordem social”<sup>164</sup>, manifestando assim um cenário de esvaziamento do espaço público e de apropriação (manipulação) da consciência dos indivíduos. Ademais, as ações de RSE são verticalizadas, isto é, nada têm de democráticas, tendo em vista não haver (ou haver pouca) participação popular em sua formulação.

Na realidade, como aclara Gianna Soares (2004), a emergência e consolidação da RSE pode ser entendida como uma dupla resposta das grandes corporações à crise estrutural do capital: em primeiro lugar, considerando os ataques e a crise do Estado, uma resposta no sentido de aumentar o seu poder tornando-se “a instituição das instituições”; em segundo lugar, uma resposta aos novos padrões de concorrência instituídos pela globalização, isto é, às exigências do mercado globalizado, aos padrões de “parceiros internacionais” e aos requisitos decorrentes do processo de fusões e aquisições.

No caso específico das empresas estudadas, além da confirmação dos aspectos destacados na literatura crítica, a pesquisa de campo revelou um fato de suma importância para os propósitos deste

---

<sup>164</sup> Ibid. p. 297.

estudo: a atuação dos departamentos de responsabilidade social cumpre igualmente o papel político de neutralizar qualquer resistência e assegurar às condições necessárias para a territorialização do capital.

Nesse sentido, é sintomático o fato de que tais divisões são, via de regra, compostas e geridas por profissionais com formação e/ou especialização em ciências humanas e sociais (Pedagogia, História, Serviço Social, Geografia etc.), remanescentes de ONGs e movimentos sociais, em suma, conhecedores das lutas, reivindicações e, muito especialmente, da estrutura interna da resistência organizada aos empreendimentos<sup>165</sup>.

Quanto às suas táticas propriamente ditas, a primeira é a identificação e o mapeamento dos possíveis “empecilhos sociais” – aos quais os profissionais denominam ora “comunidades atingidas”, ora “riscos” ou ainda “custos sociais” - à livre consolidação do território do capital que, conquanto prevista no projeto, deve ocorrer por etapas, paulatina e gradativamente. Quando questionado quanto à existência de uma estratégia deliberada por parte da Veracel para lidar com possíveis ações de resistência na Bahia, por exemplo, Francisco, representante do CIMI no Extremo Sul, foi categórico na sua resposta.

Sim, eles têm uma estratégia [para] onde existem comunidades tradicionais, eles já têm um plano, um plano de ação. Alguns indígenas que moram em algumas comunidades aqui no Extremo Sul já trabalharam na empresa [Fibria], lá no Espírito Santo, e um deles disse: ‘Olha, recebemos uma formação da empresa [em que] eles indicavam num mapa as regiões em vermelho [que são aquelas] onde possivelmente teríamos conflitos com comunidades tradicionais’<sup>166</sup>.

No Extremo Sul, em depoimento prestado à Pedreira (2008), um funcionário público e dirigente de cooperativa de produtores rurais revelou que empresas como a Veracel “não têm uma relação com a comunidade com interesse objetivo de desenvolvimento. Ela tem meramente uma relação com a comunidade [no intuito] de *neutralizar as ações da comunidade contra a empresa*” (p. 138. Grifos nossos). Devemos ressaltar que a Veracel pertence também à Fibria, a mesma empresa a atuar no Espírito Santo e em Mato Grosso do Sul.

A diretora de responsabilidade social da Suzano deixa claro que a empresa faz uso da mesma tática no Maranhão.

Depois que a área foi adquirida ou arrendada pela empresa, a gente faz um mapeamento mais detalhado de quem são essas populações, quem são essas pessoas que residem ao redor [e], à medida que a gente identifica essas comunidades, a gente

---

<sup>165</sup> É o que nos informou, entre outros, Josué, do Assentamento Califórnia no Maranhão: “O pessoal deles que trabalha com o público são pessoas que eram de movimentos sociais, eram da Pastoral da Juventude, sabem lidar com o ‘povão’”. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 13/09/2014.

<sup>166</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 20/03/2014.

tem um mapa em que a gente coloca elas distribuídas e a gente tem um critério para saber quais são as comunidades de prioridade<sup>167</sup>.

O reconhecimento prévio da área e de seu quadro social abre caminho para o contato direto e, se necessário, o processo de negociação dos representantes das empresas com as populações existentes.

A partir do momento que você tem as áreas, ou a Suzano adquire [ou arrenda], à medida que o contrato é fechado, e que o licenciamento ocorre, a gente ainda tem um trabalho de negociação onde a nossa equipe sempre vai nessas áreas e faz uma análise social disso, que comunidades a gente tem, qual o tipo de acesso para essas propriedades, já para que a gente tenha uma visão de como pode ser esse relacionamento, o que pode ser estabelecido, como é que se comportam essas pessoas da região<sup>168</sup>.

A partir daí, afirma a entrevistada, “a gente emite um parecer” baseado precisamente na “avaliação de custo-benefício”, isto é, “vale a pena arrendar ou adquirir essa área, sendo que além dos custos normais eu ainda terei mais esses *custos sociais*?”<sup>169</sup>. E depois de fechado o contrato, mapeadas e conhecidas as comunidades prioritárias, cabe aos responsáveis elaborar um “cronograma de relacionamento” e, em seguida, iniciar as visitas periódicas, com a apresentação da empresa e de suas atividades, a divulgação dos canais de comunicação e a avaliação da “necessidade de interação da empresa nos investimentos sociais, fazer ou não, acompanhar ou não um projeto, instalar ou não um projeto”<sup>170</sup>.

Não por acaso, todas essas ações de planejamento são chamadas pela diretora de “ações estratégicas”, e boa parte delas e das que seguem foi igualmente detectada pelos pesquisadores responsáveis pelo estudo que resultou no relatório do MIQCB (2012/2013) já mencionado. Em entrevista aos pesquisadores envolvidos nesse estudo, por exemplo, o promotor público Fábio Machado afirmou que empresas como a Suzano

montam um departamento, chamam assistentes sociais, antropólogos, usam todo um conhecimento que, em tese, deveria ser produzido não para o interesse privado, mas para o interesse da sociedade e chamam muitas vezes pessoas de movimentos sociais, que traz [*sic*] a prática interna, todo o dilema e toda a visão interna do movimento social para a empresa e aí eles montam um programa de responsabilidade social [...] *Isso tudo é feito numa lógica* (MIQCB, 2012/2013, p. 39. Grifos nossos).

---

<sup>167</sup> Solange. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 17/09/2014. Segundo a mesma entrevistada, seriam três os critérios para classificar as comunidades de prioridade: 1) comunidades e povoados “vizinhos de cerca” das áreas de plantio; 2) comunidades e povoados a até três quilômetros de distância dessas áreas e 3) comunidades e povoados que estão na rota do transporte da madeira.

<sup>168</sup> Idem.

<sup>169</sup> Idem.

<sup>170</sup> Idem.

Raimundo, liderança da Comunidade Viva Deus I<sup>171</sup>, incrustada em área antes pertencente à Vale e agora em litígio com a Suzano, às margens da Estrada do Arroz em Imperatriz, narra o encontro entre os representantes da empresa e da comunidade nos seguintes termos:

Quando surgiu a ‘monumental Suzano’, com o apoio do Estado, vieram sondar, sentaram num banco que tinha aqui – vieram uns quatro [funcionários] – e eu contei a situação. Eu disse: ‘Nós estamos aqui calçados no apoio do INCRA. Essa área é pra fazer assentamentos’ [...], e eles disseram: ‘Não, porque a Suzano está vindo aqui ser implantada, no Município de Imperatriz, aqui na Estrada do Arroz, [e] ela tem um grande interesse nessa terra, mas ela não vai expulsar vocês porque em área com conflito a Suzano não tem interesse’. [...] Depois voltaram de novo e aí a gente observou o comportamento deles, num aspecto assim... estranho, dando demonstração de que eles eram os fortes e nós os fracos. [...] Um dia eles vieram aqui nuns quatro ou cinco carros [...] vieram [nos] amedrontar e dizer: ‘Olha, isso aí não pode, vocês estão invadindo e vão ser expulsos daqui’<sup>172</sup>.

Poucos metros dali, noutra comunidade dentro da mesma propriedade (Comunidade Viva Deus II), quando questionado sobre a relação com a empresa, Jovelino, ex-presidente da associação dos ocupantes, contou que

A relação com a Suzano já esteve bem e depois teve ruim, ruim, cem por cento ruim. Por que cem por cento ruim? Porque as promessas eram muitas e no fim não davam em nada [...] A gente fazia reunião com eles e no fim da reunião tudo dava em neutro. Eles prometiam uma coisa e no fim a coisa que era prometida não funcionava nem um por cento. Mas foi passando o tempo e o pessoal da Suzano, um dos funcionários, chegou aqui na minha cara e disse que *a Suzano não tinha terra pra dar pra nós*. Eu falei pra eles que a gente não estava pedindo terra pra ele não, o próprio Governo foi quem falou que era terra de reforma agrária

Fato um pouco diferente aconteceu no Assentamento Califórnia, à beira da BR-010 (Belém-Brasília), entre Imperatriz e Açailândia, como narrado por Josué, morador e assentado. Em uma fazenda vizinha ao assentamento, a Vale tinha uma grande carvoaria por anos a fio causadora de transtornos e, com isso, manifestações de descontentamento por parte dos assentados. Em função disso,

e como a Suzano comprou todo o plantio da Vale, a Suzano já sentou com a gente logo de cara, mas no sentido de tentar seduzir a comunidade e de querer mostrar uma cara de boazinha - inclusive, lembro de uma frase de um dos representantes deles, eu me lembro como se fosse hoje: ‘Nós queremos ter com vocês uma relação de boa-vizinhança’.

Depois de estabelecido o relacionamento com as comunidades, em geral respeitando especificidades locais e das comunidades/grupos afetados, outras táticas, mais ou menos agressivas, podem ter lugar e manifestar-se concretamente.

---

<sup>171</sup> As comunidades presentes nas áreas de estudo e suas formas de resistência são apresentadas mais adiante neste capítulo, item 2.5.

<sup>172</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 12/09/2014.



Dada a aguda desigualdade social historicamente constituída nas regiões receptoras dos empreendimentos, e considerada a igualmente histórica inoperância do Estado brasileiro no atendimento às necessidades básicas, os programas de responsabilidade social das empresas buscam assumir, em primeiro lugar, o vácuo da ação estatal, subvertendo completamente a relação entre as esferas pública e privada. Sobre as lacunas, negligências e ausências propositais do Estado, empresas assumem para si a função do Poder Público e, muitas vezes *com dinheiro público*, granjeiam o apoio e a subserviência da sociedade local, sendo procuradas, em alguns casos, por representantes das próprias prefeituras para fazê-lo (MIQCB, 2012/2013).

Ruas são asfaltadas, bibliotecas, escolas, creches e centros de convivência são construídos, campos são arados e adubados, ambulâncias e viaturas de polícia são doadas pelas empresas, e muito disso tudo, como já dito, não é nada mais que pura compensação pelos impactos causados, estipulada no processo de licenciamento ambiental<sup>173</sup>. Esta tática, alerta Carrere (2007), faz das empresas “governos que não foram eleitos por ninguém”, colocando os governos eleitos a seu inteiro serviço.

Conforme Francisco (CIMI/BA),

Nas aldeias [indígenas] maiores a própria empresa tem uma estratégia: [...] para a escola ela oferece ‘fardamento’ [uniformes] e para as crianças, material didático; a empresa se responsabiliza pela construção de pontes, manutenção de estradas vicinais, estradas que dão acesso às aldeias e fazendas da região, e com isso alguns índios acabam se apegando à empresa e, nos momentos de necessidade, acabam pedindo à empresa e a empresa concede com essa intenção<sup>174</sup>.

Conhecendo de muito perto a realidade da população indígena da região, Francisco está convencido da intencionalidade subjacente tanto à ação das empresas, quanto à inoperância do Estado:

A ausência do Estado é proposital. O Estado se ausenta de propósito, porque sabe que da grande potência econômica que tem na região, e que todos vão recorrer a esse empreendimento para procurar soluções, ou tentar buscar soluções para alguns problemas particulares. Consertar estradas, estradas de caminho de aldeia, de roça, isso é problema do Estado e dos municípios, mas eles não fazem, é a empresa quem faz<sup>175</sup>.

A situação torna-se ainda mais grave quando, além de assumir o papel do Estado na dotação de infraestrutura, no aparelhamento e na oferta de serviços básicos, as empresas assumem para si também a tarefa de mitigar os efeitos nefastos pelos quais elas mesmas são as maiores responsáveis, instituindo-se como entidades assistencialistas no sentido mais literal do termo. De acordo com o mesmo entrevistado, a Veracel, assim como a antiga Aracruz (atual Fibria), mantém um escritório em

---

<sup>173</sup> De acordo com o promotor Dr. Jadilson Cirqueira, a Suzano, por exemplo, foi obrigada a pagar cerca de R\$ 10 milhões pelos impactos causados pelo *Projeto Grandis*, no Maranhão. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 10/09/2014.

<sup>174</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 20/03/2014.

<sup>175</sup> Idem.

Porto Seguro, onde trabalha uma assistente social especificamente designada para atender às “questões indígenas”<sup>176</sup>.

Com a Suzano, no Maranhão, não é diferente.

A vinda da Suzano para cá gerou uma expectativa muito grande em toda a população, seja da zona urbana, seja da rural, até porque a nossa cidade, a cidade de Imperatriz é uma cidade polo, mas é uma cidade que era basicamente comercial, vivia do comércio. Essa é a primeira grande indústria que tem aqui. [...] Expectativa de que? De que tivesse uma geração de empregos que pudesse pelo menos amenizar a situação social que a região tem e tinha também uma expectativa de que muitos problemas que a região tem, com a Suzano se resolveriam<sup>177</sup>.

E, de certa forma, como relata Josué, a empresa buscou atender à expectativa por meio de ações pontuais em locais estratégicos: “Logo de início eles [Suzano] já conseguiram uma biblioteca para o assentamento [Califórnia], uma biblioteca comunitária que está instalada dentro da escola, também no sentido de tentar amenizar algum possível problema no futuro”<sup>178</sup>. A construção da biblioteca, depois se soube, foi feita em sua maior parte com aportes do Governo Federal (MIQCB, 2012/2013).

Mas, do ponto de vista dos estrategistas da empresa, sendo parte integrante da realidade local e regional cabe a ela firmar “parceria” com a comunidade na promoção de melhorias, pois “a empresa entende que com a chegada dela aqui [na região] ela tem sim por obrigação ajudar a melhorar a qualidade de vida dessas pessoas” e, por isso, deve ser um “bom vizinho”<sup>179</sup>. Em momento algum se fala nos impactos negativos diretos e indiretos gerados pela instalação do empreendimento, alguns dos quais já previstos pelos EIAs. Tampouco cogita-se a compensação ambiental exigida pelo Estado e transformada em projetos socioambientais, como se tudo não passasse de voluntariedade e boa vontade de investidores responsáveis. Mas num raro lampejo de sinceridade, a preposta diz realmente a que a Suzano veio:

A gente não tem pretensão de dizer assim: ‘A Suzano veio para mudar totalmente a vida das pessoas’, não tem mesmo, porque não tem ‘perna’, nem condição de fazer isso, e não é o objetivo principal da empresa, *o objetivo principal da empresa é plantar eucalipto e produzir a celulose*”<sup>180</sup>.

Mesmo assim, as práticas e ações assistencialistas surtem efeito e são muito eficazes, sobretudo entre os mais desamparados e necessitados, que a concebem como distribuidora de benesses.

Abaixo de Deus é a Suzano quem está nos ajudando muito, é quem está nos ajudando, batendo em cima. Eu vi eles falar que esse negócio era pra ter sido

---

<sup>176</sup> Francisco. Idem.

<sup>177</sup> Solange. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 17/09/2014.

<sup>178</sup> Josué. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 13/09/2014.

<sup>179</sup> Solange. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 17/09/2014.

<sup>180</sup> Idem.

resolvido em janeiro [de 2014], o INCRA é que está devagar, mas a Suzano é quem está resolvendo esse problema todinho<sup>181</sup>.

Por vezes, como dissemos, a ocupação do vácuo do Estado se dá de forma mais institucionalizada, por meio da criação e execução de programas que são objeto de intenso *marketing* social e ambiental. No Parque Nacional do Descobrimento, o cacique Jê nos deu um excelente exemplo desse tipo de ação, o “Programa Artesanato Legal”, que consiste no fomento dado pela Veracel à fabricação de artesanato indígena com eucalipto da empresa, ao invés de madeira nativa protegida, atividade tradicionalmente praticada pelos Pataxó da região. Instituindo o programa e espalhando *outdoors* e panfletos publicitários com mensagens do tipo “Não compre artesanatos oriundos de madeira nativa. Ajude a preservar a Mata Atlântica” (Figura 21), a Veracel não apenas debilita a autonomia indígena, criando dependência econômica, como também criminaliza uma prática ancestral e ajuda a consolidar uma imagem negativa em torno dos indígenas.

Figura 21 – Panfleto do Programa “Artesanato Legal”, da Veracel



Autor: Guilherme Marini Perpetua. Data: 24/03/2014.

<sup>181</sup> Trabalhador não identificado (Comunidade Viva Deus). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/09/2014.

Para o Oeste Maranhense, a diretora da Suzano entrevistada enumera alguns dos programas sociais da empresa:

‘Programa Educar e Formar’, voltado para educação; tem esse projeto voltado para a linha pedagógica das escolas municipais; tem um outro voltado para a promoção da leitura, que é a implantação de bibliotecas comunitárias [...]; uma outra ação que seria a reforma de escolas na zona rural [e] [...] a partir daí, temos alguns projetos de geração de renda e alguns meio que transversais, voltados para essa questão da saúde.

Renan Gomes Oliveira e Maristela Paula Andrade (2012) informam que em Santana, localidade do Município de Urbano Santos, no Leste do estado do Maranhão, a Suzano apropriou-se de áreas pertencentes à Cia Agrícola Paineiras, até então manejadas por famílias que implantavam seus roçados com base no usufruto comum. Ali, desde há muito, os povos da região desenvolvem um sistema de manejo inteligente, utilizando-se das áreas de baixões para a agricultura e as chapadas para a criação de gado e extrativismo (ANDRADE, 1995 *apud* OLIVEIRA; ANDRADE, 2012; SOUZA; OVERBEEK, 2013). Segundo os autores (OLIVEIRA; ANDRADE, 2012), assim que a Suzano começou a intensificar suas atividades na região, no final de 2009, “começou a plantar eucalipto nas áreas antes usadas pelos trabalhadores de Santana e dos povoados vizinhos para implantar suas lavouras”<sup>182</sup>. Diante dos protestos por parte dessas famílias afetadas, a empresa elaborou o “Projeto Agricultura Comunitária”, anexando-o às suas ações de responsabilidade social. Sua eficácia em mitigar os problemas dessas famílias, entretanto, é bastante duvidosa, pois funciona à base de imposição de regras autoritárias e completamente estranhas à lógica da organização da força de trabalho familiar, não oferecendo soluções à sua necessidade mais elementar, a alimentação.

Corroborando com esses autores, os pesquisadores do MIQCB (2012/2013) destacam que tal forma de intervenção, aparentemente em parceria com as comunidades, deve ser entendida como “ação de interferência e às vezes até imposição da empresa”, pois desestrutura e inviabiliza os modos de vida tradicionais e seus territórios.

Na região de Três Lagoas a Fibria e a Eldorado Brasil investem em programas sociais voltados para assentamentos rurais. Em Selvíria, por exemplo, as empresas desenvolvem seus programas nos três assentamentos existentes: o São Joaquim, o Alecrim e o Canoas. Dona Inês, assentada no São Joaquim, relatou que

A Eldorado está fazendo um trabalho social aqui dentro do assentamento, ela está investindo, fez as casinhas dos poços e está fazendo a escola – porque a gente tinha uma escola aqui, mas [os professores] davam aula numa sede de péssimas condições [...]. E depois tem a Fibria. A Fibria entrou com um trabalho social que é o ‘Programa Território Rural’, quer dizer, um programa que ela traz pra ajudar nós a arrumar os nossos lotes.

---

<sup>182</sup> *Idid.* p. 206.

Além dos programas, comenta a assentada, outra ação especificamente atribuída à Eldorado ajuda em muito a comunidade: a contratação de mão de obra local para as atividades de campo (Este assunto terá lugar de detalhamento na última parte deste trabalho, especialmente no Capítulo 6). Nessas paragens, porém, o caso mais emblemático de relacionamento empresa-comunidade local por meio de programas de RSE de que tivemos conhecimento durante a pesquisa é o do Assentamento 20 de Março, localizado no Distrito de Arapuá, Município de Três Lagoas.

Segundo Sandra, presidente da Associação de Agricultores Familiares do Assentamento 20 de Março, o assentamento é o “filho primogênito” da Fibria na região, uma espécie de projeto piloto ou laboratório da “parceria” que a empresa, desde o início, pretendia estender a outros assentamentos, associações e comunidades camponesas como parte de sua iniciativa de Responsabilidade Socioambiental<sup>183</sup>.

A “parceria” teve início um ano depois da criação do assentamento, em 2010, quando, por iniciativa de um dos assentados que já trabalhava na empresa, foi implantado o “Programa de Implantação Madeira e Alimento” (PIMA), o qual consistia na cessão de uso de uma pequena área de propriedade da Fibria já ocupada por eucalipto para a prática concomitante da produção de alimentos por treze famílias camponesas do 20 de Março. O PIMA durou apenas um ano, em função das dificuldades logísticas enfrentadas pelos produtores. O passo seguinte foi a criação do Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT), trazendo a produção para dentro dos lotes dos assentados (Figura 20). Nesse segundo programa, a empresa passou a fornecer sementes, insumos e assistência técnica, tanto para a implantação de hortas, quanto para a criação de animais, e, em alguns casos, efetuar também a compra de parte da produção destinando-a à alimentação dos funcionários de sua fábrica. O sucesso foi tão grande que o PDRT foi difundido e, atualmente, está presente em diversos assentamentos da região.

Além desses programas, a Fibria também financiou a construção do viveiro de mudas nativas do cerrado “Jairo Cesário Magalhães” (Figura 22), orçado em mais de R\$ 320 mil reais (PROGRAMA REDES [201-]), para cujo funcionamento, desde a inauguração, a empresa tem disponibilizado assistência técnica por meio da empresa terceirizada Simbiose. As mudas são comercializadas com produtores, empresas privadas e instituições públicas para restauração ambiental. Conforme Sandra<sup>184</sup>, os assentados interessados se revezam em turnos rotativos para a produção e trato culturais das mudas e, feita a comercialização, dividem os lucros entre si complementando assim sua renda.

---

<sup>183</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/04/2016.

<sup>184</sup> Idem.

Figura 22 – Programas da Fibria no Assentamento 20 de Março, Três Lagoas (MS)



Autor: Guilherme Marini Perpetua. Data: 21/04/2016.

Seguindo os mesmos passos, outra empresa presente e atuante no assentamento é a multinacional estadunidense Cargill, a qual fornece resíduos industriais utilizados na correção do solo e auxílio técnico na capacitação dos assentados para elaboração e submissão de projetos a órgãos públicos, fundações e empresas privadas.

Novamente aqui, como alhures, a busca por “parcerias” com empresas como a Fibria e a Cargill e a aceitação dos planos e condições por elas impostos, explica a assentada, guarda relação direta com o completo abandono por parte do Estado e de seu braço para a Reforma Agrária, o INCRA.

Para os casos aqui analisados cabe, portanto, a mesma assertiva feita por Luiz Alberto Morelli (2011), em sua tese sobre a territorialização do complexo eucalipto-celulósico na Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Através dos seus Programas de Responsabilidade Social Corporativa (PRSC) ou Programas de Responsabilidade Social Empresarial (PRSE), as empresas de celulose

estabelecidas no Rio Grande do Sul [...] vão se inserindo nos locais e comunidades onde estão localizados seus projetos empresariais, *ocupando espaços e atividades que a princípio deveriam ser promovidos pelo poder público* (p. 159. Grifos nossos).

Muitas conexões podem ser estabelecidas e conclusões extraídas de tais fatos. A primeira: as empresas estão, de fato, ocupando o vácuo deixado pela inoperância inaceitável do Estado e cumprindo, *de maneira absolutamente insuficiente*, suas funções (dotação de infraestrutura, fornecimento de assistência técnica rural, educação básica, assistência social etc.). A segunda: ao fazê-lo, criam dependência nas comunidades/assentamentos, pois esses investimentos passam a identificá-la como benfeitora a quem sempre se pode recorrer, ainda que não se possa deixar de reconhecer que a “ajuda” prestada cumpre papel fundamental no cotidiano prático destas famílias. A terceira conclusão é que boa parte dos programas está contida nos planos de compensação ambiental acordados judicialmente, no momento dos licenciamentos e, portanto, não passa de obrigação imposta pelos impactos de grande monta que causam. A quarta e última, para o caso específico da Eldorado e também da Suzano, é que empresas têm se aproveitado do completo desamparo a que foram relegadas as famílias assentadas para captar mão de obra barata e mais submissa, para a qual o assalariamento é, ao mesmo tempo, uma forma de sobrevivência e uma estratégia de resistência e manutenção na terra (FONSECA, 2014b).

Ademais, como assevera Malina (2013), os programas de responsabilidade socioambiental de empresas como a Veracel “revelam estratégias socioterritoriais de minimização de conflitos” (p. 319). E, sendo as empresas mesmas as causadoras de muitos dos problemas que se propõem mitigar, assemelham-se ao caso hipotético de um grande traficante que porventura decida manter uma casa de recuperação para dependentes químicos: por melhor e mais louvável que seja a sua intenção, jamais reparará a destruição social que causa desempenhando seu verdadeiro papel social.

Outra tática relacionada, constatada principalmente nas áreas onde há grupos tradicionais em litígio com as empresas pelos recursos territoriais, isto é, no Extremo Sul da Bahia e no Oeste maranhense, é a cooptação de lideranças e outros integrantes das comunidades com vistas a minar qualquer recalcitrância e fortalecer o controle territorial das empresas (SOUZA; OVERBEEK, 2008; MIQCB, 2012/2013).

Eis o depoimento de Francisco, sobre a cooptação praticada pela Veracel:

A empresa faz a cooptação de algumas lideranças e começa um trabalho de assistencialismo. Por quê? Porque ela sabe que grande parte da área onde ela planta eucalipto está dentro de uma área em que já foi feito um estudo de identificação e de revisão de limites [territoriais] e aí há a plantação de eucalipto [pela Veracel]<sup>185</sup>.

---

<sup>185</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 20/03/2014.

De acordo com o mesmo entrevistado, após 30 famílias Pataxó terem ocupado uma área atualmente em poder da Veracel dentro do território indígena, a empresa “pegou algumas lideranças indígenas e mandou para lá, para convencer os outros indígenas a saírem dessa área”<sup>186</sup>. E, no caso específico dessa empresa, pode-se perceber uma variante da cooptação: a instrumentalização de movimentos sociais cooptados. Manoel, liderança do acampamento Baixa Verde, identificado com a bandeira do Movimento de Luta pela Terra (MLT), contou que, depois dos ocupantes terem sofrido duas reintegrações de posse e ganhado na Justiça o direito de permanecerem na terra comprovadamente devoluta, surgiram pessoas filiadas a outra bandeira (FETAG) reivindicando a mesma área. Após muitos problemas, Manoel diz ter descoberto “que o tesoureiro da FETAG na época tinha sido candidato a deputado federal [e] foi financiado pela empresa”<sup>187</sup>.

Paralelamente, há o oferecimento de dinheiro em troca da capitulação dos trabalhadores: “quase todo mês aqui uma pessoa nossa, por interesses financeiros mesmo, acaba debandando”<sup>188</sup>. Semelhante relato foi proferido por moradores da ocupação 2 de Julho, também localizada no Município de Eunápolis, em terras sob litígio com a Veracel. Segundo Maria, representante dos trabalhadores, por diversas vezes os acampados sofreram reintegração de posse por força de determinação judicial; então vinculados à FETAG, por conta disso decidiram trocar de bandeira, filando-se à FETRAF (CUT). Figuram entre os motivos da mudança a surpreendente descoberta de que “eles [da FETAG] tinham recebido um dinheiro forte da Veracel para que nenhum de nós retornasse pra cá”<sup>189</sup>.

Os paralelismos entre o *modus operandi* da Veracel e da Suzano são impressionantes. Uma quebradeira de coco babaçu, integrante do MIQCB, prestou o seguinte depoimento aos pesquisadores responsáveis pelo estudo anteriormente citado (MIQCB, 2012/2013):

Quando a Suzano chegou, os primeiros impactos que eu pressenti logo foram [sic] a cooptação de pessoas dos movimentos sociais. Para mim foi o primeiro impacto, muito forte! Levando gente a torto e a direito, levando gente que era aliado da gente (p. 12).

Raimundo (Comunidade Viva Deus I) conta que, após fazer intervenção inflamada durante uma das audiências públicas que antecedeu a implantação do *Projeto Grandis*, arrolando diversas denúncias contra a instalação da Suzano no município, “Um ‘cabra’ levantou, um dos engenheiros, e perguntou: ‘como é o seu nome? Pega o meu telefone e liga pra mim que eu quero conversar com você lá no meu escritório’<sup>190</sup>. Também conforme Jovelino (Comunidade Viva Deus II),

---

<sup>186</sup> Idem.

<sup>187</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 23/03/2014.

<sup>188</sup> Idem.

<sup>189</sup> Maria (Ocupação 2 de Julho). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 22/03/2014.

<sup>190</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 12/09/2014.



Essas empresas são tão poderosas que vieram aqui me recuar, quando eu era presidente [da associação], vieram me recuar debaixo daquele pé de árvore ali e chegaram a fazer oferta de emprego pra mim pra mim abandonar isso aqui [...] Eles fizeram oferta pra todos os ‘cabeças’ da ocupação, [querendo saber] se eles arrumassem um emprego bom, se a gente ia abrir mão da ocupação [...]”<sup>191</sup>.

Atuando noutro flanco e concomitantemente, as empresas investem no controle dos meios de comunicação. O apoio incondicional da imprensa local, regional e até nacional na promoção da autoimagem das grandes corporações é uma das bases de sustentação e elemento facilitador do seu *modus operandi*. E costuma ter um rosto bipartido: de um lado, revela-se como exaltação da grandiosidade, da modernidade e do desenvolvimento socialmente responsável e ambientalmente sustentável promovido pelas empresas; de outro, invisibilização, condenação e criminalização desavergonhada de toda sorte de ações contestatórias realizadas por movimentos sociais, órgãos representativos da classe trabalhadora e outras organizações da sociedade civil (GIRELLI, 2011).

Quanto ao assunto, Manoel (acampamento Baixa Verde, Eunápolis) fez o seguinte relato:

Não conseguimos dar visibilidade para o nosso trabalho nos meios de comunicação porque os meios de comunicação todinhos aqui na região têm contrato com a empresa [e], quando nada fazem, eles recebem dois mil reais, três mil reais, quatro mil reais para não fazer nada, não falar nem a favor e nem contra. Eles não precisam ter um contrato de propaganda da empresa, eles precisam simplesmente calar-se quando.... Qualquer coisa que a gente leve pra eles, eles simplesmente não divulgam<sup>192</sup>.

Perto dali, no acampamento 2 de Julho, Maria relata uma situação estranhamente semelhante. Após os ocupantes terem sofrido despejo por reintegração de posse e perdido todo o plantio de feijão, mandioca e hortaliças devastado por máquinas pesadas e bombardeado com o inseticida *Roundup* (à base de glifosato) por funcionários da Veracel, ela afirma ter ligado para uma das emissoras de rádios da cidade solicitando a divulgação desses acontecimentos junto à população, de modo a alertar sobre os riscos de consumir produtos nas feiras onde os agricultores comercializavam seu excedente. “Depois de algum tempo, uns dois ou três meses, o cara da rádio ligou pra mim e falou que eu não tinha comentado sobre isso. Mas [isso aconteceu] porque eles têm um convênio com a Veracel e não podem perder isso aí”<sup>193</sup>.

Ocupar o vácuo do Estado, criar empatia e dependência, neutralizar potenciais “ameaças sociais” aos empreendimentos e promover sua autoimagem são táticas territoriais cujo verdadeiro sentido só pode ser apreendido no contexto da territorialidade expansionista, composta por ações

---

<sup>191</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/09/2014.

<sup>192</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 23/03/2014.

<sup>193</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 22/03/2014.

lícitas e ilícitas que, ao consubstanciar o território das empresas, confronta-as necessariamente com forças sociais antípodas porque emanadas de outros metabolismos.

Não satisfeitas em adquirir e arrendar imensidões de terra nas regiões onde se instalam, empresas como a Veracel invadem e utilizam áreas indevidamente. Conforme Santos e Silva (2004 *apud* ALMEIDA, 2009), a expansão do monocultivo no Extremo Sul comprometeu “[...] a sobrevivência da agricultura familiar local, em função da ocupação de grandes áreas agricultáveis, inclusive aquelas destinadas à reforma agrária, terras indígenas e no entorno de unidades de conservação da Mata Atlântica, situadas na Bahia” (p. 32). Um dos entrevistados confirma tais práticas:

[Eles] plantam na beira da pista [rodovia], próximo a rios, nascentes, em área de reserva indígena... Só aqui são três parques: Parque Pau Brasil, Parque do Monte Pascal e Parque do Descobrimento, e eles não respeitam nenhum desses limites. [...] Em topo de morro é onde eles estão plantando mais<sup>194</sup>.

Questionado acerca da extensão dos plantios de eucalipto realizados pela Veracel e por seus arrendadores e fomentados na zona de amortecimento ambiental do Parque Nacional do Descobrimento, o Cacique Jê não hesitou em afirmar que “são várias fazendas e fazendas grandes. É grande porque em todo o entorno do Parque tem plantio de eucalipto, e o parque tem 23 mil ha de floresta”<sup>195</sup>. Ademais, as próprias terras indígenas estão sendo silenciosa e inescrupulosamente invadidas. Da área identificada pela FUNAI como território Pataxó (52.748 ha), cuja extensão e delimitação foi publicada no Diário Oficial da União nº 41, de 29/02/2008, 1.645 ha estão plantados com eucaliptos da Veracel, “comprovando”, segundo Souza e Overbeek (2008), “que a empresa está ilegalmente em terra indígena. No entanto, a área indígena invadida pela empresa é bem maior” (p. 42)<sup>196</sup>.

Conforme relatório escrito por De Miranda, nos idos de 1990 (1992 *apud* KOOPMANS, 2005), outra forma de expropriação de pequenos agricultores e comunidades tradicionais no Extremo Sul foi a mudança das formas legais de propriedade, sobretudo após a construção da BR-101, tática que, àquela época, pôde contar com ampla participação dos cartórios de registro de imóveis, responsáveis por legalizar propriedades ilegais e/ou ilegítimas sistematicamente.

Ainda de acordo com um documento do Arquivo Diocesano de Teixeira de Freitas citado por Koopmans (2005),

[...] 90% das terras da empresa [FLONIBRA] quando adquiridas, eram devolutas. Para adquirir essas terras, em sua maior parte, a Flonibra usou intermediários que se diziam corretores. Estes compravam algumas áreas, limpavam outras e forçavam

---

<sup>194</sup> Francisco. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 20/03/2014.

<sup>195</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 24/03/2014.

<sup>196</sup> Não apenas terras indígenas, mas também terras ocupadas por PCTs, mesmo carecendo de titularidade, receberam reconhecimento jurídico do Estado como formas legítimas de propriedade por meio do Decreto nº 6040/07.

outros a venderam suas terras [...] Muitas [pessoas] foram diretamente ao escritório da empresa para vender suas terras, outras foram forçadas a vender por verem suas terras presas no meio do eucalipto (p. 59).

Disso se pode concluir, segundo o autor, que “a expulsão direta ou indireta de centenas de pequenos proprietários de suas terras pela chagada do novo ‘clã’ de fazendeiros e de grandes empresas de monocultura de eucalipto é um fato real” (KOOPMANS, 2005, p. 59. Grifos nossos). Em 2003, de acordo com dados do INCRA apresentados por Malina (2013), a Veracel possuía 154.719 ha. Destes, 48.796 ha, ou seja, praticamente um terço da área total, estavam declarados como posse e não como propriedade (MALINA, 2013).

Malina (2013) investigou a fundo esse tipo de tática territorial levado a cabo pela empresa. Por meio de levantamento cartorial das cadeias dominiais, feito no Município de Eunápolis, a autora analisou as matrículas de 195 propriedades rurais e 10 propriedades urbanas, todas pertencentes à Veracel, mais 7 propriedades fomentadas e 5 propriedades arrendadas pela empresa, pertencentes a pessoas físicas. Realizado o trabalho, a conclusão da autora foi que:

Diversas propriedades haviam sido compradas pela Veracel, segundo consta nas matrículas, enquanto as terras ainda eram devolutas, do Estado da Bahia. Mas todas elas foram transmitidas em algum momento para o domínio particular, porém em todos os casos, para pessoas físicas, após terem sido compradas pela empresa, *o que caracteriza o uso de ‘laranjas’ para regularização da situação jurídica das terras apropriadas pela empresa* (p. 234. Grifos nossos).

No total, as propriedades transmitidas dessa forma, cujas cópias das matrículas são apresentadas uma a uma pela autora, somam 8.627 ha. E a prática, segundo Manoel (Baixa Verde), ainda persiste e ganha novas modalidades, como a adulteração dos títulos.

Nós descobrimos que aqui dentro do cartório de Eunápolis ela [Veracel] adquiriu uma propriedade de dezessete hectares e transformou em trezentos [hectares] e alguma coisa logo em seguida. Aí começamos a juntar as peças: como é que você compra uma propriedade e reedita ela logo em seguida? Encontramos aqui a grilagem propriamente dita.

Já vimos que, além dos indígenas e dos camponeses, a Microrregião de Imperatriz é povoada por outros grupos tradicionais, como as quebradeiras de coco babaçu. Certamente isso configura um quadro propício para as táticas territoriais mencionadas e, de fato, foi precisamente o que aconteceu no passado e há motivos para acreditarmos que ainda ocorra (BOTELHO; ALMEIDA; FERREIRA, 2012). No Município de São Pedro da Água Branca, por exemplo, existem fortes evidências de grilagem em terras atualmente sob poder da Suzano (MIQCB, 2012/2013). E ainda, segundo estudo realizado pelo Repórter Brasil (2011), a atuação da Suzano tem sido “marcada por complexas engenharias de compra, repasses, arrendamento, terceirizações e outros mecanismos de uso da terra” (p. 15), incluindo, faz-se mister notar, graves denúncias de grilagem.

Em muitos casos, porém, o “grilo” foi a forma mais convencional de ocupação e apropriação das terras, muito antes da chegada das empresas de eucalipto-celulose. Foi o que ocorreu em todo o Oeste Maranhense, para onde dirigiram-se as frentes pioneiras mais recentes no estado. Valverde (1957) é categórico ao afirmar que “talvez, em nenhuma outra região do Brasil, excetuando-se o planalto paulista e paranaense, a ‘grilagem’ das terras foi feita de maneira tão abusiva” (p. 17). E ainda,

Outro fator, não menos importante que os anteriores, para a expansão da frente pioneira até além do [Rio] Pindaré tem sido a ‘grilagem’ de terras. [...] Os povoadores, em sua maioria cearenses e piauienses, mas vindos também, em menor escala, do vale do Itapecuru, nelas estabeleceram as suas casas, roçados, e por meio do seu trabalho, valorizaram-nas enfim, sem se preocuparem em legalizar a sua posse. O ‘grileiro’ é geralmente homem de posição social elevada e bem relacionado nos meios políticos do estado. Este cavalheiro vai até São Luís e paga em cartório o imposto territorial correspondente a trinta anos de ocupação de um imóvel que supostamente possuiria. E para comprovar a ocupação efetiva traz uma autoridade local, quase sempre o delegado de polícia, que apresenta o seu testemunho nesse sentido. Assim, são facilmente obtidos 3.000 a 4.000 hectares, que passam a constituir propriedade privada<sup>197</sup>.

Por sorte, pudemos contar com um estudo minucioso e detalhado sobre a grilagem das terras da Região Tocantina. Assinado pelo padre e missionário canadense Victor Asselin, um dos membros fundadores da CPT, o livro *Grilagem: corrupção e violência nas terras do Carajás* (2009) constitui um verdadeiro dossiê das inúmeras irregularidades e atrocidades cometidas a partir do final dos anos 1960 na região. Segundo o autor, naquele período houve um alinhamento entre os anseios do planejamento governamental dos militares e o Governo Estadual, então sob poder do clã Sarney, cujo primeiro desdobramento direto foi a promulgação de uma nova lei estadual de terras (Lei nº 2.794/1969), a qual tinha por objetivo incorporar as terras devolutas do estado ao sistema capitalista, entregando-as a grandes grupos empresariais nacionais e estrangeiros, por meio de simples requerimento. Isso, associado às facilidades e vantagens criadas pela política de incentivos fiscais do Governo Federal, atraiu um sem número de investidores privados sudestinos e sulistas, bancos e multinacionais em busca de terras para pecuária e agricultura ou simplesmente para reserva de valor e posterior especulação.

Imperatriz, destaca o autor, foi o núcleo irradiador de três grandes eixos de grilagem àquela época, totalizando milhões de hectares de terras devolutas em sua maioria ocupadas – algumas há mais de cem anos – por camponeses e povos originários. Só o chamado “Grilo Pindaré” teria mais de 2 milhões de hectares. Não obstante, “o INCRA, em 1972, disse ter constatado a inexistência de terras devolutas na área de Imperatriz e passou a adotar medidas preliminares de discriminação” (ASSELIN, 2009, p. 50).

---

<sup>197</sup> *Ibidem*.

A estratégia da grilagem em geral envolvia diversos sujeitos e instituições e muitas vezes utilizavam-se de mecanismos de “triangulação” para esconder o verdadeiro beneficiário final, que passado algum tempo declarava boa-fé, isentando-se da culpa. O outro lado (sujo) da mesma moeda envolvia mecanismos de repressão aos posseiros, como a prática das ameaças, as invasões e queimas das roças, as prisões injustificadas, o aliciamento e a cooptação e, por fim, um número incalculável de mortes<sup>198</sup>.

A grilagem de terras também formou o substrato da ocupação do Bolsão sul-mato-grossense, sendo prática corriqueira no início do século XX. É o que afirma Barbosa (2010), para quem

O Bolsão, no início do século XX vai viver profundas disputas políticas e econômicas tendo como palco as duas principais cidades da região: Três Lagoas e Paranaíba. O centro da peleja era sempre o comando do aparelho do estado. No entanto, na maioria dos casos, *o estopim principal era a luta pela terra*. Ser dono de terra, muita terra, era o principal sinal de poder. O líder regional ou local lutava com todas as armas para ser dono de grandes fazendas. Com a lei da terra, de 1850, ficou mais difícil obter a terra apenas com base na posse. Era preciso comprá-la, *ou toma-las, através da expulsão pura e simples dos ocupantes*. Essa era uma prática comum. *As velhas oligarquias conseguiram terras exatamente assim* (s/p. Grifos nossos).

Contudo, cabe-nos dizer, até o momento não constatamos nenhum caso de invasão de terras e grilagem direta perpetrada pela Fibria ou pela Eldorado Brasil na região de Três Lagoas.

No caso específico da Veracel, sem dúvida, um expediente crucial da estratégia da empresa, constatado por diversas vezes na área de estudo, tem sido a instrumentalização do aparato estatal (com destaque para o Poder Judiciário e a Força Policial) a favor de seus próprios interesses econômicos. A criminalização e judicialização de todo e qualquer ato de questionamento à sua territorialidade, em geral personificado nas lideranças de movimentos sociais, é uma ação costumeira por parte dos fartos e bem aparelhados departamentos jurídicos das empresas.

Segundo informações obtidas em entrevista, a empresa teria processado diversas lideranças Pataxó que não se renderam à tática de cooptação e permaneceram em terras sob litígio com os indígenas<sup>199</sup>. Também obtive na Justiça, por força de liminar, duas reintegrações de posse da área onde se encontra a Baixa Verde, uma em 2008 e outra em 2010, além de ajuizar 13 processos judiciais contra seus integrantes até o mês de março de 2014, todos julgados favoravelmente à ocupação<sup>200</sup>.

Entre os trabalhadores entrevistados, foi muito recorrente a acusação de financiamento (ou “compra”) da Polícia pela empresa; daí, segundo eles, a utilização indiscriminada da violência institucionalizada do Estado contra eles e a favor dos interesses corporativos. É o que nos informou Maria (2 de julho), segundo quem, desde o início da ocupação, em 2009, os acampados teriam sofrido

---

<sup>198</sup> *Ibidem*.

<sup>199</sup> Francisco. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 20/03/2014.

<sup>200</sup> Manoel. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 23/03/2014.

mais de cinco despejos por reintegrações de posse, todos extremamente violentos por parte da Polícia e contando com o uso de maquinário agrícola pesado da Veracel.

Eles vêm armados de [calibre] doze, vêm de escopeta, como se a gente fosse bandido, marginal, sabendo que nós não estamos atrás das madeiras da Veracel. A gente quer terra pra trabalhar! [...] Destruíram oitenta e cinco por cento de toda a lavoura que a gente tinha aqui, abóbora, milho, feijão, mandioca, aipim, melancia... Tinha uma roça de quiabo aqui que era a coisa mais linda do mundo!<sup>201</sup>.

Provavelmente por ser muito mais recente, não se pôde averiguar o uso da mesma tática por parte da Suzano no Maranhão. Ainda assim, estudando a atuação da empresa na região do Baixo Parnaíba Maranhense (Leste do estado), Botelho, Almeida e Ferreira (2012) afirmam que “esses grupos econômicos são relacionados a integrantes das três esferas do poder local, o executivo, o legislativo e o judiciário, funcionando amparados por uma rede de agentes sociais ligados a aparelhos de poder” (p. 89).

Porém, a territorialidade intransigente e autoritária do capital arbóreo-celulósico não se limita à instrumentalização do aparelho de Justiça e Segurança Pública, requerendo o uso de vigilância particular por vigias que percorrem constantemente toda a extensão dos seus domínios de carro ou motocicleta, a fim de, segundo justificam, evitar queimadas e/ou roubo de toras de madeira. Para as comunidades locais, todavia, sua verdadeira finalidade é minar duas forças evitando a realização de atividades do cotidiano, como coletar lenha, pescar e caçar, por parte dos moradores locais, particularmente os ocupantes de terra (KOOPMANS, 2005; GOMES; OVERBEEK, 2011)<sup>202</sup>. Todas essas práticas, aliás, tão representativas da cultura e do modo de vida rural secularmente transmitido são terminantemente proibidas pelas empresas (Figura 23) quando da compra ou arrendamento das grandes fazendas nas regiões de estudo.

---

<sup>201</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 22/03/2014.

<sup>202</sup> Diversos depoimentos ouvidos durante os trabalhos de campo confirmam plenamente a existência desta prática, inclusive “velha conhecida” de outros lugares, como o Espírito Santo.

Figura 23 – Placa Proibitiva em Fazenda da Eldorado Brasil



Autor: Guilherme Marini Perpetua. Data: 17/12/2014.

Em campo no Extremo Sul, ouvimos relatos de Manoel (Ocupação Baixa Verde) e Maria (Ocupação 2 de Julho) sobre a vigilância ostensiva e constante realizada por seguranças da empresa terceirizada VISEL (Figura 24), por vezes armados. Maria denunciou ter sofrido diversas ameaças verbais e, inclusive, um episódio em que o chefe da equipe de segurança teria jogado o carro propositalmente em sua direção, tentando atingi-la<sup>203</sup>.

---

<sup>203</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 22/03/2014.

Figura 24 – Patrulhamento Particular da Veracel Celulose em Áreas de Plantio Próximas ao Acampamento 2 de Julho, Eunápolis (BA)



Autor: Guilherme Marini Perpetua. Data: 22/03/2014.

Ainda conforme a entrevistada,

Dois carros da VISEL, terceirizada da Veracel, tiraram várias pessoas de dentro da roça. Eles vêm armados até os dentes, vêm com filmadoras, filmam, ameaçam a gente, faz a gente sair da terra... Todo dia eles passam aí com uma ameaça diferente, e a gente está aqui só aguardando a decisão do Governo<sup>204</sup>.

Assim, finalmente, o uso da violência na forma de intimidação verbal e física parece esgotar as táticas territoriais do capital e dos seus apaniguados, cujos interesses estão atados aos dele, como nos conta o Cacique Jê.

Como ficamos acuados, resolvemos entrar dentro da reserva para não ser mortos por fazendeiros, por pistoleiros, pelos donos desses plantios de eucalipto que vêm ameaçando a gente de morte [...]. A gente sofre muita ameaça, ameaça por eles de mandarem pistoleiros até nossa aldeia, de matar nossas crianças, de matar nossas mulheres e que se a terra for demarcada eles vão matar todos nós, não vai ficar uma pessoa em pé<sup>205</sup>.

---

<sup>204</sup> Idem.

<sup>205</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 24/03/2014.



Manoel também nos remete às intimidações.

E isso não é uma coisa só nossa [dos acampados na Baixa Verde]. Têm outras pessoas, outras comunidades que também sofrem ameaça, é uma coisa articulada. [...] Todo mundo hoje que faz enfrentamento à Veracel está sofrendo ameaças e perseguições<sup>206</sup>.

E as ameaças e intimidações não se limitam ao Extremo Sul. Conforme relatou Raimundo (Comunidade Viva Deus I, em Imperatriz), “um dia, na primeira audiência que teve da Suzano – foi lá no Palácio do Comércio – um cara ‘fogoio’ me intimidou [...] [dizendo] ‘Ei bicho, ó, te prepara que vocês vão ser ‘sacados’ dali, vão ser retirados dali’”<sup>207</sup>.

Contudo, o depoimento mais contundente a esse respeito foi contado pelo Senhor Álvaro, um agricultor de Eunápolis. No ano de 1979, ele diz ter comprado, em sociedade com o irmão, 530 ha de terra na região de posseiros que ali habitavam desde a década de 1960. “Em 1994”, conta o agricultor,

Fui posto pra fora [da terra] por quatro jagunços não identificados, porque usavam máscaras. Eram seis horas da tarde [18hs00 p.m.], [eles] fizeram meus trabalhadores desocuparem as terras dizendo que estavam a serviço da Veracruz Florestal [...] e então fomos obrigados a abandonar as terras para não morrermos ali mesmo. Aí destruíram as casas e [também] os animais e plantações foram destruídos. Eles usaram máquinas, tratores de esteira para destruir toda a mata que tinha na região<sup>208</sup>.

Segundo o entrevistado, o caso dele não é o único, mas um entre os mais de duzentos que ocorreram naquela época: “[São] pessoas que foram expulsas de várias terras por pistoleiros que criaram uma empresa chamada Indústria Cabrália, e essa Indústria Cabrália pegava as terras e vendia para a FLONIBRA, que é um grupo japonês que hoje está nas mãos da Veracel”<sup>209</sup>.

Recentemente, Álvaro ressaltou ter sido procurado pela Veracel, supostamente interessada em ressarcir-lo pelos danos e prejuízos causados no passado. Até o momento, porém, nenhum passo foi dado neste sentido, mas, “pelo contrário, depois que isso aconteceu eles plantaram eucalipto em parte das terras que eram minhas e que ainda não estavam plantadas”<sup>210</sup>.

Contra este pano de fundo, a estratégia territorial das empresas configura-se claramente como um *mandonismo corporativo*<sup>211</sup>, impessoal e travestido pela “modernidade” (aqui equivalente à alta

---

<sup>206</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 23/03/2014.

<sup>207</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 12/09/2014.

<sup>208</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 24/03/2014. A mesma história foi tema de matéria subscrita pelo jornalista Teoney Guerra (22/01/2014) e está disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2014/01/22/grilagem-terceirizada-por-teoney-araujo-guerra/>> (Acesso em 28/03/2014).

<sup>209</sup> Idem.

<sup>210</sup> Idem.

<sup>211</sup> Segundo José Murilo de Carvalho (1997), na acepção historiográfica do termo, o mandonismo é uma característica da política tradicional brasileira que existe desde os primórdios da colonização e sobrevive ainda hoje; uma noção referente à “existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder”, sendo o “mandão”, “[...] aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra,

tecnologia), erigido por sobre o desmesurado poder econômico das grandes corporações e, por conseguinte, por suas ramificações no plano da política e da justiça. É, pois, um controle territorial rígido, policialesco, que pretende assegurar o fornecimento de matéria-prima em tempo integral para as fábricas na exata medida da defesa da propriedade privada, mesmo em áreas com sérias pendências jurídicas e sob questionamento da legitimidade dos títulos, como é o caso na Bahia e no Maranhão.

Não obstante, devemos evitar qualquer leitura personalista ou individualizada dos fatos. A chave da compreensão crítica não está na ação de indivíduos isolados e autônomos (como quer o liberalismo burguês), nem tampouco no movimento de qualquer estrutura semovente todo-poderosa (como supõe o determinismo econômico), mas na relação dialética entre sujeito e estrutura. É certo, como afirmou Mészáros (2007), que “a humanidade não age por si mesma, mas *por meio da intervenção dos indivíduos particulares no processo histórico*, inseparável dos grupos sociais aos quais os indivíduos pertencem como sujeitos sociais” (p. 35. Grifos do autor). Entretanto, adverte Marx (2011a), embora os homens façam sua própria história “[...] não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (p. 25).

A interpretação relacional do problema, por seu turno, requer considerarmos que, envolvidos em relações sociais – as quais são relações de reciprocidade dialética que, inevitavelmente, alteram mutuamente todas as partes implicadas (PRADO JUNIOR, 1973; MÉSZÁROS, 2006) - os sujeitos revestem imperativos sistêmicos dos metabolismos sociais, transformando-se em “personificações das relações sociais” (MARX, 2013; MÉSZÁROS, 2011), isto é, ao agirem em seu próprio interesse, perseguem os interesses de classe, participando assim da luta de classes. Por essa razão, como já afirmamos anteriormente (item 2.2), metabolismo e classes sociais distintos possuem distintas e por vezes conflitantes territorialidades, produzem territórios contrapostos e se apropriam, utilizam e representam de diferentes formas seus recursos territoriais.

Isso tudo fica evidente, tanto na estratégia territorial do capital, quanto na do trabalho, seja ele assalariado ou não (camponês, indígena, quilombola etc.). Na visão dos protagonistas de grandes empreendimentos como os da celulose, o território é entendido como espaço vazio e disponível (SANT’ANA JUNIOR, 2013), e seus recursos são concebidos como simples meios de produção de valores de troca, ou seja, formas de atingir o objetivo máximo da geração de lucro. Por isso, o emprego de trabalho vivo deve ser o mais racional (isto é, reduzido) possível, sendo as relações entre as pessoas ditadas pela hierarquia e pelo controle.

---

exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política” (s/p.).

Sob enfoque dos camponeses, povos originários e comunidades tradicionais, no entanto, o território e seus recursos assumem a forma de espaço pleno de significados, fonte de trabalho, de existência e de realização dos seus modos de vida, posto ser o objetivo da produção não a produção em si mesma, mas a produção de valores de uso para a satisfação das necessidades básicas da família<sup>212</sup>, sendo, pois, as relações entre as pessoas mediadas por laços de solidariedade.

Não são outros os termos usados pelo representante do CIMI para exprimir em poucas palavras as razões do conflito entre a Veracel e os índios no Extremo Sul: “a empresa quer terra para plantar eucalipto, os índios também querem terra, só que para sobreviver, para suas famílias, para plantar e tudo o mais”<sup>213</sup>. O mesmo abstraímos da fala do assentado Josué (Assentamento Califórnia, Açailândia-MA), para quem o conflito existe porque

O MST tem uma perspectiva de reforma agrária, de divisão de terra, e o projeto deles [da Suzano] é de concentração da terra, porque eles querem e precisam de terra, e de muita terra. [...] Então esse é um projeto que vai contra a nossa realidade, vai contra o nosso projeto de reforma agrária popular<sup>214</sup>.

Outros depoimentos, como no trecho seguinte, sucedem e esse, todos na mesma direção: “a gente sabe que a agricultura familiar é uma coisa e a empresa Suzano é outra coisa. É agronegócio contra o projeto da agricultura, e a gente tem esses desencontros, mas a vida segue”<sup>215</sup>.

Tomando por base esses resultados da pesquisa há, contudo, uma constatação cuja importância teórica certamente ultrapassa os objetivos desta tese, conquanto seja fulcral para a construção do conceito de pilhagem territorial; pode-se mesmo dizer que ele só faz sentido em função dessa constatação. Referimo-nos ao fato de que, na verdade, como procuramos demonstrar, a estratégia territorial imposta pelo capital arbóreo-celulósico não envolve apenas relações capitalistas “puras” - se é que essas relações existem em algum lugar -, mas uma licenciosa combinação de dinâmicas de acumulação tipicamente capitalista (ampliada), primitiva e por espoliação. Compreendê-la exigirá voltarmos nossas atenções uma vez mais à teoria, todavia com os olhos voltados para o entendimento das situações e realidades que se impõem na realidade estudada, explicitados no presente item.

“A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’” (MARX, 2013, p. 113). Aparentemente simples, a frase de abertura

---

<sup>212</sup> Sobre a dinâmica interna do metabolismo camponês veja-se, por exemplo, Chayanov ([1925] 1974). Conforme Delgado (2012), os sistemas agrícolas camponeses têm por características o consumo de grande parte da produção no próprio estabelecimento, a predominância do trabalho familiar e a reduzida utilização de insumos não agrícolas na produção.

<sup>213</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 20/03/2014.

<sup>214</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 13/09/2014.

<sup>215</sup> Geraldo (Presidente do STTR-Imperatriz). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 09/09/2014.

do Livro I de *O capital* esconde a essência da teoria marxiana do valor. Em sua forma pura, a acumulação do capital constitui um movimento diuturnamente repetido de circulação do valor de troca, dentro do qual a riqueza encarna-se em formas diferentes, passando do dinheiro à mercadoria e novamente ao dinheiro, agora ampliado. A esse movimento Marx deu o nome de “circulação ampliada”, cuja demonstração esquemática é a sobejamente conhecida fórmula  $D - M - D'$ , diferenciando-o assim da circulação simples ( $M - D - M$ ), que não implica adição de valor. Seguindo essa fórmula ideal, a produção de uma mercadoria particular realiza-se através do encontro entre um conjunto de mercadorias (os objetos de trabalho, como capital circulante) e a mercadoria força de trabalho (o trabalho vivo, como capital variável), mediadas por outras mercadorias (os meios de trabalho, como capital fixo). Na produção, a força de trabalho produz um tempo de trabalho excedente, isto é, superior àquele requerido para a sua própria produção como reprodução do trabalhador, de onde brota um valor adicional na forma de mais-produto, parte do qual, quando vendido no mercado por uma determinada quantia de dinheiro, retornará à produção como novo capital, e assim sucessivamente. Vemos, pois, que a mercadoria e o dinheiro não são senão veículos do valor de troca, e que está no trabalho a verdadeira origem da riqueza criada, por ser ele o único componente capaz de valorizar todos os demais no processo de trabalho.

Todavia, por uma questão pertencente ao reino da lógica, um tal círculo vicioso não pode originar-se de si mesmo. Daí a relevância da análise da “acumulação primitiva” por Marx, num dos capítulos finais da obra supracitada<sup>216</sup>. Criticando severamente as teses dos economistas políticos clássicos, para os quais o prodigioso acúmulo do capital propulsor da revolução industrial europeia teria sido obtido com o esforço e a abnegação dos antepassados da burguesia, Marx fez notar o caráter “nada idílico” da acumulação primitiva, tendo em vista que “na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência”<sup>217</sup>. Trata-se, isso sim, de um processo prévio não capitalista criador da relação propriamente capitalista, cuja pedra angular é “a separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho”, papel desempenhado especialmente pela expropriação das terras camponesas, mas também pela supressão de outras formas de produção, pela conquista colonial do “Novo Mundo” e pela crescente dívida pública dos Estados - formas complementares de acumulação primitiva<sup>218</sup>.

---

<sup>216</sup> A análise ocupa o capítulo 24 da Parte 7 do Livro I de *O capital*.

<sup>217</sup> *Ibid.* p. 786.

<sup>218</sup> Referenciado no mesmo texto, Harvey (2013) cita as seguintes formas assumidas pela acumulação primitiva: (a) mercadificação e privatização da terra e expulsão das populações preexistentes; (b) conversão de várias formas de direito de propriedade (comum, coletiva, do Estado) em propriedade privada; (c) mercadificação da força de trabalho e supressão das formas alternativas de produção e consumo; (d) processos coloniais,

A partir desse ponto de vista, podemos constatar, escreveu Marx num dos seus célebres aforismos, que “o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés” (p. 830).

Mas para alguns autores marxistas renomados, a maneira marxiana de abordar o problema apresentava lacunas. Rosa Luxemburgo (1970), por exemplo, deparou-se com uma incoerência entre termos lógicos enquanto procurava escrever uma introdução à teoria de Marx sobre a acumulação do capital. Segundo a autora, se tomarmos apenas o esquema marxiano da reprodução ampliada do capital, não há meio de entender o desenvolvimento dos setores de produção de meios de subsistência e de meios de produção de um país capitalista, por sua própria dinâmica interna, porquanto Marx afixou-se na hipótese de uma sociedade puramente capitalista, em que o aumento da produção seria movido por um aumento idêntico do consumo. Assim, em síntese, seu esquema pressuporia “um movimento do capital total que contradiz a marcha efetiva da evolução capitalista” (LUXEMBURGO, 1970, p. 293).

Para dissolver o imbróglio, Luxemburgo criticou duramente o fato de Marx ter relegado a acumulação primitiva somente ao passado, advogando a existência coetânea, sempre conflituosa e mutuamente excludente de camadas sociais e sociedades não capitalistas (movidas pela economia natural) e tipicamente capitalistas, mesmo em seu pleno amadurecimento, como sendo condição indispensável à sobrevivência do próprio sistema. O problema consiste precisamente em que, segundo a autora, “na realidade, nunca houve nem há uma sociedade capitalista que se baste por si mesma, na qual domina exclusivamente a produção capitalista” (p. 298), mas, pelo contrário,

A mais-valia só pode ser realizada por camadas sociais ou sociedades cujo modo de produção é pré-capitalista. Cabe admitir dois caminhos distintos: a indústria capitalista pode produzir um excedente de meios de consumo além de suas próprias necessidades (a dos trabalhadores e capitalistas) cujos compradores desse excedente são camadas sociais e países não-capitalistas [...]. A produção capitalista fornece meios de produção que excedem as próprias necessidades e encontra compradores nos países não-capitalistas (LUXEMBURGO, 1970, p. 302).

Vige, pois, uma acumulação primitiva permanente como pressuposto da acumulação ampliada. Deste modo, para esta autora, como para Rodolsky (2001)<sup>219</sup>, o capital manteria populações inteiras em seu estado original para poder praticar a acumulação primitiva, através de práticas colonialistas e imperialistas. Mas há aí uma contradição potencialmente destrutiva do próprio modo de produção capitalista, pois este, concomitantemente, necessita da existência e do intercâmbio com outros modos

---

neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos, inclusive dos recursos naturais; (e) monetarização das trocas e taxação; (f) comércio de escravos; (g) usura, dívida nacional e sistema de crédito.

<sup>219</sup> Reforçando esse ponto de vista, Lefebvre (1973) salienta as “insuficiências teóricas da teoria da acumulação primitiva” de Marx (p. 48).

de produção e põe fim a eles onde quer que chegue sua expansão irrefreável. Essa seria, no dizer de Mészáros (2007; 2011), uma das facetas da *irracionalidade sistêmica* envolvida na lógica expansionista e incontrolável do capital: a produção destrutiva.

Mais recentemente, Harvey (2013) recoloca a questão na ordem do dia. Retomando as contribuições anteriores, este autor contemporâneo evidencia que o capital pode também, além disso, utilizar-se de métodos de acumulação não tipicamente capitalistas em estruturas sociais e espaços já incorporados ao sistema capitalista, num mecanismo por ele denominado “acumulação via espoliação”. Assim, segundo o autor, a acumulação via espoliação difere da acumulação primitiva, pois enquanto essa “[...] abre um caminho à reprodução expandida”, aquela “[...] faz ruir e destrói um caminho já aberto” (p. 135)<sup>220</sup>.

Situação exacerbada pela hegemonia do capital financeiro e do neoliberalismo, algumas das manifestações renovadas da acumulação por espoliação citadas por Harvey (2013) são a valorização fraudulenta de ações, os falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, das fusões e aquisições e da promoção de níveis de encargos da dívida, as fraudes corporativas e os desvios de fundos (todos eles ligados ao sistema de crédito e ao capital financeiro, cujos mecanismos espoliativos foram aprimorados a partir da década de 1970); e mecanismos inteiramente novos, como os direitos de propriedade intelectual sobre material genético (patentes e licenças), a biopirataria, a destruição sem precedentes dos recursos naturais (terra e água, principalmente), a mercadificação de formas culturais históricas e da criatividade intelectual, e ainda, a destruição de direitos sociais e dos trabalhadores.

Não há como entender a pilhagem dos recursos territoriais sem considerarmos conjuntamente todas essas formas de acumulação (primitiva, via espoliação e ampliada), pois todas elas se entrelaçam numa complexa trama por meio da qual bens indispensáveis à vida e ao bem-estar da sociedade em geral, como a terra e a água, são transformados em ativos mercantis empresariais, seja pelo simples saque, seja por intermédio da mercadificação ou mesmo pela apropriação perpetrada com recurso aos novos mecanismos espoliativos, obviamente, quase sempre muito bem dissimulados. E como visto, além da terra e da água, outros recursos, como a infraestrutura adequada às necessidades das corporações, os benefícios fiscais, os bens e serviços públicos doados ou o crédito abundante são

---

<sup>220</sup> Em algumas passagens desta mesma obra fica-se com a impressão de que acumulação primitiva e por espoliação são por ele tomadas como sinônimo. Entretanto, num texto originalmente publicado em momento posterior, Harvey (2011) reafirma a mesma posição em relação à diferenciação dos conceitos, ao dizer, por exemplo, que “a acumulação primitiva não terminou com a ascensão do capitalismo industrial na Grã-Bretanha no final do século XVIII. Nos últimos trinta anos, por exemplo, cerca de 2 mil [sic] [bilhões] de trabalhadores foram incorporados à força de trabalho global disponível, em função da abertura da China e do colapso do comunismo na Europa central e oriental. Em todo o mundo, aconteceu a integração das populações camponesas até então independentes” (p. 55).

pilhados indiretamente do bolso da sociedade como um todo, em detrimento da melhoria nas condições de saúde, educação, alimentação, saneamento, dotação de infraestrutura urbana em bairros pobres, eletrificação na zona rural, esporte, cultura e lazer, entre uma infinidade de outros aspectos diretamente influentes na qualidade da vida da população<sup>221</sup>.

Assim, a pilhagem territorial se dá por meio da combinação entre as diversas formas de acumulação, entre espaços não incorporados ou apenas formalmente subsumidos ao metabolismo do capital (como as terras camponesas, indígenas e tradicionais) e espaços realmente subsumidos. Inerente à forma de atuação do grande capital agromineral produtor e exportador de *commodities* no Brasil (e em vastas áreas do Hemisfério Sul do globo), ela é diretamente proporcional à lógica rentista e especulativa imperante na era da hegemonia do capital financeiro.

E isso não se vincula apenas ao atual contexto de mundialização e hegemonia do capital-dinheiro, mas também a características inerentes à formação socioespacial brasileira. Brandão (2010) lança mão da hipótese de ser o Brasil, antes que um país capitalista típico,

[...] um enorme complexo ou arranjo de apropriação/expropriação e promoção mercantil, que *lança mão permanentemente de formas diversificadas de acumulação primitiva*, ou seja, um aparelho mercantil com massas e circuitos de valorização mercantis fundados na extensividade e no expansionismo territorial predatório (p. 39. Grifos nossos).

Deste modo, a vigência de um “colonialismo interno”, regido por mecanismos semelhantes àqueles que regem o imperialismo (o expansionismo no plano mundial), dado pela “fuga para frente” orquestrada pelas elites e oligarquias nacionais em conluio com conglomerados estrangeiros, está na base da pilhagem aqui empreendida.

Com efeito, a pilhagem territorial atual não é um processo recente, nem tampouco uma exclusividade do Brasil. Rugar (2012) observa que, desde os anos 1990, diversos países da América Latina experimentam um *boom* da exportação de *commodities* minerais e de outros recursos estratégicos amalgamado com a expansão de cultivos agrícolas para exportação em grande escala, fato aprofundado no século XXI, particularmente pela expansão do capitalismo chinês e seu papel na alavancagem da demanda mundial (efeito China) já abordado. Reafirma-se, assim, o lugar historicamente legado ao “Novo Mundo” na divisão internacional do trabalho. Também, por isso, Galafassi (2012) endossa a mesma argumentação, afirmando que a história da América Latina foi definida, antes de tudo, pela relação capital/recursos naturais<sup>222</sup>.

---

<sup>221</sup> Conforme informações d'O Estado de São Paulo (30/12/2013), em 2014, o Brasil deixaria de arrecadar R\$ 323,17 bilhões com desonerações tributárias e subsídios (incentivos fiscais). O valor é maior que a verba destinada aos ministérios da saúde e educação juntos.

<sup>222</sup> *As veias abertas da América Latina*, o célebre livro de Eduardo Galeano (2000), constitui um ponto alto da tomada de consciência desta realidade pela esquerda latino-americana, figurando, a nosso ver, como a expressão mais poética da pilhagem imperialista aqui praticada sem escrúpulos há mais de cinco séculos.

Ao propormos o conceito de pilhagem territorial, queremos evidenciar o fato de que, em casos como os do agrohidronegócio da celulose, a dimensão territorial dos empreendimentos – aqui entendida como controle e apropriação de uma fração de espaço com seus recursos – é primordial e está na ordem do dia das estratégias corporativas<sup>223</sup>, no interior e para além da escala do país. Em outras palavras, é pelo controle do território que as empresas esperam controlar os mercados e agraciar seus acionistas com lucros extraordinários. Prova disso são os consideráveis esforços intelectivos feitos pelos gestores do grande capital no momento da escolha da localização dos novos empreendimentos, constatáveis quando se examina qualquer mapa de localização das fábricas nos contextos regionais específicos nos quais se inserem (Figuras 7, 9 e 11).

Ademais, a sanha territorial das empresas em geral não tem encontrado portas livremente franqueadas, e para ser bem-sucedida deve apresentar-se por detrás de um espeço véu ideológico. Na realidade, faz-se indispensável ao agronegócio brasileiro outro conjunto de táticas, composto por discursos (produção científica, estudos de projeção, marketing do tipo *greenwashing*), mecanismos jurídico-formais (medidas provisórias, projetos de lei) e ações ditas empreendedoras em localidades rotuladas como “economicamente deprimidas”. É a esse conjunto que Almeida (2010) procura desvelar por meio do conceito de “agroestratégias”. No caso específico em apreço, cabe destacar o papel de diversas instituições e agentes, como a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS), empresas de consultoria (como a Pöyry) e certificação (como a FSC), instituições de pesquisa (como a EMBRAPA e a ESALQ-USP), professores universitários, economistas de renome, especialistas em políticas públicas, ONGs, dentre outros.

#### **2.4. O elo que nos liga à crise estrutural do capital**

A pilhagem territorial, da maneira como a concebemos e apresentamos anteriormente, não se dá apenas por puro e simples interesse das grandes corporações ou grupos, e seu sentido não é apenas o de transformar recursos territoriais em espólios que vão diretamente para os bolsos dos acionistas e controladores do capital arbóreo-celulósico. Embora isso de fato aconteça, é preciso analisar o problema sob outro ângulo, enquadrando os sujeitos, suas aspirações individuais e instituições no

---

<sup>223</sup> O mesmo fato foi notado e evidenciado por Morelli (2011) em sua tese, segundo a qual “a base florestal do eucalipto, ou monocultura do eucalipto, necessita de grandes áreas para sua implantação, não sendo, na maioria das vezes, possível sua conciliação e/ou associação na mesma porção do território com outras culturas [...]. Torna-se, portanto, uma disputa no campo territorial, através da apropriação territorial e da implantação de bases florestais, com o surgimento posterior de reflexos no campo econômico e no campo sócio-ambiental” (p. 180).



interior da estrutura metabólica de controle que inevitavelmente serve de quadro de referência e orienta cada uma de suas ações, de modo que, reafirmamos, ao perseguirem seus próprios interesses, na verdade, atuam também como personificação de relações sociais (MARX, 2011; 2013; MÉSZÁROS, 2011).

E mais, necessário se faz compreender o encadeamento e a articulação desta dinâmica específica de acumulação na indústria de celulose com a dinâmica global da acumulação do capital. Pois para o capital, pouco ou nada importa o setor/ramo ou lugar da inversão; sua visão unidirecional enxerga unicamente a taxa média de lucro que poderá auferir neste ou naquele ramo/setor, neste ou naquele país ou região. Algo semelhante se dá entre as formas de existência assumidas pelo capital (comercial, industrial e financeiro), atualmente cada vez mais urdidadas e também objeto da mobilidade.

Tais considerações são importantes para a compreensão da territorialização do capital arbóreo-celulósico, porquanto não se pode entendê-la de maneira adequada desconsiderando a relação existente entre a produção propriamente dita (monocultivo arbóreo e produção de celulose) e a esfera financeira, ou a financeirização do setor, materializada nas grandes corporações e empreendimentos na atual fase do processo de mundialização do capital. O argumento defendido é que a pilhagem territorial recente, da maneira como está posta, é expressão direta da dominância e imposição da lógica da esfera financeira, a qual, por sua vez, está umbilicalmente ligada àquilo que Mézáros (2011) chama de crise estrutural do capital, momento de vigência da *produção destrutiva*.

Primeiramente, vejamos um pouco sobre o capital financeiro. Conforme Guilherme Delgado (2012)<sup>224</sup>, o capital financeiro origina-se da separação histórica entre o capital produtivo e os títulos e obrigações que o representam, criando uma esfera crescentemente autônoma e hegemônica. Neste sentido, passa a ser igualmente um “espaço virtual” atraente para a mobilidade do capital, tendo em vista apoiar-se a mobilidade do capital “[...] na possibilidade que tem os capitalistas de retirar a todo momento seu capital invertido sob a forma de dinheiro, transferindo-o para outras aplicações” (HILFERDING, 1963 *apud* DELGADO, 2012, p. 45). Um dos problemas dessa bipartição do capital em produtivo e financeiro é que cada uma dessas formas assumidas pelo mesmo capital possui uma lógica distinta de formação de preços, sendo a primeira determinada pelos custos de produção e a segunda, pela expectativa de rendimentos futuros<sup>225</sup>.

Materializado mais precocemente nos países de capitalismo central, o processo de financeirização da agricultura, como demonstrado pelo mesmo autor (DELGADO, 2012), não deve ser concebido como fato recente também no Brasil, posto ter tido início durante o ciclo da modernização conservadora (1965-1985), com o aprofundamento das relações de crédito e o crescente

---

<sup>224</sup> Os excertos de Delgado (2012) apoiam-se na obra clássica de Rudolf Hilferding, *O capital financeiro* (1985).

<sup>225</sup> *Ibidem*.

domínio baseado nos títulos e obrigações em propriedade dos credores, especialmente das instituições bancárias.

Sucedeu que a crise do capitalismo global, deflagrada no último quartel do século passado, inaugura um novo momento histórico no qual grandes bancos, companhias de seguro e fundos de investimentos passam a pilotar o navio da economia mundial, ditando inclusive a política econômica em cada país (CHESNAIS, 1996). A hegemonia do capital financeiro, rentista e especulativo, torna-se fato consumado já que, de acordo com Braga (1993), “no capitalismo contemporâneo as finanças ditam o ritmo da economia [...] e, nesse sentido, há uma dominância financeira na atividade econômica” (p. 26).

Contribui igualmente para isso o fato de que a maior parte das corporações, incluindo as industriais, além de funcionarem com capital aberto, negociando suas ações em bolsas de valores, têm em suas aplicações financeiras elemento central do processo de acumulação<sup>226</sup>. Há também o movimento inverso, do capital financeiro em direção ao capital produtivo, tendo em vista a crescente inundação do mundo com excesso de liquidez, isto é, de dinheiro proveniente da esfera financeira à procura de algo rentável para aplicar-se e valorizar-se (HARVEY, 2011).

Assim, a valorização do dinheiro pelo dinheiro (descrita pela fórmula D-D<sup>2</sup>) penetrou o coração da economia, acelerando-o e inchando-o como nunca de sangue fictício e permitindo que os mercados financeiros ergam-se como força todo-poderosa perante os Estados, as empresas de menores dimensões, classes e grupos sociais despossuídos, aos quais resta a nefasta responsabilidade de arcarem com o peso de suas exigências excruciantes (COSTA, 2011).

No dizer de Arroyo (2006),

*É cada vez mais frequente a busca de alternativas por obter lucros que não se restrinjam à produção pura e simples de bens e serviços. As grandes empresas ampliam expressivamente a posse de ativos financeiros, não apenas como reserva de capital para efetuar futuros investimentos produtivos [...]. Todas as corporações [...] têm em suas aplicações financeiras, de lucros retidos ou de caixa, um elemento central do processo de acumulação global da riqueza (ARROYO, 2006, p. 4. Grifos nossos).*

E, sob tal regência, explica Leda Paulani (2009), a produção da riqueza “real” deve adequar-se inteiramente aos imperativos da valorização financeira.

*Seus processos devem ser adequados às necessidades de giro rápido e pronta condição de aproveitar ganhos que a acumulação financeira impõe, o “mínimo” de rendimento real que a produção deve gerar é muito alto, dada a elevada valorização dos ativos financeiros (o que pressiona no sentido de uma exploração do trabalho ainda mais violenta), a operação do caixa deve ser tal que ele funcione não como atividade de apoio à produção, mas como centro de lucro adicional, os gestores dos grandes*

---

<sup>226</sup> Durante a crise financeira de 2008, a Aracruz perdeu cerca de R\$ 2,17 bilhões em função de especulação financeira com derivativos tóxicos. Por esse motivo, buscando salvá-la da falência iminente, o BNDES financiou (com R\$ 2,4 bilhões) sua fusão com a VCP, no ano seguinte (OWERBEEK; KRÖGER E GEBER, 2012).

grupos de capital devem buscar, antes de tudo, a maximização do valor acionário da empresa, fazendo o que for necessário (fraudando demonstrativos, recomprando suas próprias ações etc.). (PAULANI, 2009, p. 28. Grifos nossos).

Passando em análise o rebatimento dessas tendências especificamente para o campo e a agricultura, Horácio Martins de Carvalho (2013) revela a estratégia contemporânea do capital financeiro de comprometer-se com a produção agroalimentar e arbórea em larga escala, além de investir pesado na aquisição e o arrendamento de terras, objetivando reduzir riscos e otimizar lucros no contexto de recessão global<sup>227</sup>. Tendo isso em mente, é de se supor que empresas como as do segmento arbóreo-celulósico possam servir de “casulos” para valorização do capital sobreacumulado que deixou de encontrar aplicação rentável no próprio setor financeiro e em outros setores/atividades. No mesmo sentido, Carrere (2007) é convicto em afirmar que

[...] por trás [da expansão dos monocultivos arbóreos e da produção de celulose nos países do Hemisfério Sul] está o capital financeiro, que tem dinheiro e *tem que o investir em algo*. E esse algo tem que ser grandes investimentos. Já passou, por exemplo, o ‘boom’ da privatização, então agora vem novamente *o problema de onde investir essa quantidade de recursos*. O setor da celulose é onde o retorno é naturalmente seguro, por isso o capital financeiro está financiando essas ações” (s/d. Grifos nossos).

Neste caso, se o capital vai à cata de empreendimentos para valorizar-se em segurança, os empreendimentos também vão em busca de capital. Atualmente, é fato consumado em qualquer grande projeto celulósico a procura por recursos financeiros junto a grupos de investimento, fundos de pensão etc. e, deste modo, a produção de celulose passa a congrega frações de capital agrícola, comercial e industrial sob o mando despótico e desmesurado do capital-dinheiro. Entusiasmado com isso, Xico Graziano, um dos mais destacados defensores agronegócio brasileiro, constata:

Percebe-se claramente essa tendência, crescente no Brasil, de grandes empresas de capital aberto, controladas por fundos de investimento, de origem externa ou interna, aplicarem seus recursos na atividade agrícola. Há vários modelos de operação, sempre vinculados ao mercado financeiro (ESTADO DE SÃO PAULO, 14/05/2013).

Por tudo isso, concordamos inteiramente com a arguta observação feita por André Oliveira (2014): o monocultivo de eucalipto e a produção de celulose, nos moldes atuais, aparecem como uma determinação, no sentido de que a crise os determina. E, ao imiscuir-se na produção de árvores e celulose, a lógica do capital financeiro não pressiona apenas a força de trabalho, como igualmente os demais recursos territoriais ao limite, de modo a fazer responder a produção às suas exigências (giro rápido e alta rentabilidade), porque “os juros do capital dinheiro reivindicam uma fatia crescente do

---

<sup>227</sup> Uma das provas dessa tendência foi a entrada de cerca de US\$ 200 bilhões por ano no Brasil, desde a crise de 2008, fato que repercutiu na compra de 2,6 milhões de ha de terra por estrangeiros, entre 2000 e 2010 (CARVALHO, 2013).

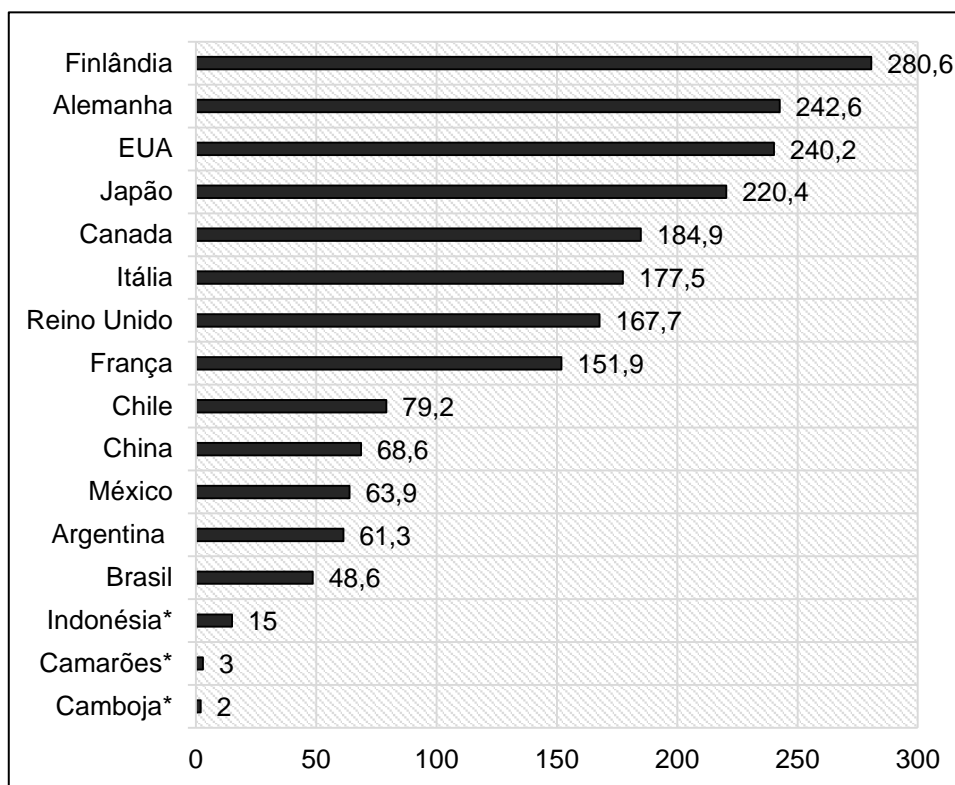
lucro agrícola, segundo uma lógica estritamente financeira de retorno do capital” (DELGADO, 2012, p. 67).

A ligação visceral com a esfera financeira tem atuado diretamente também como condicionante do processo de periferação da produção de eucalipto-celulose, em nível mundial, como indicam os consultores do BNDES (BIAZUS; HORA; LEITE, 2010b). Prova inequívoca disso foi a onda de fechamentos das fábricas “menos competitivas” nos países do Hemisfério Norte, em função da retração dos preços de mercado da celulose em 30%, em meio à crise deflagrada em 2008.

Ademais, não apenas o capital das grandes corporações, mas os próprios PIAs tronaram-se ativos negociados e valorizados como ativos financeiros. Os investimentos em “ativos florestais”, negociados na forma de ações, por meio de organizações como os Timberland Investment Management Organizations (TIMOs) e Real Estate Investment Trusts (REITs), têm crescido significativamente nos últimos anos. Segundo a IBÁ (2014), eles passaram de algo entre US\$ 15 e 30 bilhões, em 2005, para algo entre US\$ 70 e 80 bilhões em 2013.

Levar em conta que o processo de produção só pode ser entendido como uma totalidade composta (produção, circulação, troca e consumo) (MARX, 2011b) coloca ainda outra senda para visualizarmos o elo entre o capital arbóreo-celulósico e a crise estrutural. Trata-se do aumento impetuoso do consumo de papel no mundo nas últimas décadas, cuja distribuição geográfica tem sido profundamente desigual (Figura 25).

Figura 25 – Consumo Per Capita de Papel (em quilos) em Países Selecionados (2010)



\*Dados referentes ao ano de 2008.

Fonte: RISI/BRACELPA, 2012; WRM, 2008 (*apud* KUDLAVICZ, 2011a).

Adaptado pelo autor a partir de Perpetua (2012).

O crescimento exponencial altamente concentrado do consumo de papel no mundo nas últimas décadas - o qual teria quadruplicado dos anos 1960 até hoje, segundo dados do WRM - é a verdadeira alavanca subjacente da nova divisão territorial do trabalho na indústria papeleira. Nessa divisão, na qual os países periféricos inserem-se cada vez mais como produtores de matéria-prima, a China comparece enquanto grande produtora do produto final e os países capitalistas centrais na condição de vorazes consumidores finais.

E quando decomposta por tipo, a demanda mundial por papel – cuja produção total no mundo aumentou cerca de 40%, passando de 264 milhões de ton./ano para 375 milhões de ton./ano no curto intervalo entre 1994 e 2010 (OWERBEEK; KRÖGER E GERBER, 2012) - revela aspectos importantes para a análise desde o ponto de vista adotado. Engana-se, pois, quem supõe ser esse aumento fruto das maiores taxas de alfabetização no mundo todo, pois apenas 1/3 de todo o papel produzido no mundo é usado como papel de imprimir e escrever, destinando-se, mais da metade, à

produção de materiais comerciais e publicitários, papéis domésticos e para fins de higiene (BACHETTA, 2008; BONILHA, 2011)<sup>228</sup>.

Trabalhamos com duas hipóteses complementares para explicar esse fenômeno, ambas derivadas da própria natureza do metabolismo social vigente, mas com certa autonomia entre si, porquanto não coincidentes historicamente. A primeira é consequência direta da consolidação do capitalismo monopolista e foi apontada por Braverman (1987), tendo a ver, por um lado, com o crescimento da institucionalização de inúmeros serviços pela máquina da burocracia estatal (a qual não funciona sem um crescente turbilhão de papéis) e, por outro, o avanço da divisão técnica do trabalho na produção, inclusive nos setores administrativos, exigindo contabilidade comparada e, assim, registros compulsivos em papel. “Assim”, diz o autor, “a forma do valor das mercadorias separa-se da forma física como *um vasto império de papel* que sob o capitalismo torna-se tão real quanto o mundo físico, e que engole crescentes quantidades de trabalho” (p. 258. Grifos nossos).

A segunda é tributária da própria forma de ser do capital como relação social e produtiva que, baseada na completa subordinação do valor de uso ao valor de troca e ao mercado, tende a reduzir a taxa de utilização das mercadorias ao máximo, de modo a acelerar o seu processo de substituição. Como postula Mészáros (2011), a “taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias” é uma tendência histórica do capital, trazida para o primeiro plano apenas nas últimas décadas de crise estrutural. Luxemburgo (1970) segue a mesma linha, explicando que “a verdadeira finalidade e impulso motriz da produção capitalista não é conseguir mais-valia em geral, numa só apropriação, em qualquer quantidade, mas de forma ilimitada e em quantidade crescente” (p. 18). E sob o regime da concorrência “o processo reprodutivo transforma-se numa exigência”<sup>229</sup>.

Com a vigência da taxa de utilização decrescente, a perdularidade, o desperdício e o puro e simples destrutivismo tornam-se traços constitutivos da vida social na contemporaneidade, afetando negativamente todas as três dimensões fundamentais da produção e do consumo capitalistas, a saber: a dos bens e serviços, das instalações e maquinaria, e da própria força de trabalho. Contribuem para fazê-la avançar, a introdução de

meios necessários que possam *reduzir* a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usada, *encurtando* deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vórtice da circulação que se acelera. A notória ‘obsolescência planejada’ em relação aos ‘bens de consumo duráveis’ produzidos em massa; a substituição, o abandono ou o aniquilamento deliberado de bens e serviços que ofereçam um potencial de utilização maior [...] em favor daqueles cujas taxas de utilização tendem a ser

---

<sup>228</sup> Disso se conclui, conforme Bachetta (2008), “que la mayor parte del consumo de papel em los países ricos no está dirigida a atender necesidades fundamentales, sino nuevas formas de consumo supérfluo que dan grandes ganancias a la industria de la celulosa y que son grandes generadoras de basura” (p. 12).

<sup>229</sup> *Ibid.* p. 19. Esta correlação foi indicada de passagem em nossa dissertação de mestrado (PERPETUA, 2012) e é aqui retomada e melhor desenvolvida.

menores [...] a imposição artificial da capacidade produtiva quase que completamente inutilizável [...] o crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova [...] o extermínio deliberado das habilidades e dos serviços de manutenção [...] Tudo isso pertence a essa categoria (MÉSZÁROS, 2011, p. 670. Grifos no original).

O consumismo desenfreado de mercadorias de todos os tipos, todavia altamente concentrado em alguns pontos da rede territorial assimétrica da mundialização, tem como contrapartida o crescimento desmesurado do consumo de papéis para embalagens, impressão de manuais, notas, comprovantes etc., sem contar todo o material desperdiçado por meio da pujante indústria da publicidade, ampliando sobremaneira a vastidão do império de papel saído do vórtice da contabilidade comparada e da burocracia estatal.

Nessa medida, os territórios periféricos são transformados em suportes complexos do processo extrativo-produtivo de insumos para as economias de alto nível de consumo (GALAFASSI, 2012) e tornam-se válvulas de escape para a crise estrutural, à base da superexploração do trabalho e dos demais recursos neles presentes sob a intransigente batuta do capital financeiro.

## **2.5. (Re)Existência e enfrentamento: a construção do contra-espaço**

Partindo de nossas escolhas teórico-metodológicas e, com tanta ou mais razão, das constatações e aprendizados oportunizados pelos trabalhos de campo realizados e por todo o processo de pesquisa qualitativa que encontrou neles seu eixo principal, torna-se forçoso admitir, como o fizeram Lefebvre (1973), Thompson (1981) e Foucault (2002), que onde há relações de poder há resistência e, por extensão, que toda territorialidade implica contraposição e luta, questionamento e conflito territorial de maior ou menor intensidade. E por mais implacáveis que sejam, a dominação, o controle e a força jamais incidem sobre “corpos passivos” e totalmente “dóceis”, de modo que o território hegemônico pelo capital está sempre em constante tensionamento e conflitualidade. Nesse sentido, as formulações de Ruy Moreira sobre o espaço e o contra-espaço mostraram-se valiosas para a presente tese.

Nenhuma sociedade, afirma o autor (MOREIRA, 2001; 2007), pode existir fora de um espaço, e a produção da sociedade é, ao mesmo tempo, a produção desse espaço, o espaço geográfico – que é, ao mesmo tempo, produto, meio de produção e meio de controle/dominação, segundo Lefebvre (2006). A partir de práticas espaciais, as relações da sociedade arrumam-se na forma de um arranjo de espaço capaz de levar à convergência dos momentos para uma finalidade predeterminada.

Da escolha de uma localização, orientada pela seletividade (MOREIRA, 2001), surge a distribuição, conjunto de localizações cuja organização interna forma a posição. Nestes termos, o espaço pode ser concebido como um “sistema de localizações recíproca e internamente interligadas” (MOREIRA, 2007, p. 73). Na sociedade capitalista, no entanto, não há nenhuma harmonia entre esses elementos compositivos do espaço, na medida em que a localização, princípio básico da lógica hegemônica da produção capitalista do espaço, contrapõe-se frontalmente à distribuição, princípio das relações sociais não capitalistas, estabelecendo assim a tensão centralidade/alteridade, uno/múltiplo, hegemonia/heteronomia, em suma, espaço e contra-espaço.

Vale dizer que o espaço, produzido sob tal tensão, não é produto de uma entidade abstrata, nem mesmo apenas do Estado, mas construído dos embates da sociedade civil hegemônica pela classe dominante, sendo parte fundamental do processo de produção e controle da sociedade (MOREIRA, 2008). Daí ser a tensão existente insolúvel porque característica constitutiva do espaço, desdobrando-se sempre, aqui e ali, em conflitos.

O contra-espaço, por sua vez, pode ser entendido como

[...] o modo espacial por meio do qual excluídos e dominados põem em questão a ordem espacial instituída como forma de organização da sociedade, rejeitando ou copiando o modo de vida que ela impõe aos que vivem embaixo e dentro dela (MOREIRA, 2007).

As características de sua lógica são a distribuição, que permite e favorece a alteridade, a existência do múltiplo e do diverso, a heteronomia. Cabe, entretanto, uma advertência do autor: são os sujeitos sociais, a partir de sua localização e posição e de diferentes e conflitantes interesses – os quais, lembremos, numa sociedade de classes convergem para os interesses de classe – os verdadeiros formadores da real organização da sociedade, com sua intervenção no espaço exercida por intermédio de instituições da sociedade civil e do Estado<sup>230</sup>.

Deste modo, a hegemonia e a destrutividade do capital arbóreo-celulósico baseiam-se e impõem uma lógica hegemônica de produção do espaço, orientada pela localização, centralidade, heteronomia e unicidade, a qual tem esbarrado sempre e em todo canto com os sujeitos sociais aos quais deve lesar para realizar seus objetivos legítimos. Estes, de inúmeras formas, opõem-se a elas e produzem contra-espacos voltados para a distribuição, a autonomia e a multiplicidade, demonstrando ser o contraste entre metabolismos sociais algo irreconciliável dentro dos estreitos e perigosos limites do modo de controle (territorialidade) imposto. Nessa perspectiva, os trabalhadores e trabalhadoras devem ser encarados como sujeitos reais e complexos, capazes de condicionar as tendências inerentes

---

<sup>230</sup> *Ibidem.*



ao capital, e não meros “fatores” ou “dados” inseridos na macroestrutura da produção capitalista, como supôs o estruturalismo althusseriano (THOMPSON, 1981).

Com isso, estamos defendendo abertamente a crítica necessária ao dogmatismo em relação aos textos fundadores da tradição marxista<sup>231</sup>, quase sempre vinculado ao desejo de instrumentalização pragmática da teoria por parte do movimento político (KONDER, 2002; MÉSZÁROS, 2006). Tal postura, como sabemos, desembocou num empobrecedor reducionismo mecanicista e economicista do mundo do trabalho e dos sujeitos que trabalham, sob forte influência positivista, ao longo do final do século XIX e início do século XX (NETTO, 2011). O resultado foi que grande parte dos sujeitos sociais “de carne e osso” passou a ser concebida como mero conjunto de elementos passivos, subordinados em tudo à estrutura da produção, a partir daquilo que Edward Palmer Thompson (1998) chamou de “visão redutora do homem econômico”.

Enquanto lúgubres espectros das relações sociais fetichizadas e estranhadas, em tais análises, assumiram a forma de seres unidimensionais, porque constituídos de antemão, única e exclusivamente, pela dimensão econômica da vida e, quando muito, pela determinação de classe. Era o primado da estrutura sobre o sujeito, cujo corolário não poderia ser outro senão o distanciamento em relação à práxis sócio-histórica concreta e à totalidade viva do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2006; MÉSZÁROS, 2007; 2011).

Dentro das mesmas coordenadas epistemológicas, o operariado industrial, em alguns casos reduzido aos trabalhadores manuais empregados na indústria, triunfou como única força social capaz de conduzir as massas rumo à revolução socialista, portanto, o único e verdadeiro “sujeito da história”. A chave dessa concepção encontra-se na asserção leninista do Partido Comunista como “vanguarda organizada da classe operária” (ANTUNES, 1982). Em *O desafio e o fardo do tempo histórico*, Mészáros (2007) opõe-se firmemente a tais posições, afirmando que “restringir o agente social da mudança aos trabalhadores manuais não é obviamente a posição do próprio Marx” (p. 70)<sup>232</sup>, e mais à frente,

O que há de decisivo não é a relação historicamente mutável entre o trabalho de ‘macacão’ e o de ‘gravata’, mas o confronto fundamental e socialmente intransponível entre capital e trabalho. Esse confronto *não se restringe a esta ou àquela parcela particular do trabalho, mas abarca a totalidade do trabalho* como antagonista do capital<sup>233</sup>.

---

<sup>231</sup> No Brasil, um dos principais representantes dessa linha é, sem dúvida, Sérgio Lessa (2007).

<sup>232</sup> Em artigo recentemente publicado no Brasil, o historiador Marcelo Badaró Mattos (2013) endossa a mesma opinião, afirmando ainda ser necessário superar as concepções estreitas de classe trabalhadora em direção a um conceito ampliado, e isso só pode ser bem-sucedido se recuperarmos as concepções originais de Marx e Engels, afinal, diferentemente do que afirma Lessa (2007), por exemplo, *neles também era ampla a definição de classe trabalhadora*.

<sup>233</sup> *Idid.* p. 71. Grifos nossos.

Mesmo acatando a contundente e sagaz orientação do autor, fica-se ainda no árido terreno das discussões sobre a *amplitude* da classe trabalhadora atual. Não há aqui espaço para entrarmos em tal discussão. Cumpri-nos apenas informar que temos encontrado subsídios teórico-metodológicos para endossar a perspectiva da *classe trabalhadora ampliada* em três campos distintos, porém inter-relacionados dos estudos do trabalho: a Sociologia do trabalho, a História social do trabalho e a Geografia do trabalho, a qual nos filiamos diretamente<sup>234</sup>.

Vale a pena, contudo, apresentarmos a formulação de Antonio Luigi Negro e Flavio Gomes (2006) sobre este ponto de vista:

[...] a história dos trabalhadores *extrapola definições rígidas ou pré-noções generalizantes*. Se a investigação empírica e a análise se detiverem na classe trabalhadora aferrada ao ‘sentido marxista clássico’ (o operariado de carteira assinada, braços cruzados e macacão), estamos fadados a raramente encontrá-la. Em outras palavras, aqueles fenômenos coletivos que não são urbanos, industriais, nem galvanizados por multidões sindicalizadas, *podem ser perfeitamente fenômenos da história operária* (p. 223. Grifos nossos).

E a questão candente não se limita à amplitude da classe, passando igualmente pela rigidez de sua composição. Por isso, é necessário lançarmos luzes sobre a *não fixidez* dos sujeitos, sua transitoriedade de classe e fração de classe, no espaço e no tempo, mas também sua resistência, dando novos conteúdos às lutas e aos conflitos territoriais, posto estar o real concreto sempre em movimento. Nesse sentido, Thomaz Junior (2006; 2009; 2013) ajuda a solidificar o entendimento segundo o qual o trabalhador, especialmente numa sociedade como a brasileira - historicamente definida pela intensa mobilidade espacial, pela rotatividade do trabalho e pelos vínculos precários de posse da terra - encontra-se cada vez mais submetido às mudanças de setor, de rotina, de atividade, de habilitação, de categoria, de profissão, de identidade, de ambientes e de lugares de trabalho, muitas das vezes em curtos intervalos (THOMAZ JUNIOR, 2009). A tais mudanças em seu conjunto o autor denomina “plasticidade do trabalho”, fenômeno cuja expressão geográfica é o “movimento territorial de classe da classe trabalhadora” (THOMAZ JUNIOR, 2013).

Assim, somos tentados a afirmar que, para tratar da resistência, a categoria mais relevante não é a de classe social e sim a de conflito ou luta social, porque o conflito e a luta existem, são reais e urge compreendê-los; concordem ou não nossos postulados, quer queiramos ou não estão lá *acontecendo* e devem ser o ponto de partida. Não seria esse o sentido dado por Porto-Gonçalves (2011) quando advoga que “o lugar da luta social é um lugar privilegiado do ponto de vista epistêmico” (p. 32)?

---

<sup>234</sup> Recentemente, dedicamos um artigo a este tema (PERPETUA, 2016). Partindo dos conhecimentos produzidos nesses três campos disciplinares, indicamos questões de cariz teórico-metodológico e também político que, a nosso ver, tanto têm contribuído para obnubilarem ainda mais a realidade do trabalho e dos trabalhadores, quanto, por outro lado, são capazes de potencializar as análises e contribuir com as lutas dos sujeitos que trabalham.

Ao assumirmos tal prerrogativa, é mister explicitar a não restrição das lutas sociais ao proletariado e, tampouco, ao proletariado industrial manual ou aos trabalhadores assalariados, pois a contradição não escolhe lados, ela está por toda parte. Procuraremos demonstrá-lo a seguir. No momento, concordando com Mendonça e Thomaz Junior (2011), importa destacarmos que as formas de resistência e demais práticas culturais dos camponeses e trabalhadores da terra (incluídas as populações tradicionais) têm sido historicamente incompreendidas pela lente do marxismo dogmático.

A recente expansão dos monocultivos arbóreos e a instalação de empreendimentos celulósicos faraônicos no mundo e no Brasil têm suscitado a aglutinação de um sem número de sujeitos sociais engajados na luta por sua contestação. Intelectuais críticos ao modelo de desenvolvimento e ao metabolismo social destrutivo e incontrolável, ambientalistas e defensores dos direitos dos povos originários e tradicionais, camponeses e outras comunidades, lideranças locais e de trabalhadores coadunam-se cada vez mais aos movimentos sociais na construção das ações de enfrentamento. Como expressão específica do movimento estruturado impulsionado pela incontrolabilidade sistêmica do capital, esses processos, em expansão ao Sul do Equador, representam mais uma trincheira de combate pelo direito à terra, à água, por condições ambientais e de trabalho saudáveis e dignas e uma vida emancipada dos objetivos estranhados do capital.

Internacionalmente, dois movimentos ganharam força nas últimas décadas na luta contra essas formas assumidas pelo grande capital: o Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais (*World Rainforests Movement* - WRM, na sigla em inglês) e o Amigos da Terra Internacional (*Friends of Earth International* - FoEI).

O WRM nasceu em 1986, impulsionado pelas falhas do plano de ação da FAO e do Banco Mundial para conter o desmatamento das florestas tropicais no mundo e pelo apoio consignado à expansão dos PIAs nos países do Hemisfério Sul. Desde então, direciona esforços para proteger terras e modos de subsistência dos povos da floresta, apoiando ações contra diversos projetos de grande impacto (extração comercial de madeira, barragens, mineração, plantações, fazendas de camarão, colonização e outros) que abrem caminho para uma incorporação mais intensa das florestas aos mercados financeiros. Sua sede está localizada em Montevideú, no Uruguai.

No Brasil, um dos principais precursores na luta contra a hegemonia territorial arbóreo-celulósica foi a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, surgida no final dos anos 1990 como produto do processo de resistência contra a Aracruz formado no norte do Espírito Santo (GOMES; OVERBEEK, 2011). Outros sujeitos coletivos bastante incisivos atualmente são o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina, além de ONGs, como o Repórter Brasil, e instituições de apoio, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

À primeira vista, nas áreas diretamente afetadas por megaempreendimentos dessa natureza, mesmo com todas as dificuldades, dois grupos principais têm se destacado nas ações de enfrentamento, no mais das vezes desarticulados entre si e mesmo internamente, mas amiúde vinculados aos movimentos sociais supracitados. Como visto anteriormente, de um lado existem os sujeitos sociais que (Re)Existem (PELÁ; MENDONÇA, 2010)<sup>235</sup> à territorialização por pertencerem a outras formas de metabolismos sociais não capitalistas, para cujos recursos territoriais têm outro uso e significado, mas que, todavia, foram e estão sendo pilhados pela efetivação deste processo. De outro, veremos mais à frente, colocam-se os trabalhadores posicionados na linha de frente da precarização e da degradação do trabalho (ver capítulos 5 e 6). Do ponto de vista analítico, entretanto, essas distinções começam a fazer água, dando lugar a problemas, quando verificamos a existência de muitas situações em que estes dois grupos/situações podem estar contidos num só e mesmo sujeito.

Conquanto apareça como tendência, a apropriação total do território e a monopolização do uso de seus recursos pelo grande capital, na prática, não se realiza. Existem ou aparecem sempre, aqui e ali, aquilo que Manoel – ele mesmo um importante protagonista das lutas dos trabalhadores sem-terra no Extremo Sul baiano – chamou de “focos de resistência”. A metáfora, alusiva aos pequenos pontos incrustados no imenso território-zona urdido pelo capital, é sem dúvida pertinente por seu cunho espacial. Não obstante, requer do crivo crítico o necessário refinamento, já que pode remeter-nos a ideia de que os problemas/conflitos existentes limitam-se aos que estão espacialmente delimitados. Ao invés disso, devemos notar que tais “focos” são uma das formas de expressão espacial da contradição geral posta no âmago das relações sociais e de produção estabelecidas entre os homens em sociedade e com a natureza exterior.

As (Re)Existências podem provir da luta de comunidades camponesas (aí incluída uma infinidade de variações, como vazanteiros, geraizeiros, comunidades de fundo de pasto etc.), ribeirinhos, quilombolas, quebradeiras de coco, indígenas, entre tantas outras populações sócio-culturalmente diferenciadas que de uma hora para outra veem sua existência, intimamente ligada aos seus territórios de vida e trabalho, seriamente ameaçada pela pilhagem territorial empreendida pelo capital; e/ou derivar da expropriação e expulsão pretérita dessas populações da terra, sendo a luta

---

<sup>235</sup> Como o definem os autores citados, o conceito de (Re)Existência vai muito além do de resistência, pois procura evidenciar situações que não são simples reação de contrariedade à territorialização do capital, mas “[...] um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo. Nesse sentido, as (Re)Existências são ações construídas no processo de luta pelos territórios da vida, expressas na luta pela permanência na terra, na luta pela Reforma Agrária, na luta contra a construção desenfreada e injustificada dos empreendimentos hidrelétricos que expulsam milhares de famílias de seus lugares de existências, na luta pela água, entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento” (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 54).

destinada à recuperação dos meios necessário à uma existência diferente daquela amargada nas periferias das cidades, todavia em poder das corporações.

Em ambos os casos, a ocupação e uso econômico do território, quer para a manutenção da área de domínio já existente ou para a formação de uma nova, compõem as principais táticas de contenção e resistência ao avanço do capital.

Como já indicado (Capítulo 1), a expansão da área de monocultivo e seu corolário direto, a expulsão de trabalhadores da terra, provocou o súbito aparecimento e pulverização de centenas de carvoarias ilegais no Extremo Sul, sendo essa, portanto, uma das únicas estratégias de sobrevivência e resistência nos territórios para tais pessoas. Da atividade têm derivado inúmeros conflitos, incluindo conflitos armados entre carvoeiros e empresas terceirizadas pelo acesso à matéria-prima (MARQUES, 2010).

Pouco antes de nossa chegada ao Extremo Sul, durante o mês de fevereiro de 2014, indígenas pataxós ocuparam a sede do Parque Nacional do Descobrimento (Figura 26) e expulsaram os funcionários do ICMBio, órgão responsável pela gestão dos parques nacionais. Entre os motivos apresentados pelos indígenas estavam a corrupção dos gestores que, segundo eles, participavam de um esquema de garimpo e venda ilegal de madeiras do parque, além de permitirem o avanço totalmente irregular do plantio de eucalipto da Veracel na zona de amortecimento ambiental e dentro da própria área do Parque<sup>236</sup>. Essa foi, como visto, uma reação contundente à tática de ocupação irregular de áreas proibidas sistemática e persistentemente orquestrada pela empresa e seus beneficiários.

---

<sup>236</sup> Cacique Jê. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 24/03/2014.

Figura 26 - Ocupação do Povo Pataxó no Parque Nacional do Descobrimento (BA)



Autor: Guilherme Marini Perpetua. Data: 24/03/2014.

Distante apenas 25 quilômetros dali, outro grupo Pataxó, composto por quarenta famílias (algo em torno de duzentas pessoas) originárias da Aldeia Guaxuma decidiu sair da comunidade e reocupar uma área até então em posse da Veracel, no dia 11 de março de 2013. A ocupação recebeu o nome de Aldeia Nova Esperança (Figura 27), e seu território, explicou-nos o cacique Baquirá, pertence secularmente aos Pataxó, fato já comprovado por estudo etnoantropológico realizado por equipe especializada. O principal objetivo dos indígenas com tal tática, informou o cacique, é “retomar o território, porque só assim o ministro [da Justiça] vai ver, de fato, que a necessidade do indígena é ter seu território todo em mãos” e, vaticinou, assim sendo “daqui nós não vamos sair. Daqui só sairemos se for num caixão”<sup>237</sup>.

<sup>237</sup> Cacique Baquirá. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 24/03/2014.

Figura 27 – Ocupação Aldeia Nova Esperança, Prado (BA)



Autor: Guilherme Marini Perpetua. Data: 24/03/2014.

Muitas outras ocupações foram feitas na região, em áreas próprias ou arrendadas pela Veracel, por trabalhadores rurais sem terra provenientes, majoritariamente, das periferias pobres de Eunápolis e demais cidades da região. Tivemos a oportunidade de conhecer dois acampamentos e conversar com alguns de seus protagonistas. Um deles é a ocupação Baixa Verde (Figura 28), ligada ao MLT e iniciada em 2008, após o levantamento da situação fundiária da Fazenda São Caetano. Segundo Manoel, liderança da ocupação, essa foi uma forma de pressionar o Estado a cumprir a desapropriação e destinar a área às famílias sem-terra. Atualmente, 85 famílias estão abrigadas fixamente na comunidade que, como já visto, enfrenta intenso conflito com a Veracel<sup>238</sup>.

---

<sup>238</sup> Manoel. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 23/03/2014.

Figura 28 – Ocupação Baixa Verde, Eunápolis (BA)



Autor: Guilherme Marini Perpetua. Data: 23/03/2014.

O segundo foi criado um ano depois, em 2009, quando trabalhadores pobres da periferia eunapolitana partiram para a zona rural do município, ocupando uma área que, segundo seus representantes, seria devoluta, onde fundaram a Ocupação 2 de Julho (Figura 29).



Figura 29 – Ocupação 2 de Julho, Eunápolis (BA)



Autor: Guilherme Marini Perpetua. Data:22/03/2014.

A ocupação contava com 165 famílias quando de sua fundação<sup>239</sup>. A arquitetura dos barracos feitos de eucalipto, tantas vezes destruídos pela mão truculenta da empresa travestida de Estado, mas sempre imediatamente reconstruídos, evidencia a incrível capacidade de adaptação ao meio desses homens e mulheres (Figura 30).

---

<sup>239</sup> Maria. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 22/03/2014.

Figura 30 – Barraco Construído com Madeira de Eucalipto na Ocupação 2 de Julho, Eunápolis (BA)



Autor: Guilherme Marini Perpetua. Data: 22/03/2014.

Ainda na região do entorno de Eunápolis, podemos citar dezenas de ocupações/acampamentos, boa parte dispersos às margens da rodovia BA-367, sem bandeira e em condições extremamente precárias, além das áreas ocupadas pelo MST (Figura 31), como o Projeto de Assentamento Irmã Dorothy, e propriamente assentamentos já instituídos, como o Assentamento 25 anos. Todos, sem exceção, enfrentam cotidianamente o *modus operandi* da Veracel para permanecerem existindo, mesmo nas terras com titularidade comprovadamente irregular, porém sob posse da empresa.

Figura 31 – Nova Ocupação de Área Com Eucalipto da Veracel Próxima ao Assentamento 25 Anos, Eunápolis (BA)



Autor: Guilherme Marini Perpetua. Data: 25/03/2014.

Pode-se citar outras ações organizadas de enfrentamento à territorialidade da empresa, porém de menor duração. Em 2004, por exemplo, antes mesmo do início das operações da fábrica da Veracel em Eunápolis, um grupo de 3.000 famílias ocupou por quase uma semana uma área pertencente à empresa (OVERBEEK; KRÖGER; GERBER, 2012). Sete anos mais tarde, em 2011, cerca de 1.500 mulheres do MST promoveram outra ocupação, cortando inúmeras árvores pertencentes à empresa e plantando cultivos alimentares em seu lugar. Passados mais dois anos, em duas ocasiões, mulheres ligadas à Via Campesina fizeram mais ocupações em áreas da Veracel e da Suzano, nos municípios de Itabela e Caravelas (PAINEL FLORESTAL, 07/03/2013).

Em meio à Estrada do Arroz, em Imperatriz, área de ocupação centenária e uma das únicas onde ainda se dá a produção de alimentos por pequenos produtores, em sua maioria posseiros, os casos de dois acampamentos de luta pela terra permitem visualizar elementos importantes. Curiosamente, foi exatamente ali, a poucos quilômetros do limite do sítio urbano, que a Suzano decidiu implantar sua fábrica de celulose. Cada um dos acampamentos – o primeiro com 44 e segundo com

110 famílias – está localizado de um dos lados do Riacho Viva Deus, que corta a estrada de chão que leva ao Município de Cidelândia (Figura 32). De acordo com os depoimentos de moradores, a primeira investida na área foi organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Imperatriz e se deu no ano de 2003, inicialmente contando com quase 400 famílias. “A maioria é gente de Imperatriz”, explica Madalena, “geralmente [gente que] morava na cidade, mas vivia da agricultura na região”; “É como se diz, aquela história, o cara vivia na cidade, mas não tem leitura, aí não tem emprego; vivia na cidade, mas ‘botando roça’ para a região, nas fazendas vizinhas”, completa outro trabalhador<sup>240</sup>.

Figura 32 – Família Acampada na Estrada do Arroz, Imperatriz (MA)



Autor: Guilherme Marini Perpetua. Data: 12/09/2014.

A terra ocupada, originalmente pertencente à CVRD (depois Vale) e agora nas mãos da Suzano, foi identificada como improdutiva pelo INCRA e os ocupantes aguardam apenas a implantação definitiva do assentamento. Madalena afirma que o empenho da empresa em negociar com a comunidade e intervir junto ao Governo tem a ver não apenas com o seu interesse na área

---

<sup>240</sup> Jovelino. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/09/2014.

devoluta que pode ganhar, caso seja firmado o acordo, mas igualmente com o eucalipto que poderá cortar, em área muito mais próxima da sua fábrica, travado judicialmente desde a época da Vale<sup>241</sup>.

Para a diretora de responsabilidade social da Suzano, deve-se essa resistência ao fato de que o histórico de expansão do eucalipto é mais antigo e “as pessoas acham que as três empresas são a mesma coisa, Celmar, Vale e Suzano são tudo a mesma coisa [já que] é tudo eucalipto, é tudo celulose”. Assim, “herdamos alguns ‘passivos [sociais]’ da Vale. Então alguns conflitos, já existentes, vieram junto com as áreas, dentre eles esse com as comunidades da Estrada do Arroz”<sup>242</sup>. Ao detalhar o conflito com as comunidades do Viva Deus, como era de se esperar, o discurso da diretora foi voltado para desqualificar as reivindicações dos trabalhadores, afirmando ser a área requerida, na verdade, área de reserva legal e não terra improdutiva, como pretendem.

Na contramão das falas oficiais da diretora, o presidente do STTR Imperatriz, diretamente envolvido na luta e nas negociações, afirma não ter a empresa intenção alguma de realmente solucionar a pendência fundiária.

Nós já sentamos com eles [para negociar] umas dez vezes, na própria Suzano, na sede do INCRA daqui de Imperatriz, na superintendência do INCRA em São Luís, mais ou menos umas dez vezes, e nunca se chegou a um acordo. Eles se manifestam a favor, mas depois recuam o trem de pouso e não falam mais nada.

Um caso interessante também ocorrido da região de Imperatriz, este, porém, já instituído como assentamento, foi o da ocupação Califórnia, hoje Assentamento Califórnia (Figura 33). Localizado às margens da BR-010 (Belém-Brasília), no trecho Imperatriz-Açailândia, surgiu da ocupação da fazenda homônima, em 1996, contando com cerca de 850 famílias. No princípio, o principal problema dos seus moradores era o convívio com os mais de 60 fornos de carvão da Carvoaria Monte Líbano II, pertencente à FGC, cuja produção estava voltada para as siderúrgicas da região e do Pará. A venda das áreas plantadas para a Suzano, contudo, trouxe novas dificuldades, como vimos (Capítulo 2).

---

<sup>241</sup> Madalena. Idem.

<sup>242</sup> Solange. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 17/09/2014.

Figura 33 – Assentamento Califórnia (MA)



Autor: Guilherme Marini Perpetua. Data: 13/09/2014.

Em todos os casos apreciados, a tomada do controle político do território foi imediatamente sucedida pela ocupação econômica, não apenas como forma de assegurar a subsistência, mas, igualmente, enquanto expediente capaz de consolidar o novo controle, contrapondo-se ao monocultivo até então implantado. Com efeito, a primeira ação dos indígenas da Aldeia Nova Esperança foi a derrubada dos eucaliptos e o plantio gêneros alimentícios, tais como a mandioca, o coco e a banana, continuando a tradição dos seus antepassados. Quanto ao fato, importa explicitar o relato do cacique sobre os diferentes usos do território, portanto, diferentes territorialidades em conflito.

Nessa área aqui, onde hoje ela [a Veracel] tem plantios [de eucalipto], antigamente tinha várias coisas plantadas, coisas que nossos antepassados deixaram, coisas frutíferas como pés de manga, pés de coco, que eles passaram e foram derrubando tudo para plantar eucalipto. Então hoje você procura [por] aí e é raro você encontrar um fruto aqui dentro, porque é só eucalipto<sup>243</sup>.

---

<sup>243</sup> Cacique Baquirá. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 24/03/2014.

O mesmo empenho foi constatado em todas as comunidades visitadas ao longo da pesquisa. Em algumas, impressiona a resiliência dos agricultores ao persistirem com os plantios mesmo após sucessivas destruições coordenadas pelas empresas, como é o caso da 2 de Julho (Figura 34), local onde o plantio de diversas hortaliças e outras plantas é feito entre os tocos remanescentes.

Figura 34 – Plantio de Mandioca em Área Anteriormente Destinada ao Cultivo de Eucalipto na Ocupação 2 de Julho, Eunápolis (BA)



Autor: Guilherme Marini Perpetua. Data: 22/03/2014.

A mesma paisagem está presente também na ocupação Gildásio Salles Ribeiro, à beira da BA-367 (Figura 35).

Figura 35 – Plantio de Hortaliças em Área Anteriormente Destinada ao Cultivo de Eucalipto no Acampamento Gildásio Salles Ribeiro, Eunápolis (BA)



Autor: Guilherme Marini Perpetua. Data: 19/03/2014.

No embate ferrenho com as empresas pelo território, os trabalhadores também têm se utilizado do aparelho do Estado como meio de assegurar, quando possível, a posse, enquanto lutam pela propriedade das terras. Em alguns casos, essa tática de resistência surte efeito, tornando-se um elemento decisivo da luta, como pudemos notar na Baixa Verde, por exemplo. Depois da primeira reintegração de posse obtida pela empresa na Justiça, os acampados conseguiram fazer com que se realizasse uma audiência pública no local da ocupação e trouxeram o ouvidor agrário nacional, o qual consignou a discriminatória de algumas propriedades para verificação de titularidade. Da área demandada pelo movimento, algo em torno de 2 mil ha, segundo Manoel, 1.333 ha foram identificados como terra devoluta<sup>244</sup>.

A disputa pela manutenção ou apropriação do território impulsiona ainda o esforço de criação de entidades representativas por parte dos membros de algumas comunidades, geralmente na forma de associações de agricultores. Tal empenho, além de pré-requisito dos processos judiciais, auxilia na

---

<sup>244</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 23/03/2014.



construção da identidade e na aglutinação dos interesses de classe. Um bom exemplo é o Fórum de Defesa da Cidadania e do Desenvolvimento das Comunidades da Estrada do Arroz, criado em 2010 pelas comunidades afetadas pela implantação da fábrica e das áreas de cultivo da Suzano em Imperatriz (MIQCB, 2012/2013).

Outras táticas constatadas, adotadas com menor frequência e em casos específicos, são a contenção de fluxos e o assalariamento. Da primeira é exemplo o bloqueio de rodovias e estradas, muito comum entre os Pataxó, como forma de pressionar o Poder Público no sentido de atender às suas demandas. Em 2004, um grupo de índios Pataxó bloqueou a rodovia BR-101, retendo 34 carretas carregadas de eucalipto da Veracel (SOUZA; OVERBEEK, 2008). O Cacique Jê relatou o emprego da mesma tática recentemente, bloqueando as estradas que cortam o Parque Nacional do Descobrimento de modo a impedir o escoamento do eucalipto ali presente<sup>245</sup>. Deste modo, constatamos empiricamente que a contenção territorial continua sendo hoje, ao lado da mobilidade, uma importante forma territorialização, como sugeriu Haesbaert (2010).

Em função das inúmeras dificuldades impostas aos trabalhadores (sejam eles camponeses já estabelecidos, ocupantes de terra ou assentados) em produzir na terra e dela tirar seu sustento, muitos optam por procurar trabalho assalariado, mas permanecem na terra, utilizando-se deste subterfúgio como meio imprescindível de (Re)Existência. Há casos em que os trabalhadores vão em busca de empregos nas cidades ou mesmo em propriedades rurais circunvizinhas, vendendo sua força de trabalho como diaristas. A tática de “fazer labuta”, explica-nos Manoel, é utilizada quase sempre “quando a situação aperta”<sup>246</sup>.

Na comunidade Viva Deus, segundo o depoimento de Jovelino, as coisas não são diferentes.

aqui é o seguinte, cada cara tem sua trajetória. Aqui tem um pessoal que trabalha no lixão, outros nas fazendas, outras pessoas fazem azeite de coco [babaçu], outros fazem carvão, outros vão ganhar dinheiro na rua e a mulher fica [em casa]... Todo mundo quer subir na vida, sobreviver<sup>247</sup>.

Desta fala transparece, como formas complementares e importantes de resistência na terra, para além do assalariamento, o extrativismo (do coco babaçu, da madeira, do açaí etc.) e a produção artesanal, bastante comuns nas comunidades visitadas.

Noutros casos, conforme já mencionado, resta aos trabalhadores apenas a trágica sorte de assalariarem-se nas mesmas empresas que disputam com eles o território. A contratação de assentados (e/ou moradores de assentamentos rurais) nas empresas terceirizadas e nas próprias produtoras de celulose é um fato comum em vários dos assentamentos visitados, por exemplo, no Assentamento

---

<sup>245</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 24/03/2014.

<sup>246</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 23/03/2014.

<sup>247</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/09/2014.

Irmã Dorothy, em Eunápolis, nos Assentamentos Vila da Conceição I e II e no Califórnia, em Imperatriz, tal como no São Joaquim, na região de Três Lagoas.

Questionado sobre as motivações para isso acontecer, Josué ofereceu a seguinte explicação:

Eu diria [que isso ocorre] por falta de opção, porque, vamos dizer o seguinte, nós temos a terra e temos os jovens, mas a reforma agrária parou. [...] Então, se você não tem investimento, se a gente conquista a terra, mas não tem condições de permanecer na terra é lógico que eles vão sair daqui pra sobreviver de outra forma, vão trabalhar em oficinas mecânicas, em serrarias na rua, vão trabalhar de pedreiro na rua e outros vão trabalhar com o plantio de eucalipto.

O abandono absoluto (e planejado) do Estado e o conseqüente sucateamento e pauperização dos assentamentos de reforma agrária também constitui o pano de fundo da fala da assentada Inês, esposa e mãe de trabalhadores do campo na Eldorado Brasil: “nós recebemos a terra aqui tem seis anos e ainda não recebemos quase nada de apoio do INCRA”. Por isso, diz ela, “eu vejo as empresas como uma fonte pra gente poder se manter aqui, porque se não fosse o meu marido e filho ser empregados da Eldorado nós não ia ter condição da gente sobreviver aqui no lote até o momento”<sup>248</sup>. A tática, compartilhada por muitos assentados e filhos de assentados na região, comenta mais adiante, se pretende temporária e segue plano certo.

O nosso objetivo é fazer os piquetes, trabalhar com as vacas e aí sair da firma quando já tiver um salário que der pra nós manter tranquilamente [...]. O nosso objetivo, assim como o de mais alguns companheiros que estão aqui dentro, é este: fazer um jeito de viver daqui de dentro, porque nós viemos pra cá com esse objetivo.

Aí se expressa vivamente a marca indelével da contradição: se, como Fonseca e Thomaz Junior (2014) explicitaram de forma irrefutável em seu trabalho, desde a perspectiva dos camponeses assalariados, o assalariamento funciona como forma de subsistência e manutenção na terra, para as empresas representa um modo de acessar verdadeiros “viveiros de mão de obra” cativa e inteiramente disponível, a fim de submetê-la aos processos de trabalho mais precários e degradantes que serão abordados adiante. Analisando o caso do Assentamento São Joaquim, os mesmos autores afirmam ainda que a própria existência dos assentamentos próximos ou no interior dos eucaliptais “Está se tornando uma vantagem locacional às empresas, uma vez que os assentados possuem baixos custos em termos de remuneração da força de trabalho, além de morarem próximos às áreas de plantio, evitando assim maiores gastos com deslocamento” (FONSECA; THOMAZ JUNIOR, 2014, p. 97).

Assim, nos é lícito questionar: o que são esses trabalhadores e a que classe pertencem? São camponeses? São operários? Amparados por Thomaz Junior (2009; 2011) podemos evocar elementos para responder a tais questões ao notarmos que estes são os sujeitos sobre os quais atua a plasticidade

---

<sup>248</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 17/12/2014.

do trabalho e que estão envolvidos no movimento territorial de classe, no bojo da totalidade viva do trabalho.

Mesmo não havendo condições para tal, e tampouco seja nosso objetivo analisar a fundo cada uma destas formas de (Re)existência e seus casos particulares de manifestação, importa observar que, na realidade, ainda que de forma profundamente assimétrica elas constituem situações de desterritorialização do grande capital e territorialização (ou reterritorialização) do trabalho, com a mudança das formas de uso e dos conteúdos materiais (isto é, pertencentes ao substrato espacial material) e simbólicos do território. Tratam-se, insistimos, de diferentes metabolismos sociais, lampejos de (Re)Existência e esperança à irracionalidade avassaladora e destrutiva do capital.

**PARTE II**  
**NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E NOVO  
DESENVOLVIMENTISMO COMO FACES DO MESMO  
HIBRIDISMO**

### CAPÍTULO 3 - O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O MONOCULTIVO ARBÓREO E A PRODUÇÃO DE CELULOSE

“Caminhos físicos, na trama de uma infraestrutura ampliada e vitalizada, já se abrem para o sertão nordestino, a hiléia amazônica e a vastidão do planalto central. Mecanismos de conquista econômica dessas regiões vêm sendo preparados há alguns anos, nos roteiros da Revolução. Mas, agora, já é possível, mediante uma ação integrada eficaz em áreas prioritárias, associar Governo, empresas e trabalhadores com instrumental tecnológico adequado e recursos financeiros suficientes, a fim de impulsionar novos programas e projetos previstos no II PND, os quais transformarão, econômica e socialmente, áreas antes marginalizadas e estagnadas e darão densidade econômica a vazios de homens e de riquezas, sem os perigos da depredação do valioso patrimônio de nossos recursos naturais”. (Hernesto Geisel. *Discurso de encaminhamento do II PND ao Congresso Nacional. 10 de setembro de 1974*).

“Vemos que nada nasce do acaso. Assim, seguiram para o Norte [...], a partir da década de 1970, as empresas vinculadas a bancos e grupos multinacionais, buscando terras para a pecuária e agricultura, exploração animal ou mineral, ou assegurando espaço para remessas de investimentos arrancados do imposto de renda e para futura especulação. E quando não havia caminhos para se chegar a essas novas fronteiras, estradas eram rasgadas como o sacrifício de muitos posseiros e índios. Os que se encontravam ou se colocaram no caminho, foram expulsos ou esmagados” (ASSELIN, 2009, p. 29).

Congregadas em seu principal órgão representativo de classe, as empresas do segmento arbóreo-celulósico elencam suas prioridades, todas elas atreladas, direta ou indiretamente, à ação governamental: redução da carga fiscal, compensação dos resíduos tributários nas exportações, melhoria da infraestrutura nacional (redução do “custo Brasil”), ampliação da “segurança jurídica” para aquisição de terras por estrangeiros, desburocratização do licenciamento ambiental, ampliação do debate sobre o mercado internacional de créditos de carbono e autorização irrestrita do plantio de árvores geneticamente modificadas (AGMs) (IBÁ, 2014). Por outro lado, no entanto, quase sempre a atuação do Estado, em seus diversos níveis organizativos e esferas de poder, nos é apresentada por elas como um *entrave* a ser retirado da frente da infalível “eficiência” da iniciativa privada.

Este aparente contrassenso, na verdade, sempre foi e continua sendo parte importante da lógica expansionista do capital. O objetivo dos dois capítulos posteriores é demonstrar o envolvimento histórico, íntimo e promiscuo entre o Estado brasileiro e o capital arbóreo-celulósico, o qual, segundo a perspectiva analítica adotada, sequer existiria sem a constante e generosa “ajuda externa” estatal.

Optamos por individualizar os dois capítulos subsequentes, porque, malgrado dirigidos ao mesmo tema, tratam de momentos históricos e contextos econômicos, sociais e políticos diferentes. Destarte, o presente capítulo constitui um preâmbulo necessário para o capítulo seguinte e tem por objetivo analisar a gênese do envolvimento entre governos brasileiros e investimentos do segmento,

bem como seus resultados práticos (criação de medidas legais favoráveis, financiamento etc.), oportunamente remetendo-nos, para tanto, à questão da intrincada relação entre Estado e capital em si mesma, pela qual se iniciará.

### 3.1. A intrincada relação entre Estado e capital

Ao analisar a crise estrutural do capital, Mészáros (2003) realça o reaparecimento maciço da “ajuda externa” concedida pelo Estado como um de seus elementos compositivos sem o qual “o sistema do capital não sobreviveria uma única semana” (p. 29). Há, para o autor, uma hibridização crescente e em evidência até mesmo nos países capitalistas mais avançados. A nosso ver, nada poderia ser mais sintomático disso que a “ajuda” trilionária do Governo Bush para salvar megacorporações financeiras e industriais após o estouro da bolha imobiliária em 2008, em pleno contexto de suposta “minimização do Estado”.

Žižek (2012) soma-se a Mészáros (2003) quando afirma não haver nenhuma possibilidade do capital se reproduzir sozinho, ou seja, sem a “caridade extra-econômica” corporificada pelo Estado no seu processo de reprodução social atual. Também Harvey (2011) fala sobre o “nexo Estado-financeiras” como algo indissolúvel porque composto por estruturas mutuamente implicadas entre o aparelho de Estado e a estrutura do capital em seu processo de acumulação.

A despeito de qualquer fantasia de *laissez-faire* do tipo neoliberal, o Estado sempre jogou papel crucial no funcionamento do sistema de metabolismo social e a ascensão do capital monopolista só fez aumentar seu indispensável intervencionismo. A relação entre a nascente acumulação capitalista e o Estado burguês já era concebida por Marx, na segunda metade do século XIX, como necessária à acumulação primitiva. Por meio do uso do tesouro público (no financiamento das grandes navegações, por exemplo) ou da violência institucionalizada, todos os métodos de acumulação primitiva “[...] lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade” (MARX, 2013, p. 821)<sup>249</sup>. Quase duas décadas antes, no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, Marx e Engels (2013) lançariam pela primeira vez a definição que serviria de mote para partidos comunistas do mundo inteiro durante todo o século XX, segundo o qual “um governo moderno é tão somente um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa” (p. 27).

Todavia, a relação entre Estado e capital mostrou-se muito mais complexa com o avanço da forma social capitalista pelo mundo e através do tempo e, acreditamos, nenhum tratamento

---

<sup>249</sup> Luxemburgo (1970) também destaca o papel do Estado na acumulação primitiva permanente empregando seus “meios coercitivos” (p. 390-391).

meramente denunciata, mecanicista ou maniqueísta da questão pode dar conta de dissolver seus imbróglios. É preferível, portanto, seguir a advertência de Chagas (2012), para quem

O Estado não pode ser tomado como algo descolado da história. As suas manifestações, particularidades e características são explicadas dialeticamente pelas dinâmicas das relações sociais, construídas social e historicamente e, ao mesmo tempo, fortemente influenciadas pelas condições de existência material (s/p).

A questão de fundo central, como em todo o longo debate na Ciência Política, é a relação entre o Estado, o poder e as classes sociais. Não há espaço e nem constitui nosso objetivo o aprofundamento desse tema estrutural – algo já realizado com muito êxito por numerosos estudiosos<sup>250</sup>. Alguns apontamentos introdutórios, contudo, parecem-nos pontos de partida essenciais para o exorcismo de qualquer conotação simplista a ele atada.

Nicos Poulantzas (1985) legou pistas preciosas para avançarmos, refutando veementemente as teses mais difundidas no bojo do marxismo, a saber, que cada classe dominante produz e se apropria de um Estado criado à sua imagem e semelhança, e que tal Estado, por sua vez, se ergueria como “superestrutura” a partir da base material (econômica) da sociedade. E ao fazê-lo, o autor não recorre a outra referência senão à própria obra marxiana, tecendo as necessárias críticas e demonstrando ser impossível a separação entre Estado e economia, relações de poder e relações de produção. É antes e apenas na intersecção da divisão social do trabalho, da luta de classes e do Estado que se pode compreender qualquer um desses três elementos separadamente, pois “onde existe divisão de classes, há portanto, luta e poder de classes, existe o Estado, o poder político institucionalizado” (POULANTAZAS, 1985, p. 45). Disso se conclui ser a intervenção do Estado na dinâmica social e econômica não um produto puro das aspirações mais cristalinas da classe dominante, mas um elemento cuja compreensão só se torna possível quando consideramos a dinâmica da luta de classes e do próprio funcionamento metabólico do capitalismo.

Outra contribuição vem de Mészáros (2011), autor que enxerga na ação estatal um complemento indispensável, e não apenas fortuito, da ordem sociometabólica vigente, posto que serve para retificar (temporariamente) cada um dos seus três “defeitos estruturais” dados pela falta de unidade entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação. Para a primeira clivagem, o Estado assegura legitimidade e proteção legal; sobre a segunda, reprime as forças que emanam ou poderiam emanar das imensas desigualdades sociais geradas, assumindo ainda o papel de consumidor direto e em escala crescente; à terceira, estabelece um mecanismo de duplo padrão, contrário às tendências destrutivas de sua lógica reprodutiva dentro das fronteiras nacionais e externamente, incentivador da competitividade e do fortalecimento dos monopólios.

---

<sup>250</sup> Veja-se, especialmente, Marx (2005; 2011a), Gramsci (1991) e Poulantzas (1985).

Importa ainda ressaltar a distinção feita por Harvey (2013) entre a lógica molecular da acumulação dos capitais fragmentários e a lógica territorial unitiva dos Estados. Conforme o autor, embora diferentes entre si, essas duas lógicas “se entrelaçam de formas complexas e por vezes contraditórias” (p. 34), as quais desembocam nas práticas imperialistas entre Estados e dentro dos territórios dos Estados. Ao Estado, “arcabouço territorializado no interior do qual agem os processos moleculares de acumulação do capital” (p. 79), aduz o autor, cabe assegurar as condições de mercado, criar as estruturas de regulação para conter conflitos de classe e arbitrar entre os interesses das diferentes frações do capital.

Assim como a natureza inerentemente histórica da relação entre capital e Estado precisa ser posta em questão, seu caráter geográfico também deve ser ressaltado, colocando-nos diante da necessidade de reconhecer as diferentes formas por ela assumidas em diferentes formações socioespaciais. Nesse sentido, procuraremos mostrar como a intervenção estatal generosa e continuada em todos os níveis, encarnada em sucessivos governos, foi e tem sido decisiva para consubstanciar o atual estado da arte do segmento em apreço. No Brasil, inicialmente, ela se insere no contexto mais abrangente do Nacional-desenvolvimentismo, teoria e prática do capitalismo brasileiro entre as décadas de 1960 e 1980.

### **3.2. Nacional-desenvolvimentismo: conjuntura e contextura**

O Nacional-desenvolvimentismo foi, a um só tempo, estratégia de desenvolvimento capitalista, doutrina econômica, formulação ideológica e a própria lógica territorial predominante no planejamento dos governos da América Latina, cujos traços mais acabados se fizeram enxergar entre as décadas de 1950 e 1980<sup>251</sup>. Na verdade, como mostra Gonçalves (2012), o Nacional-desenvolvimentismo latino-americano e brasileiro foi uma adaptação da doutrina homóloga, implantada muito antes nos EUA (final do século XVIII), na França e na Alemanha (século XIX), também conhecida como “neomercantilismo”.

Em terras brasileiras, sua gestação se deu num longo processo originário do tipo de revolução burguesa brasileira, passiva e sem ruptura entre a elite agrária e a burguesia industrial, cujos primeiros rudimentos datam dos idos do processo de substituição de importações, na década de 1930 (CASTELO, 2012). O coroamento definitivo viria com o Golpe de 1964, uma estratégia do bloco

---

<sup>251</sup> No Brasil, Luís Carlos Bresser Pereira (19/09/2004) retrocede o início do nacional-desenvolvimentismo até a década de 1930, concordando com seu esfecelamento nos anos 1980.



hegemônico para manter a insustentável concentração de terras, renda e riquezas, bem como as desigualdades sociais galopante no país (IANNI, 1989; BECKER, 1991).

Giovanni Alves (2014) estabelece uma periodização pertinente do Nacional-desenvolvimentismo, dividindo-o em dois momentos sucessivos: uma “fase populista”, vigente entre 1951 e 1964, e uma “fase autocrático-burguesa”, estendida entre 1964-1975. Quanto a esta última, corroborando esse autor, Armando Boito Junior (2012) considera o período compreendido entre 1968 e 1973 como uma exceção do curso histórico do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, haja vista as classes populares terem sido absolutamente excluídas do sistema político.

Enquanto doutrina do pensamento econômico, Gonçalves (2012) diferencia o Nacional-desenvolvimentismo adotado na América Latina do Nacional-desenvolvimentismo original, tributário do neomercantilismo. Embora ambos não tenham contrariado a lógica do livre-mercado em si, atribuindo ao Estado o papel de interventor a partir de suas diferentes funções (alocativa, distributiva, reguladora e estabilizadora) e buscando mudanças na estrutura produtiva (redução da dependência em produtos primário) e redução da vulnerabilidade externa estrutural, para o modelo original, a questão da origem do capital era central, ao passo que, para o modelo latino-americano, era um ponto irrelevante.

Em sua versão latino-americana anterior à onda de golpes militares que varreu o continente, segundo Sampaio Junior (2012), o nacional-desenvolvimentismo representou a busca por expandir as forças produtivas nacionais resolvendo, ao mesmo tempo, os problemas fundamentais da dependência e do subdesenvolvimento e criando as bases (materiais, sociais, culturais) de uma sociedade capaz de controlar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista. Assim concebido, seria a quimera da “domesticação” e da “nacionalização” do capitalismo, ou seja, a fantasia de, por meio da vontade política, promover a conciliação do capitalismo com a democracia e a soberania nacional que encontrou seus mais destacados expoentes em Raul Prebisch e Celso Furtado. Ainda de acordo com o autor, a ascensão dos regimes autoritários significou a diluição da dupla contradição entre imperialismo e desenvolvimento e entre desenvolvimento capitalista autodeterminado e pobreza, reduzindo o desenvolvimento ao simples processo de industrialização e modernização.

No contexto de avanço do socialismo pelo mundo e, internamente, de crescimento das pressões sociais, alguns dos principais advogados do nacional-desenvolvimentismo adotado pelo regime militar clamavam por apoio ao projeto de implantação do “capitalismo social” (ou neocapitalismo) brasileiro, isto é, “[...] o regime de mercado, com forte conteúdo social” (VELLOSO, s/d, p. 8), somente alcançável quando se conseguisse “[...] *galvanizar* todas as classes em torno do ideal do desenvolvimento” (DELFIN NETTO, 1966, p. 10. Grifos nossos).

O projeto de um país grande, forte, integrado e industrializado foi levado a cabo pelo planejamento burocrático-militar e instrumentalizado por suas superintendências de desenvolvimento regional (SUDESUL, SUDENE, SUDAM, SUDECO e SUFRAMA), alicerçado sobre os princípios da racionalização, do financiamento externo e do privilegiamento do grande capital monopolista nacional e estrangeiro. Foi este o modo como o Brasil afinou-se pelo diapasão do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial, reinserindo-se como “elo de reserva” da cadeia do imperialismo (COVRE, 1983). Estado, capital estrangeiro (o sócio maior) e capital nacional (o sócio menor) compunham as três bases de sustentação do tripé do desenvolvimento nacional de então (SICSÚ; DE PAULA; MICHEL, 2007; CASTELO, 2012).

Segundo Becker (1991), o planejamento governamental desse período esteve votado para integrar espaços distantes e não densamente povoados do território nacional - chamados de “espaços vazios” pelos tecnocratas - ao Sudeste e particularmente à São Paulo, o centro econômico mais dinâmico, de modo a matar dois coelhos com uma única cajadada: de um lado, reduzindo as tensões sociais decorrentes da crescente desigualdade nos grandes centros através dos incentivos à migração massiva para as novas fronteiras; do outro, assegurando o abastecimento de matérias-primas para a indústria nacional e de *commodities* exportáveis ao comércio exterior, mantendo assim o “milagre econômico” brasileiro mesmo em meio ao cenário de crise e recessão da economia mundial como um todo na década de 1970. Eis o sentido real subjacente ao discurso de Geisel usado como epígrafe a este capítulo.

No espaço rural, a adoção do nacional-desenvolvimentismo significou a promoção de um conjunto de transformações de cunho tecnicamente modernizador e socialmente conservador, a assim denominada “modernização conservadora”, cujo ciclo, Delgado (2012) delimita entre 1965 e 1985. De acordo com o autor, é nesse momento que há maior clareza da integração entre agricultura, economia urbana industrial e setor externo, característica elementar do processo. Tendo por principal artífice a política agrícola do Estado ditatorial brasileiro, a modernização seguiu por três eixos paralelos e interdependentes: (a) a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado, tanto dos riscos produtivos como de preços; (b) os estímulos à adoção de pacotes tecnológicos da “revolução verde” e (c) os incentivos ao aprofundamento das relações de crédito na agricultura<sup>252</sup>. A modernização técnica, contudo, manteve no poder as velhas oligarquias rurais e aprofundou a concentração fundiária e a desigualdade social, ao invés de mitigá-las.

É nesse contexto da modernização técnica e conservadora do território que foi elaborado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND – 1974-1979), base para as principais medidas legais,

---

<sup>252</sup> *Ibid.* p. 13.

regulatórias e financeiras responsáveis por diversas características atuais da indústria de celulose e papel.

Num momento em que o “milagre econômico” (1968-1973) já demonstrava nítidos sinais de esgotamento, o governo do General Ernesto Geisel (1974-1979) traçou a segunda etapa do plano de desenvolvimento, estabelecendo novas e audaciosas metas de crescimento e, sobretudo, procurando apresentar saídas para “a situação internacional, particularmente quanto à crise energética” (leia-se crise do petróleo), de modo a “manter o impulso que a ‘Revolução’ vem procurando gerar, para cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento” (BRASIL/MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1974, p. 3).

Buscando caracterizar as “tarefas árduas” as quais o país deveria enfrentar, os planejadores destacam, em primeiro lugar, a necessidade do Brasil

[...] ajustar a sua estrutura econômica à situação de escassez de petróleo, e ao novo estágio de sua evolução industrial.

Tal mudança implica em *grande ênfase nas Indústrias Básicas*, notadamente o setor de Bens de Capital e o de Eletrônica Pesada, assim como o campo dos Insumos Básicos, a fim de substituir importações e, se possível, abrir novas frentes de exportação.

A Agropecuária, que vem tendo, em geral, bom desempenho, é chamada a cumprir novo papel no desenvolvimento brasileiro, com contribuição muito mais significativa para o crescimento do PIB e mostrando ser o Brasil capaz de realizar a sua vocação de supridor mundial de alimentos e matérias primas agrícolas, com ou sem elaboração industrial (BRASIL/MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1974, p.16, grifo no original).

Eis os marcos não apenas legitimadores, como balizadores e propulsores da intervenção estatal direta e continuada, tanto no cultivo de árvores em larga escala, quanto na produção e exportação de celulose, seguindo o pressuposto da “vocação” de supridor mundial de matérias-primas agrícolas.

### **3.3. Indução do “reflorestamento” e da produção de celulose e papel: algumas medidas principais**

As relações entre o Estado e a indústria de celulose esboçaram-se mesmo antes do período nacional-desenvolvimentista. De acordo Siciliano (2003 *apud* RIBEIRO JUNIOR, 2014), ainda na década de 1930, durante a Era Vargas, o Decreto nº 636 (1933) isentou as empresas produtoras de celulose de impostos e taxas alfandegárias para a aquisição de maquinário sem similar nacional e, pouco depois, os incentivos do Governo foram ampliados, através do Decreto 24.023/1934.

Entretanto, afirma Pedreira (2008), “até os anos 1960, as políticas para o ‘setor florestal’ eram pontuais, destinando-se, basicamente, à resolução de problemas imediatos”, havendo baixa integração entre o cultivo de árvores e a indústria. “A partir de 1966”, complementa a autora, “a política

governamental passou a ter como objetivo primordial o estímulo aos investimentos, via instrumentos de caráter fiscal e creditício”<sup>253</sup>. Assim, é com a emergência do projeto nacional-desenvolvimentista que o setor recebe os primeiros “estímulos” responsáveis por sua conformação nas décadas seguintes.

A ideia era induzir o capital privado a expandir suas atividades num setor cujo retorno era demorado, pois requeria longo período de amortização dos investimentos, e foi posta em prática pela primeira vez com o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, que trazia uma meta concernente especificamente à ampliação da indústria de papel e celulose (CORNETTA, 2013; RIBEIRO JUNIOR, 2014).

Em seus aspectos mais gerais, a forte intervenção governamental do período nacional-desenvolvimentista marca uma inflexão determinante no caráter da produção de celulose no Brasil. Se até a década de 1950 a cadeia de produção verticalizava-se internamente, destinando-se a celulose produzida à crescente indústria papelreira nacional, após a década de 1960 as novas unidades fabris do setor passaram a ser projetadas especificamente para a produção de celulose voltada para o mercado externo, visando atender à demanda da indústria papelreira mundial em franco crescimento (REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE, 2011). E nos primeiros grandes empreendimentos, comenta Gomes (2011) ao estudar o caso da Aracruz Celulose no Espírito Santo,

[...] as intervenções públicas, tanto no âmbito federal quanto regional, *foram imprescindíveis para a viabilização dos projetos agroindustriais* [...] além dos incentivos fiscais e linhas de financiamento, houve também a participação no capital social dos empreendimentos, bem como na liberação de terras e na construção da infraestrutura de transportes (porto) e energia (p. 135. Grifos do autor).

É, pois, com os militares que se consolida o objetivo de transformar uma produção ainda incapaz de suprir o mercado interno numa enorme produção de excedente para exportação (JOLY, 2007). Diversas medidas jurídico-formais deste teor foram outorgadas, desde meados da década de 1960.

O marco inicial comumente eleito pelos estudiosos do assunto é o II Código Florestal Brasileiro, promulgado em 1965 (Lei nº 4.771/65), que, em seus artigos 20, 33 e 40, respectivamente, determinou a obrigatoriedade do plantio de árvores para as atividades que as consumissem, estabeleceu o benefício da dedução sobre impostos de renda e a prioridade na concessão de créditos oficiais para a atividade de reflorestamento (SANTOS, 2009; MORELLI, 2011).

Outras importantes medidas desse período foram a Lei nº 5.106/1966, que estabeleceu o abatimento de até 50% dos gastos com “florestamento” ou “reflorestamento” no imposto de renda, além da possibilidade de terceirização destes serviços, mantendo-se o mesmo benefício; a criação, no

---

<sup>253</sup> *Ibid.*, p. 49-50.

ano seguinte (1967), do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão cuja finalidade era formular, coordenar e executar a política florestal, com grande importância na história do setor, e a proibição da exportação de madeira de eucalipto e pinus, a partir de 1971, que induziu a formação de grandes maciços florestais disponíveis e a baixo custo para a indústria<sup>254</sup>.

Além destas, cabe destacar o Decreto Lei nº 1.134, de 16 de novembro de 1970, o qual, segundo Pedreira (2008), ao expandir o benefício do abatimento de 50% do imposto de renda a pessoas jurídicas

Permitiu a criação de empresas especializadas em reflorestamento que tivessem como fonte de recursos outras empresas, que atuavam somente como investidoras. Como consequência desta legislação houve uma corrida desenfreada do meio empresarial para atividades de reflorestamento movida, em grande parte, por propósitos especulativos (p. 52).

Essa informação é relevante aqui por sua estreita relação com os grandes maciços monoculturais de eucalipto existentes nas áreas de estudo que, pouco explorados até recentemente, serviram como condicionante de localização dos novos megaempreendimentos da celulose nas três áreas estudadas.

Mas o principal marco da transformação foi, sem dúvida, a elaboração do I Plano Nacional de Papel e Celulose (PNPC), em 1974, como derivação específica dos objetivos mais abrangentes do II PND. Para Juvenal e Mattos (2002), as diretrizes desse plano foram as grandes definidoras do atual perfil da indústria de celulose e papel. Suas metas gerais eram 1) ampliar e modernizar as unidades industriais existentes; 2) estimular a implantação de novas fábricas e a incorporação e/ou outras formas de associação entre empresas do setor para melhoria da eficiência e obtenção de economias de escala; 3) estimular a integração floresta-indústria, tanto no sentido empresarial como espacial, visando melhoria nos resultados de produção; e 4) apoiar a pesquisa florestal.

A partir de então, uma série de outras medidas com o mesmo fito pôde efetivar-se. Destacam-se entre elas a Lei nº 1376/74, que previa incentivos ao reflorestamento via Fundo de Investimento Setorial (FISSET); a determinação de que todos os projetos de reflorestamento deveriam ser aprovados pelo IBDF e estariam sujeitos a quotas de incentivos do Fundo de Investimentos Setoriais - Reflorestamento (FISSET-R), operado pelo Banco do Brasil e administrado pelo próprio IBDF (1975); a criação do Programa Distritos Florestais, no âmbito das metas do I PNPC, pelo Decreto Lei nº 79.046 (1979), que selecionou áreas prioritárias a serem destinadas às plantações de árvores financiadas com recursos de incentivos fiscais (como já destacado, o Extremo Sul da Bahia e posteriormente a

---

<sup>254</sup> *Ibidem*.

região de Três Lagoas estiveram entre elas)<sup>255</sup>; e finalmente, a elaboração do II PNPC (1987), o qual, em complemento ao primeiro, estabeleceu como metas a expansão das florestas destinadas ao autoabastecimento das fábricas e a ampliação da produção e exportação de papel e celulose, prevendo incentivos para a implantação de plantios e a compra de equipamentos, dentre outras (JUVENAL; MATTOS, 2002; PEDREIRA, 2008; SANTOS, 2009; MORELLI, 2011)<sup>256</sup>.

Os incentivos fiscais oferecidos pelos governos militares, sobretudo no período entre 1967 e 1979, segundo Bacha e Barros (2004), foram os grandes responsáveis pelo crescimento da atividade de plantio de árvores – chamada pelos autores de “reflorestamento” - no Brasil. Prova disso, afirmam, é que a redução dos incentivos, a partir de 1980, coincidiu exatamente com o decréscimo da área plantada total, entre 1980 e 1986.

Ademais, para o sucesso das medidas adotadas pelos governos militares no tocante à expansão do plantio de árvores em larga escala, concorreu também o grande interesse despertado nos latifundiários e grandes grupos empresariais detentores de áreas improdutivas, que nele enxergaram uma “oportunidade de ouro” para não perderem suas terras e/ou expandiram-nas ainda mais (MALINA, 2013). Tal aplicação também podia ter como único objeto a compra de terras nas novas áreas de expansão da agricultura capitalista, visando a diversificação de aplicações financeiras e a especulação (DELGADO, 2012). Como resultado, em 1993, por exemplo, 7 entre os 10 principais grupos com maior patrimônio privado no Brasil tinham investimentos no setor de celulose e papel<sup>257</sup>.

Ademais, a leniência quanto às formas de “aquisição” das terras, em sua maioria terras públicas, nas novas áreas de expansão também contribuiu grandemente para a atividade. Em alguns casos, como no do Maranhão, o Governo estadual não apenas fazia vista grossa, mas também incentivava diretamente a apropriação privada dessas terras por meio de diversos mecanismos (supostamente) legais, mas, sobretudo, ilegais, como a grilagem (ASSELIN, 2009).

E se com um braço o Estado nacional-desenvolvimentista legislava em favor do grande capital do setor, com o outro, irrigava-o com abundante e generoso fluxo de dinheiro público captado junto ao BNDES, fator igualmente crucial para a consolidação das ciclópicas corporações da celulose hoje existentes. Ao todo, entre 1955 e 2002 por exemplo, R\$ 30,9 bilhões (ano base 2001) foram concedidos pelo Banco, perfazendo uma média de R\$ 1,2 bilhão por ano, sem contar as participações

---

<sup>255</sup> Quanto à criação dos distritos florestais, cabe salientar que, a princípio, cada um deles deveria tornar-se um polo industrial contendo duas fábricas de celulose e papel e em torno de 140 mil hectares de árvores plantadas (MALINA, 2013).

<sup>256</sup> Nesta tese, assumimos a opção de não realizar uma exposição exaustiva e detalhada da longa série de medidas governamentais direcionadas à indução do monocultivo arbóreo e da produção de celulose, haja vista diversos autores (como PEDREIRA, 2008; SANTOS, 2009; MORELLI, 2011; MALINA, 2013) já terem-na realizado de maneira bastante satisfatória.

<sup>257</sup> *Ibidem*.

acionárias em diversos investimentos que também tiveram importante papel (JUVENAL; MATTOS, 2002).

E não foi somente por meio da concessão de incentivos fiscais e creditícios e da outorga de legislação favorável que o Estado nacional-desenvolvimentista participou desse processo, mas igualmente por meio de “processos de licitação de terras públicas, titulação privada em terras devolutas ou de comunidades indígenas e sua consequência fatal de expropriação das terras de índios e posseiros” (DELGADO, 2012, p. 61).

Destaque-se ainda o papel proativo dos governos estaduais na internalização e materialização das disposições da União, especialmente no que se relaciona à elaboração de planos estaduais de reflorestamento, criação de distritos florestais (como ocorreu na Bahia e em Mato Grosso do Sul) e concessão de outros fatores de atração às empresas.

Consideradas em seu conjunto, todas essas medidas intervencionistas demonstram claramente a inversão lógica presente no discurso empresarial atual, em seu esforço por justificar os benefícios, incentivos e recursos financeiros públicos recebidos pela suposta competitividade e dinamismo econômico do setor. Ora, sem a ajuda prévia, continuada e deliberada dos governos nacional-desenvolvimentistas, ao menos em seus moldes atuais, o setor sequer existiria. Assim, os afamados resultados atuais são antes corolário da ajuda externa do Estado que do esforço da iniciativa privada por alcançá-los.

Fica patente ainda o cruzamento interescalar do empenho do Estado em assegurar as condições para o florescimento e maturação da produção arbórea e da indústria de celulose, internamente, com o movimento externo de estimulação dos países periféricos à promoção de tais atividades pela FAO e demais organismos (ditos) supranacionais, como já visto anteriormente (Capítulo 1, item 1.3).

### **3.4. Crise do modelo e suas rugosidades<sup>258</sup>**

O debacle do projeto de desenvolvimento nacional levado a cabo pelos governos militares, cujos sinais mais evidentes se fizeram enxergar a partir de meados da década de 1970, inaugurou uma era sombria da economia nacional. Malgrado a elevação da desigualdade social ao paroxismo, ditada

---

<sup>258</sup> Tomamos o termo emprestado de Santos (1982). O autor, por sua vez, o importou da geomorfologia de Jean Tricart para referir-se aos legados históricos exibidos em suas formas, “o envoltório inerte dos instantes que marcam a evolução da sociedade global, mas, igualmente, a condição para que história se faça” (SANTOS, 1982, p. 42). Neste caso, aludimos aos extensos maciços monoculturais de eucalipto preexistentes nas regiões estudadas.

pelo arrocho salarial e concentração de renda e riquezas ao som do lema do “crescimento do bolo”, o Brasil havia crescido e se industrializado suficientemente para manter a credibilidade na eficácia do receituário nacional-desenvolvimentista até então. As principais e mais efetivas políticas voltadas para o setor de celulose e papel, como vimos, datam precisamente desse contexto de refluxo econômico e representam o último espasmo no sentido da recuperação da pujança e do dinamismo interno.

A capacidade do Estado em assegurar a máxima rentabilidade do capital comprometido com tais atividades, no entanto, viu-se paulatinamente abalada e reduzida pela crise, pondo fim ao período mais expressivo da concessão de incentivos fiscais ao “reflorestamento” em volume crescente e sem limitações regionais, entre 1967 e 1979 (BACHA; BARROS, 2004). Entretanto, a forte crise econômica dos anos 1980, ao invés de enfraquecer, reforçou ainda mais a relação de hibridismo e dependência entre o capital arbóreo-celulósico e o Estado, e se a rentabilidade dos investimentos já era proveniente, em grande medida, do evidente favorecimento dos governos de orientação nacional-desenvolvimentista, ela mesma torna-se agora peça-chave da política econômica praticada pelo Estado.

Como afirma Wesz Júnior (2011), todo o sistema agroindustrial foi reestruturado a partir desse período, segundo uma estratégia de “[...] *geração de saldos comerciais expressivos*, ancorados basicamente na exportação de produtos básicos e agroprocessados” (p. 26. Grifos nossos). Delgado (2012) salienta que a configuração desse modelo no campo econômico não seguiu propriamente uma estratégia de longo prazo, mas surgiu para fazer frente à crise e, aos poucos, tornou-se “o embrião do apelo à exportação de *commodities* como alternativa para equacionar o déficit persistente nas ‘transações externas’” (p. 77-78) (ver item 4.2). Disso decorre o abandono temporário desse tipo de política quando há liquidez no mercado internacional e não há necessidade de financiamento do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, por exemplo, entre 1994 e 1999, quando a onda neoliberal varreu o Brasil e outros países da América Latina.

Na condição de projeto de desenvolvimento, o neoliberalismo se propôs a atacar três problemas principais, a saber, a estagnação econômica, a crise da dívida externa e a inflação (CASTELO, 2012), adotando como medidas basilares para tanto a desregulação dos mercados, a abertura comercial e financeira, o incentivo ao investimento privado em infraestrutura, a defesa irrestrita da estabilidade macroeconômica e a redução do tamanho e do papel do Estado (MATOSO, 1995; CASTELO, 2012).

Em suma, explica Bresser-Pereira (19/09/2004), o teor das reformas neoliberais ditadas pelo Norte, em sua fase mais radical (anos 1990) era basicamente “a eliminação dos instrumentos do Estado nacional de proteção do capital e do trabalho nacionais”. Com este propósito, conforme João Sicsú (01/10/2008), o tripé da política econômica neoliberal, plenamente implementado no segundo



mandato de FHC (1999-2002), foi estruturado (a) pela política fiscal voltada para a obtenção de elevado superávit primário, como forma de reduzir a relação dívida/PIB; (b) pela política monetária integralmente destinada a controlar a inflação por meio da elevação da taxa básica de juros e (c) pela política cambial que apostava no câmbio flutuante, com taxa determinada pelo mercado.

As consequências da adoção deste novo modelo para o segmento estudado foram significativas. Se até a década de 1980 as ações governamentais estiveram articuladas à estratégia de industrialização substitutiva de importações, a partir daí, com a crise do nacional-desenvolvimentismo, a evolução do setor passa a se dar rumo à integração competitiva (PEDREIRA, 2008). Deixam-se observar, com isso, mais vigorosamente nos anos 1990, alguns movimentos importantes na indústria de celulose no sentido da reestruturação produtiva, nos planos técnico, gerencial e da organização e controle da força de trabalho, como mostrou Daura (2004).

Em relação às alterações técnicas, cabe indicar os limites da introdução de equipamentos e de controle de processos de base microeletrônica impostos pela própria natureza da indústria de processo contínuo, a qual não permite a adoção de diversos elementos tipicamente toyotistas no chão-de-fábrica, mais afeitos às indústrias de processo descontínuo (como a automobilística, por exemplo) (DRUCK, 1999). Quanto às modificações gerenciais, destaca-se a aceleração do processo de fusões e aquisições que culminou na formação das megacorporações atuais, como a Veracel, a Suzano, a Eldorado Brasil e a Fibria.

O terceiro e último ponto é, talvez, o mais importante para a análise proposta e será indicado aqui, mas retomado nos capítulos 5 e 6, na Parte III. Mesmo limitada pelas características intrínsecas da indústria de celulose, a reestruturação das formas de organização e controle da força de trabalho foi incorporada de forma massiva pelas empresas durante a fase neoliberal, tendo por guarida o arcabouço fornecido pelos governos de então. As novas rotinas, formas de contratação, remuneração e controle *flexíveis* características do novo regime de acumulação (ANTUNES, 1995; 1999; ALVES, 2000; 2011) varreram o setor de norte a sul, ao lado da tendência geral de redução significativa da mão de obra empregada (DAURA, 2004)<sup>259</sup>, ditada pela liofilização ou enxugamento organizacional (CASTILHO, 1996).

Por fim, importa constatar que a crise do nacional-desenvolvimentismo e o modelo neoliberal que o sucedeu conduziram ao desmonte do processo de modernização conservadora (1965-1985) e à completa ausência de estratégia de acumulação bem definida na agropecuária (DELGADO, 2012) e, conseqüentemente, na atividade arbóreo-celulósica. Durante os anos 1990, notou-se a “ausência de

---

<sup>259</sup> Entre 1989 e 2000, segundo Daura (2004), a mão de obra total empregada no setor de celulose e papel no Brasil decaiu 28%, acompanhando a mesma tendência observada na Europa, na América do Norte, na Oceania e na África.

uma política ‘florestal’ efetiva” (PEDREIRA, 2008, p. 55), e um dos seus sintomas foi a redução da área plantada com árvores em 420 mil ha, entre 1995 e 2000, após ter crescido nos vinte e cinco anos anteriores (BACHA; BARROS, 2004).

A indústria de celulose, no entanto, continuou a crescer e muitas das grandes empresas lograram adquirir áreas já plantadas até então em poder de “reflorestadoras” independentes, em muitos pontos do país (PEDREIRA, 2008). Esse período de falência do Estado nacional-desenvolvimentista e ascensão da política neoliberal coincide com a descentralização política e fortalecimento do poder das unidades federativas (estados), marcando o contexto daquilo que Santos e Silveira (2006) chamaram de “guerra dos lugares”. Estava preparado o terreno para a consolidação das atividades arbóreas e de processamento industrial em novas áreas, as quais, como demonstrado na primeira parte deste trabalho,

em função de suas dotações econômicas/locacionais (existência de plantações, disponibilidade de terras de baixo preço, infraestrutura) e naturais (clima propício ao desenvolvimento ‘florestal’) passaram a constituir-se em espaços atrativos aos investimentos do setor (PEDREIRA, 2008, p. 66).

Já a caminho do fim de seu segundo mandato e intentando reverter o quadro de vácuo de política setorial, o então presidente Fernando Henrique Cardoso assinou o Decreto nº 3.420/2000, que criou o Programa Nacional de Florestas (PNF), que garantia entre seus objetivos explícitos “I - estimular o uso sustentável de florestas nativas e plantadas; II - fomentar as atividades de reflorestamento [...]; VII - apoiar o desenvolvimento das indústrias de base florestal” (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2000). Mesmo estabelecido no plano formal, as disposições do programa só viriam a ganhar fôlego anos mais tarde, durante o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006) (MALINA, 2013).

“Eu sinto de fato muito orgulho e muita satisfação pelo Brasil, pelo Maranhão, pela cidade de Imperatriz, por toda a população, mas, sobretudo, eu sinto satisfação mesmo é por todo o Brasil, porque essa é uma realização aqui no Maranhão com o esforço dos maranhenses, do governo do Maranhão, da governadora Roseane, mas é também um benefício para o Brasil, um grande benefício”.

*(Presidente Dilma Rousseff, Cerimônia de inauguração da fábrica da Suzano em Imperatriz, 20/03/2014).*

“O Governo do estado foi acoitando, consentindo, porque já tinha a visão desse megaprojeto de celulose por aqui. Então, a visão do Governo é lá, antes; os coitadinhos aqui não sabiam de nada ainda, e não só aqui, mas no Maranhão todo [...]. Então, como cidadão maranhense que sou digo que é assustador, é gigantesco, é absurdo, é abafador esse projeto de celulose nas terras do Maranhão”.

*(Jovelino, morador e líder da Comunidade vive Deus I, localizada na Estrada do Arroz, município de Imperatriz).*

Se o projeto nacional-desenvolvimentista foi o marco inaugural da produção arbóreo-celulósica brasileira, em dimensões e formato tais como hoje a conhecemos, pode-se dizer que sua história ganhou um novo e importante capítulo a partir da primeira década dos anos 2000. Após o interflúvio neoliberal, e mais concretamente, a partir do segundo mandato do Partido dos Trabalhadores (PT) no executivo da União (2007-2010), vicejaram os alicerces de um “novo” projeto de desenvolvimento nacional que seria, pretensamente, adequação do antigo: o (assim chamado) Novo desenvolvimentismo<sup>260</sup>.

O objetivo deste capítulo é demonstrar que o *hibridismo* entre o Estado brasileiro e o capital arbóreo-celulósico ganhou nova substância e foi resignificado sob tal projeto: para o Estado, a expansão da produção e exportação de *commodities* agrícolas como a celulose é fonte insubstituível de saldos comerciais expressivos manejados para cobrir o déficit do balanço de pagamento e, logo, na redução da chamada vulnerabilidade externa estrutural; para o capital, o Estado, em seus diferentes níveis organizativos e esferas, é sinônimo de concessão de crédito vultoso, parceria em investimentos, incentivos e outros benefícios, facilitação de licenciamentos e intervenção policial em defesa dos seus interesses.

### 4.1. O que há de novo no Novo desenvolvimentismo?

---

<sup>260</sup> Alguns autores utilizam o termo “Neodesenvolvimentismo” referindo-se ao mesmo projeto (BIOTO JUNIOR, 2012, SAMPAIO JUNIOR, 2012 e ALVES, 2013, entre outros). Nesta tese, optamos por manter a nomenclatura adotada por seu precursor, Luís Carlos Bresser Pereira (19/09/2004).

O corolário de devastação econômica e social pôs em xeque o paradigma neoliberal que regia as políticas por aqui praticadas à revelia até o final do século XX, possibilitando a propositura de caminhos alternativos. Curiosamente, a América Latina, principal laboratório das políticas desse cunho em seu estado puro, foi o canto do mundo em que surgiram as mais significativas políticas contrárias à ortodoxia do paradigma neoliberal (SADER, 2013; ALVES, 2013b). Não obstante, a natureza daquilo que emergiu dessa transformação não está tão clara quanto se poderia supor. Antes, pelo contrário, definir conceitualmente a linha de ação política dos últimos governos brasileiros (fique claro, antes do Golpe Parlamentar consumado em 2016), tal como de governos recentes de outros países da América do Sul (como o Chile, o Uruguai, a Bolívia, o Equador e a Venezuela), constitui um dos maiores desafios e tema dos mais acalorados debates entre os cientistas sociais latino-americanos na atualidade.

Retrocedendo no tempo até o momento que antecede sua instituição política efetiva, talvez as “raízes” da estratégia alternativa se deixem ser encontrada num documento seminal intitulado *Um outro Brasil é possível*, de autoria atribuída aos quadros intelectuais do PT. Aloísio Mercadante e Maria da Conceição Tavares (2001) resumem o que chamam de “eixos de um novo modelo” em três pontos principais: (a) tomar “o social como essência”, buscando reduzir o quadro de exclusão e desigualdade legado pelo regime militar e ampliado pela ortodoxia neoliberal, por meio de amplos programas sociais de redistribuição da renda e da riqueza (além da expansão do crédito, do crescimento do salário mínimo e do emprego formal); (b) “desprivatizar o Estado”, combatendo a deterioração da base financeira e da capacidade operacional e de investimento, e (c) reduzir a dependência e a vulnerabilidade externas, com a reversão da “subordinação do funcionamento da economia nacional às prioridades e interesses dos credores e investidores externos”, (p. 12) e a valorização dos investimentos produtivos (em detrimento dos “especulativos”), para cujo êxito é indispensável a recuperação do saldo da balança comercial.

Ideias muito semelhantes do ponto de vista econômico foram defendidas também pelo ex-ministro da fazenda Luís Carlos Bresser-Pereira, a quem se atribui a paternidade do termo novo desenvolvimentismo, pouco depois da histórica vitória eleitoral de Lula e do PT (2002). Num artigo jornalístico (BRESSER-PEREIRA, 19/09/2004), o economista fez um balanço negativo da experiência de imersão do Brasil na “ortodoxia convencional” (leia-se neoliberalismo), e defendeu a necessidade de uma nova estratégia nacional de desenvolvimento. “Desenvolvimentismo”, escreveu ele,

é estratégia nacional de desenvolvimento. O Brasil precisa de um novo desenvolvimentismo não porque o antigo fosse equivocado, mas porque encontra-se em um estágio diferente de desenvolvimento, vive uma nova realidade e enfrenta novos desafios.

A nova estratégia desenvolvimentista proposta divergiria, em alguns pontos, tanto do Nacional-desenvolvimentismo, quanto do neoliberalismo. Três seriam, de acordo com o autor, as diferenças do novo em relação ao antigo desenvolvimentismo. Primeira: não está mais baseado na substituição de importação e, portanto, pode continuar se abrindo ao comércio internacional, de maneira negociada; segunda: como o Brasil já tem infraestrutura econômica razoavelmente instalada, não é mais necessário investir pesado na indústria de base; terceira: deve preocupar-se mais com a estabilidade macroeconômica que no passado, devido aos fluxos internacionais de capital.

Em relação ao neoliberalismo, as diferenças seriam mais profundas: o novo desenvolvimentismo seria uma estratégia de desenvolvimento, ao passo que o neoliberalismo seria uma estratégia de desorganização dos Estados nacionais; ambos preocupam-se com a política fiscal, mas o primeiro o faz pensando em fortalecer o Estado no plano fiscal e este último, na possibilidade de pagar credores; enquanto o primeiro rejeita o uso de “âncoras” para combater a inflação e considera a elevação da taxa de juros uma “aberração”, o último as defende irrestritamente; e, enquanto o primeiro afirma que o problema principal do desenvolvimento nacional está no desequilíbrio macroeconômico, o último quer combatê-lo com reformas, pois para ele o problema fundamental habita o mundo da microeconomia.

Um ponto capital, merecedor de destaque na propositura de Bresser-Pereira, diz respeito à preocupação do novo desenvolvimentismo não apenas com inflação e equilíbrio fiscal, como no neoliberalismo, mas com o “equilíbrio do balanço de pagamentos e com um razoável pleno emprego”, rejeitando inteiramente, para isso, o recurso à poupança externa.

Essas ideias, de fato, encarnaram-se na ossatura governamental, de forma mais expressiva a partir do segundo mandato do Governo Lula (2006) (CASTELO, 2012) e encontraram ressonância no âmbito do debate acadêmico<sup>261</sup>. Retomando-as, João Sicsú, Luís Fernando de Paula e Renault Michel (2007), três dos principais defensores do Novo desenvolvimentismo, definiram-no como “alternativa política de desenvolvimento que compatibilize crescimento econômico com equidade social”; em poucas palavras, “um programa alternativo ao projeto neoliberal” que rejeita as “duas vias extremas”: nem mercado forte com Estado fraco (neoliberalismo), nem Estado forte com mercado fraco (p. 509).

Um dos cerne do modelo seria a diferenciação entre atividades produtivas, que devem ser incentivadas por meio de um sistema financeiro funcional, e atividades especulativas, alvo de duras

---

<sup>261</sup> Dentro da ala mais favorável ao modelo novo-desenvolvimentista, pode-se diferenciar, segundo Castelo (2012), três vertentes principais: 1) a dos *social-desenvolvimentistas*, que defendem a afirmação do mercado interno pela ampliação do consumo de massas; 2) a dos *pós-keynesianos*, que sustentam a forte intervenção estatal como forma de reduzir incertezas na economia; 3) a dos *macroeconômicos/estruturalistas*, os quais priorizam o mercado, limitando a atuação do Estado às suas falhas e brechas.

críticas por parte dos autores. O outro é a busca por “implementar uma estratégia que permita uma *inserção soberana no processo de globalização*” (p. 522. Grifos nossos). Seguindo tal direcionamento, as ações do Estado devem voltar-se à combinação de medidas e políticas específicas, visando à criação de demanda agregada, com a geração de empregos, à garantia da estabilidade macroeconômica e, sobretudo, à redução da vulnerabilidade externa, por meio da obtenção de superávits comerciais e aumento das reservas internacionais somados à blindagem da conta de capitais do balanço de pagamentos.

De acordo com Alves (2013b; 2014) a estrutura do novo desenvolvimentismo é formada pelo tripé (a) programas de incentivo estatal e oligopolização da economia, com o fortalecimento de grandes grupos econômicos mediante financiamento do setor privado pelo BNDES; (b) programas de investimentos públicos em infraestrutura, cujo símbolo maior e arcabouço de projetos é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); (c) programas de transferência de renda (como o Bolsa Família) e expansão do crédito (o qual passou de 24,7% do PIB, em 2003, para 55,2% em 2013) visando o fortalecimento e a expansão do mercado interno de consumo.

No tocante ao primeiro ponto, fundamental neste trabalho, Boito Junior (2012) assevera ter havido “forte elevação da dotação orçamentária do BNDES para financiamento das empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada” (BOITO JUNIOR, 2012, s/p.), de modo a habilitar o banco a desempenhar o papel apontado por Alves (2013b).

Portanto, o Estado novo-desenvolvimentista assume para si as funções de regulador, financiador e investidor direto, obtendo com isso sua legitimidade política, também proveniente da estabilidade macroeconômica e monetária.

Mesmo dentro dos setores mais à esquerda da intelectualidade crítica brasileira a nova estratégia de desenvolvimento angariou simpatizantes. Alguns autores, como Wladimir Pomar (2006) e Emir Sader (2010; 2013), veem nela elementos de uma superação radical do neoliberalismo em seus aspectos precípuos. Sader (2013), por exemplo, define os governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-2016) como “governos pós-neoliberais”, posto terem sido exitosos em substituir os grandes pilares do decálogo neoliberal pela priorização das políticas sociais, dos processos de integração regional e dos intercâmbios comerciais internacionais Sul-Sul, bem como pela retomada do papel do Estado na regulação macroeconômica e na distribuição de renda.

Para nós, entretanto, longe de desconsiderarmos as significativas diferenças dignas de algum mérito entre a ortodoxia neoliberal e a política de cunho novo-desenvolvimentista, mais claramente vigente entre 2006 e 2013/2014 - por exemplo, em relação ao impacto positivo das políticas sociais na redução da miséria; à expansão do ensino superior público (mesmo que de maneira precária e paralelamente ao financiamento da rede privada); à postura não passiva quanto às ingerências do

imperialismo estadunidense; à redução da taxa de desemprego e ao crescimento do mercado de trabalho formal; à valorização do salário real, dentre outros - os flagrantes contrassensos do novo desenvolvimentismo revelam o insustentável pacto de classes assumido em nome da governabilidade petista. Esta, de acordo com Claudio Katz (2012), é a chave para decifrar o enigma de um modelo que, a um só tempo, agradou aos agentes do setor financeiro-especulativo, com a dilacerante taxa básica de juros e a ortodoxia monetária, à burguesia industrial, com as generosas desonerações e aos agroexportadores, com a abertura comercial, o câmbio competitivo, os financiamentos abundantes e a juros baixos, o perdão de dívidas, a defesa da propriedade privada etc.

Curiosamente, como visto, redução da desigualdade e crescimento econômico com rejeição das “vias extremas” não era também o mesmo binômio do “capitalismo social” brasileiro apregoadado pelos militares e seus mais destacados ideólogos (DELFIN NETO, 1966; VELOSO, 1977)?

Francisco de Oliveira (2008a; 2008b), um dos mais severos críticos da estratégia de desenvolvimento atual, denuncia a despolitização da pobreza e sua funcionalidade nas políticas de governo, além dos esforços de cooptação dos movimentos sociais e sindicatos pelo aparelho de Estado. Recuperando o conceito marxiano e gramsciano de hegemonia, o autor afirma que, muito distante da hegemonia de governos realmente formados pelos e voltados para “os de baixo”, presencia-se a ascensão de governos que, embora tenham origem na classe trabalhadora, seguem as diretrizes e atendem às demandas das classes dominantes tradicionais, ao que o autor denomina “hegemonia às avessas”.

Gonçalves (2012) denuncia o alijamento do nacional-desenvolvimentismo original e de sua versão latino-americana pela estratégia novo-desenvolvimentista, dado pela marginalização das questões da origem do capital e da efetiva redução da vulnerabilidade externa estrutural. Na verdade, afirma o autor, seu foco está posto na estabilidade macroeconômica e no controle da inflação, passando as exportações a ser o “motor” do crescimento, com a defesa da abertura comercial, a reprimarização da pauta exportadora e a perda de efetividade da política industrial. O Estado, por seu turno, é preconizado como ente “dominador e autônomo que defende os interesses coletivos, é complementar ao mercado e promove o bem-estar social”<sup>262</sup>.

Para Sampaio Junior (2012), trata-se mesmo de uma “farsa” sustentada pela “ilusão” do desenvolvimento, afiançada por fatos como (a) a modesta retomada do crescimento econômico; (b) lenta recuperação do poder aquisitivo do salário; (c) a ligeira melhoria na distribuição pessoal da renda; (d) o *boom* do consumo financiado pelo endividamento das famílias; e (e) a aparente resistência do

---

<sup>262</sup> *Ibid.* p. 661.

Brasil frente à crise global. E o que é muito pior, nas formulações novo-desenvolvimentistas desaparecem, conforme o autor,

Os nexos entre burguesia dos negócios, especulação mercantil e financeira como base da acumulação capitalista, [e da] dependência estrutural da exportação de *commodities* e revitalização do latifúndio e do extrativismo – estruturas típicas da economia colonial (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 682).

Ao mesmo tempo, salienta Alves (2014), persistem os elementos da política neoliberal (como a não ruptura com o pagamento dos serviços da dívida<sup>263</sup> e se mantém o tripé da gestão macroeconômica (composto por metas de inflação, câmbio flexível e superávit primário), intensificando-se os traços estruturais da degradação do trabalho, como o aumento da rotatividade, a generalização dos contratos precários/flexíveis, a intensificação laboral etc. (*layoff*, PEC 4330, Programa de Proteção ao Emprego etc.). Em parte corroborando às assertivas de Sampaio Junior, o autor insiste também no “caráter farsesco” do Neodesenvolvimentismo frente à nova situação geopolítica da luta de classes.

O conceito de Neodesenvolvimentismo possui inevitavelmente um *caráter farsesco*, na medida em que está limitado, em si e para si, pelos constrangimentos da ordem sistêmica do capital no plano do mercado mundial: a pressão da concorrência internacional impõe às unidades econômicas a redução dos custos sociais da força de trabalho, como desafio para o projeto neodesenvolvimentista, o aumento da produtividade e competitividade da indústria brasileira no mercado mundial (ALVES, 2014, p. 140. Grifos nossos).

A nosso ver, uma das mais importantes contribuições para a crítica do novo desenvolvimentismo, firmemente alicerçada na economia política, encontra-se na avaliação feita por Boito Junior (2012). Segundo o autor, essa estratégia é a expressão teórico-política da frente ampla, heterogênea, policlassista e contraditória consubstanciada entre a segunda metade dos anos 1990 (crise do neoliberalismo) e as primeiras décadas do século XXI, composta, de um lado, por um “setor dominante” liderado pela burguesia nacional, dispersa em diversos setores da economia (mineração, construção pesada, agronegócio, indústria de transformação, grandes bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional), e um “setor dominado” composto pelo operariado urbano e pela baixa classe média, juntamente com o campesinato (em seus diversos extratos) e, no extremo, pela “massa marginal” dos trabalhadores desempregados, subempregados, precários ou “por conta própria”<sup>264</sup>.

Obviamente, equilibrar-se sobre tamanha heterogeneidade e conflitualidade foi um trabalho de Sísifo para os últimos governos, somente exitosos até há pouco por adotarem a estratégia de

---

<sup>263</sup> Em 2012, a dívida pública brasileira tingiu R\$ 2 trilhões (ALVES, 2014).

<sup>264</sup> *Ibidem*.



governabilidade adequada, firmemente embasada por circunstâncias históricas externas e internas favoráveis. Essa é, no essencial, a tese do “lulismo” advogada por André Singer (2012), segundo quem

teria havido, a partir de 2003, uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjuntura econômica internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza – com destaque para o combate à miséria – e para a ativação do mercado interno, sem confronto com o capital. Isso teria produzido, em associação com a crise do ‘mensalão’, um realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006, surgindo o lulismo (p. 13).

Como vemos, o lulismo foi a face política pragmática da mesma moeda cujo lado econômico é o novo desenvolvimentismo. E, não custa dizer, nesses tempos de tão deletéria crise política, ambos já deram mostras de esgotamento iminente, mesmo que nenhum outro projeto de desenvolvimento esteja claramente definido até o presente momento.

Diante disso, entendemos o novo desenvolvimentismo, a um só tempo, como formulação teórica e projeto de desenvolvimento que expressa as contradições do desenvolvimento histórico do capitalismo brasileiro subjacentes à coalizão de classes, heterogênea e antagônica, formadora do bloco de poder que fez água recentemente, fato consumado pelo golpe parlamentar travestido de impedimento. E mesmo antes do golpe, seus limites já eram inerentes e insuperáveis dentro dos seus próprios marcos, em primeiro lugar, em razão da contradição entre os interesses das classes (e frações) supostamente conciliadas dentro da estratégia (BOITO JUNIOR, 2012). Sob o mesmo aspecto, também se faz imperioso calcinar qualquer suposição do Estado como árbitro neutro, pairando acima e além dos interesses de classe (CASTELO, 2012; GONÇALVES, 2012) – sirva-nos a história de testemunha.

E mais, muito antes de seu fenecimento já havia outros limites potencialmente fatais ao novo desenvolvimentismo. Primeiro, como pensar em “inserção soberana” no processo de globalização, com abertura comercial, dependência das exportações de *commodities* agrominerais e sem impor qualquer restrição ao capital estrangeiro (ao IED, por exemplo)? Segundo e na mesma linha, essa possibilidade é dada a algum país do mundo num contexto de aceleração do fluxo de capital financeiro e crise estrutural do capital? Terceiro, espalhando-se os rebatimentos da crise pelo mundo desde 2008, e dando o modelo Chinês nítidos sinais de arrefecimento (em 2014 o crescimento do PIB foi de 7,4%, o menor em 24 anos, segundo a Revista Exame, de 20/01/2015), teria o Brasil condições de sustentar o crescimento econômico baseado no mercado externo, por meio do qual se pretende reduzir a desigualdade, por mais quanto tempo? Quarto, faria algum sentido hoje a separação entre capital produtivo (agroindustrial) e especulativo (financeiro), se ambas as formas, como procuramos demonstrar anteriormente (item 2. 4), encontram-se mutuamente imbricadas no contexto atual? Quinto, que tipo de emprego se pretende gerar e se está gerando? A grande maioria dos milhões de

postos de trabalho precários e mal remunerados gerados teria qualquer condição de ser chamado de emprego, no sentido convencional do termo?

Com efeito, estamos diante de um modelo de desenvolvimento que se pretende socialmente equânime, embora coadunado ao monocultivo em larga escala, voraz consumidor de terras férteis e bem localizadas, de água e de agroquímicos, umbilicalmente ligado ao capital financeiro-especulativo, pouco intensivo no emprego de mão de obra e quase integralmente determinado pelo (volátil) mercado externo, em suma, um modelo insustentável e destrutivo em essência.

E dentro do cenário novo-desenvolvimentista, o apoio incondicional e até mesmo a disputa por “atrair” e manter as gigantescas inversões do capital arbóreo-celulósico têm sido traços recorrentes da política governamental, não apenas no Brasil, como em outros países da América do Sul, como mostra Victor Bachetta (2008)<sup>265</sup>. Envoltos num aparente contrassenso, os “novos governos populares” do Chile (Michelle Bachelet), da Argentina (Cristina Kirchner), do Uruguai (Pepe Mujica e Tabaré Vázquez) e do Brasil (Lula e Dilma) não alteraram o modelo econômico vigente a ponto de repudiar esse tipo de empreendimento.

Ao contrário disso, por aqui, desde o início, o Governo Lula esteve disposto a fomentar o setor. No ano de sua posse (2003), a perspectiva de “escassez de madeira” - o então denominado “apagão florestal” (JOLY, 2007) - foi assumida pelo Governo Federal, que disponibilizou linha de crédito específica para o plantio de árvores, com prioridade para o consumo industrial. Para as autoridades não havia dúvidas de que o Brasil corria o

[...] o risco de tornar-se, ainda nesta década [de 2000] importador líquido de madeira. Objetivando atender a essa demanda e também os produtores que queiram recompor sua reserva legal, o governo está disponibilizando uma linha de crédito de 60 milhões para o plantio de florestas, *principalmente para o uso industrial* (CONAB, 2003 *apud* BACHA; BARROS, 2004, p. 192).

No mesmo ano de 2003, o Governo Lula alterou a Comissão Coordenadora do PNF (CONAFLO), órgão encarregado da elaboração do Plano Nacional de Florestas, e incluiu, no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, recursos e medidas para aumentar o plantio de árvores em 300 mil ha/ano, por meio de programas empresariais (MALINA, 2013). Também previu subsídios e estabeleceu a meta de 2 milhões de ha para a expansão da área do plantio de árvores, entre 2003 e 2007. Como resultado, a área total dos plantios no Brasil passou de pouco mais de 5 milhões de hectares em 2000, para 7,1 milhões de ha em 2010. Na mesma sintonia, o afluxo de recursos públicos dragados pelos megaempreendimentos em projetos de ampliação e/ou construção de novas plantas

---

<sup>265</sup> Em seu livro *La fraude de la celulosa* (2008), cujo título é demasiado sugestivo, o jornalista uruguaio comenta detalhadamente sobre os projetos da Arauco e da Celco no Chile, da Ence e da Botnia no Uruguai, da Eucapacific no Equador e da Veracel no Brasil.

fabris tornou-se ainda mais notável que o do passado nacional-desenvolvimentista (os dados serão apresentados adiante, no item 4.3).

Apesar de todas as críticas cabíveis aos megaempreendimentos arbóreo-celulósicos, sob diversos pontos de vista (econômico, social, ambiental etc.), é sintomático do apoio irrestrito dos governos novo-desenvolvimentistas o fato de os representantes do setor terem estado entre os primeiros a serem recebidos no gabinete presidencial, ainda em janeiro de 2003 (SOUZA; OVERBEEK, 2008), além da presença em pessoa dos presidentes brasileiros em exercício quando da inauguração de cada uma das fábricas de celulose nas áreas estudadas.

#### **4.2. Explicitando a contradição: a estratégia primário-exportadora e a expansão das *commodities* agrominerais**

Para além de simples atendimento aos reclames da fração da burguesia agrária soldada ao bloco novo-desenvolvimentista, os Governos Lula e Dilma, insistimos, tiveram na expansão do capital arbóreo-celulósico interesses específicos, profundamente ligados ao contexto econômico abrangente e à estratégia de desenvolvimento adotada frente a ele. Para comprová-lo, será necessário retomar novamente a tese de Delgado (2012).

Segundo o economista, o período estendido de 1999/2000 até o presente marca a retomada da busca incessante pela geração de saldos positivos (superávits) da balança comercial, com o “relançamento da estratégia de reprimarização do comércio externo a qualquer custo” (DELGADO, 2012, p. 79), devido, por um lado, à nova crise de liquidez internacional, à fuga de capitais e ao endividamento externo experimentados, e por outro, à receptividade do mercado às *commodities* brasileiras. Este é também o marco da construção de um novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola, concertado por dentro da política econômica e financeira.

A ideia-força do projeto do (autodenominado) agronegócio é suprir os déficits estruturais dos serviços (remuneração do capital estrangeiro aqui aportado, sob diversos títulos) no balanço de pagamentos<sup>266</sup>, por meio dos saldos positivos obtidos pelo setor primário na balança comercial (Tabela 5).

---

<sup>266</sup> O balanço de pagamentos é um levantamento de natureza contábil que sistematiza a entrada e a saída de riqueza de um determinado país, composto pela conta corrente (balança comercial, balança de serviços e transferências unilaterais) e pela conta capital ou conta financeira (investimentos diretos e em carteira).

Tabela 5 - Evolução das Transações Externas Correntes na Década de 2000  
(em bilhões de dólares)

Períodos	Saldo médio da balança comercial	Saldo médio da conta de serviços	Total - saldo da conta corrente*
1995/99	(-) 4,75	(-) 23,71	(-) 26,22
2000/2002	5,01	(-) 25,26	(-) 18,36
2003/2005	34,07	(-)27,86	9,92
2006/2007	43,06	(-) 39,83	7,59
2008	27,78	(-) 57,86	(-) 28,19
2009	25,3	(-) 52,90	(-) 24,30
2010	20,28	(-) 70,63	(-) 47,52

\*O saldo da conta corrente é a soma algébrica dos saldos das Balanças - comercial, de serviços e das Transações unilaterais.

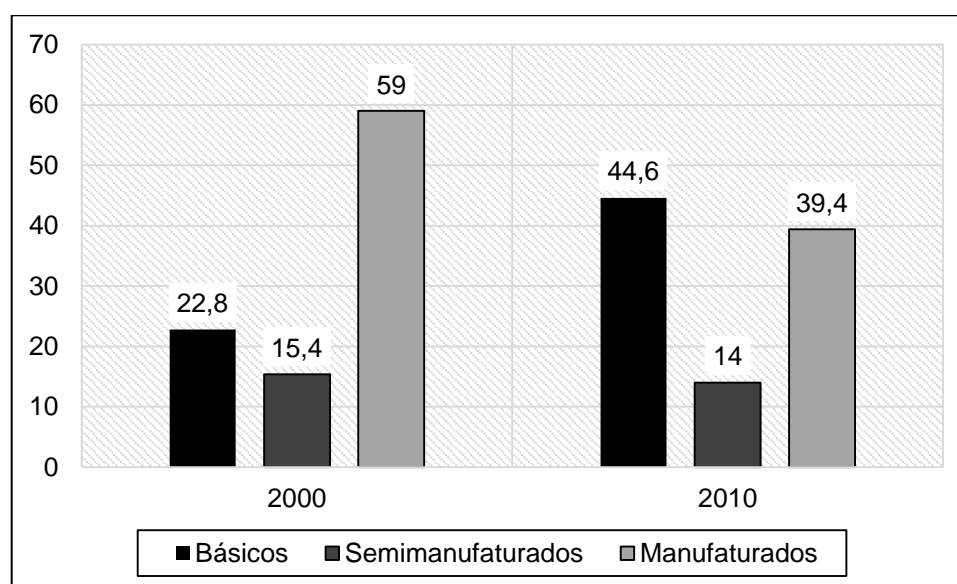
Fonte: Delgado (2012). Organizado e elaborado pelo autor.

Igualmente para Boito Junior (2012),

Um elemento fundamental [do programa novo-desenvolvimentista] é a busca de superávits da balança comercial que favoreceu enormemente o agronegócio, à mineração e outros setores ligados à exportação de produtos agropecuários e de recursos naturais (BOITO JUNIOR, 2012, s/p.).

E foi justamente neste contexto que complexos agroindustriais como os do segmento arbóreo-celulósico ganharam fôlego inaudito, fato que procuramos demonstrar no primeiro capítulo. Porém, ainda que seja claramente insuficiente para atingir seu objetivo (ver última coluna da Tabela 5), em uma década, a estratégia conduziu à predominância maciça de produtos primários na pauta exportadora brasileira (Figura 36).

Figura 36 - Percentual das Exportações Brasileiras por Fator Agregado (2000 e 2010)



Fonte: SECEX/MDIC. Elaborado pelo autor.

Em 2013, a soma dos produtos básicos e semimanufaturados exportados chegou a US\$ 143,54 bilhões (59,3% da pauta), contrastando com os US\$ 93,09 bilhões (40,7%) dos produtos manufaturados.

O resultado da estratégia se fez sentir profundamente do ponto de vista geográfico, com a avassaladora expansão territorial da produção de monocultivos agrícolas<sup>267</sup>, a exemplo do par eucalipto-celulose, em antigas e novas regiões, com toda sorte de desdobramentos espúrios para a agricultura camponesa, povos e comunidades tradicionais, trabalhadores e trabalhadoras no campo e também nas cidades (THOMAZ JUNIOR, 2006; 2009; DELGADO, 2012; CARVALHO, 2013).

Todavia, conforme Delgado (2012), dois fenômenos minam com o tempo a estratégia primário-exportadora como solução ao desequilíbrio externo: a perda de competitividade das exportações de manufaturados, de maneira geral, e o crescimento exacerbado do déficit da conta de serviços, devido ao maior peso do capital estrangeiro na economia brasileira. Isso tudo, completamos, somado à tendência à deterioração dos termos de intercâmbio (PREBISCH, 1985), com a redução a médio e longo prazos da demanda chinesa, faz do colapso um quadro bastante provável.

Ante os limites e riscos inerentes à estratégia primário-exportadora, os governos novo-desenvolvimentistas não recuaram um passo sequer, mas ao contrário, continuaram a apostar nela suas principais fichas até sua recente defenestração, para o gozo dos detentores do capital arbóreo-celulósico, aqui apresentados com situação *sui generis* para auferirem em segurança e com rentabilidade inigualável seus lucros e rendimentos.

### 4.3. Ações recíprocas

O jogo de reciprocidades entre as grandes corporações monopolistas do segmento arbóreo-celulósico e o(s) governo(s) tem se apresentado por meio de múltiplas ações efetivas, empreendidas de ambos os lados. O apoio incondicional do Estado às empresas e seus projetos, por exemplo, não se afiança apenas pela estratégia primário-exportadora de geração de superávits comerciais, mas igualmente pelo poderoso *lobby* realizado por essas empresas no Congresso Nacional (Câmara e Senado), cuja expressão mais evidente tem sido o financiamento de campanhas eleitorais de candidatos aos mais diversos cargos, em todos os níveis e esferas organizativas.

Quanto a isso, cabe inicialmente a informação de Ivonete Souza e Winnie Overbeek (2008), segundo os quais

---

<sup>267</sup> De acordo com dados coletados em diversas fontes (IBGE; BRACELPA, ABRAF, IBÁ, CONAB e EMBRAPA) e compilados por nós, somados, soja, cana-de-açúcar e eucalipto, os três principais monocultivos voltados para exportação expandiram-se por mais de 16 milhões de ha entre 2005 e 2015.

Uma forma muito popular entre as empresas para conseguir apoio para políticas e financiamentos públicos em favor da expansão das monoculturas é o *financiamento direto de candidatos, preferencialmente os candidatos e candidatas que tenham chance real de ganhar*. Financiamentos são dados para todo tipo de campanha (presidente, governador de estado, deputado federal e estadual, senador, prefeito e vereador) e de qualquer partido (SOUZA; OVERBEEK, 2008, p. 79. Grifos nossos).

De acordo com dados apresentados pelos autores, no pleito eleitoral de 2006, por exemplo, a campanha do então candidato à presidência Luís Inácio Lula da Silva recebeu um total de R\$ 1.006.604,00 da Stora Enso, R\$ 50.000,00 da Aracruz Celulose e mais R\$ 20.000,00 da Veracel. Esta última empresa também fez doações para o candidato a governador da Bahia, Jacques Wagner (R\$ 100.000,00), um candidato a senador (R\$ 50.000,00) e candidatos a deputado federal (R\$ 270.000,00) e estadual (R\$ 155.000,00)<sup>268</sup>.

Fizemos o mesmo exercício, levantando os dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referentes às doações diretas realizadas pelas empresas estudadas, nas cinco últimas eleições (2006, 2008, 2010, 2012 e 2014) (Tabelas 6 e 7)<sup>269</sup>. O resultado por si só nos parece bastante revelador.

Tabela 6 - Doações Diretas de Empresas de Celulose Seleccionadas para Campanhas Eleitorais em 2006 e 2008 (em R\$)

<b>Empresa/Ano</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>Total</b>
Aracruz Celulose S/A	5.523.353,20	2.852.556,90	8.375.910,10
Suzano Papel e Celulose e Suzano S/A e Suzano Bahia Sul Celulose S/A	3.145.279,70	1.305.294,57	4.450.574,27
Votorantin Celulose e Papel S/A	1.254.825,00	365.461,14	1.620.286,14
Veracel Celulose S/A	1.170.000,00	-	1.170.000,00
Stora Enso Brasil	185.150,71	-	185.150,71
<b>Total</b>	<b>11.278.608,61</b>	<b>4.523.312,61</b>	<b>15.801.921,22</b>

Fonte: TSE (2006; 2008). Elaborado pelo autor.

Nas eleições de 2006 e 2008, período de conclusão (Veracel/Stora Enso/Aracruz na Bahia) e lançamento (VCP/Aracruz em Mato Grosso do Sul) de megaempreendimentos do segmento arbóreo-celulósico no Brasil, as quatro empresas estudadas doaram quase R\$ 16 milhões para candidatos a cargos eletivos, sendo mais da metade desse montante fruto da “generosidade” da Aracruz Celulose. O mesmo padrão foi mantido entre 2010 e 2014 (Tabela 7).

<sup>268</sup> *Ibidem*.

<sup>269</sup> A opção de compilar os resultados em duas tabelas diferentes se deveu ao fato de que, em 2009, houve a fusão da Aracruz com a VCP, alterando o nome das empresas, e ainda porque há diferenças no sistema de busca do TSE, o qual não discrimina cargo por doador para os anos de 2006 e 2008, mas o faz para os anos seguintes.

Tabela 7 - Doações Diretas das Empresas de Celulose Seleccionadas para Campanhas Eleitorais em 2010, 2012 e 2014 (em R\$)

Empresa/Cargo	2010					
	Deputado Estadual	Deputado Federal	Senador	Governador	Presidente	Subtotal
Fibria Celulose S/A	1.092.898,62	2.002.343,81	640.000,00	1.030.000,00	-	4.765.242,43
Suzano Papel e Celulose S/A	833.001,70	1.607.705,00	598.854,47	2.946.568,70	-	5.986.129,87
Eldorado Brasil					-	
<b>Total</b>	<b>1.925.900,32</b>	<b>3.610.048,81</b>	<b>1.238.854,47</b>	<b>3.976.568,70</b>	<b>-</b>	<b>10.751.372,30</b>
Empresa/Cargo	2012					Subtotal
	Vereador		Prefeito			
Fibria Celulose S/A	80.000,00		2.410.000,00			2.490.000,00
Suzano Papel e Celulose S/A	465.360,39		1.828.496,80			2.293.857,19
Eldorado Brasil	-		-			
<b>Total</b>	<b>545.360,39</b>		<b>4.238.496,80</b>			<b>4.783.857,19</b>
Empresa/Cargo	2014					
	Deputado Estadual	Deputado Federal	Senador	Governador	Presidente	Subtotal
Fibria Celulose S/A	750.200,00	1.275.000,00	390.000,00	1.960.000,00	-	4.375.200,00
Suzano Papel e Celulose S/A	352.405,87	469.880,78	43.186,82	1.236.767,70	700.000,00	2.802.241,17
Eldorado Brasil			1.000.000,00		-	
<b>Total</b>	<b>1.102.605,87</b>	<b>1.744.880,78</b>	<b>1.433.186,82</b>	<b>3.196.767,70</b>	<b>700.000,00</b>	<b>7.177.441,17</b>

Fonte: TSE, 2010, 2012, 2014. Elaborado pelo autor.

Ao todo, Fibria (também detentora da Veracel), Suzano Papel e Celulose e Eldorado Brasil doaram juntas a soma de R\$ 22.012.670,66 para candidatos a Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador, no pleito de 2010 e 2014, e Vereador e Prefeito, no pleito intermediário de 2012, havendo apenas um registro de doação para candidato a Presidente, em 2014. As empresas que mais doaram foram a Fibria (R\$ 11.630.442,43) e a Suzano (R\$ 11.082.228,23), respectivamente. Estranhamente, a Eldorado Brasil declarou apenas uma única doação de alto valor (R\$ 1.000.000,00) para candidato a senador. Mas, se levarmos em consideração que as doações também podem ter sido declaradas em nome do Grupo JBS – que em 2014 doou sozinho nada menos que R\$ 74.662.249,50 - essa informação pode ganhar novo sentido.

Como visto, as doações feitas pelas empresas de celulose objeto do nosso estudo para candidatos, nos cinco pleitos analisados, totalizaram R\$ 38.514.591,88. Algumas observações são de extrema relevância e, por falta de espaço, não puderam constar nas tabelas síntese (Tabelas 6 e 7). Em

primeiro lugar, as doações foram majoritariamente destinadas a candidatos representantes dos estados (Espírito Santo, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e São Paulo) e municípios onde se localizam as principais fábricas de celulose e áreas de plantio das empresas (ver Figura 16). Segundo, abarcam, em todos os casos, candidatos filiados a diferentes partidos, inclusive partidos opostos entre si, e para os mesmos cargos, permitindo-nos deduzir que as empresas não se importam com a vinculação ideológica ou o programa de governo de cada candidato especificamente, desde que acertem no apoio aos candidatos vencedores. Em alguns casos, o mesmo candidato foi financiado por diferentes empresas, por exemplo, o candidato a governador da Bahia Paulo Souto recebeu R\$ 100.000,00 da Veracel e R\$ 280.000,00 da Aracruz, R\$ 481.285,32 da Suzano, nas eleições de 2006.

Um dos mais notáveis efeitos das doações foi a formação, em junho de 2015, de uma Frente Parlamentar da Silvicultura (ou “Bancada da Silvicultura”, segundo a nomenclatura oficial) no legislativo federal, colegiado composto por 220 parlamentares, sob coordenação do Deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG)<sup>270</sup>.

O nexos entre política e economia torna-se assim inocultável e suscita alguns questionamentos. Ainda que as doações de empresas privadas para campanhas, quando declaradas ao TSE, sejam lícitas, é possível esperar qualquer autonomia e neutralidade dos governos fartamente financiados em relação às empresas doadoras, em cada estado e município onde atuam? Ou melhor, que governo contrariará os interesses de tais empresas tendo sido por elas financiado? E mais, quando observamos a constância e o volume das doações, cabe inquirirmos quais são as verdadeiras motivações das empresas para tanto, isto é, o que garantem elas com isso e por quais necessidades.

É evidente estarmos diante de uma democracia representativa baseada apenas aparentemente na igualdade, isto é, de um sistema de *igualdade formal* cuja base real é a *desigualdade substantiva* entre os sujeitos sociais (MÉSZÁROS, 2007). As ingerências das empresas de celulose e a subserviência dos governos nos casos investigados só podem ser entendidas contra esse pano de fundo.

A contrapartida do Estado é nitidamente compensadora para as empresas, a começar, no plano federal, pelos vultosos financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o principal “parceiro” e sócio desse segmento empresarial no Brasil. O BNDES já desempenhava papel de relevo junto ao setor de celulose e papel desde a década de 1950, não apenas provendo recursos significativos (Tabela 8), mas também planejando e induzindo investimentos (JUVENAL; MATTOS, 2001).

---

<sup>270</sup> A lista completa dos nomes e partidos dos integrantes da frente está disponível em: <[http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente\\_Parlamentar/454.asp](http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/454.asp)> (Acesso em 20/03/2015).



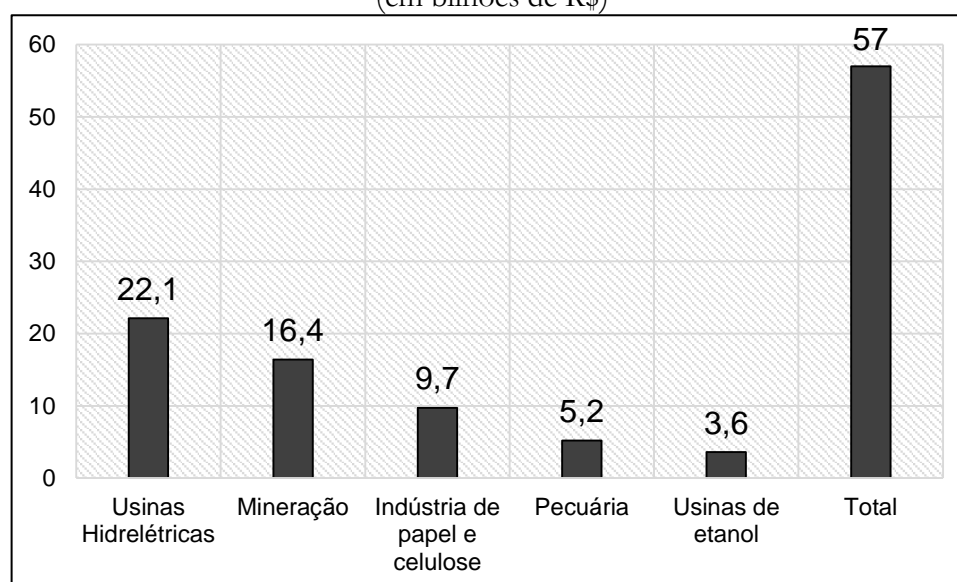
Tabela 8 - Financiamento do BNDES Para o Setor de Celulose e Papel (1957-1991)

Período	Valor (em milhões de US\$)
1957-1961	7,50
1962-1971	378,84
1972-1981	1.884,7
1982-1991	1.812,6
<b>Total</b>	<b>4.083,7</b>

Fonte: Soto (1992) *apud* Pedreira (2008). Elaborado pelo autor.

A emergência do novo desenvolvimentismo, como anteriormente destacado, conferirá ao BNDES papel ainda mais proeminente no fortalecimento do grande capital nacional ou estrangeiro aportado no Brasil (BOTTO JUNIOR, 2012; ALVES, 2014), com ênfase no fortalecimento do que Luciano Coutinho, presidente do Banco desde 2007, gosta de chamar de “campeãs nacionais” (COUTINHO, 27/07/2011), as grandes corporações brasileiras notadamente competitivas no mercado internacional. Daí a ampliação dos recursos do Banco e dos repasses ao setor de papel e celulose, e não apenas a ele, mas a todo um conjunto de investimentos intensivamente demandantes de recursos territoriais e geradores de severos impactos socioambientais, como a produção de energia hidrelétrica, a mineração, a pecuária e a produção de álcool, atividades que, somadas, receberam nada menos que R\$ 56 bilhões, entre 2006 e 2009 (Figura 37)<sup>271</sup>.

Figura 37 - Desembolsos do BNDES por setor entre 2006 e 2009 (em bilhões de R\$)



Fonte: Garzon (2010). Organizado pelo autor.

<sup>271</sup> Poderiam ser acrescentados a este total os dados referentes aos desembolsos do BNDES para empresas produtoras de cereais e açúcar.

No que tange especificamente ao setor de celulose e papel, no entanto, notou-se um crescimento significativo do volume de recursos concedidos ao longo dos últimos anos, perfazendo um total de mais de R\$ 17,6 bilhões, entre 2010 e 2015 (Tabela 9).

Tabela 9 - Operações Diretas do BNDES com Empresas do Setor de Celulose e Papel (2010 a 2015\*)

<b>Empresa</b>	<b>Montante Concedido (R\$)</b>
Eldorado Brasil	2.801.096.760
Fibria**	1.770.903.048
Veracel	369.157.195
Suzano	4.606.293.275
Klabin	4.500.868.015
CMPC Celulose Riograndense	2.577.860.169
Melhoramentos	137.886.000
Rigesa	237.508.000
Kimberly-Clark	59.249.000
Arauco Forest	61.625.633
Jari	534.642.000
Lwarcel Celulose	33.471.000
<b>Total</b>	<b>17.690.560.095</b>

\*Os valores são referentes às operações realizadas até setembro de 2015.

\*\*Inclui VCP e Aracruz Celulose.

Fonte: BNDES. Elaborado pelo autor.

Luis Fernando Novoa Garzon (2010) relaciona tal crescimento à nova política de concessões do BNDES, não mais destinada à promoção de projetos que possuam alguma simbiose com a integração e o desenvolvimento nacional/regional, como nos tempos do nacional-desenvolvimentismo, mas declaradamente orientadas para o princípio capitalista da capacidade de retorno financeiro. Segundo o autor, após o desmonte neoliberal e a restauração novo-desenvolvimentista, o BNDES assumiu a integração competitiva como o horizonte primordial, buscando aumentar a conexão e a especialização regressiva dos territórios e fazendo do Brasil “um espaço assumidamente dedicado a valorizar capital despatriado”<sup>272</sup>. Seu programa passa, pois, a ser composto por duas ações prioritárias: favorecer as filiais das transnacionais instaladas no país, ajudando-as a incorporar novos elementos espaciais e setoriais às suas estratégias; e, comprovando nossa tese (ver item 2.4.), potencializar as empresas de capital nacional, grande parte delas “empresas-casulo”, incubadoras de capital estrangeiro, “[...] grupos econômicos que se aproveitam da vantajosa

<sup>272</sup> *Ibid.* p. 75.

estrutura institucional oferecida pelo país para expandir e monopolizar faixas determinadas de cadeias produtivas transnacionais”<sup>273</sup>.

Promove-se, assim, a fragmentação da economia e do território nacionais em benefício da integração aos fluxos globais. A busca pela pilhagem das “vantagens competitivas estáticas”, defendida e exaltada pelo BNDES, funda-se, conclui o autor, “[...] na degradação ambiental, no apossamento de bacias hidrográficas inteiras, na grilagem de terras, no avanço do latifúndio, com massacres de povos indígenas e camponeses”<sup>274</sup>.

Agindo sob tal regramento, a atuação do BNDES torna-se peça-chave da engrenagem territorial das empresas, viabilizando a estratégia e fortalecendo o elo com a crise estrutural antes delineados. O que torna tudo isso ainda mais repugnante é o fato de que o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo PIS/PASEP são duas das principais fontes de recursos do BNDES. Portanto, é dinheiro dos trabalhadores e trabalhadoras financiando a pilhagem e a degradação de recursos, entre os quais, cumpri dizer, encontram-se eles mesmos.

Mas a obtenção de dinheiro público barato de forma facilitada não é suficiente para calar o lamuriante discurso dos oradores do grande capital. Representantes das empresas e especialistas batem sempre na tecla do “gargalo logístico” para a produção e exportação de celulose, fazendo aumentar o custo de produção e transporte, o que se compensa, segundo eles, apenas parcialmente pela alta produtividade brasileira. A resposta do Governo é quase sempre imediata e traz boas-novas, como a anunciada perante à CNA, de garantia de investimentos prioritários da ordem de R\$ 181 bilhões em infraestrutura de transportes nos próximos anos para atender às necessidades do agronegócio (PAINEL FLORESTAL, 27/05/2013).

De fato, o Estado é chamado a exercer seu papel de agente primordial da socialização capitalista (LOJKINE, 1981), drenando recursos da sociedade como um todo para dotar o território de toda a infraestrutura necessária aos megaempreendimentos da celulose, sendo esta, pois, uma importante forma de intervenção em favor do capital. Na Ocupação Viva Deus II, por exemplo, fomos informados de que representantes do Governo do Estado do Maranhão já anunciaram a pavimentação de toda a Estrada do Arroz, que liga Imperatriz à Cidelândia. O mais curioso é que a notícia veio poucos meses depois do *start up* da fábrica da Suzano localizada na mesma estrada, sobre a qual também transitam muitos dos seus caminhões carregados de toras de eucalipto.

As altas somas de dinheiro público e dotação de infraestrutura não esgotam, mas apenas iniciam a lista das benesses concedidas. As alianças entre representantes do Poder Público e das

---

<sup>273</sup> *Ibid.* p. 76.

<sup>274</sup> *Ibidem.* O mesmo conclui um estudo realizado pela ONG Repórter Brasil (2011) sobre o assunto, assinalando que, de modo geral, o BNDES “[...] não adota *salvaguardas* que de fato evitem o repasse de recursos para projetos de grande impacto” (p. 2. Grifo nosso).

empresas vão se urdindo e encontram sua expressão mais acabada nas escalas estadual e, sobretudo, municipal. A rede de reciprocidades formada permite a concertação da legislação e do planejamento governamental de modo a não apenas deixar de opor resistência, mas viabilizar e garantir segurança e rentabilidade em longo prazo (CARRERE, 2007).

Quanto a isso, no que se refere à Veracel no Extremo Sul baiano, Francisco confidenciou-nos ser

ela [Veracel] quem manda na região. Políticos se aliam a ela, políticos que disputam cargos estaduais, federais, se aliam a ela em busca de recursos para depois devolverem em troca ‘favores parlamentares’ [...] Se a empresa tem um plano, uma estratégia de plantio de eucalipto em outra região, o deputado vai até lá, conversa. Eles controlam os órgãos ambientais do Estado e do município nem se fala<sup>275</sup>.

Côncio do mesmo está Raimundo, para quem “uma empresa dessas, quando se instala, vem de longe a preparação, e eles [empresas] visam principalmente os governos. Tanto é que a fábrica foi instalada aqui, mas a base deles é lá em São Luís, perto [da sede] do Governo do Estado”<sup>276</sup>.

Diógenes Marques não hesitou ao indicar a intervenção direta do Estado no processo decisório das empresas como um dos fatores mais importantes na “atração” das inversões. “Um dos fatores de atração mais importantes”, afirma o diretor de indústria e comércio, “é a mão pesada do Estado, seja ela numa esfera federal – porque na vinda de uma Fibria, com investimentos internacionais, e se você olhar a importância desse setor para o comércio internacional brasileiro... [sic] - seja estadual ou municipal”<sup>277</sup>. Aqui, como em muitas outras falas, a “mão invisível” do mercado, em cuja crença insistem os pupilos neoliberais de Adam Smith, dá lugar a mão bastante nítida e pesada do Estado.

Dentre as formas de atração dos empreendimentos e criação de vantagens econômicas mais usuais por parte do Estado estão a concessão de benefícios fiscais, como incentivos e isenções às empresas, subsídios e doações. Via de regra, tais dispositivos já se encontram instituídos pela legislação estadual e municipal, sendo produto do processo de descentralização política pós-1988 e do seu corolário, a “guerra fiscal” contemporânea (ARRETCHE, 1996), que, para autores como Acselrad e Bezerra (2010), não passa de desperdício generalizado de recursos públicos. Nos casos estudados, no entanto, as dimensões desse fenômeno beiram o absurdo.

O Governo Federal puxa a fila, dando exemplo às unidades federativas e municípios com a extensão do REINTEGRA<sup>278</sup> também aos exportadores de celulose, agora reembolsados com 0,3% dos lucros das importações do setor (CAPITAL NEWS, 11/09/2014).

---

<sup>275</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 20/03/2014.

<sup>276</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 12/09/2014.

<sup>277</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

<sup>278</sup> O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (REINTEGRA) foi instituído pelo Decreto Lei nº 08.304/2014, posteriormente regulamentado pelo Decreto Lei nº 8.415/2015.

Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, a legislação estadual específica (Lei nº 093/2001) prevê isenção de até 67% do ICMS por, no máximo, cinco anos, a depender do porte do empreendimento (KUDLAVICZ, 2011a). Não obstante, como parte das negociações firmadas entre Governo e empresa, a Fibria obteve 90% de isenção desse imposto por um período de 15 anos<sup>279</sup>. A Prefeitura de Três Lagoas, por sua vez, assumiu o compromisso de doar as áreas para a construção das fábricas, dotá-las de toda a infraestrutura básica para a implantação (saneamento básico, eletrificação, gás natural, arruamento, asfaltamento etc.) e isentar as empresas, bem como suas empreiteiras subcontratadas, do ISS durante a construção<sup>280</sup>.

No Maranhão, como revela a Secretaria de Comunicação do Estado (SECOM), a “receptividade” do Governo Estadual à Suzano não foi diferente.

O Governo do Estado *emvidou todos os esforços* para a implantação desse grande empreendimento na Região Tocantina, com destaque para o Programa de Incentivo às Atividades Industriais e Tecnológicas no Estado do Maranhão (ProMaranhão), que viabilizou a implantação da Suzano com a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Sedinc) e a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) desenvolveram trabalho em conjunto para *garantir* o escoamento da produção de celulose da Suzano pelo Porto do Itaqui para o mercado internacional.

O governo *assegurou*, ainda, condições para a instalação de empresas fornecedoras da Suzano, a exemplo da Air Liquide e Eka Chemical, que também receberam incentivos do ProMaranhão. Já a Metso adquiriu lote no Distrito Industrial de Imperatriz (SECOM, 20/03/2014).

Os termos da SECOM são claros: o que o governo fez foi garantir e assegurar à empresa as condições mais favoráveis para a realização do investimento. À Prefeitura Municipal de Imperatriz coube a inglória tarefa de se fazer representar por seu prefeito, o senhor Sebastião Torres Madeira, por diversas vezes, na sede da empresa em São Paulo, o qual empenhou-se em convencer seus executivos a instalarem a fábrica no município, e não em Porto Franco, como previsto no projeto inicial (IMPERATRIZ, 20/03/2014). Imbuído do mesmo espírito, o chefe do poder executivo municipal sancionou a Lei Complementar nº 003/2010, que instituiu o Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Econômico do Município de Imperatriz, exatamente no mesmo período de negociações com a Suzano.

Uma forma de legitimar tamanha prodigalidade dos governos tem sido a inserção dos projetos do setor entre os objetivos prioritários e estratégicos do planejamento governamental, algo claramente

---

Seu objetivo é devolver, parcial ou integralmente, o resíduo tributário (até 3%) remanescente na cadeia de produção de bens exportados.

<sup>279</sup> *Ibidem*.

<sup>280</sup> Diógenes Marques (diretor de indústria e comércio de Três Lagoas). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

percebido quando analisamos documentos públicos oficiais dessa natureza. Malgrado o reconhecimento de alguns dos principais problemas socioambientais gerados pelo monocultivo de eucalipto-produção de celulose, ou seja, redução de outros cultivos/atividades, intensificação da concentração fundiária, perda de empregos, redução da população rural e inchaço das periferias urbanas e intensificação de conflitos (ver item 1.5.), a *Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos de Expansão da Silvicultura de Eucalipto e Biocombustíveis no Extremo Sul da Bahia - AAE EXTREMO SUL* (INEMA/SEMA, 2011) aponta as oportunidades criadas pelo crescimento da demanda internacional por celulose, dada a vocação regional para o segmento, recomendando o fortalecimento da cadeia cuja base é o monocultivo do eucalipto.

A Federação das Indústrias do Estado (FIEB) vai além, em sua *Política Industrial da Bahia – Estratégias e Proposições* (INSTITUTO EVALDO LODI/FIEB, 2011), declarando que

[...] há um potencial inexplorado para a indústria de base madeireira e que esse potencial está sendo viabilizado por uma nova infraestrutura logística [...] O ponto de partida é *estabelecer uma oferta elástica de terras* para o plantio de florestas em bases sustentáveis e *uma política de incentivos para esta cadeia*. São esses os ativos que irão alavancar essa indústria nos próximos anos (p. 21. Grifos nossos).

Ainda em 2009, antes mesmo do anúncio da implantação da Suzano, o documento “Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão 2020 (PDI-2020)”, elaborado pela FIEMA, indicava a “Plantação de 62 milhões de mudas de eucalipto, por ano, para produção de celulose (Suzano Papel e Celulose)” como o primeiro dos três “projetos produtivos de grande porte estruturador” previstos para o estado. Novamente, a expansão da indústria de papel e celulose é apontada como oportunidade e sua implantação no estado, como um projeto concreto da FIEMA (o Projeto nº 38). No ano seguinte, a construção de uma fábrica de celulose fora indicada como “investimento estruturante” para o estado, no documento intitulado “O Maranhão e a nova década” (SANT’ANA JUNIOR, 2013).

Talvez, o caso mais emblemático de absorção de projetos empresariais do segmento arbóreo-celulósico pelo planejamento governamental tenha sido o de Mato Grosso do Sul, o qual tivemos a oportunidade de investigar mais detidamente noutra pesquisa (PERPETUA, 2012). O interesse em atrair “indústrias-motrizes” como a da celulose para o estado já vinha comparecendo com frequência em documentos públicos, tais como os planos estratégicos MS 2020 (MATO GROSSO DO SUL/SEPLANCT, 1999) e MS 2025 (MATO GROSSO DO SUL/SEPLANCT, 2004).

Entretanto, após a implantação da Fibria em Três Lagoas, representantes da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR), em parceria com o SEBRAE, encomendaram o “Plano Estadual de Florestas – PEF/MS” (MATO GROSSO DO SUL/SEPROTUR/SEBRAE, 2009) a uma empresa privada, objetivando fortalecer e

estabelecer metas para a expansão da chamada “cadeia de base florestal”. Após analisar os “fatores intervenientes” positivos e negativos, o documento traça dois cenários, um sem a intervenção estatal, que culminaria num crescimento dos plantios, porém de maneira desarticulada e sem a implantação de “indústria moderna agregadora de valor”; e outro com ações de um plano de governo estruturado em torno de medidas como a atração de investimentos industriais, o desenvolvimento de um mecanismo de integração entre as diversas instituições públicas e privadas, uma política de incentivos às micro e pequenas empresas, bem como para as médias e grandes que as apoiem (programas de fomento). O crescimento da área dos plantios previsto dentro deste último cenário foi de 1 milhão de ha, numa região prioritária que compreende todo o Leste e Centro de Mato Grosso do Sul.

Havia, pois, o interesse das empresas e das autoridades competentes, mas um problema ainda estava posto: como dar legitimidade, do ponto de vista ambiental, ao monocultivo e seus severos impactos numa área de tão grandes dimensões? A resposta é simples: criando um “Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE-MS” (Lei nº 3.839/2009, MATO GROSSO DO SUL, 2009) que, sob a alegação de disciplinar às atividades econômicas respeitando as características ecológicas e sociais do estado, recomendasse - para área praticamente coincidente com a região prioritária do PEF-MS - a expansão da “agropecuária consorciada com a silvicultura, agroindústria e indústria em geral”, bem como das “[...] culturas de alta capacidade de rendimento”. O documento prescreve ainda “[...] a utilização da agricultura mecanizada com alta tecnologia, especialmente a silvicultura produtora de madeira para móveis, celulose e energia” (p. 45, Grifos nossos).

Outro expediente utilizado pelo Governo do estado foi a facilitação do licenciamento ambiental via alterações na legislação estadual. Por meio de sua Secretaria de Estado de Meio Ambiente, de Planejamento e de Ciência e Tecnologia (SEMACE), promulgou-se a RESOLUÇÃO SEMACE/MS nº 17, de 20 de Setembro de 2007, a qual, em seu Artigo 1º, dispensa o licenciamento ambiental obrigatório para as atividades de

[...] plantio e condução das espécies florestais nativas ou exóticas, com finalidade de produção e corte ou extração de produtos florestais diversos, em áreas de uso alternativo do solo com atividade agropecuária, ou em áreas que se encontrem subutilizadas ou degradadas, desde que localizadas fora do Pantanal, das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal (MATO GROSSO DO SUL/SEMACE, 2007).

Numa clara atitude de flexibilização da legislação ambiental subserviente aos interesses econômicos privados, a medida dispensou as grandes empresas de celulose, as empresas que atuam no “reflorestamento” e produtores particulares da submissão de seus projetos de plantio de eucalipto à avaliação prévia para mensuração dos impactos ambientais e tomada de medidas cabíveis. Como se não bastasse, no ano seguinte, foi promulgado o Decreto nº 12.528/2008, que em seu artigo 12

permitiu às propriedades que não têm reserva legal ou com área inferior a 20% constituí-la ou recompô-la com mudas de espécies exóticas, como o eucalipto (KUDLAVICZ, 2011a).

Algo semelhante replicou-se na Bahia, estado onde o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM) e o Centro de Recursos Ambientais da Bahia (CRA) não têm sido fiscalizadores e reguladores, mas, antes “órgãos facilitadores da monocultura de eucalipto”, denunciam-nos Souza e Overbeeek (2008).

No Maranhão, infelizmente, a situação não parece ser outra. De acordo com o Padre José, “essas empresas maiores, quando a gente cobrou, na época, do secretário do meio ambiente [de Grajaú] ele disse que elas já vêm com tudo pronto de São Luís. E o ponto, com certeza, o ponto mais fraco é a Secretária do Meio Ambiente [SEMA] em São Luís”<sup>281</sup>.

Outros sujeitos demonstraram as mesmas convicções em torno dos processos de licenciamento ambiental executados pelas empresas junto às secretarias de meio ambiente. Dr. Galvão, por exemplo, secretário do meio ambiente de Açailândia à época do licenciamento da Suzano na região, foi enfático quanto a isso.

Na verdade, vou ser sincero com vocês, isso [licenciamento da Suzano no Maranhão] foi um *licenciamento de interesse político*. Existe um licenciamento técnico e existe um licenciamento político. Aqui, principalmente a Suzano em Imperatriz, dizem que a decisão [de instalar] a fábrica em Imperatriz foi política [...] e como a licença política o cara já vai com uma série de favorecimentos, até com a licença pronta<sup>282</sup>.

Por abranger diversos municípios, os projetos de plantio de eucalipto, e mesmo de construção das fábricas de celulose, passam diretamente à alçada das secretarias estaduais competentes, e não dos municípios. Daí a orquestração ser toda feita no âmbito estadual, via de regra restando aos agentes públicos do município e à sociedade local a função de meros espectadores das medidas verticalmente impostas.

Ainda no tocante ao licenciamento, é mister notar a falta de efetividade das audiências públicas<sup>283</sup>, de acordo com as resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97, pré-requisito para o licenciamento de “empreendimentos de significativo impacto ambiental” e veículo de “informação

---

<sup>281</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 11/09/2014.

<sup>282</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 12/09/2014.

<sup>283</sup> Segundo a definição do Instituto Pólis (2005), “A Audiência Pública é um instrumento de participação popular, garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulado por Leis Federais, constituições estaduais e leis orgânicas municipais. É um espaço onde os poderes Executivo e Legislativo ou o Ministério Público podem expor um tema e debater com a população sobre a formulação de uma política pública, a elaboração de um projeto de Lei ou a realização de empreendimentos que podem gerar impactos à cidade, à vida das pessoas e ao meio ambiente. São discutidos também, em alguns casos, os resultados de uma política pública, de leis, de empreendimentos ou serviços já implementados ou em vigor”. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1042/1042.pdf>> (Acesso em 24/03/2015).



sobre projetos e seus impactos ambientais e discussão dos estudos ambientais” pela comunidade afetada.

Não foram poucos os graves relatos sobre audiências públicas nas quais os representantes das empresas monopolizaram o tempo de exposição, restando apenas alguns minutos para as intervenções espontâneas dos demais presentes, sempre extremamente limitadas. Raimundo conta como teve sua fala interrompida diversas vezes pelos condutores das audiências públicas sobre a implantação do projeto da Suzano no Maranhão, enquanto os representantes das empresas percorreram tranquilamente por um longo tempo. Após ter feito uma intervenção contundente e eivada de denúncias, em suas palavras, “lá estavam representantes do IBAMA, do meio ambiente, de não sei mais o que, e não teve nenhum para dizer: ‘Realmente, esse companheiro trouxe denúncias importantes’...”<sup>284</sup>. Outro depoimento no mesmo sentido, desta vez concedido pelo representante da CPT na região de Grajaú, comprova a sistematicidade desse tipo de prática:

Aqui teve uma audiência pública que a Justiça Federal cobrou da Suzano. Devia ser uma daquelas audiências públicas para ouvir o povo etc., e isso foi conduzido pela justiça Federal [...]. E a maior tristeza é que essa audiência pública teve uma certa divulgação; estava o responsável [da Suzano] daqui de Imperatriz, que fez toda a explanação dele com slides, com tudo, mas a tristeza é que a assembleia... Claro que eles pegaram a maior parte do tempo para eles; eu tinha dois minutos para as colocações e um minuto para contra argumentar as colocações deles, enquanto eles falaram uma hora e meia. Contudo, só teve dois questionamentos. Um foi o meu, que fiquei juntando os dados que tinha e eles falando que meu tempo já tinha terminado<sup>285</sup>.

Tais fatos contradizem severamente os objetivos da realização de audiências públicas, bem como o princípio da participação popular e democrática, segundo o qual o órgão público deve garantir aos participantes o direito de se manifestarem sobre o tema e exporem seus pontos de vista de maneira justa e adequada, subsidiando assim a tomada de decisões por parte do Estado (POLÍS, 2005).

Por fim, e ainda mais inaceitável, outra forma de condução dessas reuniões segundo os interesses das empresas consiste no agrupamento de pessoas para serem seus porta-vozes durante as audiências. Na Bahia, reportando-se à implantação do projeto da Veracruz Florestal na década de 1990, Koopmans (2005) denunciou que, para uma das audiências públicas, a empresa “havia ‘preparado’ alguns representantes de determinados grupos da sociedade, como trabalhadores, sindicalistas, pescadores, índios e até ambientalistas, para fazer perguntas de interesse da empresa” (p. 98).

A despeito de todas as formas de intervenção direta e indireta do Estado segundo os desígnios do grande capital até aqui destacadas, imperioso observar que, contraditoriamente, sua presença se

---

<sup>284</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 12/09/2014.

<sup>285</sup> Padre José. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 11/09/2014.

manifesta também na sua ausência no tocante aos interesses e necessidades dos menos favorecidos e mais afetados pelos empreendimentos em questão. O sucateamento e a inoperância de órgãos públicos aos quais compete assegurar os direitos dos povos originários e tradicionais e a mitigação dos efeitos deletérios da histórica desigualdade sócio-regional brasileira - que, como visto anteriormente (Capítulo 1), aflige duramente as áreas dos empreendimentos - reverte-se num eficiente aguilhão contra os mais fragilizados e a favor das empresas.

Considerando os poucos desdobramentos positivos e fartos impactos fortemente negativos para a maior parte das pessoas afetadas pelos megaempreendimentos da celulose já expostos (Capítulo 1, item 1.5), tamanho empenho do Estado *não tem* por onde justificar-se invocando a defesa dos interesses gerais da coletividade. Eis porque acreditamos não ser temerária a afirmação de que o Estado novo-desenvolvimentista brasileiro é o parceiro mais forte do grande capital arbóreo-celulósico na pilhagem territorial por ele promovida. Para o caso em questão, cabe, pois, adaptarmos o aforismo celebrizado pelo General Carl Von Clausewitz: se a guerra é a continuação da política por outros meios, a política aqui aparece como a continuação da economia, por outros meios.

**PARTE III**  
**PRECARIZAÇÃO, DEGRADAÇÃO E RESISTÊNCIA**  
**NOS NOVOS TERRITÓRIOS DA CELULOSE**

## CAPÍTULO 5 - O (SUB)MUNDO DO TRABALHO NOS NOVOS TERRITÓRIOS DA CELULOSE

“Então imagine, você tem que produzir 90 árvores por hora, descascando, limpando e cortando, e no máximo [deve ter só] 3% de casca - em média cada árvore dá entre 4 e 5 toras. O ritmo de trabalho é muito frenético”.

*(Max, ex-operador de harvester da Veracel).*

“A gente nesse processo, nós somos trabalhadores alienados ao processo, a gente não tem voz ativa para demandar alguma coisa, ou impor alguma coisa”.

*(Luis, ex-funcionário das empresas Plantar e Eldorado Brasil).*

O trabalho humano concreto, na condição de *mediação*, é a chave de todo o processo de hominização e humanização da espécie humana. É, junto da natureza exterior do homem, fonte de toda a riqueza socialmente produzida e alicerce das relações sociais. A totalidade viva do trabalho alienado e estranhado, por sua vez, constitui o sustentáculo sobre o qual se estrutura e erige todo o metabolismo social capitalista (MÉSZÁROS, 2011), pois não existe capital sem trabalho, já que o capital é trabalho transmutado (RANIERI, 2001).

Mas tratar do trabalho em geral é o mesmo que tratar da produção em geral, isto é, ambos não existem em si, mas apenas em formas históricas socialmente determinadas (MARX, 2008), fazendo sentido um tal recurso apenas quando recorremos ao universal com o fito de adentrar e esquadrihar o particular.

Portanto, não basta dizermos que o trabalho é assalariado, ou que o processo de trabalho se desenvolve sob relações de produção capitalistas; urge explicitarmos a maneira como o ele se concretiza e manifesta no segmento específico em pauta e, tendo em vista os objetivos desta tese, como compreendê-lo desde o ponto de vista territorial. Cabe ainda a tarefa de apresentar os sujeitos sociais reais cuja ação cotidiana o anima: os homens e mulheres que trabalham no processo produtivo da celulose. São esses os objetivos perseguidos no presente capítulo.

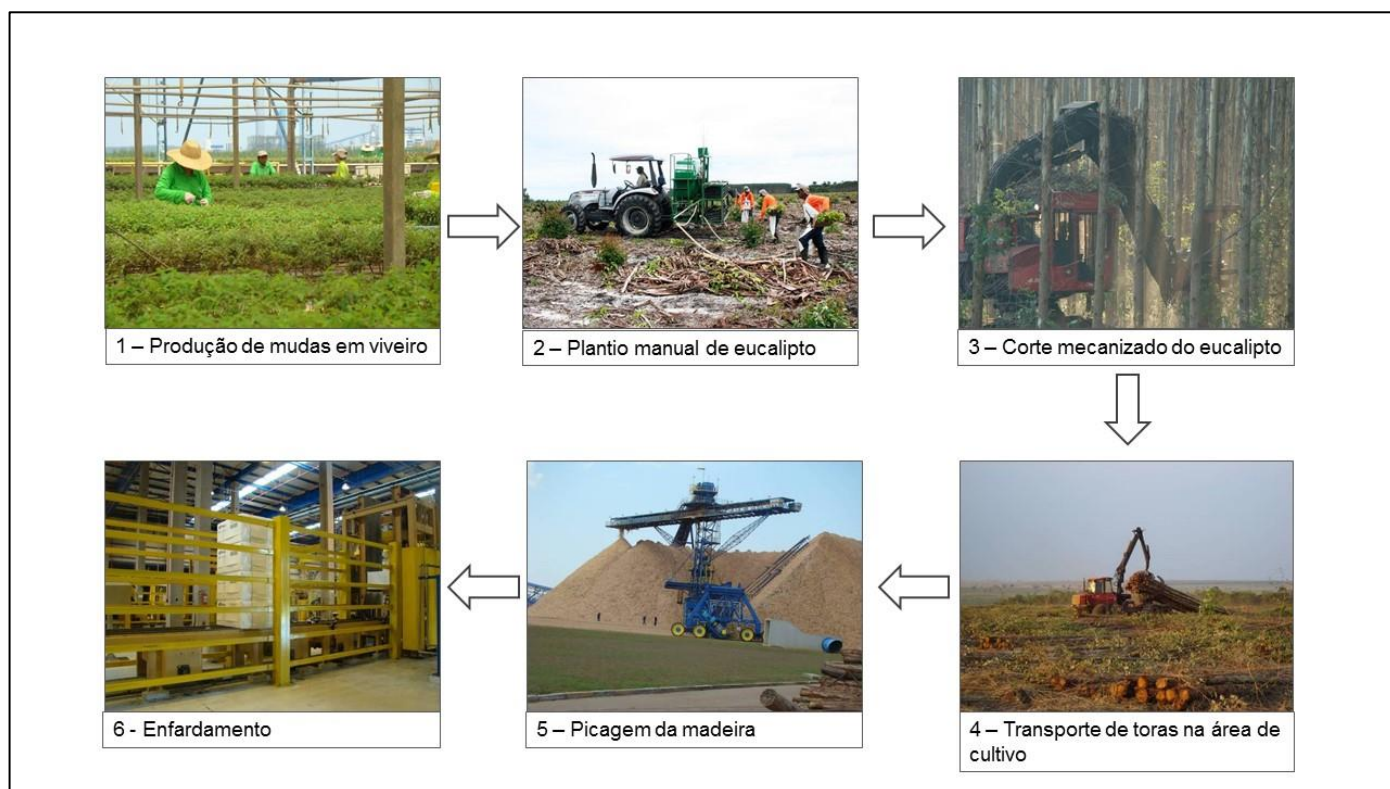
### 5.1. O processo produtivo da celulose e os sujeitos que nele trabalham<sup>286</sup>

---

<sup>286</sup> Para a elaboração deste tópico, contamos com informações fornecidas por diversos trabalhadores entrevistados, nas três áreas de estudo, além de observações de campo realizadas por ocasião de visitas técnicas às unidades da Fibria e da Eldorado Brasil, em Mato Grosso do Sul (respectivamente, em 2010 e 2015), e da Suzano, no Maranhão (em 2014).

O processo produtivo da celulose (Figura 38), em sua totalidade, pode ser dividido em dois momentos principais: o monocultivo arbóreo – ao qual as empresas denominam “silvicultura” - e a produção industrial da celulose. Evidentemente, existem diferenças na maneira como diferentes empresas organizam e executam as inúmeras atividades que compõem essas duas grandes etapas, mas, em geral, os processos são muito semelhantes<sup>287</sup>, fato para o que contribuem, como já dito, o porte das empresas, sua enorme capacidade produtiva e inserção no mercado internacional.

Figura 38 – Algumas Etapas do Processo Produtivo da Celulose



Fonte: Trabalhos de campo e <[www.emflora.com.br](http://www.emflora.com.br)> (Acesso em 23/04/2015).

A primeira atividade do processo produtivo é a produção de mudas (1), realizada em viveiro apropriado. Aí, há a coleta das estacas, seu plantio (ou estaquia) e duas seleções das mudas mais adaptadas (clonagem). Depois de prontas, as mudas vão para a expedição e são levadas até um segundo viveiro, localizado no campo, para serem reabilitadas do estresse da viagem (DIVAST/CESAT, 2012)<sup>288</sup>.

<sup>287</sup> Rodrigo (supervisor de silvicultura da Eldorado Brasil). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014. A informação em questão ganha maior credibilidade por ter sido concedida por um entrevistado que conta com larga experiência profissional em diversas empresas do segmento, atuando em diferentes regiões do país há muitos anos.

<sup>288</sup> Lúcio (ex-funcionário das empresas Florestal Brasil e Plantar, terceirizada da Fibria e da Eldorado Brasil). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 26/09/2012.

A partir de então, começam as atividades propriamente do campo. Tomemos o exemplo da Eldorado Brasil. Toda a etapa de monocultivo é subdividida e executada por três Unidades Geográficas de Operação (UGUs), cada qual composta por uma área de atuação (ou território) e hierarquicamente estruturada da seguinte maneira: 1 coordenador, 5 supervisores, 23 líderes e, abaixo deles, inúmeros tratoristas, motoristas e, finalmente, ajudantes florestais. Afora esses, atuam também os funcionários da manutenção de máquinas e implementos agrícolas<sup>289</sup>.

Rodrigo, um dos supervisores desse setor da empresa, explica que “todo o processo de implantação [da base de monocultivo] começa com o recebimento das fazendas” e, após isso, a atividade “que a gente chama de ‘limpeza de área’”, por meio da eliminação da vegetação existente, em geral, por “capina química” à base de herbicida. Em seguida, são construídas as estradas e caminhos de acesso às áreas de plantio e captação de água após o que pode ser feito o preparo do solo, composto pela subsolagem e pela adubação, bem como a abertura das covas (coveamento). Só então deve ocorrer o plantio e a aplicação de herbicida pré-emergente, cujo objetivo é manter o plantio sem a competição de plantas daninhas no período de maior susceptibilidade (PEREIRA, 1987).

O plantio é feito, em parte, de forma manual (2) e, em parte, mecanizada:

O plantio manual é aquele em que as pessoas vão com a ‘matraca’<sup>290</sup>, plantando muda por muda [...]. O mecanizado é feito com trator e um implemento, a plantadeira, e nessa plantadeira só depende do cara ir colocando a muda num sistema de rolamento, de carretel que ela tem lá. [Enquanto] uma pessoa planta 1 hectare/dia [manualmente], essa plantadeira mecanizada planta cinco hectares/dia sozinha<sup>291</sup>.

Nesta etapa, as plantas devem ser irrigadas abundantemente, e isso é feito por meio de caminhões-pipa equipados para desempenhar tal tarefa. Durante o período de crescimento, faz-se necessário o “roçado” manual na base das árvores e a aplicação de inseticidas para o combate às formigas, igualmente feita de forma manual. Vencido o tempo de crescimento, geralmente após seis ou sete anos, inicia-se o corte (3), descascamento e transporte das toras de madeira (4) até a planta fabril, etapas quase totalmente mecanizadas realizadas com o auxílio de máquinas pesadas como o *Harvester* (corte) e o *Forwarder* (transporte).

Retiradas as madeiras do meio dos talhões (Figura 39), os caminhões *tritrens* (chamados de “gafanhotos”) são carregados e a carga é levada até a planta fabril, mais precisamente até o picador, setor onde operadores de grua irão descarregar a madeira e abastecê-lo para produzir os cavacos (5). Deste ponto começa o processamento industrial em processo contínuo e linha única, por meio do qual a matéria-prima

---

<sup>289</sup> Rodrigo. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

<sup>290</sup> “Matraca” é o nome popular dado à plantadeira ergonômica manual utilizada para o plantio das mudas de eucalipto.

<sup>291</sup> Rodrigo. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

será transformada, quase sem intervenção humana direta. Do picador os cavacos são remetidos ao digestor, para o cozimento, e em seguida aos tanques de branqueamento e à secagem, corte e enfardamento das lâminas produzidas (6).

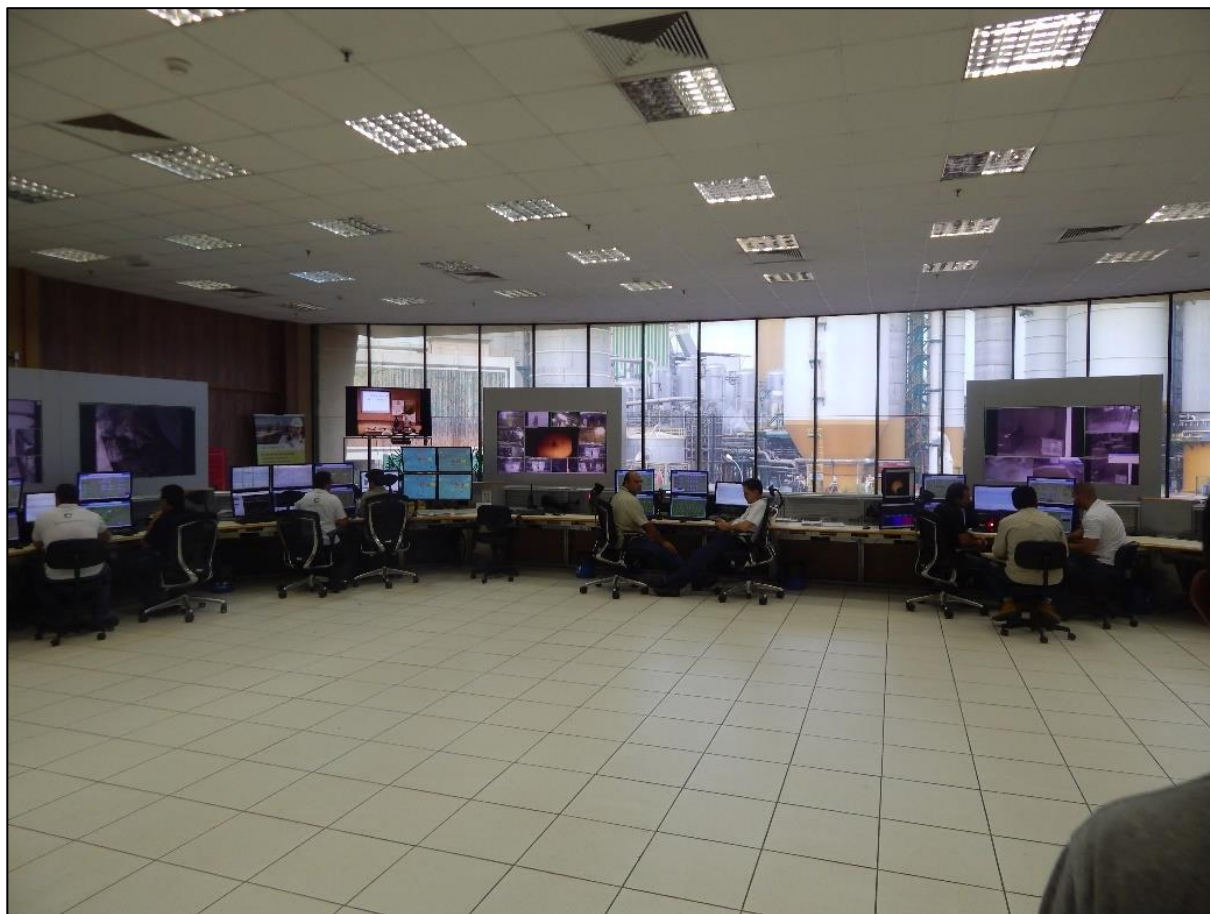
Figura 39 – Pilha de Toras de Eucalipto à Margem das Áreas de Plantio da Veracel, em Eunápolis (BA)



Autor: Guilherme Marini Perpetua. Data: 22/03/2014.

Uma vez no interior do sistema de processamento, todo o processo passa a ser controlado por operadores de painéis, que monitoram tudo de forma remota de uma sala equipada com a mais alta tecnologia (Figura 40).

Figura 40 – Sala de Controle da Fábrica da Eldorado Brasil, Três Lagoas (MS)



Autor: Guilherme Marini Perpetua. Data: 19/05/2015.

À primeira vista, esse processo apresenta-se como simples sequência mecânica e harmônica de execução de tarefas específicas. Mas todo o encadeamento produtivo, na verdade, materializa-se por meio de uma territorialidade extremamente rígida produtora do território praticamente contíguo entre fábrica e campo. Dentro dele, os trabalhadores encontram-se hierarquicamente dispostos, o que possibilita o máximo controle pelas personificações do capital, as quais objetivam cumprir - a todo custo - as metas de produção firmadas em contrato com os importadores estrangeiros e, concomitantemente, atender às exigências ditadas pelas certificações internacionais.

Para nós, o êxito da "leitura" geográfica da pilhagem e da precarização e degradação do trabalho, objetivo central da tese, passa pela compreensão da natureza da territorialidade e dos territórios específicos desta forma assumida pela relação capital-trabalho. Antes disso, porém, precisaremos retomar os referenciais teóricos de modo a emprendermos o cruzamento entre a categoria trabalho e o conceito de território, artifício – cremos - de grande valor para a análise pretendida.



## 5.2. Os territórios da relação capital-trabalho

O reconhecimento de que, como afirmamos anteriormente (Capítulo 2, item 2.2.), o território pode ser entendido enquanto mediação do espaço geográfico e, por conseguinte, da realidade social concreta, abre as portas para analisar a relação capital-trabalho, fenômeno social historicamente determinado, por intermédio da “lente” territorial. Isso implica, antes de tudo, compreender a dominação do trabalhador, exercício vertical do poder pelo capital, como um componente indissociável da exploração do trabalho também dotado de uma dimensão espacial. Reside aí um grande desafio para a presente tese, dentre outros motivos, devido à negligência do espaço (e conceitos relacionados, como o de território), enquanto categoria de análise, por uma “epistemologia eminentemente temporal” predominante nas ciências sociais e até mesmo na tradição marxista, até muito recentemente (SOJA, 1993).

Com efeito, as diligências para a elaboração deste tópico demandaram, basicamente, à incursão por duas matrizes teóricas e metodológicas distintas (e há quem diga, incomunicáveis). A principal delas é a que se origina em Marx, em sua teoria da alienação e na análise da natureza da exploração na sociedade burguesa dela derivada. Outra, mais contemporânea e complementar, está fundada em Michel Foucault, nas investigações empreendidas por este filósofo no campo do poder e na sua teoria dos espaços disciplinares. Com isso, não temos em mente o uso de qualquer ecletismo metodológico e, tampouco, negligenciamos as discordâncias e incongruências entre os dois pensadores e as correntes neles fundadas. Sempre amparados pelo materialismo dialético, é antes uma leitura crítica não-dogmática o que pretendemos.

Jean-Paul de Gaudemar, corajosamente, talvez tenha sido um dos primeiros autores marxistas a admitir a relação indissociável entre exploração e dominação, pondo em relevo as contribuições de Foucault sobre o assunto. Buscando construir seu conceito de mobilidade do trabalho ele escreveu que

[...] o que está aqui em jogo é o esboço de uma compreensão teórica e prática do modo como o poder capitalista sujeita as forças do trabalho, isto é, os corpos dos homens, que ele pretende permanentemente dóceis. *Poder-se-ia sem dúvida estender a toda a economia do capitalismo a problemática recentemente introduzida por M. Foucault na sua análise do nascimento e desenvolvimento da instituição penitenciária* (GAUDEMAR, 1977, p. 49. Grifos nossos).

Gaudemar (1977) afirma ainda que, assim como a disciplina penitenciária, a economia política também funciona como mecânica do poder, uma mecânica da disciplina capitalista que assegura “a

repartição dos indivíduos no espaço, de modo que cada indivíduo tenha o seu lugar e cada lugar o seu indivíduo, num vasto dispositivo de enquadramento das atividades e dos espaços”<sup>292</sup>.

Na base deste processo está a emergência histórica daquilo que Mészáros (2011) chamou de “mediações de segunda ordem”, ou seja, mediações das mediações voltadas para a produção de valor de troca como *o objetivo em si mesmo* da produção, no seio do metabolismo social, subvertendo as “mediações de primeira ordem”, destinadas à produção de valores de uso para a satisfação das necessidades humanas.

Precisamente disso resulta a alienação do trabalho, a “condição inconsciente da humanidade” (MÉSZÁROS, 2006, p. 99) responsável pela perda de controle, por parte dos seres humanos, em quatro aspectos essenciais e interligados de sua existência: (a) em relação à natureza exterior (os produtos do seu trabalho); (b) em relação a sua própria atividade produtiva (atividade cujas finalidades lhe são estranhas, não satisfatórias para si e controladas por outrem); (c) quanto a seu “ser genérico”, portanto, em relação à consciência de sua espécie (aquilo que poderia fazer dele efetivamente humano), e (d) em relação aos outros seres humanos (alienação do homem pelo homem). Assim, o metabolismo social regido pelas mediações alienantes conforma “um todo social *antagonicamente estruturado* [...] por meio do sistema estabelecido de produção e troca”, regido pelo imperativo do valor de troca em permanente e incontrolável expansão (MÉSZÁROS, 2011, p. 67. Grifos no original)<sup>293</sup>.

E além de uma característica interna, inerente à própria natureza do capital, há também um impulso exterior à reprodução sempre ampliada e, assim, à falta de controle, denominado por Marx como “padrão coercitivo externo”, dado pela concorrência intercapitalista no sistema de mercado.

Por conseguinte, o território onde se reproduz o capital, por meio da extração de trabalho não-pago é, concomitantemente, o território da dominação e da desrealização do trabalho, cujo corolário, no limite, é a degradação do sujeito que trabalha como tendência objetiva, e não como exceção (ver Capítulo 6).

À luz da teoria, a exploração capitalista aparenta ser um fato claro como o dia. O mesmo se pode afirmar quanto à dominação dos trabalhadores, sobre a qual discutiremos a seguir. Na prática, entretanto, sua existência reveste-se de um denso véu misticador que as invisibiliza e interverte, fazendo-as aparecer ante os próprios seres humanos que trabalham como condição máxima de igualdade e liberdade<sup>294</sup>.

---

<sup>292</sup> *Ibid.* p. 50.

<sup>293</sup> Negando qualquer ilusão de controle social do ritmo e da expansão do capital, Marx (2013) afirma o seguinte: “o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho” (p. 307).

<sup>294</sup> Caio Prado Junior, ao abordar a questão do objeto em Marx, assevera que “no capitalismo o processo de exploração do trabalhador não se revela desde logo, muito pelo contrário, como dá em outras sociedades

Uma primeira explicação a ser evocada para o fato consiste em que, na sociedade de direito burguesa, a “desigualdade substantiva”, desigualdade real de condições materiais entre as pessoas, é encoberta por uma “igualdade formal”, dada pelo princípio jurídico da isonomia como requisito para a celebração do contrato de trabalho (MÉSZÁROS, 2007; 2011) – o que está presente na própria Constituição Federal Brasileira de 1988 quando, em seu artigo 5º, afirma que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Dessa maneira, comenta Prado Junior (1973), a exploração pode ocorrer em plena luz do dia e em perfeita harmonia com as normas sociais vigentes, pois

as relações sociais de trabalho e produção se revestem aí de forma de transação mercantil idêntica em substância a outra qualquer operação de compra e venda, e não se observa traço algum de privilégios jurídicos ou políticos, de subordinação ou dependência pessoal dos trabalhadores, com relação àqueles para quem eles trabalham (p. 57).

Condição indispensável dessa primeira mitificação da exploração dada pela igualdade formal é o escamoteamento da dominação impingida ao trabalhador pelo capitalista. A dominação do homem pelo homem é tão antiga quanto a espécie humana em si; o elemento variável dessa equação só pode ser, portanto, a forma como ela é exercida. Nas sociedades europeias pré-capitalistas (escravista e feudal), explica Mézáros (2011), a dominação era dominação essencialmente política, pois externa e exercida por meio de regras e tradições amparadas no costume e na religiosidade; na sociedade capitalista, vigora outro tipo muito mais sutil de dominação, impessoal e interno aos indivíduos, porque exercido por meio de relações econômicas. A dominação do capital sobre o trabalho, escreveu Marx (2013), se dá por meio dos “fios invisíveis” na medida em que “a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador” (p. 808).

De tal modo, o ser humano submetido à condição de trabalhador experimenta uma dupla liberdade: no sentido positivo, está livre de qualquer vínculo de escravidão ou servidão – fato inspirador de todas as ilusões iluministas sobre a liberdade; no sentido negativo, encontra-se livre igualmente das condições materiais de sua própria reprodução enquanto ser social<sup>295</sup>.

Examinando a natureza das relações e dos mecanismos de poder, Foucault (2002) chama a atenção para o fato de que a ascensão histórica da burguesia é também a ascensão de outra forma de poder, o poder disciplinar, em contraposição ao poder soberano exercido até então. Enquanto este último baseava-se na terra e em seus produtos, o primeiro tem como objeto “os corpos e seus atos”, em suma, o trabalho e sua potência. Em *Vigiar e punir* (1988), o autor não limita o poder disciplinar apenas à produção capitalista, demonstrando como ele passa a estar presente nas diversas formas de

---

clássicas” (p. 56). Também segundo José de Souza Martins (1995), é mister compreendermos que a dominação capitalista se baseia numa “ilusão”: a ilusão de que não existe exploração.

<sup>295</sup> *Ibidem*.

dominação existentes em todo o corpo social, do manicômio à prisão, do hospital ao exército, passando pela fábrica e pela escola, funcionando como uma espécie de fórmula modelar da dominação. Porém, adverte, “[...] é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação [...]”, pois “o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (p. 28). Por disciplina, o autor entende um conjunto de “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”<sup>296</sup>.

A relação capitalista de trabalho é, por conseguinte, uma relação de poder marcada pela dominação da pessoa que trabalha por um outro, o dirigente do processo de trabalho. Constitui, pois, uma territorialidade espacialmente delimitada na forma de um território específico: o local de trabalho, território da hegemonia do capital.

[...] a propriedade econômica espelha notadamente a capacidade (poder) de destinar os meios de produção a determinadas utilizações e de, assim, dispor dos produtos obtidos, da posse, da capacidade de ativar os meios de produção e de comandar o processo de trabalho (POULANTZAS, 1985, p. 41).

Na primeira parte deste trabalho (capítulos 1 e 2), demonstramos como é imprescindível ao capital arbóreo-celulósico territorializar-se, por meio da compra direta ou arrendamento da terra e/ou de todos os outros expedientes dos quais lança mão a cada novo projeto. Somente na posse do território podem as empresas controlar o processo de trabalho descrito, impondo as “regras do jogo” a tudo e todos que o penetram.

Impelido pela necessidade prática (carecimento), o trabalhador vai ao mercado, onde aliena sua força de trabalho. O contrato de trabalho legitima socialmente essa relação hierárquica de poder e estabelece os termos do “acordo” de dominação. Uma vez sob os auspícios de quem exerce o poder (os capitalistas e seus gestores *ad hoc*), cada movimento da pessoa que trabalha tenderá a afinar-se pelo diapasão do impulso cego que governa todo o processo: a acumulação. E nenhum maniqueísmo pode ser mobilizado se se pretende compreender corretamente esse fato, pois como na prisão esquadrihada por Foucault (1988), dos prisioneiros ao diretor, todos são dominados por participarem de uma mesma lógica de controle externa ao espaço onde se aplica. No território da hegemonia do capital, nem mesmo a ação dos que controlam (altos executivos, gestores, subgerentes, encarregados etc.) pode ser livre e orientada para interesses autênticos dos sujeitos, por mais que esses assim o acreditem. O capital é uma estrutura piramidal e hierárquica de controle no interior da qual as pessoas ocupam posições; da base ao topo, tudo e todos devem adaptar-se, provar sua viabilidade ou, do contrário, perecer (MÉSZÁROS, 2011).

---

<sup>296</sup> *Ibid.* p. 126.

De maneira geral, a constituição do território da hegemonia do capital se dá, em primeiro lugar, por meio da apropriação privada (compra, arrendamento, locação, direito de superfície ou seção de uso etc.) de uma certa porção do espaço, direito inviolável assegurado pela carta constitucional de qualquer país capitalista. A fração de capital comprometida no empreendimento, seja ele qual for, assume a forma jurídica da empresa (em suas versões unipessoal, limitada - LTDA. - ou sociedade anônima – S.A.), que por sua vez pode adotar um nome fantasia (marca), tornando tudo bastante impessoal aos olhos dos que ocupam o outro extremo da relação. O território-propriedade é multiescalar: sobrepõe-se como camada sobre o território de governança e é, em seu interior, povoado de outros territórios menores, constituídos pelos agentes e sujeitos que o ocupam (proprietários, gestores, encarregados e outros funcionários).

O território da hegemonia do capital é um meio voltado para atingir uma finalidade suprema: a obtenção de lucro, a qual permitirá a acumulação do capital. Mas a propriedade imobiliária em si, da mesma forma que a propriedade de máquinas e equipamentos, não pode auferir um único centavo ao computo geral do capital investido. Isso só pode ser feito pela força de trabalho. Portanto, a territorialidade do capital se completa por meio do contrato de trabalho, documento que firma a relação jurídica entre comprador e vendedor de força de trabalho, ambos, por suposto, iguais.

Como, em razão da divisão técnica, a forma típica de organização do trabalho no modo de produção capitalista é a cooperação orgânica, que faz crescer a necessidade de controle social do trabalho (MARX, 2013), o poder do capital distribui-se de forma organizativa numa estrutura vertical e hierárquica de controle, a qual subordina visceralmente os trabalhadores e está representada graficamente no organograma da empresa. Vimos como isso se cristaliza numa Unidade Geográfica de Operação (UGO) da Eldorado, por exemplo.

Em suas próprias palavras, um dos trabalhadores entrevistados expressou esse fato de maneira muito lúcida:

Seja qualquer pessoa que trabalhe numa empresa privada, se dentro do processo capitalista ele é um trabalhador ele nunca vai poder se opor a esse processo, ele é alienado ao sistema pois precisa trabalhar, precisa do trabalho para se sustentar; pode ser qualquer pessoa, um engenheiro, um geógrafo, quem for, quem vai mandar vai ser sempre ‘o patrão’, mesmo que as leis sejam quebradas a gente tem que ‘passar um pano’ e fazer o que eles pedem<sup>297</sup>.

Por não existir identidade entre o produtor e o produto, por conta da alienação dos homens em relação à sua natureza exterior, este último, realizado pelo esforço físico e psíquico do sujeito que labora, é de propriedade integral de outrem. Por isso, as condições materiais de produção que

---

<sup>297</sup> Lúcio (ex-funcionário das empresas Florestal Brasil, Eldorado e Plantar). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 26/09/2012.

consubstanciam o substrato espacial do ambiente de trabalho (capital fixo e circulante), aparecem na mente do trabalhador não como objetivação do seu próprio trabalho, mas como algo alheio e estranho capaz de oprimi-lo, justificando, dessa forma, a disciplina despótica a qual é submetido dentro do território da empresa, composta pelas regras específicas de conduta, pela obrigatoriedade do uso de uniformes e equipamentos, horários de trabalho e pausa, ritmos e metas de produção, locais aos quais lhe é permitido ou negado o acesso etc. (O próximo capítulo será inteiramente dedicado a análise da maneira como tal disciplina materializa-se nas empresas estudadas, nas três áreas de estudo).

É imperioso notar que a espacialidade do substrato material, que é parte constitutiva do território da hegemonia do capital – muito ao contrário do que supôs Souza (1995; 2009), para quem o substrato material não é território, muito embora esteja em relação com ele - é *conditio sine qua non* para a sua existência enquanto tal, não obstante seja o menos perceptível de seus alicerces. A mitificação capitalista, como vimos, trabalha com a construção de ilusões que moldam nossa percepção acerca do mundo real a nossa volta, transformando exploração em justiça e dominação em liberdade.

Sem dúvida alguma, a mitificação da verdadeira natureza do espaço capitalista sempre representou um objetivo sublime para a burguesia, por muito tempo inteiramente exitosa em seu projeto. Hoje, passadas algumas décadas, poucos discordariam da premissa de que o espaço e a organização política do espaço expressam relações sociais, mas também reagem contra elas, ou como escreveu Edward Soja (1993), de que relações sociais e espaciais são dialeticamente inter-relativas e interdependentes. O espaço é assim uma espécie de “condicionante condicionado” da sociedade (SANTOS, 1988, p. 14). E não apenas isso, adverte Lefebvre (2006): é, ao mesmo tempo, produto, meio de produção e de dominação e controle social.

Foucault (1988) foi um dos primeiros a desenvolver sistematicamente esta constatação no grande campo das ciências do homem. “A disciplina”, afirmou ele, “procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço” (p. 130), produzindo, portanto, um espaço disciplinar sobre o qual se apoia, antes de tudo, o exercício do poder. E o faz seguindo alguns princípios básicos, tais como:

- (a) O cercamento: criação de grandes espaços homogêneos e bem delimitados, como a fábrica, por exemplo, que

parece claramente um convento, uma fortaleza, uma cidade fechada [...] porque a medida que se concentram os meios de produção, o importante é tirar deles o máximo de vantagens e neutralizar seus inconvenientes (roubos, interrupções do trabalho, agitações e ‘cabalas’), de proteger os materiais e ferramentas e de dominar as forças de trabalho<sup>298</sup>.

---

<sup>298</sup> *Ibid.* p. 130-131.

- (b) A localização imediata ou quadriculamento: o princípio do espaço celular, segundo o qual cada indivíduo deve estar no seu lugar e cada lugar deve conter seu indivíduo.
- (c) A funcionalização: toda a disposição do espaço disciplinar deve ser ordenada de modo lógico, facilitando o objetivo final a ser alcançado. No local de trabalho,  
[...] a produção se divide e o processo de trabalho se articula por um lado segundo suas fases, estágios e operações elementares, e por outro, segundo os indivíduos que o efetuam, os corpos que a ele são aplicados<sup>299</sup>.
- (d) O alinhamento: no território da hegemonia do capital, a disciplina “[...] individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa *rede de relações*”<sup>300</sup>.
- (e) A vigilância total e permanente: acrescenta-se a tais princípios o recurso do “olhar hierárquico”, obtido através da aplicação, no espaço de trabalho, do modelo generalizável do *Panóptico* de Jeremy Bentham<sup>301</sup>, presente também noutros espaços (hospitais, escolas, manicômios, quartéis e, sobretudo, prisões). Ninguém deve escapar à vigilância fria, implacável e constante que esquadrinha cada recanto do território sem ser notada, e a forma espacial que ele ocupa deve, necessariamente, contemplar este princípio.

São esses, portanto, os preceitos segundo os quais se (re)produz e organiza a espacialidade dos territórios da hegemonia do capital, cujos limites são dados pela propriedade da firma capitalista. O processo de produção da celulose, tal como apresentado no início deste capítulo, é um formidável exemplo disso: campos e fábricas são rigorosamente cercados e homogêneos, devendo os trabalhadores obedecer estritamente à localização imediata nos lugares onde desempenham suas funções (produção de mudas, aplicação de agrotóxico, coveamento, plantio, irrigação, roçado, combate a pragas, corte, transporte, picagem, controle de processos industriais, secamento, enfardamento etc.), dispostos de modo encadeado e funcional, circulando entre diferentes espaços (viveiros, áreas de plantio/corte, estradas, unidades específicas internas às fábricas etc.) e, acima de tudo, tendo sempre cada um de seus mínimos gestos vigiados pelo “olhar hierárquico” dos superiores.

Como veremos adiante (Capítulo 6), na produção de celulose, a hierarquização do trabalho, esta tecnologia de controle, assume uma estrutura de estratificação específica dada pela terceirização

---

<sup>299</sup> *Ibid.* p. 133.

<sup>300</sup> *Ibidem.*

<sup>301</sup> O *Panóptico* foi assim descrito por Foucault (1988): “na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar” (p. 177. Grifos nossos).

de diversas atividades, expediente capaz de permitir a intensificação do controle e, por conseguinte, da exploração dos trabalhadores.

Durante as entrevistas, dois conceitos *in vivo*<sup>302</sup> utilizados pelos trabalhadores do campo mostraram-se de suma importância, por revelarem a maneira segundo a qual essa territorialidade disciplinar se manifesta no plano da consciência dos próprios trabalhadores. Um deles é o de “peão”, termo muito usado quando os trabalhadores vão se referir a si próprios: eles se enxergam como peões, simples peças a ser manejadas num tabuleiro (território). O outro é o de “farda”, o nome que empregam quando se referem aos uniformes de trabalho, em analogia à vestimenta militar. Ambos, acreditamos, explicitam o controle imposto pela territorialidade rígida e alienante do capital.

A compreensão do exercício dessa forma de territorialidade do capital arbóreo-celulósico requer adotarmos como pressuposto a combinação de diferentes formas de controle da força de trabalho, originadas em momentos históricos e em lugares distintos, no mesmo processo de trabalho. Antes, contudo, em concordância com a teoria foucaultiana e com Raffestin (1993), torna-se forçoso recordarmos que onde há poder há também, e concomitantemente, resistência, uma regra aplicada ao território e à territorialidade hegemônica do capital. Dão prova disso desde os pequenos gestos até as grandes manifestações de indignação por parte dos trabalhadores, como greves gerais, passeatas e, no limite, insurreições desdobradas na destruição do patrimônio privado das empresas (muito comuns em grandes obras públicas, como a hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira, e privadas, como a fábrica de celulose da Eldorado Brasil, em Três Lagoas).

O local de trabalho é, antes de qualquer outra coisa, um lugar de disputas, tensões e antagonismos de classe (BRAVERMAN, 1987); um espaço de dominação e resistências, sejam elas implícitas ou explícitas, veladas ou declaradas; um território em que as personalidades individuais assumem, quase sempre inconscientemente, papéis sociais rígidos. Numa palavra, é onde se efetiva a alienação (perda de controle) e o estranhamento do trabalhador (reflexo subjetivo dessa perda). Por meio da alienação, o capital fragmenta o trabalho (divisão técnica) e o retotaliza territorialmente em ambientes controlados, estranhados. “Na realidade”, comenta Marx (2011b), “no processo de produção do capital [...] o trabalho é uma totalidade – uma combinação de trabalhos” e “em sua combinação, esse trabalho aparece servindo a um controle e inteligência estranhas” (p. 387).

O estranhamento<sup>303</sup> é definido pelo filósofo de Trier como um processo subjetivo resultante da objetividade da alienação, em suas múltiplas dimensões; um processo que faz com que “a força

---

<sup>302</sup> Segundo Graham Gibbs (2009), o conceito *in vivo* é uma palavra utilizada pelo próprio entrevistado para dar sentido ao seu mundo e deve despertar a máxima atenção do pesquisador.

<sup>303</sup> Não encontramos em Marx nenhuma definição precisa dos dois conceitos (alienação e estranhamento), tampouco qualquer distinção. Em muitas passagens o autor parece utilizá-los como sinônimos. A distinção adotada, portanto, é de nossa responsabilidade.



criativa” do trabalho se estabeleça perante o trabalhador “como força do capital, como poder estranho”<sup>304</sup>. Em outras palavras, o estranhamento faz do trabalho um “ser para o outro” ou “o ser do outro contra si mesmo”<sup>305</sup>.

[...] por meio do próprio trabalho, o mundo da riqueza se amplia progressivamente como *poder estranho contraposto ao humano*, e como adquire uma existência sempre mais vasta e plena, de modo que, relativamente, em contraste com os valores criados ou com as condições reais da criação do valor, a subjetividade destituída da capacidade de trabalho viva constitui um contraste cada vez mais gritante (MARX, 2011, p. 374. Grifos nossos).

Visto em seus aspectos espaciais, isto é também a criação de um espaço e a constituição de territórios alienantes, estranhados, instrumentais, destruidores do potencial humano de auto-realização, em sua essência, alheios e contrários ao trabalho vivo. Ao olhar atento, a paisagem que daí resulta denuncia exatamente tal fato. Aí, pois, o capital inverte completamente a relação: de trabalho acumulado (trabalho morto), geneticamente dependente da atividade humana para realizar-se (RANIERI, 2001), surge como benesse para os trabalhadores e os coloca como dependentes de si.

Assim, processo de produção do capital é processo de controle do trabalho. Exatamente por isso, como revela Harvey (2011), “o processo de trabalho é sempre um campo de batalha perpétua” (p. 89). Eis porque, desde o seu nascimento histórico, no interior dos territórios da hegemonia do capital, diversas formas de organização da produção e controle do trabalho foram sendo (desigualmente) elaboradas, testadas e implementadas, coadunando-se as mais bem sucedidas em padrões denominados “paradigmas” ou “regimes produtivos”.

O primeiro deles, como sabemos, é o *taylorista-fordista*, uma das principais peças da segunda revolução industrial e tecnológica do século XIX; e o segundo, o chamado regime flexível ou *toyotista*. Alguns de seus aspectos devem ser elencados por consubstanciarem territórios bastante distintos entre si, muito embora o objetivo da dominação seja o mesmo. Não por acaso, demarcam dois momentos (não excludentes, mas simultaneamente operantes ainda hoje) da degradação do trabalho, sendo o primeiro pela via da parcialização, manualização, desantropomorfização do trabalho, e segundo, pela multifuncionalização, intensificação e precarização (ANTUNES, 2008).

Mesmo no interior do território da hegemonia do capital, a perda do controle do processo de trabalho pelo trabalhador não foi algo instantâneo, mas sim lento e cheio de reveses, como argumenta Braverman (1987). Historicamente, ela se deu mediante a reunião dos processos de trabalho dispersos, sob um mesmo teto (a fábrica) e o aparecimento progressivo da gerência, assumindo o lugar do próprio capitalista em suas funções de concepção e coordenação. No início, a disciplina capitalista

---

<sup>304</sup> *Ibid.* p. 240.

<sup>305</sup> *Ibid.* p. 373.

assumiu formas rígidas e despóticas, posteriormente aprimoradas e tornadas muito mais sutis e eficazes. A disciplina habitual do trabalhador, hoje considerada corriqueira, não foi alcançada sem que antes os encarregados pela gerência amargassem em todo canto uma contínua e onipresente recalcitrância por parte dos funcionários.

Paralelamente ao aparecimento da “casta” gerencial, no entanto, outra condição precisava estar madura o suficiente antes de se consolidar o domínio eficaz dos movimentos dos homens em seu trabalho. Trata-se da “divisão do trabalho em pormenor” (ou divisão técnica do trabalho), vantajosa sob diversos aspectos para os detentores dos meios de produção. Adam Smith (1776 *apud* BRAVERMAN, 1987) já havia encontrado três motivos para defendê-la: 1) o aumento da destreza do trabalhador; 2) a economia do tempo que se perde passando de uma função a outra e 3) o fomento à invenção de máquinas cada vez mais especializadas. Mas restava ainda uma quarta benesse da divisão técnica, aventada por Charles Babbage (cujo princípio lhe é homônimo): a de permitir a exploração de trabalhadores(as) com diferentes níveis de perícia e força, pagando-lhes, obviamente, de maneira diferenciada e barateando assim os custos com mão de obra.

Concluída esta primeira etapa de reunião espacial dos trabalhadores, fragmentação dos processos produtivos individuais numa miríade de pequenas tarefas e aparecimento de uma gerência simples, pôde vir à luz a “gerência científica”, um mecanismo mais complexo e contundente de dominação do trabalho pelo capital. Assim como ocorreu com o sistema penal, cujas bases foram reformadas segundo os princípios de uma “nova ‘economia’ do poder de punir” ao longo do século XIX na Europa (FOUCAULT, 1988, p. 75), também o sistema produtivo foi objeto de reformas políticas, perseguindo o que, por analogia, poderíamos chamar de uma nova economia do poder de explorar, muito mais eficaz e cada vez menos notada<sup>306</sup>. E Foucault (2002) não marginaliza tal fato em sua análise, postulando que

não se pode entender o desenvolvimento das forças produtivas próprias ao capitalismo, nem imaginar seu desenvolvimento tecnológico sem a existência, ao mesmo tempo, dos aparelhos de poder (p. 221).

O grande paladino e mentor intelectual desse movimento foi, sem dúvida, ninguém menos que Frederick Winslow Taylor, cuja teoria, segundo Braverman, é a “explícita verbalização do modo capitalista de produção”<sup>307</sup>. Taylor representa a encarnação do princípio foucaultiano segundo o qual “[...] poder e saber estão diretamente implicados; [...] não há relação de poder sem constituição

---

<sup>306</sup> O paralelismo histórico entre os dois movimentos não deve, em hipótese alguma, estimular conclusões lineares de causa-efeito ou determinação mútua. Foucault (2002) frisa que os dispositivos capilares que constituem a tecnologia do poder não foram desenvolvidos e impostos desde cima, pela burguesia, mas ao contrário, adotados por ela quando já haviam dado mostras de sua eficácia política e econômica nas localidades.

<sup>307</sup> *Idid.* p. 83.

correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1988, p. 30).

O objetivo declarado de Taylor era “o controle do trabalho através do controle das decisões que são tomadas no curso do trabalho” (BRAVERMAN, 1987) e ele o obteve mediante a prescrição de três princípios aparente prosaicos nos dias de hoje, contudo revolucionários no século XIX: (a) o monopólio do conhecimento tradicional dos processos de trabalho pela gerência, que o transforma em leis e regras; (b) a separação entre concepção e execução do trabalho e (c) a utilização do monopólio do conhecimento para planejar e controlar cada fase do processo e seu modo de execução. O trabalho manual, parcelado (espaço quadriculado), disposto em linha (espaço funcionalizado e alinhado), vigiado e tendo o ritmo ditado pela máquina não foi exatamente o que de maneira tão brilhante retratou Chaplin no clássico *Tempos modernos?*

Vemos assim, dos excertos apresentados, que as relações e as técnicas do exercício do poder presentes na subordinação hierárquica do trabalho ao capital constituem um aspecto intrínseco e inexpugnável da produção capitalista. Entretanto, “como em todo funcionamento do sistema capitalista, a manipulação vem em primeiro lugar e a coerção é mantida na reserva” (BRAVERMAN, 1987, p. 132).

Não constitui nosso objetivo (e nem poderia constituir) explorar exaustivamente o que se entende por reestruturação produtiva, regime flexível e suas correspondentes transformações no mundo da produção e do trabalho. Com efeito, há toda uma vasta literatura destinada especificamente a isso<sup>308</sup>. Colocaremos em relevo apenas os aspectos mais relevantes desses fenômenos de modo a analisá-los territorialmente.

O regime taylorista/fordista expandiu-se e consolidou-se no longo período que vai do final da Segunda Guerra Mundial (1945) ao final da década de 1960, os chamados “trinta anos gloriosos”. Em função da combinação entre condições históricas únicas – como o forte ciclo de crescimento econômico, a massificação do operariado fabril e o fortalecimento do sindicalismo, a existência e o avanço do socialismo real como ameaça ao capitalismo, entre outras (MATTOSO, 1995) –, esse foi um período de grandes conquistas políticas, jurídicas, econômicas e sociais para a classe trabalhadora, sintetizadas naquilo que ficou conhecido como “pacto fordista”. O tão aclamado modelo do *Welfare State*, face política do regime produtivo, assegurava, pelo menos temporariamente e, sobretudo, para a classe trabalhadora dos países centrais, a destinação de parte considerável do excedente produzido para os extratos mais baixos da classe trabalhadora e da sociedade. Deste modo, o trabalhador da era fordista viu aumentar seu poder de consumo e pôde se deixar fascinar pelo *american way of life*.

---

<sup>308</sup> Destaque-se, entre tantos outros, Harvey (1994), Couriat (1990), Castillo (1996), Bihl (1998), Antunes (1995; 1999), Alves (2000) e Mattoso (1995).

Contudo, a fragilidade desse regime culminou numa profunda crise das condições de valorização do capital, fazendo dele uma barreira para a acumulação devido à sua “rigidez” inerente. Daí a adoção de novos métodos de organização e controle da força de trabalho, da desvalorização sistemática dos seus custos sociais de reprodução e da inserção crescente das virtualidades tecnológicas da automação nos processos produção e gestão (BENKO, 1996), todos componentes intrínsecos ao processo de reestruturação produtiva do capital.

É preciso considerar, adverte Alves (2014), a existência de diversas formas de flexibilização no interior deste complexo de reestruturação produtiva, sendo o processo direcionado não apenas ao trabalho, como também às estratégias de mercado, à oferta de produtos, à capacidade de previsão etc. “Entretanto”, reafirma o mesmo autor, “o que continua sendo estratégica para a acumulação do capital é a flexibilidade da mercadoria-força de trabalho, isto é, aquela flexibilidade relativa à legislação e regulamentação social e sindical” (ALVES, 2014, p. 74).

A combinação dos dois golpes de flexibilidade (forças produtivas/formas de controle) deu na reestruturação interna da fábrica taylorista/fordista, cujo resultado já é bastante conhecido: do lado do trabalho, organização em células ou grupos, trabalhadores polivalentes e multifuncionais, reaproximação entre concepção e execução, subproletarização extensiva da força de trabalho empregada em diversas etapas da produção (trabalho terceirizado, *part time*, doméstico), “enxugamento” do quadro de funcionários (“produção enxuta” ou *lean production*); do lado da produção, informatização e robotização dos processos produtivos, introdução de dispositivos de controle do ritmo de produção voltados para a redução dos estoques (CADI e *Kanban*, por exemplo), customização (diversificação da oferta) e aceleração do ciclo de vida médio dos produtos etc. (CASTILLO, 1996; ANTUNES, 1999; 2008; ALVES, 2000; THOMAZ JUNIOR, 2002; 2009).

A forma política correlata deste outro regime produtivo, imprescindível para sua existência e difusão, não é mais o Estado de bem-estar social (*Welfare State*), o forte interventor idealizado por Keynes, mas sim o “Estado mínimo” neoliberal com seu receituário de desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e do papel do Estado na economia (MATTOSO, 1995), especialmente no tocante à promoção do bem-estar social.

No interior do novo formato do Estado, os direitos trabalhistas estão sob fogo constante e são corroídos na mesma proporção em que aumenta o poder de ataque do capital. Não obstante, de acordo com Alves (2011), a vigência das relações flexíveis de trabalho implica alterações para os trabalhadores em três aspectos básicos, todos intimamente ligados a transformações nos mecanismos jurídico-formais de regulamentação da relação capital/trabalho e promotores da precarização do trabalho: (a) a *flexibilização da jornada de trabalho* (formas de ampliação, introdução do banco de horas, do sistema de turnos variáveis etc.), (b) a *flexibilização da contratação* (trabalho por tempo parcial,

contratação de estagiários no lugar de funcionários permanentes, terceirização massiva) e (c) a *flexibilização da remuneração* (rebaixamento dos salários, sistema de metas e bonificações). Essa é a face real do novo e precário mundo do trabalho, muito presente, como varemos adiante (Capítulo 6), no segmento produtivo aqui investigado.

A reestruturação produtiva como fato não é algo recente na história do capitalismo tardio e periférico brasileiro. Alves (2000) nos indica a ocorrência de três ondas de reestruturação entre 1945 e a virada do século XX (1945, 1960-1970 e 1980-1990). Quanto a mais recente delas, pode-se dizer que não há nenhuma homogeneidade na adoção do novo “pacote” tecnológico-organizacional da reestruturação produtiva, mas sim uma heterogeneidade generalizada entre empresas e no interior delas (TUMOLO, 2001). Os aspectos convergentes, segundo Navarro (2003), são a intensificação do ritmo de trabalho, a redução dos postos de trabalho e da remuneração média e a tentativa de neutralização da ação sindical.

Alves (2000) sustenta a tese de que, por aqui, o complexo da reestruturação produtiva e seu corolário tenham se dado em dois momentos sucessivos. O primeiro, de “toyotismo restrito”, ocorreu ao longo dos anos 1980 e se caracterizou pela incorporação parcial e seletiva do novo pacote tecnológico e organizacional por parte das grandes empresas, concentradas principalmente nos setores metal-mecânico, automobilístico e petroquímico, e majoritariamente nas sucursais exportadoras das transnacionais estrangeiras. O segundo, do “toyotismo sistêmico”, se deu apenas na década seguinte, com a criação do Plano Real (1993) e a abertura comercial e financeira.

As novas formas de controle do trabalho imprimem, assim, uma nova territorialidade do capital. O objetivo permanece intocado, mas mudam os meios utilizados para atingi-lo. Em parte, seu poder deriva de modificações de natureza objetiva, baseadas na dominação direta dos corpos através de formas de coerção e/ou da imposição de métodos de disciplinarização aos trabalhadores dentro e fora do ambiente de trabalho. A organização do trabalho em células e equipes, a multifuncionalização do trabalhador, o uso de dispositivos informacionais de controle do ritmo de produção e a imposição de exigências educacionais/formativas para contratação ou manutenção de empregados, são alguns dos exemplos disso. Além delas, segundo Alves (2011; 2014), o vertiginoso avanço da tecnologia de base microeletrônica e informacional nos últimos anos tem permitido avanços catastróficos do tempo de trabalho sobre o tempo de vida. Por meio de dispositivos tecnológicos como os computadores pessoais, celulares, *smartphones*, *tablets* e *notebooks*, muitas empresas podem cobrar dedicação permanente de seus trabalhadores a qualquer hora do dia ou da noite. Dotada de novos tentáculos eletrônicos, a territorialidade do capital tem agora a capacidade de extrapolar seu território estrito e impor seu poder também sobre o tempo de não trabalho, o território da vida do trabalhador.

Nesse mesmo sentido vão as significativas alterações no substrato espacial do território das empresas. Thomaz Junior (2002), no início da década passada, já sinalizava para o fato de que as transformações atuais no mundo do trabalho abriram novas fissuras, impressas na fragmentação e na polissemização decorrentes do processo de reestruturação produtiva, as quais têm correspondência direta em alterações no espaço e no território, colocando a Geografia “[...] na linha de frente para captarmos o movimento através das contradições, pelo viés da dimensão espacial” (p. 5).

Antunes (2008) aponta para a ocorrência de movimentos de desterritorialização e reterritorialização do mundo produtivo, com a fragmentação e articulação em rede dos processos, de tal modo que “onde havia uma única empresa concentrada pôde-se substituí-la por várias pequenas unidades interligadas pela rede, com número cada vez mais reduzido de trabalhadores e produzindo cada vez mais” (p. 21). O mesmo comenta Thomaz Júnior (2002), salientando o processo de divisão de unidades industriais em “minifábricas”, “condomínios industriais” e “consórcios modulares”. “Em tempos de globalização”, afirma o autor, “outros códigos e arranjos espaciais apresentam-se para serem decifrados”<sup>309</sup>. Ora, os rearranjos espaciais, já foi dito, estão há muito tempo entre as armas mais poderosas de que dispõe o grande capital para fugir das situações de crise de acumulação, reduzir os custos de produção e desmobilizar a resistência da classe trabalhadora (HARVEY, 2005; CHESNAIS, 2011).

Nasce daí a “nova morfologia” do tecido social do trabalho (ANTUNES; ALVES, 2004), severamente fragmentado pelo esfacelamento do “operariado-massa” do período fordista e sua transmutação numa miríade variável de trabalhadores instáveis e sem garantias (BIHR, 1998), espacialmente dispersos e clivados no âmago de sua identidade profissional. E num mundo em que a instabilidade é a palavra de ordem, os trabalhadores têm estado, cada vez mais, em permanente movimento por entre ramos, setores e tipos de atividade, entrando e saindo da formalidade, mudando de habilitação profissional e muitas vezes migrando para outros lugares em busca da mais dura sobrevivência. Eis o sentido da plasticidade do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009; 2013).

Internamente aos territórios do capital, ocorreram mudanças substanciais no substrato espacial dos processos de trabalho, cujo resultado, em seu conjunto, Alves (2014) denomina “locais de trabalho reestruturados” (p. 76), caracterizados pela presença do novo arcabouço tecnológico flexível, do novo método de gestão *toyotista*, pela liofilização (enxugamento) e diversificação contratual.

Mas a grande cartada do capital na luta pelo controle dos trabalhadores e trabalhadoras talvez não esteja tanto na docilização exteriorizada de seus corpos como está na incitação de suas mentes. Uma territorialização silenciosa, efetivada por meio da apreensão simbólica de valores de mercado e

---

<sup>309</sup> *Ibid.* p. 8.

imagens-fetice (ALVES, 2011b) por parte dos trabalhadores e trabalhadoras engendra a nova forma flexível de dominação. Surge, pois, um novo léxico repugnantemente eufêmico no interior das empresas e, como num passe de mágica, o antiquado “trabalhador” ou “funcionário” passa a ser o moderno “colaborador”; o grupo de empregados torna-se, num estalo, a “equipe”, “time” ou “família”; o antigo gerente é substituído pelo “líder”, tudo como se a produção capitalista fosse um grande jogo esportivo em cujo final todos pudessem sair ganhando. As premiações (do tipo “colaborador do mês”), as gratificações por produtividade individual e por resultados coletivos (PLRs), bem como os planos de carreira dão ao trabalhador a ilusória impressão de que tudo depende da sua capacidade e esforço pessoal, pois o domínio de um território deve tornar-se, além de efetivo, legítimo, implicando sempre a combinação da força com o convencimento (PORTO-GONÇALVES, 2006a).

No livro *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*, Alves (2011a) defende a tese de que o *toyotismo* realiza a “captura da subjetividade” dos trabalhadores, por meio da adoção e generalização destas formas manipulatórias. Concordamos em parte com o autor, tendo por medida nossas constatações, postas obviamente sob o lume dos referenciais teóricos expostos, haja vista o processo de dominação/territorialização jamais completar-se por inteiro, nem mesmo quanto aos movimentos do corpo (e o que se dirá da mente!). Com isso, novamente, e agora amparados por Thompson (1981) e sua duríssima crítica ao estruturalismo de Althusser, estamos assumindo que, de uma forma ou de outra, a resistência sempre viceja em cada mínima fresta das engrenagens de dominação e exploração: “[...] em todo o ‘agora’ histórico (conjuntura) o circuito do capital está sendo obstruído e encontra resistência em todos os pontos – homens e mulheres recusam-se a ser reduzidos a seus *träger*” (THOMPSON, 1981, P. 173). Portanto, a captura é sempre parcial e negociada e pode ser definida como uma forma de *consentimento ativo* (BRAZ, 2013).

Não obstante, o resultado geral desse processo assustador, mas pouco percebido, não é nada menos que a intensificação contemporânea do trabalho, seja pela extensão do tempo de trabalho sobre o tempo de vida (ALVES, 2011b), seja pela aceleração do ritmo, ou ainda, pelas maiores exigências quanto ao uso da capacidade intelectual (DAL ROSSO, 1998; FARIA; PIRES, 09/02/2012). Como nos tempos de Marx, o capital continua a combinar mais-valor absoluto (extensão da jornada) e relativo (intensificação do trabalho) em sua busca desenfreada pela extração de trabalho excedente, sem nenhuma consideração com a saúde ou as condições de vida dos trabalhadores.

### **5.3. Diferença, coexistência e superexploração do trabalho: o tempo posto no “chão duro” do espaço**

É característica da visão de mundo burguesa hegemônica a concepção do tempo histórico como seta e linearidade, um movimento uniforme, invariável e evolutivo rumo ao futuro sempre renovado - ou o que é ainda pior, ao “eterno presente” (MÉSZÁROS, 2007). De fato, a emergência histórica do modo de produção capitalista, por suas necessidades intrínsecas (organização da produção, controle da força de trabalho, acumulação do capital etc.), como afirma Poulantzas (1985), funda uma matriz temporal lastreada por uma noção de tempo

[...] segmentado, serial, dividido em movimentos iguais, cumulativo, e irreversível pois orientado para o produto e, através dela, para a reprodução ampliada – tempo mensurável e controlado pelo relógio e pelo calendário (p. 126).

Gêmea dessa matriz temporal é a matriz espacial progenitora do espaço absoluto-receptáculo, quadro de referência e abstração metrificável, em suma, sinônimo de distância<sup>310</sup>.

Somente sob tais matrizes de tempo e espaço o desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção capitalistas pôde assumir um teor de sentido positivo em direção à superação completa de outras formas e relações sociais não capitalistas, como vimos a propósito da análise empreendida por Rosa Luxemburgo (1970) (item 2.2.). Sem dúvida, um dos maiores méritos do materialismo dialético e da teoria marxista tem sido permitir abordagem inteiramente diferente das matrizes de tempo e espaço. O tempo histórico concebido enquanto movimento em espiral, de avanços e retrocessos e mesmo de coexistência entre temporalidades distintas, entre o arcaico e o moderno num mesmo lugar (SUERTEGARAY, 2001; MASSEY, 2004; 2011); o espaço tomado como produto concreto, polarizado e desigual das relações de intercâmbio dos homens entre si e com sua natureza exterior (SMITH, 1988; HARVEY, 2005; BRANDÃO, 2007; MÉSZÁROS, 2006; 2011).

Para nós, só é possível entender a territorialização da relação capital-trabalho no interior do processo produtivo da celulose, fazendo a crítica necessária à primeira e adotando esta última perspectiva espaço-temporal, de modo a rompermos integralmente com a ideia de modernidade transmitida pelas paisagens homogeneizadas e pela alta tecnologia embutida na produção. É mister compreendermos as formas concretas por meio das quais temporalidades diferentes e antagônicas – o regressivo e o espectral, diria Alves (2002/2003) - são urdidas através de elos espaciais e articulações territoriais interescares funcionais à sobrevivência e expansão do metabolismo social vigente. Afinal, afirma Poulantzas (1971), nem mesmo os modos de produção ou as formações sociais existem enquanto tais, em suas “formas puras”, senão somente enquanto combinação particular ou

---

<sup>310</sup> Douglas Santos (2004) dedicou sua tese de doutoramento especificamente a este tema, demonstrando como a emergência dessa nova concepção de espaço modificou completamente as representações cartográficas, originando assim a cartografia moderna.



sobreposição específica de vários modos de produção e formas sociais, num dado momento e num dado lugar.

Retomado sob um enfoque geográfico, no Brasil, o processo de reestruturação produtiva permite constatar que, ao contrário do que costumeiramente se afirma, não se apresenta nenhuma tendência à homogeneização completa dos regimes produtivos (taylorismo-fordismo/toyotismo)<sup>311</sup> e nem mesmo dos modos de produção (MARTINS, 1997) – como afirma Moreira (2008), toda formação socioespacial é um complexo de modos de produção no qual um deles hegemoniza os demais (2008) -, mas a coexistência e, em alguns casos, a combinação de arcaicas e modernas formas de produção, exploração e controle do trabalho pertencentes a distintos regimes produtivos e modos de produção, hegemonizados pelo capital, e, em nossos dias, mais precisamente por sua fração financeira.

Deste modo, é possível entender o porquê de se encontrarem lado a lado, em muitos casos, a alta tecnologia, o trabalho assalariado nos novos moldes flexíveis, o trabalho domiciliar e o trabalho em condições análogas à escravidão, uma realidade desde as fazendas do agronegócio até as cadeias produtivas das grandes redes de supermercados e do setor de calçados e vestuário no Brasil.

Mas as formas diferenciadas de exploração do trabalho podem também e perfeitamente ocorrer dentro dos limites formais da relação salarial, como de fato têm ocorrido no segmento arbóreo-celulósico.

Ao analisar o desenvolvimento dependente da América Latina frente à dinâmica global de acumulação (ver item 2.1), Marini (2000) encontra nele os traços bem delineados de uma forma igualmente específica de exploração do trabalho, própria das relações de produção aqui travadas e necessariamente articulada às necessidades dos países centrais. Como resposta à depreciação dos termos de troca que, como visto, atinge os produtos primários no comércio internacional, os produtores do Sul irão paulatinamente encontrar os “meios de compensação” no que o autor, empregando o conceito de Marx, vai chamar de “superexploração do trabalho”. Superexploração, como a própria palavra indica, é exploração acima da exploração convencional – uma relação em que, lembremos, há a apropriação do trabalho excedente pelo capital em troca do pagamento pelo trabalho necessário, isto é, dos meios indispensáveis à mera reprodução do trabalhador (MARX, 2013) -, exploração que excede os limites da própria sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras.

No comércio internacional de produtos primários ocorre, pois, a transferência de um mais-valor extraordinário, proveniente da superexploração obtida de três maneiras, de forma isolada ou

---

<sup>311</sup> Segundo Leonardo Mello e Silva (2010), até mesmo o taylorismo, presente no Brasil desde o início do século XX, jamais pôde ser encontrado em sua “pureza doutrinal” nas fábricas brasileiras, pois ao contrário do ocorrido nos EUA, por aqui o regime teve seu efeito prático limitado e jamais conseguiu substituir por completo o poder patriarcal-autoritário.

combinada: (1) a ampliação da jornada de trabalho (mais-valor absoluto); (2) a intensificação do trabalho (mais-valor relativo) e (3) a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para a reposição de sua força de trabalho (MARINI, 2000). “Em termos capitalistas”, aduz o autor, “estes mecanismos [...] significam que o trabalhador se remunera por baixo do seu valor e correspondem, então, há uma superexploração do trabalho”<sup>312</sup>. E como a produção de mercadorias não se vincula ao consumo interno, ou seja, independe da realização do mais-valor no próprio território, para a qual haveria necessidade de reprodução “normal” do trabalho, e sendo esta produção voltada para fora, cria-se uma tendência à intensificação da superexploração, em nada alterada pela industrialização e modernização tecnológica da estrutura econômica.

Creemos ser esta uma importante chave interpretativa das relações, formas de contratação, remuneração, organização e controle, bem como das condições concretas de trabalho no interior do processo produtivo da celulose, aspectos que compõem o escopo do próximo e último capítulo.

---

<sup>312</sup> *Ibid.* p. 126.

## CAPÍTULO 6 - TERRITÓRIOS DA HEGEMONIA DO CAPITAL, TERRITÓRIOS DA PRECARIZAÇÃO E DEGRADAÇÃO DOS SUJEITOS QUE TRABALHAM

“A política de segurança do trabalho da empresa é rígida, é lei, é norma. Pra toda operação tem procedimento, e todo procedimento tem que ser cumprido [...]. Aí têm os técnicos de segurança que estão no dia-a-dia com a gente, acima dos técnicos têm os supervisores de segurança e têm os engenheiros de segurança que nos dão apoio [...], tem o DDSs [Diálogo Diário de Segurança], têm as campanhas de segurança, tem todo um programa de segurança envolvido nisso e tem que ser cumprido à risca”.

*(Rodrigo, supervisor da Eldorado Brasil).*

“Eu ainda insisti mais 60 dias [trabalhando] na produção até que não aguentei mais. O meu braço travou, eu puxava a alavanca e o braço não voltava e eu pensei: ‘Não, não aguento não, vou ter que me afastar, não tem jeito’”.

*(Max, ex-operador de harvester da Veracel).*

Todo e qualquer anúncio midiático de implantação de uma nova fábrica de celulose veiculado traz, além dos dados hiperbólicos sobre o volume total dos investimentos, uma estimativa superdimensionada do número de empregos a ser gerado. Sem entrar nos pormenores acerca da natureza desses empregos, os escribas da comunicação procuram deslumbrar-nos com os milhares de postos de trabalho, “entre diretos, indiretos e por efeito renda”<sup>313</sup>, exaltando suas virtudes na transformação das regiões interioranas “degradadas” e “abandonadas”. Na realidade, porém, “nas regiões onde é plantado o eucalipto e produzida a celulose, é amplamente sabido que essas atividades contribuem pouco para a geração de empregos” (SOUZA; OVERBEEK, 2008, p. 56).

De tão evidente, o fato não pôde deixar de ser reconhecido até mesmo pelos agentes da Secretaria de Planejamento da Bahia (SEPLAN), geralmente ocupados em viabilizar empreendimentos desse tipo: “pelas suas próprias características estruturais intrínsecas”, afirmam os planejadores, “as grandes unidades produtoras de celulose são pouco intensivas em mão de obra e *estabelecem níveis reduzidos de articulação com a economia local*” (SEPLAN, 2003 *apud* SOUZA; OVERBEEK, 2008, p. 56. Grifos nossos). O segundo ponto, em destaque, como já salientado, refere-se à natureza verticalizada dos megaempreendimentos da celulose, fincados como enclaves nas regiões e ligados diretamente à dinâmica global.

---

<sup>313</sup> Calculados por meio desta engenhosa metodologia, teriam sido gerados pelas empresas do setor, segundo a IBÁ (2014), 4,4 milhões de empregos em 2013. Destes, 2,44 milhões correspondem ao “efeito renda”, 1,33 milhão corresponde a empregos indiretos e 630 mil aos empregos diretos. Conste-se que o BNDES faz uso dos mesmos dados de geração de emprego para justificar suas concessões e investimentos diretos no setor (BIAZUS; HORA; LEITE, 2010b).

Muito em função do histórico de desigualdade e marginalização econômica das regiões estudadas, nada disso impede que o imaginário popular esteja povoado pelo “mito da geração de empregos”, o qual associa instantaneamente indústria a desenvolvimento e cria expectativas ilusórias na população local. Isso está presente, por exemplo, na fala de Pedro, morador de Eunápolis e funcionário da Akso Nobel, empresa com unidade industrial produtora de dióxido de cloro dentro do complexo da Veracel no Município.

Na verdade, na região, eu acredito que a única opção de trabalho é industrial, porque [...] antigamente a região era de agricultura e pecuária e a cidade deu um salto quando veio o setor industrial. [...] Têm [fábricas] aqui, tem a Suzano em Mucuri também, então eu acredito que é o setor industrial que está gerando a economia da região. Se você não trabalha com isso hoje eu não vejo outro tipo de trabalho sustentável aqui, que vá lhe dar uma condição de vida razoável<sup>314</sup>.

O mito da geração de empregos sustenta igualmente o depoimento do Dr. Galvão quanto ao monocultivo do eucalipto na região de Imperatriz.

O [território do] Município de Açailândia vai até Bom Jesus da Selva, São Pedro da Água Branca [e] Dom Eliseu. Toda essa região tem eucalipto plantado envolta, toda essa região [...] e isso *acaba gerando emprego*, porque o pessoal vai ter que plantar, depois vem o corte, manutenção da floresta, caminho de acesso, recuperação de talhões, e acaba dando inúmeros empregos aí pro pessoal<sup>315</sup>.

Todavia, como acertadamente comenta Delgado (2012) quanto à produção da moderna agricultura do agronegócio nas áreas de expansão recentes de produção de *commodities* em geral, além de poupadoras de mão de obra,

As relações de trabalho que se estabelecem na produção agropecuária parecem configurar um estilo de ‘superexploração’, seja pela imposição de formas excessivas [...], seja pelo manejo de materiais agrotóxicos altamente nocivos à saúde humana, seja pelas relações de precária contratação [...] (p. 117).

Compete-nos, portanto, delinear a natureza acortinada do trabalho no segmento estudado, demonstrando seus rebatimentos no tocante à segurança, à saúde, enfim, à degradação dos sujeitos que trabalham.

### 6.1. Trabalho vivo escasso, masculino, mal remunerado e volátil

De uma certa maneira, como veremos, os aspectos a serem analisados neste segmento produtivo específico reproduzem traços estruturais marcantes do mercado de trabalho brasileiro, em

---

<sup>314</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 26/03/2014.

<sup>315</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 15/09/2014.

suas antigas e novas feições. O primeiro deles é a escassez de postos de trabalho gerados nas atividades diretamente relacionadas à produção de celulose, desde a produção de mudas à fabricação de celulose propriamente dita (Tabelas 10, 11 e 12). Uma primeira explicação a ser aventada para isso encontra-se no fato de que a efervescência da geração de empregos, alardeada pelas empresas e seus porta-vozes, limita-se à fase de construção e montagem das unidades fabris, geralmente prolongada por período que não excede dois anos, contando majoritariamente com mão de obra de trabalhadores migrantes, os “peões do trecho”, como são conhecidos, os quais se vinculam a empreiteiras subcontratadas que atuam em obras diversas em diferentes pontos do país.

Tabela 10 - Trabalhadores Admitidos em Atividades Relacionadas à Produção de Celulose em Relação ao Total de Admitidos na Microrregião de Porto Seguro (2007-2014)\*

Atividade	Produção de Mudas e Outras Formas de Propagação Vegetal, Certificadas	Produção Florestal - Florestas Plantadas	Atividades de Apoio à Produção Florestal	Fabricação de Celulose e Outras Pastas para a Fabricação de Papel	Total de admissões (atividades selecionadas)	Total de admissões (todas as atividades)	(%)
2007	0	880	2.574	104	3.558	46.923	7,5
2008	16	1.088	1.994	118	3.216	48.460	6,6
2009	36	717	2.145	302	3.200	50.225	6,3
2010	12	672	2.624	334	3.642	53.241	6,8
2011	1	952	3.120	249	3.422	57.352	5,9
2012	4	874	2.868	234	3.980	54.134	7,3
2013	5	752	1.528	399	2.684	54.069	4,9
2014	0	1.034	1.407	204	2.645	55.977	4,7
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>6.969</b>	<b>18.260</b>	<b>1.944</b>	<b>26.347</b>	<b>420.381</b>	<b>6,2</b>

\*As consultas para anos anteriores (2004, 2005 e 2006) resultaram em tabelas vazias. Fonte: MTE/CAGED. Elaborado pelo autor.

Analisando os dados referentes às admissões na Microrregião de Porto Seguro (Tabela 10)<sup>316</sup>, para o período de 2007 a 2014, notamos a pequena proporção de trabalhadores admitidos em atividades diretamente relacionadas à produção de celulose, que significou, em média, 6,2% do total de empregos gerados para todo o período nesta região da Bahia. Enquanto o número de admissões no geral cresceu continuamente, exceção feita aos anos de 2012 e 2013, com ligeira redução quando comparados a 2011, a geração de empregos pelas atividades do segmento mostrou-se intermitente, com significativa redução entre 2013 e 2014, ano em que foram gerados 913 empregos a menos que em 2007. Outro aspecto a ser destacado é a enorme discrepância do volume de admissões nas

<sup>316</sup> Todos os dados sobre emprego foram coletados no banco de dados do Cadastro Anual Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), em sua versão 2.0, nos extratos Setor e Classe.

chamadas “atividades de apoio à produção florestal” - atividades que exigem pouca qualificação profissional e via de regra são mal remuneradas, representando aproximadamente 70% do total de admissões nas atividades relacionadas à produção de celulose.

Tabela 11 - Trabalhadores Admitidos em Atividades Relacionadas à Produção de Celulose em Relação ao Total de Admitidos na Microrregião de Três Lagoas (2007-2014)\*

Atividade	Produção de Mudas e Outras Formas de Propagação Vegetal, Certificadas	Produção Florestal - Florestas Plantadas	Atividades de Apoio à Produção Florestal	Fabricação de Celulose e Outras Pastas para a Fabricação de Papel	Total de admissões (atividades selecionadas)	Total de admissões (todas as atividades)	(%)
2007	0	236	413	1	650	20.612	3,1
2008	0	628	932	268	1.828	27.131	6,7
2009	0	537	1.408	11	1.956	18.778	10,4
2010	0	1.123	3.486	48	4.657	26.771	17,3
2011	0	1.357	2.309	254	3.920	30.067	13
2012	0	2.293	1.439	462	4.194	33.540	12,5
2013	0	3.827	1.332	300	5.459	43.025	12,6
2014	0	3.485	1.242	575	5.302	33.442	15,8
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>13.486</b>	<b>12.561</b>	<b>1.919</b>	<b>27.966</b>	<b>233.366</b>	<b>11,9</b>

\*As consultas para anos anteriores (2004, 2005 e 2006) resultaram em tabelas vazias. Fonte: MTE/CAGED. Elaborado pelo autor.

Na Microrregião de Três Lagoas (Tabela 11), os dados são semelhantes aos de Porto Seguro quanto à pequena proporção das admissões do segmento no computo geral (11,9%). Diferentemente, porém, mesmo que expressivas, as admissões nas atividades de apoio à produção florestal (41,9%) rivalizaram com aquelas da produção florestal propriamente ditas (48,2%). Exceto em 2011, o total de admissões em cada ano cresceu de forma sustentada nas atividades selecionadas, ao passo que se mostrou intermitente quando comparado ao total de admissões na Microrregião, cujo pico se deu em 2013. A explicação para esse aspecto deve ser encontrada no fato de que duas fábricas de celulose foram instaladas no município (a Fibria, entre 2006 e 2009 e a Eldorado, entre 2010 e 2012), permitindo a continuidade nas contratações específicas, com picos ocasionados pela construção civil e montagem das fábricas nesses períodos.

Tabela 12 - Trabalhadores Admitidos em Atividades Relacionadas à Produção de Celulose em Relação ao Total de Admitidos na Microrregião de Imperatriz (2007-2014)\*

Atividade	Produção de Mudas e Outras Formas de Propagação Vegetal, Certificadas	Produção Florestal - Florestas Plantadas	Atividades de Apoio à Produção Florestal	Fabricação de Celulose e Outras Pastas para a Fabricação de Papel	Total de admissões (atividades selecionadas)	Total de admissões (todas as atividades)	(%)
2007	0	45	2.825	0	2.870	21.540	13,3
2008	0	4.013	2.777	0	6.790	25.390	26,7
2009	0	2.432	4.457	0	6.889	24.853	27,7
2010	0	1.930	3.593	0	5.523	26.845	20,5
2011	0	1.612	7.116	0	5.728	33.818	16,9
2012	2	1.568	5.726	78	7.374	37.290	19,7
2013	0	1.252	4.418	268	5.938	40.909	14,5
2014	0	1.061	2.707	107	3.875	34.788	11,1
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>13.913</b>	<b>33.619</b>	<b>453</b>	<b>47.985</b>	<b>245.433</b>	<b>19,5</b>

\*As consultas para anos anteriores (2004, 2005 e 2006) resultaram em tabelas vazias. Fonte: MTE/CAGED. Elaborado pelo autor.

O perfil das admissões na Microrregião de Imperatriz (Tabela 12) mostra maior proporção das admissões nas atividades selecionadas em relação ao computo geral (aproximadamente 20%), além da forte intermitência das primeiras em relação às últimas, cujo crescimento foi praticamente continuado durante toda a série. Assim como em Porto Seguro, as chamadas atividades de apoio à produção florestal representaram 70% do total das admissões. Sobre o primeiro aspecto, cremos ser possível associá-lo à importância da produção de carvão vegetal na região, uma particularidade regional que contribui para inflar as duas atividades intermediárias (produção florestal e atividades de apoio).

Em geral, os dados permitem afirmar que a geração de empregos por cada um dos empreendimentos é baixa, intermitente e fortemente concentrada nas atividades que exigem menor qualificação profissional e pior remuneram, fato que, além de contradizer o discurso e o imaginário predominantes, contrasta com o bilionário volume de investimentos, o qual, como já demonstrado, apoia-se majoritariamente no erário público (BNDES).

Após entrar em operação, uma moderna fábrica de celulose não necessita de mais do que três ou quatro centenas de trabalhadores para o seu funcionamento habitual<sup>317</sup>, e isso não difere muito do cenário revelado pelas atividades do campo, para as quais algumas fontes chegam a calcular a geração de apenas 1 emprego direto para cada 187 ha de terra ocupados com o monocultivo do eucalipto

<sup>317</sup> Juarez (Presidente do SITTREL-MS). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

(CPT, 11/12/2012). A escassez de empregos, portanto, é uma marca distintiva desse tipo de empreendimento.

O número de empregos nas atividades do setor arbóreo-celulósico vem caindo drástica e continuamente desde a década de 1970 (DE'NADAI; SOARES; OVERBEEK, 2011), fenômeno intensificado pelo ajuste neoliberal dos anos 1990 (DAURA, 2004). Isso se deve às modificações gerenciais (enxugamento), consorciadas a processos de automação industrial, inovações incrementais, e também à mecanização das atividades agrícolas por meio da introdução de novas máquinas e implementos, todos poupadores de mão de obra. Nesse sentido, como já demonstrado, enquanto um trabalhador consegue plantar manualmente em média 1 ha/dia com mudas de eucalipto, uma plantadeira mecânica multiplica a área plantada por cinco, no mesmo intervalo de tempo<sup>318</sup>; uma única colheitadeira, por sua vez, é capaz de cortar até 140 árvores/hora, substituindo em média 14 motosserristas (DE'NADAI; SOARES; OVERBEEK, 2011).

De acordo com o supervisor da Eldorado Brasil entrevistado, mesmo em níveis reduzidos o trabalho manual na atividade de plantio só persiste por conta das dificuldades impostas pelo terreno (condições geográficas de declividade, por exemplo) e pela falta de equipamentos disponíveis para a demanda existente. Contudo, comenta,

o objetivo da empresa é mecanizar tudo, cem por cento. Uma [porque] a mão de obra é difícil de encontrar, outra porque no Mato Grosso do Sul [isso] é mais escasso que em qualquer outro lugar [...], e sem contar da dificuldade do cara sair de manhã, passar o dia no campo, é frio, é calor, têm as intempéries...<sup>319</sup>.

Mesmo quando voltamos nossa atenção aos postos de trabalho efetivamente gerados nas diversas atividades, os dados por si não revelam muito quanto à natureza dos empregos gerados e as características dos trabalhadores contratados. Escondem, por exemplo, que grande parte dos trabalhadores empregados, especialmente nas atividades que requerem maior preparo técnico, é composta por migrantes, muitos dos quais já empregados pelas mesmas ou por outras empresas do ramo noutras regiões. Na unidade de Eunápolis da multinacional holandesa Akso Nobel, por exemplo, quase metade dos cerca de 55 funcionários veio de fora, sobretudo de Minas Gerais. Segundo Pedro, funcionário dessa empresa entrevistado, isso se deveu à inexistência de mão de obra qualificada quando da instalação da empresa na região<sup>320</sup>.

Em campo, nas três áreas de estudo, constatamos a tendência à contratação de mão de obra local nas atividades mais precárias e mal remuneradas, com destaque para os cargos mais baixos do primeiro momento (monocultivo arbóreo) - muitos dos quais, como visto, predominantemente

---

<sup>318</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

<sup>319</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

<sup>320</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 26/03/2014.



ocupados por trabalhadores residentes em assentamentos rurais - e, por outro lado, à ocupação dos cargos mais altos, seja na parte agrícola, na planta industrial e/ou no setor administrativo, por trabalhadores migrantes qualificados e com experiência profissional prévia nestas funções em outras localidades.

Mas a migração não se limita à construção civil ou aos postos demandantes de maior preparo técnico. No setor agrícola, também há forte presença de trabalhadores migrantes, boa parte deles vindos de outros estados e permanentemente alojados nas cidades-sede dos empreendimentos. Para o caso da Eldorado Brasil, em Três Lagoas, Rodrigo afirma ter “bastante [trabalhador] alojado. Tem gente do estado de São Paulo, tem gente da Bahia, tem gente do Maranhão, mas a maior parte é do estado [de Mato Grosso do Sul] mesmo. Hoje, a gente está com 490 funcionários, e desses, deve ter uns 180 alojados”<sup>321</sup>.

E o trabalho vivo é escasso, faz-se mister destacar, não somente por conta da baixa geração de novos postos, mas também *e principalmente* pela eliminação dos antigos noutras atividades, como anteriormente indicado. Isso ocorre porque um dos desdobramentos indiretos da expansão do monocultivo é a expulsão/expropriação de trabalhadores do campo, geralmente da agricultura familiar e da pecuária, engrossando as fileiras do movimento migratório campo-cidade. O depoimento de Manoel (Baixa Verde) não deixa dúvida sobre a concretude deste processo: “nós temos um bairro aqui em Eunápolis [o Alecrim] em que noventa por cento das pessoas saíram do campo por conta do eucalipto; as fazendas foram vendidas, eles eram filhos, eram empregados e tiveram que ir para esse bairro”<sup>322</sup>.

A matemática por trás do processo é simples: em 1980, segundo Koopmans (2005), a pecuária gerava 1 emprego fixo para cada 26,1 ha na região do Extremo Sul da Bahia; a monocultura do eucalipto, nos moldes em que é praticada, gera entre 4,8 e 4,9 postos de trabalho por 1.000 ha, de acordo com a estimativa de Rocca (2007 *apud* BACHETTA, 2008). E isso quando comparamos o monocultivo em questão com uma atividade altamente extensiva e conhecida por ser pouco intensiva em absorção de mão de obra, como é o caso da pecuária. O que dizer, então, da agricultura de base familiar praticada em pequenas propriedades rurais, as quais, no último Censo Agropecuário do IBGE (2006) eram responsáveis por empregar 80% da mão de obra total do campo brasileiro? (REPORTER BRASIL, 10/08/2006).

Por tudo isso, não espanta o cenário indicado pelo sindicalista Geraldo para o caso de Imperatriz.

É uma tristeza, porque a gente vê que, na verdade, a empresa não tem condições de manter serviço pra toda essa população da região. Teve muito serviço na construção

---

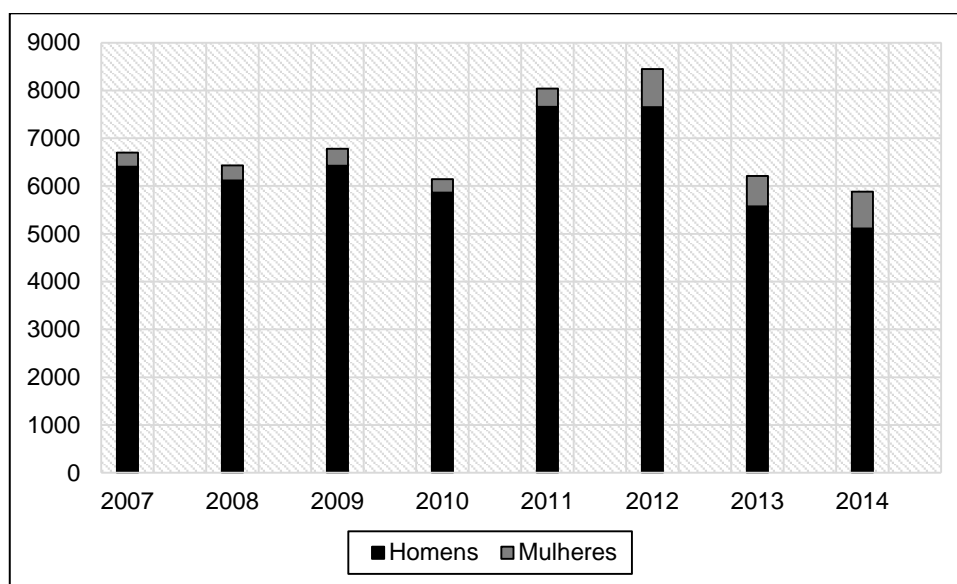
<sup>321</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

<sup>322</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 23/03/2014.

da fábrica mesmo, tinha sete, oito mil homens todos os dias; mas hoje, segundo um levantamento que a gente fez lá, eles têm em torno de setecentos funcionários, o resto, todo mundo foi embora. Os [trabalhadores] daqui da região que se empregaram foi todo mundo mandado embora, [e] estão por aí ‘fazendo bico’ de qualquer jeito<sup>323</sup>.

Os dados também revelaram que os postos de trabalho gerados são essencialmente masculinos. Em todas as atividades relacionadas à produção de celulose analisadas, nas três Microrregiões (Figuras 41, 42 e 43), a presença de mulheres é inexpressiva.

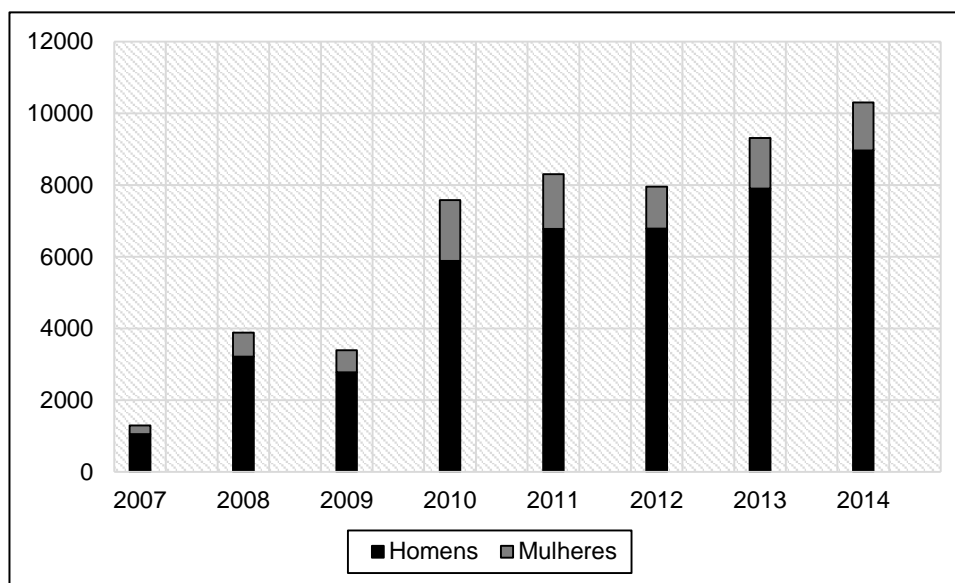
Figura 41 – Evolução da Mão de Obra na Microrregião de Porto Seguro (BA) Segundo o Sexo, em Atividades Seleccionadas (2007-2014)\*



\*Atividades de produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas; produção florestal - florestas plantadas; atividades de apoio à produção florestal e fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel. Fonte: MTE/CAGED. Elaborado pelo autor.

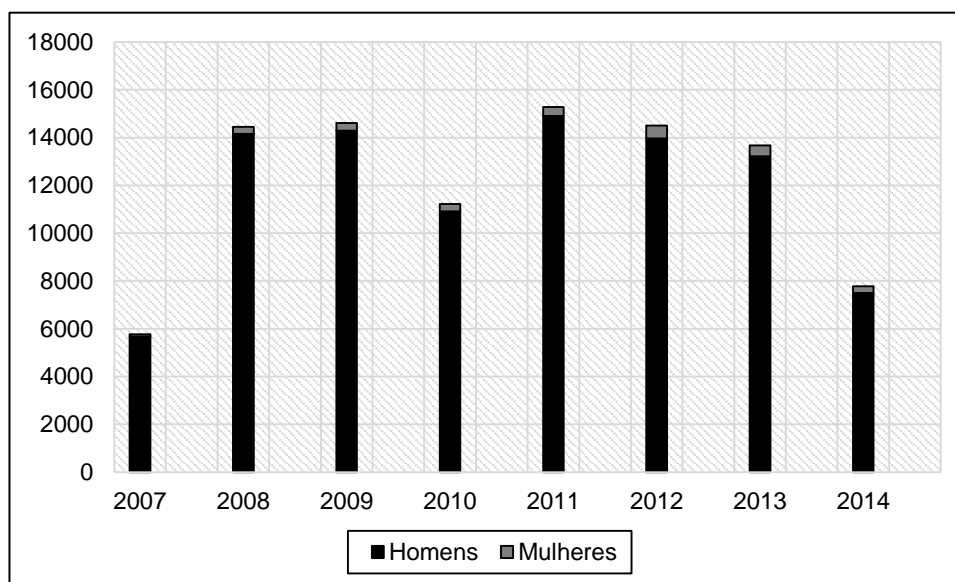
<sup>323</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 09/09/2014.

Figura 42 – Evolução da Mão de Obra na Microrregião de Três Lagoas (MS) Segundo o Sexo, em Atividades Seleccionadas (2007-2014)\*



\*Atividades de produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas; produção florestal - florestas plantadas; atividades de apoio à produção florestal e fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel. Fonte: MTE/CAGED. Elaborado pelo autor.

Figura 43 – Evolução da Mão de Obra na Microrregião de Imperatriz (MA) Segundo o Sexo, em Atividades Seleccionadas (2007-2014)\*



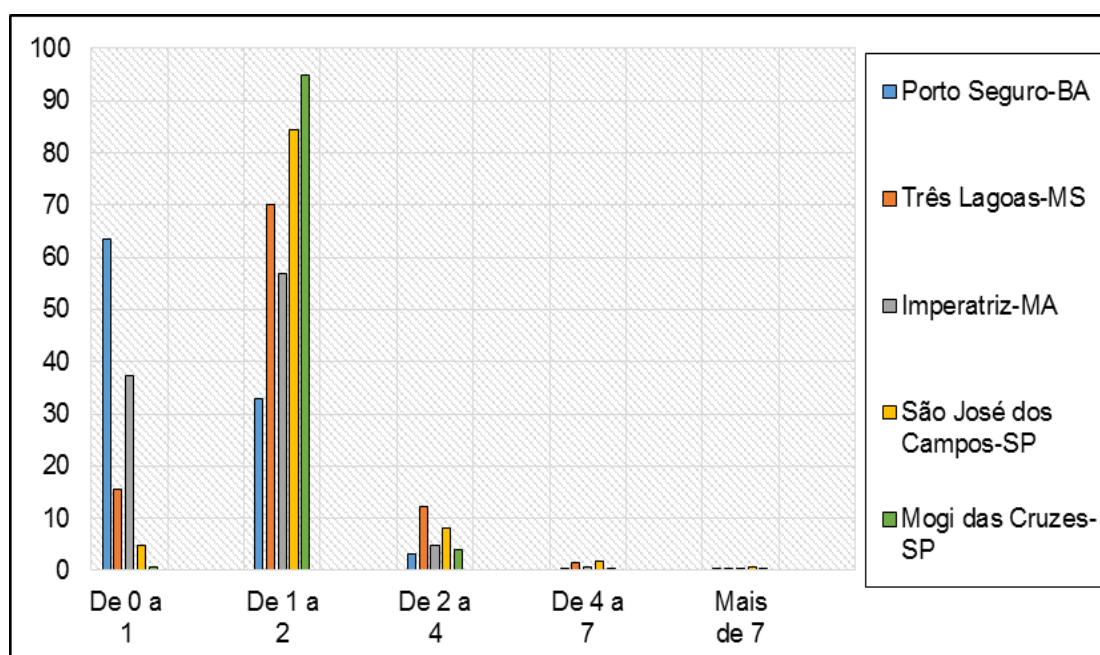
\*Atividades de produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas; produção florestal - florestas plantadas; atividades de apoio à produção florestal e fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel. Fonte: MTE/CAGED. Elaborado pelo autor.

Segundo alguns depoimentos obtidos em campo, a contratação de mulheres costuma limitar-se a certas atividades que requerem menor força física a maior habilidade manual, como as do viveiro

de mudas. No Maranhão, por exemplo, funcionários da Emflora, terceirizada da Suzano, afirmaram que “existem trabalhos específicos para mulheres na empresa, como por exemplo, o trato com as mudas de eucalipto, com preferência para mães solteiras [...]” (MIQCB, 2012/2013, p. 71). Além deles, constatamos a presença de mulheres também em atividades braçais pesadas e desgastantes, como o plantio e o trato do eucalipto.

Acompanhando a escassez de postos de trabalho gerados e a predominância masculina, cabe destacar a baixa remuneração como aspecto essencial da dinâmica do mercado de trabalho nas regiões receptoras dos novos empreendimentos arbóreo-celulósicos. Isso fica evidente quando se observa, por exemplo, a distribuição dos trabalhadores por faixa de salário, comparando os dados referentes às microrregiões estudadas aos de outras microrregiões onde se localizam áreas de cultivo e fábricas de celulose mais antigas, no estado de São Paulo (Figuras 44 e 45).

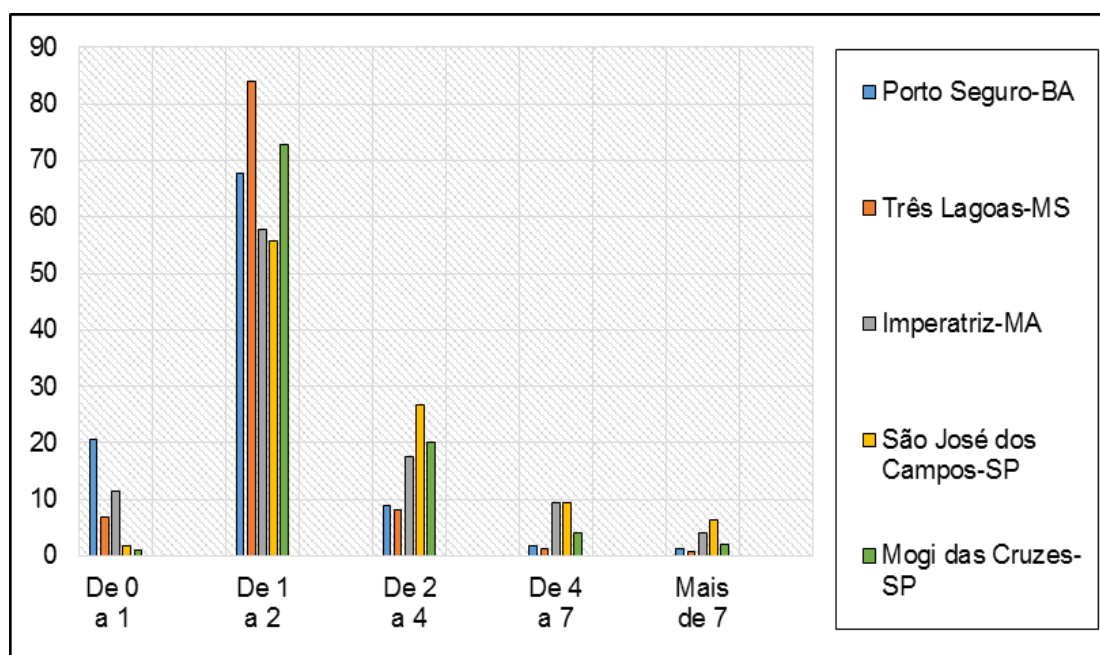
Figura 44 – Percentual de Empregados por Faixa de Salário no Setor de Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura, em Microrregiões Seleccionadas (2013)



Fonte: MTE/CAGED. Elaborado pelo autor.

Para o setor de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Figura 44) é flagrante a concentração do maior percentual dos empregados na faixa entre 1 e 2 salários mínimos, em quase todas as microrregiões, para o ano de 2013. Porém, Porto Seguro destaca-se com mais da metade (63,4%) dos empregados na faixa de menos de 1 salário mínimo, seguida de Imperatriz, onde mais de um terço dos empregados (37,26%) encontra-se em situação semelhante.

Figura 45 – Percentual de Empregados por Faixa de Salário no Setor de Indústria de Transformação, em Microrregiões Seleccionadas (2013)

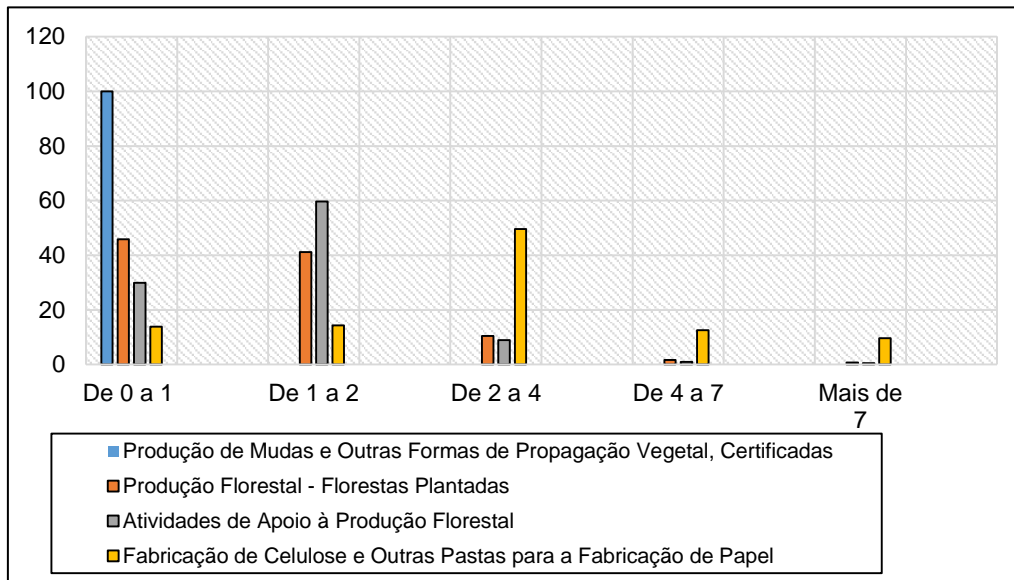


Fonte: MTE/CAGED. Elaborado pelo autor.

Por mais insólito que pareça, no setor de indústria de transformação (Figura 45) mais de 20% dos trabalhadores recebem menos de 1 salário mínimo em Porto Seguro e cerca de 10% dos trabalhadores estão em semelhante situação em Imperatriz e Três Lagoas. O grande contingente dos empregados, nas cinco microrregiões comparadas, ganha entre 1 e 2 salários, mas São José dos Campos e Mogi das Cruzes destacam-se pelo expressivo percentual (entre 20% e 30%) de empregados ganhando entre 2 e 4 salários e, para os casos de São José dos Campos e Imperatriz, entre 4 e 7 salários. Quanto a isso, cabe lembrar que a região de Imperatriz, ao contrário de São José dos Campos, está longe de ser um centro industrial, possuindo poucas unidades que empregam menos de 4% da mão de obra total.

No que tange às atividades diretamente relacionadas à produção de celulose, notamos considerável concentração na faixa entre 1 e 2 salários, para a maior parte das atividades, exceção relativa apenas à atividade industrial propriamente dita (Figuras 46, 47 e 48).

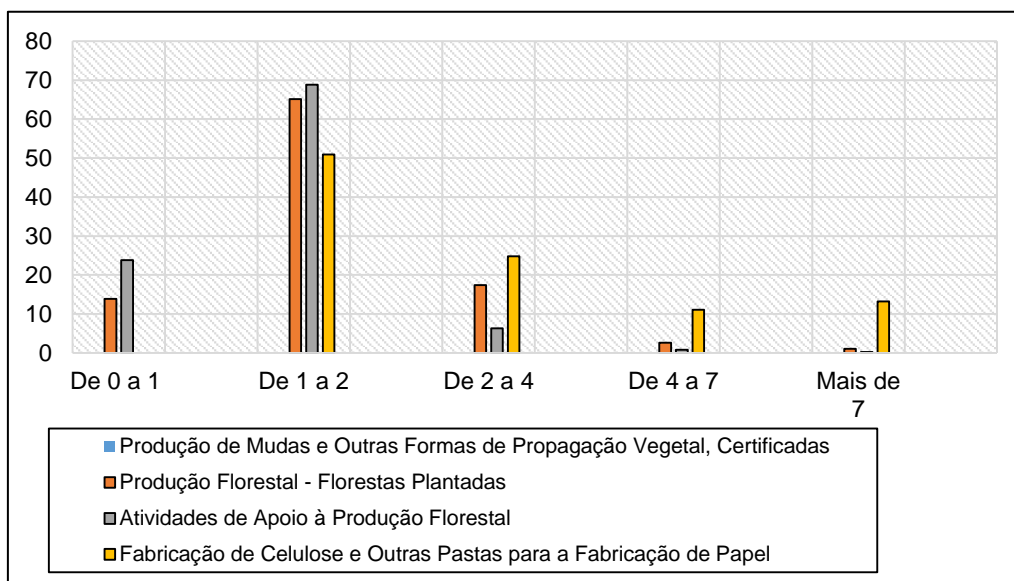
Figura 46 – Percentual de Empregados por Faixa de Salário na Microrregião de Porto Seguro (BA), em atividades selecionadas (2013).



Fonte: MTE/CAGED. Elaborado pelo autor.

Em Porto Seguro, quase a metade dos empregados nas atividades de “produção florestal” e praticamente um terço daqueles das atividades de apoio à produção florestal recebem até um salário mínimo, contrastando com a metade dos empregados na “fabricação de celulose”, que recebe entre 2 e 4 salários (Figura 47).

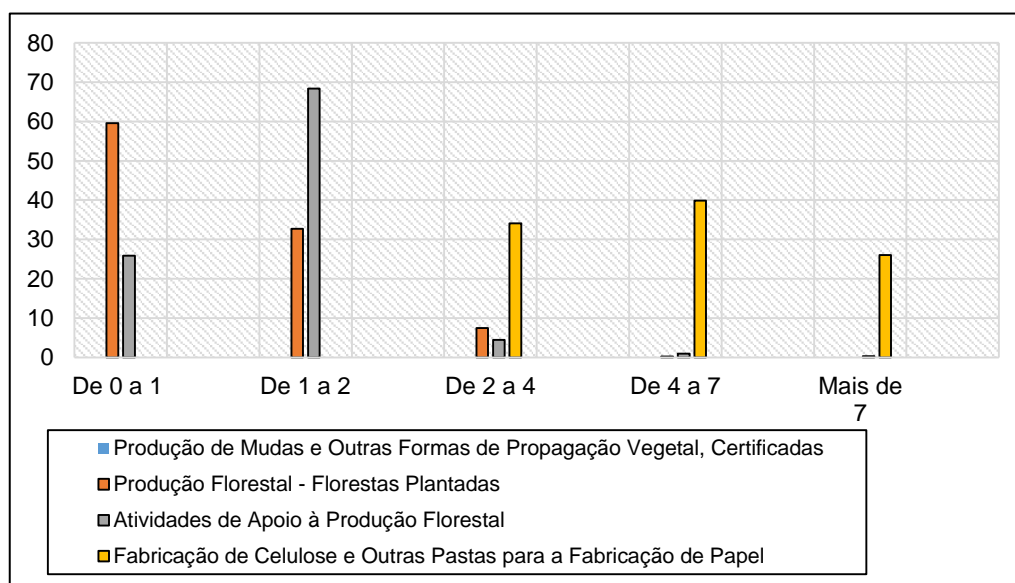
Figura 47 – Percentual de Empregados por Faixa de Salário na Microrregião de Três Lagoas (MS), em Atividades Selecionadas (2013)



Fonte: MTE/CAGED. Elaborado pelo autor.

Pode-se dizer que a situação dos empregados em Três Lagoas (Figura 47) é relativamente melhor, pois mesmo nas atividades de “produção florestal” e de apoio a ela, a maior parte dos trabalhadores recebia entre 1 e 2 salários mínimos, em 2013. Há, porém, menor contingente de empregados na “fabricação de celulose” recebendo mais de 2 salários, em comparação com Porto Seguro, algo que se afina à baixa média salarial industrial desta primeira região. Segundo informações do diretor de indústria e comércio do Município de Três Lagoas, a média salarial na indústria e no comércio do município gira hoje em torno de R\$ 850 a R\$ 920 reais, sem benefícios adicionais<sup>324</sup>.

Figura 48 – Percentual de Empregados por Faixa de Salário na Microrregião de Imperatriz (MA), em Atividades Seleccionadas (2013)



Fonte: MTE/CAGED. Elaborado pelo autor.

O perfil de renda auferida na Microrregião de Imperatriz (Figura 48), para as mesmas atividades, é o mais desigual dentre os três analisados. Aí, observa-se a gritante concentração dos empregados na atividade de “produção florestal” na faixa que vai até 1 salário (60%), e a distribuição praticamente equitativa dos empregados na fabricação de celulose entre os extratos de 2 a 4, 4 a 7 e mais de 7 salários mínimos.

Assim, vemos como o segmento em tela reproduz, em menor escala, a tendência novo-desenvolvimentista nefasta de geração de postos de trabalho com carteira assinada, porém, extremamente mal remunerados e, como veremos, precários também em muitos outros sentidos (ALVES, 2014). Em entrevista concedida à Rede Brasil Atual, em 10 de outubro de 2014, Márcio Pochmann revelou que, entre 2013 e 2014, cerca de 40% da população ocupada no Brasil recebeu até

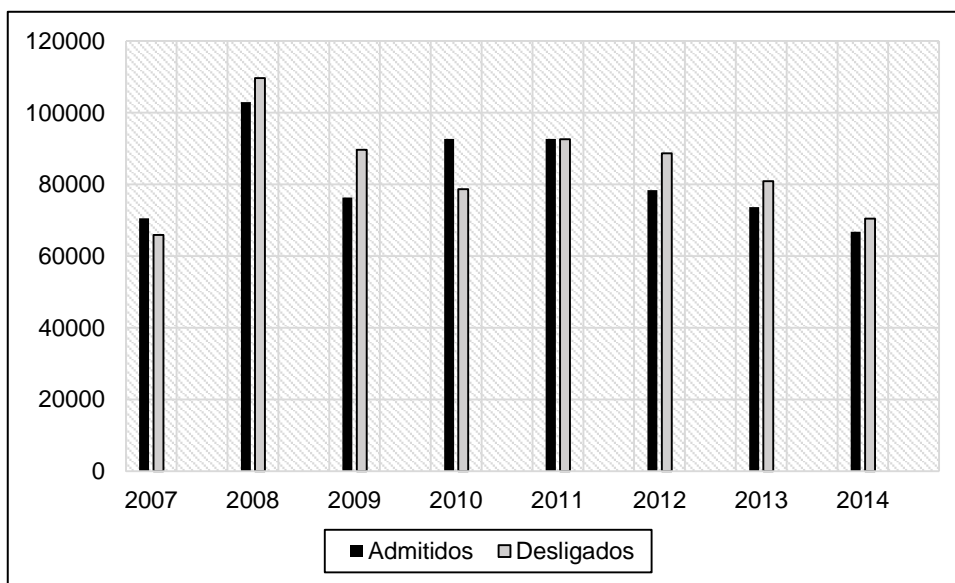
<sup>324</sup> Diógenes Marques. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

1 salário mínimo. Todavia, nada disso impede que a Indústria Brasileira de Árvores, em seu primeiro anuário estatístico (IBÁ, 2014), aponte os “custos com mão de obra” e a “legislação trabalhista excessivamente onerosa” como algumas das principais “barreiras” para o desenvolvimento das atividades de suas empresas associadas no País.

Por fim, faz-se imprescindível apontar como característica inerente a alta rotatividade da mão de obra (*turnover*), dada pela relação entre admissões e desligamentos, que faz da instabilidade uma marca indelével dos novos e tão aclamados postos de trabalho nas novas regiões produtoras de celulose (Figuras 50, 51 e 52). Como comenta Alves (2014), embora a rotatividade venha sendo um traço marcante e persistente do mercado de trabalho brasileiro, ela apresentou significativo crescimento no período recente vinculado às estratégias governamentais (novo-desenvolvimentistas) para ampliação do emprego formal a qualquer custo. Dados do DIEESE de 2012 (*apud* ALVES, 2014) indicam taxas de rotatividade da ordem de 46,6% em 2004, 52,5% em 2008 e 53,8% em 2010. E, segundo o autor, o crescimento mais expressivo do mercado de trabalho formal se deu justamente nas atividades com mais altas taxas de rotatividade, quais sejam, respectivamente, construção civil, agricultura e comércio.

Cumprido observar que a alta rotatividade do trabalho aparece como um traço característico do segmento em si, fato percebido por meio da análise dos dados gerais de admissões e desligamentos nas atividades relacionadas à produção de celulose no país (Figura 49).

Figura 49 – Rotatividade da Mão de Obra nas Atividades Relacionadas à Produção de Celulose no Brasil (2007-2014)\*

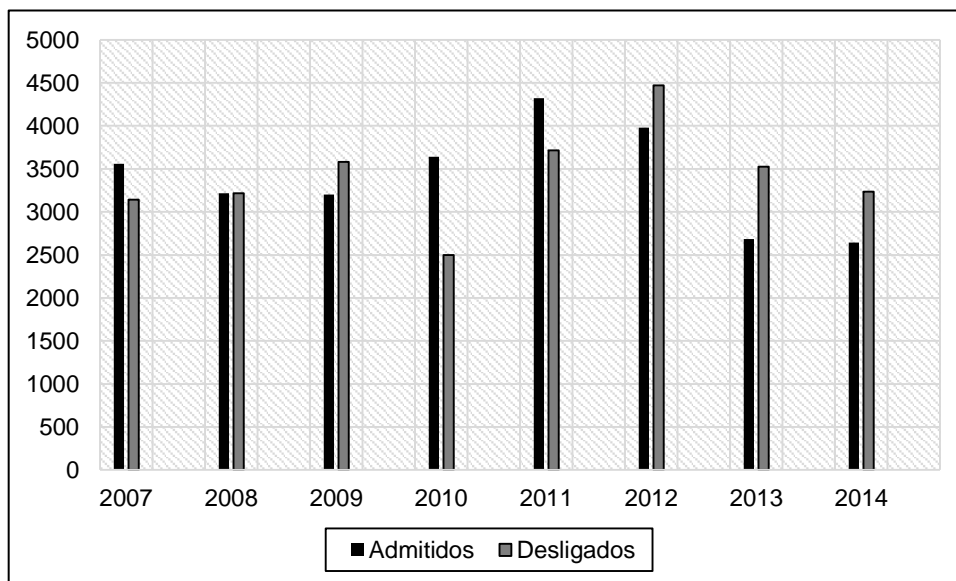


\*Atividades de produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas; produção florestal - florestas plantadas; atividades de apoio à produção florestal e fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel. Fonte: MTE/CAGED. Elaborado pelo autor.



Exceto nos anos de 2007, 2010 e 2011, em todos os demais o número de desligamentos ultrapassou o de admissões, colocando em xeque o argumento segundo o qual a expansão das atividades do segmento arbóreo-celulósico pelo Brasil estaria contribuindo significativamente com a geração de empregos. Os números para a escala regional (Figuras 50, 51 e 52) ratificam o mesmo caráter de instabilidade dos postos gerados.

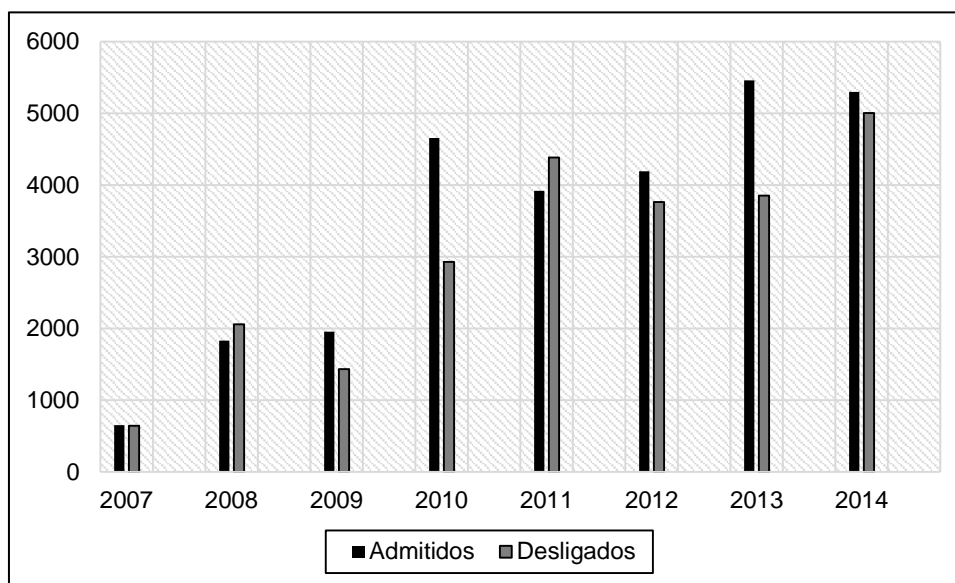
Figura 50 – Rotatividade da Mão de Obra nas Atividades Relacionadas à Produção de Celulose na Microrregião de Porto Seguro (BA) (2007-2014)\*



\*Atividades de produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas; produção florestal - florestas plantadas; atividades de apoio à produção florestal e fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel. Fonte: MTE/CAGED. Elaborado pelo autor.

Na Microrregião de Porto Seguro (Figura 50), de 2008 em diante houve saldos negativos na geração de empregos, com conseqüente redução do estoque de empregos existente, nas atividades selecionadas, exceto nos anos de 2009 e 2010.

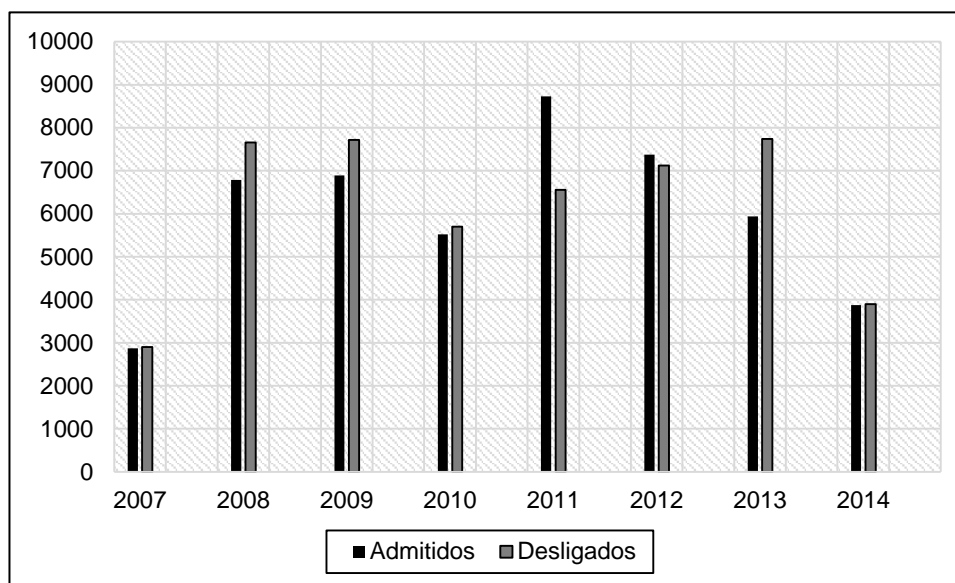
Figura 51 – Rotatividade da Mão de Obra nas Atividades Relacionadas à Produção de Celulose na Microrregião de Três Lagoas (MS) (2007-2014)\*



\*Atividades de produção de mudas e outras formas de propagação Vegetal, certificadas; produção florestal - florestas Plantadas; atividades de apoio à produção florestal e fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel. Fonte: MTE/CAGED. Elaborado pelo autor.

Os dados referentes à Microrregião de Três Lagoas (Figura 51) indicam uma linha oscilante de crescimento das contratações, com picos em 2010 e 2013, concomitantemente, os anos de menor número de desligamentos, praticamente equiparando-se admissões e desligamentos em todos os outros anos.

Figura 52 – Rotatividade da Mão de Obra nas Atividades Relacionadas à Produção de Celulose na Microrregião de Imperatriz (MA) (2007-2014)\*



\*Atividades de produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas; produção florestal - florestas plantadas; atividades de apoio à produção florestal e fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel. Fonte: MTE/CAGED. Elaborado pelo autor.

Em Imperatriz (Figura 52) vemos crescimento oscilante das contratações entre 2007 e 2011, com queda gradativa a partir de então. Os desligamentos, por seu turno, só não ultrapassaram o nível das admissões em 2011 e 2012.

Para os gestores e demais personificações do capital, as explicações para a alta rotatividade devem ser buscadas principalmente na seara pessoal e dizem respeito a motivações dos próprios trabalhadores. Segundo Solange, diretora de responsabilidade social da Suzano, a alta rotatividade da mão de obra nas atividades do campo da empresa no Maranhão - as quais, veremos, estão em sua maioria sob o encargo das empresas terceirizadas - obedecem a dois fatores principais. O primeiro é que “às vezes não tem adaptação [dos trabalhadores] para a silvicultura, mesmo com o treinamento”, mas

há uma outra situação que a gente enfrenta aqui que é muito forte [...]: é que *tem uma cultura na região* das pessoas trabalharem com carteira assinada durante um tempo, tipo quatro, cinco, seis meses, depois ela pede pra sair pra ficar com o seguro desemprego. Então isso também provoca uma *grande rotatividade* dentro dos grupos, e isso dificulta também na [absorção] de mão de obra<sup>325</sup>.

Tragicamente, a explicação dada pelo promotor de Imperatriz segue a mesma linha teológica, imputando ao pecado capital da preguiça os embaraços enfrentados pelas grandes empresas na região.

<sup>325</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 17/09/2014.

É complicado. O maranhense, a ideia que se tem é que *são muito preguiçosos*, e isso acontece mesmo. Certa vez eu recebi aqui um diretor [que me disse] ‘Doutor, e agora? Olha o tanto de emprego que tem; nem pra qualificar os caras querem vir, pô!’. Abria processos seletivos aí e eles ficavam observando. Parece que os jovens não querem, é um negócio sério<sup>326</sup>.

A visão estereotipada e preconceituosa, segundo a qual a população maranhense é preguiçosa, indolente e pouco afeita ao trabalho, não vem de hoje. Com olhar etnocêntrico e desenvolvimentista, assim a caracterizava Valverde, já nos anos 1950 (1957): “Eles [os habitantes] formam uma população socialmente inferiorizada, indolente – sobretudo os homens –, que vegeta numa vida miserável nas fazendas, cultivando roças e criando porcos” (p. 19). “O caboclo maranhense”, encerra o autor num disparate determinista, “*é um vencido*; a condição de dependência econômica, a tradição escravagista, a indolência o derrotam. A sua função social quase se reduz a de um mero reprodutor da espécie”<sup>327</sup>.

Rodrigo reproduz as explicações de Solange e do promotor, ao falar da experiência da Eldorado Brasil em Três Lagoas.

A gente tem problema de rotatividade. O cara entra pra trabalhar, na hora quer trabalhar, aí trabalha trinta dias, quarenta dias, sessenta [dias], seis meses é o limite; aí o cara já não é mais o mesmo funcionário de seis meses atrás e essa rotatividade se dá mais ou menos nesse período de seis meses a um ano<sup>328</sup>.

Procurando conter esta “evasão voluntária”, explica o supervisor, a empresa criou alguns adicionais de remuneração, como o “prêmio por assiduidade” e o “bônus permanência”, incrementadores dos vencimentos dos funcionários que ficam por mais tempo.

De fato, não se pode negar que um dos fatores a ser considerado quando se trata da rotatividade do trabalho no Brasil são as normas vigentes para acessar o FGTS e o seguro desemprego<sup>329</sup>, uma vez que estas podem e são usadas pelos próprios trabalhadores em seu benefício. Todavia, o que alguns veem pura e simplesmente como sintoma de indolência e falta de caráter, nós enxergamos como uma forma de resistência às imposições cada vez mais desumanas e autoritárias da territorialidade do capital.

No campo, a rotatividade não é apenas um aspecto que depende do trabalhador, como querem fazer crer as assertivas anteriores. Como nos explica Lúcio, existe um componente prático específico desse tipo de atividade que muito influencia na rotatividade.

Se acabar o serviço e não tiver outro eles dispensam mão de obra, e isso acontece muito, porque se a demanda é de cinquenta mil hectares, terminou esse total e não arrendou mais terras, tem que fazer esse corte de funcionários. E muitas empresas

---

<sup>326</sup> Dr. Jadilson Cirqueira. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 10/09/2014.

<sup>327</sup> *Ibid.* p. 32. Grifos nossos.

<sup>328</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

<sup>329</sup> Desgraçadamente, essas mesmas normas foram alteradas no início de 2015, demonstrando um claro retrocesso em matéria de conquistas históricas, frutos da luta dos trabalhadores por seguridade social.

[subcontratadas] perdem a concorrência, vêm um período e saem fora porque acaba a frente de serviço<sup>330</sup>.

Ainda que timidamente, este último depoimento abre caminho para compreendermos os motivos reais por trás da elevada rotatividade. Os dados referentes aos motivos dos desligamentos (Tabela 13), nas três microrregiões, não deixam dúvida de tratar-se de um processo dirigido pelas empresas, e não determinado pela indolência ou motivações pessoais dos trabalhadores.

Tabela 13 - Desligamentos por Motivo em Atividades e Microrregiões Seleccionadas (2007-2014)\*

Motivo	Desligamentos por demissão sem justa causa	Desligamentos por término de contrato	Total de desligamentos (todos os motivos)	% de desligamentos por demissão sem justa causa e término de contrato
Porto Seguro	20.898	2.615	27.386	86
Três Lagoas	12.665	1.918	24.063	61
Imperatriz	34.061	5.693	49.291	81
<b>Total</b>	<b>67.624</b>	<b>10.226</b>	<b>100.749</b>	<b>77,2</b>

\*Atividades de produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas; produção florestal - florestas plantadas; atividades de apoio à produção florestal; fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel.

Fonte: MTE/CEGED.

Ao todo, como se vê, quase 80% das demissões pertencem às categorias “desligamentos por demissão sem justa causa”, o tipo de demissão mais significativo, e “desligamentos por término de contrato”. Malgrado por questão de espaço não ter sido possível incluir na tabela, as chamadas demissões “a pedido do trabalhador” são incomparavelmente inferiores. Tais dados incidem de maneira frontal sobre as explicações dos gestores das empresas e demais personificações do capital, desbaratando-as por completo.

Outrossim, este é apenas um primeiro indício da precariedade e da precarização do trabalho nas atividades analisadas, traços para cuja compreensão devemos considerar as formas de contratação e remuneração, jornada, organização e condições de trabalho.

## 6.2. Trabalho precário

Já vimos como as transformações econômicas, políticas, técnicas e organizacionais que marcam a reestruturação produtiva do capital em escala mundial, a partir dos anos 1970, e suas implicações no tocante à constituição do novo regime produtivo flexível rebateram duramente sobre

<sup>330</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 26/09/2012.

os trabalhadores numa plêiade de desdobramentos denominada por muitos estudiosos como “precarização do trabalho” (MATTOSO, 1995; ANTUNES, 1995; 1999; ALVES, 2000; 2011a; 2011b; 2013; ANTUNES; ALVES, 2004; DRUCK, 2011). Conforme Mattoso (1995), em termos genéricos, o conceito de precarização do trabalho faz referência ao processo amplo e variado de mudanças nas condições de trabalho, no mercado de trabalho, nas exigências de qualificação dos trabalhadores e nos direitos trabalhistas, as quais surgiram no bojo do processo de crise do regime fordista e emergência do regime flexível. Alves (2013) apresenta uma definição mais precisa, ao tratar do fenômeno enquanto desmonte das formas regulares de exploração da força de trabalho consolidadas pelo regime fordista.

Vimos ainda que, no segmento específico que é objeto desta pesquisa, podemos encontrar as sementes da precarização do trabalho nos anos 1990, quando do ajuste neoliberal feito pelos dois governos de FHC, o qual abriu caminho para a reestruturação e a integração competitiva das empresas ao mercado mundial, com todas as suas consequências do ponto de vista econômico (fusões e aquisições), técnico (automação industrial e mecanização) e gerencial (enxugamento e mudança das formas de arregimentação e controle da força de trabalho). Nunca é demais frisar o caráter desigual, heterogêneo e contraditório assumido por esse processo no Brasil e nesse segmento em específico, consubstanciado não de forma “pura”, mas sempre pela combinação entre diferentes relações sociais e formas de produção e controle da produção e do trabalho, territorialidades e temporalidades diversas e, por vezes, antagônicas entre si.

Tendo isso em mente, para analisarmos as manifestações específicas da precarização do trabalho recorreremos novamente à distinção feita por Alves (2011b; 2014) quanto às três formas assumidas pelo fenômeno da flexibilização, as quais, cremos, abrem caminho para manifestações específicas da precarização ligadas às condições de trabalho e à legislação trabalhista: a flexibilização da contratação, a flexibilização da jornada e a flexibilização da remuneração.

Sem dúvida, a principal forma de flexibilização da contratação<sup>331</sup> presente e massivamente disseminada no plantio de eucalipto e produção de celulose no Brasil é a terceirização, fenômeno que, importa notar, além de ser um elemento decisivo do regime flexível ganhou grande fôlego na conjuntura novo-desenvolvimentista, não apenas neste segmento como nos mais diversos setores e atividades.

Como observa Alves (2014), na década de 2000, a terceirização assumiu o principal posto na geração de novas ocupações no Brasil, crescendo a um ritmo quatro vezes superior que o dos contratos diretos.

---

<sup>331</sup> Existem outras formas de flexibilização da contratação, como, por exemplo, o trabalho parcial (*part time*) e a “pejotização”, consistindo esta última na transformação da pessoa física do trabalhador (CPF) em pessoa jurídica (CNPJ) prestadora de serviço.

Conforme Leite, Souza e Machado (2002 *apud* OLIVEIRA, 2014),

o processo de terceirização no setor de eucalipto-celulose-papel tem sido crescente, se expandido estrategicamente para quase todos os subsetores das atividades envolvendo o monocultivo de eucalipto e fabricação de celulose e papel (p. 215).

De fato, a terceirização massiva promovida pelas grandes corporações (Tabela 14), por vezes constituidora de uma longa cadeia de até uma dezena de empresas diferentes (RIBEIRO, 2012; OLIVEIRA, 2014), abre espaço para toda sorte de irregularidades em relação à legislação trabalhista, sem contar a diferença no nível salarial vigente nos novos enclaves industriais em comparação com antigas zonas industrializadas.

Tabela 14 – Tipo de Vínculo de Trabalho nas Empresas Produtoras de Celulose (2013)

<b>Empresas/Funcionários</b>	<b>Próprios</b>	<b>%</b>	<b>Terceirizados</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
Veracel Celulose	701	16,42	3.567	83,58	4.268
Eldorado Brasil	2.218	51,01	2.130	48,99	4.348
Suzano Papel e Celulose	6.409	38,28	10.330	61,72	16.739
Fibria Celulose	3.827	22,28	13.343	77,07	17.170
<b>Total</b>	<b>13.155</b>	<b>30,93</b>	<b>29.370</b>	<b>69,07</b>	<b>42.525</b>

Fonte: Veracel (2013); Suzano (2013); Eldorado Brasil (2013); Fibria (2013). Elaborado pelo autor.

Quase 70% de toda a mão de obra ocupada pelas empresas correspondem à categoria funcionários terceirizados, ou seja, são empregados de empresas prestadoras de serviço subcontratadas pelas empresas citadas. Em alguns casos, como os da Veracel e da Fibria, o nível de terceirização é ainda maior (83,58% e 77,07%, respectivamente), beirando à totalidade do quadro de funcionários, o que acarreta, para além dos problemas relativos à remuneração e às condições de trabalho, outros imbróglis de maior gravidade quanto à identidade de classe e à subjetividade do trabalho e, conseqüentemente, à resistência.

Para o caso específico da Eldorado Brasil, uma constatação feita em campo deve relativizar nossa afirmação, uma vez que alguns trabalhadores e sindicalistas entrevistados em Três Lagoas afirmaram estar passando a empresa por um forte movimento de “reprimarização”, isto é, de contratação direta dos funcionários em todos os setores, a partir de 2014. A estranha motivação para o fato, segundo depoimentos ouvidos, pode estar ligada tanto a possíveis imposições do MTE e do MPT, quanto à própria cultura empresarial do grupo JBS, controlador da empresa.

Conforme a definição adotada pelo DIEESE (2007), “terceirização é o processo pelo qual uma empresa deixa de executar uma ou mais atividades realizadas por trabalhadores diretamente contratados e as transfere para outra empresa” (p. 5). Do ponto de vista gerencial declarado, terceirizar significa “focar” as ações da empresa naquilo que é o seu negócio principal (*core business*) e, conseqüentemente, sobre o que se pressupõe que ela detenha conhecimento especializado, deixando

as demais etapas/tarefas do processo produtivo (e/ou distributivo ou de serviço) para outras empresas, as quais serão subcontratadas pela tomadora de serviço. Deste modo,

Muitas empresas e/ou indústrias fixam seus esforços apenas na atividade principal de sua produção, focando ou focalizando seu objetivo nos procedimentos do tipo ‘core business’, ao mesmo tempo em que se utilizam amplamente das ‘empresas satélite’ (terceirizadas e subcontratadas) que ficam responsáveis por outras atividades dentro do complexo sistema que envolve as fases de *produção, circulação e distribuição*” (OLIVEIRA, 2014, p. 14-15. Grifos do autor).

Respalhada por uma tal racionalidade, como se sabe, a onda de terceirizações varreu o Brasil a partir da década de 1990, a década do neoliberalismo em seu estado mais destrutivo no país. Atualmente, existem cerca de 12 milhões de trabalhadores terceirizados no Brasil, ou seja, o equivalente a 25,5% do total dos trabalhadores formais (OLIVEIRA, 2014).

Quando questionado sobre os porquês da terceirização, as explicações do supervisor Rodrigo seguem esse mesmo raciocínio: “o prestador de serviço é mais eficiente, porque ele é menor, depende da produção pra sobreviver, então todo o processo do prestador de serviço é mais ágil do que o do cliente [...]. Essa diferença na operação é visível”<sup>332</sup>. Na realidade, porém, enquanto prática social a terceirização esconde o objetivo velado de reduzir custos e libertar-se de quaisquer responsabilidades, constrangimentos e ônus inerentes à relação capital-trabalho presentes na contratação direta. Para Maria da Graça Druck (2011), a terceirização é uma das facetas do processo mais amplo de precarização do trabalho, manifestado igualmente (e de forma articulada) no aumento da insegurança e dos agravos à saúde dos trabalhadores, com rebatimentos para além do ambiente de trabalho.

Sua face mais perversa começa a aparecer quando consideramos, por exemplo, a diferença salarial entre funcionários diretos e terceiros, que em 2011 atingiu a média de R\$ 495,00 (ou 27,1%, em termos relativos); o tempo de permanência no emprego, que foi 55,5% menor, sendo a taxa de rotatividade duas vezes maior entre os terceiros em relação aos diretamente contratados; e a jornada de trabalho, 7,1% maior para os terceirizados, quando comparada à jornada dos funcionários próprios (DIEESE, 2011 *apud* OLIVEIRA, 2014).

Ainda assim, o nefasto Projeto de Lei nº 4330/2004, que tinha por objetivo regulamentar (leia-se legalizar) a terceirização de todas as atividades nos setores público e privado<sup>333</sup>, em tramitação no Congresso Nacional havia 11 anos, foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 22 de abril de 2015.

---

<sup>332</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 17/12/2014.

<sup>333</sup> Até então, a terceirização deveria orientar-se pelo regramento imposto pela Súmula nº 331 do TST, a qual traça limites jurídicos à prática, por exemplo, ao impedir que ela ocorra nas chamadas “atividades-fim”, isto é, naquelas que compõem a natureza da empresa, e estender a responsabilidade pelos funcionários da prestadora também à tomadora de serviço.



Gonçalves (1994) fornece explicações contundentes sobre a terceirização das atividades envolvidas no monocultivo do eucalipto, relacionando-as, inclusive, aos aspectos anteriormente analisados, como a baixa remuneração, a rotatividade, a insegurança, os riscos e agravos à saúde.

As razões [para a terceirização] parecem evidentes: o trabalho no eucalipto é um trabalho pesado, sujeito a acidentes constantes e garante uma rentabilidade enorme quando mal remunerado. E para ser mal remunerado, a desmobilização dos trabalhadores é um fator importante e pode ser obtida através da alta rotatividade. A alta rotatividade, por sua vez, é garantida com eficácia pela terceirização (p. 144-145).

Majoritariamente presente nas atividades de campo, pelos motivos arrolados, a prática da terceirização, porém, não se restringe a elas, difundindo-se igualmente pelo setor de transporte da madeira e pela fábrica, em atividades de manutenção, limpeza, segurança etc. Um caso interessante é o da produção de dióxido de cloro pela Akso Nobel, subcontratada da Veracel que, por sua vez, também terceiriza os serviços considerados “secundários”. Pedro, funcionário da empresa, reconhece que os funcionários próprios e terceiros não vivem a mesma realidade, e comenta, “o setor de manutenção, por exemplo, é geralmente mal remunerado, pois, é sazonal, emprega muito, mas gera muita demissão; você não vê constância nos funcionários”<sup>334</sup>. Noutro trecho, o trabalhador admite que a concorrência acirrada entre empresas, própria da terceirização, tem efeitos perversos:

Fica bem ‘prostituído’, essa é a palavra. Mas, como [no caso da Akso Nobel] os contratos já estão certos, a gente não tem acesso para saber se existe esse tipo de concorrência desleal, de ‘prostituição’. Mas é perceptível isso na nossa cliente [Veracel], a questão da manutenção, têm várias empresas da região que já se constituíram especificamente para prestar serviço para ela, então *fica uma guerra*<sup>335</sup>.

E nessa “guerra”, podemos ter certeza, o trabalhador só tem a perder. Muitas vezes, para ganhar ou manter um contrato com a empresa-mãe, nas condições por ela impostas, a subcontratada amplifica as exigências e rebaixa ao extremo as condições de trabalho, como percebemos em falas como as de João, morador do Assentamento Vila da Conceição II e ex-funcionário da empresa JS, terceirizada pela Suzano na área de produção de árvores em Imperatriz.

Quando a gente decidiu vir embora a pé, depois do ônibus que trazia a gente embora ter quebrado pela décima vez, o chefe foi falar com a gente, que se nós viesse embora a pé e o carro da Suzano passasse na estrada eles [da Suzano] iam demitir todo mundo, não só nós como a empresa completa, encerrariam o contrato com a empresa. Aí ele pediu pelo amor de Deus pra nós não ir em frente e esperar<sup>336</sup>.

Vários dos trabalhadores entrevistados comentaram sobre as diferenças existentes entre a condição do empregado contratado diretamente pela empresa-mãe e daquele contratado por uma

---

<sup>334</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 26/03/2014.

<sup>335</sup> Idem.

<sup>336</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 12/09/2014.

prestadora de serviço. Segundo Márcio, assentado no Califórnia e funcionário de outra empresa terceirizada pela Suzano, a EMFLORS,

a empresa-mãe, pelos comentários que aparecem aqui, é uma empresa que paga bem, que tem o plano de saúde, tem tudo o que a gente necessita aqui no dia-a-dia né. Já essas reflorestadoras não têm plano de saúde pra família, não tem cesta básica, auxílio transporte etc.<sup>337</sup>

Cícero, operador de grua na fábrica da Eldorado Brasil, reconhece facilmente as mesmas diferenças. Embora exercendo a mesma função, às vezes no mesmo lugar, comenta o trabalhador,

A questão salarial muda, porque o terceiro [tem] o salário um pouco menor e o benefício já não tem; o próprio já entra um salário um pouco maior e o benefício já é bem melhor: questão de *ticket* alimentação, plano de saúde, creche, auxílio filho excepcional, auxílio farmácia [...]. Na verdade, o próprio, muita gente que trabalha dentro que é terceiro quer passar para próprio, porque sabe que é melhor. Inclusive até a jornada de trabalho: o terceiro trabalha às vezes até doze horas seguidas, o próprio não, é turno de oito horas, o tempo de folga é maior.

Segundo o relato de um funcionário da Eldorado Brasil, anteriormente contratado por empresa terceirizada (JS), a jornada de trabalho dos “ajudantes florestais” – espécie de serviços gerais do setor - também se altera enormemente nas duas situações.

Na Eldorado a gente saía daqui [do assentamento] às quatro horas da manhã [04hs00 a.m.] e chegava às cinco horas [17hs00 p.m.]. Na outra [empresa, terceirizada] tinha vez de chegar oito, nove horas da noite [20hs00, 21hs00 da noite]; já teve vez da gente chegar dez horas da noite [22hs00 p.m.] e sair de novo as quatro da manhã [04hs00 a.m.]<sup>338</sup>

Remuneração mais baixa, ausência de benefício e jornada de trabalho ampliada são, assim, alguns dos signos da precarização embutidos no pacote da terceirização, um expediente que, segundo Ricardo Antunes (21/05/2012), é a verdadeira “porta de entrada para a precarização”. Um dos procuradores do MPF de Três Lagoas, Dr. Paulo Roberto Aseredo, compartilha da mesma posição no tocante à estreita relação entre terceirização, violação de direitos trabalhistas e, conseqüentemente, precarização do trabalho.

Quando começou a produção dessas empresas aí o problema é com relação, eu sempre falo, o problema é com a terceirização. Quando a empresa assume a responsabilidade, contrata o empregado e faz o treinamento, o descumprimento da legislação é muito menor. Mas essas empresas, algumas, acabam terceirizando o plantio e a colheita do eucalipto e aí os problemas surgem, não que não vão surgir se elas mesmas contratassem diretamente, mas eu acredito que seria menor a incidência de violações da legislação. Eles terceirizam e aí têm diversos problemas de meio ambiente de trabalho: ausência de alojamento em condição adequada [...] falta de treinamento do pessoal, equipamento inadequado, motosserra sem proteção,

<sup>337</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 13/09/2014.

<sup>338</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 17/12/2014.

alojamento, banheiro, falta de condições mínimas de higiene... E os problemas vão daí para cima<sup>339</sup>.

Isso se torna ainda mais grave quando constatamos a predominância de vínculos terceirizados nas etapas inferiores do processo produtivo realizadas em campo, as mais numerosas, mal remuneradas, com maior rotatividade e onde há, como ficou claro nas três regiões estudadas, predominância de trabalhadores assentados e/ou moradores de assentamentos rurais em condições de vida já gravemente precárias. João, um desses trabalhadores, explicou que

a maioria dos funcionários [da empresa] era do assentamento [Vila da Conceição II, em Imperatriz], porque o pessoal da cidade não aguentava o serviço lá não, só nós que estamos acostumados a trabalhar no ‘pesado’. E aí eles [empresa] procuraram mais esse pessoal do ‘interior’ pra ‘fichar’<sup>340</sup>.

A situação se repete em Três Lagoas e região, onde os casos dos assentamentos São Joaquim, Canoas e Alecrim são a maior prova disso, como verificado *in loco*<sup>341</sup>. Nos assentamentos, em geral, além das famílias assentadas existe um contingente de “moradores de favor” (demais familiares e amigos de assentados), moradores de aluguel, arrendatários etc. bastante visado pelas empresas por precisar mais do salário que os próprios assentados.

Márcio, outro trabalhador assentado (Assentamento Califórnia), está convencido de que o perfil dos trabalhadores assentados não é o único motivo dessa preferência, e se a Suzano lança mão da terceirização

é porque, na realidade, ela quer fugir da burocracia, porque se ela assumir os casos que acontecem ela vai... Como ela precisa muito de selo de garantia, de selo de segurança pra poder vender a matéria-prima dela ela acha melhor [terceirizar], porque se a outra errar ela pode cobrar a outra, e tem como ela sair da situação<sup>342</sup>.

Um complicador adicional e reforçador da prática da terceirização nas localidades pode ser encontrado no fato de que o vínculo terceirizado, por enquadrar-se no setor de serviços (e não na agricultura ou indústria) gera ISS para os municípios, tornando-se assim prática de grande interesse para o poder público neste nível. Isso ficou evidente na fala do diretor de indústria e comércio de Três Lagoas, ao fazer menção aos “prejuízos” da “primarização” iniciada pela Eldorado Brasil para os cofres públicos.

Eu não posso chegar numa empresa como a Eldorado e falar que ela não pode primarizar o trabalho. [...] a Eldorado primarizou alguns setores e nós temos

---

<sup>339</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 17/12/2014.

<sup>340</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 12/09/2014.

<sup>341</sup> No dia 17/12/2014, visitamos o Assentamento São Joaquim, localizado no Município de Selvíria-MS, onde pudemos conhecer e entrevistar alguns assentados e trabalhadores empregados nas atividades de campo da produção de celulose.

<sup>342</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 13/09/2014.

conversado diretamente com eles. Eu não posso falar: ‘Eu não quero que você primarize o seu setor porque vai tirar ISS do município’. Mas nós temos diálogo, fomos lá conversar com eles [e dissemos]: ‘Olha, está prejudicando o município’, então ela cedeu um pouco’ e reduziu a primarização<sup>343</sup>.

O somatório desses elementos possibilita tecer considerações essenciais para este trabalho. Enquanto forma de controle do trabalho pelo capital, a terceirização possui uma dimensão territorial definida pela superposição de níveis escalonados de hierarquia e controle entre a empresa-mãe e as subcontratadas, a qual, cremos, está na base de outros elementos da precarização e, por conseguinte, da imposição de riscos e agravos à saúde dos sujeitos que trabalham. Ao terceirizar, a empresa-mãe transfere a responsabilidade pelos trabalhadores às subcontratadas, pagando agora não mais pela produção, mas por um serviço, e impondo às “parceiras” metas superdimensionadas de fornecimento que devem ser cumpridas seguindo orientações precisas quanto aos padrões de qualidade do produto, meio ambiente e trabalho. Objetivando vencer a concorrência, fechar e manter os contratos, as prestadoras de serviço subcontratadas no campo, por sua vez, procuram intensificar a produção e reduzir cada vez mais os custos, amplificando as exigências e rebaixando ao extremo as condições de trabalho.

O relato de um trabalhador quanto à presença das empresas terceirizadas no processo produtivo é sintomático da empiricidade dessa forma territorial assumida pelo capital.

Rapaz, tem a ZB, tem a GN, JS, EMFLORS, e essas são só as que mexem com a parte florestal. Agora têm outras [empresas terceirizadas] que prestam serviço também, têm outras que mexem com maquinário, têm as que mexem com o transporte da madeira, com corte, aí tudo é empresa terceirizada também. A Suzano só fiscaliza o pessoal, ela não bota o pessoal dela pra fazer o serviço não, só fiscaliza, só gerencia como está fazendo<sup>344</sup>.

E mesmo “indiretamente”, o controle territorial, em última instância é sempre assegurado pela tomadora de serviço (empresa-mãe).

Os superiores da Suzano são rígidos, têm que cobrar porque senão cobrar o serviço não sai do jeito que eles querem né. Têm que fazer o serviço direito porque a Suzano exige muita qualidade no serviço dela e se não tiver qualidade eles não pagam. E muitas vezes nós temos que voltar e fazer o serviço de novo e chega lá eles logo condenam: ‘Não serve, tem que roçar direito, tem que roçar mais baixo’<sup>345</sup>.

No mesmo sentido, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários, em entrevista concedida à Oliveira (2014), afirmou que “a Fibria é quem dá a última palavra” e, “no caso de algum problema com qualquer uma de suas prestadoras de serviço, inclusive [...] indicando às

---

<sup>343</sup> Diógenes Marques. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

<sup>344</sup> Márcio. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 13/09/2014.

<sup>345</sup> Antônio. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 13/09/2014.

terceirizadas os funcionários que por algum motivo devem ser demitidos ou readmitidos conforme o caso” (p. 230).

Em resumo, no caso específico do monocultivo industrial de eucalipto e da produção de celulose nos moldes aqui analisados, a terceirização enceta uma hierarquia interna configuradora dos territórios das empresas-mãe. Essas, por meio dos contratos de serviço, firmam vínculos rígidos com as subcontratadas, disciplinando-as a seu favor; aquelas, movidas pela intensa concorrência, são impelidas em direção ao rebaixamento dos custos e ao aumento da produtividade e, assim, à intensificação do controle e da exploração da força de trabalho. Assim, de maneira verticalizada, o controle do território é exercido, em diversos níveis, da empresa-mãe ao trabalhador.

Este fato, é digno notar, não passou despercebido à análise feita por Oliveira (2014), quando o autor afirma que “[...] a Fibria ao ‘delegar’ certos territórios às empresas terceirizadas, além de se livrar de uma série de encargos e problemas, impulsiona uma reconfiguração territorial, de modo que determinados territórios (terceirizados) adquirem conteúdo próprio” (p. 212).

O controle do tempo de trabalho, vimos antes, sempre foi uma *conditio sine qua non* da acumulação do capital. Sob o imperativo da contabilidade capitalista do tempo (MÉSZÁROS, 2007), os seres humanos perdem suas particularidades, e são homogeneizados na estreita medida do trabalho abstrato, trabalho indiferente ou simples tempo de trabalho socialmente necessário, a única medida do valor de troca. Portanto, para Marx (2009), “deve-se dizer que um homem de uma hora vale tanto quanto outro homem de uma hora. O tempo é tudo, o homem não é nada – quando muito, é a carcaça do tempo. Não se discute a qualidade. A quantidade é tudo: hora por hora, jornada por jornada” (p. 68).

Em Marx (2013), o controle capitalista do tempo assume duas dimensões distintas e, em geral, conciliadas: o controle da duração, isto é, da extensão da jornada de trabalho, permitindo a extração de excedente na forma de mais-valor absoluto; e o controle do ritmo ou intensidade do trabalho, por intermédio de incrementos técnicos e organizacionais na produção que impõem a extração de mais-valor relativo<sup>346</sup>. São esses os mesmos meios pelos quais o capital flexibiliza o tempo atualmente nas atividades estudadas, precarizando sobremaneira o trabalho.

O trabalho por turnos alternados e as longas jornadas são ingredientes da receita tanto nas áreas de cultivo, quanto nas fábricas. No campo, segundo diversos depoimentos, a jornada de trabalho comumente estende-se por 13, 14 e até 15 horas seguidas, somado o tempo de deslocamento até os “hortos” ou “frentes” (locais de plantio, trato ou corte do eucalipto), a depender de sua localização. Eis alguns relatos:

---

<sup>346</sup> Em Gaudemar (1977), encontramos uma análise bastante minuciosa das formas assumidas pelo mais-valor sob o conceito de *mobilidade do capital*, entendido como a capacidade de controle do capital sobre o trabalho.

[A jornada] começava as três e meia [03hs30 a.m.]. A gente pegava um ônibus e chegava sete horas [07hs00 a.m.] no campo; mas isso tudo depende do horto, porque se o horto for muito longe tem que sair mais cedo para chegar às seis e meia [06hs30 a.m.], sete horas [07hs00 a.m.], mais ou menos, na frente de serviço. [...] A jornada de trabalho se estendia até às cinco horas [17hs00 p.m.], mas a gente chegava em casa lá pelas oito e meia [20hs30 p.m.], nove horas [21hs00 p.m.], nesse mesmo horário, entre sair de casa e voltar pra casa<sup>347</sup>.

Nós saía daqui [de Imperatriz] as cinco horas da manhã [05hs00 a.m.] e chegava lá às sete [07hs00 a.m.] [...]. O trabalho era das sete [07hs00 a.m.] às onze [11hs00 a.m.], almoçava e doze hora [12hs00] já voltava pro serviço de novo [...]. Não chegava nem a uma hora de almoço, largava às quatro horas [16hs00 p.m.] e entrava no ônibus e chegava aqui às seis horas, seis e meia, sete horas [18hs00, 18hs30, 19hs00 p.m.]. Isso quando o ônibus não quebrava né, porque direto o ônibus quebrava na estrada aí e chegava aqui mais tarde<sup>348</sup>.

Entre os operadores de máquinas agrícolas (*Harvester* e *Forwarder*) a jornada é muito semelhante a essa. Os operadores da Veracel, por exemplo, normalmente trabalham 8 horas por dia em sistema de turnos (das 06h00 às 15h00/das 15h00 à 00h00), às vezes chegando a fazer mais 6 horas extras. Porém, o dia de trabalho se inicia às 04h00 (a.m.) e finda por volta das 18h00, “se não acontecer nenhum imprevisto, por exemplo, um caminhão atravessar no meio da estrada”<sup>349</sup>. Mesmo ficando em função da empresa pelo menos quatro horas adicionais todos os dias, os trabalhadores recebem apenas por uma quantidade simbólica: 10 horas *in itinere*<sup>350</sup> por mês.

Na Fibria, conforme Cícero, no turno mais comum a jornada de trabalho dos operadores de máquinas agrícolas começa às 04h30 da manhã, quando o ônibus passa pelo primeiro ponto para apanhar os funcionários, e vai até às 19h30, horário em que os deixa no último ponto, estendendo-se, pois, por 15 horas seguidas, muito além do permitido pela legislação. Nas palavras do trabalhador, a jornada “pega o dia inteirinho”<sup>351</sup>. Na Eldorado a situação é a mesma e em ambas as empresas, segundo relatos de operadores entrevistados, o pagamento de horas *in itinere* é sempre muito menor que o tempo real de deslocamento até as frentes de trabalho<sup>352</sup>.

---

<sup>347</sup> Lúcio (Ex-funcionário da Plantar e da Eldorado Brasil em Três Lagoas). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 29/09/2012.

<sup>348</sup> João (ex-funcionário da JS em Imperatriz). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 12/09/2014.

<sup>349</sup> Max (funcionário da Veracel). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/03/2014.

<sup>350</sup> Este termo latino diz respeito ao *tempo de deslocamento* do trabalhador entre sua residência e o local de trabalho, e vice-versa. Constitui um direito do trabalhador (artigo 58 da CLT), em situações específicas previstas pela Súmula nº 90 do TST, que em seu parágrafo primeiro estabelece que: “o tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso ou não servido por transporte público regular e para seu retorno, é computável na jornada de trabalho”. Para o caso específico em estudo, é normatizada ainda pela NR 31.

<sup>351</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 26/11/2014.

<sup>352</sup> Marcos e Mateus (ex-operadores de máquina da Fibria e da Eldorado Brasil). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/04/2016.

Foram constatados casos extremos, como o de um trabalhador do setor de transporte contratado por empresa terceirizada prestadora de serviço para a Fibria, que relatou trabalhar até 18 horas seguidas. Uma investigação do MPT constatou a existência de graves violações à legislação, como o trabalho por 30 dias seguidos, sem folga semanal, na mesma atividade/empresa (OLIVEIRA, 2014).

Tanto na Fibria quanto na Eldorado Brasil, no campo e nas fábricas, o trabalho se dá em turnos rotativos (manhã, tarde e noite), algo implementado, segundo os trabalhadores entrevistados, para permitir que todos os interessados possam estudar à noite. O problema é adequar o relógio biológico às inconstâncias da relação entre tempo de trabalho e tempo de vida, este último cada vez mais “invadido” pelo primeiro (ALVES, 2013)<sup>353</sup>. Na planta de dióxido de cloro da Akso Nobel os turnos são alternados em seis dias, dois das 16h00 à 00h00, dois de 00h00 às 08h00 e dois das 08h00 às 16h00, com uma folga no meio da escala e mais três em sequência no final. Para Pedro, técnico da empresa, “é complicado, principalmente fisiologicamente. Às vezes você perde o sono, às vezes você não sente fome, perde peso, algumas pessoas perdem a fome e perdem peso, outras comem toda hora... É bem complicado, sem uma rotina você fica... desestabilizado”<sup>354</sup>.

Não obstante, as longas jornadas diárias de trabalho combinadas ao sistema de turnos rotativos podem causar problemas muito mais graves que o simples desconforto físico. Há estudos que apontam a possibilidade do aumento do número de ocorrências e do agravamento de problemas de natureza biológica, social e econômica por conta da extensão da jornada diária e de sua distribuição ao longo das semanas e meses. Silva (2013), por exemplo, explicita o desenvolvimento da fadiga instalada no organismo humano em virtude de atividades de trabalho prolongadas, as quais, se reiteradas, podem levar à “fadiga crônica” e, por conseguinte, à incapacidade, ao adoecimento (físico e mental) do trabalhador(a) e ao aumento da ocorrência de acidentes de trabalho. Já há inclusive, comenta o autor, a constatação de que inúmeros casos de suicídio envolvendo trabalhadores(as) os quais foram diretamente provocados pela extensão e/ou distribuição inadequada da jornada de trabalho<sup>355</sup>.

Sistematicamente, as empresas têm combinado às extensas jornadas diversos expedientes tipicamente flexíveis para elevar o ritmo de trabalho. O principal deles, sem dúvida, é o sistema de

---

<sup>353</sup> Segundo dados do DIEESE, apresentados por Alves (2014), entre 2003 e 2010, 40% dos brasileiros trabalhavam em média mais de 44 horas semanais, o limite regular prevista na CLT.

<sup>354</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 26/03/2014.

<sup>355</sup> Só no Japão, no ano de 1996, foram registrados 1.257 casos oficiais, isto é, comprovados por perícia técnica a cargo da justiça daquele país, de suicídio relacionado à jornada de trabalho. Esse tipo de evento tornou-se tão recorrente que recebeu até nome próprio: *Karōshi*.

metas de produção, normalmente associado, de um lado, a bônus e prêmios por produção, e de outro, a penalizações às mais diversas. Na Veracel, por exemplo, conforme o operador de *Harvester* Messias,

Em média, a meta depende muito do volume [de produção], varia muito. O volume hoje da Veracel é de 0,35, então em média você tem que produzir 90 *árvores por hora*, ou seja, você tem que abater a árvore, descascar ela toda – e ela só pode ter 3% de casca, porque acima disso você é penalizado – e cortar as toras de 6 metros. Então imagine, você tem que produzir 90 árvores por hora, descascando, limpando e cortando [...]. O ritmo de trabalho é frenético!<sup>356</sup>

Visando cumprir as metas superdimensionadas, prepostos da empresa apelam para o encurtamento dos intervalos entre tarefas, jornadas e até mesmo das pausas para descanso e atendimento de necessidades fisiológicas.

Eu lembro que nós tivemos uma reunião com um dos coordenadores e ele falou: ‘oh gente, eu estou olhando aqui no boletim do diário de produção, vocês estão tendo aqui sete horas e trinta minutos de produção [7h30min.]. O que está acontecendo?’ Aí, teve um [dos operadores] que levantou e disse: ‘Ah, tem a hora de ir ao banheiro’, e outro disse: ‘Tem a hora de fumar’, e o coordenador falou: ‘Não!’. Pegou um papel higiênico e falou: ‘Oh, isso aqui vocês não têm não. Vou mandar recolher das máquinas, de tudo; vocês não têm tempo pra isso aqui não e o que dirá pra cigarro! E para os fumantes aí eu já dei o recado; isso aqui ó, papel higiênico, estou mandando recolher’<sup>357</sup>.

Em Três Lagoas e região, às metas superdimensionadas soma-se o grave problema da inexistência de espaço adequado para a alimentação dos operadores, forçando-os ao máximo encurtamento da pausa de almoço devido ao calor intenso provocado pela impossibilidade de permanecerem no interior das máquinas desligadas.

O horário de almoço é uma hora, mas o trabalhador não fica, ele não vai ficar lá no sol, ele prefere voltar pro equipamento. Porque, primeiro, as metas de produção são rígidas, então se o cara vacilar ele não consegue dar conta, até porque se a máquina quebrar... Ele já conta com isso<sup>358</sup>.

As metas são muito rígidas e difíceis de serem batidas também porque há variações decorrentes do que os operadores chamam de “ponto da madeira” (consistência) e da eventual ocorrência de problemas técnicos durante o trabalho. “A gente sempre fala que, se o operador de *Harvester* perder 15 minutos, dificilmente ele consegue recuperar, porque as metas são muito ‘justas’, são muito apertadas”<sup>359</sup>.

---

<sup>356</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/03/2014.

<sup>357</sup> Idem.

<sup>358</sup> Marcos (ex-operador de máquina de corte na Fibria). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/04/2016.

<sup>359</sup> Idem.



No campo, como explica Rodrigo, o ritmo de trabalho é ditado pelas metas de plantio e corte estabelecidas pela empresa-mãe, as quais obedecem às metas gerais de produção. Estas, por sua vez, devem adequar-se à demanda do mercado externo, regulada pelos contratos firmados com os compradores, e tudo é monitorado constantemente por sistemas altamente tecnológicos.

O pessoal tem que cumprir as metas. Esse final de ano agora [2014] nós estamos numa loucura, uma loucura! A empresa esse ano teve que plantar cinquenta mil hectares, aí a gente pega os cinquenta mil e divide pras três UGOs; então a meta de cada UGO é plantar em torno de 16 mil hectares. Aí a gente divide por dia, por mês, por semana e vai acompanhando. O plantio a gente acompanha diariamente: o que eu plantei ontem, com o que eu plantei hoje e o que eu preciso pra amanhã. [...] Eu tenho que chegar no final do mês e, se eu tinha que plantar mil [hectares], tenho que entregar os mil hectares plantados. E isso pro plantio, aí *para os outros setores é a mesma coisa, todo mundo tem uma meta*. É muito ‘arrojado’ as metas da empresa, são arrojadíssimas perto das outras, [ela] trabalha num ritmo muito acelerado e a gente vem num conceito de contenção de custos que, no final da operação, pra gente que está lá [fica] muito mais apertado, porque a estrutura nossa é exatamente [o que deve ser], não tem nada superdimensionado. [...] Se acontece um imprevisto e a gente não consegue atingir a meta, a [meta] do outro dia já está programada e aí a gente tem que ‘fazer das tripas coração’ pra poder fazer um pouco mais<sup>360</sup>.

Para os operadores de máquinas agrícolas e industriais da Fibria e da Eldorado, as metas são sempre coletivas, ou seja, “se todo mundo bateu a meta o módulo ganha aquele valor. É o prêmio de produção para o módulo, o módulo tem que bater junto”<sup>361</sup>. Ora, do ponto de vista do capital, a eficácia dessa tática é garantida, pois cada um de seus funcionários é transformado em fiscal do outro, e isso não se limita às metas por produção, pois a mesma lógica perversa rege as metas de qualidade e segurança do trabalho (essas últimas terão lugar de detalhamento no tópico a seguir). O trabalho em equipes ou células (e suas expressões terminológicas já indicadas), vale lembrar, está na essência do ideário *toyotista* como momento predominante da reestruturação produtiva (ALVES, 2000) e de forma alguma se volta para a promoção da solidariedade entre os trabalhadores, sendo antes um expediente de controle e intensificação da exploração.

Obviamente, a pressão vertical pela aceleração da produção desembocará naqueles que, de fato, executam as tarefas os quais, por sinal, são os mais precarizados de todo o processo: os ajudantes florestais, via de regra terceirizados. “Para o encarregado e para o dono”, explica Antônio, “quanto mais ligeiro melhor, o que eles querem é liberar serviço. [...] O nosso encarregado era ‘pesado’. Se ele pudesse colocar a gente pra andar correndo ele achava bom”<sup>362</sup>. E essa cobrança por agilidade também tem muito a ver com as metas assumidas pelas terceirizados como condição contratual, na disputa acirrada frente às concorrentes por prestar serviço à empresa-mãe. Conforme Márcio,

---

<sup>360</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

<sup>361</sup> Cícero (operador da Fibria). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 26/11/2014.

<sup>362</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 13/09/2014.

muitas vezes a gente tem que chegar àquela meta que a empresa quer de horas. Por exemplo, a empresa que eu trabalho [EMFLORS] pega um serviço lá das mãos da Suzano, um talhão pra roçar [e], ela tem que gastar ‘x’ horas para poder ganhar, para cumprir com o contrato e poder pagar o pessoal também.

Mas, como afirmamos, para atingir as metas não são mobilizados apenas mecanismos coercitivos (penalizações, comparações, assédio moral etc.), como também meios de “gratificação” que flexibilizam a remuneração dos trabalhadores, especialmente nos níveis intermediários da hierarquia. Onde existem metas a ser cumpridas, existem bônus e prêmios sobre o salário-base, de modo a fazer com que o trabalhador precise lutar desesperadamente para atingi-las, se quiser assegurar seu emprego e um rendimento razoável. Na Veracel, por exemplo, a remuneração de um operador de máquina (colheita/transporte) pode variar entre R\$ 2.300,00 e R\$ 2.500,00, sendo R\$ 1.800,00 o salário-base e o restante, “complementos variáveis”<sup>363</sup>. Na Fibria, segundo trabalhadores entrevistados, os salários dos operadores são praticamente os mesmos, compondo-se em boa medida de semelhantes acréscimos. Tal fato, certamente precisa ser considerado, por ajudar a relativizar os dados sobre renda nas atividades do segmento, anteriormente apresentados e analisados (Figuras 40, 41 e 42).

Os trabalhadores das terceirizadas da Veracel e da Suzano no campo, por seu turno, recebem apenas um salário-mínimo, mais adicionais por insalubridade/periculosidade, acrescido de um valor simbólico de horas *in itinere* e prêmios por produção. “Você tira seiscentos e poucos, é o salário-mínimo, e aí tem uma ‘variavelzinha’ da produção - eu mesmo, o mês passado tirei oitocentos [R\$ 800,00]. Depende da função também, se vai jogar herbicida aí você tem uma ‘produçãozinha’, têm as gratificações, que é as horas *in itinere*”, relatou Antônio<sup>364</sup>.

Em função da contratação direta, na Eldorado Brasil o salário-base de um ajudante florestal é um pouco melhor (R\$ 870,00) e acrescido de benefícios (horas *in itinere*, prêmio de assiduidade, bônus permanência e vale alimentação). Um tratorista ganha R\$ 1.083,00 (salário-base) mais os mesmos benefícios; os motoristas ganham entre R\$ 1.400,00 e 1.500,00, também com os mesmos benefícios; e os supervisores de campo, recebem em torno de R\$ 6.000,00<sup>365</sup>.

Nos campos e fábricas, o salário um pouco mais elevado dos operadores, em relação ao dos ajudantes florestais e tratoristas, se deve também à escassez de profissionais tecnicamente preparados e experientes no mercado de trabalho, forçando as empresas oferecer condições mais vantajosas, inclusive para atrair funcionários das concorrentes. É o que nos explica o operador de grua Maurício:

Na Eldorado tem muita gente de fora, gente que veio da Veracel, gente que veio da Klabin, gente que veio da Suzano, da Aracruz, até da Fibria daqui mesmo. [...] Agora,

<sup>363</sup> Messias e Max (operadores da Veracel). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/03/2014.

<sup>364</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 13/09/2014.

<sup>365</sup> Rodrigo. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

estamos sabendo que a Klabin está tirando gente da Eldorado e da Fibria, pra levar pra fábrica [nova] de Ortigueira, no Paraná. Já tem gente indo para lá. É assim que gira. Pra gente que é daqui é bom, pra mim, se eu quiser subir de cargo ou, com a experiência que eu adquiri, dá para ir para lá também.

Entre as estratégias de convencimento dos trabalhadores estão, além de melhores salários e mudança de cargo, subsídio para financiamento habitacional - como foi o caso da Eldorado Brasil, que criou dois residenciais para os funcionários interessados, em Três Lagoas, os jardins Ipê I e II – e mesmo o pagamento de um “passe” pela vinda de funcionários, que, segundo relatos, pode atingir valores de até R\$ 8 mil.

Com efeito, ao controle do tempo de trabalho por meio da extensão e da intensificação do ritmo, à adoção de novas formas contratuais e de remuneração flexíveis, como a terceirização e os “bônus” e “premiações”, somam-se outros problemas que impactam diretamente os trabalhadores, entre os quais podemos citar as condições de trabalho no campo, sejam elas dadas pelo próprio ambiente, criadas pela forma de organização do trabalho ou a soma das duas coisas.

Além do esforço físico descomunal requerido para a execução de algumas tarefas, os trabalhadores apontaram como o pior dos flagelos das atividades de campo o calor intenso nas regiões pesquisadas, potencializado pelo tipo de vestimenta e pela inexistência de vegetação nos locais de plantio/manejo. “No campo”, confirma o supervisor Rodrigo, “você está exposto ao sol, está exposto ao vento, à poeira, à chuva, além da gente ter que começar a trabalhar muito cedo”<sup>366</sup>. Junto dessas, a repetitividade e monotonia das tarefas também aparecem como causas relevantes de descontentamento e sofrimento.

[Eu trabalhei só] uns três meses lá e eu mesmo pedi pra sair, porque estava pesado demais, sol quente demais, era só um salário também. [O mais difícil] pra mim foi trabalhar na enxada e na foice ‘bruta’. Na Enxada é pior, é pesado. Um sol quente adoidado e você não tem nenhum pé de planta não, e é esse ‘calorzinho’ daqui de Imperatriz. Era todo dia a mesma função, a mesma função, todo dia, todo dia, só na enxada direto<sup>367</sup>.

Em função de tamanha desfavorabilidade, segundo João, dos 32 trabalhadores da empresa JS contratados no Assentamento Vila da Conceição II, só 3 permaneceram, todos os demais tendo pedido demissão. “É poucos os que ficam muito tempo, porque o serviço é muito cansativo, na realidade, é muito cansativo [...] o pessoal não aguenta passar dois anos”<sup>368</sup>. “Os que ficavam mais

---

<sup>366</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

<sup>367</sup> João (ex-funcionário da JS em Imperatriz). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 12/09/2014.

<sup>368</sup> Idem.

tempo”, complementou, “trabalham no ‘maneiro’, não é no pesado como nós não, porque na enxada o cara não aguenta não”<sup>369</sup>.

Um dos graves problemas, encontrado entre os operadores de máquinas da Fibria e da Eldorado Brasil em Três Lagoas, são as precárias condições de alojamento no campo, quando, por conta da distância das frentes de trabalho em relação ao seu local de moradia, faz-se necessário utilizá-lo. Conforme Mateus,

São quatro, cinco pessoas por quarto, duas beliches pelo menos, onde eu ficava era um aqui e outro ali. Então você chega [do trabalho] às 18h00 pra descansar, você janta e depois vai dormir, aí 2h36 sai o pessoal do campo e chega no alojamento por volta de 3h30, 4h00, ou seja, a hora que o sono está mais ‘top’. Eles vão chegar e vão querer tomar um banho, enfim, vão ter que acender a luz e vão fazer barulho e acordar a gente<sup>370</sup>.

A polivalência é uma característica comum aos trabalhadores empregados nas atividades de campo e pôde ser verificada em diversos depoimentos. Por exemplo, o operador de máquinas é forçado a fazer manutenção de máquinas, abastecimento e outras tarefas, tudo, obviamente, omitido na descrição da atividade que consta na carteira de trabalho. Os funcionários registrados como ajudantes florestais não têm função definida, como relembra o assentado José Luís: “é tanta coisa [em que já trabalhei]: viveiro, campo, ‘escalagem’ de árvore<sup>371</sup>, aplicação de gel, veneno, motosserra...”<sup>372</sup>. Antônio, outro assentado com experiência como ajudante florestal, atesta a falta de distinção entre trabalhadores e funções: “[A gente faz] de tudo, até roçado, subsolagem, de tudo. Vai mudando conforme a necessidade, tipo assim, amanhã tem um roçado, lá vamos roçar; depois tem outra coisa, vamos também. É assim, eu não tenho emprego fixo não, mas com fé em Deus vou ter!”<sup>373</sup>.

O grande problema da polivalência consiste em que cada função realizada pelo trabalhador possui características intrínsecas, níveis de periculosidade e/ou insalubridade etc. os quais deveriam constar no registro profissional (descrição da atividade), de modo que a empresa e os órgãos competentes possam adotar medidas específicas para proteger a integridade do trabalhador.

Analisando todas as formas de organização e controle da força de trabalho, bem como as condições e o ambiente de trabalho até aqui explicitadas, fica nítido não ser necessário ir muito além da própria legalidade para a efetivação do caráter precário do trabalho no processo produtivo da celulose. Porém, onde houver possibilidade, o capital não se incomodará em burlar a legislação se isso lhe aprouver.

---

<sup>369</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 12/09/2015.

<sup>370</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/04/2016.

<sup>371</sup> O trabalhador entrevistado explicou que, em certos casos, quando já estão próximas ao ponto de corte é preciso escalar as árvores de eucalipto plantadas para fazer o trato cultural.

<sup>372</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 22/03/2014.

<sup>373</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 13/09/2014.

Em outubro de 2013, a Veracel foi condenada pela Justiça do Trabalho a pagar R\$ 4 milhões por danos morais coletivos, além dos graves riscos à saúde e segurança de seus funcionários. Segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT), a empresa expunha os trabalhadores a situações de alto risco e não emitia a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) nas ocorrências em que isso se fazia necessário. Considerando-se apenas o período de janeiro a fevereiro de 2008, 40 trabalhadores foram afastados por problemas de saúde da sua unidade em Eunápolis, sendo 25 deles operadores. Além da multa, a empresa foi obrigada a conceder intervalos de 12 minutos a cada 90 minutos trabalhados, a deixar de premiar os empregados para aumentar a produção e a não exigir mais a realização de horas extras, como vinha fazendo (BAHIA NOTÍCIAS, 15/10/2013).

Infelizmente, agir na ilegalidade, violando os direitos dos trabalhadores, parece ser a regra, não a exceção na indústria de celulose. No dia 12 de julho de 2013, após denúncia do MPT, a Suzano foi condenada pelo Justiça do Trabalho a pagar multa de R\$ 2 milhões por terceirização ilegal (porque aplicada às atividades-fim, como produção de mudas e atividades de plantio e colheita de eucalipto) em sua unidade de Mucuri (BA). Mesmo frente à decisão judicial, seus representantes afirmaram categoricamente que a companhia "cumpre, rigorosamente, a legislação trabalhista vigente nos países onde opera" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 12/07/2013).

Em Três Lagoas, ouvimos relatos de atrasos e descontos ilícitos no pagamento dos funcionários do campo, tais como o de Lúcio, uma testemunha ocular.

Muitas das vezes eu presenciei no campo e fui barrado porque nós mesmos [os encarregados] é que entregávamos, nós assinávamos o cartão de ponto do funcionário e a gente entregava o holerite, e muitas vezes fui muito questionado por eles, eles faziam paralisação para explicar porque não veio, porque não veio constando muitas horas-extras trabalhadas... Há esse desvio<sup>374</sup>.

Ouvimos e registramos também relatos de manipulação do banco de horas por parte de prepostos das empresas (Fibria e Eldorado Brasil), cujo objetivo era o de surrupiar parte das horas extras efetivamente trabalhadas pelos trabalhadores<sup>375</sup>.

Em função desses e de outros “desvios”, em 2011, segundo consta da proposta de Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo MPT de Três Lagoas à Vara do Trabalho do mesmo município em 18 de fevereiro de 2014, trabalhadores da empresa Florestal Brasil, posteriormente incorporada pela Eldorado Brasil, formalizaram denúncia junto ao órgão

sobre irregularidades quanto [ao]: meio ambiente do trabalho, condições de trabalho, órgãos e medidas de proteção, atividades e operações insalubres, condições sanitárias e de conforme nos locais de trabalho, EPI e EPC; duração do trabalho e pagamento

---

<sup>374</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 26/09/2012.

<sup>375</sup> Marcos e Mateus (ex-operadores de máquina da Fibria e da Eldorado Brasil). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/04/2016.

respectivos, anotação e controle da jornada, trabalho noturno, alimentação do trabalhador, entre outros, em desacordo com as exigências legais e constitucionais.<sup>376</sup>

No dia 02 de agosto de 2012, após sucessivos pedidos não cumpridos de esclarecimento por parte dos representantes da empresa quanto às irregularidades destacadas, o MTE realizou ação fiscal conjunta com o MPT numa das frentes de trabalho de empresa terceirizada pela Eldorado Brasil. Na ocasião, foi constada uma longa lista de irregularidades, de cujos fatos mais graves segue transcrição (respeitando a sequência original presente no documento).

Prorrogar a jornada normal de trabalho, além do limite legal de 2 (duas) horas diárias, sem qualquer justificativa legal; deixar de disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias compostas de vasos sanitários e lavatórios ou disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias compostas de vasos sanitários e lavatórios em proporção inferior a um (em desacordo com a NR 31); deixar de conceder período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para o descanso entre duas jornadas de trabalho; desrespeitar limite expressamente fixado para duração normal do trabalho; deixar de disponibilizar, nas frentes de trabalho, abrigos que protejam os trabalhadores das intempéries durante as refeições (em desacordo com a NR 31); manter agrotóxicos, adjuvantes ou produtos afins armazenados em edificação que não possua ventilação ou cuja ventilação não se comunique exclusivamente com exterior ou com ventilação sem proteção que impeça o acesso de animais (em desacordo com a NR); deixar de consignar em registro mecânico, manual ou sistema eletrônico, os horários de entrada, saída e período de repouso efetivamente praticados pelo empregado, nos estabelecimentos com mais de 10 (dez) empregados; deixar de computar na jornada de trabalho o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, quando o empregador fornecer a condução, nos casos de local de difícil acesso ou não servido de transporte público; admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente; [...] deixar de efetuar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, o pagamento integral do salário mensal devido ao empregado; desrespeitar limite expressamente fixado para a duração normal do trabalho; permitir a reutilização de embalagens vazias de agrotóxicos, adjuvantes ou produtos afins [...] deixar de remunerar o exercício do trabalho em condições de insalubridade com o adicional correspondente (em desacordo com a NR 15); pagar salários diferentes a empregados que prestam trabalho de igual valor, com idêntica função, na mesma localidade, com distinção de sexo, nacionalidade ou idade<sup>377</sup>.

O resultado desta diligência foi o requerimento de condenação da ré (Eldorado Brasil) ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 2 milhões, além, é claro, da imediata adequação das atividades e condições em conformidade com a legislação e normas regulamentadoras vigentes.

Lamentavelmente, comprova-se também neste setor a costumeira ausência de efetividade das normas jurídicas trabalhistas, sempre mais grave no meio rural (RODRIGUES, 2012). Mas os

---

<sup>376</sup> As denúncias geraram o Inquérito Civil nº 000143.2011.24.002/8, que tramita no MPT-Três Lagoas.

<sup>377</sup> O trecho foi transcrito a partir da ACP supramencionada, em suas páginas 6 e 7.

problemas começam muito antes do início das atividades do segmento em si. O procurador do MPT de Três Lagoas, Dr. Paulo Roberto Aseredo, aponta que

Os problemas dessas fábricas começam com a própria construção da fábrica. [...] [Em Três Lagoas] ocorreram diversos problemas com o meio ambiente de trabalho relacionados com a construção; atrasos de pagamento de salário; atrasos no pagamento de verbas rescisórias; o meio ambiente do pátio foi comprometido; tivemos diversas ações nesse sentido, diversos problemas, audiências administrativas com trabalhadores que ficaram sem receber etc.<sup>378</sup>

De modo semelhante, a Dra. Adriana Candeira, procuradora do trabalho de Imperatriz, relatou em entrevista que durante a construção da fábrica da Suzano no município, foram feitas pelo menos três grandes operações de inspeção pelo Grupo Móvel do MTE e muitas irregularidades trabalhistas foram identificadas, tanto da parte da Suzano, quanto de suas empreiteiras subcontratadas<sup>379</sup>. Pelo mesmo motivo, o MPT de Imperatriz ajuizou ACP contra a Suzano, requerendo R\$ 50 milhões por dano moral coletivo (RIBEIRO JUNIOR, 2014). Hoje, comenta a procuradora, embora ainda não tenha nenhuma sentença proferida, existem fortes indícios de que a empresa terceiriza irregularmente algumas etapas do seu processo produtivo.

Vemos, pois, que os signos do trabalho precário (terceirização, jornada estendida, intensificação do ritmo de trabalho, remuneração variável e descumprimento da legislação trabalhista) não só estão presentes nas atividades estudadas como, em certos casos, dão substância a elas e as definem como tais. Naturalmente, eles são objeto de resistência por parte dos trabalhadores aviltados. O capital, porém, lança mão de diversos subterfúgios tentando reduzi-la ao máximo por meio dos mecanismos – muitos dos quais essencialmente espaciais - de disciplinarização dos corpos e movimentos dos homens e das mulheres que trabalham (FOUCAULT, 1988; 2002).

No mais das vezes, notamos a tática centrada no controle da mente por meio da ideologização de todo o processo dentro do qual os trabalhadores encontram-se enredados e subordinados, porque, como escreveu Cristophe Djours (1992), a dominação do corpo depende de uma “estratégia inicialmente concernente ao aparelho mental, para dele anular as resistências que ele opõe, espontaneamente, à exploração” (p. 21). Quando falha tal expediente, ou mesmo concomitantemente ao seu uso, entram em cena outras formas de controle, mais ou menos deliberadas por parte das personificações do capital.

De um lado, há a própria situação de precariedade socioeconômica dos trabalhadores nas regiões dos novos empreendimentos atuando no sentido de limitar suas alternativas de resistência, exprimida por eles como uma pressão externa. “Às vezes”, desabafa Max, “você faz coisas porque

---

<sup>378</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 17/12/2014.

<sup>379</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 10/09/2014.

têm outras pessoas da sua família, têm seus filhos, têm pessoas que dependem de você, dependem do dinheiro que você ganha pra levar pra dentro de casa”<sup>380</sup>.

Nos assentamentos e pequenas comunidades camponesas, transformados em viveiros de mão de obra, as empresas atuantes no campo podem contar com dois fatores altamente favoráveis: a falta de opções de trabalho e a degradação das condições de vida dos assentados, ambos derivados, em última instância, da maneira como tem sido conduzida a política de reforma agrária no Brasil<sup>381</sup>, isto é, da absoluta falta de efetividade da ação estatal em assegurar o aparelhamento dos lotes, a concessão de crédito etc. de modo a prover os assentados de condições dignas de habitação, meios para a produção, o escoamento e a comercialização de seus produtos. Nesse sentido, alguns trabalhadores entrevistados demonstraram um grande desejo – em alguns casos um verdadeiro “sonho” – de viver da terra, pois, como expressou Márcio, “muitas coisas não aconteceriam se a gente trabalhasse pra gente mesmo”<sup>382</sup>.

A própria situação objetiva de fragmentação espacial dos trabalhadores empregados nas atividades iniciais do processo, relativas ao campo, impõe duras dificuldades de mobilização e organização da resistência, tendo em vista estarem eles geralmente dispersos e incomunicáveis no território da hegemonia do capital. É o que se percebe da fala de João:

Lá tinha muita gente trabalhando, mas nós não tínhamos contato, nós só tínhamos contato mesmo era com nós aqui do assentamento mesmo. [...] A gente trabalhava aqui e tinha outros lá, nós não íamos mexer com eles lá, só [tínhamos contato] quando eles faziam a barraca perto da nossa, aí às vezes a gente falava com eles, mas era difícil acontecer<sup>383</sup>.

Quando falham os meios convencionais de controle dos impulsos contrários à territorialidade do capital, entram em cena meios espúrios, como a perseguição interna e a demissão dos recalcitrantes. Os casos de Messias e Max são os mais emblemáticos destas afirmações. Ambos são operadores de máquinas pesadas de corte e transporte do eucalipto na Veracel e vêm vivenciando uma longa e amarga trajetória de desrespeito e penalização por parte da empresa.

Messias, hoje um lesionado pelo trabalho, desempregado, relata os problemas pelos quais passou após buscar um modo legítimo de questionar as condições de trabalho degradantes:

---

<sup>380</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/03/2014.

<sup>381</sup> Discordamos veementemente de Zander Navarro (SENADO FEDERAL, 04/02/2016), quando esse autor afirma ter acabado o tempo histórico e não haver mais espaço para a reforma agrária no Brasil. Muito ao contrário do que pensa o sociólogo, e concordando com Mendonça e Thomaz Junior (2011), acreditamos não ter havido momento histórico mais urgente que o atual para a implementação efetiva dessa reforma, tendo em vista tanto a permanência dos problemas estruturais inerentes à nossa formação socioespacial, quanto a emergência de agravantes para a classe trabalhadora oriundos das transformações do mundo do trabalho impostas pelas condições da reestruturação produtiva nas últimas décadas.

<sup>382</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 13/09/2014.

<sup>383</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 12/09/2014.



Eu entrei na CIPA, e na CIPA eu pude buscar mostrar [os problemas] na mesa da chefia [...] Então eu consegui fotografar, pegar depoimentos, pegar situações de cada trabalhador em sua determinada área de pericose etc. e trazer pra a mesa. Na hora que eu trouxe pra a mesa eles me ‘engessaram’; daquele momento em diante eles não me deixavam mais fazer apresentações; eu levantava a mão [nas reuniões] eles passavam [e diziam] ‘fulano, você... Não, fulano ali levantou a mão primeiro... Não tem mais tempo não...’<sup>384</sup>.

O fato de ser membro da CIPA, longe de representar um impedimento de desligamento e fator de estabilidade para o trabalhador, foi a razão de sucessivas demissões, seguidas de reintegração judicial ao cargo. O mesmo ocorreu a Max, igualmente lesionado, mas, até o momento da entrevista, mantido no emprego por determinação da Justiça. Este último foi categórico ao descrever a política da empresa quanto aos insurgentes: “qualquer outro [trabalhador] que abrir a boca é mandado embora imediatamente [...], não tem ‘a’ ou ‘b’, é calado”<sup>385</sup>.

Temos, portanto, em todas essas formas de precarização do trabalho no segmento em tela a materialização, por diferentes meios, da superexploração do trabalho, tal como a descreveu e explicou Marini (2000; 2011). Sua existência não é apenas funcional, como tornou-se necessária às empresas envolvidas numa concorrência elevada ao plano mundial, em meio a qual a redução de custos (e aumento da rentabilidade dos investimentos) constitui a verdadeira palavra de ordem. Para os trabalhadores e trabalhadoras, veremos a seguir, o resultado objetivo destes fatos vai manifestar-se em um ambiente de trabalho repleto de inúmeros riscos e, assim, na ocorrência nada acidental dos agravos do trabalho.

### **6.3. Trabalho degradante**

A Constituição Federal da República, nos artigos 197 e 200, e a Lei nº 8.080/1990 rezam que o trabalhador possui o direito fundamental à saúde e à proteção contra todas as nocividades que podem causar-lhes agravos (RODRIGUES, 2012). Contudo, a dimensão do trabalho tem sido preponderante no processo saúde-doença de grande parte dos homens e mulheres ao longo do seu ciclo de vida (SILVEIRA, 2009), o que não é diferente no segmento e nas atividades analisados. Por isso, fecharemos o capítulo com a análise da degradação do trabalho, aqui entendida como o corolário da territorialidade do capital agravado pelas formas precarizadas de trabalho há pouco deslindadas.

Por degradação do trabalho estamos compreendendo o processo que afeta negativamente a saúde e o bem-estar físico e mental do trabalhador decorrente, direta ou indiretamente, da atividade

---

<sup>384</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/03/2014.

<sup>385</sup> Idem.

laboral na qual esse se encontra inserido. Para desencadeá-lo, obviamente, contribuem de maneira decisiva a natureza dos vínculos entre trabalhador e empresa, as formas de organização e controle da produção e do trabalho e as condições e o ambiente de trabalho, aspectos já esmiuçados.

Existem estudos que vinculam o setor de celulose e papel e, mais precisamente, o segmento arbóreo-celulósico a problemas concernentes à saúde do trabalhador. De'nadai, Soares e Overbeek (2011), por exemplo, apontam como principais acidentes e doenças ocupacionais causados pela atividade laboral nesse tipo de processo produtivo: a) os acidentes e doenças em função do transporte; b) os acidentes em função do plantio e capina do eucalipto; c) as doenças relativas à aplicação de agrotóxicos<sup>386</sup>; d) os acidentes e doenças no corte; e ainda, e) os acidentes e doenças na manutenção de máquinas.

Koopmans (2005) denunciou a existência de um grupo de 84 trabalhadores mutilados enquanto estavam a serviço da Aracruz e de suas empreiteiras subcontratadas na atividade de campo (plantio, manejo e colheita do eucalipto) no Espírito Santo, dos quais sobreviveram apenas 45. O autor cita os nomes completos de cada trabalhador, relacionando-os com o tipo de agravo sofrido – os mais comuns sendo a leucopenia por intoxicação, fraturas na coluna, mutilações diversas, intoxicação por agrotóxicos e aditivos no combustível - e concluiu:

Os venenos usados provocam perda de imunidade, cegueira, colapso cardíaco. Os eucaliptos quebraram pernas, destruíram colunas, furaram olhos e mataram crianças. As cargas pesadas – eram bestas de carga – afetaram colunas. E nem a gravidade da situação dos mutilados sensibilizou a Justiça do Trabalho a determinar indenizações às vítimas e suas famílias [...] (KOOPMANS, 2005, p. 140).

Em seu estudo abrangente sobre as condições de trabalho e vida dos trabalhadores em cultivos arbóreos industriais no Uruguai, investigadores associados ao WRM (2007) chegaram a conclusões semelhantes e igualmente preocupantes, atestando a relação causal inequívoca entre terceirização, situações de risco e agravos nas atividades do campo.

Quanto aos agravos decorrentes do trabalho no chão de fábrica e no setor administrativo na indústria de celulose e papel, Anaclaudia Fassa, Luíz Augusto Fachini e Marinel Dall'Agnol (1996), pesquisadores do Departamento de Medicina Social da UFPEL, concluíram, após rigorosa investigação envolvendo 638 de um total de 671 trabalhadores de uma fábrica de papel e celulose:

A área industrial caracterizou-se pelo *excesso* de problemas auditivos, respiratórios e acidentes, possivelmente relacionados com ruído, poeira, mudanças bruscas de temperatura e exposição a substâncias químicas, além do trabalho físico pesado e exposições a situações de risco. A administração apresentou um aumento de problema nos olhos, dor nas costas, irritação e nervosismo, que parecem ter relação com a falta de autonomia e criatividade no trabalho, problemas ergonômicos e

---

<sup>386</sup> O *Raundup*, pesticida químico a base de glifosato, e o *Mirex*, formicida a Base de sulfluramida, estão entre os agrotóxicos mais nocivos à saúde humana e são largamente empregados no monocultivo de eucalipto (LA TORRE, 2013).

esforço visual. Confirmaram-se não só as *altas prevalências* de morbidades comuns, mas também *sua relação com as particularidades do processo de trabalho* sintetizadas pela categoria setor (FASSA; FACHINI; DALL'AGNOL, 1996, p. 297. Grifos nossos).

À primeira vista, a degradação do trabalho pode aparecer como algo fortuito, resultado ora do descumprimento da legislação trabalhista por parte do empregador, ora dos descuidos do próprio trabalhador, ou mesmo da obsolescência e inadequação das técnicas de trabalho empregadas em certos setores de atividade. O que defendemos nesta tese é algo radicalmente diferente. Nosso argumento é que a degradação é o resultado direto das formas assumidas pela territorialidade do capital na normalidade de sua relação com o trabalho, o resultado habitual da acumulação em sintonia com as leis gerais que regem todo sistema. Concordamos integralmente, portanto, com as palavras Viviane Braz (2013), quando a autora afirma que “[...] os processos de trabalho, quando organizados nos moldes da sociedade capitalista, geram um processo metabólico de destruição da saúde física e mental dos trabalhadores” (p. 274).

Assim, a materialização ou não dos agravos depende apenas da existência e anteposição ou não de certos anteparos políticos, jurídico-formais e sociais historicamente constituídos na correlação de forças entre capital e trabalho. Isto é, como bem afirmou Djours (1992), anteparos que “raramente foram oferecidos graciosamente pelos parceiros sociais (exceto em certos períodos, onde o interesse econômico se reuniu momentaneamente ao dos trabalhadores)” (p. 13).

A degradação, portanto, é infligida ao corpo e à mente do trabalhador pelas forças objetivas materiais da produção capitalista, intensificadas pela destrutividade endêmica da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2007; 2011), independentemente de qualquer questão moral daqueles que estão em seu controle. Normalmente, tudo ocorre de uma assustadora forma impessoal e em plena conformidade com as normativas existentes.

Novamente aqui, um ponto de partida seminal sobre o assunto pode ser encontrado em Marx (2013).

O capital não tem boas razões para negar os sofrimentos das gerações de trabalhadores que o circundam, é, em seu movimento prático, tão pouco condicionado pela perspectiva do apodrecimento futuro da humanidade e seu irrefreável despovoamento final quanto pela possível queda da Terra sobre o Sol. [...] O capital não tem, por isso, a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, *a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração*. Às queixas quanto a *degradação física e mental*, a morte prematura, a tortura do sobretrabalho, ele responde: deveria esse martírio nos martirizar, ele que aumenta nosso gozo (o lucro)? De modo geral, no entanto, isso tampouco depende da boa ou má vontade do capitalista individual. A livre-concorrência impõe ao capitalista individual, como leis inexoráveis, as leis imanentes da produção capitalista (p. 342. Grifos nossos).

Do excerto marxiano muitas conclusões podem ser tiradas. Em primeiro lugar, entende-se que enquanto relação social de produção o capital é, por sua própria natureza, autoexpansivo, incontrolável e insustentável, tanto em relação ao bem-estar geral da humanidade quanto à preservação das condições naturais de sua existência<sup>387</sup>. Em segundo lugar, conclui-se que os ataques à saúde e ao bem-estar físico e psíquico dos trabalhadores não podem ser contidos por uma súbita tomada de consciência da classe capitalista, mas tão somente pela imposição de limitações radicais pela sociedade. Por último, é preciso insistir, fica claro ser o próprio funcionamento do mercado concorrencial (ou monopolista) a causa primeira da degradação do trabalho, posto que as leis da produção impõem-se aos capitalistas (ou aos seus gestores *ad hoc*, personificações etc.) como leis coercitivas férreas e externas à sua consciência<sup>388</sup>.

Observando os mesmos aspectos perniciosos detalhados por Marx, Massimo Quaini (1979) emite seu prognóstico nos seguintes termos:

Antes de mais nada, fica claro que as contradições ecológicas e territoriais devem ser reconduzidas aos mais profundos antagonismos sociais do modo de produção capitalista e que para ele [Marx] não pode haver superação real a não ser como superação das relações de produção e, portanto, a organização social e territorial do capitalismo, que com a objetividade implacável de sua segunda natureza contradiz tanto a natureza quanto o homem (p. 134).

Marx ilustra seus argumentos sobre a degradação com uma profusão de dados e depoimentos reais relativos à indústria inglesa do século XIX. A rotina de trabalho bárbara e estafante, com jornadas às vezes estendidas por dias a fio intercalados por breves intervalos; o emprego do trabalho infantil e feminino como estratégia para reduzir os custos com mão de obra; as terríveis condições de temperatura, umidade e ventilação e os inacreditáveis índices de mortalidade dos trabalhadores em diversos ramos da indústria compõem um quadro que, na melhor das hipóteses, se assemelha a uma história de terror.

Uma visão linear e desenvolvimentista do processo histórico poderia levar a crer que, passados quase dois séculos, a produção capitalista fora enfim “civilizada”. Ledo engano. Já no século seguinte, afirma Djours (1992), os trabalhadores teriam que lutar contra “uma nova tecnologia de submissão,

---

<sup>387</sup> Mais adiante, na mesma obra, Marx ratifica sua posição vaticinando que “[...] a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação técnica do processo de produção social na medida em que *solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador*” (2013, p. 574. Grifos nossos).

<sup>388</sup> Marx reforça esse argumento na seguinte passagem: “como fanático da valorização do valor, o capitalista força inescrupulosamente a humanidade à produção pela produção [...] como tal, ele compartilha com o entesourador o impulso absoluto de enriquecimento. Mas o que neste aparece como mania individual, no capitalista é *feito do mecanismo social, no qual ele não é mais que uma engrenagem*. [...] a concorrência impõe a cada capitalista individual, *como leis coercitivas externas*, as leis imanentes do modo de produção capitalista. Obriga-o a ampliar continuamente seu capital a fim de conservá-lo, ele não pode ampliá-lo senão por meio da acumulação progressiva (2013, p. 667).

de disciplina do corpo [...] contra exigências fisiológicas até então desconhecidas, especialmente as exigências de tempo e ritmo de trabalho” (p. 19), as tecnologias e exigências provenientes do taylorismo. E, podemos afirmar, o regime flexível nada tem a modificar em matéria de saúde para os trabalhadores.

Em pleno século XXI, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), ocorrem diariamente, em média, 6.300 mortes relacionadas ao trabalho, e todos os anos, 317 milhões de trabalhadores são feridos em acidentes de trabalho, o equivalente a aproximadamente 850.000 lesões diárias com quatro dias ou mais de afastamento do trabalho<sup>389</sup>. Em alguns setores, como na construção civil, na indústria calçadista, no de frigoríficos e *call-centers*, o número de afastamentos por acidente ou adoecimento no trabalho chega a níveis inimagináveis<sup>390</sup>.

A estrada que leva à degradação pode ser pavimentada com a adoção de novas tecnologias e novas formas de organização da produção e do trabalho, assim como mudanças nas relações de trabalho. Vera Navarro (2003), autora de uma tese sobre a degradação do trabalho no setor calçadista, defende ser a combinação dessas diferentes modalidades técnico-organizacionais diretamente responsável pelo aumento do número de casos de doenças laborais, incapacidade temporária ou permanente e, no limite, a morte de trabalhadores. Algo muito parecido defende Alves (2000), para quem, longe de ser um avanço, o “toyotismo à brasileira” caracteriza-se “pela preservação da superexploração do trabalho como *dimensão estrutural* da própria acumulação capitalista no Brasil e a reprodução ampliada de uma nova precariedade (e exclusão) no interior do mundo do trabalho” (p. 102. Grifos nossos).

Num de seus mais recentes textos, o referido autor (ALVES, 2014) defende a tese da existência de uma “precarização estrutural do trabalho” no século XXI, em última instância, responsável pela “nova degradação do trabalho”. A degradação, constatada na forma de acidentes e adoecimentos não é um fenômeno paralelo ou somente intensificado, mas, em si, uma das três formas atuais de precarização, a que o autor denomina “precarização do homem-que-trabalha”, junto da “precarização salarial” e da “precarização existencial” (os ataques à subjetividade dos trabalhadores).

Essa modalidade de precarização do trabalho se expressaria na plethora de doenças do trabalho que levam à degradação, aviltamento, deformação e desfiguração da pessoa humana por conta dos parâmetros existentes da nova precariedade salarial e do complexo de complexos da precarização existencial (ALVES, 2014, p. 110).

---

<sup>389</sup> As informações estão disponíveis no relatório “Tendências mundiais e desafios para saúde e segurança do trabalho”, disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/xix-congresso-sobre-seguran%C3%A7a-e-sa%C3%BAde-no-trabalho-discute-constru%C3%A7%C3%A3o-de-locais-de-trabalho-m>> (Acesso em 06/11/2012).

<sup>390</sup> O trabalho de Fernando Mendonça Heck (2013) dá mostras desse cenário no setor de frigoríficos do Oeste Paranaense. Segundo o autor, as estimativas nacionais comprovam que cerca de 23% da mão de obra desse setor está afastada ou no aguardo de decisões judiciais, tendo em vista o adoecimento relacionado com o trabalho.

Djours (1992), por sua vez, demonstra um movimento tendencial da degradação em direção ao adoecimento mental, provocado pelo sofrimento psíquico associado à adoção das formas tayloristas e, especialmente, após a emergência das estratégias toyotistas de controle do trabalho.

Em sentido semelhante vão as colocações de Antunes (2008), para quem quanto mais avança o paradigma flexível “[...] mais intensos parecem tornar-se os níveis de degradação do trabalho (no sentido da perda de liames e da corrosão dos mecanismos de regulação e contratação) para uma parcela enorme de trabalhadores e trabalhadoras” (p. 22).

Deve-se dizer, porém, que a degradação do trabalho não é um processo homogêneo que atinge da mesma maneira todos os setores da classe trabalhadores (THOMAZ JUNIOR, 2012), nem tampouco, acrescentaríamos, todos os países/regiões do globo da mesma forma e com a mesma intensidade. Ela espreita especialmente aquele contingente cada vez maior de trabalhadores precarizados, instáveis e sem garantias lançados no moinho satânico da flexibilidade, e acompanha a desigualdade inerente à produção capitalista do espaço. Assim, uma das características principais da globalização em curso tem sido a “exportação” das formas mais primitivas de exploração do trabalho, encarnadas na base técnica via reestruturação produtiva, para as periferias do sistema mundial, colocando *vis-à-vis* formas arcaicas e espectrais de exploração e controle da força de trabalho (ALVES, 2014). Ademais, tão necessário se faz considerar que no Brasil, para além das “misérias modernas”, somos assolados por “misérias herdadas”, como o autoritarismo (de cunho escravocrata) nas relações de assalariamento<sup>391</sup>.

As colocações de Silveira (2009) seguem o mesmo sentido. Segundo a autora, no Brasil

[...] as formas antigas e novas de trabalhar convivem no mesmo espaço, gerando um perfil de adoecimento no qual podemos encontrar quadros característicos das velhas formas de trabalho, como as intoxicações agudas por produtos químicos, os acidentes com máquinas perigosas, as doenças pulmonares provocadas pela inalação de poeiras, etc. Além disso, *presencia-se a convivência, às vezes no mesmo território e no mesmo setor produtivo*, com as doenças decorrentes de novas formas de trabalho, caracterizadas por ritmos intensos, forte pressão por produtividade e pouca autonomia do trabalhador, como os casos de doença mental. Doenças osteomusculares, disfonias relacionadas ao trabalho, entre outras situações (p. 20. Grifos nossos).

Tudo isso, como veremos, faz-se muito presente no segmento analisado. No caso específico das doenças laborais, entretanto, como um monstro silencioso os fatores intervenientes costumam esconder seus rastros, causando ainda mais dor e sofrimento. Além do adoecimento em si, os trabalhadores enfrentam as enormes dificuldades em comprovar o nexos causal entre trabalho e doença (NAVARRO, 2003). Boa parte das doenças apresenta, em seus estágios iniciais, sintomas muito

---

<sup>391</sup>*Ibidem.*

semelhantes a outras enfermidades não relacionadas com o trabalho. Outro problema advém da aceleração da rotatividade (*turnover*), facilitada pela precarização, que obscurece ainda mais as causas da doença. Machado e Minayo-Gomez (1995 *apud* MINAYO-GOMES; THEDIM-COSTA, 1997, p. 23) afirmam ser comum também a imputação da responsabilidade pelos acidentes e doenças aos trabalhadores, acusados de ignorância ou negligência com base no paradigma da infortunistica. Finalmente, a prática da subnotificação e/ou da fraude em perícias e laudos médicos também constitui outro sério agravante.

Ao investigar os registros de intoxicação por agrotóxicos, Rodrigues (2012) alerta para o fato de que, embora a subnotificação seja uma triste realidade – estima-se que para cada caso notificado, 50 não cheguem ao conhecimento dos órgãos/instituições de saúde pública, e da sociedade em geral – os números são no mínimo alarmantes: em média, anualmente são notificados mais de 400 mil casos de contaminação por agrotóxicos. Há ainda o problema do diagnóstico da intoxicação crônica, a qual, diferentemente da intoxicação aguda, dada pelo contato ou ingestão de quantidades maiores de veneno que provoca fortes sintomas instantaneamente, é cumulativa e pode demorar um período mais longo para se manifestar, quase sempre sendo confundida com doença comum, não sendo, pois, notificada (SILVA *et al.* 2005; BOMBARDI, 2011; RODRIGUES, 2012). Fechando o infame círculo de problemas estão os bancos de dados sobre intoxicação, dispersos e não integrados (SILVA *et al.* 2005)<sup>392</sup> - há estados brasileiros que sequer dispõem de registros, enquanto noutros os dados são intermitentes (BOMBARDI, 2011).

Boa parte dos problemas seria evitada se, como aduzem Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997), fossem superadas as limitações do paradigma biológico, estreito e unicausal que orienta os campos da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional, ambos lastreadores da relação de força entre trabalhador, empresa e saúde.

Sem dúvida, a degradação atual do trabalho não pode ser percebida e/ou mensurada por meio dos indicadores tradicionais e requer, por isso, novas metodologias (ALVES, 2014) as quais devem ser combinadas com as que atualmente são utilizadas. Nesse sentido, importantes esforços para compreender o par saúde-doença de maneira crítica dentro do processo de trabalho estão sendo feitos no âmbito da “Saúde do Trabalhador”, disciplina herdeira da Medicina Social latino-americana de inspiração marxista (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997)<sup>393</sup>.

---

<sup>392</sup> As notificações sobre intoxicação por agrotóxicos são feitas em dois sistemas diferentes: o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINTOX), vinculado a FIUCRUZ, e o Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN), ligado ao Ministério da Saúde.

<sup>393</sup> O campo da Saúde do Trabalhador surge para se contrapor às abordagens mais tradicionais do assunto, a partir da Medicina do Trabalho, herdeira direta do taylorismo, e da Saúde Ocupacional, oriunda das necessidades impostas pelo fordismo (BRAZ, 2013).

Finalmente, é preciso destacar como um dos fatores que mais dificuldades impõem ao diagnóstico das doenças do trabalho, segundo Silveira (2009), o fato de que

Os trabalhadores compartilham com os não-trabalhadores formas de adoecer e morrer que são decorrentes do estilo de vida, do sexo, da idade, do perfil genético e dos fatores de risco de natureza ambiental aos quais todos se expõem. [...] O perfil de adoecimento e morte dos trabalhadores resulta da articulação entre os fatores de risco aos quais se expõem como membros da comunidade mais geral, acrescidos daqueles aos quais se expõem no trabalho (p. 43).

Assim, é preciso compreender o trabalho e a vida (produção e reprodução) como momentos interdependentes de uma mesma totalidade e, portanto, a degradação para além do agravo, transbordando para o plano da desrealização da humanidade dos sujeitos que trabalham.

No Brasil, a fiscalização da segurança do trabalho fica a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio de seus auditores fiscais do trabalho, distribuídos nas Superintendências Regionais e Gerências Regionais do Trabalho e Emprego, e do Ministério Público do Trabalho (MPT), responsável, dentre outras coisas, por defender direitos sociais e individuais indispensáveis aos trabalhadores (SILVEIRA, 2009). Conforme a situação, o MPT pode firmar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), instaurar Ação Civil Pública (ACP) ou Inquérito Civil Público (ICP). O Ministério da Previdência Social, por sua vez, é responsável por constatar a ocorrência e prestar auxílio aos trabalhadores em caso de agravos à saúde; porém, seu escopo cobre tão somente os trabalhadores formais, isto é, cerca da metade do universo real dos trabalhadores no Brasil atual.

Além disso, por meio dos registros, o Ministério da Previdência Social tem coletado dados sobre agravos desde a década de 1970. Esses, não obstante, são caracterizados por diversos problemas como a subnotificação<sup>394</sup> e as crescentes dificuldades enfrentadas por trabalhadores em comprovar o nexo entre a ocupação e o agravo sofrido (LOURENÇO, 2011).

Ao lado desses órgãos atua também o SUS, através de seu braço específico para a promoção da saúde do trabalhador: a Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) implementada por meio da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), criada em 2002 (Portaria no 1.679/GM), com objetivo de disseminar ações de saúde do trabalhador, e articulada às demais redes de vigilância do SUS. Nas diversas localidades, a RENAST deve ser integrada à rede de serviços do SUS pelos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTs).

Ainda no que tange à vigilância da saúde do trabalhador no Brasil é importante mencionar a existência de bancos de dados específicos como o do Sistema de Informações de Agravos de

---

<sup>394</sup> Um estudo feito no interior de São Paulo revelou um índice de subnotificação da ordem de 42% no setor formal, objeto direto dos dados da Previdência Social, e 71% considerando-se a PEA (BINDER; CORDEIRO, 2003). Para Binder e Cordeiro (2003), tudo indica ser essa uma situação generalizada em todo o Brasil.



Notificação (SINAN), sob responsabilidade do Ministério da Saúde (MS), e dos dados de acidentes e adoecimento no trabalho da Previdência Social, dos quais nos servimos nesta tese.

Finalmente, malgrado a existência de todo esse aparato institucional, importa dizer que, para além de todos os problemas já mencionados em relação ao diagnóstico e a tomada de medidas efetivas, a atenção à saúde do trabalhador e, sobretudo, a fiscalização preventiva dos riscos e agravos fazem parte de um movimento extremamente recente e ainda caminham a passos diminutos no Brasil (SILVEIRA, 2009).

No debate sobre a degradação, dois conceitos importantes são os de “agente de risco” e “agravo”. De acordo com Márcia Agostini (2002), todo processo de trabalho envolve situações de risco, acidentes e adoecimento. Os agentes de risco são elementos que atuam diretamente (quando há o contato direto do agente com o corpo do trabalhador) ou indiretamente (quando o agente desencadeia transformações no ambiente de trabalho que reverberam) sobre o corpo do trabalhador, considerado em suas dimensões fisiológicas, psicológicas, emocionais etc. Geralmente, tais agentes atuam em conjunto, de forma articulada, podendo ser classificados como agentes químicos, ergonômicos, mecânicos, biológicos e organizacionais. O agravo à saúde, por sua vez, é um “mal ou prejuízo à saúde de um ou mais indivíduos de uma coletividade ou população” (PEREIRA, 2004) - no caso dos agravos do trabalho, um mal ou prejuízo à saúde causado pelo processo de trabalho.

Tencionando mensurar o nível de determinação do trabalho na saúde dos trabalhadores, Schilling (1984 *apud* SILVEIRA, 2009) classifica os agravos em três grupos: I – trabalho como causa necessária, cujas doenças raramente são encontradas fora da situação ocupacional; II – trabalho como fator contributivo, mas não necessário; e III – trabalho como provocador de distúrbio latente ou agravador de doença já estabelecida. Quanto aos agravos ocupacionais no Brasil contemporâneo, Silveira (2009) aponta como principais entre eles os acidentes de trabalho, as LER/DORT, a Perda de Audição Induzida pelo Ruído (PAIR), a intoxicação por chumbo, a intoxicação por agrotóxicos, as dermatoses ocupacionais e as pneumoconioses.

A degradação é, simultaneamente, um processo, que pode efetivar-se em ritmos e condições diferentes, e um resultado objetivo do processo de trabalho em dadas condições materiais, sob certas formas de vinculação, organização e controle e numa rotina determinada. Nesse sentido, o conceito de degradação deve ir muito além da simples evidência empírica em si mesma: os agravos à saúde dos trabalhadores registrados. Estes, no entanto, como a ponta de um iceberg, constituem um importante indicador e jamais devem ser rejeitados, na medida em que acenam para a existência do problema, funcionando como ponto de partida. Em se tratando de vidas humanas e de problemas que afetam duramente a existência de pessoas concretas imergidas em dramas pessoais dificilmente mensuráveis por instrumentos estatísticos, porém, é mister observar que a quantificação jamais deve constituir o

parâmetro principal, ou seja, que não há limite aceitável para a degradação e um único caso já justificaria qualquer esforço no sentido de explicitá-la e analisá-la em profundidade (SILVA; THOMAZ JUNIOR, 2014).

No Brasil, os acidentes de trabalho têm figurado como um gravíssimo problema de saúde pública. Nos últimos 42 anos, segundo estudo da CUT (CUT *apud* REDE BRASIL ATUAL, 09/05/2014), aconteceram aproximadamente 38 milhões de acidentes de trabalho, cerca de 560 mil dos quais desencadeadores de incapacidade permanente. Embora o número de mortes decorrentes do trabalho venha paulatinamente diminuindo, nas últimas duas décadas a quantidade de casos de acidentes e adoecimentos (Tabela 15) aumentou de forma preocupante e o país ocupa hoje a (vergonhosa) quarta colocação em número de casos de acidentes fatais no trabalho, no mundo (BONDE, 06/07/2014).

Tabela 15 - Impacto do Trabalho na Saúde do Trabalhador no Brasil (1990-2012)

Período	Acidentes	Adoecimentos	Mortes
1990	693.572	5.217	5.355
1995	424.137	20.646	3.967
2000	363.868	19.605	3.094
2005	499.680	33.096	2.766
2010	709.474	17.177	2.753
2011	720.629	16.839	2.938
2012	705.239	14.955	2.731
<b>Totais</b>	<b>4.116.599</b>	<b>127.535</b>	<b>23.604</b>

Fonte: Rede Brasil Atual. Disponível em:

<[http://www.dmtmdebate.com.br/abre\\_noticia.php?id=796](http://www.dmtmdebate.com.br/abre_noticia.php?id=796)>

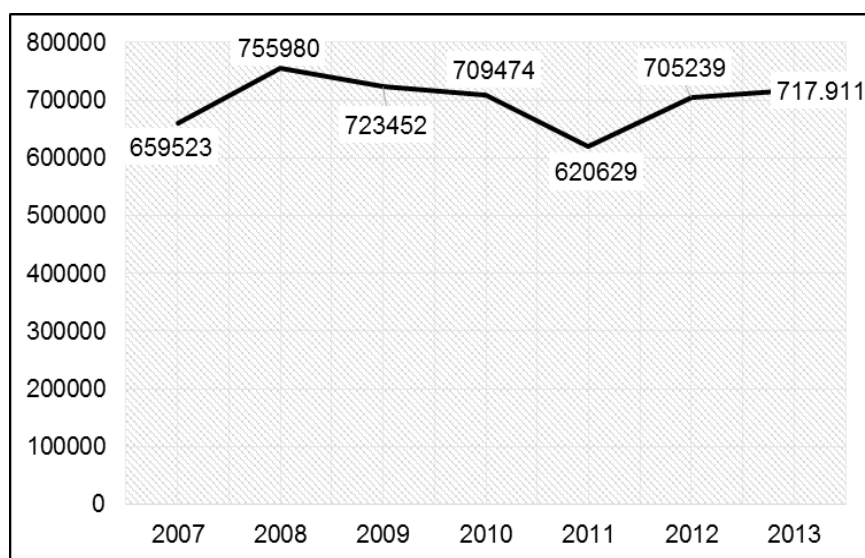
(Acesso em 12/05/2014).

O quadro foi alterado também em termos qualitativos. De acordo com Delgado (2012), do início ao meio da década de 2000 configurou-se um novo perfil de doenças do trabalho no Brasil, dele destacando-se as “doenças do sistema osteomuscular”, “lesões, envenenamento e consequências de causas externas” e “transtornos mentais e comportamentais” (segundo tipologia do Código Internacional de Doenças, usada pela Previdência Social). Em seu conjunto, salienta o autor, esses agravos representaram cerca de 50% do total de afastamentos com concessão de auxílio doença, em 2005<sup>395</sup>.

<sup>395</sup> *Ibidem*.

Observando os dados mais recentes da Previdência Social referentes a acidentes e adoecimento do trabalho no Brasil<sup>396</sup> (Figura 53), nota-se, além de certa variação cíclica, a inexistência de melhoria significativa e até mesmo, é lícito afirmar, a piora da situação.

Figura 53 – Acidentes e Adoecimento do Trabalho no Brasil (2007-2013)\*



\*Inclui “acidentes típicos”, “acidentes de trajeto” e “doenças do trabalho” com e sem CAT registrada, segundo a nomenclatura do MPS. Fonte: AEATs 2009, 2012 e 2013. Elaborado pelo autor.

Para o mesmo período, as notificações de acidentes de trabalho no SUS atingiram a marca de 579.388, computando-se 9.034 mortes (BLOG DA SAÚDE, 30/11/2014). Conquanto bastante inferiores em comparação com os dados fornecidos pela Previdência Social, não se deve descartar a possibilidade de os dois bancos cobrirem casos diferentes, engrossando ainda mais o total de acidentes de trabalho no Brasil.

É contra este pano de fundo que devem ser analisados os dados referentes às atividades específicas do segmento estudado. De início, convém destacar que a indústria de celulose e papel, muito ao contrário do afirmado por seus defensores, figurava, em 2004, entre os setores industriais com maior taxa de incidência de acidentes de trabalho, ocupando o 10º lugar no ranking nacional (Tabela 16).

<sup>396</sup> Genericamente, para a Previdência Social, todas as ocorrências envolvendo a saúde do trabalhador são enquadradas na nomenclatura “acidentes de trabalho”. Esses, por sua vez, são discriminados em “Acidentes Típicos”, “Acidentes de Trajeto” e “Doenças do Trabalho”. Acreditamos que, ao adotar essa nomenclatura, de maneira não proposital, acaba-se por transmitir implicitamente a impressão de que as ocorrências são casos fortuitos e não processos mais ou menos longos (saúde-doença) decorrentes da articulação de diversos fatores no processo e ambiente de trabalho. Por isso, aqui, os dados aparecerão discriminados, quando possível.

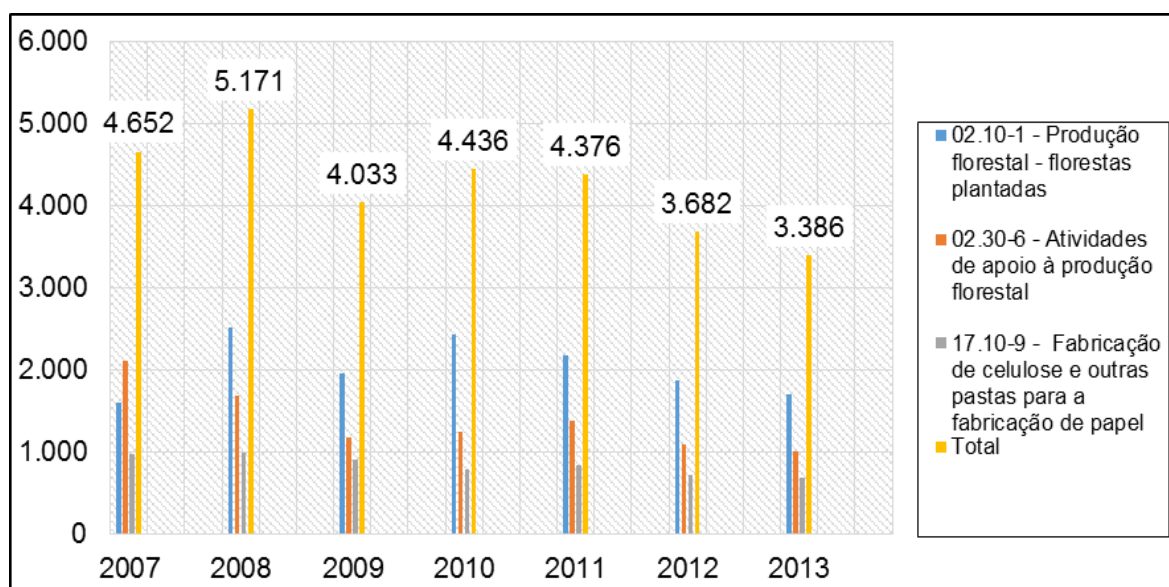
Tabela 16 - Setores Industriais Com Maiores Taxas de Acidentes de Trabalho (2004)

CNAE	Classe	Taxa de incidência*
CNAE 10	Extração de carvão mineral	84,1
CNAE 23	Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustível nuclear e fabricação de álcool	73,2
CNAE 35	Fabricação de outros equipamentos de transporte	52,8
CNAE 34	Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	49,5
CNAE 27	Metalurgia básica	49,1
CNAE 20	Fabricação de produtos de madeira	40,2
CNAE 29	Fabricação de máquinas e equipamentos	35
CNAE 15	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	34,3
CNAE 16	Fabricação de produtos do fumo	33,1
<b>CNAE 21</b>	<b>Fabricação de celulose, papel e produtos de papel</b>	<b>32,5</b>
CNAE 28	Fabricação de produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos	31,7
CNAE 25	Fabricação de artigos de borracha e plástico	31,3
CNAE 37	Reciclagem	29,8

\*Incidência para cada mil trabalhadores. Fonte: SILVA *et al.* (2011).

Também quanto às atividades específicas diretamente relacionadas à produção de celulose, os dados absolutos de agravos nacionais (trabalhadores formais) para o mesmo período (Figura 54) apresentam sensível redução, embora com significativa flutuação no meio do intervalo (2007-2008).

Figura 54 – Acidentes e Adoecimento do Trabalho no Brasil, em Atividades Econômicas (CNAE) Seleccionadas (2007-2013)\*



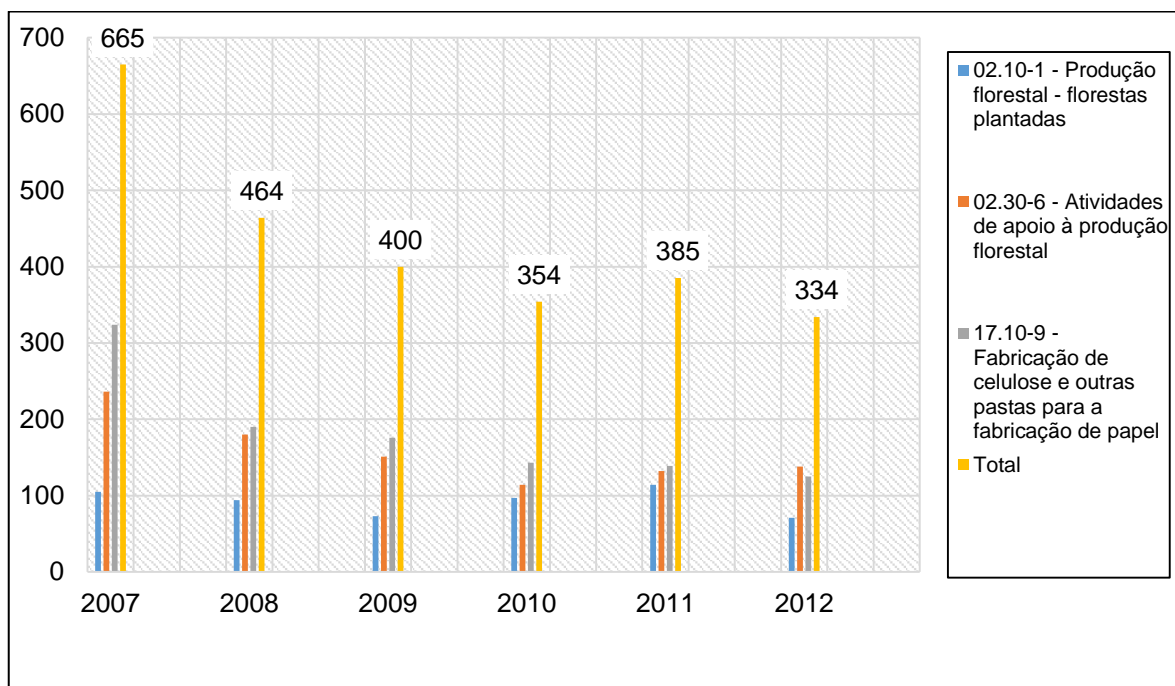
\*Na categoria acidentes estão somados os acidentes "típicos" e os de "trajeto", segundo a nomenclatura utilizada nos AEATs. Fonte: AEATs 2009, 2012 e 2013. Elaborado pelo autor.

Em primeiro lugar, é preciso notar que o “pico” de notificações no ano 2008, reproduzindo o cenário do total de agravos para o Brasil em todas as atividades (Figura 53), se deu por conta da introdução, no ano anterior (2007), do Nexo Técnico-Epidemiológico Previdenciário (NTEP), o qual permite constatar agravos não comunicados por meio da emissão da CAT (LOURENÇO, 2011). Outro aspecto que chama a atenção é a distribuição desproporcional do número de agravos em relação à quantidade de empregados, isto é, como vimos anteriormente, a atividade que mais emprega, representada sob o título “atividades de apoio à produção florestal”, em geral não tem apresentado o maior número de agravos, posto ocupado pela “produção florestal – florestas plantadas”. Da mesma forma, a pequena quantidade de contratações torna significativo o número de casos na “fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel”.

Para o nível estadual, os Anuários Estatísticos de Acidentes de Trabalho (AEATs) da Previdência Social não trazem dados do ano de 2013<sup>397</sup>. Assim, na Bahia, entre 2007 e 2012 (Figura 55), houve forte redução (49,7%) dos casos de acidentes e adoecimento no trabalho.

<sup>397</sup> A Previdência Social não disponibiliza dados para a escala microrregional e/ou municipal. Considerando-se o fato de que a produção de celulose, no caso dos três estados estudados, se concentra basicamente nas microrregiões do recorte, foram considerados os dados estaduais de acidentes do trabalho.

Figura 55 – Acidentes e Adoecimento do Trabalho na Bahia, em Atividades Econômicas (CNAE) Seleccionadas (2007-2012)\*



\*Na categoria acidentes estão somados os acidentes "típicos" e os de "trajeto", segundo a nomenclatura utilizada nos AEATs. Fonte: AEATs 2009 e 2012. Elaborado pelo autor.

Com efeito, o perfil dos agravos por setor de atividade distancia-se em muito do perfil nacional, sendo o setor propriamente industrial (fabricação de celulose e outras pastas para produção de papel) o mais representativo, seguido das “atividades de apoio à produção florestal”, praticamente em todo o período. Os AEATs não disponibilizam dados municipais ou microrregionais de acidentes e adoecimento por atividade econômica, como o fazem para os dados estaduais. Não obstante, observando os dados gerais de acidentes/doenças do trabalho e óbitos em todas as atividades por município, para os anos de 2008-2009 e 2011-2012 (Tabela 17), percebe-se ligeira variação positiva do número de casos na Microrregião de Porto Seguro.

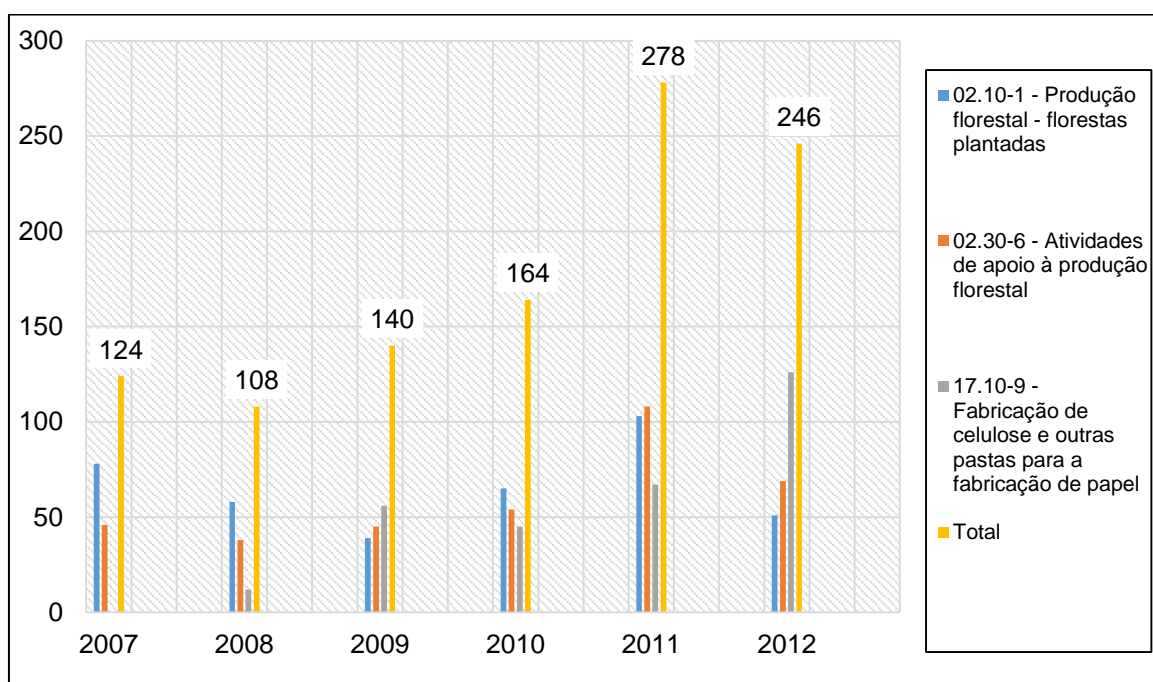
Tabela 17 - Acidentes, Adoecimento e Óbitos em Decorrência do Trabalho nos Municípios da Microrregião de Porto Seguro (BA) (2008-2009 e 2011-2012)

2008-2009			2011-2012			Var. %
Acidentes/Doenças do trabalho*	Óbitos	Total	Acidentes/Doenças do trabalho	Óbitos	Total	
3.502	32	3.534	3.530	24	3.554	0,56

\*Inclui acidentes típicos e de trajeto, com ou sem CAT registrada. Fonte: AEAT - 2009 e 2012. Elaborado pelo autor.

Em Mato Grosso do Sul (Figura 56), pelo contrário, houve crescimento significativo do número de casos (49,5%), com pico no ano de 2011.

Figura 56 – Acidentes e Adoecimento do Trabalho em Mato Grosso do Sul, em Atividades Econômicas (CNAE) selecionadas (2007-2012)\*



\*Na categoria acidentes estão somados os acidentes "típicos" e os de "trajeto", segundo a nomenclatura utilizado nos AEATs. Fonte: AEATs 2009, 2012 e 2013. Elaborado pelo autor.

A atividade industrial passou a ocupar lugar de destaque no estado em 2009, quando da inauguração de sua primeira fábrica de celulose, e segue rivalizando com as demais atividades o inglório posto de setor com maior ocorrência de casos, conquistado com folga em 2012. O mais preocupante aparece quando observamos os dados gerais de acidentes/doenças do trabalho e óbitos para a Microrregião de Três Lagoas (Tabela 18), os quais aumentaram em nada menos que 35% num intervalo demasiado curto, demonstrando novamente que crescimento e dinamismo econômicos jamais podem ser tomados como sinônimos de melhoria das condições de segurança e saúde dos trabalhadores.

Tabela 18 - Acidentes, Adoecimento e Óbitos em Decorrência do Trabalho nos Municípios da Microrregião de Três Lagoas (MS) (2008-2009 e 2011-2012)

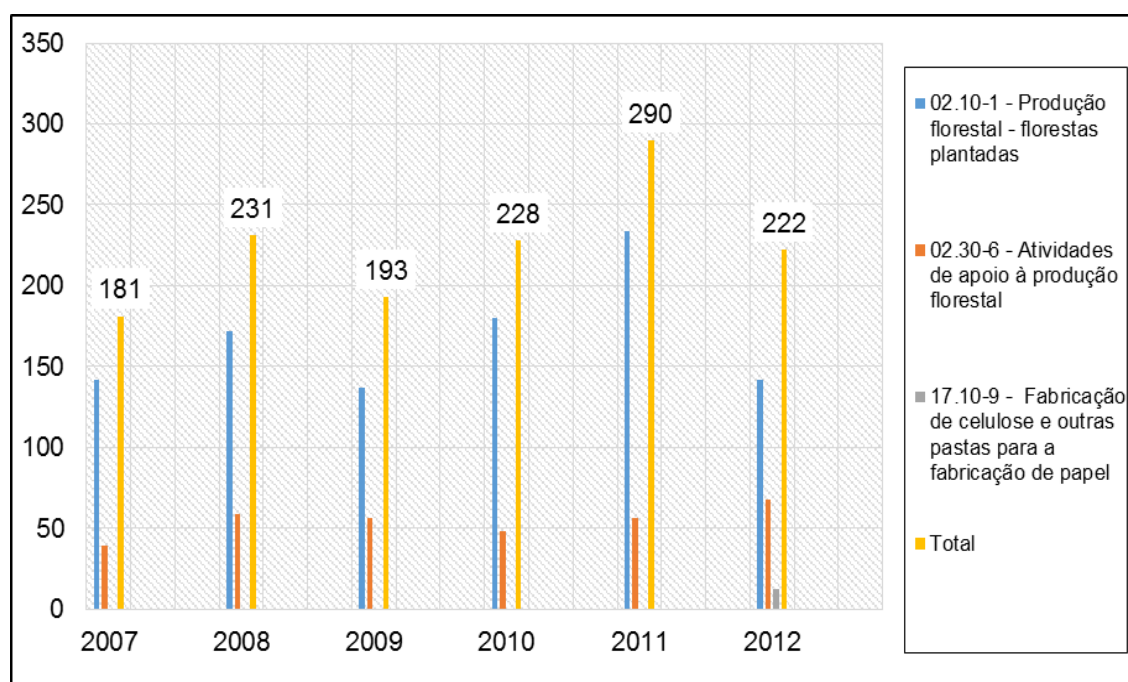
2008-2009			2011-2012			Var. %
Acidentes/Doenças do trabalho*	Óbitos	Total	Acidentes/Doenças do trabalho	Óbitos	Total	
2.134	10	2.144	2.882	14	2.896	35

\*Inclui acidentes típicos e de trajeto, com ou sem CAT registrada.

Fonte: AEAT - 2009 e 2012. Elaborado pelo autor.

No Maranhão (Figura 57) também houve aumento (22,6%) do número de casos entre 2007 e 2012.

Figura 57 – Acidentes e Adoecimento do Trabalho no Maranhão, em Atividades Econômicas (CNAE) Seleccionadas (2007-2012)\*



\*Na categoria acidentes estão somados os acidentes "típicos" e os de "trajeto", segundo a nomenclatura utilizado nos AEATs. Fonte: AEATs 2009, 2012 e 2013. Elaborado pelo autor.

Como não havia nenhuma fábrica de celulose no Maranhão até 2013, este setor é inexpressivo, tendo os agravos por cima a atividade de “produção florestal”. Desafortunadamente, na Microrregião de Imperatriz (Tabela 19) também houve variação positiva do número de casos de acidentes/doenças e óbitos relacionados ao trabalho, com destaque para os casos de morte decorrente do trabalho, os quais praticamente dobraram.

Tabela 19 - Acidentes, Adoecimento e Óbitos em Decorrência do Trabalho nos Municípios da Microrregião de Imperatriz (MA) (2008-2009 e 2011-2012)

2008-2009			2011-2012			Var. %
Acidentes/Doenças do trabalho*	Óbitos	Total	Acidentes/Doenças do trabalho	Óbitos	Total	
1.740	13	1.753	2.032	23	2.055	17,2

\*Inclui acidentes “típicos” e “de trajeto”, com ou sem CAT registrada.

Fonte: AEAT - 2009 e 2012. Elaborado pelo autor.

Cientes das limitações básicas dos dados sobre agravos da Previdência Social - quais sejam, do fato de não cobrirem os trabalhadores sem registro em carteira e agregarem os agravos em apenas três categorias genéricas (acidentes típicos, de trajeto e doenças do trabalho) – levantamos e analisamos também os dados do Sistema Nacional de Agravos de Notificação do SUS (SINAN), de modo a podermos estabelecer parâmetros mais completos e mais próximos o possível da realidade para a



mensuração dos agravos à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras nas atividades e regiões estudadas. Longe de logarmos êxito nessa empreitada, com efeito, os resultados conduziram-nos a novos problemas.

Uma primeira dificuldade encontrada diz respeito aos diferentes recortes adotados pelos dois bancos de dados. Diferentemente da Previdência Social, o SINAN apresenta os dados não por estado e sim por região de saúde dos CERESTs, como segue para a região de Teixeira de Freitas, cujos limites coincidem com os do Extremo Sul (Tabela 20), quanto ao total de agravos em todas as categorias.

Tabela 20 - Agravos Registrados pelo SINAN na Região do CEREST de Teixeira de Freitas, por Tipo e Sexo (2007-2014)\*

Tipo	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Acidente grave	103	9	133	5	112	7	262	17	202	15	147	6	201	21	112	12	1364
Com exposição a material biológico	20	71	22	97	20	91	21	137	25	110	27	106	28	102	25	88	990
Por animais peçonhentos	250	30	160	30	170	0	40	10	80	0	60	30	90	10	20	1	981
LER/DORT	26	21	0	6	4	7	3	12	9	4	0	1	24	3	15	5	140
Leishmaniose tegumentar americana	7	1	6	2	5	0	2	1	3	1	6	1	3	0	0	0	38
Dermatoses ocupacionais	3	1	1	0	0	0	4	4	2	1	2	0	1	1	0	0	20
Intoxicação exógena relacionada ao trabalho	1	1	6	2	7	0	20	3	4	0	3	3	9	1	4	0	64
Violência relacionada ao trabalho	0	0	0	0	0	10	0	0	50	60	20	20	10	50	0	40	260
Pneumoconioses	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
PAIR	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>411</b>	<b>134</b>	<b>328</b>	<b>142</b>	<b>318</b>	<b>115</b>	<b>352</b>	<b>184</b>	<b>375</b>	<b>191</b>	<b>265</b>	<b>167</b>	<b>366</b>	<b>189</b>	<b>176</b>	<b>146</b>	<b>3.859</b>

\*M - Masculino. F - Feminino. Fonte: SINAN/SUS. Elaborado pelo autor.

Entre 2007 e 2014, os quase quatro mil casos de agravo registrados pelo sistema na região concentraram-se expressivamente por tipo, destacando-se os acidentes graves, acidentes com exposição a material biológico e acidentes com animais peçonhentos, e por sexo, com predominância masculina, exceto no segundo tipo, agravo próprio da área de saúde onde o trabalho feminino é regra e não exceção.

Na região do CEREST de Imperatriz<sup>398</sup> (Tabela 21), no mesmo período, os agravos registrados apresentam comportamento semelhante aos de Teixeira de Freitas em relação à predominância masculina e à expressividade dos acidentes graves. Por outro lado, os acidentes envolvendo animais peçonhentos são os mais numerosos no conjunto de agravos notificados, com volume significativo

<sup>398</sup> A região do CEREST é muito mais extensa que a microrregião de Imperatriz, agregando, além da porção oeste, também o sul e parte do centro do estado do Maranhão, num total de 42 municípios.

também de casos de contaminação por Leishmaniose tegumentar americana, o que pode indicar diferenças qualitativas no perfil econômico das duas regiões.

Tabela 21 - Agravos Registrados pelo SINAN na Região do CEREST de Imperatriz, por Tipo e Sexo (2007-2014)\*

Tipo	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Acidente grave	0	0	6	0	124	13	59	8	183	21	465	89	535	95	288	56	1.942
Com exposição a material biológico	0	2	3	3	5	33	10	47	12	38	17	56	19	52	6	26	329
Por animais peçonhentos	580	80	520	90	140	40	220	20	350	60	230	50	160	20	80	10	2.650
LER/DORT	1	0	0	0	1	0	0	1	3	4	128	2	7	18	0	6	171
Leishmaniose tegumentar americana	212	32	138	18	140	22	216	36	154	65	3	33	90	17	26	7	1.209
Dermatoses ocupacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1	0	5	2	1	0	12
Intoxicação exógena relacionada ao trabalho	5	2	6	0	6	1	6	3	1	2	4	2	6	7	6	5	62
Violência relacionada ao trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	20	30	0	50	30	40	0	20	190
Pneumoconioses	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PAIR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cancer relacionado ao trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0
Transtornos mentais relacionados ao trabalho	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1	5
<b>Total</b>	<b>799</b>	<b>116</b>	<b>673</b>	<b>111</b>	<b>416</b>	<b>109</b>	<b>511</b>	<b>115</b>	<b>727</b>	<b>220</b>	<b>849</b>	<b>282</b>	<b>854</b>	<b>252</b>	<b>408</b>	<b>131</b>	<b>6.570</b>

\*M - Masculino. F - Feminino. Fonte: SINAN/SUS. Elaborado pelo autor.

A região de Três Lagoas não constitui e nem está contida em qualquer região do CEREST. Os dados, portanto, foram levantados para os cinco municípios que compõem a Microrregião de Três Lagoas, nos quais, comparativamente, se pôde observar a ocorrência de poucas notificações ao longo do mesmo período, com predomínio dos acidentes graves e com exposição a material biológico, e de trabalhadores do sexo masculino, exceto entre 2011 e 2012 (Tabela 22).

Tabela 22 - Agravos Registrados pelo SINAN na Microrregião de Três Lagoas, por Tipo e Sexo (2007-2014)\*

Tipo	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Acidente grave	0	0	1	0	2	1	20	12	40	81	50	6	70	13	34	1	331
Com exposição a material biológico	0	0	0	0	0	2	4	6	12	51	10	37	8	34	2	1	167
Por animais peçonhentos	10	0	20	10	0	0	10	10	0	0	10	0	10	10	10	0	100
LER/DORT	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	1	7	1	1	0	0	16
Leishimaniose tegumentar americana	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Dermatoses ocupacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Intoxicação exógena relacionada ao trabalho	1	0	0	2	6	0	3	5	9	9	10	1	2	4	3	0	55
Violência relacionada ao trabalho	0	0	0	0	0	0	0	41	40	30	0	0	20	0	0	0	131
Pneumoconioses	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PAIR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cancer relacionado ao trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Transtornos mentais relacionados ao trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>21</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>37</b>	<b>74</b>	<b>105</b>	<b>175</b>	<b>81</b>	<b>51</b>	<b>111</b>	<b>63</b>	<b>49</b>	<b>2</b>	<b>804</b>

\*M - Masculino. F - Feminino. Fonte: SINAN/SUS. Elaborado pelo autor.

A análise dos dados específicos, por seu turno, revela outros dois empecilhos. Primeiro: diferentemente dos dados da Previdência Social, os quais são detalhados por atividade econômica segundo a CNAE, o SINAN adota a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) para especificar os agravos. Segundo: o nível de censura (não preenchimento da informação) desta variável importantíssima nos registros é tão grande que nos permite apenas tecer conjecturas e não afirmações precisas sobre os agravos envolvendo trabalhadores e trabalhadoras do processo de trabalho da celulose.

Na região do CEREST de Teixeira de Freitas (Tabela 23), 188 casos vitimaram trabalhadores em ocupações diretamente relacionadas à produção de celulose, em sua maioria acidentes graves e LER/DORT. A censura da variável ocupação, no entanto, compreende 30,2% dos casos (1.167).

Tabela 23 - Agravos Notificados na Região do CEREST de Teixeira de Freitas, por Ocupação (2007-2014)

<b>Tipo</b>	<b>Ocupações diretamente relacionadas à produção de celulose</b>	<b>Não informados</b>
Acidente grave	133	14
Com exposição a material biológico	0	33
Por animais peçonhentos	0	810
LER/DORT	51	3
Leishimaniose tegumentar americana	0	32
Dermatoses ocupacionais	2	2
Intoxicação exógena relacionada ao trabalho	1	43
Violência relacionada ao trabalho	0	230
Pneumoconioses	0	0
PAIR	1	0
<b>Total</b>	<b>188</b>	<b>1.167</b>

Fonte: SINAN/SUS. Elaborado pelo autor.

Para a região de Imperatriz (Tabela 24), os dados revelam um cenário ainda mais obscurecido. Dos mais de 6.500 casos notificados, apenas 32 são relativos a ocupações diretamente relacionadas à produção de celulose, inexistindo informação de ocupação para 1.561 casos.

Tabela 24 - Agravos Notificados na Região do CEREST de Imperatriz (2007-2014), por Ocupação

<b>Tipo</b>	<b>Ocupações diretamente relacionadas à produção de celulose</b>	<b>Não informados</b>
Acidente grave	19	90
Com exposição a material biológico	0	14
Por animais peçonhentos	0	1020
LER/DORT	0	0
Leishimaniose tegumentar americana	13	303
Dermatoses ocupacionais	0	2
Intoxicação exógena relacionada ao trabalho	0	22
Violência relacionada ao trabalho	0	110
Transtornos mentais relacionados ao trabalho	0	0
Câncer relacionado ao trabalho	0	0
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>1561</b>

Fonte: SINAN/SUS. Elaborado pelo autor.

Finalmente, quanto à Microrregião de Três Lagoas (Tabela 25) os dados do SINAN muito pouco nos podem revelar, haja vista o pequeno número de acidentes envolvendo trabalhadores da produção de celulose (9) e o número significativo de agravos sem indicação de ocupação (184).

Tabela 25 - Agravos Notificados nos Municípios da Microrregião de Três Lagoas (2007-2014), por Ocupação

<b>Tipo</b>	<b>Ocupações diretamente relacionadas à produção de celulose</b>	<b>Não informados</b>
Acidente grave	9	112
Com exposição a material biológico	0	46
Acidente por animais peçonhentos	0	0
LER/DORT	0	26
Leishmaniose tegumentar americana	0	0
Dermatoses ocupacionais	0	0
Intoxicação exógena relacionada ao trabalho	0	0
Violência relacionada ao trabalho	0	0
Pneumoconioses	0	0
PAIR	0	0
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>184</b>

Fonte: SINAN/SUS. Elaborado pelo autor.

Somado aos problemas da não coincidência dos recortes e do tipo de especificação (atividade/ocupação) adotado pela Previdência Social e pelo SUS, bem como do alto nível de censura da variável ocupação no segundo caso, entre os dois principais bancos de dados existentes no Brasil sobre agravos à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras há ainda uma dificuldade adicional já mencionada: como não existe integração entre eles, não é possível saber se os casos registrados dizem respeito às mesmas pessoas ou pessoas diferentes, isto é, um mesmo agravo pode ter sido registrado pelo SINAN/SUS, mediante atendimento hospitalar, e pela Previdência Social, caso o trabalhador tenha registro em carteira.

Sucedem, pois, que mesmo com todo o nosso esforço de levantamento e análise dos dados quantitativos, deparamo-nos com um nível de imprecisão muito elevado, sem contar com o problema da subnotificação massiva, anteriormente explicitado, o qual torna as estatísticas sobre acidentes e agravos de trabalho muito precárias no Brasil (BINDER; CORDEIRO, 2003). Tais dificuldades, reforçamos, são inerentes às ações no campo da Saúde do Trabalhador no país, as quais, segundo Lourenço (2011), têm sido marcadas pela parcialidade, fragmentação e descontinuidade. Ainda assim, acreditamos que os dados representam importante substrato para compreendermos a degradação do trabalho no segmento e nas regiões que compõem os recortes temático e espacial deste trabalho, na

medida em que apontam perfis, tendências e particularidades que não devem ser ignorados. Ademais, insistimos, como “pontas de icebergs” são evidências efetivas do efeito destrutivo do trabalho para os sujeitos que trabalham sob as condições específicas de precariedade disseminadas pelo setor, em todas as escalas. Se nos limitarmos a eles, no entanto, certamente perderemos de vista aspectos tão ou mais importantes revelados tão somente pela pesquisa qualitativa, especialmente no contato direto com os sujeitos e situações de trabalho nas áreas de estudo.

Com efeito, a pesquisa quantitativa revela uma ínfima parte do resultado final, mas não explica as condições efetivas nas quais ele foi produzido, e é exatamente aí que as contradições afloram com maior ímpeto, ganhando corpo na vida cotidiana dos homens e mulheres afetados.

Nesse sentido, um primeiro aspecto importante, egresso da observação direta e das entrevistas realizadas, diz respeito às condições de trabalho e sua intervenção no processo de trabalho, enquanto conjunto de agentes de risco potencialmente geradores de agravos à saúde (AGOSTINI, 2012). Conforme Djours (1992), as condições de trabalho são o complexo formado pelo somatório de três tipos de ambientes de trabalho: o ambiente físico (temperatura, pressão, barulho, vibração, irradiação, altitude etc.), o ambiente químico (produtos manipulados, vapores e gases tóxicos, poeira e fumaças inalados etc.) e o ambiente biológico (vírus, bactérias, parasitas, fungos), além das condições de higiene, de segurança e das características antropométricas do posto de trabalho. Dessa forma, os riscos devem ser entendidos como ambientais e participam direta e constantemente da rotina laboral.

Em relação aos riscos físicos, constatamos que graves problemas têm início já no momento da construção das fábricas de celulose. Conforme o sindicalista Geraldo, de Imperatriz,

acidente houve demais na época da construção da fábrica [da Suzano] [...]. A gente sabe que *morreu muita gente*, inclusive, na construção teve bastante. Eles tentavam encobrir ao máximo, mas não tinha jeito, e a gente sabe que houve várias mortes, não foram poucas<sup>399</sup>.

De fato, algumas notícias midiáticas confirmam a afirmação do sindicalista. No dia 21 de setembro de 2012, dois trabalhadores morreram e outros ficaram feridos em função de um acidente na área de montagem de uma das caldeiras da fábrica da Suzano em Imperatriz, havendo indícios de mais uma morte de trabalhador a caminho do hospital (TOCNOTÍCIAS, 02/09/2013). No mês de julho do ano seguinte, outro operário morreu no local após ter sido atingido por um objeto pesado (DIÁRIO DO GRAJAÚ, 15/07/2013). Ainda em 2013, três trabalhadores perderam a vida em função de um incêndio ocorrido numa das fazendas da Suzano situada no Município de Cidelândia, dois eram funcionários da própria empresa e um terceiro trabalhava em uma de suas prestadoras de serviço terceirizadas.

---

<sup>399</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 09/09/2014.

Mas as diversas atividades do campo, assim como as de construção e montagem, são igualmente povoadas de perigos e riscos iminentes, como podemos notar na fala de Márcio, para o caso da Suzano em Imperatriz.

Às vezes, no campo, tem muita área ‘suja’, [e então o trabalhador] tropeça, pode tropeçar, tem lugar que tem buraco em área que a gente pisa e não está vendo, aí a gente fica sujeito [a se acidentar] também. A irrigação é uma operação que tem muito perigo, porque na estrada que está em reforma tem muito ‘pauseiro’ dos que cortam. Quando o trator vai passando vai levantando ponta de pau, é um risco muito grande para o pessoal que vai irrigando, porque o trator vai puxando a pipa e o cara do lado aqui, se não for com muita atenção acontece acidente<sup>400</sup>.

Rodrigo confirma o depoimento anterior, validando-o também para o caso da Eldorado Brasil, em Três Lagoas.

[Nas atividades de campo] existe um risco físico, por exemplo, lá na subsolagem tem um ajudante que precisa dele pra poder abastecer as adubadeiras; o risco químico disso é baixíssimo; o risco maior que ele têm é de se acidentarem, de cair de cima do caminhão ou da adubadeiras, ou prensar a mão na tampa do implemento, isso é um risco físico.

Embora operando equipamentos de alta tecnologia, esse quadro não muda muito quando tomamos as condições de trabalho dos operadores de máquinas. Em Três Lagoas, Maurício e Cícero, operadores da Eldorado Brasil e da Fibria, afirmam ter consciência dos inúmeros riscos que envolvem suas atividades de trabalho nas empresas. Não se dizem preocupados, contudo, por confiarem piamente na política de segurança por elas adotadas, afirmando que os acidentes, quando acontecem, devem-se ao descuido do trabalhador com os protocolos de segurança específicos da empresa. Todavia, ao longo das suas falas, talvez inconscientemente, citam situações práticas do cotidiano e casos de colegas que se acidentaram, demonstrando como um deslize, por mínimo que seja, pode ser fatal.

Nós temos o *Rafer* lá, o *Rafer*, para uma pessoa ver você trabalhar [ela tem que ficar a uma distância de] no mínimo cem metros. Por quê? Porque ele tem elos de corrente, corrente de motosserra; se aquilo lá estoura voa que nem uma bala até cem metros, e se bater [em alguém] pode até matar uma pessoa. Então é segurança total. Teve um caso que aconteceu e nós ficamos sabendo, de um rapaz que abriu a porta, segurou a trava de segurança e foi operar para mostrar para o mecânico. Estourou um elo daquele e ele está lá alojado no rosto dele até hoje<sup>401</sup>.

Noutro trecho, o mesmo trabalhador fala sobre um colega que “cortou o dedo no capô do cabeçote, ele abriu e estava que nem uma navalha; aí ele pegou com luva e tudo, mas mesmo assim cortou o dedo. Fizeram a investigação e ele foi *isento* [de culpa pelo acidente]”<sup>402</sup>. Em seguida, o próprio

---

<sup>400</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 13/09/2014.

<sup>401</sup> Cícero. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 26/11/2014.

<sup>402</sup> Idem.

mesmo relatou ter sido vitimado por um acidente dessa mesma natureza: “aconteceu um acidente comigo. Ali na máquina, onde guarda o sabre, eu fui colocar o sabre e quando virei ele bateu e prensou meu dedo”<sup>403</sup>. Depoimentos análogos também foram prestados por Maurício, o qual contou que “teve um colega nosso que se machucou, perdeu um dedo [porque] caiu um negócio em cima da mão dele”<sup>404</sup>.

Situações de risco ainda mais graves, desta vez ligadas ao descaso em relação à manutenção e aos cuidados necessários com segurança no trabalho, foram relatadas por Messias, para o caso da Veracel em Eunápolis. O operador enumerou uma série de riscos presentes no ambiente de trabalho, que vão desde pneus deteriorados e vidros de máquinas agrícolas quebrados, a cabos de alta tensão passando em locais de trânsito de máquinas<sup>405</sup>. Em Três Lagoas, Marcos e Mateus replicam a existência de riscos semelhantes a que estão submetidos os operadores da Fibria e da Eldorado Brasil no campo. O descaso quase completo das empresas com a mais básica manutenção dos equipamentos, afirmam, tem promovido acidentes e intensificado às lesões<sup>406</sup>.

O risco de acidentes envolvendo os operadores no campo, segundo as mesmas fontes, relaciona-se ainda às precárias condições de trabalho a que são submetidos como, por exemplo, a inexistência de banheiros adequados.

Referente aos sanitários, o trabalhador a qualquer hora tem que se virar no mato, ele tem que descer do equipamento dele e ir fazer suas necessidades no mato, mesmo com risco de animais peçonhentos. Quer dizer, não tem um banheiro químico na beira do talhão para ele usar, *isso é degradante!* [...] E além do risco dos animais peçonhentos, as máquinas trabalham muito perto, então você tem o constrangimento de estar fazendo suas necessidades fisiológicas e estar passando um companheiro do lado ali com o equipamento e até te machucar, porque às vezes o cara está vindo com uma máquina com um montão de madeira ali e ele não tem a visão total<sup>407</sup>.

E os trabalhadores não estão expostos a riscos físicos apenas no ambiente de trabalho, mas, de igual modo, a acidentes de trajeto durante o deslocamento até ele e dele para casa. Em alguns casos, como o de funcionários terceirizados que atuam no campo sob controle da Veracel, o transporte é inadequado e perigoso. Conforme o depoimento de um deles,

a turma da aplicação de herbicida mesmo, o transporte [deles] é [feito] num caminhão velho aí que tem uma cadeira lá atrás, um banquinho. Não tem aquele

---

<sup>403</sup> Idem.

<sup>404</sup> Idem.

<sup>405</sup> Na ocasião da entrevista (21/03/2014), o trabalhador apresentou fotos feitas por ele para documentar cada uma dessas situações, das quais, infelizmente, não pudemos obter cópia.

<sup>406</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/04/2016.

<sup>407</sup> Idem.



conforto, cansam mais no transporte [até o trabalho] que trabalhando. Não tem uma van, não tem um ônibus, não têm nada<sup>408</sup>.

Outros funcionários terceirizados do campo em Imperatriz reclamaram veementemente do transporte feito por ônibus, entre os assentamentos e pequenos povoados rurais da região e as frentes de plantio, afirmando ser corriqueira a quebra dos veículos.

Afora os riscos de acidentes como esses, existe outra categoria de riscos físicos muito menos evidentes, porém tão devastadores quanto. Trata-se dos riscos inerentes à maneira de execução das tarefas em conformidade com as condições ambientais de trabalho, potencialmente causadores de doenças musculo-esqueléticas, entre outros agravos.

Acionada pelo MPT da 5ª Região, a Diretoria de vigilância e atenção à Saúde do Trabalhador (DIVAST), em parceria com o Centro de Referência em Atenção à Saúde do Trabalhador da Bahia (CESAT) realizou o *Mapeamento dos Fatores de Risco Ergonômico* na Veracel, entre os dias 14 e 15 de agosto de 2012. O laudo técnico resultante da vistoria elenca uma longa série de riscos físicos e psíquicos nas atividades de viveiro e colheita do eucalipto (DIVAST/CESAT, 2012). Dada a similitude de porte, *modus operandi* e organização do processo de trabalho entre as empresas estudadas, aspectos já analisados, acreditamos que essas são constatações até certo ponto generalizáveis para as demais empresas.

Nas atividades de viveiro foram constatados os seguintes riscos:

(a) Durante a coleta de estacas:

Os trabalhadores trabalham em posição em pé mantida, em frente aos canteiros constituídos em alvenaria que têm aproximadamente 80 cm. Trabalham com *postura forçada/inadequada*, mantendo a região cervical fletida durante toda a atividade, além de realizarem constantes extensões e flexões dos membros superiores (MMSS)<sup>409</sup>;

(b) Durante o plantio das estacas (estaquia), cada trabalhador estaqueia aproximadamente 3.520 mudas a cada turno de oito horas<sup>410</sup>;

(c) Durante a preparação das bandejas: “os trabalhadores informaram que às vezes não conseguem cumprir a meta de produção”<sup>411</sup>;

(d) Durante a primeira e a segunda seleções: “para realização dessas atividades é necessário que o trabalhador permaneça em posição em pé mantida e realize extensões/flexões de MMSS, com sobrecarga em ombros e mãos (para plantar as mudas)”<sup>412</sup>.

---

<sup>408</sup> Ailton (funcionário da Bonella Florestal). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/03/2014.

<sup>409</sup> *Ibid.* p. 5. Grifos nossos.

<sup>410</sup> *Ibidem.*

<sup>411</sup> *Ibidem.*

<sup>412</sup> *Ibid.* p. 6.

Enfim, sintetiza o documento, nas atividades de coleta de estacas e estaqueamento “[...] os trabalhadores utilizam os mesmos grupamentos musculares durante as oito horas da jornada com *sobrecarga dos ombros, região cervical, mãos e punhos*”. Outrossim, as atividades no setor como um todo podem ser caracterizadas como “*extremamente repetitivas*”<sup>413</sup>.

Na atividade de plantio do eucalipto, conforme Fonseca e Thomaz Junior (2014), ocorre algo muito semelhante, na medida em que o trabalho é extremamente repetitivo e regulado por metas de produção, as quais, se atingidas antes do término da jornada, dão ao trabalhador o direito de ir para o ônibus e descansar. A isso se acrescenta o ganho por área plantada por parte das terceirizadas que prestam serviço de plantio para as empresas-mãe, intensificando ainda mais o ritmo de trabalho e aumentando consideravelmente os riscos para os trabalhadores(as).

Quanto às atividades de corte e transporte de madeira, realizadas por operadores de máquinas *Harvester* e *Forwarder*, respectivamente, a investigação constatou que o trabalhador “realiza constantes movimentos repetitivos [...], está submetido à exigência de grande destreza e habilidade manual e de elevada atenção, como também à vibração do corpo inteiro”, além das atividades serem realizadas de forma “solitária”, caracterizando-se “pela monotonia e posição sentada mantida de forma predominante durante toda a atividade”<sup>414</sup>. Afora tais riscos, há o agravante de que as metas de produção ficam expostas no quadro de aviso dos funcionários, aumentando o estresse “devido a sua influência psicossocial, que pode contribuir para o surgimento de LER/DORT nos operadores de máquinas da empresa”<sup>415</sup>.

Em consulta às planilhas da Veracel, os técnicos descobriram que, entre 2009 e 2012, 50 trabalhadores do setor foram afastados, 18 deles por doença ocupacional e acidente, e os demais supostamente por doença comum.

As conclusões e recomendações expressas, derivadas da investigação, foram assim redigidas:

Com base na análise realizada nas atividades desenvolvidas no viveiro [...] e nas máquinas *Harvester* e *Forwarder* [...], ficam evidenciadas situações que se caracterizam como fatores de risco ergonômico e determinante de agravos relacionados à saúde dos trabalhadores da empresa Veracel Celulose S/A, tendo em vista a ocorrência de doenças musculoesqueléticas relacionadas com o trabalho<sup>416</sup>.

O trabalho parcializado e repetitivo, como explica Djours (1992), foi uma invenção da gerência científica taylorista para expropriar os trabalhadores de todo e qualquer controle sobre sua própria atividade produtiva. Do ponto de vista psicossomático, ele se apresenta como tripla divisão: divisão

---

<sup>413</sup> *Ibid.* p. 7. Grifos nossos.

<sup>414</sup> *Ibid.* p. 12.

<sup>415</sup> *Ibidem.*

<sup>416</sup> *Ibid.* p. 15.

do modo operatório, divisão da organização entre órgãos de concepção e execução e divisão hierárquica entre os homens. Seus efeitos são devastadores precisamente porque coíbem a liberdade de organização-reorganização-modulação do modo operatório, intimamente associada à integridade do aparelho psíquico e, naturalmente, também do aparelho fisiológico.

A inadequação do conteúdo ergonômicos das atividades é também outro problema que pode ocasionar rebatimentos psíquicos (DJOURS, 1992), além das LER/DORT, pois a estrutura de personalidade do indivíduo precisa ser compatível com a estrutura ergonômica da tarefa, composta pelas exigências de ordem física e psicomotora, psicossocial e intelectual.

Na vivência dos trabalhadores, a inadequação entre as necessidades provenientes da estrutura mental e o conteúdo ergonômico da tarefa traduzem-se por uma insatisfação ou por um sofrimento, ou até mesmo por um estado de ansiedade raramente traduzido em palavras (DJOURS, 1992, p. 59-60).

O caso de Messias pode nos ajudar em muito na transposição desse quadro geral para o plano da experiência concreta dos trabalhadores. Depois de quatro anos trabalhando para a Veracel como operador de máquina (*Harvester*), o trabalhador sentiu dores no ombro direito e reclamou ao médico do trabalho na empresa, que o diagnosticou com lesão e o encaminhou para o INSS. O resultado foi afastamento por doença comum e a concessão de auxílio-doença. “Aí eu fiquei seis meses fazendo tratamento”, disse ele, “colocando compressas de gelo, medicação, afastado com o auxílio-doença, como se eu tivesse adoecido em casa”<sup>417</sup>. A consequência natural foi o corte imediato dos benefícios e variáveis que, como dito, compõem grande parte do salário. Como indicado na epígrafe deste capítulo, para não perder os benefícios por conta do afastamento, Messias afirmou ter continuado mais 60 dias após sentir que tinha que parar, até acontecer de, segundo ele, seu braço “travar” completamente. “Eu puxava a alavanca e o braço não voltava e eu pensei ‘não, não aguento não, vou ter que me afastar, não tem jeito’”. Mais tarde, o diagnóstico revelaria bursite e tendinite do ombro esquerdo.

Quando indagado sobre a quantidade de trabalhadores lesionados trabalhando para a Veracel, Max, colega de trabalho de Messias, afirmou o seguinte:

se existem 200 operadores na Veracel, 90% deles têm algum tipo de desconforto, de lesão. A maioria tem desconforto e os que estão trabalhando estão doentes, tem um bocado trabalhando doente, porque não pode parar, porque devem algumas coisas, têm que pagar e perdem o [bônus por] produção quando param para se tratar [...]. Têm muitos trabalhando e fazendo fisioterapia nos dias de folga, porque se eles pararem pra fazer fisioterapia nos dias normais muito provavelmente vão ser mandados embora<sup>418</sup>.

---

<sup>417</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/03/2014.

<sup>418</sup> Idem.

Pouco adiante o trabalhador contou ser comum encontrar muitos funcionários de todos os setores da empresa tratando-se nas clínicas de fisioterapia de Eunápolis. Perguntamos se todos os trabalhadores lesionados estão na mesma situação e obtivemos a seguinte resposta:

Ai têm diferenças. Uns estão em situações piores ainda, outros estão na mesma e outros talvez um pouco melhor. [...] Por exemplo, eu não posso dizer que estou igual a um dos colegas porque ele está com uma bolsa de morfina injetando na coluna; outro está com os braços cheios de platina<sup>419</sup>.

Confirma-se, deste modo, as afirmações de Barreto e Heloani (2013) quanto ao processo de invisibilização de muitos agravos pelos próprios trabalhadores, na medida em que a doença e a dor tornam-se um estorvo a ser ocultado como estratégia de sobrevivência e resistência à exclusão do trabalho.

As informações são igualmente confirmadas por um representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Celulose e Papel (SINDICELPA) de Eunápolis, entrevistado por Souza e Overbeek (2008): “dos 196 trabalhadores nas máquinas de corte”, afirma, “12 estavam afastados por conta de lesões por esforço repetitivo, e 68% está trabalhando, mas com algum tipo de doença ocasionada pelo excesso de trabalho” (p. 60). Os mesmos autores denunciaram a morte de três trabalhadores terceirizados a serviço da Veracel, em 2007.

Incrivelmente, deparamo-nos com relatos idênticos entre os operadores entrevistados em Três Lagoas. Marcos revelou o seguinte sobre a situação:

Os danos à saúde a gente via frequentemente. Teve companheiro que foi retirado da máquina porque não conseguia sair. Graças a Deus eu não apresentei nenhum sintoma, mas diversos companheiros têm problema na coluna, problema no ombro, porque você fica ali 8 horas, 7 horas e meia com o mesmo movimento, e o *harvester*, as máquinas em si, às vezes eles deixam problemas no banco, não dão manutenção adequada. Então, é um banco sem trava ou sem apoio para o braço e você tem que segurar o peso do *joystick* na mão. Então o ombro vai embora, coluna vai embora... E é muito baque, você não tem noção do baque que dá quando a máquina passa por cima de um toco! [...] Eles não dão manutenção e falam que isso é por conta de redução de custos!

[...] Praticamente todos os funcionários que saem da Fibria e fazem o exame [demissional] apresentam hérnia de disco, bico de papagaio, tem um companheiro com problema no ombro, aquela doença que... [*sic*] bursite, e a empresa se recusou a ajudar, ele entrou na Justiça [...]<sup>420</sup>.

O trabalho nas máquinas da fábrica, por seu turno, não parece ser menos estafante. Segundo Maurício, “os operadores de grua não param, você está ali o tempo todo sentado, descarregando, é

---

<sup>419</sup> Idem.

<sup>420</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/04/2016.

um trabalho repetitivo, são os mesmos movimentos, é pega aqui e joga ali, pega aqui e joga ali, então você está direto ali”<sup>421</sup>.

Nas demais atividades do campo, a história tristemente se repete. Quando perguntamos a Maria, ex-ajudante florestal terceirizada a serviço da Fibria em Três Lagoas, se ela conhecia alguém que tinha adoecido por conta do trabalho, sua resposta foi reveladora.

A maioria [tinha problemas] no braço, tendinite, coluna, porque assim, eles não dão um tempinho para as pessoas; é ‘ralo’ da hora que chega até a hora do almoço [e tem] uma hora só de almoço, e eles estavam fazendo as mulheres trabalhar junto igual os homens, na enxada<sup>422</sup>.

Porém, os riscos ambientais no campo não se limitam ao ambiente físico. Muito ao contrário, há sérios riscos biológicos e químicos somados a eles. No primeiro caso, destaca-se a presença de animais peçonhentos, como nos explica Maurício. “Ontem mesmo, um colega meu falou e eu tirei até uma foto. O *Forwarder* tem uma caixa de carga e quando ele foi limpar ele viu e me falou: ‘Aqui, vem cá ver’, tinha uma [cobra] Jararaca desse tamanho assim dentro da caixa”<sup>423</sup>.

Quanto aos riscos químicos envolvidos no processo de produção de celulose, deve-se salientar sua gravidade, dada sobretudo pela exposição praticamente irrestrita aos agrotóxicos (pesticidas e herbicidas) e a ambientes seriamente contaminado por eles. Obviamente, esta não é uma exclusividade do segmento, pois, como afirma Silveira (2009), “sem sombra de dúvidas, a intoxicação ocupacional mais presente no Brasil é por agrotóxicos, principalmente entre trabalhadores rurais” (p. 66).

Em monografia sobre o tema, o procurador do trabalho Cristiano Lourenço Rodrigues (2012) advoga a tese de que inexistem níveis seguros para a exposição aos agrotóxicos, fato agravado pela inexistência de estudos abrangentes e confiáveis sobre os principais impactos dessas substâncias sobre a saúde humana e pela falta de gestão eficaz dos riscos. Ainda segundo o referido autor e procurador do MPT (RODRIGUES, 2012), um meio ambiente ecologicamente equilibrado inclui o meio ambiente de trabalho, como um direito humano fundamental. Com o uso de agrotóxicos, entretanto, sucede “[...] uma simbiose entre a questão afeita ao meio ambiente natural, a contaminação do solo e dos lençóis freáticos, e a contaminação dos trabalhadores que manipulam os agrotóxicos” (p. 6).

Na produção arbórea para celulose, a aplicação desses produtos pode se dar tanto de forma mecanizada, quanto manual (bomba costal). No segundo caso, os riscos de intoxicação são inerentes, como admite Rodrigo.

Os riscos químicos são aplicações, são as atividades que envolvem a aplicação de herbicidas, agrotóxicos; o mato-competição [eliminação de erva daninha] é feito totalmente de maneira química, a gente usa pouquíssimo roçar, nada de capina, é

---

<sup>421</sup> Idem.

<sup>422</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 27/09/2014.

<sup>423</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 26/11/2014.

totalmente químico, e pra isso o cara tem que estar treinado [...]; o encarregado no campo acompanha essa atividade, os técnicos de segurança também, e pro cara fazer ele tem que estar munido de máscara, de conjunto hidro-repelente, de luva, lá no campo tem que ter uma área de apoio pra ele, uma área com água limpa pra ele poder se lavar com sabão; toda a vestimenta que ele usa ele deixa lá e a empresa manda lavar diariamente... Então o risco que esse cara tem é de se contaminar, esse é um risco químico<sup>424</sup>.

João, trabalhador que já desempenhou essa função, descreveu a execução da aplicação de inseticida nos seguintes termos:

Nós jogamos inseticida também, ‘remédio’ pra matar formiga, nós jogamos muito também. A gente joga antes e depois da terra estar ‘feita’, a gente sai jogando num saquinho e espalha também um saquinho de veneno. Ai depois a gente vai de novo naquelas casas delas, porque a gente colocava no lugar das casas [...]. Era jogado direto com a mão, mas pegava com luva – tem um saquinho [sic] e do outro lado tinha uma caneca que a gente media e depois jogava no pé dos formigueiros<sup>425</sup>.

O contato direto, evitado em sua totalidade apenas pelo uso de EPI, é característico também da aplicação de herbicida com bomba costal. E, de acordo com Márcio – outro trabalhador experiente no manejo de tais agrotóxicos – não é difícil ocorrer o contato direto deles com a pele de quem aplica. “Geralmente, quando o cara se molha com o produto [herbicida]”, disse o trabalhador, “a gente já tira ele, manda ele tomar banho, tirar a roupa de baixo, o outro macacão”<sup>426</sup>. Ainda segundo o relato de Maria, a generalidade de fatos como esses beira o absurdo: “tinha muitas pessoas que ficavam intoxicadas pelo veneno. Eles pediam para usar EPI, mas lá no meio do mato não exigiam muito. Sabe como é...”<sup>427</sup>.

Em geral, os trabalhadores atestam a existência e a exigência do uso de EPIs por parte das empresas, representadas por seus prepostos, bem como a realização de treinamento específico para o manuseio destas substâncias (o herbicida *Roundup* foi o mais citado entre elas). Mesmo assim, como nos relatos de Márcio e Maria, em praticamente todos os depoimentos foram citados casos de desmaios, irritações, enfim, do adoecimento de trabalhadores levados para prontos-socorros da região. A explicação mais adotada relaciona os casos de intoxicação aguda aos descuidos e falta de responsabilidade dos trabalhadores no uso dos EPIs e no manuseio correto dos agrotóxicos, a despeito dos esforços das empresas em conscientizá-los e equipá-los.

Mesmo o sindicalista Geraldo segue essa linha de raciocínio.

Da forma como eles trabalham, a gente visitou alguns lugares e realmente eles têm todo o equipamento de segurança. Mas *tem hora que o próprio trabalhador facilita* as coisas

---

<sup>424</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.

<sup>425</sup> João. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 12/09/2014.

<sup>426</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 13/09/2014.

<sup>427</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 27/09/2012.

e aí é onde dá problemas. A gente nem culpa tanto a empresa, porque eles dão toda a estrutura pra pessoa trabalhar<sup>428</sup>.

Por outro lado, nota-se claramente que a “facilitação” ou “descuido” do trabalhador, e sua relutância em usar rigorosamente o EPI, tem a ver com o desconforto adicional por ele provocado, em condições de trabalho já extremamente penosas.

[Aplicar] herbicida é uma operação complicada, o pessoal reclama muito, porque tem que usar material de proteção e muitos [trabalhadores] não costumam usar. É máscara, é macacão, é bota de PVC, é... tanta coisa! Geralmente, a operação mais complicada de fazer é a do herbicida [e ela é feita] com bomba costal de vinte litros, só que a gente não chega a colocar os vinte litros, por causa do peso. O cara passa o dia inteiro com uma bomba daquelas nas costas, e bombando. O braço, chega no final do dia já não tem mais braço; muitas vezes dá câimbra, e tem até soro pra câimbra, próprio pra câimbra que a gente toma de meio dia pra hidratar o corpo<sup>429</sup>.

Por tudo isso, é comum o estabelecimento de convenções práticas no local de trabalho, de modo a facilitar a realização das tarefas, como explicou o ex-supervisor de campo Lúcio.

Para seguir à risca o que eles pedem lá, vamos dizer que eles passam o correto, mas quando chega na parte operacional, quando está só o encarregado e o funcionário lá há muitas quebras de regras, de uma caneleira, de um EPI, sempre há essa quebra de regra dentro da parte operacional<sup>430</sup>.

Substâncias químicas altamente tóxicas abundam também a fase industrial do processo. A indústria de celulose, cabe lembrar, é a segunda maior consumidora mundial de cloro (WRM *apud* KOOPMANS, 2005). Já demonstramos que a alta tecnologia fortemente poupadora de trabalho vivo presente nas novas fábricas de celulose não faz dos índices de acidente mais baixos. Por tratar-se de um processo contínuo, em cujo interior a matéria-prima recebe tratamento químico intensivo em sua elaboração, os principais riscos de acidentes são derivados do ambiente químico, antes que do físico e biológico.

Quanto à ocorrência de acidentes de trabalho, Vanessa, uma ex-funcionária do setor de análises químicas empregada no laboratório central da Veracel, contou que

[Ocorriam] muitos acidentes. Inclusive, temos uma colega que sofreu um gravíssimo acidente, ficou anos fora, em tratamento, [e quando] voltou a empresa não proporcionou um ambiente propício para trabalhar e ela está novamente de licença, sofrendo com muitas sequelas. Eu vejo a Veracel como uma empresa onde o lucro está acima de qualquer coisa<sup>431</sup>.

---

<sup>428</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 09/09/2014.

<sup>429</sup> Antônio. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 13/09/2014.

<sup>430</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 26/09/2014.

<sup>431</sup> Informação escrita obtida por meio de aplicação de questionário semiestruturado enviado por correio eletrônico (e-mail). A entrevistada respondeu em 20/06/2014.

A degradação do trabalho experimentada por estes sujeitos geralmente traz consequências dramáticas e perenes, as quais, como um pesado fardo, devem carregar para o resto de sua vida, não podendo ser recompensadas por nenhuma indenização. Muitas entrevistas revelaram que as dores constantes, combatidas por meio do uso compulsório de medicação pesada; a impossibilidade de exercer a mesma ou, em certos casos, qualquer outra atividade profissional e todas as privações materiais, bem como a sensação de incapacidade por ela gerada; ou o contrário, a humilhação de ser reintegrado à empresa e visto, em função disso, como um “peso-morto” são realidades ocultadas pelos números, mas vivas e inexoráveis para essas pessoas. Conhecer-las torna claro como o dia o fato do capital por si não ter nenhuma consideração legítima com a saúde e a vida dos seres humanos.

Porém, mesmo quando muito intenso, o sofrimento costuma ser controlado pelos trabalhadores, na medida do possível, através de *estratégias defensivas* cuja função é evitar que se reverta em patologias psíquicas (DJOURS, 1992). Sob o prisma da psicodinâmica do trabalho proposta por Djours (1992), o sofrimento deve ser entendido como um estado compatível com a normalidade, mas que implica uma série de mecanismos de regulação, e ainda, o resultado da luta dos sujeitos contra as forças que os empurram em direção à doença mental, sobretudo das forças provenientes da organização do trabalho.

Procuramos evidenciar todas as formas assumidas pela degradação do trabalho e seus efeitos na vida dos trabalhadores constatadas. As empresas estudadas, no entanto, insistem em fazer sempre o movimento contrário, ocultando cada mínimo rastro dela. Isso é até compreensível, haja vista, além das imposições legais e das restrições impostas pelas instituições financeiras, as importantíssimas exigências do mercado externo corporificadas nas certificações de segurança do trabalho.

Antes de tudo, pode-se perceber que tais “constrangimentos” desembocam numa intransigente política interna de segurança e saúde do trabalho verticalmente imposta pelas empresas. Assim, segundo Rodrigo, portador de larga experiência de trabalho em várias das empresas envolvidas neste estudo, “a questão da segurança [do trabalhador] é levada muito a sério, numa empresa mais que noutras, mas em geral é levada a sério”<sup>432</sup>. E ainda, descrevendo o caso específico da Eldorado Brasil, o supervisor comenta que

[A política de segurança e saúde do trabalhador na Eldorado] é rígida, é lei, é norma. Pra toda operação tem procedimento, e todo procedimento tem que ser cumprido, tanto pra parte de segurança, quanto pra questão de qualidade. Toda parte das operações tem processos, todo processo tem procedimentos e a gente se norteia por esses procedimentos. Aí têm os técnicos de segurança que estão no dia-a-dia com a gente, acima dos técnicos têm os supervisores de segurança e têm os engenheiros de segurança que nos dão apoio [...], têm os DDSs [Diálogo Diário de Segurança], têm as campanhas de segurança, tem todo um programa de segurança envolvido nisso e tem que ser cumprido à risca. Pra você ter uma ideia, quando um funcionário entra

---

<sup>432</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 16/12/2014.



ele passa por um processo de integração, aí nessa integração é dito pra ele, entre outras coisas, a questão de segurança, EPI... *O não uso é passível de ser penalizado com advertência e até com [demissão por] justa causa.* A empresa é obrigada a dar o EPI pro funcionário e *o funcionário é obrigado a usar*, esse é o lema<sup>433</sup>.

Embora, como exaustivamente demonstrado, os riscos façam parte do próprio processo produtivo, da maneira como está organizado e sob as condições ambientais de trabalho vigentes, e sejam ainda fortemente amplificados pelas novas formas de trabalho precário (contratação, jornada e remuneração flexíveis, intensificação do trabalho, premiação para o alcance de índices de produtividades etc.) as empresas repassam a maior parte da responsabilidade pela segurança e saúde aos trabalhadores, como vemos do excerto transcrito. Assim, cotidianamente, o trabalhador se vê submerso num universo de regras, normas, processos, procedimentos e equipamentos, em relação aos quais deve estar sempre atento, pois uma única falha pode ser fatal.

O mesmo também foi narrado pelos operadores Maurício e Cícero, funcionários da Fibria e da Eldorado Brasil, respectivamente. Segundo eles, a política de saúde e segurança no trabalho das duas empresas é extremamente rigorosa e, além dos espaços como os Diálogos Diários de Segurança (DDS), reverte-se em diversos programas específicos de conscientização e fiscalização, como, por exemplo, o “Programa Amigo” e o “Programa Debate de Segurança”. “Eles batem muito em cima, pra a empresa, a segurança é lei, é norma, tem que ser cumprida”<sup>434</sup>. Contudo, a maneira de fazer valer este princípio não difere das demais formas de controle voltadas para a aceleração do ritmo e o aumento da disciplina no trabalho. Ela é imposta de cima para baixo, sendo punitiva e vinculando-se ao salário sob a forma de metas e premiações.

Então a segurança ele [*sic*] bate muito em cima, e nós temos prêmio de produção, nós temos prêmio de participação nos lucros, tudo por segurança; até esse negócio de RIT que eu te falei, que é um documento agora, ela vai incluir no nosso prêmio de produção, antigamente não tinha isso. Hoje não, é cinquenta por cento na parte da colheita, se você bateu a meta, e cinquenta por cento para atingir a meta de RIT, se você não atingiu a meta de RIT e você fez cem por cento na parte da colheita, você não ganha os cem por cento<sup>435</sup>.

O RIT, explica, é um relatório cujo preenchimento e entrega é exigido de cada trabalhador, após fiscalizar o trabalho dos colegas. “Você tem que ver se ele está de EPI, se a máquina, a lixa dele tem condições de trabalhar direitinho, e se não estiver tem que chamar a atenção dele”<sup>436</sup>, comenta Maurício. E assim, como no Panóptico de Bentham, todos são transformados em vigias uns dos outros (FOUCAULT, 1988). Cícero conclui dizendo que transgredir uma sequer das “regras de ouro”

---

<sup>433</sup> Idem.

<sup>434</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 26/11/2014.

<sup>435</sup> Idem.

<sup>436</sup> Idem.

das empresas sobre saúde e segurança pode trazer consequências muito graves, como a demissão imediata e por justa causa do trabalhador.

Em matéria de saúde e segurança, impressiona a semelhança destes com outros relatos concedidos por trabalhadores de outras empresas do setor, como a Veracel.

Então, a meta da gente hoje é mais relacionada à segurança. A gente tem alguns programas lá, programas comportamentais, levantamento de dados dentro da empresa que a pessoa tem bater metas, nesse sentido, tentar observar algumas situações de risco dentro da empresa que ainda não tenham gerado, mas que possam gerar alguma lesão para os funcionários, a nossa meta é em cima disso daí<sup>437</sup>.

Muitas das mesmas regras e práticas, até com os mesmos nomes (DDS, por exemplo) foram relatadas igualmente por outros trabalhadores da Veracel e da Suzano, apontando, também aqui, para um fato geral e parte integrante do *modus operandi* do capital do segmento arbóreo-celulósico. Contudo, adverte Edvânia Lourenço (2011), os aspectos constatados em relação à política de saúde do trabalhador não são exclusivos das empresas em questão e tampouco do segmento produtivo estudado, compondo um dos traços marcantes do momento atual no tocante ao tratamento dessa questão pelas empresas em geral.

[...] [da parte das empresas] há a preocupação com as certificações internacionais que impõem determinadas exigências às empresas quanto à qualidade dos produtos e, em certa medida, ao processo de produção, o que reverbera em atitudes que podem melhorar o ambiente laboral. Porém, a discussão da prevenção, quase sempre, *imputa aos trabalhadores o peso das medidas* que, não exclusivamente, mas de maneira acentuada, resvala sobre o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), que embora crie barreiras para a exposição do corpo a algum agente causador de acidente ou doença, pesa sobre o indivíduo [...] e *representa o reconhecimento de que aquela atividade oferece riscos à saúde do trabalhador* (LOURENÇO, 2011, p. 4. Grifos nossos).

Em alguns casos, como constatamos em Três Lagoas, as empresas combinam a tática de omissão de acidentes à culpabilização e penalização do conjunto dos trabalhadores, por meio de descontos no pagamento (corte do prêmio de produção), redução de cesta básica e do ticket-alimentação quando da ocorrência destes eventos. Conforme Mateus e Marcos,

Aconteceu um acidente lá que me deixou bastante contrariado pela omissão dos líderes. Porque pra você abrir uma CAT você tem 48 horas, então os camaradas faziam o socorro ali mesmo quando dava, quando via que era sério eles socorriam na hora, mas se viam que não era muito sério eles falavam que não tinha transporte... Mas quando era sério eles levavam no hospital e faziam de tudo pra evitar de chamar o técnico de segurança pra esperar passar as 48 [horas] e não abrir a CAT. Inclusive um menino que era *treinee* ainda, caiu e machucou o joelho, quando chegou o outro mês veio descontado o nosso prêmio de produção e outras coisas e a gente questionou o porquê. Eles falaram que foi devido ao acidente [...] Toda vez que acontece um acidente com alguém é descontado do nosso salário.

---

<sup>437</sup> Pedro. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 26/03/2014.

Na Eldorado, mesmo quando o cara se acidentou fora do trabalho ou dentro dele e pega um atestado, não importa o motivo, ele perde o prêmio de produção, perde a cesta básica, o ticket...<sup>438</sup>.

Ora, num primeiro momento, é preciso enquadrar esse tipo de política, baseada na imputação da culpa aos trabalhadores pelos riscos e agravos que os aviltam, no quadro mais abrangente daquilo que Žižek (2012) chamou de “personalização das responsabilidades e da culpa” (p. 36). Trata-se de um processo contemporâneo cujo objetivo é retirar completamente a responsabilidade do modo de organização social orquestrado pelo capital (e pelas suas formas jurídicas, as empresas) repassando-a aos indivíduos isolados, sejam eles trabalhadores, como aqui é o caso, sejam os consumidores, doravante convocados a “salvar o planeta” no contexto da crise ecológica.

Uma vez mais, a responsabilização do trabalhador por sua própria segurança e saúde não é um aspecto singular da política das corporações da celulose, pois como salienta Lourenço (2011), “no geral, ainda sobressaem aquelas análises de cunho comportamental. É como se o trabalhador agisse propositalmente ou inadequadamente para produzir o evento e se automutilar ou incapacitar” (p. 6). E os programas de segurança e saúde do trabalhador, ao espírito da RSE, ao invés de significarem a efetivação de ambientes de trabalho menos nocivos, pelo contrário, apenas incluem as responsabilidades em segurança e saúde do trabalhador no âmbito do marketing social e empresarial, transformando saúde em negócio, redução de acidentes enquanto prerrogativa de mercado, o mesmo tratamento dado à questão ambiental (BRAZ, 2013).

A explicação para tamanha cobrança, como visto, nem de longe tangencia a preocupação legítima com a saúde e a segurança do trabalhador e, alguns dentre eles têm plena consciência disso.

[Isso é] por causa dessas certificações internacionais; o primeiro item é segurança, depois vem qualidade, matéria-prima... Se você pega o histórico da empresa e tem todo dia acidente, você não ganha essa certificação, e o que acontece? Você não ganhando você não consegue exportar, porque a Ásia não compra, a Europa não compra, ninguém compra mais<sup>439</sup>.

E nem mesmo os frágeis limites impostos pelas certificações escapam às desonestas táticas das empresas, pois como nos informa Marcos,

Em dia de auditoria tudo funciona. Eu não entendo, porque deveria ser algo de surpresa, mas as auditorias aqui do estado são agendadas uma semana antes. Eles [empresa] pegam um funcionário que sai talhão por talhão limpando – porque é comum você achar mangueira, bacia de contenção cheia de óleo, poças e manchas de óleo que o cara vai lá e joga um monte de terra por cima pra esconder. [...] eles mandar catar bitucas de cigarro [do chão], param a gente e começam a lembrar dos procedimentos operacionais, repassam as ‘regras de ouro’ da segurança, mas de fato não é assim que funciona. E outra [coisa], eles separam pessoas, eles vão no carro

---

<sup>438</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/04/2016.

<sup>439</sup> Maurício. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 26/11/2014.

com o pessoal da auditoria e vão nas máquinas das pessoas que eles mesmos já instruíram, não vai em qualquer um. Se fosse algo de surpresa pegaria muito erro<sup>440</sup>.

Opondo-se diametralmente ao discurso e às práticas baseadas na personalização das responsabilidades e da culpa calcada na panaceia da proteção individual, segundo a qual o problema dos acidentes e do adoecimento do trabalho é concebido como simples fatalidade causada pela imprudência do trabalhador e/ou do empregador (por exemplo, o não uso dos EPIs), Djours (1992) insiste no papel crucial jogado não apenas pelas condições de trabalho (ambientes físico, químico e biológico), mas pela organização do trabalho, ou seja, “a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa [...] o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade etc.” (p. 25).

É atribuído a ele também o conceito de “ideologias ocupacionais defensivas”, construções subjetivas coletivas que servem como defesa ante os riscos inerente às mais variadas ocupações. “Em numerosas profissões”, explica e exemplifica o autor, “reencontramos assim sistemas de defesa que estão profundamente estruturados pela natureza do risco em questão” (DJOURS, 1992, p. 72). Um dos efeitos desse tipo de ideologia é justamente a resistência ao uso dos equipamentos de proteção individual, enquanto forma de negação do risco e, conseqüentemente, do medo de acidentarse ou adoecer.

Garcia e Alves Filho (2005 *apud* RODRIGUES, 2012) vão ao encontro das colocações anteriores, acrescentando, no que tange à segurança do trabalho, que o controle deve sempre recair primeiro sobre o ambiente de trabalho, passando a solução, primeiramente, pela adoção de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), e não dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

Quando falham as formas de ocultação circunscritas ao campo da legalidade formal da sociedade burguesa, ou mesmo paralelamente à sua adoção, as empresas podem recorrer a métodos muito mais obscuros, ilegais e inaceitáveis de varrer para debaixo do tapete os infortúnios à integridade física e psíquica gerados pela organização e pelos processos de trabalho que implementam. Foi o que constatamos *in loco*, no Município de Eunápolis. Devido ao seu descomunal poder econômico, à Veracel – como qualquer outra das empresas estudadas – não é custoso assediar e cooptar aqueles agentes do Estado cuja responsabilidade é precisamente a de resguardar e garantir o cumprimento dos direitos dos trabalhadores, sobretudo, nos casos de exposição deliberada aos riscos e de ocorrência de agravos. Assim, segundo os depoimentos obtidos, concedidos pelos operadores Messias e Max, lesionados, severamente perseguidos e prejudicados pela corporação, faz parte de sua estratégia

---

<sup>440</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/04/2016.

territorial a formação de uma extensa rede de cooptação que vai do médico do trabalho da empresa ao Poder Judiciário, nos níveis municipal e estadual, passando pelos peritos da Previdência Social.

[Tem] muita gente se vendendo. Só para você ter uma ideia, o pessoal do INSS, tanto eu fiz a denúncia, quanto o pessoal do Ministério Público do Trabalho fez denúncia contra eles [pois estão] se vendendo, dando perícia favorável para a empresa. Ou seja, a empresa liga e manda dizer ‘Esse [trabalhador] aqui está doente, mas eu quero que [o parecer] seja favorável a mim’<sup>441</sup>.

Max resume bem as consequências da parcialidade dos profissionais do INSS para os trabalhadores:

É impossível você pegar um grupo de dez pessoas [...] e dessas dez pessoas, todo mundo já tinham passado algumas vezes pelo INSS e quando a perícia é feita novamente em Eunápolis, ninguém tem doença! O laudo é negativo e o trabalhador perde o benefício!<sup>442</sup>

Em virtude disso, muitos funcionários lesionados da Veracel são obrigados a se deslocar para outros municípios da Bahia e até para o estado vizinho, o Espírito Santo, no afã de realizar perícias médicas mais confiáveis. Messias contou sobre uma ocasião em que a perita da Justiça do Trabalho, tendo ingressado no INSS após tê-lo avaliado quatro vezes e contatado a lesão no ombro esquerdo, indeferiu seu pedido logo depois de olhar uma lista, supostamente preparada pela empresa, com nomes dos funcionários aos quais os benefícios não deveriam ser liberados. As palavras do juiz responsável pelo julgamento do caso, lidas pelo próprio entrevistado de sentença em punho, são contundentes:

O laudo, na folha 22, demonstra a existência de moléstia no ombro esquerdo do reclamante, sendo que a perita sequer mencionou tal lesão em suas conclusões. Os laudos, nas folhas 27 e 29, também evidenciam as lesões descritas na exordial<sup>443</sup>.

Uma rápida consulta, por meio de certidão emitida pela Justiça do Trabalho da 5ª Região a pedido do CEPEDDES, revelou haver 960 ações movidas por trabalhadores diretamente contra a Veracel no ano de 2010, um número absurdo para uma empresa com o seu número de funcionários. Ainda assim, segundo o entrevistado, sentenças favoráveis aos trabalhadores estão cada vez mais raras, devido ao poder de corrupção da empresa frente ao Judiciário. Até mesmo porque outra tática comum seria o pagamento de propina aos próprios trabalhadores lesionados, ou seus possíveis defensores perante à Justiça, de modo a silenciá-los antes ou durante o desenrolar dos processos judiciais. Como se não bastasse, segundo os entrevistados, a empresa tem perseguido sistematicamente os profissionais

---

<sup>441</sup> Messias. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/03/2014.

<sup>442</sup> Max. Idem.

<sup>443</sup> Messias. Idem.

honestos que não entram no esquema de corrupção cujas evidências apontam que seja por ela consubstanciado, inclusive ameaçando-os com represálias, caso exerçam retamente seu trabalho.

Tudo isso, portanto, evidencia o resultado nefasto da territorialidade do capital, em suas imposições alienantes e estranhadas sobre o trabalho, cujo corolário tem sido, de um lado, os recordes de produção, rentabilidade e competitividade da indústria nacional de celulose, e de outro, a pilhagem territorial inscrita também nos corpos e mentes degradados dos sujeitos que trabalham. A esses, enquanto vendedores de força de trabalho, nem mesmo a saúde e a integridade lhes são poupados. Sob mais esta feição, portanto, comprova-se a insustentabilidade desta forma de controle do metabolismo social pautada pela acumulação ampliada. Nada disso, porém, passa diante dos trabalhadores sem que resistam.

Já demonstramos como a distinção entre camponeses e trabalhadores assalariados é, em alguns casos estudados nesta tese, limitada, na medida em que vários camponeses são também assalariados e vice-versa. Dentre os demais trabalhadores assalariados nas empresas (próprias ou prestadoras de serviço), porém, constatamos formas de resistência (individual e coletiva) cuja compreensão nos tem sido muito cara. A primeira e mais tradicional delas – para alguns, a única forma de “representação legítima” - é o movimento sindical.

No passado como no presente, é inegável o valor da confrontação coletiva por meio dos sindicatos na luta histórica do trabalho contra as violações do capital. As transformações técnicas e organizacionais características do regime flexível, face à estrutura sindical hierárquica e corporativa tipicamente fordista, entretanto, fez emergir rebatimentos diretos, como a ruptura de laços de identidade e solidariedade de classe, o desmonte dos coletivos e a corrosão dos espaços políticos dos trabalhadores e trabalhadoras (BERNARDO, 1997; ANTUNES, 1999; 2011; ALVES, 2013a; 2014). Neste cenário global, constitui agravante ao sindicalismo brasileiro sua vinculação à ação regulamentadora do Estado, a qual remonta à Era Vargas (1930-1945) (ANTUNES, 1982) e, assim, às diversas fraturas categoriais e territoriais (de base) por ela impostas (THOMAZ JUNIOR, 2002).

Nos casos contemplados por este estudo, a inoperância e até mesmo inexistência da representação sindical entre os trabalhadores infelizmente é um fato consumado, o que se torna ainda mais graves quanto mais precária e degradante é a função exercida/categoria de pertencimento, por exemplo, no caso dos trabalhadores terceirizados, majoritariamente presentes nas atividades relativas ao campo. A maior parte dos trabalhadores sequer conhece o sindicato a que estão filiados e seus supostos representantes, como é notório na fala de Márcio sobre o assunto: “rapaz, pra te falar a verdade, faz dois anos que eu estou aqui e não vi ele [o sindicato] não. Pra receber eles são bons, mas

pra ir no campo...”<sup>444</sup>. O pagamento a que o trabalhador se refere é a contribuição sindical anualmente descontada direto na fonte.

O grande problema é que a sindicalização, em tese facultativa, foi tornada obrigatória e, segundo relatos confirmados inclusive por outros pesquisadores, é feita pelas próprias empresas por meio de um sindicato de fachada denominado “Sindicato dos Trabalhadores em Florestas [criado] para representação dos trabalhadores das prestadoras de serviços para a Suzano” (MIQCB, 2012/2013, p. 27). Quanto a isso, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Imperatriz, instituição a qual caberia a prerrogativa da representação, afirmou que

Na época do plantio a gente questionou muito, a nossa federação, porque eles tinham um sindicato – tinham não, eu acho que ainda têm – aqui em Imperatriz, só que ninguém nunca descobriu onde ficava a sede. A gente teve uma audiência em São Luís e eles ficavam fugindo o tempo todo, porque a área do campo, quem teria que representar era esse sindicato aqui [...] [e os trabalhadores] recebiam no contracheque os descontos pra esse sindicato que eles nem conheciam [...]. Foi a própria empresa que criou esse sindicato para estar descontando de cada funcionário sem representá-los<sup>445</sup>.

Igualmente, segundo os operadores da Veracel entrevistados, a categoria não confia e não se sente representada pelo seu sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Eunápolis (STTR).

A gente não consegue nada no sindicato dos trabalhadores rurais. Esses tempos atrás eu fui lá para abrir uma CAT e a pessoa que me atendeu ligou para a Veracel para saber se podia abrir a CAT. Funciona assim, é a empresa que está por trás do sindicato.

Em Três Lagoas, por sua vez, o sindicato mais expressivo é o dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Celulose (SITTREL). A instituição, entretanto, restringe-se a representar os trabalhadores diretos (não terceirizados) e mantém postura bastante conciliadora com a classe patronal. “No campo”, explica Lúcio, “para todo o pessoal, essa questão de sindicato dentro do processo era bem ofuscada, quase não se falava em sindicato, nos direitos, isso não era divulgado. Então, de princípio, esse pessoal trabalhava bem alienado disso tudo”<sup>446</sup>.

Frente a este cenário de falta de representatividade, de um lado, e de desrespeito aos direitos trabalhistas de outro, em setembro de 2015 alguns dos operadores de máquinas agrícolas da Eldorado Brasil e da Fibria decidiram criar um novo sindicato apartado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ao qual até então estavam filiados, o Sindicato dos Trabalhadores em Floresta (SINTRAF) de Três Lagoas. Conforme Marcos,

---

<sup>444</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 13/09/2014.

<sup>445</sup> Geraldo. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 09/09/2014.

<sup>446</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 26/09/2012.

A falta de representatividade que levou a gente a montar o sindicato, porque, quando a gente ia participar de acordos coletivos e os trabalhadores se reuniam pra falar o que não estava agradando, tipo horas *in itinere*, que a gente ficava em torno de 14 horas em função da empresa e a gente ganha [por apenas] 10 [horas], isso na Fibria [...] e [quando] a gente colocava essa pauta a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais tentava tirar e falar que ‘vamos gente, vocês estão num bom trabalho, vocês ganham bem...’<sup>447</sup>.

A resposta das empresas, dada pouco mais de uma semana depois, foi a demissão sumária de todos os membros da diretoria do novo sindicato, à exceção de um deles por ser também membro da CIPA<sup>448</sup>. O resultado imediato tem sido o afugentamento dos demais trabalhadores, os quais, amedrontados, mesmo querendo resistem à filiação ao SINTRAF. “Eu tenho companheiros hoje que ajudam a gente e que não querem que o nome deles apareça [...]. Quando a gente chama uma assembleia a Fibria fala ‘quem for na assembleia e estiver de uniforme a gente vai tomar as providências cabíveis’<sup>449</sup>.”

Em relação à postura adotada pelo STR de Três Lagoas diante das reivindicações dos operadores de máquinas, podemos observar que ela representa uma contradição e explicita as fissuras na resistência do trabalho, quando lembramos que o mesmo sindicato esteve à frente de ações de luta pela terra, algumas das quais, inclusive, resultaram em desapropriação e criação de assentamentos, como o 20 de Março (ver item 2.3).

Tudo isso ajuda a entender porque tem se tornado cada dia mais frequente a criação de outros órgãos de representação coletiva por fora da seara sindical, e mesmo a emergência de atos de resistência individual entre os trabalhadores e trabalhadoras. Os operadores lesionados da Veracel, por exemplo, fundaram uma associação chamada ASSOESBA, em 2006, com o intuito de lutar pela reparação dos agravos sofridos e de combater esse tipo de exploração brutal. A repressão da empresa, contudo, segue implacável e foi capaz de provocar a desativação da entidade. Conforme o desabafo de Messias,

Muita gente foi pressionada e continua sendo. Se ela [a ASSOESBA] for reativada muita gente não vai se filiar, muita gente não vai ter contato porque tem medo. A empresa fala: ‘Se você tiver contato com essas pessoas, se você tiver contato com essa associação a gente te manda embora na hora’<sup>450</sup>.

Independentemente da forma de representação, uma das principais táticas de enfrentamento, especialmente no setor de construção e montagem das fábricas, mas também entre os operadores de

---

<sup>447</sup> Marcos (ex-operador de máquina de corte na Fibria). Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/04/2016.

<sup>448</sup> Idem.

<sup>449</sup> Idem.

<sup>450</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/03/2014.



máquinas agrícolas e demais trabalhadores do campo, são as paralisações repentinas e greves. Em março de 2013, por exemplo, 350 trabalhadores, sendo 200 operadores de máquinas e 150 funcionários do viveiro de mudas da Veracel, entraram em greve, alegando, dentre outras coisas, o recebimento de salário abaixo do valor do piso da categoria e até do salário mínimo; a falta de segurança no trabalho, causadora de acidentes com mutilações e mortes; e, especificamente no caso dos operadores de colheitadeira, o alto índice de doenças ocupacionais desenvolvidas em função da ampla jornada, dos longos trajetos por estradas esburacadas e empoeiradas, e do ritmo acelerado de trabalho no corte imposto pelas metas de produção, todos esses, aspectos já detalhados.

Max, um dos grevistas e articuladores do movimento, afirmou que a principal reivindicação dizia respeito às questões de segurança e saúde no trabalho.

A gente explodiu aquela greve lá, quem botou aquela greve lá dentro da Veracel foi o pessoal [lesionado, com] doença ocupacional, porque é o único que tem boca pra falar algumas coisa, porque é o único que tinha alguns pilares pra poder apoiar a greve [...]. Qualquer outro trabalhador que abrir a boca é mandado embora imediatamente<sup>451</sup>.

Como tivemos a oportunidade de constatar noutro trabalho (PERPETUA, 2013), durante a construção das duas fábricas de celulose (2006-2009 e 2010-2012) a cidade de Três Lagoas foi transformada em palco de inúmeras greves, paradesios e outros movimentos massivos mais ou menos explosivos entre os trabalhadores. Num intervalo de dois anos (2011-2012) ocorreram pelo menos seis grandes greves, boa parte delas envolvendo milhares de trabalhadores, nas obras da Eldorado Brasil, então em construção, e na fábrica da Fibria. Havia de comum à maioria delas o fato de não serem puxadas ou coordenadas por nenhum sindicato, sendo protagonizadas principalmente por trabalhadores-volantes – por sinal, segundo sindicalista entrevistado na época, os menos afeitos à sindicalização.

Oliveira (2014) também identificou uma greve envolvendo cerca de 2.500 funcionários do setor de transporte, em julho de 2006, e outra, protagonizada pelos funcionários de quatro empresas terceirizadas na parte de silvicultura (LOCASERV, EMFLORA, PLANTAR e GF) em Três Lagoas, no ano de 2013.

Finalmente, em Imperatriz, chegou ao nosso conhecimento a realização de paralisações espontâneas nas atividades do campo, ora em função das condições de transporte precárias, ora do atraso nos pagamentos e outras transgressões dos direitos dos trabalhadores.

Muitas vezes, contudo, a resistência assume um caráter pessoal, sendo travada por trabalhadores isolados em resposta aos desmandos da dominação e exploração empreendida pelo

---

<sup>451</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 21/03/2014.

capital. Se mudarmos um pouco o nosso ponto de vista, veremos que mesmo quando aparentemente os trabalhadores estão passivos e/ou resignados frente às imposições das forças estranhadas do capital, na verdade, podem estar resistindo de inúmeras formas, mais ou menos individualizadas e muitas vezes até inconscientes, como quando forjam as “estratégias defensivas” tratadas por Djours (1992).

Quando as outras alternativas falham, restam aos sujeitos que trabalham a penosa via judicial, cujos traços já foram apresentados, e outras formas mais ou menos “escapistas” de luta e resistência travadas nos microcosmos da produção. A indolência frente às tarefas é, sem dúvida, uma delas, recebendo inclusive um nome popular entre os ajudantes florestais no campo: “matar lefoa”.

‘Matar lefoa’ é o seguinte: você sai aqui do talhão, aí na roçada aqui, se você vai lá pro outro lado você tem – quer dizer, a empresa te dá - cinco minutos de descanso, pra tomar uma água, cinco ou dez minutos. Mas tem gente que fica lá meia hora, passa do limite da empresa. Isso aí já é estar ‘matando lefoa’<sup>452</sup>.

Ora, o tempo de não-trabalho, o intervalo entre as tarefas absolutamente condenável do ponto de vista cego do capital, nos ensina Djours (1992), é, na verdade, “uma etapa do trabalho durante a qual agem operações de regulação do binômio homem-trabalho, destinadas a assegurar a continuidade da tarefa e a proteção da vida mental do trabalhador” e, por isso mesmo, funciona como um mecanismo de defesa individual contra a organização do trabalho (p. 37. Grifos do autor). Isso explica por que o trabalho repetitivo sem os intervalos adequados pode se tornar grave causador de agravos à saúde (DIVAST/CESAT, 2012).

Muito embora estejam no mais das vezes atendendo às necessidades fisiológicas e psíquicas demandadas pelo binômio homem-trabalho, na consciência dos trabalhadores, submersos na disciplina capitalista, “matar lefoa” acaba por aparecer como uma transgressão condenável. Disso resulta uma última alternativa de resistência, normalmente mobilizada quando todas as demais já se mostraram ineficazes: o pedido de demissão.

Já tivemos a oportunidade de provar o quanto essa modalidade de desligamento é ínfima nas atividades relacionadas à produção de celulose (ver item 6.1.), perto dos chamados “desligamentos por demissão sem justa causa” e “desligamentos por término de contrato”, que independem dos trabalhadores. Mesmo assim, deparamo-nos com alguns trabalhadores que, ante uma oportunidade qualquer de subsistência fora do território da hegemonia hegemônico pelo capital não hesitam em demitir-se. O caso de José Luís, morador da Ocupação Irmã Dorothy em Eunápolis, é exemplar. Mesmo depois de 25 anos trabalhando como ajudante florestal na Veracel (antes Veracruz Florestal),

---

<sup>452</sup> Antônio. Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 13/09/2014.

o trabalhador pediu demissão e decidiu trabalhar na terra, quando esta possibilidade se deixou vislumbrar.

Em não poucos casos, como conta João, os trabalhadores preferem as incertezas e inseguranças de atividades extrativistas sazonais, tais como a coleta do açaí, muito comum na região de Imperatriz em certo período do ano, a se deixarem sujeitar pelo jugo do trabalho assalariado formal.

[Depois que saí da empresa] eu trabalho aqui, por conta mesmo, tirando açaí. É que a gente não vai todo dia e, se for pra ganhar mixaria a gente fica aqui mesmo e não trabalha todo dia naquele sol quente. Já apareceu até firma pra negócio de eucalipto aqui e eles disseram que não vão. A gente tira um saco de açaí e recebe oitenta reais [R\$ 80,00] e trabalha só meio dia de serviço<sup>453</sup>.

Aí, pelo menos, eles encontram alguma autonomia sobre si, sobre sua atividade e sobre os produtos do seu próprio trabalho, revertendo, ainda que de forma precária, a alienação e o estranhamento tão característicos do metabolismo social que até então lhes encerrava no território da pilhagem e da degradação.

---

<sup>453</sup> Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada em 12/09/2014.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito longe de termos esgotado todas as questões postas e, sobretudo, aquelas que surgiram ao longo da pesquisa como desdobramentos da execução dos procedimentos metodológicos adotados e da análise, reflexão crítica e síntese - etapas imprescindíveis do processo de investigação – os resultados obtidos e expostos autorizam-nos a tecer algumas considerações e apontamentos finais. Em primeiro lugar, cumpre-nos destacar a unicidade trina do objeto, contida na tríade relacional estruturadora do próprio plano de redação do texto. Só tem sido possível compreender a expansão do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo por meio da análise de sua relação com o(s) território(s), com o Estado nacional brasileiro e com os sujeitos que trabalham.

Em relação ao primeiro ponto, vimos como os novos megaempreendimentos do segmento produtivo em tela são, na verdade, resultado do cruzamento entre movimentos mais amplos desdobrados noutras escalas, como o processo de fragmentação e periferização das etapas do processo produtivo papelero, com condicionantes específicos presentes nos novos territórios da celulose (Extremo Sul da Bahia, Oeste do Maranhão e Leste de Mato Grosso do Sul). Buscando reduzir custos, driblar barreiras (econômicas, sociais, políticas, ecológicas e culturais) impostas e, principalmente, auferir maiores quantidades de mais-valor e renda da terra em menor tempo, enquanto fração do capital social total em irrefreável e permanente expansão, externa e internamente o capital arbóreo-celulósico faz uso da mobilidade espacial.

Nesse sentido, convém destacar também a estreita vinculação do capital produtivo com o capital financeiro-especulativo, o qual procura investimentos reais cujo retorno é garantido, ao mesmo tempo em que é procurado pelas empresas como fonte de recursos e forma de diversificação, no contexto mais amplo de crise estrutural do capital. Todas estas conexões e verdadeiras intensões, obviamente, encontram-se obnubiladas por trás de um espesso véu ideológico de cunho liberal, determinista e malthusiano capaz de, a um só tempo, promover a adequação às exigências de mercado (certificações internacionais) e dissimular a incontrolabilidade e destrutividade inerentes ao capital, bem como à divisão internacional desigual e hierárquica do trabalho dentro da qual elas operam.

Diante disso, a tese que procuramos sustentar é que, em função de suas características estruturais-inerentes, nos moldes atuais, a produção de celulose só pode se dar na exata medida em que for capaz de se apropriar e exercer controle vertical e autoritário sobre territórios contíguos e de grande extensão, de modo a fruir monopolisticamente dos recursos neles presentes. Para tanto, o capital tem lançado mão de uma estratégia (*modus operandi*) intencional e sistemática, composta por um conjunto de táticas que, observadas à luz do materialismo dialético, revelam a combinação entre

distintas formas de acumulação (primitiva, por espoliação e ampliada), dando corpo ao que estamos chamando de pilhagem territorial. Esta pilhagem, por sua vez, é pilhagem em três sentidos complementares: (1) é *pilhagem de territórios já constituídos*, seja por outras frações menores de capital e sob relações capitalistas (outros cultivos comerciais e pecuária, por exemplo), seja por relações sociais não capitalistas (camponeses, povos originários e comunidades tradicionais); (2) é *pilhagem em cujo âmago está a necessidade de apropriação e controle de uma fração de espaço na forma de território*, a qual, como vimos, estende-se quase que de forma contígua por centenas de milhares de ha e, finalmente, (3) é *pilhagem de recursos territoriais*, como as terras mais férteis e planas, os mananciais (superficiais e subterrâneos) existentes, a infraestrutura de transportes e dos centros urbanos que sediam os novos empreendimentos, as diversas formas de “incentivo” que dissimulam a imensa transferência de recursos públicos para o capital privado (doações, isenções e abatimentos fiscais, financiamentos generosos etc.) e a própria força de trabalho. Os resultados, como vimos, são os mais funestos possíveis, tanto para a maioria dos homens e mulheres afetados, quanto para o ambiente em que vivem.

Deste modo, cumpre-nos também asseverar que o processo de precarização do trabalho e a correspondente degradação dos sujeitos que trabalham não são fenômenos distintos em relação à pilhagem territorial, mas, em última instância, desdobramentos diretamente decorrentes dela.

Assim, devemos indicar a existência de uma contradição importante entre as determinações estruturais da atuação das corporações, dadas igualmente pela forma de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e pelas particularidades da estruturação do segmento arbóreo-celulósico no Brasil, e as exigências de “adequação” e “legitimação” desta mesma atuação consubstanciadas pelas certificações internacionais e seu corolário prático, a adoção de programas de responsabilidade socioambiental e de segurança e saúde do trabalhador imprescindíveis para a realização do mais-valor auferido por meio da venda. Obviamente, as corporações e seus prepostos têm encontrado sempre maneiras de driblar qualquer destes condicionantes, mesmo que cumpridos à risca, pois eles são em essência incapazes de assegurar qualquer equidade para os sujeitos estudados. E, o que é ainda mais interessante: o capital tem conseguido não apenas driblá-los como transformá-los em mecanismos de controle das comunidades afetadas, resistentes ou não, e dos trabalhadores e trabalhadoras sobre os quais repousa o insuportável fardo dos procedimentos e metas.

Não obstante, a efetivação de tudo isso só pode ocorrer se e na medida em que o capital hibridiza-se com o Estado, numa “parceria” concretizada em sucessivos governos, desde os idos do Nacional-desenvolvimentismo brasileiro (anos 1950 a 1980). Demonstramos como sem a intervenção direta e generosa, enfim, a mão “pesada” e bastante “visível” do Estado nacional brasileiro – materializada nos benefícios fiscais (isenções e subsídios), nas doações, na dotação de infraestrutura

e, especialmente, na concessão de vultosos financiamentos -, pelo menos em seu atual formato, sequer existiria o capital empregado na produção arbóreo-celulósica.

Até muito recentemente, tamanha prodigalidade encontrava fundamento econômico-político e justificativa ideológica na estratégia novo-desenvolvimentista, muito especialmente na doutrina da redução da vulnerabilidade externa-estrutural através da geração de superávits na balança comercial, tudo alinhavado a, e viabilizado por, uma circunstância histórica peculiar: o ciclo de crescimento global iniciado em meados da década passada e o correspondente “efeito China”. O capital, de sua parte, também irriga o Estado com volumosas benesses, destacadamente os milionários financiamentos de campanha eleitoral. Há, portanto, uma complexa teia de reciprocidades entre Estado e capital, em conformidade com o período da crise estrutural em que a “ajuda externa” tornou-se imprescindível para a própria sobrevivência da forma de controle do metabolismo social vigente.

Finalmente, na última parte do texto, procuramos mostrar como a relação entre capital e trabalho compõe o esteio de todo o processo de territorialização investigado. A apropriação e controle do território e dos recursos territoriais só pode ocorrer pelo controle do trabalho e, assim, a atual configuração mundializada do setor e suas ligações com a lógica do capital financeiro-especulativo exercem o mesmo papel em relação a eles e aos demais recursos, forçando à redução de custos e à transposição de todo e qualquer limite aceitável. Daí os processos gêmeos de precarização e degradação do trabalho, em certa medida também adequados às exigências de mercado (certificações internacionais) conformadoras das políticas internas de saúde e segurança do trabalho das empresas.

Neste caso específico, a estratégia da superposição territorial, que tem na terceirização massiva seu verdadeiro sustentáculo, figura no centro da territorialidade do capital em sua relação (de negação/afirmação) com o trabalho. Contraditoriamente, tendo perdido o controle sobre sua natureza exterior, sobre sua própria atividade produtiva, sobre seu ser genérico e em sua relação com os outros seres humanos, pois enredados na estrutura hierárquica alienante de controle que é o capital, os sujeitos que trabalham constroem as grades de sua prisão e o flagelo que fere sua própria carne.

Amparados pelos dados quantitativos, tivemos oportunidade de desconstruir o “mito da geração de empregos” pelos novos empreendimentos nas regiões estudadas. A análise demonstrou que, de fato, empregos foram e têm sido gerados, porém, quando olhamos mais de perto, percebemos que são escassos diante do volume de recursos investidos e dos desdobramentos negativos oriundos dos megaempreendimentos, além do fato de que a geração se concentra na fase de montagem das plantas; apresentam grande predominância de homens e pequena proporção de mulheres; são voláteis, devido à relação de paridade entre admissões e desligamentos; e são mal remunerados para a grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras.

Conquanto de suma importância, tais aspectos constituem apenas a ponta de um problemático *iceberg* de precarização do trabalho somente revelado por meio dos procedimentos de pesquisa qualitativa. Fruto de um processo mais ou menos longo de reestruturação produtiva que atingiu seu ápice durante a “desertificação neoliberal” no Brasil (década de 1990), nas novas fábricas de celulose e suas respectivas áreas de cultivo a tecnologia de ponta embutida no maquinário fabril e de campo, com todos os sistemas de automação e controle da produção, encontra sua contrapartida organizacional em formas flexíveis de gestão e controle da força de trabalho sempre combinadas a elementos arcaicos, porém, dissimulados. Nelas, o conjunto muito mais enxuto de trabalhadores dos empreendimentos atuais, quando comparados aos empreendimentos mais antigos, defronta-se com expedientes combinados e extremamente eficazes de flexibilização da contratação (terceirização), da jornada de trabalho (expansão das jornadas e intensificação do ritmo de trabalho) e da remuneração (bônus e prêmios de produção que compõem parte significativa do salário regidos por metas abusivas).

Por vários motivos que tentamos explicitar, as consequências para a saúde dos trabalhadores nem sempre são visíveis. Em primeiro lugar porque, seguindo a tendência geral de registros de agravos no Brasil, a subnotificação do segmento impera nos dois principais bancos disponíveis (Previdência Social e SINAN-SUS). Nesse sentido, elencamos alguns dos principais entraves da notificação, desde a postura receosa e/ou estrategicamente defensiva dos próprios trabalhadores, que muitas vezes continuam trabalhando doentes, até os subterfúgios mais funestos adotados pelas empresas, de cujas práticas deixam-se entrever indícios de manipulação ilegal das ações de agentes públicos da Saúde, Previdência Social e Justiça. Deixemos claro, quanto a esta última afirmação, que não constatamos tais subterfúgios em todas as regiões estudadas, mas tão somente no caso do Extremo Sul da Bahia.

Há ainda os problemas da imbricação entre patologias do trabalho e patologias não relacionadas ao trabalho, da fragmentação das fontes e, no caso dos dados do SINAN (SUS), da falta de conscientização, preparo e tempo para que o registro seja feito adequadamente, isto é, com todas as informações necessárias para se fazer a correlação entre agravos e segmento estudado.

Ainda assim, os dados não deixam de ser expressivos e alarmantes quando consideramos as dificuldades, os transtornos e o sofrimento físico-psíquico enfrentado pelos trabalhadores lesionados/adoecidos e suas famílias. Ora, não podem existir índices aceitáveis quando o que está em jogo é a saúde dos verdadeiros produtores da riqueza. Não obstante, devemos advertir, sendo alguns dos principais empreendimentos, como os da Eldorado Brasil, em Três Lagoas, e da Suzano Papel e Celulose, em Imperatriz, extremamente recentes, grande parte dos agravos ainda está por manifestar-se se nada for feito em sentido contrário.

Os procedimentos de pesquisa qualitativa, viabilizados pelos trabalhos de campo realizados nas áreas de estudo, revelaram um cenário no mínimo perturbador no tocante à segurança e à saúde

dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos na produção de celulose. A imposição de inúmeros riscos (físicos, químicos e biológicos) e a ocorrência constante de agravos os mais diversos contrasta enormemente com o discurso das empresas e também com os dados levantados. Ficou muito nítida, para nós, a relação entre a aparência de “modernidade” e a verdadeira essência *destrutiva* do processo de trabalho na produção de celulose. Sem dúvida, um dos melhores exemplos disso é o dos operadores de máquinas agrícolas de corte e transporte, os quais manuseiam equipamentos de altíssima tecnologia que, para terem seu alto custo compensado, devem funcionar constantemente e a um ritmo absolutamente inviável para os trabalhadores. O resultado é a epidemia de lesões por esforço repetitivo tratada como fatalidade pelas empresas e pelo Poder Público.

Da parte dos trabalhadores e trabalhadoras, no entanto, nada disso se dá de forma automática ou passiva, mas muito pelo contrário. Todo poder suscita resistência e, por extensão, a territorialização do capital faz brotar sempre e de diferentes formas contraposições, questionamentos, conflitos e lutas da parte do trabalho, seu polo antagônico. Mesmo com todas as fragilidades existentes, cotidianamente, pois, os trabalhadores e trabalhadoras, sejam eles assalariados ou não, têm resistido às imposições alienantes e estranhadas do capital, quer de forma coletiva/organizada, quer individualmente e às vezes de maneira não convencional.

Quanto às formas assumidas pela resistência e (Re)Existência, a pesquisa permitiu constatar empiricamente às dificuldades analíticas promovidas pelas abordagens mais ortodoxas (e dogmáticas) da classe trabalhadora e, por conseguinte, a necessidade urgente de alargamento deste conceito. Isso porque, (1) nas próprias regiões estudadas, muitos dos camponeses expropriados e tornados assalariados no passado, hoje engrossam as fileiras de luta pela terra nas inúmeras ocupações e acampamentos dentro e fora dos territórios das empresas; (2) nos assentamentos e comunidades, é comum encontrarmos trabalhadores assalariados pelas empresas que, mesmo nas condições mais adversas, continuam a trabalhar na produção de alimentos utilizando-se dos rendimentos para permanecerem nos lotes e posses; e (3) muitos dos assalariados atuais das próprias empresas encontram no pedido de demissão e no retorno à terra a única alternativa frente à destrutividade do capital. E, em virtude das metamorfoses e rearranjos do mundo do trabalho na atualidade, a plasticidade promove um fluxo cada vez mais intenso entre assalariamento-não assalariamento, cidade-campo e campo-cidade, formalidade-informalidade.

As (Re)Existências e resistências, portanto, em hipótese alguma limitam-se aos assalariados e tampouco aos trabalhadores diretamente envolvidos com a transformação direta da matéria-prima, abarcando o conjunto dos despossuídos, a totalidade viva do trabalho, de tal sorte que, patente ou latente, a conflitualidade está sempre presente nos territórios da hegemonia do capital. No exato momento em que escrevíamos as presentes considerações, por exemplo, a Veracel Celulose obtinha



da Justiça de Eunápolis uma ordem de reintegração de posse executada por meio de despejo de 307 famílias ocupantes de áreas em litígio com a empresa no município, entre as quais as da Ocupação 2 de Julho. As cenas gravadas pela imprensa chocam e entristecem: barracos derrubados, roças completamente destruídas, crianças, idosos, homens e mulheres lançados à própria sorte sem qualquer apoio ou ajuda. E tudo isso em nome do lucro privado sobre áreas com graves pendências jurídicas já comprovadas.

Não deve causar surpresa, portanto, o avolumar do número de ocupações e acampamentos, conflitos por terra e água nas regiões estudadas. Conforme dados da CPT para o período de 2005 a 2014<sup>454</sup>, ocorreram 88 conflitos territoriais dessa natureza nos municípios da Microrregião de Porto Seguro, 74 nos municípios da Microrregião de Imperatriz e 2 na Microrregião de Três Lagoas, envolvendo diretamente algo em torno de 20 mil famílias.

A intensa fragmentação promovida pela divisão técnica do trabalho e intensificada pelas novas formas flexíveis de contratação e outras investidas igualmente devastadoras da reestruturação produtiva para a totalidade viva do trabalho, entretanto, faz com que os sujeitos que trabalham se enxerguem como opostos entre si, mantendo e fortificando ainda mais seus *fronts* individuais de batalha contra o capital.

À vista de tudo isso, sob todos os ângulos adotados podemos afirmar que o modelo de desenvolvimento brasileiro até há pouco vigente, entre outras coisas alicerçado na produção e exportação de *commodities* como a celulose, só faz aprofundar as contradições e desigualdades do nosso capitalismo periférico, estando integralmente alicerçado na incontrollabilidade e destrutividade do capital e seu metabolismo social. E sendo este um modelo repaginado de “capitalismo social”, com alguma regulação estatal e certos ganhos expressivos para a classe trabalhadora, a realidade não nos tem autorizado a acreditar em ajustes, reformas e melhorias por dentro do próprio sistema. Até mesmo porque, ao contrário do contexto da implantação dos megaempreendimentos estudados, no exato momento em que defendemos a presente tese o pacto de classes lulista que soldou o Novo desenvolvimentismo cai por terra, esfacelando-se em meio à assombrosa crise política e ao vácuo de poder por ela instaurado<sup>455</sup>.

Por outro lado, é obvio que não temos hoje o mesmo cenário de crescimento econômico mundial e, especialmente, de valorização generalizada das *commodities* existente na década passada, quando floresceram os insumos básicos nacionais responsáveis pelos sucessivos superávits da balança comercial, tão caros à sustentação deste pacto e do capital arbóreo-celulósico. O que virá adiante?

---

<sup>454</sup> Os dados foram extraídos dos cadernos de *Conflitos no Campo – Brasil* organizados e publicados pela CPT (2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014 e 2015).

<sup>455</sup> Sobre o assunto, ver o artigo “Dilma e o fim do pacto do lulismo”, assinado por Gilberto Maringoni e publicado no dia 08 de março de 2016 pela revista Carta Capital.

Qual será o destino dos segmentos produtores/exportadores de *commodities* no Brasil? E se o setor entrar em crise, que desdobramentos esperar para as regiões altamente especializadas na produção de celulose, como as que estudamos? Eis algumas das questões difíceis de responder no calor dos acontecimentos.

A fragilidade intrínseca ao modelo periférico de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, aprofundado pelo Novo desenvolvimentismo, não nos inspira bons presságios. Como no final dos anos de chumbo do “milagre econômico” (década de 1970), uma vez mais a tragédia revestida de farsa à brasileira tem sido desnudada por suas próprias incongruências internas (crescimento econômico e redução da vulnerabilidade externa por meio de setores excludentes x redução da desigualdade social, mundialização da economia x inserção soberana no mercado internacional, fortalecimento do setor produtivo x ausência de limites ao setor financeiro, amplo arco de alianças entre classes com interesses antagônicos x necessidade de conciliação permanente, entre outros). E o que é ainda pior: não se apresenta no horizonte nenhum outro projeto capaz de concorrer com o programa neoliberal que inspira a extrema direita e sói ocupar novamente o vácuo de poder por ele deixado.

Para a imensa maioria dos homens e mulheres, contudo, o caminho para uma vida plena de sentidos e emancipada, neste início de século XXI, continua passando por fora do edifício social burguês e suas reformas parciais. Para eles, a fórmula mágica de Piketty e do novo desenvolvimentismo não serve. As mesmas contradições reveladas pelo estudo do objeto dessa tese – apenas uma ínfima parte da totalidade - reverberam-se por todo o tecido social fundado na alienação e exploração do trabalho, cujo objetivo não é (e não pode ser) a satisfação de necessidades humanas genuínas, mas tão somente a acumulação como finalidade em si mesma.

Deste modo, o fim da pilhagem territorial promovida pelo capital arbóreo-celulósico, bem como por outras frações do capital total, nos três sentidos anteriormente apontados, necessariamente passa pela construção de um metabolismo no qual, como idealizou Marx, *o desenvolvimento humano seja a medida do desenvolvimento social*. Mas, já que ficar somente no plano da análise crítica e na indicação de um horizonte ideal pode ser motivo suficiente para descreditar nossos apontamentos, devemos afirmar que, sem dúvida, tal transformação está condicionada pelo fortalecimento e unificação das frentes de resistência, do movimento sindical até os movimentos populares de luta pelos direitos dos PCTs, pelo acesso à terra, à água e à moradia e pelo fortalecimento do direito dos trabalhadores, incluindo-se aí o direito inalienável à segurança e à saúde no trabalho e fora dele.

E tudo isso, inescapavelmente, deverá resultar e, ao mesmo tempo, ser condicionado pela construção de um outro espaço geográfico por meio de contra-espacos os quais, orientados pela distribuição, tornem possível a existência da multiplicidade, da alteridade e da autonomia dos trabalhadores.

Para que isso ocorra, no entanto, é imperioso superar a excruciante fragmentação atual da classe trabalhadora não apenas no plano concreto da organização da resistência, mas igualmente no plano abstrato da teoria crítica ainda resistente à necessidade de revisão e alargamento dos sentidos do conceito de classe trabalhadora no capitalismo contemporâneo. Sob pena de cair nas armadilhas do idealismo e do positivismo – e também na mais completa inutilidade – a pesquisa crítica e comprometida não deve jamais se furtar à realidade, por mais que ela contrarie os postulados teóricos estabelecidos. Muito ao contrário, deve ter nela o seu ponto de partida e também de chegada, num constante exercício de síntese dialética e diálogo entre teoria e empiria.

Enquanto atividade com prazo determinado, o findar da pesquisa de doutoramento não é e nem poderia ser o fim do processo investigativo e tampouco a completa resolução de todas as questões postas de início. Sem prejuízo dos resultados obtidos, a conclusão desta etapa, na verdade, nos põe diante de novas constatações e questionamentos, problemas de pesquisa e temas desconhecidos até então, formando um amplo leque de possibilidades para novas agendas de investigações, pois, como disse o poeta, o caminho se faz ao caminhar. Nesse sentido, por exemplo, manifestamos nosso desejo de, futuramente, aprofundarmos a compreensão da relação entre territorialização do capital, certificações internacionais, programas de Responsabilidade Social Empresarial e saúde do trabalhador, no mesmo e/ou em outros setores, assunto pouco explorado pela ótica da Geografia.

Desejamos, profundamente, que os esforços materializados neste modesto trabalho possam servir à qualificação dos argumentos críticos no debate público sobre os temas tratados, ao fortalecimento das vozes historicamente silenciadas e às ações de (Re)Existência e enfrentamento empreendidas pelos trabalhadores e trabalhadoras no campo e na cidade e, assim, representem ao menos uma pequena fagulha no tortuoso e obscuro caminho da emancipação humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, E. L. B. de. Identidade cultural: comunidades quilombolas do Extremo Sul da Bahia em questão. *Revista África e Africanidades*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, [s/p] fev. 2010.
- ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. das N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In: ALMEIDA, A. W. B. de et al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- AGOSTINI, M. Saúde do trabalhador. In: ANDRADE, A.; PINTO, S. C.; OLIVEIRA, R. S. *Animais de laboratório: criação e experimentação* [on line]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Rev. Bras. de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, p. 9-32, mai. 2004.
- \_\_\_\_\_. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira do agronegócio. In: ALMEIDA, A. W. B. de et al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- ALMEIDA, R. A. de. A nova fronteira do eucalipto e a crise da reforma agrária. *Boletim DATALUTA (NERA)*, Presidente Prudente, n. 60, p. 2-10, dez. 2012.
- ALMEIDA, T. M. de. *Cultivo de eucalipto no Extremo Sul da Bahia: modificações no uso da terra e socioeconômicas*. 121f. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Universidade Estadual de Santa Cruz.
- ALMEIDA, A. C.; SOARES, J.V. Comparação entre uso de água em plantações de *Eucalyptus grandis* e floresta ombrófila densa (Mata Atlântica) na costa leste do Brasil. *Árvore*, Viçosa, v.27, n.2, p.159-170, 2003.
- ALTHUSSER, L. Prefácio. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política* (Livro 1 - processo de produção do capital). São Paulo: Boitempo, 2013.
- ALTVATER, E. *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.
- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- \_\_\_\_\_. Globalização como processo civilizatório humano-genérico. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, n. 13/14, p. 37-48, 2002/2003.
- \_\_\_\_\_. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. Londrina: Práxis/Bauru: Canal 6, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- \_\_\_\_\_. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no Século XXI. In: VIZZACCARO-AMARAL, A. L.; MOTA, D. P.; ALVES, G. (Orgs.). *Trabalho e Saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI*. São Paulo: LTr, 2011b.
- \_\_\_\_\_. *Dimensões da precarização do trabalho*. Bauru: Canal 6 Editora, 2013a.

\_\_\_\_\_. *Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil*. 2013b. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/tag/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil/>> (Acesso em 20/01/2014).

\_\_\_\_\_. Prefácio: o adoecimento do trabalho como falha metabólica do capital. In: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. de S. (Orgs.). *Averso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. São Paulo: Outras Expressões, 2013c.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e Neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil*. Bauru: Práxis, 2014.

ANTUNES, R. *Classe operária, Sindicatos e Partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 1930 à Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez, 1982.

\_\_\_\_\_. *Adeus ao trabalho?* (Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho). São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, set., 2003.

\_\_\_\_\_. Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 83, p. 19-34, dez. 2008.

\_\_\_\_\_. A engenharia da cooptação e os sindicatos. *Revista Pegada*, Presidente Prudente, vol. 12, n. 1, p. 54-59, jun. 2011.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Rev. Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, mai./ago. 2004.

ARANTES, E. Investimento em Responsabilidade Social e sua relação com o desempenho econômico das empresas. *Conhecimento interativo*, São José dos Pinhais, v. 2, n. 1, p. 03-09, jun./jul. 2006.

ARRETCHE, M. Mitos da descentralização. Mais eficiência nas políticas? *Rev. Bras. De Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 11, n. 31, p. 44-66, 1996.

ARROYO, M. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In: LEMOS, A. I. G. de; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (Orgs.). *Questões territoriais na América Latina*. São Paulo: Clacso, 2006.

ASEVEDO, T. R. A. *Territorialização e reestruturação produtiva dos agronegócios nas microrregiões geográficas de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS: desdobramentos e desafios para as classes subalternas*. 2013. 252f. Dissertação (Mestrado em Geografia), CPTL/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

ASSELIN, V. *Grilagem: corrupção e violência nas terras do Carajás*. Imperatriz: Ética, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS (ABRAF). *Anuário estatístico ABRAF 2013* (Ano base 2012). Brasília: ABRAF, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL (BRACELPA). *Dados do setor* - Junho de 2011. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra2/?q=node/29>> (Acesso em 03/05/2011).

\_\_\_\_\_. *Dados do setor* – Julho de 2013. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br>> (Acesso em 05/01/2014).

- BACHA, C. J. C.; BARROS, A. L. M. Reflorestamento no Brasil: evolução recente e perspectivas para o futuro. *Scientia Florestalis*, Piracicaba, n.66, p. 191-203, dez. 2004.
- BACHETTA, V. *La fraude de la celulosa*. Montevideo: Doble Clic Editoras, 2008.
- BARBOSA, E. *Formação econômica da região do Bólsão de Mato Grosso do Sul*. [S. l.] 2010. Disponível em: <<https://eronildobarbosa.wordpress.com/2010/11/19/formacao-economica-da-regiao-do-bolsao-de-mato-grosso-do-sul/>> (Acesso em 16/02/2015).
- BARRETO, M. HELOANI, R. Assédio laboral e as questões contemporâneas à saúde do trabalhador. In: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. de S. (Orgs.). *Avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- BECKER, B. K. Modernidade e gestão do território no Brasil. *Espaço & Debates*, São Paulo, ano XI, n. 32, p. 47-56, 1991.
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. *Geosul*, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul./dez. 2001.
- BERNARDO, J. Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo? *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 4, p. 123-139, mai. 1997.
- BERTOLA, A. *Eucalipto: verdades e mentiras*. [S. l.] [19--]. Disponível em <[http://zveeipe.msambient.com.br/dr\\_celulose\\_files/dc009.pdf](http://zveeipe.msambient.com.br/dr_celulose_files/dc009.pdf)> (Acesso em 15/03/2015).
- BIAZUS, A.; HORA, A. B. da; LEITE, B. G. P. Panorama de mercado: celulose. In: *BNDES setorial*, São Paulo, n. 32, p. 311-370, 2010a.
- \_\_\_\_\_. *Papel e celulose: perspectivas de investimento 2010-2013*. São Paulo: BNDES, 2010b.
- BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BINDER, M. C. P.; CORDEIRO, R. Sub-registro de acidentes de trabalho em localidades do estado de São Paulo. *Rev. Saúde Pública*, vol. 4, n. 37, p. 409-416, 2003.
- BITTENCOURT, E.; CARRIERI, A. Responsabilidade social: ideologia, poder e discurso na lógica empresarial. *RAE*, vol. 45, Edição especial “Minas Gerais”, p. 10-22, 2005.
- BLOMSTRÖM, M.; KOKKO, A. *From natural resources to high-tech production: the evolution of industrial competitiveness in Sweden and Finland*. Stockholm: Stockholm School of Economics, 2001.
- BNDES-FINAME; BANESPAR. *Produtos florestais: área de operações industriais 2 – gerência setorial 1*. São Paulo: BNDES, 1997.
- BOITO JUNIOR, A. As bases políticas do Neodesenvolvimentismo. In: Fórum Econômico da FGV, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FGV, 2012.
- BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. *Boletim DATALUTA* – Artigo do mês: setembro de 2011, p. 1-21.
- BONILHA, P. Um fim para a cultura do consumo excessivo. In: GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Org.). *Aracruz credo: 40 anos de violações e resistência no ES*. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.

BOTELHO, A. C.; ALMEIDA, J. G.; FERREIRA, M. da G. R. O avanço dos eucaliptais: análise dos impactos socioambientais em territórios camponeses do Leste Maranhense. *Percursos*, Maringá, v. 4, n. 2, p. 79-94, 2012.

BRAGA, J. C. de S. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. *Economia e sociedade*, Campinas, v. 2, p. 25-57, 1993.

BRANDÃO, C. A. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, A. W. B. de et. al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: novas fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. O lugar da vida: comunidade e comunidade tradicional. *Campo-Território*, Uberlândia, edição especial do XXI ENGA, 2012, p. 1-23, jun. 2014.

BRASIL (País). Ministério da Previdência Social. *Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho 2009*. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho 2012*. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho 2013*. Brasília, 2014.

BRASIL (País). Ministério do Planejamento. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. Brasília, 1974.

BRASIL (País). Decreto N. 3.420, de 20 de abril de 2000. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas - PNF, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3420.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3420.htm)> (Acesso em 20/03/2014).

BRAUDEL, F. *Fernand Braudel: escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: LTR, 1987.

BRAZ, V. A. G. A. O trabalhador entre a saúde e a (in)segurança do trabalho. *Rev. Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 273-295, 2º Sem. 2013.

BUKHARIN, N. *A economia mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, [1916] 1988.

CAMPACHE, S. A.; SILVA, G. P. da. Relações de trabalho em Três Lagoas-MS: industrialização recente, uma perspectiva de análise. In: X Encontro de História de Mato Grosso do Sul/I Simpósio Internacional de História/XIII Semana de História da UFMS/CPTL, *Anais...* vol. 01, Três Lagoas, 2010, p. 1878-1891.

CANO, W. Uma agenda nacional para o desenvolvimento. *Texto para Discussão*. IE/UNICAMP, Campinas, n. 183, ago. 2010.

CARNEIRO, R.L.C.; RIBEIRO, A.; HUAMAN, C.A.M.; LEITE, F.P.; SEDIYAMA, G.C.; BASTOS, N.F. Consumo de água em plantios de eucalipto: parte 1. Determinação da condutância estomática em tratamentos Irrigado e não-irrigado. *Árvore*, Viçosa, v.32, n.1, p.1-10, 2008a.

CARNEIRO, R. L. C.; RIBEIRO, A.; HUAMAN, C. A. M.; LEITE, F. P.; SEDIYAMA, G. C.; NEVES, J. C. L. Consumo de água em plantios de eucalipto: parte 2. Modelagem da resistência estomática e estimativa da transpiração em tratamentos irrigados e não irrigados. *Árvore*, Viçosa, v.32, n.1, p.11-18, 2008b.

- CARVALHO, H. M. de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. *Boletim DATALUTA*, artigo do mês, dez. 2013.
- CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v.40, n. 2, 1997.
- CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.
- CASTILLO, J. J. *Sociología del trabajo*. Madri: CIS, 1996.
- CARRERE, R. O monocultivo de eucalipto gera um verdadeiro cataclismo. Entrevista, *Revista MST*, n. 41, set./out. 2007. Disponível em: <<http://antigo.mst.org.br/book/export/html/69>> (Acesso em 12/02/2015).
- CARRERE, R.; LOHMANN, L. *Pulping the South: Industrial Tree Plantations and the Global Paper Economy*. London: Zed Books, 1996.
- CARRERE, R. LOVERA, S. Árvores Geneticamente Modificadas: um passo à frente... na direção errada. In: LANG, C. *Árvores Geneticamente Modificadas*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- CHAGAS, E. F. O Método Dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto. *Síntese - Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 38, n. 120, p. 55-70, 2011.
- CHAGAS, J. A natureza do Estado em Marx, Engels e Lenin. *Revista Crítica do Direito*, vol. 36, n. 2, mai./jun. 2012.
- CHAYANOV, A. V. *La organización da la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. Não só uma crise econômica e financeira, uma crise de civilização. In: JINKINGS, I.; NOBILE, R. (Orgs.). *István Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- CLARK, B.; FOSTER, J. B. A dialética do metabolismo social e ecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital. In: JINKINGS, I.; NOBILE, R. (Orgs.). *István Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- CLIFFORD, J. Culturas viajantes. In: ARANTES, A. A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 50–79.
- COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 143–159, 1998.
- CORNETTA, A. *Entre o clima e a terra: o atual regime político das mudanças climáticas globais e a agroindústria de papel e celulose no Brasil*. Buenos Aires: CLACSO, 2013.
- CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- COSTA, S. B. Produção de eucalipto no Baixo Parnaíba Maranhense: ordenamento e conflito territorial em foco. I: XIV Jornada do Trabalho, *Anais...* Presidente Prudente, [S. n.] 2012.
- COSTA, E. A segunda onda da crise sistêmica global: o capital mais uma vez na encruzilhada. In: JINKINGS, I.; NOBILE, R. (Orgs.). *István Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.



COVRE, M. de L. M. *A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático*. 1964 – 1981. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

DALCOMUNI, S. M. *A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo: principais interesses em jogo*. 1990. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Itaguaí.

DAL ROSSO, S. *Mais-trabalho: a intensificação do trabalho na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAURA, S. P. *Análise do setor de celulose e papel na era da globalização: um olhar sobre sua produção e mão-de-obra*. 226f. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Marília.

DELGADO, G. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2012.

DE'NADAI, A.; SOARES, L. A.; OVERBEEK, W. Promessas de emprego e destruição de trabalho. In: GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Org.). *Aracruz credo: 40 anos de violações e resistência no ES*. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.

DELFIN NETTO, A. *Planejamento para o desenvolvimento econômico*. São Paulo: EdUSP, 1966.

DIEESE. *O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil* (Relatório técnico). São Paulo: DIEESE, 2007.

DIVAST/CESAT. *Mapeamento dos Fatores de Risco Ergonômico da Empresa: Veracel Celulose S/A*. (Documento Técnico nº 030/2012). Salvador, out. 2012.

DJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DREYER, L. *Borregaard: um marco da luta ambiental no Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<https://poavive.files.wordpress.com/2011/04/borregaard-lilium-dreyer.pdf>> (Acesso em 02/03/2015).

DRUCK, M. da G. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Cad. CRH*, Salvador, vol. 24, n. 1. 2011.

EGLER, C. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ELDORADO BRASIL. *Resumo do Plano de Manejo - 2013*. Disponível em: <[http://54.207.21.159/static/file/Resumo\\_Plano\\_de\\_Manejo\\_2013.pdf](http://54.207.21.159/static/file/Resumo_Plano_de_Manejo_2013.pdf)> (Acesso em 20/02/2014).

FANZERES, A. (Coord.). *Temas conflituosos relacionados à expansão da base florestal plantada e definição de estratégias para minimização dos conflitos identificados*. Brasília: MMA, 2005.

FAO. *Silvicultura*. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/012/i0765pt/i0765pt14.pdf>> (Acesso em 12/03/2014).

FARIA, A.; SAUERBRONN, F. F. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. *Rev. de Adm. Pública*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 42, p. 7-33, jan./fev. 2008.

- FASE; IBASE; GREENPEACE. *Dossiê Veracruz*. Rio de Janeiro, dez. 1993. (Mimeografado).
- FASSA, A. G.; FACHINI, L. A.; DALL'AGNOL, M. M. Trabalho e morbidade comum na indústria de celulose e papel: um perfil segundo setor. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, vol, 12, n. 3, p. 297-307, jul./set. 1996.
- FERREIRA, S. R. B. *Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios no Extremo Norte de Espírito Santo*. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FERREIRA, S. B. A degradação socioambiental no Sapê do Norte. In: GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Orgs.). *Aracruz credo: 40 anos de violações e resistência no ES*. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.
- FIBRIA. *Relatório de sustentabilidade 2012*. São Paulo: abr. 2013.
- FIEMA. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão 2020*. (Visão Executiva). São Luís: Sistema FIEBA, 2009. Disponível em: <<http://www.fiema.org.br/plano-de-desenvolvimento-industrial-pdi-2020/>> (Acesso em 14/09/2014).
- FOLADORI, G. O metabolismo com a natureza. *Crítica marxista*, n. 12. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FONSECA, S. R. da; THOMAZ JUNIOR, A. T. A consolidação do complexo de celulose e papel na região Leste de Mato Grosso do Sul: estudo de caso do Município de Selvíria. *Rev. Elet. da AGB – Seção Três Lagoas/MS*, nº 19, ano 11, p. 75-103, mai. 2014a.
- \_\_\_\_\_. Trabalho assalariado e resistência camponesa no Assentamento São Joaquim em Selvíria - MS. *Revista Pegada* (On line), Presidente Prudente, vol. 15, n. 2, p. 95-215, 2014b.
- FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- FRANCISCO, A. L. *Ciclos econômicos aportados na cidade de Três Lagoas: da pecuária às indústrias de transformação*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia), CPTL/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- FRANKLIN, A. *Breve história de Imperatriz*. Imperatriz: Ética, 2005.
- FREITAS JÚNIOR, G. de. *O eucalipto no Vale do Paraíba paulista: aspectos geográficos e históricos*. 2011. 151f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), São Paulo.
- GALAFASSI, G. Renovadas versiones de un proceso histórico en marcha. La predación del territorio y la naturaleza como acumulación. *Theomai*, n. 25 (primer semestre 2012).
- GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GARCÍA, M. F. *A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema*. 227f. 2004. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Presidente Prudente.
- GARZON, L. F. N. Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos. In: ALMEIDA, A. W. B. de et. al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: novas fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

- GAUDEMAR, J.-P. de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- GEERTZ, C. Estar lá, escrever aqui. *Diálogos*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 58 – 63, 1989.
- GIBBS, G. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: ArtMed, 2009.
- GIRELLI, L. S. A construção simbólica da Aracruz Celulose e dos movimentos sociais pela mídia. In: GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Org.). *Aracruz credo: 40 anos de violações e resistência no ES*. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.
- GOMES, F. G. Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal. *Rev. Sociol. Polit.* [On line], Curitiba, vol.17, n. 32, p. 33-49, fev. 2009.
- GOMES, H. A viabilização da Aracruz Celulose pelo Estado brasileiro. In: GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Org.). *Aracruz credo: 40 anos de violações e resistência no ES*. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.
- GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Org.). *Aracruz credo: 40 anos de violações e resistência no ES*. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.
- GONÇALVES, E. L. Responsabilidade social da empresa. *Rev. Adm. Empresas*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 24, p. 226-240, out./dez. 1984.
- GONÇALVES, M. T. (Coord.). *Pesquisa Expflo – exploração florestal, indústria de celulose e ocupação do espaço regional*. Belo Horizonte: FASE/IBASE, 1994. (Relatório Final).
- GONÇALVES, R. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GUEDES, R. de C. Responsabilidade Social & Cidadania Empresariais: Conceitos Estratégicos Para As Empresas Face À Globalização. [S. l.] [20--].
- GUERRA, C. (Coord.). *Meio ambiente e trabalho no mundo do eucalipto*. Belo Horizonte: Agência-Terra/Editora SEGRAC, 1995.
- HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HALL, M. M. História Oral: os riscos da inocência. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. O espaço como palavra-chave. *GEOgraphia*, Niterói, vol. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.
- \_\_\_\_\_. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2013.
- HECK, F. M. Discutindo metodologias para a geografia do trabalho: a centralidade dos trabalhos de campo e o papel do sujeito. In: XVI Jornada do Trabalho. *Anais...* Jardim (MS), 2015.

- HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOGAN, D. (Org.). *Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2007.
- IANNI, O. *Estado e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- INSTITUTO EUVALDO LODI/FIESB. *Política Industrial da Bahia: estratégias e proposições*. Vol. 1 (Análises setoriais). Salvador: Sistema FIEB, 2011.
- INEMA; SEMA. *Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos de Expansão da Silvicultura de Eucalipto e Biocombustíveis no Extremo Sul da Bahia*. Relatório Executivo, jul. 2011. Disponível em: <[http://www.lima.coppe.ufrj.br/files/aaextremosul/aae\\_sumario\\_executivo.pdf](http://www.lima.coppe.ufrj.br/files/aaextremosul/aae_sumario_executivo.pdf)> (Acesso em 22/02/2015).
- JOLY, C. *Especialização produtiva do território e o circuito espacial produtivo de celulose em Eunápolis-BA*. 2007. 98f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo.
- JURADO, F. L. S. *O processo de industrialização na cidade de Três Lagoas (MS): discursos, desdobramentos e contradições*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Aquidauana.
- JUVENAL, T. L.; MATTOS, R. L. G. O setor de celulose e papel. In: BNDES. *BNDES 50 anos: Histórias Setoriais*. 2002. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/livsetorial.asp>> (Acesso em 11/02/2012).
- KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- KOOPMANS, J. *Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul*. Teixeira de Freitas: CDDH, 2005.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.
- KRÖGER, M. Globalization as the 'Pulping' of Landscapes: Forestry Capitalism's North-South Territorial Accumulation. In: *Globalizations*, vol. 10, n. 6, p. 837-853, 2013.
- KUDLAVICZ, M. *Dinâmica agrária e a territorialização do complexo Celulose/papel na microrregião de três lagoas/MS*. 176f. 2011a. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas.
- \_\_\_\_\_. Os impactos do monocultivo de eucalipto na microrregião de Três Lagoas/MS. *Rev. Eletrônica da AGB - Seção Três Lagoas/MS*, Três Lagoas, n. 14, ano 8, p. 83-105, nov. 2011b.
- LACOSTE, Y. *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus, 1988.
- LA TORRE, W. G. Eucalipto: o verde enganador: reflexões sobre o avanço irrefreado da monocultura do eucalipto e os imensuráveis impactos ambientais e sociais dele defluentes. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS*, Três Lagoas, n. 13, ano 8, p. 8-28, mai. 2011.
- LANG, C. *Árvores Geneticamente Modificadas*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- \_\_\_\_\_. *The Pulp Invasion: The international pulp and paper industry in the Mekong Region*. Montevedeo: WRM, 2002.

- LEFEBVRE, H. *A reprodução das relações sociais de produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Espacio y política*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.
- \_\_\_\_\_. *A produção do espaço*. Tradução livre de Doralice B. P. e Sérgio Martins (da 4ª edição francesa do original, de 1974, *La production de l'espace*), 2006.
- LENIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, [1917] 1987.
- LERRER, D.; WILKINSON, J. O impacto da legislação restritiva e dos movimentos populares de oposição sobre investimentos estrangeiros em terras no Brasil: o caso do setor florestal e de celulose e papel e a Stora Enso. Conferência Internacional Sobre Concentração de Terras (Land Deal Politics Initiative), *Anais...* Ithaca, Cornell University, 2012.
- LESSA, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.
- LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LOUREIRO, K. *O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: os índios Tupiniquim e Guarani Moya e a empresa Aracruz Celulose S/A (1967-1983)*. 2006. Dissertação (Mestrado do Programa em História Social das Relações Políticas) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- LOURENÇO, E. A. de S. Agravos à saúde dos trabalhadores no Brasil: alguns nós críticos. *Revista Pegada*, vol. 12, n. 1, p. 3-33, jan. 2011.
- LÖWY, M. *Ecosocialismo: La alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista*. Buenos Aires: El colectivo Herramienta, 2011.
- LUKÁCS, G. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. (Texto traduzido por Carlos Nelson Coutinho e não publicado, do manuscrito escrito em 1968 para uma palestra a qual o autor não pôde proferir).
- \_\_\_\_\_. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: L.E.C.H., 1979.
- LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1913] 1970.
- MALINA, L. L. *A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia*. 2013. 358f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), São Paulo.
- MARACCI, M. T. Desvios e represamento de rios: irregularidades e abusos. In: GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Org.). *Aracruz credo: 40 anos de violações e resistência no ES*. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.
- MARCUSE, H. Prólogo. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política (Livro 1 - processo de produção do capital)*. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: SADER, E. (Org.). *Uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- \_\_\_\_\_. Dialética da dependência, 1973. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARQUES, B. M. Os conflitos entre carvoeiros e empresas de papel e celulose no Extremo Sul da Bahia. In: XVI Semana PUR, *Anais...* Rio de Janeiro, set. 2010.

- MARRE, J. A. L. *A construção do objeto científico na investigação empírica*. Cascavel: Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 1991. (Digitado)
- MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARX, K. *O Capital* (Vol. III – Livro terceiro): o processo global da produção capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Contribuições à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, [1859] 2008.
- \_\_\_\_\_. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 - esboços da crítica da economia política*. São Paulo: EdUFRJ; Boitempo, 2011b.
- \_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política (Livro I - processo de produção do capital)*. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013a.
- \_\_\_\_\_. *Críticas ao programa de Gotha: comentários à margem do Programa Operário Alemão (1875)*. In: MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista* (1848). Porto Alegre: L&PM, 2013b.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. Porto Alegre: L&PM, [1848] 2013.
- MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 12, p. 7-23, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Pelo espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- MATO GROSSO DO SUL (Estado). SEPLANCT. *Cenários e estratégias de longo prazo para Mato Grosso do Sul – MS 2020*. Campo Grande, 1999.
- MATO GROSSO DO SUL (Estado). SEPLANCT. *Cenários e estratégias de longo prazo – MS 2025: caminhos para o desenvolvimento*. Campo Grande: 2004.
- MATO GROSSO DO SUL (Estado). SEMAC. *Resolução SEMAC nº 17, de 20 de Setembro de 2007*. Disponível em: <[http://remade.com.br/br/legislacao\\_estadual\\_lei.php?num=32&title=RESOLU%C7%C3O%20SEMAC/MS%20N%C2%B0%2017%20DE%2020%20DE%20SETEMBRO%20DE%202007](http://remade.com.br/br/legislacao_estadual_lei.php?num=32&title=RESOLU%C7%C3O%20SEMAC/MS%20N%C2%B0%2017%20DE%2020%20DE%20SETEMBRO%20DE%202007)> (Acesso em 23/02/2015).
- MATO GROSSO DO SUL (Estado). SEPROTUR/SEBRAE-MS. *Plano Estadual para o desenvolvimento sustentável de Florestas Plantadas* (Resumo Executivo). Campo Grande, Mato Grosso do Sul, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.pantanalecoturismo.tur.br/fotos/arquivos/916.pdf>> (Acesso em: 09/01/2012).
- MATO GROSSO DO SUL (Estado). Lei nº 3.839, de 28 de dezembro de 2009. Institui o Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul (PGT/MS); aprova a Primeira Aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS), e dá outras providências. Diário Oficial [do estado de Mato Grosso do Sul], Campo Grande, n. 7.612. 68p. 29 dez. 2009. Disponível em:

<://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/supplements/DO7612\_29\_12\_2009\_SUP01.pdf> (Acesso em 10/05/2011).

MATTOS, M. B. A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. *Outubro*, n. 21, p. 83-117, 2º sem., 2013.

MATTOSO, J. E. L. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1995.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2002.

MEIRELLES, D.; CALAZANS, M. Papel para o Norte, hiper-consumo de água no Sul: uma hidrogenealogia das fábricas da Aracruz. In: GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Orgs.). *Aracruz credo: 40 anos de violações e resistência no ES*. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.

MENDONÇA, M. R.; THOMAZ JUNIOR, A. Geografia, identidade e resistência do trabalho: o exemplo dos povos cerradeiros em Goiás. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária e II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, *Anais...* Presidente Prudente, nov. 2005.

\_\_\_\_\_. Trabalho e dinâmicas territoriais no campo: os povos cerradeiros na luta por um território livre. *Revista Pegada*, vol. 12, n. 2, dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Um projeto para o Brasil: sem precarização do trabalho e com sustentabilidade social e ambiental. *Campo-território: revista de geografia agrária*. Uberlândia, Ed. Especial do XXI ENGA, p. 1-23, jun./ago. 2014.

MERCADANTE, A.; TAVARES, M. da C. Eixos de um novo modelo. *Teoria e debate*, São Paulo, n. 49, out./nov./dez. 2001.

MÉSZÁROS, I. *O Século XXI. Socialismo ou Barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILANI, P. H.; SILVA, E. A. Dinâmica da rede urbana na Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul. Encontro nacional de geógrafos (ENG), XVII. *Anais...* Porto Alegre, AGB, 2010.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. da F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 13 (Suplemento 2), p. 21-32, 1997.

MINISTRY OF AGRICULTURE AND FORESTRY. *Forests and forestry in Finland*. Helsinki, [20--].

MIQCB. *Concorrência entre empresas privadas e comunidades tradicionais por territórios na região tocantina do Maranhão e Bico do Papagaio no estado do Tocantins*. Imperatriz, 2012/2013.

MOREIRA, R. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. *GEOgraphia*, Niterói, vol. 3, nº 5, 2001.

\_\_\_\_\_. Marxismo e Geografia (a geograficidade e o diálogo das ontologias). *GEOgraphia*, Niterói, ano 6, n. 11, p. 21-37, 2004.

\_\_\_\_\_. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem burguesa. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Orgs.). *Território, territórios (ensaios críticos sobre o ordenamento territorial)*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

\_\_\_\_\_. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do pensamento geográfico*. São Paulo: Contexto, 2008.

MORELLI, L. A. *A Monocultura do Eucalipto e a Monopolização do Território na Metade Sul do Rio Grande Do Sul*. 2011. 209f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NAVARRO, V. L. Trabalho e saúde do trabalhador na indústria de calçados. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 2, n. 17, 2003.

NEGRO, A. L.; GOMES, F. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, p. 217-240, jun. 2006.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, C. E. A. Lucro ou filantropia: uma leitura crítica sobre as ambiguidades da responsabilidade social empresarial. *Estação científica*, [20--].

NUNES, S. P. O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a idéia de Desenvolvimento Rural. *Boletim Eletrônico DESER – Conjuntura agrícola*, n. 157, mar. 2007.

O’CONNOR, J. *Natural Causes: Essays in Ecological Marxism*. New York: Guilford, 1998.

OLIVEIRA, A. L. A. *Aspectos da dinâmica socioterritorial do trabalho terceirizado: em busca dos “territórios terceirizados”*. 2014. 288f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

OLIVEIRA, E. *Expansão da eucaliptocultura no Planalto da Conquista: singularidades no processo de implantação da monocultura*. 2012. 336f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju.

OLIVEIRA, F. de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010a.

\_\_\_\_\_. O avesso do avesso. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010b.

OLIVEIRA, R. G. de.; ANDRADE, M. de P. A Suzano Papel e Celulose e a imposição da mecanização e coletivização da produção camponesa em Santana - Urbano Santos. In: SEDMMA, III. *Anais...* São Luís, 2012.

OVERBEEK, W. O papel da Universidade e das Organizações Sociais frente à formação do complexo celulose-papel. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS*, ano 8, n. 14, p. 106-122, nov. 2011.

OVERBEEK, W.; KRÖGER, M.; GERBER, J-F. *Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul global: conflitos, tendências e lutas de resistência*. Relatório EJOLT, n. 3, 2012.

PAKKASVIRTA, J. Globalización, agrobusiness, América Latina y... ¿Finlandia? *Nueva Sociedad*, n. 214, Salamanca (Espanha), p. 133-142, mar./abr. 2008.

\_\_\_\_\_. *Fábricas de celulosa: historias de la globalizacion*. Buenos Aires: La Colmena, 2010.

PAULANI, L. M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estudos Avançados*, v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009.



- PEDREIRA, M. da S. *O complexo Florestal e o Extremo Sul da Bahia: inserção competitiva e transformações socioeconômicas na região*. 2008. 164f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PELÁ, M.; MENDONÇA, M. R. Cerrado goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: CASTILHO, D.; PELÁ, M. (Orgs.). *Cerrado: perspectivas e olhares*. Goiânia: Editora Vieira, 2010.
- PEREIRA, E. *Técnicas de aplicação de herbicidas pré-emergentes em reflorestamento*. Série Técnica IPEF, Piracicaba, v. 4, n. 12, p.61–68, set. 1987.
- PEREIRA, S. D. *Conceitos e definições da saúde e epidemiologia usados na saúde e vigilância sanitária*. [S. l.] 2004 (Complementado em 2007).
- PEREIRA, R. C. O; GOMES, C. A. Q. O recente processo de industrialização de Três Lagoas-MS. *Econ. Pesquisa*, Araçatuba, v. 6, p. 50-65, mar. 2004.
- PERPETUA, G. M. *A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo a partir de Três Lagoas (MS)*. 2012. 251f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.
- \_\_\_\_\_. *A miragem verde: um olhar sobre a mobilidade espacial do capital e da força de trabalho a partir de Três Lagoas (MS, Brasil)*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013a.
- \_\_\_\_\_. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. *Revista Pegada*, Presidente Prudente, vol. 14, n.1, Jul. 2013b.
- \_\_\_\_\_. Territórios e territorialidades em conflito: apontamentos para uma conceitualização centrada no trabalho e no espaço rural. *Boletim DATALUTA* - artigo do mês: ago. 2014.
- \_\_\_\_\_. Encruzilhadas teórico-político-metodológicas nos estudos do trabalho: um diálogo entre a Sociologia do Trabalho, a História Social do Trabalho e a Geografia do Trabalho. *Revista Pegada*, Presidente Prudente, vol. 17, n. 1, 2016.
- PIKETTY, T. *O capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PINTO, L. F. G.; PRADA, L. de S. Fundamentos da certificação. In: ALVES, F.; FERRAZ, J. M. G.; PINTO, L. F. G.; SZMERCZANYI, T. (Orgs.). *Certificação socioambiental para a agricultura: desafios para o setor sucroalcooleiro*. Piracicaba: IMAFLORA; São Carlos: EdUFSCar, 2008.
- PNUMA. *Rumo a uma Economia Verde*. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão. 2011. Disponível em: <[www.unep.org/greeneconomy](http://www.unep.org/greeneconomy)> (Acesso em 10/08/2012).
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais do Estado capitalista*. Porto: Portucalense, 1971.
- \_\_\_\_\_. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- POLÍS. *Repente: participação popular na construção do poder local*. Informativo. Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, n. 24, dez. 2005.
- PORTER, M. *Competição: estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Paixão da terra: ensaios críticos de Ecologia e Geografia*. Rio de Janeiro: Rocco/Socci, 1984.
- \_\_\_\_\_. *A globalização da natureza e natureza da globalização*. São Paulo: Contexto, 2006a.
- \_\_\_\_\_. *Os (des)caminhos do meio-ambiente*. São Paulo: Contexto, 2006b.

- \_\_\_\_\_. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENÑA, A. E. (Org.). *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO, 2006c.
- \_\_\_\_\_. O modelo de desenvolvimento do agronegócio: limites e perspectivas. *Rev. Eletrônica da Associação de Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas - MS*, n. 14, ano 8, p. 29-58, nov. 2011.
- PRADO JÚNIOR, C. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. In: *Discurso* – Revista do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, ano IV, n. 4, p.41-78, 1973.
- PREBISCH, R. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Desenvolvimento de Cultura Brasil, 1968.
- QUAINI, M. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RANIERI, J. *A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE. Introdução. In: GOMES, H.; OVERBEEK, W. (Org). *Aracruz Credo: 40 anos de violações e resistência no ES*. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde e Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.
- REGO, J.; ANDRADE, M. de P. História das mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. *Agrária*, São Paulo, n. 3, p. 47-57, 2006.
- REPORTER BRASIL. *O BNDES e sua política socioambiental: uma crítica sob a perspectiva da sociedade civil organizada*. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, Fev. 2011.
- RIBEIRO, C. A. C. A responsabilidade social da empresa: uma nova vantagem competitiva. *Rev. de Adm. de Empresas*. São Paulo, vol. 1, n. 33, p. 46-50, jan./fev. 1993.
- RIBEIRO, J. C. *A geografia da escravidão no território do capital*. 2001. 503f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- \_\_\_\_\_. O (não tão branco) mundo do trabalho do setor celulósico-papeleiro: metamorfoses industriais em Três Lagoas (MS). *Revista Pegada*, Presidente Prudente, vol. 13, n. 2, dez. 2012.
- RIBEIRO JUNIOR, J. A. dos S. O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão. 2014. 220f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova cultural, 1985.
- RIGOTTO, R. Saúde Ambiental & Saúde dos Trabalhadores: uma aproximação promissora entre o Verde e o Vermelho. *Rev. Bras. Epidemiol.*, p. 388-404, vol. 6, nº 4, 2003.
- RODOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- RODRIGUES, C. L. *Agrotóxicos: saúde e segurança dos trabalhadores rurais, aspectos preventivos e controle de riscos, perspectivas jurídicas e extrajurídicas*. 2012. 137f. Monografia (Especialização em Direito Material e Processual do Trabalho) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).
- RUPAR, B. Notas para un abordaje histórico de la explotación de los recursos naturales en América Latina. *Theomai*, nº 25 (Primer semestre de 2012).

RUSCHI, A. *O Eucalipto e a Ecologia*. Boletim do Museu de Biologia “Prof. Mello Leitão”, n. 44, Santa Tereza, 1976.

SADER, E. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, E. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; FLACSO, 2013.

SAMPAIO JUNIOR, P. de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANT’ANA JUNIOR, H. A. O Programa Grande Carajás e conflitos territoriais no Maranhão. In: Congresso ALAS, XXIX. *Anais...* Santiago, set. 2013.

SANTOS, D. *A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: EdUnesp, 2004.

SANTOS, M. *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção espaços).

\_\_\_\_\_. O espaço geográfico como categoria filosófica. *Terra Livre* (AGB), nº 5, 1988.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: Técnica, tempo e razão*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, J. R. dos. A constituição do complexo agroindustrial de celulose no Rio Grande do Sul: uma avaliação da dinâmica global e da inserção brasileira no setor. In: *Encuentro de Geógrafos de America Latina, XII. Annales...* Montevideo, Uruguai, 2009.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCARLATO, F. C. O espaço industrial brasileiro. In: ROSS, J. L. S. (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: EdUsp, 1996.

SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F. de; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, vol. 27, n. 4 (108), p. 507-524. out./dez. 2007.

SILVA, E. A. *O processo produtivo do carvão vegetal: um estudo em Mato Grosso do Sul*. 2002. 308f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Presidente Prudente.

SILVA, M. *et al.* Panorama em Segurança e Saúde no Trabalho (SST) na Indústria: Brasil e Unidades da Federação 2004: setor químico (CNAE 24). Brasília: SESI/ DN, 2011.

SILVA, J. A. R. A flexibilização da jornada de trabalho e seus reflexos na saúde do trabalhador. In: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. de S. (Orgs.). *Avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SILVA, M. A. M.; MARTINS, R. C. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n. 24, p. 196-240, mai./ago. 2010.

SILVA, J. M. da *et al.* Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.10, n.4, out./dez. 2005.

- SILVA, J. V. R.; THOMAZ JUNIOR, A. Precarização e terceirização na coleta de lixo domiciliar urbano em Presidente Prudente/SP: uma reflexão crítica sobre a prática sindical. In: Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Neodesenvolvimentismo, IX. *Anais...* Marília, 2014. p. 1-22.
- SILVEIRA, M. *Saúde do trabalhador*. Belo Horizonte: Nescon; UFMG; Coopmed, 2009.
- SILVEIRA BUENO. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 2007.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, P. *Curso de introdução à economia política*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova cultural, 1985.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. (Livro II). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- SOARES, G. M. de P. Responsabilidade Social Corporativa: por uma boa causa!? *RAE - Eletrônica*, v. 3, n. 2, jul./dez. 2004.
- SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reinserção do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- SONNENFELD, D. A. Contradictions of ecological modernisation: pulp and paper manufacturing in South-East Asia. In: MOL, A. P. J.; SONNENFELD, D. (Eds.). *A. Ecological modernisation around the world: perspectives and critical debates*. Portland: OR; London, UK: Frank Cass, 2000.
- SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- \_\_\_\_\_. "Território" da divergência e da confusão: em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular/Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, 2009. p. 57-72.
- SOUZA, I. G. de; OVERBEEK, W. (Orgs.). *Violações socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Stora Enso e da Aracruz Celulose: uma história de ilegalidades, descaso e ganância*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Plantações de eucalipto para energia: o caso da Suzano no Baixo Parnaíba, Maranhão, Brasil*. 2013. Disponível em: <<http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/plantacoes-de-eucalipto-para-energia-o-caso-da-suzano-no-baixo-parnaiba-maranhao-brasil/>> (Acesso em 05/05/2014).
- STORPER, M. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, L.; CARLEAL, L. M.; NABUCO, M. R. (Orgs.). *Integração, região e Regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta nova* (Revista electrónica de Geografía y Ciências Sociales), Barcelona, n. 93, 2001.
- SUZANO CELULOSE E PAPEL. *Relatório de sustentabilidade 2012*. São Paulo, jun. 2013.

THIOLLENT, M. J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Editora Polis, 1980. (Coleção Teoria e História 6).

THOMAZ, JUNIOR, A. Por uma Geografia do trabalho. *Revista Pegada*, Presidente Prudente, v. 3, n. Especial, p. 04-17, ago. 2002.

\_\_\_\_\_. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. *Revista Pegada*, Presidente Prudente, vol. 4, n. 2, nov. 2003.

\_\_\_\_\_. Se camponês, se Operário! Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JUNIOR, A.; CARVALHAL, M. D.; CARVALHAL, T. B. (Orgs). *Geografia e Trabalho no Século XXI: V. 2*. Presidente Prudente: Projeto Editorial Centelha, 2006.

\_\_\_\_\_. *Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: Limites explicativos, Autocrítica e Desafios teóricos*. 2009. 985f. Tese (Livre Docência em Geografia do Trabalho) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI. *Campo-Território*, Uberlândia, vol. 5, n. 10, p. 92-122, ago. 2010.

\_\_\_\_\_. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura geográfica'. *Revista Pegada*, Presidente Prudente, p. 104-122, vol. 12, n.1, jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). *Revista da ANPEGE*, São Paulo, v.7, n. 1, p. 307-329, 2012.

\_\_\_\_\_. *Movimento territorial de classe* (Para além da plasticidade do trabalho). Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, X. *Anais...* Campinas, out. de 2013.

THOMAZ JUNIOR, A.; LEAL, A. C.; GUIMARÃES, R. B.; LUCHIARI, A. Projeto Temático (FAPESP). *Mapeamento e análise do território do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema-São Paulo-Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental*. Presidente Prudente, dez. 2012.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TIMO, P. B. Desenvolvimento à custa de violações: impacto de megaprojetos nos direitos humanos no Brasil. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, vol. 10, n. 18, jun. 2013.

TUMOLO, P. S. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção Bibliográfica. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XXII, n. 77, dez. 2001

TURRA NETO, N. Pesquisa qualitativa em Geografia. Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), XVII. *Anais...* Belo Horizonte, jul. 2012.

VALVERDE, O. Geografia econômica e social do Babaçu no Meio Norte. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 4, p. 381-420, out./dez. 1957.

VAISMAN, E.; FORTES, R. V. Apresentação. In: LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. São Paulo: Boitempo, 2010.

VELOSO, R. Neoliberalismo brasileiro garante desenvolvimento e liberdade econômica. *P & D*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 55, 1977.

VERACEL CELULOSE. *Resumo do Plano de Manejo Integrado 2013*. [S. l.] 2013.

VILLAS, F. M. Tupiniquim e Guarani: símbolos da resistência. In: GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Org.). *Aracruz credo: 40 anos de violações e resistência no ES*. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.

VILELA, M. J. A. Desafios ambientais da expansão do plantio de eucalipto no cerrado - Três Lagoas, MS, Brasil. *Rev. Eletrônica da Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MS*, Três Lagoas, ano 8, n. 14, p. 123-140, nov. 2011.

WESZ JÚNIOR, V. J. *Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2011.

WRM (MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS). Boletim nº 83 do WRM. Edição em português. Montevideo (Uruguai), Jun. 2004. Disponível em: <[www.fboms.org.br/boletimwrm.doc](http://www.fboms.org.br/boletimwrm.doc)> (Acesso em 12/01/2012).

\_\_\_\_\_. Boletim nº 178 do WRM, Edição em português. Montevideo (Uruguai). Mai. 2012. Disponível em: <<http://www.wrm.org.uy>> (Acesso em 25/05/2012).

XAVIER, W.; MARANHÃO, C. Responsabilidade social: a privatização do público. *O & S*, Salvador, vol. 17, n. 53, p. 297-309, abr./jun. 2010.

ŽIŽEK, S. *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2012.

## MATERIAL JORNALÍSTICO CONSULTADO

ANDRADE, A. L. C. de. 20/11/2013. *Oportunidades de Mercado na Visão do Serviço Florestal Brasileiro*. Apresentação no 2º Congresso Florestal do Tocantins. Disponível em: <[http://www.painelflorestal.com.br/base/www/painelflorestal.com.br/media/attachments/22/22/529cd6eaafb7369bfdc01d6b7bc205f313a8bfc67738\\_andre-luiz-campos-oportunidades-de-mercado-na-visao-do-sfb.pdf](http://www.painelflorestal.com.br/base/www/painelflorestal.com.br/media/attachments/22/22/529cd6eaafb7369bfdc01d6b7bc205f313a8bfc67738_andre-luiz-campos-oportunidades-de-mercado-na-visao-do-sfb.pdf)> (Acesso em 10/12/2013).

ANTUNES, R. 21/05/2012. *Terceirização: porta de entrada para precarização*. (Entrevista Especial IHU). Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/509660-terceirizacao-porta-de-entradapara-a-precarizacao>> (Acesso em 10/09/2012).

BLOG DA SAÚDE. 30/11/2014. *Atenção aos fatores de risco para acidentes de trabalho!* Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/index.php/570-destaques/34799-atencao-aos-fatores-de-risco-para-acidentes-de-trabalho>> (Acesso em 02/01/2015).

BNDES. 06/06/2011. *BNDES aprova financiamento de R\$ 2,7 bilhões para a Eldorado*. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Sala\\_de\\_ImPrensa/noticias/2011/industria/20110606\\_eldorado.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_ImPrensa/noticias/2011/industria/20110606_eldorado.html)> (Acesso em 29/02/2012).

BONDE. 06/07/2014. *Brasil é o quarto país em acidentes fatais no trabalho*. Disponível em: <[http://www.bonde.com.br/?oper=acao&op=ficha&acao=imprimir&id\\_bonde=1-3--192-20140706](http://www.bonde.com.br/?oper=acao&op=ficha&acao=imprimir&id_bonde=1-3--192-20140706)> (Acesso em 15/08/2014).

BRESSER PEREIRA, L. C. 19/09/2004. *O novo desenvolvimentismo*. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm>> (Acesso em 22/03/2015).

CAPITAL NEWS. 11/09/2014. *Benefício do Governo Federal alcança setor de celulose*. Disponível em: <[http://www.capitalnews.com.br/ver\\_not.php?id=268094&ed=Agroneg%C3%B3cio&cat=Not%C3%ADcias](http://www.capitalnews.com.br/ver_not.php?id=268094&ed=Agroneg%C3%B3cio&cat=Not%C3%ADcias)> (Acesso em 02/10/2014).

CELULOSE ON LINE. 23/10/2012. *Stora Enso anuncia lucro trimestral de 175 milhões de euros*. Disponível em: <<http://www.celuloseonline.com.br/noticias/Stora+Enso+anuncia+lucro+trimestral+de+175+milhoes+de+euros>> (Acesso em 14/02/2013).

\_\_\_\_\_. 05/02/2013. *Stora Enso registra queda nos lucros e fecha fábricas na Suécia*. Disponível em: <<http://www.celuloseonline.com.br/noticias/Stora+Enso+registra+queda+nos+lucros+e+fecha+fbricas+na+Sucia>> (Acesso em 14/01/2013).

CIFLORESTAS, 30/05/2012. *Área de floresta industrial vai chegar a 1 milhão de hectares até 2020*. Disponível em: <[http://www.ciflorestas.com.br/conteudo.php?tit=area\\_de\\_floresta\\_industrial\\_vai\\_chegar\\_a\\_1\\_milhao\\_de\\_hectares\\_ate\\_2020&id=7300](http://www.ciflorestas.com.br/conteudo.php?tit=area_de_floresta_industrial_vai_chegar_a_1_milhao_de_hectares_ate_2020&id=7300)> (Acesso em 27/02/2015).

COUTINHO, L. O Brasil não vive uma bolha - Entrevista à Revista Veja. Ed. 2.227, Ano 44, n. 30, 27 de Jul. de 2011.

CORREIO DO ESTADO, 22/01/2015. *Imasul concede licença para empresa finlandesa construir fábrica de celulose*. Disponível em: <<http://www.correiadoestado.com.br/economia/imasul-concede-licenca-para-empresa-finlandesa-construir-fabrica-de/237848/>> (Acesso em 23/01/2015).

COUTINHO, L. 27/07/2011. (Entrevista) *O Brasil não vive uma bolha*. Revista Veja, ed. 2.227, ano 44, n. 30, 27 de Jul. de 2011.

CPT. 13/12/2012. *O eucalipto não alimenta ninguém*. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/geral/1379-o-eucalipto-nao-alimenta-ninguem>> (Acesso em 25/04/2014).

DCI. 23/05/2006. *Stora Enso inicia montagem de duas unidades de US\$ 1,2 bi no Cone Sul*. Disponível em: <[http://www.dci.com.br/industria/stora-enso-inicia-montagem-de-duas-unidades-de-us\\$-1%2C2-bi-no-cone-sul-id85549.html](http://www.dci.com.br/industria/stora-enso-inicia-montagem-de-duas-unidades-de-us$-1%2C2-bi-no-cone-sul-id85549.html)> (Acesso em 10/02/2015).

DIÁRIO DO GRAJAÚ. 15/07/2013. *Acidente de trabalho mata operário no canteiro de obras da Suzano em Imperatriz-MA*. Disponível em: <<http://diariodograju.com.br/site/?p=203>> (Acesso em 02/10/2014).

EBC, 09/04/2015. *CTNBio aprova comercialização de eucalipto transgênico*. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2015-04/ctnbio-aprova-comercializacao-de-eucalipto-transgenico>> (Acesso em 10/04/2015).

EUROWORK. 03/03/2008. *Workers react to threat of closure of paper pulp mills*. Disponível em: <<http://eurofound.europa.eu/pt/observatories/eurwork/articles/workers-react-to-threat-of-closure-of-paper-pulp-mills>> (Acesso em 10/02/2015).

EXAME. 20/01/2015. *China cresceu 7,4% em 2014, o nível mais baixo desde 1990*. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/china-cresceu-7-4-em-2014-o-nivel-mais-baixo-desde-1990--2>> (Acesso em 21/01/2015).

FALEIROS, M. Nordeste atrai novos investimentos em celulose. *O papel*, março de 2010.

FARIA, G.; PIRES, T. 09/02/2012. *O trabalhador ligado 24 horas*. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/02/o-trabalhador-ligado-24-horas/>> (Acesso em 03/04/2013).

FERREIRA, G. 22/05/2012. *A importância da China no crescimento brasileiro e o protecionismo*. Celulose On Line. Disponível em: <<http://www.celuloseonline.com.br/artigos/A+importncia+da+China+no+crescimento+brasileiro+e+o+protecionismo>> (Acesso em 30/01/2013).

FOLHA DE SÃO PAULO, 20/10/2011. *Florestas avançam para novas fronteiras*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/993589-florestas-avancam-paranovas-fronteiras.shtml>> (Acesso em 20/11/2011).

GRAZIANO, X. 14/05/2013. *Reino de Mapitoba*. Painel Florestal. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/brasil/reino-de-mapitoba>> (Acesso em 18/05/2013).

GUERRA, T. A. 22/01/2014. *Grilagem terceirizada*. Racismo Ambiental. Disponível em <<http://racismoambiental.net.br/2014/01/grilagem-terceirizada-por-teoney-araujo-guerra/>> (Acesso em 01/04/2014).

IMPERATRIZ. 20/03/2014. *Participação de Roseana e Madeira foram decisivas para instalação da Suzano em Imperatriz*. Prefeitura de Imperatriz. Disponível em: <<http://www.imperatriz.ma.gov.br/noticia/3007/participacao-de-roseana-e-madeira-foram-decisivas-para-instalacao-da-suzano-em-imperatriz>> (Acesso em 13/02/2015).

LA TORRE, W. G. 09/02/2013. *Florestas plantadas fazem do meio ambiente deserto verde*. Revista Consultor Jurídico. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-fev-09/wagner-giron-empresas-devastam-meio-ambiente-monocultivo-eucalipto>> (Acesso em 15/01/2013).

O ESTADO DE SÃO PAULO, 21/12/2010. *BNDES libera R\$ 2,73 bi para fábrica da Suzano no MA*. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/neg%C3%B3cios,bndes-libera-r-2-73-bi-para-fabrica-da-suzano-no-ma,48340,0.htm>> (Acesso em 13/02/2014).

\_\_\_\_\_. 12/07/2013. *Suzano deve pagar R\$ 2 mi por terceirização ilegal*. <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,suzano-deve-pagar-r-2-mi-por-terceirizacao-ilegal,159073e>> (Acesso em 23/05/2014).

\_\_\_\_\_. 06/08/2013. *Suzano deve se tornar 3ª maior do mundo em celulose*. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,suzano-deve-se-tornar-3-maior-do-mundo-em-celulose,160914,0.htm>> (Acesso em 07/08/2013).

\_\_\_\_\_. 30/12/2013. *Benefícios fiscais sobem 18% e devem superar R\$ 300 bi*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,beneficios-fiscais--sobem-18-e-devem-superar-r-300-bi-,1113517,0.htm>> (Acesso em 30/12/2013).

O PAPEL, 03/2010. *Nordeste atrai novos investimentos em celulose*.

PAINEL FLORESTAL. 02/04/2012. *China terá condições de absorver celulose de novas plantas da América Latina, diz analista*. Disponível em: <<http://painelflorestal.com.br/noticias/celulose/14569/china-tera-condicoes-de-absorver-celulose-de-novas-plantas-da-al-diz-analista>> (acessado em 03/04/2012).

\_\_\_\_\_. 20/05/2012. *Costa Leste: uma das regiões mais promissoras do estado*. Disponível em: <<http://painelflorestal.com.br/noticias/geral/14434/undefinedcostalesteundefined-e-uma-das-regioes-mais-promissoras-de-ms>> (acessado em 21/03/2012).



\_\_\_\_\_. 27/05/2013. *Governo Federal apresenta Programa de investimentos em Logística à CNA*. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/brasil/governo-federal-apresenta-programa-de-investimentos-em-logistica-a-cna>> (Acesso em 28/05/2013).

\_\_\_\_\_. 04/06/2012. *Braxcel Celulose obtém Licença Ambiental do Governo do Tocantins*. Disponível em: <[http://painelflorestal.com.br/noticias/mercado/15188/braxcel-celulose-obtem-licenca-ambiental-do-governo-do-tocantins?utm\\_source=CRM&utm\\_medium=MP-do-C%C3%B3digo-Florestal-j%C3%A1-recebeu-quase-200-emendas](http://painelflorestal.com.br/noticias/mercado/15188/braxcel-celulose-obtem-licenca-ambiental-do-governo-do-tocantins?utm_source=CRM&utm_medium=MP-do-C%C3%B3digo-Florestal-j%C3%A1-recebeu-quase-200-emendas)> (Acesso em 05/06/2012).

\_\_\_\_\_. 30/12/2013. *Benefícios fiscais sobem 18% e devem superar R\$ 300 bi*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,beneficios-fiscais--sobem-18-e-devem-superar-r-300-bi-,1113517,0.htm>> (Acesso em 30/12/2013).

\_\_\_\_\_. 22/04/2013. *Mato Grosso do Sul perde R\$ 3,5 bilhões em investimentos da Portucel*. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/brasil/agora-e-oficial-mato-grosso-do-sul-perde-r-3-5-bilhoes-em-investimentos-da-portucel>> (Acesso em 23/04/2013).

\_\_\_\_\_. 19/07/2013. *Södra fechará fábrica de celulose na Noruega*. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/celulose-e-papel/sodra-fechara-fabrica-de-celulose-na-noruega>> (Acesso em 22/07/2013).

\_\_\_\_\_. 14/11/2013. *Eldorado realiza audiência pública para discutir projeto de expansão*. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/eldorado-realiza-audiencia-publica-para-discutir-projeto-de-expansao>> (Acesso em 18/11/2013).

PERFIL NEWS. 05/04/2012. *Presidente das Eldorado Brasil confirma cronograma e geração de 2.200 a 2.500 empregos diretos*. Disponível em: <<http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/eldorado-inaugura-fabrica-de-celulose-de-tres-lagoas-em-13-de-dezembro>> (Acesso em 06/04/2012).

PYL, 26/07/2009. *Seringueiros são libertados de fazenda de dono de shopping*. In: Repórter Brasil. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2009/07/seringueiros-sao-libertados-de-fazenda-de-dono-de-shopping/> (Acesso em 21/01/2016).

POCHMAN, M. 24/10/2014. *A retomada da proteção do trabalho*. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2014/10/a-retomada-da-protECAo-do-trabalho-9820.html>> (Acesso em 27/10/2014).

PPI/RISI AMÉRICA LATINA, 17/01/2012. *Notícias do mercado de celulose e papel na América Latina* (Edição em português). vol. 8, n. 2.

PROGRAMA REDES [201-]. *Assentamento 20 de Março inaugura viveiro de mudas do cerrado*. Disponível em: <[www.programaredes.org.br/assentamento-20-março-inaugura-viveiro-de-mudas-do-cerrado/](http://www.programaredes.org.br/assentamento-20-março-inaugura-viveiro-de-mudas-do-cerrado/)> (Acesso em 27/04/2016).

RACISMO AMBIENTAL, 12/11/2013. *Mentira dos eucaliptos como redenção econômica chega ao fim*. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2013/11/12/rs-mentira-dos-eucaliptos-como-redencao-economica-chega-ao-fim/>> (Acesso em 02/03/2015).

REDE BRASIL ATUAL. 09/05/2014. *Especialistas alertam para extensão social dos danos do trabalho*. Disponível em: <[http://www.dmtemdebate.com.br/abre\\_noticia.php?id=796](http://www.dmtemdebate.com.br/abre_noticia.php?id=796)> (Acesso em 14/10/2014).

REPORTER BRASIL, 10/08/2006. *Agricultura familiar gera empregos mas recebe poucos recursos*. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2006/08/agricultura-familiar-gera-empregos-mas-recebe-pouco-recurso/>> (Acesso em 10/09/2013).

SENADO FEDERAL, 04/02/2016. Tempo da reforma agrária passou, diz pesquisador da Embrapa. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2016/02/04/pesquisador-da-embrapa-ressalta-papel-da-tecnologia-na-agricultura/tablet> (Acesso em 06/02/2016).

THE FINNISH FOREST INDUSTRY IN FIGURES, 01/10/2013. Disponível em: <http://www.forestindustries.fi/statistics/The-Finnish-forest-industry-in-figures-1274.html> (Acesso em 03/07/2015).

TOCNOTÍCIAS. 02/09/2013. *Ministério Público do Trabalho cobra mais segurança em fábrica da Suzano de Imperatriz (MA)*. Disponível em: [http://tocnoticias.com.br/ler\\_noticia.php?idnoticia=1001](http://tocnoticias.com.br/ler_noticia.php?idnoticia=1001) (Acesso em 08/10/2014).

WALLERSTEIN, I. *Fim da linha para as empresas “deslocalizadas”?*. Carta Maior, 09/05/2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Fim-da-linha-para-as-empresas-%27deslocalizadas%27-/7/27961> (Acesso em 11/02/2013).

VALOR ECONÔMICO. 30/01/2014. *Postergação para implantação de fábrica não é decisão exclusiva da Braxcel*. Disponível em: <http://www.painelflorestal.com.br/noticias/mercado/postergacao-para-implantacao-de-fabrica-de-celulose-nao-e-decisao-exclusiva-da-braxcel> (Acesso em 02/02/2014).